UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FELIPE MOURA FERNANDES

Tristes fins de Policarpo Quaresma:
Brasil entre ficções geográficas no sertão / litoral

Versão Corrigida

São Paulo
2017

FELIPE MOURA FERNANDES

Tristes fins de Policarpo Quaresma:
Brasil entre ficções geográficas no sertão / litoral

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Doutor em
Geografia Humana

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

Versão Corrigida
De acordo (orientador): _____

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

363t , Felipe Moura Fernandes
Tristes Fins de Policarpo Quaresma: Brasil entre
ficções geográficas no sertão e litoral / Felipe
Moura Fernandes ; orientador Elvio Rodrigues
Martins. - São Paulo, 2017.
347 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Geografia. 2. Literatura . 3. História. 4. Lima
Barreto. I. Martins, Elvio Rodrigues, orient. II.
Título.

FERNANDES, Felipe Moura. Tristes Fins de Policarpo Quaresma: Brasil entre ficções geográficas no sertão / litoral. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins Orientador	Instituição: PPGGH / USP Assinatura: _____
Prof. Dr. Ruy Moreira Julgamento: Aprovado	Instituição: UFF Assinatura: _____
Prof. Dr. Charles da França Antunes Julgamento: Aprovado	Instituição: UERJ-FFP Assinatura: _____
Prof. Dr. Fernanda Padovesi Fonseca Julgamento: Aprovado	Instituição: USP Assinatura: _____
Prof. Dr. Glória da Anunciação Alves Julgamento: Aprovado	Instituição: USP Assinatura: _____

Dedico este trabalho
ao barulho do filho que chega,
João Pedro Santos Fernandes (2012).
E ao silêncio deixado pelo pai que se foi,
Pedro Fernandes (1949-2010).

AGRADECIMENTOS

Nesse momento corremos o risco de deixar alguém importante de fora, mas se risco significasse impedimento esse trabalho não teria se realizado. Portanto, faremos o esforço de lembrar de “todos” que de alguma forma contribuíram para a elaboração da tese.

Agradeço, enormemente, ao meu pai Pedro Fernandes (*in memorian*) e a minha mãe, Rosenira Ribeiro Moura. A minha condição de filho está diretamente condicionada pela posição de vocês como pais. Apesar dos pesares, não me faltou *açúcar* nem *afeto* para me tornar o que sou e o que posso *ser*!

Sou grato à companheira Renata Soares Santos Fernandes e ao meu filho João Pedro Santos Fernandes. Obrigado por me contrariarem e provarem que, às vezes, a minha vontade é o que menos importa. Vocês me ensinaram a encontrar *leveza* no *peso*. Renata, suas *mãos* e *braços*, *beijos* e *abraços* são essenciais ao meu bem viver! João Pedro, com você visito minha criança tão esquecida pelos compromissos e responsabilidades cotidianas. Você me ensina, novamente, o valor do brincar, do brinquedo e da brincadeira!

Agradeço aos amigos que me apoiaram nos diversos momentos: Astrogildo Luíz de França Filho, Charles da França Antunes, Andreino Campos, Rafael Lima, Leonardo Bertolossi, Marcelo Nunes, Fábio Alexandre, Rodrigo Coutinho, Guido Bastos, Karla Cristina, Diana Barbosa, Jamile Salgado e Cláudia C. Marins. Entre esses, incluo de forma especial meu irmão Leonardo Moura Fernandes. Obrigado por sua força. Onde eu estiver, estarei com vocês!

Aos amigos que surgiram por conta da tese, Natallye Lopes e João Paulo. As idas para São Paulo eram menos solitárias quando íamos juntos ou sabia que iria encontrá-los. Compartilhar ideias, preocupações, angústias e cervejas foram fundamentais para aliviar a tensão da tese e da vida. Obrigado!

Na elaboração do trabalho contei com a colaboração de várias pessoas, entre elas: Maria da Conceição Ribeiro, com as aulas de francês que me conduziram à aprovação no exame de proficiência em línguas e a tradução do texto em francês; Marcelo Nunes, Diana Barbosa e Jamile Salgado, com o apoio técnico na confecção de gráficos; Jamile Salgado, na produção técnica dos mapas a partir do croqui inicial elaborado por mim; Zezé Vargas, com a revisão em língua portuguesa dos capítulos; Fellipe Rainha, o apoio dado na realização das tarefas finais para o encerramento da tese; Victor sua tradução do resumo nos minutos finais foi redentora. Muito obrigado a todos, sem vocês esse trabalho não seria possível!

Agradeço ao professor Prof. Dr. Rafael Lima Alves de Souza (História) as informações e atividades compartilhadas (conferências, mini-cursos, curso de extensão, palestras, entre outras). E, sobretudo, a angústia de quem assume a literatura como fonte.

Agradeço ao Prof. Dr. Leonardo Bertolossi (Antropologia) a oportunidade de participar do curso de extensão realizado no Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF). O esforço de estudo e sistematização de material para as aulas me ajudaram a repensar o segundo capítulo dessa tese.

Agradeço ao Prof. Dr. Ruy Moreira, ao Prof. Dr. Charles da França Antunes e ao Prof. Dr. Manoel Fernandes de Souza Neto. As ocasionais conversas sobre a tese e a vida muito me ajudaram a trilhar o caminho.

Agradeço ao orientador Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins pela recepção no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e a realização dos seminários de orientação. As trocas realizadas durante a disciplina e os seminários redimensionaram a minha posição sobre o que é geografia.

Agradeço a CAPES pelos dez meses de bolsa na etapa final da pesquisa.

Tudo que não invento é falso.
Manoel de Barros

RESUMO

FERNANDES, Felipe Moura. **Tristes Fins de Policarpo Quaresma: Brasil entre ficções geográficas no sertão / litoral**. 2016. 347f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esse trabalho versa sobre a relação entre geografia e literatura em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Trabalhamos com a possibilidade de realizar uma leitura geográfica dos indivíduos, dos grupos sociais e da sociedade utilizando como fonte a literatura, no entanto, sem a necessidade de identificar conteúdos geográficos para averiguação da realidade. Adotamos como princípio metodológico a possibilidade de estabelecer um *diálogo* com a literatura e, sob essa perspectiva, atribuir à fonte uma posição de *sujeito*. Assim, a postura clássica de encarar a literatura como *objeto* de pesquisa foi relativizada nesse estudo. Inicialmente, propomos um levantamento quantitativo e uma análise qualitativa da produção em geografia e literatura no Brasil com objetivo de situar o trabalho no cenário contemporâneo. A partir desse ponto, apresentamos um recorte temático que envolve o Império (Romantismo), a Primeira República (evolucionismos, positivismos e determinismos) e a identificação de intelectuais brasileiros que trabalharam com as categorias de *natureza* e *terra*. O recorte temporal ganha especificidade a partir do posicionamento de Lima Barreto em relação a temas que ganharam relevo no decorrer da Primeira República brasileira, entre eles, o futebol, o feminismo. Para realizar a análise do texto literário recorremos a categoria de *sertão* em sua acepção mais plástica, não coincidindo com características fixas, tais como a presença da caatinga, da seca e do sertanejo. Nesse mesmo movimento, aproximamos as categorias de *sertão* e *subúrbio* e, além disso, nos detemos aos temas da narrativa que apresentam um aspecto geográfico: os intelectuais, a “cultura popular”, a classe média suburbana, a loucura, a política, a questão agrária e o racismo.

Palavras-chave: Geografia, Literatura, História e Lima Barreto.

ABSTRACT

FERNANDES, Felipe Moura. **The Sad End of Policarpo Quaresma: Brazil Among Geographical Fictions in the Backcountry / Seacoast**. 2016. 347f. Thesis (Doctorate) - Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This very project discourses about the relation between Geography and Literature in Lima Barreto's *The Sad End of Policarpo Quaresma*. It deals with the possibility of realizing a geographical reading of individuals, social groups and society itself by using Literature as a source, however, there is no necessity of identifying geographical contents to ascertain reality. The possibility of establishing a link with Literature was adopted as methodological principle and, under this perspective, attribute to the source the status of subject. Therefore, the typical behaviour of taking Literature as Resource Source was relativized in this study. Firstly, a data collection and a quality analysis of Geography and Literature production in Brazil is proposed with the objective of placing the piece of work in the Contemporary Scenario. From that point on, a thematic snippet that involves the Empire (Romanticism), the First Republic (evolucionism, positivism and determinism) and the identification of Brazilian intellectuals who worked with the categories of nature and earth is presented. The time frame embodies specificity from Lima Barreto positioning on issues that gained prominence during the First Brazilian Republic, including, football, feminism. To perform the literary text analysis, the most plastic definition of backcountry was used, not coinciding with fixed features, such as the presence of the savanna, drought and the backcountry. In the same movement, the categories of backcountry and suburbs were approached and, in addition, it is refrained to the themes of the narrative that have a geographical aspect: the intellectuals, the "popular culture," the suburban middle class, madness, politics, the agrarian matter and racism.

Keywords: Geography, Literature, History and Lima Barreto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Cruzamento das tendências teóricas entre geografia humanista e geografia cultural	48
Gráfico 2 –	Cruzamento das tendências teóricas entre geografia cultural e teoria da geografia	49
Gráfico 3 –	Cruzamento das tendências teóricas entre geografia humanista e teoria da geografia	50
Gráfico 4 –	Cruzamento das tendências teóricas entre geografia cultural e teoria literária	51
Gráfico 5 –	Cruzamento das tendências teóricas entre geografia humanista e teoria literária	52

MAPAS

Mapa 1 –	Sertões do Leste: localização	156
Mapa 2 –	Localização das Residências de Lima Barreto (1881-1992)	184
Mapa 3 –	Ricardo Coração dos Outros (circulação pelos subúrbios)	199
Mapa 4 –	Expansão dos Subúrbios e Deslocamento Diário de Policarpo	206
Mapa 5 –	Policarpo e General Albernaz em Visita à Preta Velha Tia Maria Rita	209
Mapa 6 –	Espaços da Loucura de Lima Barreto	231
Mapa 7 –	Policarpo e os Subúrbios da Classe Média e da Loucura	232
Mapa 8 –	Policarpo: São Cristóvão - Sítio do Sossego (cidade – campo)	239

TABELAS

Tabela 1 –	Revistas, Boletins e Cadernos	36
Tabela 2 –	Periódicos consultados em que não houve ocorrência de textos sobre geografia e literatura	37
Tabela 3 –	Periódicos consultados (on-line) onde houve ocorrência de textos sobre geografia e literatura	38
Tabela 4 –	Síntese do Mapeamento Teórico Total	43
Tabela 5 –	Expedições Científicas do Instituto Oswaldo Cruz (1908-1922)	159
Tabela 6 –	Levantamento Bibliográfico Geral	333
Tabela 7 –	Total das tendências teóricas apresentadas nos 37 textos	345

QUADROS

Quadro Histórico das Ideias Geográficas.....	147
--	-----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	UMA IMAGEM DA PRODUÇÃO EM GEOGRAFIA E LITERATURA NO BRASIL	31
2.1.	Os periódicos	32
2.2.	Os autores recorrentes e seus referenciais teóricos	39
2.2.1.	Os referenciais teóricos dos autores	42
2.2.2.	Cruzando os principais referenciais teóricos	48
2.3.	Os referenciais teóricos: identificando o identificável	53
2.3.1.	Sobre a Geografia Cultural Anglo-Americana	55
2.3.2.	Sobre a Geografia Humanista	59
2.3.3.	Sobre a Geografia Cultural Francesa	64
2.4	Apontamentos sobre as tendências teóricas	68
3.	GEOGRAFIA, HISTÓRIA E LITERATURA	76
3.1.	Historio-grafia	78
3.2.	Literatura e ciência	80
3.3.	Literatura e geografia no Império	84
3.3.1.	O Romantismo e o território	89
3.3.2.	O Romantismo, a natureza, o índio	93
3.4.	Ciência e literatura na Primeira República	105
3.4.1.	Primeira República e as noções geográficas: natureza e terra	121
3.4.2.	A Natureza na Primeira República	124
3.4.2.1.	Joaquim Nabuco e Tobias Barreto	126
3.4.2.2.	Sílvio Romero e Capistrano e Abreu	128
3.4.2.3.	Araripe Júnior, Euclides da Cunha e Graça Aranha	131
3.4.3.	A “terra” na Primeira República	136
3.4.3.1.	A “terra” em Euclides da Cunha	138
3.4.3.2.	A “terra” em Vicente Licínio	141
4.	SERTÃO E LITORAL EM <i>TRISTE FIM DE POLICARPO QUARES-</i> <i>MA</i>	149
4.1.	Sobre sertões e subúrbios	158

4.2.	O conceito carioca de <i>subúrbio/sertão</i> em Lima Barreto	171
4.3.	Bio-geografia de Lima Barreto	180
4.4.	A literatura de Lima Barreto e a crítica	185
4.5.	Policarpo Quaresma e a classe média suburbana	192
4.5.1.	A “alta sociedade suburbana” e a cultura	197
4.5.2.	Policarpo, cultura popular e linguagem	207
4.5.3.	O tupi como língua nacional: linguagem e loucura	216
4.5.3.1.	Espaço, loucura e classes sociais	224
5.	SERTÃO E LITORAL EM TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA (II)	233
5.1.	Agricultura e a questão agrária na primeira república	235
5.1.1	Policarpo e as práticas agrícolas	237
5.2.	Policarpo e a política local	243
5.2.1.	Policarpo: a questão agrária e as saúvas	248
5.2.2	Policarpo: a saúde e a preguiça	252
5.3.	O higienismo	263
5.3.1.	O higienismo e a eugenia	266
5.3.2.	O higienismo, a eugenia e o racismo	271
5.3.3.	Policarpo e o racismo	275
5.3.3.1.	Sobre os negros e os mestiços	276
5.3.3.2.	Sobre os asiáticos, os turcos e os judeus	281
6.	CONCLUSÕES	286
	REFERÊNCIAS	290
	ANEXOS	302

1. Introdução

“só se pode ser bom
quando se é forte
de algum modo”
Lima Barreto

Lima Barreto em uma de suas crônicas nos conduz à reflexão sobre a posição do intelectual em seu tempo. Trata-se da crônica *Método Confuso (Crítica teológica, metafísica e positiva)*, onde fica evidente que o “método confuso” é uma referência a nossa intelectualidade, ou melhor, a um determinado grupo que compõe o que o autor chama de “mentalidade nacional”. Sobre tal intelectualidade, tece o ácido comentário: “A seriação natural de pensamentos, a lucidez e a clareza não são limites para que tendem as obras e os escritos dos nossos homens. Se começam lúcidos e claros, acabam confusos e obscuros”¹. No desenvolver da exposição elabora uma crítica a dois intelectuais brasileiros que obtiveram reconhecimento em sua época: Araripe Júnior (1848-1911) e Graça Aranha (1868-1931) – ambos fizeram parte da Academia Brasileira de Letras, sendo que o último participou da Semana de Arte Moderna de 1922 e, posteriormente, desligou-se da Academia.

Lima Barreto não deixa de considerar a obra de Araripe Júnior e de Graça Aranha, mas acredita que ambos se perderam nas características do que considera um bom intelectual. Nesses termos, podemos unificar o comentário de Lima Barreto em relação a esses intelectuais sob o seguinte aspecto: no desenvolver de suas obras, Araripe Júnior e Graça Aranha escreveram bons livros e ganharam fama, mas a partir disso tornaram seus escritos “obscuros” e “confusos”. Em relação a Araripe Júnior, Lima Barreto declara: “com a idade e o renome, ele se fez obscuro, confuso e ganhou fama de profundo, de transcendente, porque ninguém o decifrava”². A respeito de Graça Aranha, dispara: “Foi apreciado, consagrado, mas não se contentou o autor em ser simples romancista que se lê sem trabalho. Quis ter fama de profundo, de filósofo à alemã”³. Os comentários revelam a concepção de intelectual predominante na Primeira República referente ao Estado e ao reconhecimento por parte da elite ou aristocracia.

1 BARRETO, Lima. Método confuso (crítica teológica, metafísica e positiva). In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p.447.

2 Ibidem, p.447.

3 Ibidem, p.447.

Não podemos ignorar que Lima Barreto tentou fazer parte do cânone literário de sua época, candidatando-se mais de uma vez a vaga na Academia Brasileira de Letras sem obter êxito. O fato de ter disputado lhe forneceu um lugar privilegiado de observação em relação aos participantes – ainda que seus comentários possam estar imbuídos de um ressentimento ou sentimento de exclusão em relação aos consagrados à época. Em nossa compreensão, o lugar da fala de Lima Barreto está condicionado pela sua história e condições sociais vividas: era bisneto de escravas; filho de uma classe média decadente por conta da ascensão do regime republicano; viveu quase toda vida adulta sob as “insígnias” do que é ser negro, pobre, morador do subúrbio, alcoólatra e louco. Ainda que sem o intuito de estabelecer uma relação de causa e efeito entre a vida e a obra do autor, indicamos algumas reverberações de sua história pessoal em sua concepção de literatura – que possivelmente apontem indícios da discordância entre Lima Barreto e Araripe Júnior e Graça Aranha.

Uma literatura que não consegue ser lida e compreendida por ninguém, nem mesmo pelos letrados, serve para que? Serve a quem? Fica evidente no “método confuso” que a concepção de intelectual dominante na Primeira República valoriza aspectos do incompreensível. Mas se é incompreensível, para que escrever? Escrever não é a formalização da oralidade através da palavra escrita, fixando-a no papel com o objetivo de comunicar algo? Se ninguém entende, então para que escrever? Certamente o “método confuso” em questão comporta um projeto de linguagem que serve às necessidades de distinção sociocultural das elites e aristocracias da época. Em relação a esse ponto, o próprio Lima Barreto declara que “às vezes ele se reveste de intuitos deliberadamente destinados a estontear os parvos. É então usado pelos prefeitos, políticos e criminosos sagazes; mas, seja intencionalmente, seja inconscientemente, um tal método é muito generalizado em nosso país”⁴. Nesse sentido, uma das proposições elaboradas por Policarpo Quaresma – de que o *tupi* se torne a língua nacional – também alude à relação entre o projeto cultural dominante e o estabelecimento do português como língua oficial do Brasil⁵. Em observação geral, o projeto reforça a valorização cultural dos ameríndios que viviam no território brasileiro, além de expressar uma ironia ao projeto de nacionalidade elaborado pelo Romantismo.

Em nosso objetivo, as relações entre a escrita, a linguagem e as classes sociais podem ser pensadas no âmbito da geografia como ciência. A geografia precisa repensar as formas como elabora seu discurso crítico em relação à sociedade e aos indivíduos que deseja

4 BARRETO, 2004, p.448.

5 A relação entre o domínio de uma língua e de uma linguagem como forma de distinção social, também pode ser observada no conto: O homem que sabia Javanês. Ver: BARRETO, Lima. *O homem que sabia Javanês*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

mobilizar. Nesses termos, acreditamos que há possibilidades de diálogo com a literatura e o quanto podem apresentar novas formas e conteúdos para a constituição de um discurso geográfico mais próximo das pessoas, aproveitando-se de uma “intimidade” com o leitor que apenas a literatura pode fornecer. Para isso, é necessário reconhecer o potencial geográfico da literatura, ou de determinadas literaturas, e sua possível contribuição ao discurso científico. Nesse sentido, estamos em acordo com o posicionamento historiográfico que afirma que há um pensamento geográfico antes das instituições e discursos que fundam a geografia como ciência moderna⁶ – vale destacar que as faculdades que estabeleceram cursos de geografia foram fundadas em 1934 e 1935, na Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal, respectivamente.

O interesse desta tese versa sobre as representações do espaço presente na obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e a forma como o autor desenvolve uma linguagem e concepção de literatura diferenciada da dominante em sua época, período da Primeira República (1889-1930). Dessa forma, não referendamos o posicionamento historiográfico que afirma o estabelecimento de um pensamento geográfico brasileiro apenas a partir da fundação das universidades, o que sugere a necessidade de uma autorização estrangeira para afirmar a existência de um pensamento geográfico no Brasil. Mesmo antes da instituição do campo, autores clássicos da “geografia moderna” se faziam presentes entre muitos intelectuais: Elisée Reclus foi citado por Lima Barreto em um conto⁷, e Friedrich Ratzel foi lido por intelectuais como Capistrano de Abreu e Roquette Pinto antes da fundação das universidades. Como constatamos, durante o período da Primeira República no Brasil havia um intenso diálogo entre cientistas, escritores, filósofos e intelectuais de toda natureza. Os campos disciplinares conheceram uma maior delimitação do ponto de vista institucional apenas a partir da fundação das universidades.

Manoel Fernandes de Souza Neto afirma que apenas a partir da década de 1980 “se começou a falar em pensamento geográfico no Brasil, como forma de driblar essa tradição memorialística para estabelecer uma leitura da história social das ideias geográficas”⁸. Seguindo essa direção, objetivamos contribuir com o pensamento geográfico brasileiro estabelecendo o diálogo entre a ciência geográfica e a literatura. Baseado em Antonio Carlos

6 As reflexões são resultados parciais da pesquisa já publicados. Ver: FERNANDES, Felipe Moura. A geografia, o geográfico e a linguagem In: *Terra Livre*. São Paulo, Ano 28, vol. 2, nº 39, p.149-162, jul.dez de 2012 e FERNANDES, Felipe Moura. Geografia e literatura (ciência e arte): proposições para um diálogo In: *Espaço e Cultura*. UERJ, RJ, nº33, p.167-176, jan/jun de 2013.

7 Ver: BARRETO, LIMA. *Histórias e sonhos*. Edição preparada por Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.13-31.

8 SOUZA-NETO, Manoel Fernandes. Geografia nos trópicos: história de uma jangada de pedra? São Paulo: *Terra Livre*, n.17, 2001, p.129.

Robert Moraes, entendemos pensamento geográfico como “um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas”⁹. Além disso, Moraes indica a presença do pensamento geográfico na literatura “emerge em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na estatística, na pesquisa científica etc”¹⁰.

A elaboração da tese, em seus passos iniciais, foi influenciada pelas pesquisas mais recentes em história da geografia, uma vez que elas permitiam um diálogo maior com fontes circunscritas fora do âmbito científico (literatura). Posteriormente, essa abertura maior para fontes também foi constatada em outros campos de pesquisa da geografia, tal como a geografia cultural francesa, a geografia cultural anglo americana e a geografia humanista. Além disso, julgamos necessário acompanhar uma reflexão sobre a obra de Lima Barreto a partir da crítica literária, entendendo que nos ajuda a situar o escritor, no espectro mais amplo da literatura brasileira, em seu devido contexto histórico e político. A crítica literária também contribui para entendermos as especificidades da obra de Lima Barreto além de sua perspectiva memorialista.

Carlos Nelson Coutinho¹¹ elabora uma interessante análise de Lima Barreto, centrada nos romances *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* – considerado pelo crítico o romance auge de Lima Barreto. Para desenvolver sua análise, Coutinho apresentou os conceitos de “revolução passiva”, de Gramsci, e a “via prussiana”, de Lênin.¹² Associa tais conceitos a uma ideia de “intimismo a sombra do poder”, desenvolvida por Tomas Mann.¹³ Das três unidades de pensamento, a “via prussiana” se torna chave. A ideia de “revolução passiva” fica como uma aproximação da primeira, assim como o “intimismo a sombra do poder”. Essas ideias são utilizadas para caracterizar um posicionamento de “submissão” da intelectualidade brasileira em relação ao Estado, presente nas diferentes perspectivas literárias desenvolvidas durante a Primeira República. Entendemos que a “via prussiana” e o “intimismo a sombra do poder”,

9 MORAES, A. C. Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec e Annablume, 2002, p.32.

10 MORAES, 2002.

11 COUTINHO, Carlos N. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

12 Ibidem, 101-104.

13 De acordo com o próprio Carlos Nelson Coutinho: “O termo aparece no ensaio manniano *Grandeza e sofrimento de Richard Wagner*, citado e comentado por Geörgy Lukács, *Thomas Mann*, Paris: Maspero, 1967, p.162 (?). Este conceito foi amplamente utilizado por Lukács em suas análises literárias (sempre em relação ao conceito da “via prussiana”), servindo-lhe como fio condutor na compreensão de muitos problemas da história literária alemã e húngara. No presente ensaio, valho-me dessas idéias e sugestões lukacsianas, na tentativa de esclarecer problemas específicos da literatura brasileira”. Ibidem, p.103.

além de revelar a submissão dos intelectuais brasileiros ao Estado, caracterizam uma postura de distanciamento em relação às classes populares e, conseqüentemente, da “cultura popular”.

No desenvolver de sua análise, Coutinho¹⁴ demonstra como a perspectiva estético narrativa (exigida pelo romance) e o posicionamento ideológico de Lima Barreto avançam na elaboração dos seus três principais romances. Dessa forma, percebemos como o realismo de Lima Barreto rompe com a perspectiva de desenvolvimento caracterizado a partir da “via prussiana”. Encontramos nas opções estético literárias de Lima Barreto a necessidade de um mergulho nas classes populares, na sua cultura, no seu *ethos*. Coutinho ainda destaca que essa ruptura não foi alcançada pelo Romantismo nem pelo Naturalismo no Brasil. Para o autor, sequer Machado de Assis foi capaz de romper com o “intimismo a sombra do poder”. Sobre as questões relacionadas ao Romantismo e o Naturalismo, destaca que “O romantismo (...) busca na evasão subjetivista diante do prosaísmo desumanizante da realidade concreta o seu específico material poético, (...) o naturalismo, (...), recusando o subjetivismo dessa evasão, limita-se a descrever a estagnação e a considerá-la como algo ‘fatal’ e imutável”¹⁵. Ainda no que diz respeito a Machado de Assis, expõe que “aquela excepcionalidade que caracteriza o realismo brasileiro, aliada às conciliações exteriores e a essa característica ideológico-estilística de sua obra, impediram que Machado de Assis exercesse uma influência positiva imediata no sentido de dissolver a continuidade das tendências ‘intimistas’ ”¹⁶.

Em nossa compreensão o “subjetivismo” do Romantismo, a quase determinação do meio presente no Naturalismo e o “intimismo” e “serenidade” machadianos – salvo devidas especificidades e potencial crítico – não conseguiram romper com o caráter aristocrático da literatura brasileira. Essas literaturas não demonstram uma predileção pelas classes populares, pelos “humildes” e ou pelos “humilhados”. Essas tendências literárias se aproximam da ideia do “intimismo a sombra do poder” ou da perspectiva de desenvolvimento caracterizado pela “via prussiana” e é justamente essa característica de literatura que será combatida por Lima Barreto em sua opção por enfatizar os “humildes e humilhados”. De acordo com Carlos Nelson Coutinho, “contra a herança imediata de Machado, Lima Barreto expressa sua categórica rejeição do ‘intimismo’ e, (...), lança as bases de sua luta – solitária na época – pela retomada da linha realista no que ela tinha de essencial”¹⁷.

14 COUTINHO, 1990.

15 Ibidem, p. 113.

16 Na continuidade da citação Coutinho acrescenta: “Reside aqui a razão profunda dos ataques de Lima Barreto, ao longo de sua vida, não cessou de dirigir a Machado de Assis”. In: Ibidem, p. 113.

17 Ibidem, p. 116.

Entendemos que a análise que Coutinho¹⁸ realiza de Lima Barreto, e sua relação com Machado de Assis, ajuda na compreensão de alguns aspectos da literatura produzida pelo primeiro escritor. As interpretações empreendidas pelo pesquisador das obras de Lima Barreto datam da década de 1970¹⁹, momento em que o Brasil vivia sob um regime ditatorial e no qual as análises literárias de autores com o potencial crítico de Lima Barreto se faziam mais do que necessárias para uma determinada compreensão do Brasil e para a afirmação do que seria o legítimo *realismo*. Tendo em vista que passaram-se mais de quarenta da publicação inicial do ensaio, entendemos a necessidade de avançar na forma como interpretamos a relação entre o autor, a obra e o seu tempo. Não ignorando a tradição crítica, presente em Carlos Nelson Coutinho, Antonio Candido e Alfredo Bosi, procuramos incorporar suas contribuições para avançar na análise da obra de Lima Barreto a fim de demonstrar como o autor desvela as contradições da sociedade brasileira durante a Primeira República e, ao mesmo tempo, insere-se nas contradições por ele mesmo desveladas.

Em acordo com o levantamento historiográfico feito por Marc Brosseau, entendemos que o “interesse dos geógrafos pela literatura não é novo”²⁰. O autor destaca que Paul Vidal de La Blache aponta para uma geografia existente na *Odisséia*, em artigo publicado nos *Annales* de Geografia em 1904. Também é importante notificar que Humboldt, um autor base para o desenvolvimento do pensamento geográfico moderno²¹, dedicou dois capítulos do *Cosmos* à literatura e à pintura. No entanto, devemos considerar que a relação entre a geografia e a literatura ficou quase totalmente adormecida até a década de 1970. De acordo com Brosseau, até essa década tal relação esteve voltada para utilização do “romance como complemento das análises regionais”²². Os romances “não eram considerados suscetíveis de construir bases sólidas para uma geografia científica e rigorosa”²³. Dessa forma, entendemos como os ideais associados à construção de uma cientificidade, a delimitação da geografia como campo científico, não permitiram uma ampla difusão da relação geografia-literatura ou ciência-arte.

A partir da década de 1970 surgiu uma perspectiva de geografia crítica – associada ao marxismo – e uma concepção de geografia humanista – “evocando de maneira mais ou menos

18 COUTINHO, 1990.

19 No fim da edição publicada pela Editora Expressão Popular em 2011 há uma nota bibliográfica que traz a data da primeira publicação do ensaio sobre Lima Barreto: “O significado de Lima Barreto em nossa literatura”, in: Vários autores, Realismo e anti-realismo na literatura brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p.1-56.” Ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.254.

20 BROSSEAU, Marc. Geografia e Literatura. In: *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EdUEJ, 2007, p.17.

21 Essa afirmação tem como base as reflexões de Ruy Moreira. Ver: MOREIRA, Ruy. *O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Contexto, 2008, vol 1.

22 BROSSEAU, 2007, p.18.

23 Ibidem, p.19.

direta a fenomenologia”²⁴, onde ambas expressavam uma reação à geografia quantitativa. A partir do desenvolvimento das ideias associadas ao campo humanista a relação entre a geografia e a literatura ganhou um novo fôlego. De acordo com Brosseau, esse primeiro momento da relação entre geografia e literatura se desenvolveu de forma mais intensa no pensamento geográfico anglo-americano se comparada ao pensamento geográfico francês. Essa retomada temática parece explícita quando Brosseau cita a realização de alguns eventos, tais como o *Encontro da União Geográfica Internacional*, realizado em 1972, com uma “sessão sobre a utilização dos romances regionais para o ensino da disciplina”²⁵; em 1974 a *Associação dos Geógrafos Americanos* “teve lugar uma reunião sobre as paisagens na literatura”; e em “o Instituto dos Geógrafos Britânicos dedicou um dos seus encontros anuais às relações gerais entre Geografia e Literatura”²⁶.

A partir disso, podemos dizer que as relações entre a geografia e a literatura assumem três perfis²⁷: a literatura como complemento de uma geografia regional; a literatura como transcrição da experiência dos lugares; e a literatura como crítica social da realidade.

O primeiro perfil esteve pautado nas tentativas de fazer da literatura um complemento da geografia regional. Podemos indicar a existência de uma preocupação rígida com o método e o comprometimento do conhecimento científico com a construção da verdade. De acordo com Brosseau²⁸, algumas questões de cunho metodológico assumiam importância na tentativa de averiguar a veracidade das informações que o romance trazia a tona, tais como: “ver se o autor viveu nos lugares que descreve”; realizar “leituras comparativas” de diferentes autores que abordem o mesmo tema em uma determinada época²⁹. Essas questões tinham como propósito “avaliar a capacidade documental do romance”³⁰. Ainda vale destacar que “o romance realista do século XIX” foram os “favorecidos na sua capacidade de relação com a geografia” – e esse favorecimento está associado ao “controle mais fácil de seus elementos considerados puramente ‘subjettivos’”³¹.

O segundo perfil está associado à Geografia Humanista e procura “situar o sujeito no centro das preocupações dos geógrafos em suas reflexões sobre os lugares”³². Para isso a geografia que vinha se desenvolvendo como a “ciência do espaço” ganha uma nova

24 BROSSEAU, 2007, p.19.

25 Ibidem, p.20-21.

26 Ibidem, p.20.

27 Ibidem. De acordo com o balanço teórico e historiográfico proposto por BROSSEAU.

28 Ibidem, p.24.

29 Ibidem, p.25.

30 Ibidem, p.26.

31 Ibidem, p.28.

32 BROSSEAU, 2007, p.29.

proposição como “ciência dos lugares para o homem (Tuan, 1974; Buttimer e Seamom, 1980)”³³. Nesse momento, com objetivo de trazer o sujeito para o centro do debate, esse perfil trabalhou a partir de noções como: “valores, representações, intenções, subjetividade, identidade, enraizamento, experiência concreta e percepção”³⁴. Na avaliação de Marc Brosseau, essa perspectiva “construiu seu credo ao redor da noção *sense of place*”³⁵. Em nosso entendimento a partir da perspectiva humanista da relação Geografia e Literatura, o objetivo principal foi fazer da literatura um objeto privilegiado onde os geógrafos pudessem trabalhar o confronto entre objetividade e subjetividade, o que é contemplado com as palavras de Brosseau: “os geógrafos humanistas privilegiam o romance na medida em que ele parece lhes propiciar a ocasião ideal de um encontro entre o mundo objetivo e a subjetividade humana”³⁶. Nesse sentido, o romance viria ampliar as teses ao redor das identidades espaciais. Consideramos que esse perfil não privilegiou as representações do mundo exterior a partir de uma perspectiva literal, da tentativa de mostrar as coisas como elas são – como parece ficar explícito no perfil anterior, associado à geografia regional francesa. Esse grupo vai privilegiar uma apreensão dos lugares, tendo como base uma leitura de sua apreensão subjetiva.

Brosseau, dialogando com a perspectiva humanista em seus primeiros estágios, propõem questões importantes: “Não seria legítimo indagar se existe uma diferença entre as palavras e as coisas, entre a nossa percepção destas e aquilo que conseguimos falar delas”³⁷. Com base em Merleau-Ponty, prossegue em suas questões: “Convém somente se perguntar se a experiência, desde o momento que é assumida pela linguagem, ainda é tomada na sua imediaticidade”. Sem a intenção de ser conclusivo o autor coloca uma questão relevante: “gostaria de tentar compreender por que a maior parte dos geógrafos humanistas preferiu situar a relação da geografia e da literatura no terreno da consciência e do imaginário, deixando de considerar as mediações complexas que o discurso e as escrituras fazem intervir”³⁸.

Esse questionamento é importante porque entendemos que é a partir das “mediações complexas” entre o “discurso” e a “escritura” que o elemento político ganha destaque. No entanto, parece que a preocupação com a política, ou com os elementos que a envolvem, possui pouca relevância para a perspectiva humanista. A tentativa de inserir o sujeito no debate ressalta que a dimensão social fica em segundo plano. Em nossa pesquisa, atentamos à

33 Ibidem p.28-9.

34 Ibidem, p.29

35 Ibidem, p.28.

36 Ibidem, p.31.

37 Ibidem, p.35.

38 Ibidem, p.43.

forma como Lima Barreto coloca no primeiro plano da narrativa a fala dos “negros” e dos “roceiros”, além do destaque dado ao *tupi*. É significativo destacar, portanto, que Lima Barreto, através do seu narrador, não realiza uma transposição linguística da “fala” dos “roceiros” e dos “negros”, apenas a registra próximo à oralidade.

O terceiro perfil identificado a partir do levantamento historiográfico de Brosseau³⁹ parte da utilização da literatura como uma forma de “crítica da realidade ou ideologia dominante”. Essa perspectiva, segundo o autor, pretende buscar na relação geografia-literatura formas que possam potencializar a construção de um futuro com “uma justiça social mais ampla”⁴⁰. Além disso, “os estudos de inspirações marxistas também procuraram na literatura um meio de demonstrar aquilo que a realidade poderia ou deveria ser.”⁴¹

Ainda com base nas observações de Brosseau⁴², destacamos que a geografia humanista produziu “uma celebração excessiva do papel do sujeito” onde o “contexto, coerção e estratificação social foram pouco consideradas”. Com base nesse mesmo autor, afirmamos que a perspectiva humanista não desenvolveu uma reflexão que leve em consideração o papel do sujeito sem ignorar os contextos em que os textos estão inseridos.

A partir desse levantamento teórico, identificamos como uma necessidade do tempo presente a retomada da discussão acerca do sujeito e de suas possíveis representações. Mas entendemos que inserir o sujeito no debate não elimina as relações contextuais associadas a elementos teóricos e políticos.

Outra questão metodológica desenvolvida por Brosseau versa sobre a forma como encaramos a relação sujeito-objeto (pesquisador-pesquisa) ao afirmar que “o interesse por uma relação dialógica reside na sua vontade de reconhecer o outro enquanto outro, isto é, na recusa de transformá-lo em objeto, de ‘homologá-lo’. No interior de uma relação como essa, o outro permanece sujeito.”⁴³ Ao afirmar o diálogo como uma relação onde “o outro” deve ser considerado “sujeito”, o autor contribui para pensarmos o diálogo que estabelecemos com o texto literário. De acordo com Marc Brosseau, a geografia regional, a geografia humanista e a geografia radical ou crítica delegaram – na maioria dos trabalhos – o papel de “objeto” de pesquisa para a literatura e posicionou o sujeito pesquisador do lado oposto. A pior consequência dessa postura metodológica é o desejo de ver no texto literário apenas suas necessidades de pesquisa. Quando analisamos o romance a partir de uma ideia pré-

39 BROSSEAU, 2007, p.46.

40 Ibidem, p.46.

41 Ibidem, p.46.

42 Ibidem, p.46.

43 Idem. O romance: outro sujeito para a geografia In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p.81-82.

estabelecida daquilo que desejamos observar, acabamos amordaçando o “outro”, ou melhor, o texto literário. Assim, pretendemos estabelecer um diálogo com os textos onde sujeito e objeto da pesquisa – em suas formas clássicas – possuem uma relação contínua. Esse princípio metodológico tornou-se um eixo central em nosso trabalho, uma vez que não indicamos a presença de conteúdos geográficos na literatura com intuito de “provar” a existência da geografia na literatura. Ao contrário, a análise buscou contemplar o geográfico na literatura ou na ambientação em que ocorria a narrativa. De igual forma, também atentamos para a relação existente entre o “meio”, a “composição dos personagens” e sua posição na estrutura narrativa. Para exemplificar, podemos citar a ideia de “classe média” desenvolvida no romance, mas trata-se da “classe média suburbana” que reside no bairro de São Cristóvão nas duas últimas décadas do século XIX. Nesses termos, não foi nosso intuito identificar a geografia na literatura, mas buscar o geográfico na condição existencial presente no texto literário. Se não existe vida social fora da relação espaço e tempo, a geografia, a história e a literatura estão em constante relação nos textos, contextos e pretextos. Portanto, nunca estão ausentes em autores e leitores.

A aproximação de nosso tema de pesquisa aconteceu a partir do fim de 2010, momento em que começamos a pesquisar e elaborar a possibilidade de desenvolver um projeto de doutoramento que trabalhasse a relação entre geografia e literatura. Nesse período, também estabelecemos os primeiros contatos com os escritos de Lima Barreto. A partir da elaboração do projeto, em 2011, e a entrada para o Programa de Pós-Graduação, em 2012, percebemos a necessidade de ampliar a compreensão sobre a produção em geografia e literatura. Alguns passos iniciais foram dados, como a leitura de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (2002); a descoberta dos textos clássicos sobre o tema publicados no Brasil, de autoria de Pierre Monbeig (1940)⁴⁴ e Fernando Segismundo (1949)⁴⁵; a leitura do livro organizado por Eduardo Marandola e Lúcia Helena Gratão (2010) e o livro de Janaína Marandola (2011). Após o exame de qualificação percebemos a necessidade de aprofundar e sistematizar uma leitura do campo temático da geografia que envolve a produção em geografia e literatura. A imprescindibilidade da tarefa partiu da necessidade de situar o trabalho em relação aos conhecimentos produzidos anteriormente no Brasil acerca do tema.

44 MONBEIG, Pierre. Literatura e geografia. In: *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p.222-229.

45 SEGISMUNDO, Fernando. Literatura e geografia. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, nº76, p.327-332, jul. 1949.

Quanto à estrutura da tese, o primeiro capítulo apresenta uma “imagem” da produção em geografia e literatura no Brasil. A partir de um levantamento quantitativo, partimos para a leitura e análise qualitativa dos periódicos – que são as principais fontes do capítulo. Trata-se de um levantamento quantitativo da produção em geografia e literatura entre as décadas de 1970 – década da publicação do texto mais antigo encontrado on-line – e 2014 – ano que antecede a realização dessa etapa da pesquisa. Cabe destacar que o recorte temporal foi estabelecido a partir da disponibilidade de textos on-line encontrados nos periódicos. A partir desse momento, com base no levantamento bibliográfico, iniciamos o mapeamento teórico dos textos selecionados. Primeiro, apresentamos o mapeamento teórico dos textos daqueles autores que mais publicaram sobre geografia e literatura. Em um segundo momento, estendemos a tarefa para os trinta e sete textos levantados, dedicando-nos à leitura dos textos levantados e a realização de um mapeamento de suas referências bibliográficas em busca dos campos teóricos da geografia, e de outras áreas, que embasam as reflexões dessa produção. Logo após, realizamos uma exposição dos subcampos da geografia presentes em nosso levantamento do ponto de vista teórico, destacando, desta maneira: a geografia humanista, a geografia cultural alglo-americana e a geografia cultural francesa. A exposição desses subcampos se torna importante na medida em que auxilia o mapeamento e a compreensão da produção em geografia e literatura. E, além disso, permite-nos uma melhor compreensão dos argumentos utilizados pelos autores que se dedicaram ao tema nas últimas décadas – cujo interesse e produção possuem um aumento gradativamente.

Para finalizar o capítulo, estabelecemos uma reflexão a partir das ideias de Bertrand Levy (1997), onde o autor desenvolve reflexões que pontuam a relação geografia e literatura a partir de especificidades teóricas da geografia humanista e da geografia cultural. Seu posicionamento é interessante, uma vez que não descarta a possibilidade de contribuição dos dois campos sem a preocupação de aderir a um deles de forma mais inconteste. Bertrand Levy, mantém uma postura de “distanciamento” em relação aos campos da “geografia humanista” e da “geografia cultural”. Não é objetivo do geógrafo estabelecer uma abertura do campo da geografia (ciência) para a geografia cultural ou humanista, sua preocupação está direcionada para questões de ordem teórica e epistemológica. No geral, sua proposição ressalta o caráter existencial da literatura e reforça a necessidade de não objetivarmos em demasia a literatura (arte) uma vez que objetividade e subjetividade compõem uma certa “condição humana” e, por isso mesmo, estão presentes em várias concepções de geografia (ciência) e de literatura (arte). A partir de suas reflexões entendemos que nosso trabalho não é de “geografia cultural” – seja ela humanista ou cultural –, mas assume um “objeto” da cultura

como fonte de análise. A partir de uma abordagem cultural em geografia, a perspectiva desse trabalho está alicerçada no fortalecimento do caráter existencial da literatura, o que significa afirmar sua indissociabilidade das relações espaciais e temporais, reforçando, assim, uma possibilidade de diálogo com a geografia (ciência).

O segundo capítulo apresenta três objetivos básicos: realizar uma delimitação temática que envolve a produção do conhecimento em relação aos campos da geografia, história e literatura no Brasil; traçar uma delimitação temporal a partir do diálogo entre Lima Barreto e seu tempo histórico. De forma geral, o capítulo busca demonstrar a presença de uma “equação geográfica” no pensamento social brasileiro entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

A realização da delimitação temática exigiu um recuo ao período imperial, mais especificamente ao Romantismo. Entendemos ser este o momento em que as relações entre literatura e ciência tornaram-se mais evidentes: o projeto de nação estabelecido pela monarquia lusitana, com base no Romantismo, mobilizava a literatura para a construção simbólica do Brasil, mas não deixava de incorporar argumentos associados à produção do conhecimento em outras áreas, tais como a geografia, a história e a etnografia. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem um papel importante na relação entre esses campos do conhecimento, uma vez que muitos dos conhecimentos que mobilizavam conteúdos geográficos e históricos foram utilizados pelos escritores ligados ao Romantismo.

De forma mais específica, a delimitação temporal da tese apresenta algumas questões que fazem parte dos “temas quentes” da Primeira República. Nesse sentido, procuramos inserir o posicionamento de Lima Barreto em relação a alguns desses temas, como, por exemplo, o feminismo, o futebol e a literatura consagrada em seu tempo. Entendemos que Lima Barreto dialoga com a tradição literária que tem origem no Romantismo e desenvolve-se até a Primeira República. Um exemplo da forma como Lima Barreto estabelece o diálogo de tradições entre o Império e a República está presente no personagem Policarpo Quaresma, protagonista do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. O personagem Policarpo é um republicano, mas apesar disso, propõe o *tupi* como língua nacional. É de nosso conhecimento que o Romantismo construiu uma nacionalidade para o Brasil através de um projeto de literatura indigenista. Entendemos que esse projeto é assimilado e representado em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* de forma irônica, vide a proposição do *tupi* como língua nacional através de um republicano que defende o governo do marechal e presidente Floriano Peixoto – caracterizado pelo narrador do romance como *ditador*. A forma como o projeto romântico retorna no republicano Policarpo é um dos pontos que fornece originalidade à narrativa de

Lima Barreto e, em relação a esse ponto, vale reforçar que é expressão de sua verve irônica em relação aos intelectuais de seu tempo e a forma como recepcionavam as ideias vindas do exterior – condicionado-as a nossa realidade – muitas vezes de forma ambivalente e contraditória.

Por fim, demonstramos como as noções de “natureza” e “terra” estiveram presentes nas obras de intelectuais que participavam da transição ocorrida a partir de 1870. A “geração” de intelectuais de 1870 estabeleceu a crítica aos padrões de conhecimento estabelecidos pelo Romantismo e a forma como vinham sendo mobilizados para pensar uma ideia de Brasil. Os intelectuais que pontuaram uma maior aproximação da ciência nessa época foram Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Silvio Romero, Capistrano de Abreu e Araripe Júnior. Além desses, também salientamos a presença da noção de “natureza” em Euclides da Cunha e Graça Aranha, intelectuais próximos à geração de Lima Barreto. Também realizamos uma exposição sobre a presença da noção de “terra” em Vicente Licínio e Euclides da Cunha. A exposição dos autores a partir das noções de “terra” e “natureza” atestam a presença de uma “equação geográfica” no pensamento social brasileiro ao longo do século XIX, primeiro no Romantismo indigenista, e se estende ao fim do século XIX e início do XX a partir das apropriações que os intelectuais fizeram dos evolucionismos, positivismos e determinismos. Os intelectuais pós-1870, apesar de terem realizado a crítica ao Romantismo por não ter consigo desenvolver a literatura nacional, não romperam com a dimensão geográfica presente nos projetos de Brasil. O que ocorreu foi, antes de tudo, um deslocamento da literatura (arte) para a ciência.

O terceiro capítulo tem como ponto de partida a necessidade de demonstrar como o aspecto geográfico permanece no pensamento social brasileiro, especificamente em Lima Barreto. Para isso, recorreremos ao debate sobre a categoria de “sertão” e aos autores que o entendem de forma “plástica” e não limitam o entendimento da categoria a um conjunto de fenômenos de ordem geográfica delimitados através de uma fronteira estabelecida por características “fixas”, tais como: a “escassez” de água, a presença da caatinga e do sertanejo. A categoria de “sertão” empregada acompanha as reflexões de Nísia Trindade Lima (2013), Janaína Amado (1995) e Antonio Carlos Robert de Moraes (2009).

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* identificamos a noção de “sertão” próxima a ideia de campo, quando observamos o deslocamento de Policarpo para o “Sítio do Sossego” localizado no município (ficcional) de Curuzu. No entanto, também é possível aproximar a noção de “sertão” da ideia de subúrbio nos momentos em que compõem a primeira parte da narrativa onde o personagem Policarpo ainda reside em São Cristóvão. Não podemos perder

de vista que no final do século XIX – delimitação temporal em que o romance se situa – o bairro de São Cristóvão abrigava uma classe média com sentimentos aristocráticos. No entanto, se levarmos em consideração o momento em que o romance foi escrito – o início da segunda década do século XX –, perceberemos que as classes sociais mais pobres ocupavam as áreas periféricas da cidade, dando origem ao “conceito carioca de subúrbio”, consagrado ao longo desse mesmo século. O fenômeno do deslocamento dos mais pobres para os subúrbios está diretamente associado à reforma Pereira Passos, responsável pela remoção de morros, cortiços e pontos de lazer dos mais pobres. Esse deslocamento foi acompanhado do aumento das linhas férreas e de bonde. De alguma forma, a aproximação das noções de “sertão” e subúrbio neste capítulo apresentam a necessidade de discutir sobre os espaços excluídos dos processos de modernização e dos modernismos em curso.

Após aproximarmos a noção de “sertão” da obra de Lima Barreto, desenvolvemos uma possibilidade de análise para *Triste Fim de Policarpo Quaresma* atento às relações entre sertão/litoral e campo/cidade. O livro está dividido em três partes que apresentam delimitações espaciais bem definidas. A primeira parte da narrativa se desenvolve em São Cristóvão (cidade) e apresenta algumas áreas suburbanas – já ocupada pelos mais pobres –, tais como: Riachuelo, Méier, Todos os Santos e Piedade. O personagem violonista Ricardo Coração dos Outros, professor de violão de Policarpo Quaresma, reside em algum bairro entre Todos os Santos e Piedade. Nessa parte inicial, Policarpo Quaresma tenta empreender algumas mudanças estruturais no Brasil baseando-se em suas pesquisas e estudos pessoais. Os principais empreendimentos de Policarpo na primeira parte do livro são: a tentativa de se aproximar da cultura popular, através das visitas realizadas a casa da preta velha Tia Maria Rita e do poeta popular, além da proposição do *tupi* como língua nacional. Ambos empreendimentos fracassam e o último, acrescido do fato de ter encaminhado um documento oficial redigido em *tupi* para o seu “chefe”, lhe custou uma internação no hospício e a aposentadoria compulsória. Analisamos que tais fracassos foram os primeiros tristes fins de Policarpo Quaresma e que, como tentativa de reabilitação, o personagem aceita a sugestão da afilhada Olga de morar no campo e investir em plantações.

A análise desenvolvida no terceiro capítulo concentrou-se na primeira parte do romance, momento em que Policarpo Quaresma reside em São Cristóvão, de onde elencamos os seguintes temas: a relação do intelectual (Policarpo) com a classe média suburbana; a “alta sociedade suburbana” e a cultura e a proposição do *tupi* como língua nacional. A respeito desse último ponto, levando em consideração as consequências da proposição e do

encaminhamento do documento oficial redigido em tupi, permitimo-nos refletir sobre a espacialidade da loucura no romance e, consequentemente, na cidade do Rio de Janeiro.

No quarto capítulo fizemos a análise da segunda e da terceira parte do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Devido a internação de Policarpo no Hospício, a segunda parte do romance inicia-se tratando o tema da loucura. Logo após a narrativa concentra-se nas atividades laborais de Policarpo e de seus ajudantes – inicialmente o preto velho Anastácio, mas adiante os “roceiros” Felizardo e Mané Candeeiro – na tentativa de demonstrar que as terras brasileiras são as mais férteis do mundo. Além da tentativa de Policarpo Quaresma de demonstrar que o Brasil é um país rico e grande pela sua “própria natureza”, a segunda parte do livro aborda questões sociais de outra ordem, tais como a miséria e a pobreza da maior parte da população rural; as relações políticas e de corrupção entre o município os estados (províncias) que impossibilitam uma mudança estrutural da vida no campo. Em nossa leitura, o romance promove uma desromantização do campo, principalmente no que diz respeito a visão que os habitantes da cidade tinham em relação à vida rural. Esse processo ocorre a partir da personagem Olga – sobrinha de Policarpo Quaresma – quando não aceita a tese de que a baixa produtividade do campo está associada à “preguiça” ou “indolência” do homem do campo. O diálogo de Olga e Felizardo conduz à reflexão sobre a questão agrária e, por consequência, à estrutura fundiária concentradora presente até os dias atuais em nosso país.

O contexto histórico em que o romance se estabelece está situado no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), mais especificamente o período que antecede à Revolta Armada, presente na terceira parte do romance. Como tratamos no segundo capítulo, nesse cenário pós-Romantismo, os intelectuais brasileiros aderem às ideias de caráter evolucionista, determinista e positivista que de forma singular vão combinar e desenvolver argumentos associados às teorias raciais. Tais ideias ganham um tratamento diferenciado a partir do início do século XX, momento em que ocorre a Revolta da Vacina, a Reforma Pereira Passos, a finalização do desmonte do Morro do Castelo⁴⁶ e as comemorações do centenário da independência (em 1922).⁴⁷

Tendo em vista o período de elaboração do romance (1911-1915) e a forma como os roceiros e os “negros” são tratados pelo narrador, constatamos a necessidade de estabelecer um diálogo com as reflexões sobre o higienismo, a eugenia e o racismo – temas abordados por intelectuais que se envolveram nas campanhas higienistas empreendidas pelo Estado

46 Um dos argumentos utilizados para remover os morros e junto deles a população pobre do centro da cidade está a necessidade de “arejar” a cidade. Para isso a construção de um grande bulevar (Avenida Central) e a remoção dos morros – primeiro o morro do Castelo e, posteriormente, o de Santo Antônio.

47 Nesse mesmo ano Lima Barreto falece, se realiza a Semana de Arte Moderna em São Paulo e ocorre a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

brasileiro a partir da segunda década do século XX. As campanhas objetivavam conhecer e levar a modernização aos sertões brasileiros e faziam uso da medicina como instrumento científico básico. Parcialmente, o movimento sanitaria representa uma ampliação para a escala nacional das ações implementadas na cidade do Rio de Janeiro através da Reforma Pereira Passos que apresenta uma concepção médica de cidade – entre engenheiros e arquitetos, os médicos ganham uma importância singular no período. Nesses termos, o narrador do romance aborda os personagens negros e “roceiros” com base em argumentos estereotipados e generalizantes que revelam o preconceito e racismo comum à época em relação aos negros e aos mestiços. É possível estabelecer uma relação entre a caracterização desses personagens e o personagem “Jeca Tatu” criado por Monteiro Lobato, principalmente no que diz respeito à caracterização inicial que o autor realiza do Jeca, responsabilizando o personagem pelos “males do Brasil” – símbolo das atividades agrícolas predominantes, do arcaísmo, da ausência de modernização, da indústria e das máquinas como um todo.

Enfim para ampliar a visualização do geográfico na literatura confeccionamos mapas que estão distribuídos entre os capítulos 3 e 4. Inicialmente, nos baseamos no livro de Franco Moretti (2003) e desenvolvemos a seguinte metodologia: Primeiro, realizamos uma releitura do romance em análise; logo após, destacamos os trechos onde a dimensão geográfica (espacial) se ressalta. No momento seguinte, a partir das bases cartográficas fornecidas pelo google maps⁴⁸ imprimimos um mapa com a escala aproximada do fenômeno ao qual o texto literário se referia e marcamos os pontos que desejávamos destacar. Em nossa avaliação, o objetivo de aproximar a linguagem literária da linguagem cartográfica foi alcançado. Os momentos da narrativa e os pontos selecionados para a realização dos mapas coincidem com alguns dos temas selecionados para a análise, no entanto, o mapa *Localização das residências de Lima Barreto* está fora do campo de análise do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, tendo sido elaborado a partir da leitura da biografia de Lima Barreto escrita por Francisco de Assis Barbosa (1981).

48 Ver o site: [//www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps)

2. Uma imagem da produção em Geografia e Literatura no Brasil

A produção geográfica que versa sobre geografia e literatura tem aumentado nos últimos quinze anos e esse aumento reflete um redimensionamento dos interesses da pesquisa em geografia. Esse movimento amplia a capacidade de diálogo da geografia com outros campos do conhecimento. De forma ampla, podemos destacar a interlocução com as literaturas (prosa e verso), e de forma mais específica, ocorre uma ampliação da interação com outros campos das ciências sociais que não eram tão recorrentes até então, entre eles, a teoria e a história literária.

Este capítulo tem como objetivo fazer um levantamento e uma apresentação da produção envolvendo geografia e literatura no Brasil. Em um primeiro momento, vamos expor os caminhos escolhidos para a realização do levantamento (periódicos), assim como os dados levantados. A partir daí, indicaremos o oriente dessa produção e os pesquisadores que mais as têm desenvolvido. De igual forma, indicaremos os principais referenciais teóricos dos autores que mais apresentaram textos publicados em geografia e literatura. Posteriormente, vamos ampliar a análise dos referenciais teóricos para todos os autores e textos levantados. Para isso, realizamos um mapeamento teórico de toda a produção levantada (37 textos) e fizemos o cruzamento entre as quatro tendências teóricas mais recorrentes – geografia humanista, teoria literária, teoria da geografia e geografia cultural. Após, vamos apresentar um breve contexto histórico e teórico dos subcampos da geografia que têm se dedicado à produção sobre geografia e literatura, quais sejam, geografia cultural anglo americana, geografia humanista e geografia cultural francesa. Por último, preliminarmente, desenvolveremos alguns apontamentos teóricos que sintetizam nossas atenções em relação à produção sobre geografia e literatura. Nesses termos, destacamos que as posturas teóricas adotadas são fruto de um diálogo com a produção sobre o tema, em outras palavras, partem de um determinado diagnóstico da produção sobre a relação entre geografia e literatura no Brasil⁴⁹.

49 De acordo com MARANDOLA JR e OLIVEIRA: “É importante notar ainda que na base de cada abordagem há uma concepção da Geografia e da Literatura, da Ciência e da Arte, que se reflete não apenas na leitura, mas também na forma de encarar a relação entre elas”. Os autores evidenciam que a forma como se encara a relação entre Geografia e Literatura depende da concepção que temos da geografia como ciência e da literatura como um campo da arte. Cf.: MARANDOLA JR, Eduardo e OLIVEIRA, Livia de. *Geograficidade e espacialidade na literatura*. Geografia, Rio Claro, v.34, n.3, p. 495, set./dez. 2009.

2.1. Os periódicos

Feita a escolha pelos periódicos (revistas, boletins e cadernos) como fonte para a realização do levantamento bibliográfico, trabalhamos com publicações de diferentes momentos entre a década de 1970 e o ano de 2014⁵⁰. A diversidade de períodos analisados está associada as seguintes questões: todo levantamento bibliográfico foi realizado on-line e as revistas disponibilizam períodos diferentes de sua produção; algumas apresentam hiatos entre um número e outro ou entre um ano de publicação e outro. Nestes termos, vale destacar que o alcance do nosso recorte temporal vai se estender de 1974, data da revista mais antiga encontrada on-line⁵¹, até o ano de 2014, ano anterior à realização do levantamento⁵². Não consideramos, a data de fundação do periódico como referencial para a realização do levantamento, e sim o período da revista que está disponível on-line, a exemplo da Revista Geografia (AGETEO/UNESP-Rio Claro), periódico fundado em 1976,⁵³ só disponível on-line a partir de 1998⁵⁴ até 2014. Caso tivéssemos escolhido trabalhar com a data de fundação dos periódicos, teríamos de ter assumido a tarefa de pesquisar presencialmente os números ausentes na rede. No entanto, como entendemos que todo levantamento trabalha por amostragem e depende dos critérios estabelecidos a partir dos objetivos da pesquisa ou do que se pretende visualizar, preferimos construir o nosso recorte temporal a partir dos intervalos das revistas disponíveis on-line. Acreditamos que essa amostragem dá conta do que desejamos captar: uma “imagem” em movimento da produção em geografia e literatura nas últimas

50 Ver: Tabelas 1, 2 e 3.

51 Boletim Gaúcho de Geografia – AGB/PortoAlegre. Cf. “Tabela 6 – Levantamento Bibliográfico Geral”, no Anexo B.

52 Os textos foram coletados dos sites dos periódicos entre os meses de janeiro e março de 2015.

53 No site da Associação de Geografia Teorética (AGETEO), há um interessante esclarecimento sobre a Revista de Geografia, que é uma das revistas mais antigas e que consegue manter a periodicidade da publicação até o presente momento: “A Associação de Geografia Teorética - AGETEO – é uma associação científica de âmbito nacional, sem fins lucrativos, fundada 04 de março de 1971, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, tendo por finalidade o estudo, a promoção e a divulgação dos conhecimentos Geográficos. Foram seus fundadores Antonio Christofolletti, Antonio Olívio Ceron, José Alexandre Felizola Diniz, Livia de Oliveira, Miguel César Sanchez, Pérola Emília Liberato, Élide Aparecida Chizzoti, Lucia Helena de Oliveira Gerardi, José Carlos de Godoy Camargo e Sérgio dos Anjos Ferreira Pinto. Em agosto de 1971, foi lançado o primeiro número do Boletim de Geografia Teorética, publicado semestralmente até dezembro de 1995 (vol 25 – n. 49/50). Em abril de 1976, em parceria com a Editora Hucitec até 1978, foi iniciada a publicação da revista Geografia, que se mantém ininterrupta até hoje, com três números anuais. Em 2000, iniciou um programa editorial de livros, tendo publicado quatro títulos. A AGETEO está aberta a sócios individuais e institucionais do Brasil e do exterior e a Geografia recebe textos para publicação tanto de sócios quanto de não sócios, não privilegiando esta condição nem qualquer outra de natureza temática, filosófica ou político-ideológica. A revista Geografia é distribuída por intercâmbio para 124 instituições em 28 países.” In: <http://www.ageteo.org.br/index.php/historico>. Acessado em: 18 de julho de 2015.

54 Nesse ano só está disponível o periódico vol. 23 nº 3. O site indica que os números anteriores, de 1976 até 1998, estão em processo de digitalização.

décadas. Dessa forma, vale destacar que o recorte temporal para a análise dos periódicos não foi estabelecido previamente ou a partir de algum critério aleatório, mas sim da própria pesquisa nos periódicos, dos seus volumes e números disponíveis on-line; em síntese, as fontes (periódicos) nos forneceram essa possibilidade de recorte temporal.

Definido esse caminho, podemos afirmar que os periódicos mais antigos consultados são: Boletim Gaúcho de Geografia (AGB-Porto Alegre) desde 1974, Boletim Goiano (UFG) desde 1981, o Boletim de Geografia (UEM) desde 1983, a Revista Geosul e a Revista Terra Livre, desde 1986. Cabe destacar que a presença de textos sobre a relação geografia e literatura nesses periódicos é pequena ou inexistente. O Boletim Gaúcho (AGB-Porto Alegre) apresenta um texto sobre o tema, o Boletim Goiano (UFG) não apresenta publicações sobre o assunto, o Boletim de Geografia (UEM) apresenta um texto sobre a temática, a Revista Geosul publicou dois textos sobre o tema – mas um texto é de autoria de um pesquisador da UNESP e o outro de pesquisadores da UFG. Já na Revista Terra Livre (AGB-Nacional) não há publicação sobre o tema.

O levantamento bibliográfico revelou que a maior parte dos artigos sobre geografia e literatura foi publicada em periódicos mais recentes ou bem recentes, se compararmos com os períodos de publicação dos periódicos citados anteriormente. Assim, entre os mais recentes estão a Revista Ateliê Geográfico (UFG/IESA), desde 2007⁵⁵, a Revista Espaço & Cultura (UERJ/NEPEC) desde 1995⁵⁶, a Revista Geografia (AGETEO/UNESP-Rio Claro), desde 1998 e o Caderno de Geografia (PUC/MG), desde 2007. A Revista Ateliê Geográfico (UFG/IESA) e a Revista Espaço & Cultura tem, cada uma, seis textos publicados. A Revista Geografia (AGETEO/UNESP-Rio Claro) publicou quatro textos e o Caderno de Geografia (PUC/MG)⁵⁷ três.

O levantamento tornou claro o interesse recente dos geógrafos na relação entre geografia e literatura. Além disso, vale destacar que os periódicos mais antigos que foram fundados ou passaram pela década de 1980 – período áureo do processo de renovação crítica da geografia no Brasil – apresentam poucas ou nenhuma publicação sobre a relação geografia e literatura. Em contraposição a essa situação, os periódicos que mais apresentaram publicações acerca do tema foram fundados entre a década de 1990 e os anos 2000.

Optamos por trabalhar com os periódicos porque entendemos que eles fazem parte da

55 Nesta revista os números e volumes dos periódicos disponíveis on-line coincidem com o ano de fundação do periódico em 2007.

56 A data dos números e volumes on-line também coincide com o ano de fundação do periódico em 1995.

57 No Caderno de Geografia (PUC-Minas Gerais) está disponível on-line apenas os volumes e números a partir de 2007. No entanto, o próprio site adverte que os números publicados a partir da década de 1990 estão em processo de digitalização.

estratégia de um grupo de intelectuais que deseja não só produzir um trabalho acadêmico, mas também divulgá-lo dentro de um campo científico, colocá-lo em circulação. Então, não priorizamos identificar só a produção dentro do tema, mas uma produção que tenha sido colocada em “movimento” de alguma forma. Por isso, a opção pelos periódicos, em detrimento das teses e dissertações, estratégia mais comum nos levantamentos bibliográficos⁵⁸. Sabemos que há programas de pós-graduação que disponibilizam suas produções on-line. No entanto, os programas de pós-graduação que realizam a divulgação das suas dissertações e teses, o fazem a partir de um período recente. Nesse sentido, ao optarmos pelos periódicos, além das questões já apontadas, foi possível rastrear a produção e a divulgação desses trabalhos em um recorte temporal mais amplo.

Nosso objetivo é pensar a produção e a circulação dos trabalhos produzidos no maior intervalo de tempo possível. Entendemos que uma tese que não é publicizada através de periódicos, de livro ou de capítulo de livro, seja on-line ou impresso, possivelmente terá menos impacto na comunidade acadêmica na qual está inserida. Além disso, há trabalhos que são ensaios e não se tornaram ou serviram de base para dissertações ou teses. Nesse caso, optar pelos periódicos como fonte para o nosso levantamento nos conduz ao contato com uma diversidade maior de trabalhos e autores que se dedicaram a textos de diferentes tipos: projetos, dissertações, teses, ensaios, entre outros.

Uma das primeiras questões de ordem metodológica consistiu na busca do caminho para a pesquisa dos periódicos na Internet. Quais palavras-chave deveríamos utilizar? Deveríamos buscar os autores que já têm alguma produção na área e seus respectivos currículos? Ou deveríamos fazer uma busca através de palavras-chave, como “Geografia”, “Literatura” ou “Geografia e Literatura” diretamente nos sites de busca disponíveis na internet? As duas tentativas apresentavam, entretanto, um número pequeno de incidências nas buscas on-line e eram muito fragmentadas.

Descobrimos então que o Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UNB) e o Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) disponibilizam uma listagem dos periódicos nacionais e internacionais. Dessa forma, para ter acesso a uma listagem e ampliar a potencialidade de nossas buscas, consultamos as listas de periódicos feita pela CAPES⁵⁹ e a listagem de periódicos disponível no site do Programa de Pós-Graduação

58 Ver: MARANDOLA JR e OLIVEIRA, 2009, p.496; e SOUZA, Marquessuel Dantas de. *Geografia, literatura e música: o simbolismo geográfico na arte*. Revista de geografia (UFPE) v.30, nº 1, 2013, p.116-118.

59 Trabalhamos com a lista da CAPES disponível em janeiro de 2015. Ver Anexo A. Cf.: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

em Geografia da UNB⁶⁰. Durante a maior parte do tempo utilizamos como base a lista de periódicos produzida pelo sistema Qualis da CAPES. No entanto, essa lista, apesar de parecer mais completa, classifica muitos periódicos de outras áreas do conhecimento como sendo da área de geografia.

Dessa forma, foi necessário fazer uma seleção entre os periódicos listados como sendo da área de geografia *strito sensu* – sem considerar os enlaces multidisciplinares que constituem a geografia como ciência. Nesses casos, quando o nome não era suficiente para o descarte do periódico, fomos até o site e verificamos qual era sua área de atuação de forma mais específica⁶¹. Ao identificarmos que o periódico era da geografia, executamos a busca on-line no site do periódico, utilizando como palavras-chave: geografia, literatura, geografia e literatura, geografia humanista e geografia cultural. Então, com base nas listas, acessamos o site do periódico (revista, boletim ou caderno) e acionamos o botão “ANTERIORES”, que nos direciona para os volumes e números do periódico que estão digitalizados e disponíveis on-line. Nesse momento, anotamos o período da revista que se encontra on-line, por exemplo, Boletim Gaúcho de Geografia (AGB-Porto Alegre), disponível de 1974 a 2014. Após, voltamos à página inicial e acessamos à seção “PESQUISA”, que nos leva à página de busca para acessarmos os volumes e edições anteriores. Essa página possui o campo “pesquisar termos em todas as categorias”, em que inserimos as nossas palavras-chave: geografia, literatura, geografia e literatura, geografia humanista e geografia cultural⁶². A partir das consultas obtivemos os resultados apresentados em nossa tabela geral.⁶³

O sistema Qualis avalia os periódicos e os classifica em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Nesses termos, além da triagem pela área, optamos por trabalhar apenas com os periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2. Nossa escolha está associada ao fato de o Sistema Qualis

60 Para consultar a lista de periódicos montada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNB ver o site: <http://www.posgea.unb.br/revistas>. Percebemos que o programa monta sua lista baseada na classificação da CAPES, tanto que a classificação atribuída pelo sistema de avaliação QUALIS aparece na lista de periódicos disponibilizados pela Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNB. Além disso, notamos que esse site organiza uma lista única e em ordem alfabética.

61 Encontramos um texto sobre geografia e literatura produzido por uma professora da área de Letras publicado na Revista NUPEM (vol.4, nº6, 2012). Tais casos parecem demonstrar o quanto as questões relativas aos espaços: lugares, territórios, regiões e paisagens têm interessado outros campos do conhecimento que buscam o diálogo com a geografia e, especificamente, nesse caso, através da literatura. Entendemos que essas aproximações são importantes para o fortalecimento do nosso campo e de nossa identidade como campo científico.

62 Já era de nosso conhecimento que a geografia humanista e a geografia cultural têm mais tradição na aproximação da geografia com a literatura, mas tivemos o cuidado de usar palavras-chave que ampliassem a pesquisa, uma vez que a busca que realizamos não é sobre geografia humanista/cultural e sim sobre a produção que pontua a relação entre geografia e literatura na geografia brasileira.

63 A “Tabela 6 – Levantamento Bibliográfico Geral”, no Anexo B, traz as seguintes informações: Título do trabalho, Ano do trabalho, Autor-Universidade, Periódico, Referencial teórico, Recorte temporal e que tipo de literatura foi utilizado pelo autor: poesia, romance, contos ou crônicas.

adotar a manutenção da publicação como um dos critérios para avaliar os periódicos. Dessa forma, os periódicos avaliados como A1, A2, B1 e B2 – nos critérios do Sistema Qualis – são os que conseguem manter a periodicidade em suas publicações. A manutenção da periodicidade para perceber o movimento de assunção da recente produção em Geografia e Literatura no Brasil se tornou um critério importante em nossa pesquisa.⁶⁴

Após destacarmos os periódicos de geografia em meio aos periódicos dos outros campos do conhecimento, hierarquizados a partir do processo de avaliação da CAPES (A1, A2, B1 e B2), selecionamos trinta e dois periódicos. Entre esses, quinze periódicos não contêm textos sobre geografia e literatura, e dezessete possuem publicações sobre o tema da pesquisa. Como já destacamos, a maior parte dos trinta e sete artigos publicados estão em periódicos mais recentes, fundados a partir da década de 1990.

Tabelas com a sistematização parcial dos dados encontrados:

Tabela 1 – Revistas, Boletins e Cadernos

Periódicos	nº
Pesquisados	32
Sem publicação (tema)	15
Com publicações (tema)	17
Total de publicações	37

⁶⁴ Um dos critérios utilizados pelo sistema QUALIS/CAPES para avaliar os periódicos é a permanência da publicação ou a garantia da manutenção da publicidade, seja bimestral, trimestral ou semestral. Como adotamos como base valorizar, não só a produção em geografia e literatura, mas igualmente a sua circulação, o critério de manutenção da periodicidade ganha importância. Isso não significa que estamos de acordo com a classificação e a hierarquização dos periódicos. Em nossa compreensão esse tipo de classificação instiga um produtivismo acadêmico em que nem sempre a quantidade consegue acompanhar a qualidade. Além disso, um periódico mais “artesanal” e menos profissional pode congrega, em poucos números, textos de grande contribuição para uma determinada comunidade acadêmica. No entanto, se ele não mantiver a sua periodicidade não alcançará o topo da lista QUALIS/CAPES.

Tabela 2 – Periódicos consultados em que não houve ocorrência de textos sobre geografia e literatura

	Periódico	Recorte Temporal
1	Boletim Goiano de Geografia (UFG)	1981-2014
2	Caderno Geográfico (UFSC) ⁶⁵	-
3	Caderno Prudentino de Geografia (AGB-PP)	2011-2014
4	Revista Ciência Geográfica (AGB-Bauru) ⁶⁶	-
5	Revista Espaço e Geografia (PPGG-UNB)	2002-2014
6	Revista Geografia & Ensino (DGEO-PPGG/UFSM) ⁶⁷	2011-2013
7	Revista Geografar (UFPR)	2006-2014
8	Revista Geografias (DGEO-PÓS/UFMG)	2005-2014
9	Revista Geonomos (IGEO/UFMG)	1993-2014
10	Revista Geouerj (IGEO-PPGG/UERJ)	1997-2014
11	Revsista Geousp (DGEO/USP)	2002-2014
12	Revista Geographia (PPGG/UFF)	1999-2014
13	Revista Pegada (FCT/UNESP)	2000-2014
14	Revista Terr@ Plural (UNICENTRO/UEPG)	2007-2014
15	Revista Terra Livre (AGB-DEN)	1986-2014

⁶⁵ Apesar de constar na lista do Sistema Qualis, o link do Caderno Geográfico (UFSC) se encontra off-line.

⁶⁶ A Revista Ciência Geográfica (AGB-Bauru) apresentava apenas três números on-line: maio-agosto e setembro-dezembro de 2003 e um número de dezembro de 2013.

⁶⁷ No período da consulta on-line, a Revista Geografia e Ensino só havia disponibilizado suas revistas até o ano de 2013.

Tabela 3 – Periódicos consultados (on-line) onde houve ocorrência de textos sobre geografia e literatura

	Periódico	Recorte Temporal	Ocorrência de artigos
1	Revista Ateliê Geográfico (UFG/IESA)	2007-2014	6
2	Revista Espaço & Cultura (UERJ/NEPEC)	1995-2013 ⁶⁸	6
3	Revista Geografia (AGETEO-UNESP/Rio Claro)	1998-2014	4
4	Caderno de Geografia (PUC-Minas)	2007-2014	3
5	Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)	2003-2013 ⁶⁹	2
6	Revista Caminhos da Geografia (UFU/PPGG/IGEO)	2000-2014	2
7	Revista Geosul (UFSC)	1986-2014	2
8	Revista de Geografia (UFPE)	2005-2014	2
9	Revista Sociedade & Natureza (UFU)	1999-2014	2
10	Boletim de Geografia da Universidade Estadual do Maringá (UEM)	1983-2014	1
11	Revista Percorso – DGEO/PPGG/UEM/NEMO	2009-2014	1
12	Revista NUPEM – UEP/Pós-Interdisciplinar (Campo Mourão)	2009-2014	1
13	Revista Geotextos (UFBA-PPGG)	2005-2014	1
14	Revista Geografares (UFES-PPGG)	2000-2014	1
15	Revista Geografia (UEL-DGEO-PPGG)	1983-2013	1
16	Revista do Departamento de Geografia (USP)	1982-2014	1
17	Boletim Gaúcho de Geografia (AGB-Porto Alegre)	1974-2014	1
	Total		37

⁶⁸ A Revista Espaço & Cultura só havia disponibilizado suas revistas até o ano de 2013 no período da consulta on-line.

⁶⁹ A Revista da ANPEGE só havia disponibilizado suas revistas até o ano de 2013 no período da consulta on-line.

2.2. Os autores recorrentes e seus referenciais teóricos

No levantamento bibliográfico, colocamos em relevo os quatro autores que mais publicaram sobre geografia e literatura, com o objetivo de identificar as principais referências e linhas teóricas utilizadas por esses pesquisadores. Em um primeiro momento, destacamos os autores, as universidades às quais estão vinculados e suas parcerias. Após, identificamos as principais referências teóricas utilizadas por esses autores, para, em seguida, realizar o mapeamento dos referenciais teóricos de todos os textos levantados, a fim de perceber como os estudos em geografia e literatura estão se comportando como campo de estudo do ponto de vista conceitual.⁷⁰

O autor que mais apresentou publicações segundo nosso levantamento foi o Professor Dr. Eguimar Felício (UFG-IESA). O primeiro e o segundo textos foram publicados na Revista Ateliê Geográfico (UFG) em 2007 e 2008, respectivamente, ressaltando-se que o segundo texto foi produzido em coautoria com Andréia Aparecida (Rede Pública Municipal de Goiânia). O terceiro texto foi publicado na Revista de Geografia (UFPE) em coautoria com Angelita Pereira (Professora de Comunicação Social – UFG). Em uma visão geral, englobando os três textos produzidos pelo pesquisador, notamos os seguintes referenciais teóricos: geografia cultural no primeiro e no terceiro artigo; geografia humanista no primeiro e no terceiro artigo; filosofia, no primeiro e no segundo artigo e teoria literária no segundo e no terceiro artigo. Além desses referenciais teóricos, encontramos: psicanálise, psicologia, teoria da geografia, ensino da geografia e teoria social.

Do ponto de vista qualitativo, algumas questões desenvolvidas despertaram nosso interesse e merecem ser pontuadas. Os pesquisadores destacam a relação entre geografia e literatura como modo de ampliar o leque de pesquisas e as possibilidades de leitura geográfica do mundo. Nesse ponto sobressai a ideia da literatura como concepção de mundo, mas, também, a noção de que reside na própria literatura a capacidade de criar mundos a partir das representações elaboradas. Em outros termos: a literatura recebe influência de uma determinada realidade, mas também é capaz de criar novos mundos (imaginários) e, a partir deles, influenciar na elaboração de outras realidades. Em nossa percepção, há uma preocupação em situar a geografia na “crise paradigmática” em que a ciência moderna se encontra. Nesse sentido, os autores demonstram, que o diálogo entre geografia e literatura

⁷⁰ Para a execução dessas duas etapas, foi necessário realizar a leitura dos 37 (trinta e sete) textos selecionados entre os 32 (trinta e dois) periódicos pesquisados. Após a leitura de cada texto realizamos o preenchimento da ficha de coleta de dados. Ver: Anexo D.

pode promover o avanço da ciência no que diz respeito a algumas dicotomias estabelecidas pelo padrão Iluminista, em outras palavras, a capacidade da literatura de propor uma aproximação entre arte e ciência, objetividade e subjetividade, razão e sensibilidade, entre a racionalização da realidade e a sua percepção sensorial. Além dessas questões, os pesquisadores produzem um discurso que visa ultrapassar a ideia da literatura como sendo apenas uma ilustração da realidade. Para isso, procuram aproximar a relação geografia e literatura da ideia de existência. Nesse sentido, reforçam a questão já colocada: a literatura faz parte de um mundo, mas também cria novos mundos, novas possibilidades de significação da realidade. Pode, assim, conter representações dos espaços/lugares que possibilitam enriquecer a leitura geográfica do mundo. A partir disso a geografia (ciência) pode se aproximar da existência, do homem em seu cotidiano. A geografia (ciência) e a literatura (arte) possuem, cada uma a sua maneira, uma ferramenta em comum: a linguagem, e cabe a nós (literatos e geógrafos) aproximar essas linguagens e promover o diálogo entre essas duas formas do conhecimento. A geografia, destacam, pode fazer da literatura uma fonte de pesquisa.

A geógrafa Msc. Maria Amélia Vilanova Neta (IBGE) é a pesquisadora que mais publicou, de acordo com nosso levantamento. O primeiro e o segundo textos, ambos de sua única autoria, foram publicados na Revista Espaço & Cultura, 2004 e 2009, respectivamente. Os referenciais teóricos neles presentes estão relacionados à geografia cultural e à teoria literária, para além da geografia humanista e da antropologia, que também aparecem como referenciais teóricos em suas bibliografias.

A pesquisadora destaca algumas possibilidades para desenvolvermos a relação entre geografia e literatura, baseada em referenciais teóricos diferentes. No primeiro caso, fundamentada no estudo de Fernández, analisa os romances *1984*, de George Orwell e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley. A segunda possibilidade é realizada a partir das ideias do geógrafo francês Marc Brosseau, cujo estudo analisa o romance *Manhattan Transfer* de John Dos Passos. Marc Brosseau utiliza como referencial teórico as ideias de Mikhail Bakhtin para defender um método dialógico entre geografia (ciência) e literatura (arte). Brosseau lançará mão da ideia de cronotopo desenvolvida por Bakhtin, conceito que faz a relação entre tempo, espaço e linguagem, mostrando como uma determinada linguagem se desenvolve em um determinado tempo e espaço. A ideia de cidade texto é desenvolvida e apresentada por Marc Brosseau e por James Duncan. Em outro momento, a autora destaca a possibilidade elaborada por Franco Moretti, segundo a qual a linguagem cartográfica (mapa) se torna um veículo que favorece o diálogo entre geografia e a literatura. Os textos da autora apresentam um leque de “ferramentas mentais”, nas quais a relação entre geografia e literatura

podem se desenvolver.

Entre os autores que mais publicaram, também encontramos o geógrafo e pesquisador Dr. Eduardo Marandola Jr. (UNICAMP), cuja primeira publicação (2009) se deu em coautoria com a Prof. Dr. Emérita Livia de Oliveira (UNESP-Rio Claro), na Revista Geografia (UNESP-Rio Claro). No segundo texto, publicado no Caderno de Geografia (PUC-Minas) em 2010, Marandola Jr. aparece como co-autor e Priscila Marchiori Dall Gallo (IC/UNICAMP), como autora. No que diz respeito aos dois textos, observam-se os seguintes referenciais teóricos: teoria literária, geografia humanista e geografia cultural. No primeiro texto encontramos referências teóricas associadas à teoria da geografia e no segundo, à filosofia e teoria social (urbano). Em suas reflexões, os autores realizam um bom levantamento das possibilidades teóricas e metodológicas para desenvolvermos a relação entre geografia e literatura. Além disso, apresentam alguns textos clássicos que tratam essa relação, em língua portuguesa e outros idiomas. Uma questão central realçada pelos autores trata da necessidade de não se ater à preocupação em estabelecer relações diretas e verificáveis entre o texto literário e a realidade vivida pelo autor ou pelo leitor. Isso significa permitir que a literatura mostre à ciência o que ela tem de melhor através, de sua linguagem, que é única. Os autores em questão refletem ainda acerca da possibilidade de relação entre geografia e literatura desenvolvida por Franco Moretti em seu livro *Atlas do Romance Europeu*.

O primeiro texto do Prof. Dr. Julio César Suzuki (USP) foi publicado na Revista da ANPEGE em 2005, e o segundo, na Revista do Departamento de Geografia (USP), em 2006. O único referencial teórico relativo aos dois textos é a teoria literária, com efeito o principal referencial teórico utilizado no primeiro texto. Além da teoria literária, o segundo texto apresenta diversos referenciais teóricos, tais como, história, gramática, geografia, teoria da geografia e filosofia. Uma das questões centrais desenvolvidas pelo pesquisador é a relação do autor com a cidade e a sua arte. Suzuki demonstra como a poesia pode conter uma representação ficcional (imaginada) das cidades e como essas representações podem nos ajudar a perceber melhor a relação entre a cidade e o poeta, ou o poeta na cidade e a cidade no poeta. Através de um diálogo da teoria literária com a ideia de “ambientação”, apresenta uma reflexão sobre o “espaço romanesco”, e ao fazer essa reflexão, avança na forma como o espaço aparece representado nas formulações desenvolvidas pela teoria literária. O espaço deixa de ser cenário e muitas vezes se torna ator. Também nos deixa possibilidades interpretativas que nos conduzem à necessidade de não confundirmos o espaço romanesco – foco de estudo da teoria literária – com o espaço geográfico – objeto de estudo da geografia. A necessidade de distinção entre o espaço geográfico e o espaço romanesco não ignora as

relações e os possíveis intercâmbios que pode haver entre eles. Como geógrafo com formação na área de letras, o autor, em sua interpretação da literatura, lança mão de conhecimentos nos campos da sintaxe e da semântica.

O cruzamento dos referenciais teóricos dos quatro autores mais recorrentes em nosso levantamento, suscitou algumas questões. No entanto, antes de apresentá-las é importante ressaltar que nossa preocupação não é justificar/julgar as escolhas teóricas dos autores apresentados, e sim apresentar uma análise que está associada a uma tentativa de leitura do campo de pesquisa que tem se dedicado à relação entre geografia e literatura no Brasil.

Em síntese, podemos apresentar o seguinte quadro: três autores fazem referências à geografia humanista e à geografia cultural; todos os autores referem-se à teoria da literária; dois autores apresentam referências à teoria da geografia, três autores, a teoria social e três autores, à filosofia. Ainda aparecem como alusões teóricas não repetidas entre os autores: o ensino de geografia, psicanálise, teoria social (urbano), antropologia, história e gramática. O cruzamento dos referenciais teóricos, em nossos autores recorrentes, demonstra que a geografia cultural e a geografia humanista são os subcampos da geografia em destaque na produção teórica que vem alimentando as pesquisas em geografia e literatura. Também se destaca a teoria literária, utilizada por todos os autores – essa informação parece demonstrar que os geógrafos estão percebendo a necessidade de se apropriar da literatura, conhecendo um pouco mais sobre seus conceitos (teoria) e sua história. A teoria da geografia, por sua vez, está presente apenas em dois autores em comparação com a filosofia e a teoria social. De forma preliminar, essa constatação pode ser um indício de como os geógrafos têm a tendência em buscar fora da área as referências primordiais às nossas reflexões.

2.2.1. Os referenciais teóricos dos autores

Tendo em vista a estruturação das referências teóricas a partir dos autores que mais artigos publicaram sobre geografia e literatura, identificamos a necessidade e a possibilidade de ampliar nosso mapeamento teórico. Para isso, estendemos a metodologia de identificação das referências teóricas utilizadas pelos autores para todo o nosso levantamento. Com o objetivo de realizar essa tarefa, construímos uma tabela enumerando todos os textos levantados em uma coluna que vai de um a trinta e sete, onde cada número indica um artigo

levantado⁷¹. Após a leitura dos trinta e sete, fizemos a seleção das principais referências teóricas utilizadas pelos autores, cruzando as reflexões teóricas levantadas com as referências bibliográficas presentes em cada texto. Diante disso realizamos o registro das referências teóricas em uma das colunas da tabela, com os textos numerados em linhas. Logo após, totalizamos o número de vezes que cada referência teórica aparece.

Tabela 4 – Síntese do Mapeamento Teórico Total

Posição	Tendências Teóricas	Número de ocorrências nos textos
1	Geografia Humanista	22
2	Teoria Literária	21
3	Teoria da Geografia	18
4	Geografia Cultural	16
5	Filosofia	13
6	História	8
7	Teoria Social	7
8	Ensino de Geografia	6
9	Geografia Física e Linguística	3
10	Psicanálise, Antropologia e História da Ciência	2
11	Sociologia, Geopolítica, Gramática, Psicologia, Semiótica, Identidade Regional, Urbanismo, Estudos Ambientais, Geografia do Brasil, História da Ciência, Estudos Migratórios e Ciência Política.	1

Nosso objetivo é observar as principais tendências teóricas que vêm sendo utilizadas nas pesquisas em geografia e literatura. Nesse sentido, fomos surpreendidos pela presença da teoria literária como segunda tendência teórica, com vinte umas incidências no universo dos trinta e sete textos levantados. A princípio, tínhamos como pressuposto a possibilidade de a geografia humanista e a geografia cultural ficarem no topo da lista, visto que esses campos têm tido uma abertura maior para o diálogo com a literatura e com as artes em geral. No

71 Ver: Anexo C, Tabela 7.

entanto, nosso pressuposto se confirmou parcialmente quando a geografia humanista apareceu como ocorrência teórica mais utilizada – com vinte e duas ocorrências nas bibliografias dos textos⁷². Apesar disso, a geografia cultural só apareceu em quarto lugar, apresentando dezesseis ocorrências. O que podemos dizer sobre o agrupamento dessas quatro tendências teóricas observadas em nosso levantamento – geografia humanista, teoria literária, teoria da geografia e geografia cultural?

Primeiramente, o desenho parece mostrar que a geografia humanista está investindo intensamente no campo da produção em geografia e literatura. Além do levantamento realizado para essa pesquisa, observamos que os três livros publicados no Brasil a que tivemos acesso, e se dedicam a geografia e literatura, assumem essa perspectiva teórica – mesmo que realçando diferentes nuances trabalhadas pelo campo humanista. São eles: a obra de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, *O Mapa e a Trama*⁷³; o livro organizado por Eduardo Marandola e Lúcia Helena Gratão, *Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*⁷⁴ e *Caminhos de Morte e de Vida*⁷⁵ de Janaína de Alencar M. e S. Marandola.

A primeira referência é uma coletânea de ensaios produzidos pelo autor entre as décadas de 1980 e 1990. O primeiro bloco dos ensaios que compõem o livro assume a perspectiva humanista associada à ideia de como o autor ou os personagens construídos nos romances percebem os lugares, orientação essa associada à noção *sense of place*⁷⁶.

O livro de Janaína Marandola é consequência de sua dissertação de mestrado, em que a pesquisadora trabalhou a relação entre geografia e literatura a partir da poesia de João Cabral de Melo Neto. Marandola desenvolve a relação entre geografia e literatura tendo como ponto de partida os conteúdos geográficos da obra, para chegar ao espaço no romance. Não se trata, segundo a autora, de descartar o contexto social da obra de João Cabral para interpretar o conteúdo geográfico dos seus romances, mas sim de encarar a obra como sendo obra de um autor.

O livro organizado por Eduardo Marandola e Lúcia Helena Gratão apresenta uma pluralidade de abordagens, temas e perspectivas. Os ensaios ali contidos são assinados por

72 Vale destacar que só consideramos uma incidência por texto. Por exemplo, o texto X pode conter três livros sobre Geografia Cultural, mas na contagem das incidências teóricas só vai contar uma.

73 MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanesas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

74 MARANDOLA JR, Eduardo e GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Geografia & literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL, 2010.

75 MARANDOLA, Janaína de Alencar M. e S. *Caminhos de morte e de vida: o geográfico e o telúrico no rio severino de João Cabral de Melo Neto*. Londrina: EDUEL, 2011.

76 “percepção do lugar”.

doze autores que atuam em universidades diversas, situadas em diferentes estados: nove deles atuam em São Paulo; dois, no Paraná; um, em Goiás; um, em Sergipe e um em Minas Gerais⁷⁷. É interessante notar que não há aqui pesquisador do Rio de Janeiro associado à geografia cultural e que tenha se dedicado à temática. Parece-nos que essa tendência aponta para o fato de que a perspectiva humanista está tentando conquistar espaço na geografia brasileira a partir da produção de um determinado grupo de intelectuais associados.

A presença da teoria literária como base teórica presente em vinte e um textos dentre os trinta e sete levantados pode revelar algumas possibilidades positivas e outras nem tanto. Entendemos, por um lado, que os geógrafos podem estar aprofundando o diálogo com a literatura e com as áreas do conhecimento que refletem sobre esse campo da arte, tal como a linguística, movimento fundamental para o avanço das pesquisas em geografia e literatura, uma vez que a geografia pode estar deixando de assumir a literatura como objeto e alvo ilustrativo das reflexões desenvolvidas no campo da ciência. Por outro lado, devemos ficar atentos: o diálogo com a teoria literária pode perder de vista nosso ponto de partida, a geografia.

Nesse sentido, a teoria da geografia foi definida, em nosso levantamento, como sendo as reflexões teóricas associadas a uma teoria geral da geografia, reflexão que envolve seus conceitos, categorias e métodos. Em linhas gerais, a teoria da geografia pode ser exemplificada pelos esforços do geógrafo Milton Santos⁷⁸ em sua tentativa de trazer a geografia para o diálogo com a filosofia e com os outros campos das ciências sociais. Terceira tendência teórica mais recorrente nos textos, está presente em quase metade dos trabalhos apresentados, dezoito ocorrências em um universo de trinta e sete artigos levantados.

De forma geral, observamos na geografia uma inclinação para buscar fora do próprio campo de produção as referências teóricas mais originais e basilares. Essa postura nos conduz à reflexão sobre dois pontos relacionados à geografia como campo científico. Primeiramente, desde o período que antecede sua institucionalização universitária até a instituição ocorrida na França no final do século XIX, a geografia constituiu-se num campo do conhecimento em contato com outras disciplinas e áreas do conhecimento. Para pensar essa observação, basta lembrar as perspectivas geográficas desenvolvidas por aqueles que são considerados fundadores da geografia moderna, Humboldt, Ritter e Ratzel. O mesmo ocorre em relação aos fundadores da Geografia Clássica, como Paul Vidal de La Blache, historiador de formação.

Para além dessas características fundacionais associadas aos perfis dos pensadores,

77 Extraímos essas informações do próprio livro, em sua sessão final – *Sobre os autores*. Ver: MARANDOLA JR e GRATÃO, 2010, p.349-352.

78 SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

não podemos esquecer que a geografia, ao longo de sua história, estabeleceu uma tradição de pensamento e de pesquisa com os outros campos das ciências sociais, tais como, a sociologia, a história e a antropologia⁷⁹. Impõe-se, desse modo, seguinte questão: nós, geógrafos, conhecemos a tradição de pensamento na qual estamos inseridos e que de alguma forma nos constitui? A geografia agrária, por exemplo, além de estudar os seus clássicos – como a questão agrária de Kautsky – conhece as obras que fundam a geografia como campo do conhecimento? Os geógrafos que se debruçam sobre as diversas histórias da geografia no Brasil e no mundo conhecem o percurso feito pelos pesquisadores dentro dessa área de pesquisa no seu próprio país? Enfim, não se trata de negar a importância e a riqueza do diálogo com outros campos do conhecimento ou disciplinas, pelo contrário, esse trabalho se funda na possibilidade do diálogo da geografia com a literatura e história, mas não podemos esquecer que estamos submersos em uma tradição de pensamento geográfico, e para avançar é necessário conhecê-la. Nesses termos, se torna imprescindível destacar o esforço realizado por Ruy Moreira e Elvio Rodriguês Martins⁸⁰ ao aproximar as suas reflexões contemporâneas dos clássicos da geografia.

A geografia cultural aparece em quarto lugar nas referências teóricas observadas a partir das bibliografias dos textos levantados; há dezesseis ocorrências nos trinta e sete textos levantados. Essa posição nos surpreende, porque o periódico Espaço & Cultura (NEPEC-UERJ), associado ao grupo que tem divulgado a geografia cultural no Brasil, totalizou seis textos sobre geografia e literatura, ocupando o primeiro lugar, junto com o periódico Ateliê Geográfico (IESA-UFG). No entanto, este periódico é mais recente, tendo iniciado suas atividades no ano de 2007, enquanto o outro iniciou suas atividades no ano de 1995. É possível dizer que o grupo ligado ao segundo periódico avançou bastante nas publicações sobre o tema, levando em consideração que é um periódico 12 anos mais recente que o outro. Em linhas gerais, essa informação parece endossar nossa percepção de que a geografia humanista tem avançado mais em relação às pesquisas em geografia e literatura que a geografia cultural. Também parece ser crível afirmar que a geografia cultural parece estar mais aberta a outras bibliografias que não as produzidas dentro do grupo circunscrito por esse próprio subcampo.

Um fato curioso observado durante a coleta do material empírico ou enquanto

79 Para mais detalhes: FERNANDES, Felipe Moura. *Os anais de geografia e a geografia dos anais em Pierre Monbeig*. Dissertação de mestrado em História Social do Território. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2009.

80 Ver: MARTINS, Elvio Rodriguês. *Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser*. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, 2007, p. 33-51; e MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Contexto, 2008.

constituíamos a coleta dos textos nos sites de busca dos periódicos, é que o número de incidências de textos visualizados através da palavra-chave geografia cultural foi sempre maior do que em relação a palavra-chave geografia humanista. Isso pode estar associado a uma questão simples, a princípio, o caráter polissêmico da palavra “cultura”. Essa mesma polissemia não parece estar deflagrada em relação a palavra “humanista”, ao menos quando a busca é realizada em sites de periódicos da geografia brasileira.

Com o objetivo de aprofundar um pouco mais essas pistas e nosso entendimento sobre a produção em geografia e literatura no Brasil, refletimos sobre a geografia humanista e a geografia cultural do ponto de vista mais qualitativo. Nessa seção pretendemos apontar algumas diferenças e aproximações entre as abordagens desenvolvidas pela geografia humanista e pela geografia cultural. A partir do levantamento empírico e do mapeamento teórico realizado por nós, parece não haver dúvidas quanto ao predomínio desses dois subcampos da geografia que mais tem se dedicado a pensar e produzir sobre a relação entre geografia e literatura no Brasil. Apesar de a geografia cultural ter ocupado o quarto lugar no ranqueamento dos referenciais teóricos, entendemos que a teoria literária e a teoria da geografia são reflexões que alimentam esses dois subcampos da geografia nas pesquisas sobre geografia e literatura. Principalmente, se não perdemos de vista duas questões: primeiro, a teoria literária é uma reflexão de uma outra área do conhecimento (letras) e a teoria da geografia – como foi concebida em nosso levantamento – está associada a reflexões teóricas de longo alcance sobre o nosso campo do conhecimento; posteriormente, sabemos que existem autores associados a outras perspectivas teóricas e metodológicas que produzem e produziram textos sobre a relação entre geografia e literatura, mas esses não tiveram seus trabalhos publicados nos periódicos selecionados por nós⁸¹.

81 Entre os pesquisadores que se enquadram nesse caso, podemos destacar os trabalhos de: MOREIRA, Ruy. Sertões: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa In: *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2011, p.143-159; e VITTE, Antônio Carlos e COUTINHO, Giuliano. *Macunaíma: natureza e formação territorial na constituição da identidade nacional brasileira*. In: MARANDOLA JR. e GRATÃO, 2010, p. 207-240. Esses dois textos nos inspiraram pela forma como trabalham a relação entre geografia e história e, por consequência, pela maneira como tratam a relação ciência e arte.

2.2.2. Cruzando os principais referenciais teóricos

Nesta seção realizamos o cruzamento entre os quatro principais referenciais teóricos destacados em nosso levantamento – geografia humanista, teoria literária, teoria da geografia e geografia cultural. Esse cruzamento só se tornou possível quando ampliamos o mapeamento teórico para além dos quatro autores que mais publicaram textos na temática em destaque, de acordo com o indicado por nossas fontes (periódicos).

Para tal desenvolvemos a seguinte metodologia. Primeiro trabalhamos com a tabela 7 (Anexo C) em que a primeira coluna de 1 a 37 representa os trinta e sete textos levantados sobre a temática em questão⁸². Em seguida, isolamos as colunas que correspondiam à quantidade de textos e ressaltamos a tendência teórica em destaque (geografia humanista, teoria literária, teoria da geografia e geografia cultural); marcamos os textos que tinham referências teóricas nos dois campos em comparação, ou em um dos campos isoladamente.

A partir dos resultados obtidos com o cruzamento das quatro principais tendências teóricas, confeccionamos os seguintes gráficos e comentários:

Gráfico 1

Cruzamento das tendências teóricas entre geografia humanista e geografia cultural

⁸² Ver: Anexo C, Tabela 7.

Esses dados parecem reforçar o traço de um desenho que está se tornando mais nítido em nosso levantamento, qual seja, a geografia humanista vem investindo mais que outros subcampos da geografia na produção em geografia e literatura. Essa afirmação pode ser confirmada ao observarmos que entre os trinta e sete textos pesquisados, apenas três usaram referências associadas somente à geografia cultural. Junto a isso, no que diz respeito à geografia humanista, nove textos apresentaram referências circunscritas a esse campo de atuação. No entanto, a maior parte dos textos que utilizaram alguma referência associada à geografia humanista – treze dentre eles também o fizeram em relação a geografia cultural. E essa última informação demonstra que os dois campos estão em diálogo e não se excluem, apesar das diferenças nas delimitações de suas pesquisas, nos seus enfoques conceituais e diferentes concepções de geografia.

Gráfico 2

Cruzamento das tendências teóricas entre geografia cultural e teoria da geografia

O cruzamento acima demonstra a sobreposição entre a geografia cultural e a teoria da geografia. Ao fazer esse cruzamento percebemos que a incidência teórica da geografia cultural enquanto referência é menor em relação a teoria da geografia. Como se pode depreender, nessa intersecção, apenas oito trabalhos usaram como referência somente a geografia cultural. No entanto, dez trabalhos usaram somente a teoria da geografia como referência para a

elaboração de textos sobre geografia e literatura e oito trabalhos usaram a geografia cultural e a teoria da geografia como referências teóricas em seus textos. Esses dados podem indicar o quanto a geografia cultural é pouco conhecida ou reconhecida e apropriada pelos pesquisadores brasileiros, que buscam mais base teórica em uma teoria geral da geografia – o que nunca deixa de ser importante – do que em um subcampo que assume como objeto de pesquisa elementos associados à cultura, tais como, a geografia cultural e a geografia humanista.

Gráfico 3

Cruzamento das tendências teóricas entre geografia humanista e teoria da geografia

Nesse ponto, como se pode observar, mais uma vez a geografia humanista como única referência teórica fica à frente da teoria da geografia. Dentre os textos analisados, doze apresentaram referências associadas apenas à geografia humanista em relação aos oito textos que apresentaram referências associadas somente a teoria da geografia. No entanto, dez textos apresentaram referências teóricas na reflexão sobre a teoria da geografia também o fizeram no campo da geografia humanista. Em outras palavras, mais da metade dos textos que utilizaram somente a teoria da geografia como referência também empregaram alguma referência relacionada à geografia humanista. As diferenças parecem pequenas, mas no universo de amostragem com que estamos trabalhando – trinta e sete textos no total – quatro textos é

quase dez por cento de toda a amostragem – 12 trabalhos apresentaram referências teóricas somente na geografia humanista. Esse cruzamento reforça o investimento de pesquisa na temática sobre geografia e literatura por parte da geografia humanista.

Gráfico 4

Cruzamento das tendências teóricas entre
geografia cultural e teoria literária

Ao observar o cruzamento dos dados dessas referências teóricas, percebemos que a maior parte dos textos que usam alguma referência no campo da geografia cultural o fazem igualmente no campo da teoria literária. Esse gráfico parece demonstrar que há uma abertura maior da geografia cultural a outras referências teóricas associadas à teoria literária. Observa-se aqui uma recepção maior em relação a todas outras tendências cruzadas até agora: no cruzamento com a geografia humanista, três textos usaram referências só em geografia cultural e treze textos apresentaram referências em geografia cultural e geografia humanista; no cruzamento com a teoria da geografia há um empate: oito textos usaram referências só em geografia cultural e oito textos também apresentaram referências em geografia cultural e teoria da geografia. Já no cruzamento com a teoria literária, seis textos apresentaram referências só no campo da geografia cultural e dez textos apresentaram referências no campo da geografia cultural e da teoria literária. Ao fim, percebemos que a geografia cultural não se apresentou majoritariamente como referência teórica em nenhum dos três cruzamentos entre

as referências teóricas.

Vale destacar que no mapeamento das tendências teóricas apresentadas nos trinta e sete textos, a teoria literária mostrou um número de ocorrências maior que a geografia cultural – a primeira acumulou vinte e uma ocorrências e a geografia cultural, dezesseis ocorrências. A presença e a influência da teoria literária na produção em geografia e literatura no Brasil possui relevo em nosso levantamento desde o cruzamento das referências entre os quatro autores mais recorrentes. A teoria literária foi a única referência presente na bibliografia de todos os autores, na maioria dos casos em detrimento da teoria da geografia.

Gráfico 5

Cruzamento das tendências teóricas entre geografia humanista e teoria literária

O cruzamento dessas tendências teóricas resultou na seguinte imagem: a geografia humanista, no quadro geral das tendências teóricas, apresentou vinte e duas ocorrências, dentre as quais somente oito em geografia humanista e apenas quatorze em geografia humanista e teoria literária. Em outros termos, boa parte dos textos que apresentaram referências tão somente em geografia humanista também apresentaram referências em teoria literária. Parece que a geografia humanista tem tido uma boa abertura para a teoria literária, visto que essas foram as duas maiores referências teóricas que nosso levantamento apresenta.

No geral quase o dobro de pesquisadores que trabalharam com geografia humanista também o fizeram com alguma referência relacionada à teoria e/ou à história da literatura. A relação entre as duas referências mais constantes em nosso levantamento é boa, mas alguns pesquisadores – um número significativo na amostragem de trinta e sete textos – permanece usando uma referência ou outra. Tendo como base a teoria literária, a geografia cultural foi a que mais apresentou uma aproximação com esse referencial: onze textos apresentaram referências só em teoria literária, e desses, dez textos apresentaram referências em teoria literária e geografia cultural, ou seja, na interseção teórica desses dois grupos quase todos os textos que utilizaram referências associadas à teoria literária também utilizaram referências no campo da geografia cultural.

2.3. Os referenciais teóricos: identificando o identificável

A partir das décadas de 1960 e 1970 ocorreram diferentes movimentos de reação e de renovação do discurso geográfico⁸³. Podemos dizer que eram propostas de reação surgidas em um contexto em que a necessidade de refletir sobre novas possibilidades para o pensar e o fazer geografia era premente. Esses movimentos pontuavam alternativas à geografia quantitativa⁸⁴ que se tornou, em muitos países, a geografia oficial no período pós-segunda guerra mundial. Essa geografia se oficializou no momento em que os estados-nações têm sua necessidade de planejamento redimensionada. Nesse sentido, a geografia já ofertava

83 Entre esses discursos de renovação, destacamos a geografia crítica (França), a geografia radical (EUA), a geografia humanista (EUA) e a geografia cultural (EUA e França).

84 O movimento da geografia quantitativa no Brasil já se adjetivava como “renovador” e até mesmo “revolucionário”. Lysia Bernardes declara que: “A participação da Associação dos Geógrafos Brasileiros na XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada no Rio de Janeiro, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, foi programada tendo em vista congregar os geógrafos filiados à Associação dos Geógrafos para um encontro que se fazia necessário, voltado, basicamente para uma discussão em torno da renovação conceitual e metodológica que vem se processando na Geografia brasileira, associada à introdução e progressiva difusão de técnicas quantitativas. (...) A primeira destas atividades foi um Curso sobre Técnicas Quantitativas, realizado por técnicos da fundação do IBGE, Speridião Faissol, Olga Maria Buarque de Lima, Pedro Pinchas Geiger e coordenado pelo primeiro”. E continua: “A renovação em questão, por alguns é considerada uma revolução, resultou de um processo de modernização e revisão, como a de novas técnicas, como de novos enfoques conceituais e metodológicos(...)”. A publicação ainda traz um texto da geógrafa Livia de Oliveira intitulado “A Renovação na Geografia”, e é interessante notar que essa mesma geógrafa vai ser introdutora da Geografia Humanista no Brasil no início da década de 1980. Ver: BERNARDES, Lysia. *Simpósio: Renovação da geografia. XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Rio de Janeiro: AGB-São Paulo, 1973, p.5.

instrumentos teóricos e técnicos ao planejamento estatal – vide a geografia regional francesa e a geografia alemã do final do século XIX e início do século XX⁸⁵.

Entre os movimentos de reação surgidos entre as décadas de 1960 e 1970, destacamos inicialmente a geografia radical (EUA)⁸⁶ e a geografia crítica (França), que tinham em comum o diálogo com o marxismo e com outros autores ligados à teoria social crítica. De forma mais específica, no Brasil, a partir da década de 1980, a geografia crítica (França) consolidou uma certa hegemonia⁸⁷. Entendemos que essa hegemonia está fortemente associada a dois fatores: a tradição que a geografia francesa tem no Brasil desde a sua instituição universitária na década de 1930 e o contexto histórico que o Brasil vivia naquele momento, final da década de 1970, em que o país estava sob os auspícios de um regime militar e ditatorial, embora alguns setores da sociedade já conseguissem aliar forças para estabelecer o movimento de redemocratização. Via-se nesse, a implementação da lei da anistia assinada de 1978 e a reorganização de alguns movimentos sociais e estudantis no início da década de 1980.

Dessa forma, é necessário ampliar a compreensão sobre os processos de renovação do discurso geográfico ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980. Como já destacamos, partimos do pressuposto de que o movimento de renovação crítica da geografia, alcançou um nível de efetivação grande na geografia brasileira. Um exemplo disso é o fato de que muitos geógrafos ligados a esse movimento – que apresentava pluralidades internas – se tornaram professores universitários entre a década de 1980 e 1990, e a vertente que mais orientou esse processo foi a geografia crítica francesa de inspiração marxista.

No cenário atual da geografia, outros movimentos de renovação do discurso geográfico, tais como a geografia cultural e a geografia humanista, começam a ganhar relevo no que diz respeito a determinadas temáticas, entre elas, as pesquisas realizadas em geografia

85 FERNANDES, Felipe Moura, 2009.

86 Para um maior aprofundamento sobre o surgimento da Geografia Radical nos Estados Unidos ver o artigo: PEET, Richard. O Desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos In: CHRISTOFOLLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 255-254. A partir da leitura dos textos, percebemos como a Geografia Radical e a Geografia Humanística surgem e ganham força a partir de um mesmo contexto cultural e político surgido na década de 1960.

87 A Geografia Francesa tem uma forte influência na formação dos cursos de Geografia no Brasil a partir década de 1930. O geógrafo Pierre Defontaine veio ao Brasil iniciar o curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934 e, posteriormente, no Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal (UDF), fundada em 1935. Para o lugar deixado por Pierre Defontaine, veio o professor Pierre Monbeig, que permaneceu um longo período em São Paulo. De acordo com MOREIRA (2008) e CORRÊA e RHOSENDAHL (2005) a influência do pensamento geográfico francês não se reduz ao episódio da formação da geografia universitária no Brasil; ela se estende ao longo do século XX até as décadas de 1960 e 1970 quando surgem diferentes perspectivas de Geografia no cenário internacional, inclusive a geografia crítica (França) e a geografia radical (EUA). In: CORRÊA, Roberto Lobato e RHOSENDAHL, Zeny. *A Geografia Cultural no Brasil*. Revista da ANPEGE, nº2, 2005. Atualmente, entendemos que a crítica em geografia apresenta possibilidades diversas e conglomeram intelectuais de diferentes perspectivas teóricas. Essa postura nos leva a pensar, que mais que uma geografia crítica, o que se estabeleceu no Brasil foi um movimento de renovação crítica da geografia brasileira.

e literatura, tal como ficou evidente em nosso levantamento. Entender melhor as tendências e as teorias que produziram renovações no discurso geográfico entre as décadas de 1970 e 1980 é essencial para compreender o quadro e as possibilidades de realização das pesquisas em geografia e literatura e para tornar mais visível o cenário da geografia contemporânea no Brasil e no mundo. Nestes termos impõe-se a seguinte questão: em que medida é possível desenvolvermos uma abordagem cultural crítica em geografia? Tudo indica que o cenário intelectual contemporâneo é propício ao diálogo entre os diversos campos do conhecimento (história, geografia, antropologia, arte e sociologia) e também entre os subcampos – geografia crítica, geografia radical, geografia humanista, geografia cultural, entre outras – que compõem uma mesma área do conhecimento. Portanto, é na possibilidade do diálogo entre geografia, história e literatura que esse trabalho se desenvolve.

2.3.1 Sobre a Geografia Cultural Anglo-Americana

A geografia cultural⁸⁸ está associada ao contexto estadunidense, mais especificamente ao período do entre guerras e ao momento posterior à segunda guerra mundial. Esse movimento, até as décadas de 1970 e 1980, não teve grande impacto na geografia brasileira, em que predominaram a matriz clássica da geografia francesa, a geografia quantitativa e a geografia crítica. Roberto Lobato e Zeny Rosendahl⁸⁹ destacam que o geógrafo brasileiro Hildgard Sternberg⁹⁰ era associado à perspectiva cultural e atuou na Universidade do Brasil;

88 Para apresentarmos esse panorama sobre a Geografia Cultural anglo-americana nos baseamos nos textos de: CORRÊA e RHOSENDAHL, 2005; e CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *A Geografia Cultural Brasileira: uma avaliação preliminar*. In: Revista da ANPEGE. Vol. 4, 2008, pp.7-88. Ambos os autores são protagonistas na inserção e no desenvolvimento da Geografia Cultural Anglo-Americana no Brasil.

89 Idem, 2008, p.76.

90 Em uma nota de “Homenagem” publicada por: GUIMARÃES, Maria. *Revista da FAPESP* nº 182, abril de 2011, p.59. Encontramos importantes informações sobre Hildgard O'Reilly Stenberg: “Desde que se encantou com o vasto mundo das águas amazônicas, nos anos 1940, Sternberg jamais deixou de percorrer os meandros desses rios. Sua tese *A água e o homem na várzea do Careiro*, concluída em 1956 e publicada apenas em 1998 pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, foi pioneira em chamar atenção para a dependência entre as populações ribeirinhas e os cursos d'água. Ele investigou também as consequências dessa relação para os rios, que se tornam graves quando o desmatamento aumenta o fluxo de água e reduz a calha dos rios por acúmulo de sedimentos, causando enchentes letais para as comunidades que vivem às suas margens. Foi um trabalho fundamental, avalia o geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, da Universidade de São Paulo (USP). Ele ressalta também um estudo sobre enchentes no Vale do Paraíba, no interior paulista. 'Sternberg fez uma análise meteorológica, examinou o povoamento, o uso desregrado do solo', conta. 'É uma

seu interesse pela geografia cultural o levou à Universidade da Califórnia, onde tornou-se amigo de Carl Sauer. No Brasil teve duas assistentes, Maria do Carmo Galvão e Berta Becker⁹¹, mas nenhuma seguiu a perspectiva de interesse do orientador.

Nesse movimento, ganha importância a figura do geógrafo Carl Sauer, ligado à Escola Berkeley. Sauer recebeu influência da fenomenologia e do antropólogo americano Alfred Kroeber, principalmente no que diz respeito a sua definição de cultura como sendo um “super orgânico”. De acordo com Scott Willian Hoefle⁹², a abordagem desenvolvida por Carl Sauer, nesse período, estabelece uma polêmica com o geógrafo estadunidense Richard Hartshorne; ambos os pesquisadores reagiam ao “evolucionismo racionalista” até então predominante, vindo de Semple, Huntington e Taylor. No entanto, a reação de Hartshorne está mais próxima de uma abordagem empírica, enquanto a reação esboçada por Sauer está pautada em um diálogo com a fenomenologia. Para além dessa polêmica, o pensamento de Carl Sauer começou a se estabelecer no período do entre guerras e desloca-se até a década de 1970, quando foi questionado pelo movimento chamado “nova geografia cultural”. Esse movimento desenha uma crítica à abordagem saueriana, dizendo que o seu desenvolvimento colocou a ideia de cultura como algo externo e determinante da vida dos homens.

De acordo com Lobato e Rosendhal⁹³:

A Geografia cultural liberta-se da visão de cultura como entidade supra-orgânica, independente, pairando sobre a sociedade e determinando as suas ações. Esta visão deriva do pensamento darwinista social de Herbert Spencer que, por intermédio do antropólogo Alfred Kroeber, professor em Berkeley, chega a Carl Sauer e aos seus discípulos, que a adotam. Essa visão recebeu em 1980 a crítica contundente de Duncan (2003).

De acordo com alguns autores, a crítica tem relevância quando levamos em

abordagem que tem todo um dinamismo e evoca também o passado histórico.' Essa visão integrada destaca o trabalho de Sternberg na geografia brasileira. Filho de imigrantes – um alemão e uma irlandesa –, Sternberg nasceu em 1917 no Rio de Janeiro, onde foi presidente da Sociedade de Geografia do Brasil de 1944 a 1964 e fundou o Centro de Investigação em Geografia do Brasil. Em 1956, foi um dos responsáveis pela realização do Congresso Internacional de Geografia, o primeiro num país tropical. Foi professor na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. 'Ele era jovem e talentoso, praticava uma geografia muito dinâmica e era um professor exigente e um grande incentivador', lembra Monteiro. E aterrorizou uma geração de diplomatas em formação com sua rigorosa disciplina no Instituto Rio Branco: para ele, os representantes brasileiros no exterior também precisavam ser geógrafos”.

91 A pesquisadora Berta Becker vai desenvolver pesquisas sobre a Amazônia, tal como o Hildgard Stenberg. No entanto, suas pesquisas se situam de forma mais ampla no campo da geografia política. Para mais informações ver: RIBEIRO, Vagner Costa. Bertha Becker: geógrafa da fronteira política e da Amazônia. *Biblio 3 W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de diciembre de 2014, Vol. XIX, nº 1103 (1).

92 HOEFLE, Scott Willian. Debates recentes na Geografia Cultural Anglo-Americana: uma apreciação antropológica e filosófica. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, nº 8, p.75-87, ago/dez de 1999.

93 CORRÊA e RHOSENDAHL, 2008, p.75.

consideração o período inicial das reflexões de Carl Sauer. Nesse estágio, o geógrafo foi fortemente influenciado pelo antropólogo (e amigo) Alfred Kroeber e a definição de cultura desenvolvida por esse autor – a cultura como algo “além do orgânico”, o “supra orgânica” ou o “superorgânico”⁹⁴. No entanto, não podemos desconsiderar o impacto que a análise exercida pela “nova geografia cultural” teve no cenário da geografia anglo-americana, em que ganhou destaque a crítica exercida por geógrafos como James Duncan e Denis Cosgrove – ambos integrantes do movimento de renovação da geografia estadunidense chamado a “nova geografia cultural”⁹⁵. Em parte, podemos afirmar que tais geógrafos são impulsionados pelo movimento chamado “estudos culturais”⁹⁶, que teve um desenvolvimento considerável nos países anglo-americanos. Nesse movimento podemos acrescentar a influência do campo filosófico da fenomenologia e de alguns pensadores marxistas, tais como Raymond Williams e E. P. Thompson. Não cabe nessa pesquisa aprofundar até que ponto a “nova geografia cultural” rompe ou perpetua a abordagem Saueriana da geografia cultural, mas vale indicar que mudanças são processos longos, e ao se tentar mudar, é comum a reprodução de conteúdos e abordagens antigas, isso é, a transição “em si”. Ainda no que diz respeito ao processo de renovação do discurso geográfico acontecido em solo estadunidense, vale destacar que há um grupo de pesquisadores mais próximos a esse processo de renovação que vão desencadear um debate sobre o conceito de cultura. Esse debate, assim como toda a perspectiva de geografia desenvolvida pela geografia cultural, é pouco divulgado no Brasil, mas julgamos de grande importância que os geógrafos contemporâneos formados no Brasil ao menos saibam que há um debate realizado por geógrafos acerca do conceito de cultura no início da década de 1980⁹⁷.

94 CORRÊA e RHOSENDAHL, 2008, p.75.

95 Ibidem, p.75-76.

96 Para uma apresentação aos estudos culturais, ver o livro: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. O livro traz textos de Richard Johnson, Ana Carolina Escosteguy e Norma Schulman. No final estão indicados alguns autores com obras traduzidas para o português que são referências nos estudos culturais, entre eles: Homi Bhabha, Stuart Hall, E. P. Thompson e Raymond Williams. A presença de Thompson e Williams como referências nos estudos culturais parece indicar que o marxismo e a teoria crítica em língua inglesa acompanharam o desenvolvimento dos estudos culturais desenvolvidos a partir da década de 1970 e 1980. O mesmo não parece ter ocorrido com as perspectivas marxistas desenvolvidas em língua francesa, em que o debate sobre as questões culturais tiveram um desenvolvimento tardio. Tal fato poderia estar associado ao controle político que o Partido Comunista Francês (PCF) exercia na produção dos intelectuais ligados a ele? É possível que predominasse no PCF o entendimento da cultura como resultado das determinações econômicas? Trata-se de questões para entendermos a não penetração de um discurso crítico associado à cultura no Brasil? A investigação que tais pontos demandam constitui o objeto de um outro trabalho, a que não nos propomos aqui.

97 Don Mitchel e sua contestação da posição da “nova geografia cultural”, as reações ao seu texto elaborada por Peter Jackson, James Duncan e Nancy Duncan e Denis Cosgrove e sua redarguição estão publicadas na Revista Espaço & Cultura, respectivamente, nos exemplares: nº 16, jul/dez 2003, p.13-34 e nº 8, ago/dez 1999, p.55-57. Denis Cosgrove chega a propor uma “geografia cultural radical”.

Com base nas reflexões de Roberto Lobato e Zeny Rosendahl⁹⁸, no Brasil a partir da década de 1990 a geografia cultural passa por um processo de estabelecimento e expansão; esse subcampo da geografia vai de um “quase absoluto desconhecimento a um nível de aceitação e práticas significativas, ainda que minoritário”. Os autores salientam que durante toda a década de 1980 a geografia cultural foi praticamente negligenciada no Brasil, fenômeno explicado pela já destacada hegemonia da matriz francesa, em sua perspectiva clássica, apoiada no conceito de região. Nessa orientação, a cultura é encarada como um elemento de composição do quadro regional. Além desse fator, os autores acrescentam que a partir da década de 1980 vai ocorrer a consolidação da geografia crítica – de inspiração marxista e francesa –, o que afastou os temas relacionados à cultura da esfera dos debates dos geógrafos⁹⁹. Roberto Lobato e Rosendahl¹⁰⁰ ainda destacam que em 1993 foi criado o NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço e Cultura), em 1995 foi lançado por esse mesmo grupo o periódico Espaço & Cultura¹⁰¹, que em seu conselho consultivo contava com três grandes pesquisadores ligados à geografia cultural: Marvin Mikesel, associado à perspectiva saueriana; Denis Cosgrove, ligado ao grupo da nova geografia cultural e Paul Claval, filiado ao desenvolvimento de uma abordagem cultural francesa. Com base nas reflexões de Roberto Lobato e Zeny Rosendahl¹⁰², podemos afirmar que no início da década de 1980 houve uma “difusão efêmera e limitada” da geografia humanista que na década de 1990 foi incorporada à geografia cultural. Essa afirmação desperta interesse porque demonstra uma aproximação entre a geografia cultural e a geografia humanista já percebida em nosso levantamento bibliográfico.

No entanto, ao mesmo tempo que a perspectiva humanista e a cultural se aproximam no cenário contemporâneo, também mantêm algumas singularidades. Nesses termos, não parece que a geografia humanista foi incorporada à geografia cultural, principalmente quando observamos as estratégias de publicação¹⁰³ associadas a esses grupos e suas particularidades

98 CORRÊA e RHOSENDAHL, 2005, p.97-102.

99 Vale destacar que o professor e pesquisador Roberto Lobato fez parte do movimento de renovação crítica da geografia brasileira. Sua proximidade com a Geografia Cultural se deu a partir do início da década de 1990.

100Ver: CORRÊA e RHOSENDAHL, op. cit., p.98.

101De acordo com CORRÊA e RHOSENDAHL, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) foi criado em 1993 pela geógrafa Zeny Rosendahl, do qual o professor Roberto Lobato se aproximou logo no início: “Suas pesquisas direcionar-se-iam em três direções: relações entre espaço e religião, espaço e simbolismo e espaço e cultura popular”. O periódico Espaço & Cultura (UERJ-NEPEC), lançado por esse grupo, em 1995, ficou em primeiro lugar em número de publicações desenvolvendo a relação entre Geografia e Literatura, num empate com a Revista Ateliê Geográfico (UFG-IESA), ambos com seis textos publicados ao longo do período consultado on-line. Ver: Ibidem.

102Ibidem, p.99.

103 No texto “Sobre Ontologia”, Eduardo Marandola nos diz que: “Primeiramente, cabe lembrar que essa ênfase no lugar é algo muito recente. A geografia, enquanto ciência, deu pouca atenção ao lugar no decorrer de sua história. Seu ganho de importância coincide com dois processos: o surgimento de abordagens teóricas que

históricas e teóricas. Na inserção da geografia humanista no Brasil, a partir do início da década de 1980, um dos autores privilegiados foi o geógrafo Yu-Fu Tuan. No que diz respeito à geografia cultural, a inserção a partir do início da década de 1990, se deu através de autores clássicos, como Carl Sauer e dos autores ligados ao movimento da nova geografia cultural – como James Duncan e Denis Cosgrove – e da abordagem cultural francesa.

Em nossa avaliação preliminar, os campos se debruçam sobre temas em comum, possuem características que se alinham, mas são diferentes em sua constituição teórica e histórica. Ao pronunciar a diferença entre esses subcampos da geografia, não estamos eliminando a possibilidade de diálogo na esfera teórica e histórica. Em nossa perspectiva, a visualização das diferenças entre esses subcampos permite maior clareza no diálogo. Dessa forma, no cenário contemporâneo, a aproximação parece estar associada à pluralidade do campo científico da geografia, o que leva à necessidade de ampliar as temáticas desenvolvidas até então – de alguma forma a aproximação da geografia com a literatura também incorpora essa demanda.

Roberto Lobato e Rosendahl¹⁰⁴ ainda destacam que a tradução de autores clássicos na produção em geografia cultural foi uma estratégia utilizada pelo grupo para estabelecer e ampliar o movimento no Brasil. E entre os autores traduzidos, destacam: Carl Sauer, Denis Cosgrove, Jackson, Duncam; no que diz respeito ao debate sobre infraestrutura e superestrutur, Raymond Willians; em língua francesa, Max Sorre, Gallais, Bonnemaïson e Paul Claval.

2.3.2. Sobre a Geografia Humanista

Nos Estados Unidos, entre as mesmas décadas de 1960 e 1970, surge e se consolida um movimento de renovação do pensar e do fazer geografia que também se baseia em perspectivas teóricas associadas à fenomenologia, à geografia humanista ou geografia

procuravam enfatizar valores humanistas orientados pelas filosofias do espírito, dando atenção à diversidade, à heterogeneidade e à diferença (*geografia humanista primeiramente, depois geografia cultural*); e o movimento de mundialização que forjou uma oposição entre o global-local/mundo-lugar a partir da subjugação do segundo pelo primeiro”. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Wether e OLIVEIRA, Livia de (org.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012, p.XIV. A frase destacada por nós não parece revelar uma lógica de incorporação da Geografia Humanista pela Geografia Cultural. Pelo contrário o autor coloca primeiro a geografia humanista e depois a geografia cultural no movimento anunciado.

104CORRÊA e RHOSENDAHL, 2005, p.98-99.

humanística¹⁰⁵. De acordo com Werter Holzer¹⁰⁶, há duas origens possíveis para o movimento intelectual da geografia humanista: o primeiro momento, coincide com o início da geografia cultural e está centrado no geógrafo estadunidense Carl Sauer e no seu livro *A Morfologia da Paisagem* publicado em 1925. O segundo passa pela figura de John K. Wrigt e seu convite aos geógrafos a explorar “terras incógnitas e pessoais” fruto de discurso proferido na Associação Americana de Geógrafos (AAG) em 1947 – nessa obra ele lança a ideia de uma “geosofia”.

Em consonância com Werter Holzer¹⁰⁷, podemos afirmar que na década de 1960 tivemos duas ocorrências que fundaram a geografia humanista enquanto um subcampo da geografia. A primeira delas está ligada ao geógrafo David Lowenthal que, além de ser ex-aluno de Carl Sauer, também revisitou a obra de John K. Wright. O principal objetivo de David Lowenthal é fundar uma “nova epistemologia para a Geografia”, uma “teoria do conhecimento geográfico” que deve contemplar vários modos de observação: “consciente e inconsciente, objetivo e subjetivo, fortuito e deliberado, o literal e o esquemático”¹⁰⁸. Vale destacar que o ponto de partida para Lowenthal é a ideia de “geosofia” de John K. Wright¹⁰⁹. Ainda no que diz respeito ao período mencionado, de acordo com Holzer, Marandola e Gratão¹¹⁰, começa a se desenvolver uma outra possibilidade de geografia humanista, que está mais próxima dos movimentos de contracultura: o movimento hippie, a contestação da guerra do Vietnã e as mudanças nos padrões de comportamento. O principal nome associado a essa outra possibilidade é o geógrafo sino-americano Yu-Fu-Tuan, expoente e fundador da geografia humanística. Em um primeiro momento, em seu livro *Espaço e Lugar* vai lançar a ideia de “topofilia” segundo a qual estudo das vivências e o estudo do amor do homem pelo

105De acordo com MARANDOLA JR e GRATÃO: “Das três grandes orientações teórico-metodológicas da Geografia no início desse século, a que teve menor atenção dos geógrafos brasileiros, até agora, é a que se vincula à geografia humanista”. Mais adiante os autores acrescentam: “As bases da Geografia humanista – ou Humanística, como a chama Tuan (1982) – foram lançadas nos Estados Unidos por um grupo de geógrafos que se mostravam descontentes com o princípio lógico e do *optimum* econômico na condução das ações humanas e de sua relação espacial. Estes geógrafos começaram a utilizar-se de diversas fontes para enriquecer a perspectiva geográfica e para ampliar o entendimento da condição humana sob a Terra. Entre as influências estão a Psicologia, a Antropologia, a História e a própria Filosofia” Ver: MARANDOLA JR., Eduardo e GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil* In: Geografia – Londrina, vol. 12, jul./dez.2003, p.5 e p.10.

106HOLZER, Werter. A geografia humanista: uma revisão In: *Espaço e Cultura*, nº 3, janeiro 1997, p.8-10.

107Ibidem, p.9

108A partir da leitura dos textos de nosso levantamento, percebemos nos autores associados a geografia humanista uma forte intenção de romper com os dualismos reproduzidos pelo racionalismo moderno, tais como objetividade e subjetividade. Em nosso trabalho, essa intenção ganha força ao aproximarmos a geografia (ciência) da literatura (arte).

109MARANDOLA JR. e GRATÃO também destacam a relação entre John K. Wright e Lowenthal: “Evidentemente, havia outras orientações, como o artigo de John K. Wright, publicado nos *Annals of the Association of American Geographers* (WRIGHT, 1947), sobre a Terra Incognitae e a imaginação em Geografia, que serviu, por exemplo à elaboração de uma epistemologia por David Lowenthal (LOWENTHAL, 1982)”. Ver: MARANDOLA JR. e GRATÃO, op. cit., p.10.

110HOLZER, op. cit.; MARANDOLA JR. e GRATÃO, op. cit.

planeta vão ser desenvolvidos¹¹¹. De acordo com os pesquisadores consultados podemos afirmar que o geógrafo Yu-Fu Tuan terá como uma de suas inspirações teóricas o pensamento do filósofo Gastão Bachelard.

A partir de Marandola e Gratão¹¹², podemos afirmar que a tendência associada a Yu-Fu Tuan teve uma inserção e um certo desdobramento no Brasil. Nesses termos, ganha relevo a geógrafa Livia de Oliveira, professora emérita da UNESP-Rio Claro. Vale lembrar que essa geógrafa traduziu e publicou livros de Yi-Fu-Tuan para o português no início da década de 1980: *Topofilia* publicado em 1980 e *Espaço e Lugar*, em 1983. Marandola e Gratão¹¹³ destacam que as obras de Tuan traduzidas por Livia de Oliveira e os “textos que foram traduzidos e publicados em periódicos de Rio Claro (não apenas por ela) e em obra organizada por Antonio Christofolletti¹¹⁴, outro geógrafo de Rio Claro (...)” foram a base da inserção da geografia humanista no Brasil. A professora e pesquisadora Livia de Oliveira chega até as obras de Yu-Fu-Tuan através dos estudos realizados na área do ensino de geografia, mais especificamente na cartografia, que tinha como base teórica as reflexões de Jean Piaget¹¹⁵.

É importante destacar que nos primeiros anos da década de 1980 o Brasil inicia um processo de transição para a democracia, momento em que a geografia crítica (França) de inspiração marxista começa então a se consolidar. Essa relação é relevante, porque revela que durante esse período coexistiram o movimento de redemocratização da sociedade brasileira e o início de um reajuste dos lugares na geografia aqui produzida – tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político e institucional¹¹⁶. Além disso, vale realçar que as possibilidades de renovação da geografia eram diversas – havia a geografia crítica (França), a geografia radical (EUA), a geografia cultural já bem desenvolvida nos países anglo-americanos, a geografia cultural radical proposta por Denis Cosgrove e a geografia humanista (EUA). Eduardo Marandola e Lúcia Helena Gratão¹¹⁷ evidenciam que se por um lado as traduções que Livia de Oliveira realizou da obra de Yu-Fu Tuan representaram “a grande

111Além desse pesquisador, outra geógrafa que vai desenvolver seus estudos nesse período e vai reforçar o manifesto escrito por Tuan, *Humanistic Geography*, é Anne Buttimer. Para mais detalhes, ver: HOLZER, 1997 e MARANDOLA JR. e GRATÃO, 2003.

112Ibidem, p.10-15.

113Ibidem, p.12-13.

114Pelo período das publicações indicadas acreditamos que o livro de Antonio Christofolletti (1985) seja a coletânea de textos traduzidos e organizados pelo autor no livro *Perspectivas da Geografia*.

115Ainda de acordo com a reflexão desses autores, parece estar claro que a UNESP-Rio Claro, além de concentrar geógrafos associados à geografia quantitativa, também vai se tornar um polo difusor da geografia humanista. Ibidem, p.12.

116MOREIRA, Ruy. *Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período de 1978-1988* In: *Geographia*, Niterói, Ano II, nº3, Junho de 2000.

117MARANDOLA JR. e GRATÃO, op. cit., p.8.

realização e o grande referencial desta linha investigativa (...), ao mesmo tempo” provocaram “um grande incômodo para os geógrafos céticos e intolerantes à postura e condutas desta geografia”. Podemos dizer que havia nesse momento projetos diferenciados de geografia ou do que a geografia deveria ser¹¹⁸. E esses projetos estavam em prova no Brasil. No cenário contemporâneo, apesar de não estarmos vivendo um momento de redemocratização, passamos por um momento de luta pelo amadurecimento de nossa democracia. Nesses termos, entendemos que as diversas possibilidades teóricas e metodológicas que ganham relevo no cenário atual da geografia brasileira estão associadas a esse contexto, teoricamente democrático.

Como já destacamos, a partir da década de 1990 é fundado o NEPEC e outros grupos de pesquisa associados à geografia humanista.

De acordo com Roberto Lobato e Zeny Rosendahl¹¹⁹:

Em 2008 ele (Werter Holzer)¹²⁰ e Livia de Oliveira, da UNESP, Rio Claro, criaram um núcleo de pesquisas dedicado à geografia humanista. Outros núcleos de pesquisa foram criados na primeira década do século XXI em Uberlândia, Curitiba e Recife, atestando a difusão da geografia cultural no Brasil. Seus criadores participaram das atividades do NEPEC.

Ainda nesse sentido, Eduardo Marandola e Lúcia Helena Gratão¹²¹ reforçam o movimento de abertura para novas abordagens na geografia brasileira: “A década de 1990 trouxe uma diminuição da tensão entre as 'geografias', e a intolerância torna-se um pouco mais amena. A Nova Geografia e a Geografia Nova perdem relativamente sua 'radicalidade', e a Geografia Humanista passa a ter maior atenção dos geógrafos brasileiros”. Para além ou aquém da geografia humanista e cultural, os temas discutidos tradicionalmente dentro desses subcampos vão ganhar uma expressão maior na geografia como um todo. No caso dos

118MARANDOLA JR. e GRATÃO Situam melhor o contexto da inserção dos estudos relacionados a Geografia Humanista no Brasil: “E é neste cenário de desenvolvimento, aqui resumido que insere-se Livia de Oliveira na difusão e desenvolvimento destas preocupações no Brasil”. No parágrafo seguinte: “Em virtude da singularidade do próprio desenvolvimento de nossa ciência brasillis, ela não alcança a dimensão e legitimidade como nos Estados Unidos, por exemplo. Na década de 1970, quando a professora Livia recebe em Rio Claro o livro de Yu-Fu-Tuan, a Geografia no Brasil vive dois momentos distintos: um é a efervescência da Nova Geografia (Teórica-quantitativa), capitaneada por Rio Claro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e outra a já manifestação da Geografia Nova (o nome é posterior), que envolvia a crítica marxista-materialista e que culminaria no grande 'racha' de 1978, no encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros em Fortaleza. Assim, enquanto nos Estados Unidos a Geografia Humanista surge no mesmo movimento que a orientação crítica, ou seja, a busca da ruptura com o modelo quantitativo e cientificista, no Brasil, ela fica à margem, afuscada pela oposição que acaba sendo conhecida como Física X Humana”. Ver: MARANDOLA JR. e GRATÃO, 2003, p.11.

119CORRÊA e ROSENDAHL, 2008, p.77.

120Acrescentamos o nome do professor ao qual Roberto Lobato se refere como “ele”.

121MARANDOLA JR e GRATÃO, op. cit., p.14.

trabalhos que tematizam a relação entre geografia e literatura, há autores que desenvolvem o tema mas não estão encerrados dentro da perspectiva desenhada por esses subcampos, como é o caso de Ruy Moreira e de Vitte e Coutinho¹²². Nosso levantamento bibliográfico também evidenciou textos publicados nos periódicos que não usavam a geografia cultural e a geografia humanista como base teórica e metodológica.

122 Ver: MOREIRA, 2011; VITTE e COUTINHO, 2010.

2.3.3. Sobre a Geografia Cultural Francesa

A partir das palavras de Paul Claval¹²³, podemos afirmar que há uma abordagem cultural na geografia clássica vidaliana, principalmente no que diz respeito ao conceito de “gênero de vida”¹²⁴. Paul Vidal de La Blache e seus discípulos se deterão em determinados aspectos da realidade que pontuam a pesquisa e o entendimento sobre questões que podem ser observadas a partir de uma perspectiva cultural, tais como, a descrição dos materiais utilizados na construção das habitações, informações que objetivam o entendimento da relação homem e meio¹²⁵. De acordo com Claval¹²⁶, Jean Brunhes é outro geógrafo que faz parte desse movimento inicial da geografia francesa, e pode ser incluído nessa perspectiva, principalmente, em sua definição da geografia como sendo a “ciência da paisagem”. Levando em consideração a geração posterior de geógrafos franceses, Claval¹²⁷ destaca que Pierre Deffontaines¹²⁸ foi o mais importante entre os geógrafos culturais franceses entre 1930 e

123CLAVAL, Paul. *A evolução recente da geografia cultural de língua francesa*. In: Geosul, Florianópolis, v.18, p. 8, jan./jun.2003.

124De acordo com Paul Vidal de la Blache: “Poderosos fatores geográficos, os gêneros de vida são, portanto, também agentes de formação humana. Eles criam e mantêm entre os homens – frequentemente na mesma região [*contrée*] – diferenças sociais tais que, no estado de mistura em que cada vez mais as nações civilizadas mergulham, elas oscilam e terminarão por dominar as diferenças étnicas”. Trecho retirado do livro *Les genres de vie dans la Géographie Humaine – Second article*. Publicado em *Annales Geographie*, n.112, t.20, 1911, p.289-304. Tradução: Guilherme Ribeiro. Revisão: Eloisa Araújo Ribeiro e Sérgio Nunes Pereira In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes e RIBEIRO, Guilherme (org.). *Vidal Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Bertrand Brasil, 2012, p.180.

125MOREIRA faz um interessante comentário sobre as habitações em Paul Vidal de la Blache: “As formas de habitação são uma outra característica identificadora dos gêneros de vida de uma civilização. Seu material de construção é uma expressão igualmente exemplar dos elementos do ambiente local: a terra na zona árida, a pedra na região mediterrânea, a madeira nas áreas florestais. Às vezes usados de modo exclusivo (como a madeira no norte e a pedra no sul da Europa) e às vezes de modo combinado (como a terra com a adobe na zona árida; a pedra com madeira no Ocidente e centro europeus), esses materiais impregnam habitações de sentidos tempo e espaço, criando em cada civilização o sabor metafísico que lhe emprestam os lugares: a dureza da pedra fala da duração, da memória permanente, enquanto a fragilidade da terra ou da madeira fala da leveza, do transitório, do passageiro”. Ver: MOREIRA, 2008, p.69.

126CLAVAL, op. cit., p.8.

127 Ibidem.

128Marieta de Moraes Ferreira traz informações interessantes sobre Pierre Deffontaines que nos conduz em pensar sobre o possível caráter conservador da geografia cultural francesa, por congregar intelectuais católicos que reagiam às tendências mais liberais: “Além de sua intensa atividade intelectual, Deffontaines era um militante católico extremamente atuante, ligado ao grupo de Robert Garric. (...). Suas dificuldades parecem ter-se originado de suas complicadas relações com seu orientador, o geógrafo Albert Demangeon. Filiado à geografia de Vidal de la Blache, Demangeon, além de professor na Sorbonne, ocupava um lugar de destaque no cenário intelectual francês, mantendo intenso contato com historiadores ligados à revista *Annales*. Na condição de católico militante, Deffontaines se sentia mais próximo de Jean Brunhes, do College de France, que tinha uma concepção de geografia humana ligada às causalidades religiosas e temporais”. (...) “No Brasil, ligou-se a grupos católicos que seguiam a orientação de Alceu Amoroso Lima, mas também ampliou sua atuação em outras direções”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil In: *Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras)*. Rio de Janeiro: vol. 1, nº43, 2005, p.237.

1960¹²⁹.

Dito isso, vale destacar que o movimento da abordagem cultural na França ganha força tardiamente se comparado com a geografia anglo-americana, só se realizando com mais intensidade a partir do início década de 1980. De acordo com Marc Brosseau¹³⁰, a entrada tardia acompanha também os trabalhos que pontuam a relação entre geografia e literatura. Esse atraso na inserção dos debates acerca da cultura, de forma mais específica, pode estar associado à intervenção do Partido Comunista Francês na produção intelectual dos geógrafos franceses. Essa perspectiva marxista de caráter mais ortodoxo entendia a cultura como um elemento da superestrutura, determinada pelas condições materiais da sociedade (infraestrutura). Tal observação, parece encontrar eco nas palavras do próprio Paul Claval¹³¹.

Ainda no final dos anos 1970, muitos geógrafos são reticentes em relação à geografia cultural. Sugiro em 1980 organizar, no contexto da revista *L'Espace géographique*, um debate sobre o papel da cultura na geografia. Uma parte dos colegas estava preocupado em desenvolver esse campo de pesquisa, mas uma minoria era de opinião diferente. O partido comunista não tem mais a mesma penetração entre os geógrafos como nos anos 1950 ou início dos anos 1960, mas muitos colegas continuam marcados pelas ideias que aprenderam. Para eles, a cultura pertence às superestruturas, não parece, pois, como uma realidade primeira e essencial. As pesquisas de geografia econômica e social lhes parecem melhor convir com a disciplina¹³².

Outro momento relevante, entre as décadas de 1930 e 1960, mas sem repercussão inicial na geografia francesa, é a publicação do livro de Eric Dardel, *O homem e a Terra*. Essa obra só vai ser redescoberta pelos geógrafos franceses na década de 1970, quando os debates acerca das questões culturais retornam à pauta das ciências sociais. Nessa obra, Eric Dardel¹³³ amplia a noção do geográfico através do conceito de “geograficidade”. A partir da perspectiva

129CLAVAL também destaca a produção de Pierre Gorou, mais associada a geografia tropical, tendo um alcance mais restrito em relação à obra de Pierre Deffontaines. Ver: CLAVAL, 2003, p.8.

130BROSSEAU, Marc. Geografia e Literatura. In: LOBATO, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, pp.20-21.

131As leituras e o cruzamento dos textos trabalhados até aqui fazem reforçar a hipótese: a intervenção do Partido Comunista Francês (PCF) na produção dos geógrafos e a orientação católica dos geógrafos associados à produção de uma geografia cultural – tal como é o caso de Pierre Deffontaines – provocaram o afastamento dos geógrafos franceses das temáticas que dialogam com os objetos da cultura, tais como: geografia e literatura. Como a matriz do pensamento geográfico brasileiro, de acordo com Moreira e Lobato, é, fundamentalmente, de extração francesa até a década de 1990, os geógrafos brasileiros replicaram essa avaliação da Geografia Cultural feita na França. Quando nos afastamos da produção geográfica francesa, na virada da década de 1970 e início de 1980, e nos aproximamos um pouco da geografia produzida nos países anglo-americanos, percebemos que há um diálogo entre a teoria crítica e a produção de uma geografia cultural. De forma específica, essa observação está ligada ao movimento da geografia cultural anglo-americana, e não da geografia humanista, que está mais centrada no indivíduo. Desenvolveremos as relações entre esses subcampos mais adiante. Ver: MOREIRA, 2008; LOBATO, 2005.

132CLAVAL, 2003, p.9.

133DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo. Perspectiva, 2011.

desenvolvida por Dardel, compreendemos que no diálogo com a arte a geografia aumenta a possibilidade de relação com os objetos da cultura, sobretudo a literatura.

Em linhas gerais, a partir das reflexões de Paul Claval¹³⁴ podemos sistematizar a entrada dos estudos culturais com base numa perspectiva geográfica na França da seguinte forma: primeiramente, entre as décadas de 1970 e 1980 houve um interesse pela paisagem, e o geógrafo francês que vai despontar nesse debate é Augustin Berque. Através da obra desse geógrafo podemos afirmar que sua reflexão sobre a paisagem como “marca” e como “matriz” permitiu que vários pesquisadores trabalhassem com esse conceito de uma forma relacional, pensando as múltiplas relações entre paisagem e cultura. A paisagem é o conceito central nesse momento inicial da retomada dos estudos em geografia cultural na França.

Nesse mesmo período, Claval¹³⁵ realça a obra do geógrafo Armand Fremont “*Região: espaço vivido*”, que vai desenvolver a relação entre o conceito de região e os grupos culturais. De acordo com Paul Claval¹³⁶, a noção de espaço vivido não foi alvo de teorizações sistemáticas pelos geógrafos. No entanto, foi a perspectiva mais popular entre os geógrafos franceses, através da qual esses pesquisadores e professores descobriram a abordagem cultural e geográfica desenvolvida na França a partir de 1980. Ainda vale destacar que através dessa via de desenvolvimento o pensamento geográfico francês estabeleceu diálogo com as abordagens fenomenológicas e abriu caminho para o diálogo com a obra de Eric Dardel *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, e as reflexões do filósofo alemão Martin Heidegger. O terceiro momento¹³⁷ está associado à obra do geógrafo Joel Bonnemaïson, que desenvolve a relação entre os sentimentos de territorialidade e de identidade inicialmente associados ao estudo das religiões.

Enfim, esse pesquisador destaca que a partir da década de 1980 se multiplicaram os estudos associados à ideia de “percepção” e “representação”, alguns deles relacionados ao turismo ou a fenômenos que estabelecem alguma ligação com o turismo. Também a partir desse momento as possibilidades de se desenvolverem leituras geográficas da realidade se multiplicam, como, por exemplo, uma “Geografia dos Restaurantes” ou uma “Geografia dos Odores”¹³⁸.

134CLAVAL, 2003, p.12.

135Ibidem.

136Ibidem, p.11-12.

137Ibidem, p.13-14.

138“Jean-Robert Pitte e Robert Dulau organizaram em 1996 um congresso sobre a geografia dos odores, que se constituem em fortes marcos das identidades dos lugares. Os anais foram publicados em 1998. A importante obra que Robert Dulau acaba de consagrar à *La Maison tamoule*, no sul da Índia, mostra o que a consideração aos odores pode trazer à compreensão do habitat: no sul da Índia, o espaço doméstico é tanto estruturado pelos odores que emanam de diferentes locais, o curry da cozinha, o incenso dos altares domésticos, o odor de excremento no estábulo no fundo do pátio, quanto pelos fechamentos que dividem as

Na década de 1990, prosseguem os estudos sobre paisagem, de Auguste Berque, e o filósofo Alain Roger também desenvolve reflexões acerca do mesmo assunto; Joel Bonnemaison, até sua morte precoce na década de 1990, também prossegue em suas reflexões sobre territorialidade e organiza um grande colóquio em torno dessa discussão; Diméo elabora uma visão sintética da geografia cultural em que relaciona questões subjetivas com sistemas econômicos e a organização da sociedade. A propósito deste último autor, Paul Claval¹³⁹ destaca sua contribuição ao desenvolvimento da abordagem cultural na França. Claval cria no ano de 1980 um laboratório “centrado sobre o tema 'Espaço e Cultura’”, e as pesquisas realizadas a partir desse momento levam à publicação do *La Géographie Culturelle* em 1995. O objetivo central da obra é “definir bem a especificidade da abordagem cultural”, e para isso o autor sistematiza três linhas de pesquisa: a primeira pontua a necessidade de se compreender a comunicação entre grupos de intersubjetividade “e como os meios de troca utilizados pesam sobre as distribuições espaciais”; a segunda linha expressa a relevância de se pensar a cultura como um processo dinâmico, em que a relação da construção do “eu” ou da identidade pessoal estabelece um câmbio intermitente com a cultura local ou com a identidade coletiva; por último, estabelece uma linha de pesquisa que trabalha a intervenção da religião no desenvolvimento de uma perspectiva moral, daquilo que julgamos ser certo ou errado, do bem ou do mal.

peças”. In: CLAVAL, 2003, p.17.
139Ibidem, p.19-20.

2.4. Apontamentos sobre as tendências teóricas

Com base em Bertrand Levy¹⁴⁰ vamos propor um balanço entre a geografia cultural e a geografia humanista. Essa relação é importante para fecharmos o capítulo com algumas colocações que reforçam nossas preocupações em relação à produção em geografia e literatura no Brasil. Antes disso é necessário destacar que apesar de nosso levantamento ter se realizado apenas nos periódicos brasileiros, ao mapear suas referências teóricas, notamos, entretanto, uma ampla conexão com as reflexões produzidas internacionalmente. Dessa forma, em nossa leitura, a avaliação que Bertrand Levy faz da geografia cultural e da geografia humanista também dialoga com as produções brasileiras sobre geografia e literatura já que se valem de referências teóricas em comum. Em linhas gerais, podemos afirmar que Levy¹⁴¹ utiliza autores associados à geografia humanista e à geografia cultural que tiveram importância no desdobramento desses campos no Brasil, tais como Denis Cosgrove – no que diz respeito à geografia cultural anglo-americana – e Yu-Fu Tuan – no que se refere à geografia humanista. O autor não faz distinção entre a abordagem cultural francesa e a geografia cultural anglo-americana, como fizemos em nossa sistematização.

Bertrand Levy¹⁴² no início do seu texto afirma que “ *L'idée que la littérature exerce une fonction existentielle n'est pas nouvelle*”¹⁴³. Com base nessa afirmação o autor propõe algumas diferenças e relações entre a geografia cultural e a geografia humanista. Para Levy¹⁴⁴ a geografia humanista está mais preocupada com a forma como o homem percebe o mundo que o rodeia a partir dos seus sentidos, sentimentos e ideias. Nesses termos, podemos afirmar que essa perspectiva está mais voltada para a singularidade do indivíduo em relação aos grupos sociais e à sociedade. Além disso, ao tratar da geografia cultural, o autor faz o contraponto, quando afirma que esta tendência está mais voltada para uma compreensão da cultura que estabelece uma relação mais direta com os grupos sociais e as sociedades – a primeira tendência parte do *homem* para os grupos sociais e a sociedade, a segunda, da *cultura*. Nesse sentido, a maneira como o homem se insere, rompe ou faz evoluir uma determinada cultura passa a ser pertinente para a geografia em ambas as perspectivas, a humanista e a cultural. Em outros termos, a forma como o indivíduo se insere na sociedade

140LEVY, Bertrand. Géographie culturelle, géographie humaniste et littérature: position épistémologique et méthodologique. In: *Géographie et cultures*, 21, printemps, 1997, p.27-44.

141Ibidem

142Ibidem, p.27.

143“A ideia de que a literatura exerce uma função existencial não é nova”.

144LEVY, op. cit.

através da cultura que o constitui e é constituída por ele é fundamental no entendimento das geografias culturais e humanistas.

No geral, a reflexão de Levy¹⁴⁵ reforça nossa compreensão de que a geografia cultural é mais ampla, tem mais possibilidade de estabelecer diálogos com outras abordagens e campos das ciências sociais. Nesse aspecto, por estar mais centrada na percepção do indivíduo ou do homem em sua singularidade, a geografia humanista acaba adquirindo um caráter mais restrito em relação a uma abordagem que preze uma dimensão social. Essa restrição acaba por fornecer a essa tendência uma capacidade maior de aprofundar questões relacionadas à “existência humana” em suas dimensões psicológicas. Nesse sentido, essa restrição não deve ser entendida como uma limitação, e sim como uma delimitação realizada dentro dessa tendência teórica.

Não parece fruto do acaso o fato de alguns pesquisadores da geografia humanista no Brasil evocarem uma tradição centrada no homem que tenciona o racionalismo e resgata uma perspectiva um tanto quanto “renascentista”. No prefácio à edição brasileira do livro “*O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica*”, de Eric Dardel, Edurardo Marandola¹⁴⁶ afirma: “Por esses e outros motivos a tradução de (...) é um presente para nossas bibliotecas, vindo enriquecer e movimentar um conjunto de discussões que tem carecido de um olhar humanista que coloque o *homem* como *motivação e parâmetro para a ciência*”¹⁴⁷. As palavras do pesquisador ampliam e situam as reflexões de Bertrand Levy no contexto brasileiro segundo o qual o homem e sua percepção fenomenológica do mundo é o ponto de partida privilegiado pela geografia humanista; a ontologia vem antes da epistemologia. Mais adiante, Levy¹⁴⁸ fala das relações entre a geografia humanista e a geografia cultural e cita uma definição de cultura ampla o bastante para pensarmos a relação entre esses campos:

Presque toutes les définitions de la culture recourent un aspect collectif (A. de L'HARPE, 1994). Le lien entre géographie humaniste e géographie culturelle passerait donc par la liasion individu-groupe-société transcrite dans l'espace e le temps. La culture peut être définie comme cet 'ensemble de traits distinctifs, spirituels et matériels, intellectuels, affectifs, qui caractérisent une société ou un groupe social' et qui 'englobe, outre les arts et les lettres, les modes de vie, les droits fondamentaux de l'être humain, les systèmes de valeurs et les croyances’¹⁴⁹.

145LEVY, 1997.

146MARANDOLA JR., 2012, p.XIV.

147Grifo nosso.

148LEVY, op. cit., p.28.

149“Quase todas as definições de cultura se sobrepõe em um aspecto coletivo (A. L'Harpe, 1994). A ligação entre geografia humanista e geografia cultural passaria então pela ligação indivíduo-grupo-sociedade transcrito no espaço e nos tempos. A cultura pode ser definida como um 'jogo de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e emocionais, que caracterizam uma sociedade ou grupo social' e que 'engloba não apenas as artes e letras, modos de vida, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de crenças e

A opção de Levy¹⁵⁰ em trabalhar uma noção ampla de cultura permite afirmar que tanto a geografia cultural quanto a geografia humanista podem dialogar com temas que abordam a relação entre as dimensões objetivas e subjetivas da cultura em seus respectivos estudos. E, ao focar a dimensão cultural da realidade, podem afirmar uma ligação possível entre a geografia cultural e geografia humanista. Essa ligação, na compreensão de Levy¹⁵¹, versa sobre a relação entre as noções de indivíduo, grupo social e sociedade. A perspectiva relacional assumida por esse autor, estabelece relação com a reflexão do sociólogo Norbert Elias¹⁵², quando este afirma que a “sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir o convívio com outros. A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo”. Em síntese, diríamos que não há sociedade sem indivíduos e não há indivíduos que não façam parte de uma determinada sociedade. Dessa forma, em acordo com as reflexões de Elias, podemos afirmar que focar no indivíduo e anular a dimensão social ou se fixar no social e ignorar o indivíduo são posições “absurdas”¹⁵³.

Bertrand Levy¹⁵⁴ vai desenvolver a relação entre geografia e literatura e seus posicionamentos, novamente, nos contemplam. Colocar a ciência ao lado do rigor, da objetividade e da capacidade de generalização e a arte do lado da fantasia, da subjetividade e da expressão singular, destaca Levy, é muito confortável. O autor evoca a reflexão quando toca no seguinte ponto: entre os dualismos, confortavelmente assumidos acima – objetividade e subjetividade, fantasia e realidade, generalização e expressão singular –, é necessário colocar a seguinte questão: qual é a diferença entre uma geografia cultural ou humanista e a geografia quantitativa? Ambas parecem estar expostas a todas as possibilidades colocadas acima. Em outros termos, as formas de conhecimento, ao fazerem uso de uma determinada linguagem, seja ela científica ou artística, para produzir e comunicar um determinado conhecimento sobre o mundo, estão suscetíveis à fantasia, à subjetividade e expressão singular, assim como ao rigor, à objetividade e à capacidade de generalização. Essa exposição parece deixar evidente que não só a literatura tem um caráter existencial – as ciências também. Nesses termos vale afirmar que tanto artistas e escritores quanto cientistas não deixam de estar informados – de forma consciente ou inconsciente – por determinadas concepções filosóficas que pontuam um determinado entendimento sobre o mundo. Vale

valores”.

150LEVY, 1997.

151Ibidem

152ELIAS, Norbert. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p.67.

153Ibidem

154LEVY, op. cit., p.30.

ressalvar que não se trata de igualar a arte com a ciência ou a geografia com a literatura, mas de propor um diálogo em que as posições cômodas e consagradas sejam suspensas, mesmo que temporariamente. De acordo com o próprio Bertrand Levy¹⁵⁵:

Certes, le paysage, la relation homme-milieu ou homme-environnement n'est pas à coup sur la préoccupation constante de la littérature; néanmoins, le corpus littéraire possède un contenu géographique assez riche pour que le géographe y trouve matière à enseignement. Si l'on cherche à saisir l'essence du message littéraire, l'on s'apercevra que la littérature, sous des objectifs scientifiquement non déclarés, peut receler autant d'objectivité, de veracité et de rigueur qu'un discours apparemment scientifique et objectif sous lequel se dissimulent parfois l'arbitraire et la prise de décision intellectuelle singulière. L'on a tendance à croire, dans notre société, davantage aux vertus de chiffres qu'à celles de la poésie; il peut y avoir autant de veracité ou de fausseté dans l'une ou l'autre forme de langage¹⁵⁶.

O autor sintetiza a questão em sua última frase ao afirmar: “Tendemos a acreditar, em nossa sociedade, em virtude dos números mais que da poesia; pode haver tanta verdade ou falsidade em uma como na outra forma de linguagem”. Assim, ao celebrarmos o discurso científico e o discurso literário como formas de linguagem, percebemos que ambos possuem uma condição existencial. E a partir disso, é possível promover um diálogo entre a geografia e a literatura em um nível que não aquele postulado pelos dualismos: objetividade e subjetividade, verdade e mentira, singular e universal, entre outros. A partir, sim, de uma postura que encara a possibilidade do diálogo entre arte e ciência, entendendo ambas as formas de conhecimento como sujeitos¹⁵⁷.

Outro ponto explorado por Levy¹⁵⁸ diz respeito à dimensão política da literatura, em especial nos momentos em que predominam regimes totalitários ou posturas políticas arbitrárias. De acordo com esse autor, “*le poète ou l'écrivain n'est pas seulement une source de renseignements irremplaçables, il est celui qui peut vous initier au monde local, à ses intrigues aussi (quelques espions célèbres parmi les écrivains...)*”¹⁵⁹. A partir dessa reflexão

155LEVY, 1997, p.30.

156“Certamente, a paisagem ou a relação homem-meio ambiente não é preocupação constante na literatura; no entanto, o corpus literário possui um conteúdo geográfico bem rico para que o geógrafo encontre matéria o suficiente para ensinar. Se alguém procura entender a essência da mensagem literária vamos perceber que a literatura, sob os objetivos cientificamente não declarados, pode abrigar tanta objetividade quanto de veracidade e de rigor quanto que um discurso aparentemente científico e objetivo sob o qual, por vezes, se dissimulam o arbítrio e a tomada de decisão singular e intelectual. Nós tendemos a acreditar, em nossa sociedade, em virtude dos números mais que da poesia; pode haver tanta verdade ou falsidade em uma como na outra forma de linguagem”. Ver: Ibidem.

157BROSSEAU, Marc. O Romance: outro sujeito para a geografia In: LOBATO, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Literatura, música e espaço*. 2007, p.79-121.

158LEVY, op. cit., p.32.

159 “o poeta ou o escritor não é apenas uma fonte de informação valiosa, é aquele que pode apresentá-lo ao mundo local, seus sistemas de valores, crenças, tradições, a sua intriga também (há alguns espões famosos entre os escritores...)”.

podemos aproximar mais ainda o escritor e o poeta – que assumem uma determinada causa – do cientista social. Tanto um quanto o outro, enquanto intelectuais, podem pensar a sociedade a partir de um determinado campo de valores estéticos e filosóficos. Ambos utilizam o exercício da formalização da palavra escrita em prol da contestação de uma determinada visão de mundo e da possibilidade do surgimento de outros modos de ver a existência. Dessa forma, o autor não cai na armadilha de avaliar a literatura apenas como um instrumento revolucionário ou a partir de qualquer outra perspectiva de caráter mais canônico e essencialista segundo a qual haveria uma literatura revolucionária e outra reacionária¹⁶⁰. Bertrand Levy¹⁶¹ não adentra esses méritos porque a intencionalidade do autor (escritor) é relativa em relação à liberdade do leitor. Nesse sentido, o caráter político de um determinado autor e a capacidade de influência que pode exercer em um certo público está associada à sensibilidade do poeta e do escritor em trazer para a literatura em prosa, para a poesia, para a letra de uma canção, para uma peça teatral ou para o roteiro de um filme as questões relativas a sua historicidade e à realidade local.

Após essa aproximação é necessário ressaltar que para Levy¹⁶²: “*la littérature ne remplace pas le travail scientifique, le meilleur roman urban ne doit pas nous empêcher d'aller recueillir des données sur le terrain si jamais celles-ci nous sont utiles; la représentation ne remplace pas l'expérience du réel*”¹⁶³. Mais adiante o autor aborda o fato de que muitas obras literárias demandam uma grande pesquisa por parte de seus autores dos aspectos sociais e psicológicos que circundam a nossa realidade social e psíquica; em outras palavras, os escritores também pesquisam para escreverem suas obras de ficção.

Sobre as questões de ordem epistemológica em geografia e literatura, Bertrand Levy¹⁶⁴ nos diz que:

Une autre question que le géographe de la littérature s'est posée est celle-ci: la littérature doit-elle seconder la géographie existante ou reformuler son langage en profondeur, son *épistème*¹⁶⁵? La littérature doit-elle fournir à la géographie un supplément d'âme, faut-il orner les rapports scientifiques ou devons-nous plus radicalement composer un autre discours géographique, quitte à laisser sur la patère le couvre-chef du 'scientifiquement correct'? C'est bien sûr la seconde proposition qui nous intéresse, car elle fait reculer des divisions épistémologiques¹⁶⁶.

160 Sobre os riscos de tentar produzir uma literatura de caráter revolucionário, como na antiga URSS ainda sob o regime stalinista. Ver: EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

161 LEVY, 1997.

162 Ibidem, p.34-35.

163 “a literatura não substitui o trabalho científico, o romance urbano não deve nos impedir de recolher dados do terreno, se alguma vez eles são úteis; representação não substitui a experiência do real”.

164 LEVY, op. cit., p.35.

165 Grifo do autor.

166 “Uma outra questão que o geógrafo da literatura se coloca: a literatura deve auxiliar a geografia existente ou

Para o autor, a literatura não representa um mero suplemento ou um ornamento para as reflexões científicas; Levy não se limita a simplificar. No entanto, reconhece que para que esse movimento seja realizado é necessário desvestir-se um pouco do que é considerado “cientificamente correto”. Tal movimento representa um avanço em relação às práticas científicas que consagraram as ciências sociais desde sua fundação institucional, no final do século XIX, sob a égide dos positivismos, determinismos e funcionalismos. De forma ampla, quando entendermos de fato que as ciências sociais refletem sobre questões de caráter extremamente subjetivo, que não podem ser demonstradas nem reproduzidas em laboratórios através de experiências, vamos assumir, com mais liberdade, sua relação com as artes.

Parece que muitos fazem a crítica às teorias que informaram os fundadores da geografia – positivismos, determinismos e funcionalismos –, mas não estão dispostos a acrescentar a essa crítica a necessidade de um diálogo mais aberto com as fontes artísticas (literatura). Entendemos que esse movimento pode propor uma reflexão sobre a natureza do nosso campo de pesquisa e ampliar a noção do que seja a geografia.

Refletir sobre a natureza da geografia significa repensar e ampliar a capacidade de leitura que a geografia tem do mundo, ampliar a geograficidade¹⁶⁷. Significa repensar nossos conceitos, nossas teorias, nossas ferramentas mentais – os fundamentos epistemológicos do nosso campo científico. Concordamos com Levy¹⁶⁸ quando pontua que a relação entre geografia e literatura pode ajudar a ciência geográfica a repensar a sua linguagem, a forma como tem produzido conhecimento e comunicado essa produção. Nesse sentido, Ruy Moreira¹⁶⁹ estabelece um diálogo com Levy¹⁷⁰, ao fazer uma avaliação da geografia contemporânea argumenta que esta vive uma “crise de sintaxe”. Em nosso entendimento, dizer que a geografia vive uma “crise de sintaxe” significa afirmar que esse campo de pesquisa vive também uma crise de semântica. A “crise de sintaxe” e semântica¹⁷¹ traduz uma

reformular sua linguagem em profundidade, a sua *episteme*? Será que a literatura deve fornecer à geografia um suplemento de alma, deve ornamentar relatórios científicos ou devemos mais radicalmente compor um outro discurso geográfico, deixando sobre o cabide o chapéu do 'cientificamente correto'. É a segunda proposta que me interessa, ela faz recuar as divisões epistemológicas”.

167 DARDEL, 2011.

168 LEVY, 1997.

169 MOREIRA, Ruy. Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, n.1, número especial, p. 49-58, out. 2011, p.50.

170 LEVY, op. cit.

171 Para LYONS: “A semântica é o estudo do significado. Mas o que é o significado? Os filósofos vêm debatendo a questão, com referência especial à linguagem, já há bem mais de dois mil anos. Ninguém conseguiu ainda apresentar uma resposta satisfatória. Uma das possíveis razões para isso é que, da forma como está elaborada, a pergunta é irrespondível. Apresenta duas pressuposições que são, no mínimo problemáticas: (a) de que aquilo a que nos referimos com a palavra 'significado' tem algum tipo de existência ou realidade; (b) que tudo aquilo a que nos referimos usando este termo apresenta uma natureza semelhante, se não idêntica. Podemos chamar a uma de (a) pressuposição de existência e a outra (b) pressuposição de homogeneidade”. LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editor,

crítica severa à forma como temos construído sentido para a ciência geográfica. Para Moreira¹⁷², uma saída possível se dá através do diálogo com os clássicos da geografia – Paul Vidal de La Blache, Max Sorre, Jean Brunhes, Elisée Reclus, Pierre George, entre outros. Além disso, defendemos a ampliação e o aprofundamento do diálogo com a arte literária.

Mais adiante, Bertrand Levy¹⁷³ retoma a questão epistemológica e acrescenta a questão metodológica:

Toutefois, un problema de ordem épistémologique et méthodologique se pose, à la lecture d'un ouvrage littéraire, c'est celui de la logique interprétative du texte. On peut étayer sans grand risque un phénomène géographique par une citation d'auteur sur un point précis, mais dès que nous nous plongeons dans un livre en entier, nous risquons de nous perdre dans l'univers intérieur de l'écrivain – car une fonction de la littérature, c'est de perdre le lecteur – plutôt que de diriger l'attention vers des questions scientifiques. En somme, l'usage utilitaire de la littérature – qui est aussi faite pour distraire – est discutable. Il y a un hiatus entre la problématique du romancier qui représente le monde dans son foisonnement (C. Raffestin, 1983), comme un tout conçu à son image et la problématique d'une science qui découpe la réalité en quartiers pour y appliquer des modèles d'analyse¹⁷⁴.

Quando Levy¹⁷⁵ fala das diferenças entre as “lógicas interpretativas” do texto literário e da ciência, enuncia uma questão que nos interessa. A preocupação que esteve, desde o início, presente neste trabalho pode ser resumida em alguns questionamentos: até que ponto posso interpretar o texto literário? Até onde vai a minha liberdade interpretativa? Existe interpretação errada? (Pensamos que condenar uma determinada interpretação de um texto literário como errada é um risco). Que instrumento utilizaríamos para dizer que uma determinada manifestação artística pode ou não fornecer determinado entendimento e provocar determinada ação no mundo? Fica a impressão, de que ao falar em termos de certo ou errado, estamos novamente caindo na teia dos cientificismos. No que diz respeito a essa última questão, Umberto Eco fornece um interessante exemplo:

1982, p.133

172 MOREIRA, 2008, p.7-48.

173 LEVY, 1997, p.36.

174 “No entanto, um problema de ordem epistemológica e metodológica surge lendo uma obra literária, é o da lógica interpretativa do texto. Podemos apoiar sem grande risco um fenômeno geográfico por uma citação do autor sobre um ponto específico, mas assim que mergulhamos em um livro inteiro, corremos o risco de nos perdemos no mundo interior do escritor – porque uma das funções da literatura, é perder o leitor – ao invés de direcionar o leitor para questões científicas. Em suma, o uso utilitário da literatura – que também é feita para entreter – é questionável. Há uma lacuna entre o problema do romancista que representa o mundo em sua abundância (C. Raffestin, 1983), como um todo concebido à sua imagem e a emissão de uma ciência que corta a realidade em partes para aí aplicar o modelo de análise”.

175 LEVY, op. cit.

Interpretar um texto significa explicar por que essas palavras podem fazer várias coisas (e não outras) através do modo pelo qual são interpretadas. Mas se Jack, o Estripador, nos dissesse que fez o que fez baseado em sua interpretação do Evangelho segundo São Lucas, suspeito que muitos críticos voltados para o leitor se inclinariam a pensar que ele havia lido São Lucas de uma forma despropositada. Os críticos não voltados para o leitor diriam que Jack, o Estripador, estava completamente louco – e confesso que, mesmo sentindo muita simpatia pelo paradigma voltado para o leitor, e mesmo tendo lido Cooper, Laing e Guattari, muito a contragosto eu concordaria com que Jack, o estripador, precisava de cuidados médicos. Entendo que meu exemplo é um tanto forçado e que mesmo o argumento desconstrucionista mais radical concordaria comigo (assim espero, mas quem é que pode saber?). Mesmo assim, penso que até um argumento paradoxal como esse deve ser levado a sério. Ele prova que existe pelo menos um caso em que é possível dizer que uma determinada interpretação é ruim.¹⁷⁶

Após dizer o que “significa” interpretar um texto, o autor ilustra o que seria uma interpretação “ruim”. Com base nessa ideia é necessário destacar que “ruim” é diferente de “errado”. Dessa forma, concordamos com o autor ao afirmar que é possível a interpretação “ruim” de um texto, mas isso não significa que ela esteja “errada”. Em acordo com o significado atribuído por Eco, a interpretação, leva em conta os parâmetros estabelecidos para se chegar a um determinado entendimento sobre o significado das palavras e, por consequência, do texto.

Nesses termos, vamos mergulhar no universo do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* da forma como nos é possível no tempo presente, através da história. Dito isto, é necessário reforçar que não utilizamos a “razão histórica” como um instrumento que vá conferir “verdade” a nossa interpretação. Entendemos que os estudos históricos podem evitar que nossa interpretação siga o caminho da incoerência, atitude essa que avalia um texto, uma ideia ou um autor, sem o aproximar de sua época o suficiente. Enfim, vale destacar novamente, de acordo com Levy¹⁷⁷, que a ciência e a arte possuem vasos comunicantes que estão associados à “existência humana”. Isso não nos permite, entretanto, amordaçar a literatura com as regras científicas, nem tampouco profanar em demasia a ciência com a liberdade da linguagem literária.

176 ECO, Umberto *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p.28-29.

177 LEVY, 1997.

3. Geografia, História e Literatura

Este capítulo tem como objetivo atestar a presença de uma “equação geográfica” no pensamento social brasileiro¹⁷⁸ durante o século XIX e início do século XX. A identificação do geográfico nos intelectuais que pensaram o Brasil nesses períodos (Império e Primeira República) não é uma novidade. No entanto, entendemos que se trata de um debate relevante em um trabalho que assume a literatura como fonte para se trabalhar questões de cunho geográfico em um determinado tempo histórico. Desse modo, a identificação da “equação geográfica” promove a possibilidade de uma delimitação temática que auxilia o diálogo com nosso “objeto” de pesquisa (literatura) e potencializa a possibilidade de se empreender uma análise geográfica. Nesse sentido, o capítulo trabalha com duas linhas de abordagem: uma delimitação temática que extrapola os limites estabelecidos pela Primeira República, em busca da presença de uma “equação geográfica” no pensamento do século XIX e início do século XX no Brasil; e a problematização de um tempo histórico em específico – a Primeira República (1889-1930) – período em que Lima Barreto produziu toda a sua obra.

No primeiro momento, uma abordagem sobre o Império pretende demonstrar como a monarquia lusitana teve na unidade territorial do Brasil imperial um dos seus principais baluartes de sustentação. Nesses termos, o território não foi apenas uma base de sustentação do poder imperial em seu sentido material; foi mobilizado também em termos simbólicos pela literatura com o objetivo de criar uma identidade nacional para o Brasil. Nessa operação é necessário aproximar a ideia de território da noção de natureza, pois a mobilização desta dimensão espacial e simbólica da realidade se dá através do desenvolvimento do Romantismo no Brasil, que teve no Indianismo e em autores como José de Alencar seu período áureo. Ainda no que diz respeito ao Romantismo como uma formulação sobre a nação, é importante destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Essa instituição, ao menos no período Imperial, foi menos um lugar dos historiadores e geógrafos – que ainda não existiam como profissionais formados academicamente – do que dos escritores (literatos). Entendemos que a perspectiva histórica e geográfica em parte se realizou através de obras literárias, tais como *O Guarani*, de José de Alencar. A partir disso, há uma interseção entre história, geografia e literatura tanto nas ações em prol da unidade

¹⁷⁸Lilia Schwarcz e André Botelho propõe um balanço sobre o “pensamento social brasileiro” Ver: SCHWARCZ, Lilia e BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma In: *Lua Nova*. São Paulo, 82: 11-26, 2011.

territorial, de cunho mais político e administrativo, por parte da monarquia lusitana, quanto nas formulações literárias de cunho intelectual associadas ao Romantismo em suas diferentes fases.

Ao nos determos sobre a Primeira República no Brasil, problematizamos os pontos que ajudam na compreensão de uma leitura territorial do período, visto que foi aí que as fronteiras brasileiras tomaram a divisão territorial atual e que se realizaram várias expedições aos sertões do Brasil. Nesse sentido, estabelecer os limites territoriais e criar um certo conhecimento sobre o Brasil e sua diversidade biológica e cultural foram tarefas prementes desde o Império. Vale ressaltar que o principal responsável pela efetivação da estabilidade fronteiriça do Brasil foi o Barão de Rio Branco, e esse personagem emblemático da Primeira República foi alvo de críticas na literatura de Lima Barreto, como podemos observar em seu livro *Os Bruzundangas*.

A partir de 1870 se realizou uma inflexão na concepção de natureza elaborada pela intelectualidade brasileira durante o Romantismo. Se antes a narrativa literária tinha um grande apelo idealista no que diz respeito ao índio e sua relação com o colonizador lusitano, a partir de 1870 o discurso científico ocupou a cabeça da maior parte dos homens e mulheres que se dedicavam à produção do conhecimento, sejam escritores (literatos) ou cientistas. Nesse tempo, a ciência ocupou a literatura e a literatura se ocupou da ciência; ambas se encontraram como um dos meios para se construir, divulgar e criticar as próprias verdades. A presença da ciência na construção do discurso literário pode ser percebida inicialmente através da literatura classificada como Realista e/ou Naturalista¹⁷⁹. Vale ressaltar que no início do século XX as descobertas científicas, presentes em textos literários, vão se estender ao cinema, e o trânsito entre as linguagens científicas, literárias e cinematográficas é imediato¹⁸⁰.

A identificação dessa inflexão é central na seção final do capítulo, em que pontuamos a presença da “equação geográfica” através das categorias “natureza” e “terra” em diversos pensadores. A ideia de natureza foi trabalhada em pensadores que produziram a partir do ano de 1870, dentre eles, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu e Euclides da

179Sobre a relação entre ciência e literatura, Antonio Candido afirma: “Nesse tempo foi importante o desenvolvimento da crítica literária, orientada pela divulgação científica e pelos teóricos positivistas ou naturalistas (em sentido amplo), como Taine, que inspirou mais de uma geração brasileira”. Ver: CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p.68.

180Um exemplo do trânsito entre a literatura, o discurso científico e o cinema está presente em um filme pioneiro, *Viagem à lua* (1902), de Georges Méliès (1861-1938), sobre o qual Philip Kemp destaca: “O método de viagem espacial é extraído do livro *Da Terra à Lua* (1865, filmado em 1958), de Júlio Verne, com um grupo de velhos professores entrando em uma capsula de metal em formato de bala que é disparada de um canhão. O mundo que encontram é semelhante ao de *Os primeiros homens na Lua* (1901, filmado em 1919), de H. G. Wells, com habitantes que são uma mistura de crustáceo, papagaio e esqueleto, os selenitas, vivendo em uma floresta sub lunar de cogumelos gigantes”. Ver: KEMP, Philip. *Tudo Sobre Cinema*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p.20.

Cunha. No que diz respeito à geração coetânea a Lima Barreto, destacamos a presença da categoria “terra” em Vicente Licínio e Euclides da Cunha. Este, por sua vez, mais velho que Lima Barreto, funciona como um elo entre a geração de 1870 e a de Vicente Licínio e do autor de *Os Bruzundangas*. Além disso, concordamos com a avaliação de João Marcelo E. Maia, quando diz que a partir de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a “imaginação espacial brasileira ganhará um autor de referência”¹⁸¹.

Ao destacar as reflexões de Maia¹⁸² sobre Euclides da Cunha e Vicente Licínio, assim como os autores trabalhados por Luciana Murari¹⁸³, limitamo-nos a elencar alguns elementos que contribuem para o objetivo de demonstrar a existência de uma “equação geográfica” no pensamento social da Primeira República. Em linhas gerais, também consideramos de grande importância que os geógrafos entrem em contato com obras realizadas por pesquisadores de outros campos das ciências sociais que têm se dedicado a fazer uma interpretação espacial da realidade, como é o caso dos estudos realizados pela historiadora Luciana Murari (2009) e pelo sociólogo João Marcelo E. Maia (2008).

Essa delimitação temática tem como objetivo preparar o terreno para o tratamento da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Nesse sentido, estamos afirmando que há possibilidade de fazer uma leitura e uma interpretação espacial do Brasil – especificamente da Primeira República – através da obra em destaque.

3.1. Historio-grafia

O que significa fazer bom uso das pesquisas em história? Como dialogar o geográfico com a pesquisa histórica tendo em vista a análise de um texto literário? Entendemos que a história não deve ser utilizada apenas para fornecer um contexto, um panorama ou um pano de fundo. Vista dessa forma, tem-se a impressão de que o objetivo da pesquisa caminha em um plano e as investigações em história, em outro. Esse tipo de relação da pesquisa histórica com outros campos das ciências sociais revela uma concepção clássica de história, e em alguns casos serve apenas para confirmar as teses que o pesquisador conhece e quer dizer.

181MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p.155.

182Ibidem

183Entre os autores trabalhados por Luciana Murari, destacamos: Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Euclides da Cunha e Graça Aranha. Ver: MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

Sendo assim, quase nunca desenvolve um diálogo entre os campos científicos, em nosso caso, a história, a geografia e a literatura. Na tentativa de percorrer outras possibilidades, temos a convicção de que as pesquisas em história relacionadas ao Império e à Primeira República devem fazer parte da construção do nosso objeto de pesquisa (a relação entre o geográfico e a literatura em Lima Barreto). Dessa forma, as particularidades históricas de um momento ou período não se realizam apenas como pano de fundo; ajudam-nos, sim, a problematizar o autor, relativizar algumas de suas posições e reafirmar outras – demonstram sua complexidade e contemporaneidade.

Ao tratarmos do Império ou da Primeira República não estamos elaborando um contexto para as obras de Lima Barreto apenas com o objetivo de afirmar seu caráter geográfico. Entendemos que o contexto está sempre no texto de forma mais ou menos explícita. Aliás, não apenas os textos possuem um contexto: este também se realiza no autor e nos possíveis e futuros leitores. Nesses termos, autores, textos e leitores constroem a parte da dinâmica da vida. A vida dos valores, das crenças, das ideias, das aptidões, mas também de uma forma de fazer as coisas em seu sentido mais prosaico: o modo de falar, de andar, de se vestir, de se locomover, de chamar um táxi na rua ou pedir pão na padaria. Não pretendemos com isso combater uma abordagem contextualista e assumir um ponto de vista relativista no que diz respeito à compreensão de um texto, totalmente centrada na figura do leitor.

Entende melhor o texto quem compreende o contexto no qual ele se realiza¹⁸⁴. No entanto, isso não significa que basta apresentar o contexto histórico de um período para dar conta do elemento histórico em uma determinada pesquisa em ciências sociais. Percebemos que grande parte dos contextos históricos são realizados geralmente como exercício de ilustração e não como um elemento que pode ajudar a problematizar o objeto de pesquisa. Em alguns casos, esses mesmos contextos se tornam dispensáveis às pesquisas. Tendo essas questões como base, problematizamos, mesmo que de forma breve, os usos da história, e apresentamos uma possibilidade de diálogo das pesquisas históricas com a geografia. Vale destacar que não nos detivemos nessa elaboração do ponto de vista teórico; nossa abordagem tem como objetivo propor uma articulação das escalas de análise, através da qual as reflexões mais gerais, relacionadas ao tempo histórico do Império e da Primeira República, se articulam

¹⁸⁴Entendemos que essa perspectiva sobre a forma de construir os contextos históricos é fruto de reflexões no campo da teoria da história que se relacionam com leituras mais recentes sobre a teoria literária. Acerca da relação entre autor, obra e leitor na teoria literária ver: COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010 e COMPAGNON, Antoine *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. Para a teoria da história ver: SIMMEL, Georg. O problema do tempo histórico. In: SIMMEL, Georg, *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011 e BENJAMIN, Walter. O autor como produtor In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

com aspectos da vida e da obra dos autores, situadas em uma escala de análise mais reduzida. Essa forma de abordagem pretende pontuar um diálogo entre o autor, a obra e os períodos históricos que estamos tratando.

3.2. Literatura e ciência

Recuamos ao Império com a finalidade de demonstrar como os literatos e a literatura foram mobilizados pelo poder imperial na tentativa de construir uma identidade nacional para o Brasil. Nesses termos, merece destaque a literatura indianista desenvolvida em poesia ou prosa por autores como Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. Dessa forma, podemos dizer que a tentativa de construir uma identidade nacional para o Brasil através da mobilização mítica do índio faz com que o desenvolvimento dessa literatura assuma um caráter extremamente geográfico. Em nossa compreensão, um dos fatores que explicita a dimensão geográfica presente nesse período histórico está associado à forma como o colonizador entendia o índio, qual seja, como parte da natureza e como um ser que a domina. Nesse sentido, o índio e a natureza antropomorfizada devem ser assimilados pelas forças civilizatórias baseadas nos ideais da civilização europeia.

A reflexão sobre o período Imperial nos ajuda a entender a mudança de posição da literatura e dos literatos a partir do advento da Primeira República. Com a proclamação da república no Brasil, em 1889, houve o desenvolvimento de uma nova perspectiva no que diz respeito ao lugar da literatura e dos escritores em relação ao estado. No Império, a literatura e alguns literatos, como o próprio José de Alencar, gozavam de grande prestígio frente ao monarca e às instituições¹⁸⁵. Durante a Primeira República, esse prestígio declinou em consequência do crescimento da valorização do argumento científico por parte dos militares (positivistas) que estiveram à frente do momento inicial da república e de frentes de aderência dos intelectuais às teorias científicas. A identidade nacional pensada por estes chefes de estado e intelectuais vai dialogar, em parte, com a filosofia positivista, a exemplo da frase presente na bandeira nacional republicana, retirada de um lema de Augusto Comte. De acordo com

¹⁸⁵Entre essas instituições, podemos citar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Para mais detalhes sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ver: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº1, 1988, p.5-27; e SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.101-102.

José Murilo de Carvalho:

No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória total foi da tradição: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular no novo regime, ganha a revelia da liderança republicana¹⁸⁶.

Vale destacar que nesse mesmo período, assistimos ao declínio do Romantismo e à assunção das literaturas realistas e naturalistas, mais próximas da argumentação científica. Nesses termos a argumentação científica está sendo desenvolvida a partir de referenciais teóricos não apenas associados aos positivismos, mas também aos determinismos e aos evolucionismos¹⁸⁷. No que diz respeito às relações entre a geografia e o determinismo, merecem relevo, nessa mesma época, as reflexões do geógrafo alemão Friedrich Ratzel,¹⁸⁸ que encontrou eco em alguns intelectuais brasileiros, a exemplo de Roquette Pinto¹⁸⁹ e Capistrano de Abreu¹⁹⁰. Também é importante observar que na França, nesse mesmo quartel, a geografia

186Um aprofundamento da influência positivista na formação inicial de nossa nacionalidade republicana se encontra no livro *A Formação das Almas*, de José Murilo de Carvalho. Segundo o autor: “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.10.

187Lília Moritz Schwarcz faz uma importante ressalva: “A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. No entanto, a entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências. Tais modelos, porém, foram utilizados de forma particular, guardando-se suas conclusões singulares, suas decorrências distintas. Dessa forma, se a noção de evolução social funcionava como um paradigma da época, acima das especificidades das diferentes escolas, não implicou uma única visão de época, ou uma só interpretação”. Ver: SCHWARCZ, 2010, p.43.

188João Marcelo Ehlert Maia em *A Terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*, contribui para nossa reflexão ao destacar a presença do geógrafo alemão Friedrich Ratzel: “De diferentes maneiras, Taine, Buckle e Ratzel produzem uma física do espaço eivada de certo determinismo que se apodera da reflexão social e pretende rejeitar formulações metafísicas. Para esses autores, tratar-se-ia, portanto, de dominar o espaço, encaixá-lo como uma variável independente nos seus respectivos quadros teóricos e apresentar uma moldura que decifrasse analiticamente a diversidade do fenômeno moral. O par espaço/moralidade esgotar-se-ia nesse procedimento. Um outro exemplar do chamado pensamento geográfico nos ajuda a ampliar essa formulação. Refiro-me aos escritos de Alexander Von Humboldt que escapam a uma mera 'física' do espaço”. Dedicaremos-nos mais à reflexão desenvolvida por João Marcelo no final do capítulo, com a intenção de pontuar a presença de uma “equação geográfica” no pensamento social da Primeira República. Ver: MAIA, 2008, p.23.

189Lia Osório Machado indica a influência de Friedrich Ratzel em Roquette Pinto: “A correlação entre fatos históricos e o caráter geográfico de uma região é a maior contribuição da antropogeografia à ciência, escreveu Roquette Pinto num artigo de 1912 (‘O Brasil e a Anthropogeografia’). É também essencial às nações, pois convida ao estudo da terra, das plantas e dos habitantes de cada país. A abordagem etnográfica de Ratzel permitiu que ele visse a distribuição desigual dos tipos raciais como uma consequência das relações entre a terra e as restrições históricas”. Ver: MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. In: *Terra Brasilis – Geografia e Pensamento Social Brasileiro*, Ano I, nº2, Jul./Dez.2000, p.21.

190A influência de Friedrich Ratzel em Capistrano de Abreu é explorada com mais afinco no final do capítulo, a partir das reflexões de MURARI, 2009.

se instituiu como ciência, sob a influência do geógrafo (alemão) Friedrich Ratzel¹⁹¹.

Com a construção desses enlaces entre literatura e ciência, há uma valorização do “meio”, da “terra” e da “natureza”¹⁹² como categorias de análise da dimensão social. Essa valorização encontra eco na literatura e na ciência da época – seja ela na geografia ou em outros campos das ciências sociais. Em uma perspectiva centrada na literatura, podemos afirmar que a relação entre homem e meio é uma das tendências inauguradoras do Realismo moderno¹⁹³, tendo provavelmente habitado de forma inicial os escritos que inspiraram os responsáveis pela sistematização de um determinado conhecimento científico, que por sua vez retroalimentaram a literatura com suas teorias. Esse parece ser o quadro do século XIX, esse parece ser o caso da geografia¹⁹⁴. Marc Brosseau¹⁹⁵ ressalta que “o interesse dos geógrafos

191 Para mais detalhes sobre a relação entre a geografia francesa e a geografia alemã no final do século XIX e início do século XX, ver: DOSSE, François. *História em Migalhas*. Bauru, São Paulo: EDUSC: 2003.

192 Luciana Murari, em seu livro, demonstra como a ideia de natureza atravessa as formulações sobre o Brasil em autores como Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Oliveira Viana, Araripe Júnior, Euclides da Cunha e Graça Aranha. No seu segundo capítulo a autora cita um trecho de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e faz o seguinte comentário: “Na literatura, a representação da natureza brasileira e de suas relações com a sociedade foi significativamente transformada pelo movimento de renovação intelectual observado a partir da assimilação do moderno racionalismo europeu, nos últimos decênios do século XIX. O influxo de realismo-naturalismo conduziu a uma postura de crescente objetividade no tratamento da matéria literária, paralela ao uso do método científico de abordagem da realidade físico humana”. MURARI, 2009, p.126. É necessário salientar que *Triste Fim de Policarpo Quaresma* é nossa obra fonte, através da qual desenvolvemos uma análise cujo objetivo consiste em demonstrar uma leitura de Brasil geograficamente pensada.

193 Eric Auerbach destaca a relação homem e meio na literatura de Balzac em seu livro *Le Père Goriot*, (1834) ao tratar a relação da personagem Mme Vauquer com o bairro, a casa, a pensão, os aposentos onde vive: “O retrato da dona da pensão está ligado a sua aparição matutina na sala de jantar; aparece neste ponto central de sua atividade, introduzida um pouco a maneira das bruxas pelo gato que pula sobre o aparador, e imediatamente começa uma descrição pormenorizada da sua pessoa. A descrição é feita sob um motivo principal, que é repetido várias vezes: o motivo da harmonia entre a sua pessoa, por um lado, e o espaço que se encontra a pensão que dirige, a vida que leva, pelo outro; em poucas palavras, a harmonia entre sua pessoa e aquilo que nós (e às vezes também já Balzac) chamamos de meio. Esta harmonia é sugerida da forma mais penetrante: em primeiro lugar, o aspecto gasto, gordo, suamente quente e sexualmente repulsivo do seu corpo e de suas roupas, o que concorda com o ar da habitação, que ela respira sem nojo; pouco mais tarde, em ligação com os rostos e com os gestos faciais, o motivo é considerado de forma um pouco mais moralista, a saber, acentuando energicamente a relação mútua entre a pessoa e o meio: *sa personne explique la pension, comme la pension implique sa personne*”. Ver: AUERBACH, Eric. *Mimeses*. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp.419-421. Vale dizer que na listagem de livros da biblioteca pessoal de Lima Barreto, disponibilizada por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa, H. Balzac é um dos autores mais recorrentes entre os romancistas, com nove títulos de livro e um artigo: *La Cousine Bette*. Balzac; *Eugénie Grandet*. Balzac; *Diversas Novelas*. Balzac; *Louis Lambert*. Balzac; *Le Cousin Pons*. Balzac; *Les Contes Drôlatiques*. H. Balzac; *Un Début dans la vie*. Balzac; *La Grenadière* etc. Balzac; *Le Curé de Village*. Balzac; *Uma paixão no Deserto* por H. Balzac (artigo). Ver: BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: INL, 1981, p.360-382.

194 Michel Löwy em prefácio ao livro *Sobre o Suicídio* de Karl Marx faz um comentário interessante sobre o autor ao destacar a importância da literatura em sua formação cultural e política: “Para o jovem Marx, tal crítica não perderia de forma alguma o interesse pelo fato de exprimir-se sob forma literária ou semiliterária: por exemplo, sob a forma de memórias. Seu entusiasmo por Balzac é bem conhecido, tanto que confessa ter aprendido muito mais sobre a sociedade burguesa em seus romances do que em centenas de tratados econômicos”. O comentário ajuda a dimensionar a abrangência da leitura social que a literatura potencializa no final do século XIX. Ver: LÖWY, Michel. Um Marx insólito. In: MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

195 BROSSEAU, Marc. Geografia e Literatura. In: LOBATO, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Literatura*,

pela literatura não é novo”. E prossegue: “Com algum esforço, podemos também observar um convite nesse sentido no artigo de 1904, de autoria de Vidal de La Blache, sobre a geografia de *A Odisseia* ou, ainda antes, nos dois capítulos do *Cosmos*, de Humboldt, dedicados à literatura e à pintura”. Paul Vidal de La Blache é historiador de formação, mas se torna o geógrafo responsável pela instituição da geografia como ciência na França e já indicava a literatura como um instrumento importante na composição da sua geografia regional. Nesse sentido, vale acrescentar que a institucionalização da geografia encaminhada por Paul Vidal de La Blache na França foi influenciada pela obra do geógrafo (alemão) Friedrich Ratzel, principalmente após a derrota da França para a Prússia em 1870¹⁹⁶.

As palavras da pesquisadora Lilia Schwarcz¹⁹⁷ endossam nossa convicção quanto à influência das teorias científicas (positivismo, evolucionismo e determinismo) nas literaturas e em outros campos do conhecimento, tais como a psicologia, a linguística, a pedagogia e ressalta o caráter político e conservador de suas assimilações:

Conceitos como 'competição', 'seleção do mais forte', 'evolução' e 'hereditariedade' passavam a ser aplicados aos mais variados campos do conhecimento: na psicologia, com H. Magnus e sua teoria sobre as cores, que supunha uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor (1877); na lingüística, com Franz Bopp e sua procura das raízes comuns na linguagem (1867); na pedagogia com os estudos do desenvolvimento infantil; na literatura naturalista, com a introdução de personagens e enredos condicionados pelas máximas deterministas da época, para não falar da sociologia evolutiva de Spencer e da história determinista de Buckle.

No que se refere a esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador.

A própria Lilia Schwarcz¹⁹⁸ destaca o geógrafo Friedrich Ratzel em meio as duas grandes escolas deterministas no fragmento que segue:

Em primeiro lugar a escola *determinista geográfica*, cujos maiores representantes, Ratzel e Buckle, advogam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio. Para os autores dessa escola era suficiente a análise das condições físicas de cada país – 'dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala' – para uma avaliação objetiva de seu 'potencial de civilização' (Buckle, op.cit. :32).

música e espaço. Rio de Janeiro: EdUEJ, 2007, p.17-18.

196Para mais detalhes, ver dissertação de mestrado de Felipe Moura Fernandes, em específico tópico: “Geografia, Sociologia e História *versus* a perspectiva interdisciplinar de Ratzel”. Ver: FERNANDES, 2008, p.41-98.

197SCHWARCZ, 2010, p.56.

198Ibidem, p.58.

As reflexões da autora corroboram nossa tese de que durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, há uma relação constante no Brasil entre literatura e ciência através das categorias de meio, terra e natureza. Vale destacar que essa delimitação temática extrapola os limites históricos da Primeira República (1889-1930) e nos aproxima do período Imperial. Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho consiste menos em apontar quem tratou primeiro a relação entre homem e meio, e mais em explicitar que essa relação está presente tanto na literatura como na ciência desse período histórico inaugurador dos modernismos, sejam eles literários ou científicos. Não se trata de querer garantir um “lugar ao sol” para a geografia (ciência) em meio à tradição de outros campos das ciências sociais e na constituição do pensamento social brasileiro. Nossa intenção é destacar que há uma “equação geográfica” presente nessas diferentes perspectivas teóricas que buscaram interpretar o Brasil – sejam elas formuladas por geógrafos ou por intelectuais associados a outros campos das ciências sociais¹⁹⁹.

3.3. Literatura e geografia no Império

O objetivo desta reflexão é mostrar como o debate sobre as fronteiras territoriais no Brasil, desde o Império até o período de vida de Lima Barreto, foi um tema pungente – o debate ultrapassa as especificidades do âmbito militar e do Itamaraty e chegam até a cabeça e voz de muitos intelectuais (escritores e jornalistas, dentre outros). Dessa forma, pensar o Brasil através de seu território é um movimento que já está presente na realidade do Brasil Império (1822-1889) e permanece, com várias particularidades, na Primeira República (1889-1930).

Mapearemos alguns antecedentes históricos desse movimento no Brasil Império, com o objetivo de melhor situarmos a relação entre a Primeira República e a literatura. O recuo histórico tem como objetivo demonstrar como as questões relacionadas à unidade territorial do Brasil foram importantes para a monarquia lusitana imperial, foi um precedente básico na defesa da nação e do brasileiro que estava sendo imaginado pelo Romantismo. Essa imaginação, em tempos de Império, acrescente-se, foi mobilizada através da produção de uma poesia e de uma literatura romântica. Assim, as diferentes fases da literatura romântica

¹⁹⁹No próximo capítulo, desenvolveremos a presença da “equação geográfica” em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

brasileira, seja na sua tentativa inicial de se afastar dos referenciais clássicos (Gregos), seja na consolidação do movimento indianista ou na sua crise, ao se confrontar com o Realismo, não se afastaram de uma leitura de Brasil que perpassou a natureza e sua relação com o homem, a constituição de um território e de uma dimensão geográfica da realidade. Bernardo Ricupero²⁰⁰ contribui para tal discussão quando nos diz que:

A literatura teria que procurar ser original, rejeitando os mitos gregos, que não estariam 'de acordo nem com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições locais. Além do mais, os povos exterminados pelos europeus poderiam fornecer inspiração, sob a forma de fábulas misteriosas e poéticas. Isto é, Denis sugere, pouco depois da independência, o programa indianista que tanto marcará o romantismo brasileiro.

A relação homem e meio presente na leitura que os intelectuais fazem do Brasil daquela época passa pela não identificação da aristocracia com os índios e os negros. De forma geral, não se levava em consideração a cultura produzida pelos negros (africanos ou afro-brasileiros) e os índios (ameríndios), uma vez que os referenciais utilizados para pensar a formulação das nações provinham da Europa, dos países tidos como civilizados, que encaravam essas culturas como exóticas. Nesse sentido, pensar o Brasil a partir do “meio”, e através dele, não é uma novidade na Primeira República, mas algo que possui uma tradição na historiografia literária e histórica brasileira.

Antonio Carlos Robert de Moraes²⁰¹ afirma que a “Pátria é, antes de tudo, um espaço e uma tradição”, para, mais adiante, complementar:

Essa tradição é uma construção social sujeita às determinações de sua época, pois a análise histórica é sempre uma leitura dos fatos, e nesse sentido, passível de ajustes, esquecimentos e mesmo de mistificações. Max Weber já comentava que é por isso que se reescreve continuamente a história, pois as interpretações veiculam ideias justificadoras dos interesses contemporâneos. A história da nação é, assim, sempre uma afirmação da nacionalidade, que no limite justifica a existência do Estado Nacional e o exercício legítimo de seu poder. A ancestralidade construída serve, também, de elemento legitimador das fronteiras, sendo mesmo alçada – por alguns autores – à condição de único critério aceitável de definição de limites do território de cada povo. Nessa visão, somente a história poderia legitimar a unidade de uma nação e seu domínio territorial.

Tais reflexões permitem-nos reafirmar as relações entre a geografia, a história e a literatura – no caso do período imperial – como campos que trabalham, em determinado

200RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.87.

201MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008, p.78.

momento, para construir uma base subjetiva para o poder e a administração estatal. Vale destacar como o discurso geográfico ganhou relevância “na construção ideológica das identidades nacionais”. Além disso, a ideia de que a história legitima a ocupação de um determinado “domínio territorial” por uma nação reforça a relação entre os lugares e a construção de uma memória. Em termos, as memórias dos lugares estão associadas à produção de lugares de memória, seja por parte do Estado ou de outras comunidades locais²⁰².

Até a vinda da família real para a *terra brasilis* (1808) e a Independência (1822), não era possível falar no Brasil como uma unidade político-administrativa separada de Portugal. Nesses termos, podemos afirmar que a noção do Brasil enquanto “nação” é um fenômeno recente. Ilmar Rohloff²⁰³, ao analisar alguns versos do *Hino Nacional Brasiliense* de 1822, mostra como o território se constituiu num elemento fundamental para se compreender a construção e promover o debate sobre o que representava ser brasileiro naquele momento:

Eles propunham também uma relação de implicação entre um continente – o Brasil, um território em cujo horizonte **já raiou a Liberdade**²⁰⁴ – e um conteúdo – os filhos da Pátria. E, ao fazê-lo, ainda que, talvez de modo não consciente para seu próprio autor revelam a filiação daquele que era o construtor ativo de um corpo e uma identidade política novos a uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrado português. Uma tradição que, igualmente, conformava suas experiências. O construtor era também um herdeiro, o herdeiro, sobretudo, de um nome e um território. E essa **herança** definiria também os marcos de uma **construção**.

As palavras do historiador Ilmar Rholoff demonstram como o Império usou o território enquanto dimensão objetiva para a sua construção subjetiva do Brasil. Em outras palavras, o território objetivamente conhecido e delimitado em suas fronteiras seria a âncora para a invenção da nação brasileira e, por consequência, do brasileiro. Essas tarefas não eram fáceis, visto o desconforto entre a realidade brasileira e os referenciais europeus utilizados.

Também merece destaque a diversidade de culturas que nos compõem. Dessa forma, a independência se estabelece como um projeto que pretende construir algo novo, mas, ao mesmo tempo, precisa manter uma tradição que, na perspectiva de Ilmar Rohloff, está associada ao “reformismo ilustrado português”²⁰⁵. Nesse sentido, ganha importância a chave de entendimento criada por esse autor em seu texto “herdeiros e construtores”, cujas

202Ver: POLLACK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1987.1989, p.3-15.

203MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. In: *Forum*, Almanack braziliense, nº 1, maio de 2005, p.11.

204Grifo do autor.

205Ver: NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº7, 1984, p.105-118.

conclusões, do ponto de vista geográfico, poderiam ser assim resumidas: os políticos e intelectuais envolvidos no processo de independência eram “herdeiros” porque a Independência do Brasil não efetivou uma ruptura com a monarquia lusitana. A ideia consistia, ao contrário, em criar o Brasil como uma unidade político-administrativa independente, mas, ao mesmo tempo, manter a monarquia portuguesa no poder. Somado a esse fato, caberia à facção dominante na monarquia lusitana “construir” o Brasil como uma nação. Retomando Ilmar Rholoff²⁰⁶:

A liberdade política não apenas não se desdobrara em unidade; ela repelia a igualdade, deixando-se guiar por um sentimento aristocrático que se apresentava como uma espécie de gramática para todos aqueles que reproduziam, a cada instante, as hierarquias e as práticas hierarquizantes que definiam a sociedade.

Um elemento importante para pensarmos a passagem dos *herdeiros* aos *construtores* é a unidade territorial; em outras palavras, a manutenção do território brasileiro era uma questão de primeira ordem para a aristocracia lusitana. Acerca dessa questão, Ilmar Rholoff acrescenta que:

a questão da unidade insistia em se colocar quase que exclusivamente sob o aspecto da manutenção do território, como condição para conter em sua integridade um corpo político em construção. Reunida a Assembleia Constituinte, aquela face de herança nortearia grande parte das discussões do projeto constitucional²⁰⁷.

Dessa forma, entendemos que a preocupação com a não fragmentação do território está diretamente associada ao caráter conservador e monárquico do nosso processo de independência, postura que está diretamente associada às preocupações da monarquia lusitana. A esse respeito, Rholoff²⁰⁸ destaca as palavras de José de Bonifácio:

V.M. bem sabe que [...] preguei a liberdade e a liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das reformas tutelares da Monarquia Constitucional, único sistema que poderia conservar sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata ao Amazonas, qual formara a mão onipotente e sábia da Divindade.

O território deve ser mantido e reconhecido, então, como pertencente ao Império do Brasil; mantê-lo significa objetivamente afirmar uma possibilidade de existência subjetiva para o nosso povo. Afinal, é possível se declarar Império – em pleno início do século XIX –

²⁰⁶MATTOS, 2005, p.22.

²⁰⁷Ibidem, p.22.

²⁰⁸Ibidem, p.11.

não possuindo e mantendo muitas terras?²⁰⁹ Havia no Brasil um império no que concernia a sua extensão territorial; as aristocracias eram, contudo, liberais o suficiente para declarar a necessidade de expansão e manutenção do território como “imperialista”? De acordo com Eric Hobsbawm²¹⁰, a expansão de feição “imperialista” se realizou na Europa entre 1870 e 1918, após a ampliação da formação e consolidação dos Estados Nacionais nos países Europeus. Esse processo está relacionado, segundo o autor, às necessidades de desenvolvimento do capitalismo liberal, na filosofia, e industrial, na produção. No que diz respeito ao regime e à organização política, merece destaque um detalhe desse processo, qual seja, a promoção da separação entre o Estado e a Igreja. Tal ponto é importante porque permite comparar o processo ocorrido no Brasil Império (1822-1889) com a realidade Europeia da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Políticos e intelectuais já incorporavam, na primeira metade do século XIX, demandas institucionais, intelectuais e políticas que se consagraram e avançaram nos países europeus posteriormente, como a necessidade de criar uma nação e um povo para o exercício de um regime de governo. A despeito disso, mantinham outras tradições, como o poder monárquico e moderador associado à Igreja, o que se dava através da relação do Estado com a Igreja Católica e da manutenção de instituições, de intelectuais e de ilustres sob a rubrica do poder estatal. Nestes termos, pensamos que a ideia de fazer do Brasil um país moderno é tão antiga quanto o próprio país. Em poucas palavras: o Brasil nasceu querendo ser moderno. Para que isso se desse, a dimensão territorial, em sua expressão objetiva e subjetiva, tornou-se condição fundamental no Império e na Primeira República²¹¹. Pensar o Brasil e o brasileiro desde os seus primeiros momentos de “imaginação” ou “invenção de tradições”²¹² significa pensar a

209Sobre esses aspectos, Ivan Tiago, em seu texto *Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil*, destaca: “É interessante aqui ressaltar que foi no período do Império que mais da metade do território atual brasileiro foi delimitado, 32% durante a Primeira República e somente 17% no período colonial. Assim, quanto ao período de delimitação, os dados derrubam facilmente o mito da antiguidade das linhas limítrofes do país: o Império é o grande período da orogênese das fronteiras nacionais. Contudo, esses mesmos dados, ao atestarem a relevância do período imperial para a construção e consolidação territorial do Brasil, deixam claro o porquê da ‘invenção da nação brasileira’ ter sido fundada em mitos territoriais surgidos dos imaginários geográficos das elites desse período”. Ver: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil* In: *Revista Urutágua – revista acadêmica e multidisciplinar (DCS/UEM)*, nº15, abril-jul.2008, p.4.

210HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

211Antonio Carlos Robert de Moraes contribui para nossa reflexão: “Nos países de origem colonial, a geografia adquire centralidade ímpar, pois se trata de formações criadas na conquista de espaços, de formações que tinham na apropriação de novas terras a sua razão de ser. Nesses países, o espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social, que molda as instituições e as relações vigentes. Como visto, o espaço material e mítico atuou como elemento de dinamização e consolidação das regiões coloniais que deram origem aos novos Estados, e estes vão ter na manutenção dos fundos territoriais e na continuidade da expansão elementos fortes de legitimação. Por tais razões, as argumentações de índole geográfica ganham destaque no contexto periférico, com o território muitas vezes suprimindo carências que a história e a vida social negam ao processo de afirmação das identidades estatais pós-coloniais”. Ver: MORAES, 2008, p.73.

212Ver: HOBBSAWN, Eric J; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 e

relação do povo com sua “terra”: lugares, paisagens, territórios, regiões e espaços²¹³. E essa afirmação parece estar timbrada no imaginário dos diversos artistas de diferentes matizes que representaram o Brasil, no período Imperial ou na Primeira República, por meio das tintas do pincel ou da caneta, tais como em Debret ou Lima Barreto.

Enfim, a independência em sua dimensão política pontua a necessidade de um novo *status* perante Portugal; assim o Brasil deixou de ser Colônia e se tornou Império. No entanto, essa operação política exige outra dimensão que é a invenção/imaginação da nação e do brasileiro. O que desejamos destacar é o teor contraditório e ambíguo que ressalta a complexidade desse período da história do país: o Brasil se torna independente sob a batuta do próprio colonizador, residente em terras brasileiras desde 1808. E coube ao lusitano, antes colonizador, “inventar” e “imaginar” a ruptura de si próprio para criar um Brasil autônomo de Portugal.

3.3.1 O Romantismo e o território

Quando se observa a primeira geração do Romantismo, liderada por Gonçalves de Magalhães, está claro que a necessidade de romper com os referenciais clássicos não foi bem sucedida. Essa tentativa de ruptura não obteve sucesso tendo em vista a natureza da Independência que, como dissemos, foi uma independência dependente. Nas palavras de Bernardo Ricupero²¹⁴ “a rejeição do passado colonial português é menor no país. Também contribui para isso a forma que assume a independência: caso singular na América Ibérica, de emancipação política relativamente sem ruptura violenta”. O autor destaca que nos anos iniciais após a independência, era possível perceber uma “antipatia generalizada pelo português”. No entanto, prossegue, “a estabilidade que se logra encontrar com a forma da maioria (1840) concorre para o estabelecimento de uma identidade brasileira que não pode

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

213Nesse sentido, voltando a pensar as especificidades do Império. Ilmar Rholoff nos fornece mais detalhes sobre as relações entre Estado, Nação e território no Brasil Império: “A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira atribuía um significado novo à noção de Império, sublinhando uma singularidade. Esta consistia tanto no lugar reivindicado para o Império pelos dirigentes imperiais no conjunto das nações civilizadas, o qual se desdobrava numa determinada concepção de ordem, quanto na impossibilidade de um domínio ilimitado. O que acabava por reservar um valor especial ao território unificado e contíguo, elemento fundamental na definição de brasileiro que não mais deveria se restringir a uma dimensão política”. In: MATTOS, 2005, p.26.

214RICUPERO, 2004, p.XXXV.

rejeitar a obra realizada pela antiga metrópole, até porque é um Bragança o ocupante do trono brasileiro, a exemplo do português”. A reflexão de Bernardo Ricupero aponta de forma interessante a relação entre o contexto político e a produção literária/cultural da época. Assim, conclui: “a exemplo do que ocorre na sociedade, na economia e na política, não há nas letras choque tão grande entre o novo e o antigo, mas um arranjo, que faz dos românticos herdeiros diretos dos neoclássicos²¹⁵”. A herança destacada por Ricupero, está diretamente associada à primeira geração do Romantismo no Brasil.²¹⁶

Por meio de diferentes intensidades e matizes, explicadas pela natureza dos seus trabalhos, Ilmar Rholoff²¹⁷, Bernardo Ricupero²¹⁸ e Robert de Moraes²¹⁹ realçam a ideia de “herdeiros” ao tratar da elite política e intelectual que conduziu o processo de independência do Brasil. Ilmar Rholoff e Robert de Moraes ressaltam o território como um elemento importante na gênese política que conduziu nosso processo de independência – a base territorial seria a marca e a matriz para pensar uma ideia de Brasil. No que diz respeito a Bernardo Ricupero, seu objetivo consiste em destacar como o Romantismo criou uma ideia de nação brasileira, e para isso usou a literatura como tentativa de ruptura. Apesar das especificidades, os autores se encontram em algum momento de sua reflexão. Rholoff deixa o caminho aberto para o trabalho de Bernardo Ricupero e para Robert de Moraes, quando destaca os elementos que foram mobilizados nas primeiras tentativas imperiais de definir o Brasil como nação. Ilmar Rholoff²²⁰ indica a relação entre literatura, histórias nacionais e as

215Esse ponto da reflexão de Ricupero ao utilizar a ideia de “arranjo” para situar a visão dos “românticos como herdeiros diretos dos neoclássicos”, estabelece uma relação com a chave desenvolvida por MATTOS “herdeiros e construtores” e desses com MORAES ao pontuar a constituição de um Estado patrimonialista que “embaralha” interesses “públicos e privados”. Ver: RICUPERO, 2004, p.XXXV; MORAES, 2008, p.82; MATTOS, 2005.

216Bernardo Ricupero apresenta outra contradição associada ao nosso processo de independência no plano político e cultural: “Curiosamente, porém, tanto a crítica literária como a historiografia romântica brasileira são fundadas por estrangeiros: o francês Ferdinand Denis, os ingleses Robert Southey e Jhon Armitage, e o bávaro Karl Friedrich Phillip Von Martius. Ou seja, ironicamente, o movimento literário que mais insiste na autonomia de nossa vida intelectual não é iniciado por brasileiros. Martius parece mesmo ter consciência do desconforto que a situação pode provocar. Tanto que, na apresentação de seu *Como se deve escrever a história do Brasil*, diz reconhecer que ‘muito longe estou eu de me julgar do número de ilustres literatos brasileiros habilitados para preencher as vistas do Instituto’”. Mais adiante em sua reflexão, Ricupero traz informações importantes sobre Ferdinand Denis no que diz respeito a agenda seguida pelo movimento intelectual do romantismo: “Denis já em 1826, quatro anos depois da independência, propõe com seu *Resumé de l'histoire litteraire du Portugal, suivi du resumé de l'histoire litteraire du Brésil*, o problema que nos anos seguintes preocupará quase todos os intelectuais brasileiros: a necessidade de realizar a independência literária” (p.87). E ainda sobre a ideia de miscigenação: “Dentro desse espírito romântico, que, como indicou Madame de Stael, procura apreender a especificidade de cada povo, Denis considera que o que é mais particular ao Brasil é o fato de ser o país o resultado da combinação de diferentes raças: ‘o gênio peculiar de tantas raças diversas dele se patenteia: sucessivamente arrebatado, como o africano; cavalheiro, como o guerreiro das margens do Tejo; sonhador como o americano’”. In: RICUPERO, 2004, p.86.

217MATTOS, op. cit.

218RICUPERO, op. cit.

219MORAES, op. cit.

220MATTOS, op. cit.

necessidades de manter e expandir o território:

A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira era propiciada pela construção do Estado Imperial. E esta construção, por sua vez, impunha a própria constituição de Nação. À dominação das demais “nações” somava-se a direção pelo Governo do Estado daqueles brasileiros em constituição, o que implicava um padrão diverso de relacionamento entre aquele governo e o da Casa, “quebrando” as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, uma **literatura** e uma **história nacionais**, entre outros elementos. Impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado Imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: uma **expansão para dentro**²²¹. E aí reside o traço mais significativo da construção de uma unidade.

Conforme destacamos, a discussão e o retorno que empreendemos ao Brasil Império foi importante para destacarmos o seguinte ponto: o território é um elemento fundamental para pensarmos as formulações em torno do debate sobre o Brasil como nação, tanto no que diz respeito a sua dimensão subjetiva (imaginários) quanto a seus aspectos objetivos (fronteiras)²²². Juntamente à necessidade de manutenção e ampliação do território reside a relevância de se construir um discurso que venha consagrar uma ideia do que é ser brasileiro: o conteúdo é o povo, mas o continente é o território e seus diversos limites e fronteiras externas e internas.

Sem o objetivo de produzir uma dicotomia entre o continente e o conteúdo, vale dizer que tanto a definição de conteúdo quanto a de continente foram fundamentais para os governantes na tentativa de inserir o Brasil no “mundo civilizado”. Nesse sentido, Ilmar Rholoff²²³ e Robert de Moraes²²⁴ destacam dois elementos que foram intensamente utilizados nas reflexões sobre esse conteúdo e na delimitação desse continente: a literatura romântica (brasileira) e a construção de uma história e de uma geografia nacional²²⁵. Célia N. Galvão

221Grifo nosso.

222A partir de Ivan Tiago M. Oliveira percebemos que não é fruto do acaso a assinatura do Tratado de Madri (1750), que permitiu um avanço em relação ao Tratado de Tordesilhas que limitavam por demais as possibilidades de expansão do que viria a se tornar o território brasileiro. Através desse tratado a monarquia pode formalizar e expandir as incursões de colonização e o levantamento de informações sobre os “sertões” do Brasil, o que demonstra desde já a preocupação do governo com a questão territorial. Esse documento consagra o princípio de ocupação chamado de *utti possidets de facto*, ou seja, tem direito à terra quem a ocupa de fato. Oliveira ainda acrescenta: “Dado o caráter conservador, tanto no plano político quanto no territorial, da Independência brasileira, a obra imperial de limites combinou força do argumento com o argumento da força, mas obedeceu a concepção geral das 'fronteiras naturais' contida no 'mito da Ilha-Brasil, e manipulou habilmente a noção do *utti possidets*. Nesse sentido, o *Tratado de Madri*, o qual fora negociado pelo diplomata brasileiro em defesa da coroa portuguesa, Alexandre de Gusmão (considerado um dos patronos da diplomacia brasileira hoje), tornou-se *marco de fundação do território brasileiro*”. OLIVEIRA, 2008, p.3.

223MATTOS, 2005.

224MORAES, 2008.

225Em termos gerais, Alfredo Bosi destaca a relação do Romantismo com a constituição das nações: “(...) Nostalgia do que se crê para sempre perdido. Desejo do que se sabe irrealizável: a liberdade absoluta na

Quirino, em introdução ao livro de Bernardo Ricupero²²⁶, ressalta a base do nosso Romantismo: “Não é sem propósito que os românticos brasileiros buscassem, sobretudo, nos românticos franceses e na própria França a inspiração para suas ideias nacionais. Aqui como lá havia rei. Lá tinha havido um império, aqui este estava presente”. Ainda acrescenta, ao falar sobre os ideais: “Lá os ideais políticos falavam de liberdade, aqui a independência significava libertação, liberdade para criar e inventar tanto a construção do Estado, como na imagem de nação. Como declara Ferdinand Denis, citado por Ricupero: 'A América deve ser livre em sua poesia como no seu governo.'” O Estado brasileiro, munido de seu regime político, de suas leis e regulamentações, não sobrevive sem uma “alma”, sem uma subjetividade que lhe confira uma particularidade enquanto Estado.

Pensamos que essa “expansão para dentro” não diz respeito somente à expansão e consolidação física do território; também deve ser considerada a partir do campo das ideias, das subjetividades, do imaginário mobilizado em prol desses objetivos. Nesse sentido, o índio é um elemento importante na primeira tentativa de produzir um amálgama entre os interesses da aristocracia lusitano-brasileira e de dizer o que é o Brasil, principalmente, no que diz respeito à literatura. É sobre esses pontos que nos deteremos.

sociedade advinda com a revolução de 89. Na ânsia de reconquistar 'as mortas estações' e de reger os tempos futuros, o Romantismo dinamizou grandes mitos: a nação e o herói. A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma ideia força que a tudo vivifica. Floresce a História, ressurreição do passado e retorno às origens (Michelet, Gioberti). Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore (Schlegel, Garret, Manzoni), novas bandeiras para os povos que aspiram à autonomia, como a Grécia, a Itália, a Bélgica, a Polônia, a Hungria, a Irlanda. Para algumas nações nórdicas e eslavas e, naturalmente, para todas as nações da América que ignoram o Renascimento, será este o momento da grande formação cultural”. Mais adiante, Bosi destaca o Brasil e a figura de Gonçalves de Magalhães (1811-1882): “A relevância histórica reside no fato de Magalhães não ter operado sozinho como imitador de Lamartine e Manzoni, mas de ter produzido junto a um grupo, visando uma reforma na literatura brasileira”. Ainda situa a mudança geracional no Romantismo brasileiro: “Foi-lhe fatal o atraso, que o privou desta vez do 'mérito cronológico' que vinha marcando sua presença no Romantismo brasileiro. A essa altura, o indianismo já caminha além das instituições dos arcades e dos pré-românticos e se estruturava como uma para-ideologia dentro do nacionalismo. E a linguagem atingiria em Gonçalves Dias um nível estético que um leitor sensível como Alencar já podia exigir de um poema que se dava por modelo da épica nacional”. Ver: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1997, p.103-104.

226RICUPERO, 2006, p.13.

3.3.2 O Romantismo, a natureza, o índio

O Romantismo brasileiro, encarado a partir de seus contornos geográficos, possui uma dimensão histórica. Essa dimensão se torna explícita quando o movimento literário tenta consagrar uma visão de Brasil que tem como elemento central o índio e, através dele, tenta criar uma ideia de nação para o Brasil (Império). Uma evidência institucional de como a geografia, a história e o Romantismo brasileiro estavam conectados é a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838²²⁷. Nessa instituição, durante as suas primeiras décadas de funcionamento, estiveram presentes literatos preocupados em criar uma ideia de nação – os seus escritos mergulham na natureza e encontram nela a figura do índio. O índio é o elemento idealmente pensado como unificador dos interesses exploratórios da aristocracia lusitana com as potencialidades naturais do Brasil. A possibilidade de conciliação entre o lusitano (colonizador) e o índio, antes colonizado e catequizado a caminho de ser imperializado e civilizado, representa uma tentativa de amarrar simbolicamente o homem branco europeu à natureza brasileira, representado na figura do índio. Os índios são identificados com a natureza e esse homem-natureza deve ser incorporado pelo colonizador, agora sob as vestes de civilizador, como um território-homem. A natureza ou o índio deve ser civilizado, educado, assimilado e domesticado. Retornar ao índio é construir uma possibilidade de mito fundador, a origem do que somos enquanto nação, e a dimensão territorial está presente através da natureza do/no índio.

Bernardo Ricupero²²⁸ contribui para matizar tais questões ao realçar algumas diferenças entre o romantismo europeu, o brasileiro e o argentino:

²²⁷É interessante notar que nesse momento a geografia e a história ainda não haviam sofrido o seu processo de institucionalização universitária. Isso não quer dizer que esses campos do conhecimento não conheçam uma institucionalização: pelo contrário, a geografia se institucionalizou antes das universidades nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Sociedades de Geografia fundados ao longo de todo o século XIX, por todo o mundo. Sobre a criação das instituições que tinham como objetivo civilizar o Brasil e criar o brasileiro segundo os critérios europeus, Bernardo Ricupero nos diz que “(...) a atuação, a um só tempo, política e intelectual dos românticos, explica-se, portanto, em razão da natureza do próprio esforço em que se engajaram com vistas a criar nações no Brasil e no resto da América Latina. Estabelecendo uma certa delimitação, mesmo que provisória, pode-se dizer que o primeiro momento, imediatamente posterior à independência da América Latina, é essencialmente político, correspondendo à iniciativa de se criar na região instituições que desempenhem as funções atribuídas ao Estado. Já o segundo, que ocorre em meados do século XIX, é basicamente cultural, realizando-se principalmente mediante a tentativa de fazer com que os habitantes de antigas colônias se identifiquem com as novas nações”. Dentre as instituições que o autor destaca, podemos incluir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ver: RICUPERO, 2004, p.22. Para mais detalhes sobre o IHGB, ver GUIMARÃES, 1988 p.5-27.

²²⁸RICUPERO, op. cit., p.XXVIII.

Exemplo das posturas diferentes dos dois romantismos aparece na maneira como cada um deles reage à natureza. No romantismo europeu, a natureza, entendida como espaço ainda não penetrado pela Revolução Industrial e o capitalismo, é idealizada. O romantismo latino-americano, por seu turno é mais ambíguo. Se a atitude geral é de deslumbramento com o meio exuberante e com as possibilidades que ele abre para a sensibilidade especial do artista, na Argentina encara-se com pouca simpatia justamente aqueles que estariam mais próximos desse meio: índios, gaúchos, caudilhos... Já a postura do romantismo brasileiro é relativamente diferente. Considera que as principais características da nação brasileira estariam na exuberante natureza americana, e em seu habitante original, o índio. Essa operação ideológica, de escolha da natureza americana e do índio como símbolos nacionais, talvez se deva mesmo ao fato de que o último, praticamente dizimado, já não incomoda muito. Diferentemente da Europa, porém, em que as fábricas e os operários enchem de temor homens relativamente bem postos na vida, no Brasil o medo vem das plantações, trabalhadas por escravos. Dessa maneira, o que é mais revelador no romantismo brasileiro são precisamente suas ausências: as inicialmente escassas referências aos negros.

A reflexão acima enfatiza as diferentes formas como, tanto o Romantismo europeu como o brasileiro, encararam a relação entre a sociedade e a natureza, generalizada, por Ricupero, através da ideia de espaço. A interpretação do autor nos conduz às seguintes questões. Na Europa, com o processo de industrialização e o crescente avanço das relações capitalistas – no que diz respeito ao modo de produção econômico e cultural – era mais difícil pensar a natureza como algo original, imaculado ou virgem. Essa condição assume grande importância no sentido de criar uma matriz ou um ventre através do qual uma nação possa ser “imaginada” e/ou “inventada” a partir da natureza. Mais próximo desse desenvolvimento está o caso brasileiro, em que a natureza exuberante, virgem e desafiadora serviu de base para se pensar o Brasil enquanto nação. Uma característica comum entre as nações reside na necessidade de produzir um discurso que venha criar uma identidade em comum para os seus indivíduos; para as nossas aristocracias econômicas e intelectuais, entretanto, essa não era uma tarefa fácil, visto que o Brasil em muito se distanciava dos ideais de civilização consagrados na Europa. Dessa forma, a saída imaginada, e por isso mesmo inventada, consistiu em se buscar um elemento que unisse o homem e o meio, a sociedade e a natureza. O elemento escolhido, ao mesmo tempo cultural e natural, foi o índio. Como destaca Bernardo Ricupero, o índio estava sob controle e não era a base da mão de obra no Brasil, pois nesse momento o trabalho era realizado pelos negros escravizados²²⁹.

Está evidente dessa forma o motivo da quase ausência dos negros na literatura romântica brasileira: o *establishment* político, econômico e cultural não criou uma base identitária para aqueles que deveriam se resignar e aceitar a condição de escravos. Essa

229Ver RICUPERO, 2004.

redução “existencial” deveria ser acatada pelos negros até quando fosse necessário e a ordem política e divina legitimava a subjugação da maior parte da população brasileira a coisa e/ou mercadoria. No entanto, sabemos que as revoltas e a formação de territórios de resistência, como os quilombos²³⁰, eram constantes e as estratégias de manutenção de suas tradições as fazem permanecer em nossa cultura até o tempo presente, através da música, da dança, dos hábitos alimentares, da religião, do vocabulário, entre outros elementos através dos quais a cultura nos infesta e se manifesta de forma consciente ou inconsciente. De acordo com A. C. Robert de Moraes²³¹:

A vigência do escravismo, por exemplo, opera um seccionamento básico da população entre escravos e não escravos, sendo tal clivagem estrutural nas sociedades onde vigora esta relação. Nesse contexto, é impossível que todo o efetivo demográfico do país seja qualificado como povo, uma vez que os indivíduos submetidos à condição de escravos não se apresentavam na arena pública como sujeitos políticos e sim como mercadorias, isto é, como propriedade de alguém.

No plano internacional, essa questão não deixa de estar relacionada ao lugar que o Brasil ocupa no cenário mundial, enquanto um país de tradição colonial e agrário-exportador²³². Apesar de as formas de produção capitalistas ainda não estarem consolidadas em nosso país, as relações burguesas mais subjetivas (ideias e valores) estavam presentes. Dessa forma, é relevante destacar: o medo das nossas aristocracias não vinha da floresta, nem das fábricas, vinha das senzalas. A estrutura econômica, política e cultural passava pela relação senhor-escravo²³³.

O medo da população negra, e de sua possível revolta, tinha fundamento, uma vez que

230 C.f.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação no Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.650-656.

231 MORAES, 2008, p.79.

232 Antonio Carlos Robert de Moraes em seu texto *Ocidentalismo e História da Geografia Brasileira* faz uma síntese importante entre o quadro teórico e político-econômico mais amplo e a própria história da geografia no âmbito da modernidade. Em nossa compreensão, essa síntese ajuda no entendimento da posição tardia do Brasil em relação ao capitalismo desenvolvido na Europa e as diferentes formas de instituição das geografias: “A modernidade como projeto social e o capitalismo como sistema econômico teve (e tem) nesse elogio eurocêntrico um pilar fundamental. Seu correspondente geográfico material está bem expresso na constituição de uma 'economia-mundo', conceito de forte conteúdo geopolítico cunhado por Immanuel Wallerstein. A modernidade européia teve na expansão colonial sua alavanca fundamental, seja como economia ou como cultura. A 'colonialidade', como assinalam os teóricos dos estudos pós-coloniais, foi uma espinha dorsal da modernidade. A experiência do domínio político planetário atuou como alimento básico na afirmação da identidade europeia. A própria sistematização da geografia moderna enquanto ciência emerge como expressão dessa relação, que articula a narrativa colonial e a tese da superioridade ocidental. (...). A história da geografia aparece nesse enquadramento como um bom campo para operar o deslindamento dessa trama complexa, estabelecendo nexos entre alteridades e totalizações”. Ver: MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009, p.13-15.

233 Ver RICUPERO, 2004; MORAES, 2008, 2009, p.11-33.

no Haiti uma revolução se iniciou em 1791 e culminou com o processo de independência em 1804²³⁴. (Este país, como o Brasil, possuía uma economia agrária e exportadora, os homens eram vilmente explorados, estavam concentrados no campo e eram negros e escravos.) A partir das reflexões de Bernardo Ricupero, entendemos melhor a ausência das culturas africanas nas primeiras tentativas de representar a nação brasileira – havia o medo de criar poder simbólico e representativo para essas pessoas. Não interessava ao movimento intelectual do Romantismo, inaugurador da literatura brasileira e da historiografia nacional, afirmar a base identitária dos negros. Além disso, o lugar dado aos índios e o “não lugar” delegado aos negros era fruto de uma intencionalidade política que orientava o poder monárquico lusitano e suas relações com os mandantes da base produtiva, os donos de terra e destes com a base intelectual e política²³⁵.

A partir das reflexões mobilizadas, podemos retomar um ponto importante nas relações entre literatura, geografia e história e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa instituição, fundada em 21 de outubro de 1838, foi um elemento central nas tentativas que envolvem as criações literárias, geográficas e históricas realizadas no Brasil durante o

234Sobre a revolução do Haiti, ver: JAMES, C.L.R. *Os Jacombinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

235É importante destacar logo que o silêncio sobre a cultura africana e a cultura popular, presente nas tentativas de construir uma nacionalidade para o Brasil, incomoda Lima Barreto. Exemplo disso são as palavras do próprio Lima Barreto em seu *Diário Íntimo*: “Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nacionalidade”. Quando Lima Barreto faz tal afirmação, fica claro que deseja suprir uma ausência identificada por ele em meio a nossa produção intelectual: onde estão os negros e a cultura popular na construção imaginária do Brasil imperial e republicano? Chama nossa atenção na fala do escritor as orações curtas e em sua síntese, acabando dizendo mais através do que não está dito. Quando diz: “Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica”, poderíamos acrescentar: “seu pai enlouqueceu e foi na Escola Politécnica que diz ter sofrido mais racismo.” Ambos os fatores – o enlouquecimento do pai e o racismo na escola politécnica – são mobilizados pelo autor para justificar sua saída da Politécnica. Mais adiante em seu *Diário Íntimo* Lima Barreto descreve uma cena em que foi alvo de racismo: “Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contacto pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei”. E encerra a sequência abrindo um novo parágrafo de frase única: “É triste não ser branco”. Mais uma vez é interessante notar que Lima Barreto não diz que é triste ser negro e sim que “é triste não ser branco”. Nesse sentido, não nega suas origens culturais e sua ascendência africana, mas identifica que possui-las em nosso país é motivo de tristeza. In: BARRETO, Lima. *Diário íntimo: memórias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol.XIV, p.33 e p.130.

Império com o intuito de construir uma memória nacional²³⁶. Bernardo Ricupero²³⁷ pontua que “a partir de então, os historiadores se preocuparão em balizar seus trabalhos pela utilização de documentos originais, realizando pesquisas, mais ou menos rigorosas, que vão ocupando o lugar dos escritos dispersos dos cronistas coloniais”. Para Ricupero, essa concepção de história está associada ao fim do Antigo Regime. A relação entre história e Antigo Regime nos leva a uma questão: apesar de o Brasil adotar uma postura intelectual que representa uma ruptura com o Antigo Regime, uma versão desse mesmo regime foi mantida entre nós – a monarquia lusitana.

Durante a instauração do regime republicano, tem-se a consagração da concepção moderna de história e geografia em vários países, processo mais especificamente observado na Alemanha e na França. Em outras palavras, a ruptura com o Antigo Regime está diretamente relacionada à institucionalização universitária da geografia e da história²³⁸. No entanto, ao pensarmos sobre a realidade brasileira, o processo de instituição universitária dessas pesquisas apresenta algumas particularidades: o Brasil só conseguiu fundar as suas primeiras universidades em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), e em 1935, com o advento da Universidade do Distrito Federal (UDF). A institucionalização universitária transforma a geografia e a história em ciência e é a partir desses campos científicos, entre outros, que o Estado vai pensar uma nova base identitária. Não pretendemos afirmar aqui que foi só a partir dessa institucionalização que tais campos do conhecimento, em sua versão moderna, foram mobilizados pelo Estado brasileiro. Nosso objetivo é demonstrar o contrário: a nossa adesão aos parâmetros europeus de formação intelectual e construção da nação é singular e pertence a tempos históricos distintos – Império, Primeira República e Segunda República. O Brasil realizou tardiamente a consagração da geografia e da história como saberes universitários, atitude que os transforma em ciência, apesar de ter adotado a agenda política e intelectual que motivou o movimento de instituição universitária (Europa) desde o Império. Em vista desse movimento, mais adiante destacaremos a presença

236João Cezar de Castro Rocha, em seu texto *História*, ao comentar sobre a Revista do IHGB, assinala: “a Revista possuía seções constantes: biografias de brasileiros ilustres; relatórios sobre populações indígenas, algumas vezes assinados por homens de letras como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães; memórias históricas acerca de fatos relevantes para a nacionalidade; publicação de documentos relevantes para a história nacional, documentos esses geralmente encontrados em arquivos europeus; descrições de viagens às províncias pouco visitadas; edição de mapas do território nacional na maior parte ainda desconhecido. Por isso, a autêntica obsessão da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a publicação de mapas do território nacional. A proliferação de mapas representava um definitivo acerto de contas com as sedições regenciais, já que o cuidado com a cartografia inventava uma forma abstrata de superar a ameaça concreta de separação”. Ver: ROCHA, João Cezar de Castro. *História* In: Jobim, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.44-45.

237RICUPERO, 2004, 113-4.

238Sobre a relação entre a história da geografia e a constituição da modernidade, ver: MORAES, 2009.

de Humboldt na lista de sócios do IHGB não como uma mera coincidência. Essa assinatura, revela, um alinhamento dos intelectuais brasileiros com o que estava ocorrendo na Europa.

Acreditamos que a dimensão geográfica ultrapassou o Império e foi redimensionada pela República, e que esses redimensionamentos chegam até Lima Barreto. Um indício do contato desse intelectual com a “equação geográfica”, desenvolvida desde o Império e que se estende e se transforma até a Primeira República, está presente em sua biblioteca pessoal²³⁹. Nos livros listados por Francisco de Assis Barbosa, encontramos alguns exemplares que demonstram o interesse do autor pela geografia. Nesse sentido, vele lembrar que a relação homem e meio – comum ao século XIX – está presente na geografia e na literatura. Além disso, a literatura realista fazia parte de suas predileções; Balzac foi um autor recorrente nas estantes de sua biblioteca. No que diz respeito às obras que apresentam um conteúdo geográfico, destacamos as seguintes: na 2ª estante, 1º prateleira: *La Terre*. Vidal de La Blache et Camena de Almeida; 4ª estante, 1º prateleira: *Geografia Física do Brasil*. Wappoeus, 2ª prateleira: *Atlas*. Hickmann, 3º prateleira: *História da cidade do Rio de Janeiro*. Felisberto Freire 2 vols, *Anais do 1º Congresso de geografia do Rio de Janeiro, Quadros da Natureza*. Humboldt; 5ª prateleira: *Revista do Instituto Histórico [e Geográfico - IHGB²⁴⁰] tomo 74 (2 partes)*. Não é a mera presença de clássicos da geografia, como o francês Paul Vidal de La Blache e o alemão Alexander von Humboldt, na biblioteca de Lima Barreto, que confirmam a relação entre geografia e literatura. A presença do conteúdo geográfico em seus livros é um indicativo da importância do aspecto geográfico em sua leitura de Brasil, de forma particular, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Ainda mais quando é notório que a relação “homem e meio” tem um forte destaque nas literaturas realistas e naturalistas influenciadas pelas descobertas e pelo desenvolvimento do discurso científico. Durante a Primeira República, ainda destaca-se a presença de Elisée Reclus no IHGB, geógrafo citado em uma crônica de Lima Barreto²⁴¹. Em linhas gerais, fica a percepção de que a tradição em pensar o Brasil

239Francisco de Assis Barbosa em sua biografia “A vida de Lima Barreto” fornece uma lista dos livros encontrados na biblioteca pessoal do autor. Fizemos uma seleção dentro da listagem fornecida por Francisco de Assis Barbosa e a partir dessa seleção destacamos algumas informações. Mantemos a ordem da descrição realizada pelo biógrafo em ordenação de “estantes” e “prateleiras”. Ver: BARBOSA, 1981, p.360-382.

240Acréscimo nosso de palavra e sigla.

241Em sua coletânea de contos *Histórias e Sonhos*, Lima Barreto cita o geógrafo anarquista Elisée Reclus para fazer referência à toponímia indígena existente na Baía de Guanabara. Novamente os indígenas e as palavras utilizadas por esses povos para nomear os lugares são exaltadas pelo autor: “Reclus, na sua *Geografia Universal*, tratando do Brasil notava a necessidade de conservarmos os nomes tupis dos lugares de uma terra. Têm eles, diz o grande geógrafo, a vantagem de possuir quase todos um sentido claro, muito claro, nas suas palavras, exprimindo algum fato da natureza, a cor das águas correntes, a altura, a forma ou o aspecto dos rochedos, a vegetação ou a aridez da região”. Ver: BARRETO, Lima. *História e Sonhos*. São Paulo: Martins Fontes: 2008, p.13-31. Também é do interesse de Elisée Reclus a relação homem e meio, comum à época, para mais detalhes, ver: RECLUS, Elisée. *Da ação da geografia humana; Geografia comparada no espaço e no tempo*. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2010. Entre os livros que compunham a

através de seu território força os limites entre o tempo histórico do Império e da Primeira República, chegando até a obra de Lima Barreto.

Parcialmente, a instituição universitária do conhecimento afasta a literatura da geografia como ciência²⁴². A literatura, por ser encarada como um campo das artes, não possuía a objetividade necessária para fazer uma leitura científica da realidade. No Brasil Império, de uma forma ou de outra, em razão de sua própria liberdade artística e linguística, a literatura acabava sintetizando múltiplos conhecimentos e publicava-os de uma forma mais acessível aos poucos leitores que existiam no Brasil. O prestígio que a literatura gozou durante o Império, como uma forma de conhecimento capaz de criar uma visão do Brasil para o Estado, foi, parcialmente, substituído durante a Primeira República pela voga científica presente no positivismo de Augusto Conte e na presença do Apostolado da Igreja Positivista no Brasil.

Essa teoria predominava entre os militares que ocuparam o poder durante os primeiros anos da república. Vale acrescentar que muitos deles, dentre os quais pessoas importantes em nossa história republicana, como Benjamim Constant²⁴³, estavam associados a essa filosofia. Podemos afirmar então que a possibilidade mais direta de se pensar a literatura na composição da nacionalidade brasileira está mais próxima do Brasil Império do que da Primeira República, embora a literatura tenha sido influenciada pelo debate científico ocorrido durante a Primeira República. E essa argumentação ajuda a referendar a compreensão de que a história não muda com a mesma facilidade com que mudamos de capítulo em um livro.

Nesse sentido, vale dizer que apesar de Lima Barreto (1882-1922) ter desenvolvido toda a sua carreira intelectual durante a Primeira República, o autor está inserido em uma tradição intelectual e de valores. Como já destacamos, fica a impressão de que o trabalho de Lima Barreto expressa certo passadismo em relação ao Império, apresenta uma melancolia em

biblioteca pessoal de Lima Barreto (Limana) vale destacar o livro encontrado na 4ª estante, 3ª prateleira: *A língua dos caxinauás*. C. Abreu. A presença desse livro vai consolidando a hipótese do interesse pessoal de Lima Barreto pela cultura indígena, além da cultura africana presente no Brasil. Sobre a biblioteca pessoal de Lima Barreto, ver: BARBOSA, 1981.

242No final do século XIX a história também se institui como conhecimento científico e nesse movimento é necessário delimitar suas fronteiras em relação a outros campos do conhecimento, principalmente à literatura que trabalha com a construção de narrativas. Alcmemo Bastos diz que: “Essa distinção entre *poeta* e *historiador* tem sido retomada ao longo do tempo por inúmeros escritores e/ou teóricos da literatura, às vezes com quase as mesmas palavras. Os irmãos Edmond e Jules Goncourt (1972), por exemplo, enfatizando a função documental, realista do romance, que neste caso seria equivalente a história, afirmava em seu *journal* de 24 de outubro de 1869: 'O romance depois de Balzac não tem mais nada em comum com aquilo que nossos pais entendiam como tal. O romance atual se faz com documentos *narrados*, ou extraídos da natureza, como a história se faz com documentos escritos. Historiadores são narradores do passado; os romancistas são narradores do presente.' Concluindo: 'A história é um romance que foi, o romance é a história que poderia ter sido'”. Ver: BASTOS, Alcmemo. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p.18.

243Para mais detalhes sobre a influência do positivismo na formação de uma nacionalidade na Primeira República, ver: CARVALHO, 1990, p129-140.

relação a tempos pretéritos. A propósito, nesse contexto, seu pai, João Henriques de Lima Barreto, mantinha relações com pessoas bem colocadas e associadas ao poder monárquico, tais como o Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso) – padrinho de Lima Barreto. De um modo geral, a proclamação da República (1889) não foi favorável para vida da família Barreto; sua mãe Amália Augusta Barreto faleceu em dezembro de 1887, e em agosto de 1889 João Henriques foi demitido da tipografia Nacional por manter relações com pessoas associadas à monarquia. A morte da mãe, o desemprego do pai, o enlouquecimento deste em 1902 e a desistência da Escola Politécnica foram eventos marcantes na vida e criação literária do autor²⁴⁴.

Podemos afirmar que a Fundação do IHGB representa uma primeira inserção do Brasil no pensamento geográfico moderno em formação. De acordo com Bernardo Ricupero²⁴⁵, o primeiro artigo da instituição declara seus objetivos: “o IHGB tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os arquivos necessários para a história e geografia do Império do Brasil”. Nesse sentido, vale destacar as relações desse instituto com a Monarquia e com aqueles que constituíram o poder durante o Império. Na cabeça dos Braganças, e dos seus séquitos, o IHGB deveria ser um dos lugares, se não o principal, de onde saíam as ideias para se pensar e se criar uma “alma branca” para o Brasil e para o brasileiro. Já se sabe, entretanto, que essa não era uma tarefa fácil, tendo em vista a presença dos negros e dos índios em nosso território. As palavras de Bernardo Ricupero permitem visualizar o caráter aristocrático dessa instituição:

O Instituto Histórico estará a tal ponto próximo do poder que dos 27 presentes à sua sessão de fundação, 22 ocuparão papel de destaque no aparelho de Estado, dez deles tornando-se conselheiros de Estado e seis senadores. De maneira geral, predomina entre os sócios efetivos, como na elite imperial, a formação jurídica (41,3%) e o emprego no serviço público (71,7%), sendo 21,7% deles magistrados, 28,3% professores e 6,5% militares. Também é significativo o número de políticos; 19,6% dos sócios efetivos são parlamentares. Os sócios honorários serão, em geral, brasileiros ilustres, como o regente Pedro Araújo Lima, o marquês de Maricá e o marquês de Paranaguá ou nobres e intelectuais estrangeiros, como o da Sicília, Chateaubriand, Humboldt, Monglove e Martius. Com o tempo, passa-se também a promover os sócios efetivos que mais se destacaram à condição de sócios honorários. Assim, Varnhagen, Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Joaquim Norberto tornaram-se sócios honorários. Os sócios correspondentes serão, por sua vez, presidentes de província, diplomatas, juizes, lentes, e alguns estrangeiros, como Pedro de Angelis e, posteriormente, Andrés Lamas e Sarmiento.²⁴⁶

244Retomaremos essa discussão mais adiante ao traçarmos um perfil biográfico de Lima Barreto.

245RICUPERO, 2004, p.114.

246Ibidem, p.115-6.

É interessante notar não só a correspondência entre o poder e a produção do conhecimento, tendo em vista as necessidades do Estado, mas também a presença na lista de sócios de pensadores, como Alexander Von Humboldt. Esse nobre foi um importante pesquisador, tendo realizado descobertas que vieram a contribuir para a formação de diversos campos científicos em sua acepção moderna, tais como a linguística, a biologia, a geologia, a geografia e a história. Viajou por diversos países e esteve no Brasil amazônico e em outros países da América do Sul²⁴⁷. Nossa memória parece esquecer que Portugal é Europa e que fatos como a vinda da corte portuguesa para o Brasil (1808) e a nossa independência (1822), ao invés de nos afastar da Europa mais nos aproximaram. No entanto, apesar da presença do nobre naturalista alemão entre os sócios brasileiros, “a produção intelectual” assumia um segundo plano em relação ao “prestígio social”.

Uma das informações destacadas por Ricupero²⁴⁸ que nos ajudam a entender essa contradição é o fato de grande parte das verbas do instituto vir do Estado – a política era mais importante que a questão cultural:

na Proposta de fundação do Instituto a função subalterna da cultura em relação a política, já que ela deveria dotar a sociedade de alicerces mais sólidos, e sugere-se que a história e a geografia teriam um papel particularmente importante a desempenhar no que concerne à 'pública administração'.

Esses pontos conferem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) uma característica inovadora e ao mesmo tempo conservadora: tenta-se, de um lado, romper com as matrizes europeias a partir das próprias propostas de ruptura desenhadas na Europa, mas adequadas à realidade brasileira. De outro, o império procura afastar as matrizes de pensamento lusitana sem deslocar o poder político português.

Bernardo Ricupero²⁴⁹ resume a “terceira sessão pública aniversária do IHGB, comemorada em 30 de novembro de 1841”, que contou com a presença de Sua Majestade Imperial (SMI):

Nesse breve relato estão todos os elementos justificadores da existência do IHGB aos olhos do 'mundo oficial' do Segundo Reinado: o Paço Imperial, os personagens ilustres, os discursos eruditos e, principalmente, Dom Pedro II. Todos esses elementos combinam-se para sugerir que é importante a

247 Para mais informações sobre Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt ver: GAROZZO, Filippo. *Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

248 RICUPERO, 2004, p.216.

249 Ibidem, p.122-123.

existência de um Instituto Histórico e Geográfico no Brasil. Não é difícil resumir a narrativa: personagens ilustres dignam-se a comparecer a uma reunião erudita realizada no Paço Imperial. Também não por acaso o relato abre-se e fecha-se com o imperador. Indica-se, assim, que é praticamente a boa vontade de SMI de proteger o Instituto que lhe confere legitimidade aos olhos dos demais presentes na reunião e na nação. A contrapartida implícita é que o IHGB deverá fazer com que as realizações do reinado de SMI, principalmente o apoio à cultura, não sejam esquecidas no futuro.

Dessa forma, sincronicamente, percebemos que o projeto do IHGB está associado a uma atividade política e cultural que envolvia os poderes constituídos e intelectuais em um único projeto.

O IHGB realizou um concurso monográfico que tinha como objetivo definir o como escrever a História do Brasil²⁵⁰. A monografia vencedora foi de autoria do bávaro Von Martius; de acordo com Ricupero²⁵¹, nela está registrada o “reconhecimento da importância das três raças como fator histórico na formação da nacionalidade brasileira” – essa seria “a grande originalidade de Martius”. O bávaro teria sido o primeiro a destacar a importância do encontro das três raças na constituição do brasileiro. Dessa forma, assinala o autor, “Martius pode ser visto como iniciador de uma linha de interpretação do Brasil, provavelmente a de maior êxito, tendo mesmo, de filosofia, se convertido em senso comum”. Ricupero²⁵² fez uma ousada travessia das ideias de Martius indo do “romantismo a Gilberto Freyre, passando aos trancos e barrancos, pelo evolucionismo e positivismo, acreditou-se que o Brasil era essencialmente um país mestiço; o que foi visto por alguns como vantagem e por outros como defeito”. E fecha a sua reflexão com a seguinte sentença: “Martius merece, portanto, o duvidoso título de avô da ideologia da democracia racial no Brasil”.

A despeito de tudo isso, as ideias de Martius estão fincadas em um solo extremamente conservador; para ele os índios seriam “ruínas de povos sobreviventes de uma antiga civilização desaparecida” e com os negros a sua generosidade não é maior: “ele acaba discutindo em apenas uma página das cinco páginas” e “limita-se a afirmar que 'não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução de escravos negros'”²⁵³. Durante a Primeira República, período em que a literatura deixa de ser o viés primordial pelo qual se pensa uma ideia de Brasil em favor do argumento científico, o país miscigenado será encarado de forma extremamente negativa, e essa avaliação está associada à

250A monografia de Von Martius está disponível on-line e a versão vem acompanhada de texto preliminar de José Honório Rodrigues: https://docs.google.com/file/d/0B_KmZofvEaVoSi16UHZaeGFqZlU/view.

251RICUPERO, 2004, p.125.

252Ibidem, p.125.

253Ibidem, p.127.

adoção e divulgação de teorias raciais trazidas da Europa para o Brasil²⁵⁴.

O projeto sobre o “*Como se Escrever a História do Brasil*” foi realizado alguns anos mais tarde pelo diplomata sorocabano e filho de estrangeiros Varnhagen. Desde 1842, se trancou em arquivos europeus em busca de fontes para escrever a sua versão da História do Brasil, até a publicação do livro entre 1854 e 1857²⁵⁵. É interessante notar que tanto Von Martius quanto Varnhagen²⁵⁶, de uma forma ou de outra, defendiam a miscigenação como forma de europeização da cultura brasileira. No entanto, Von Martius é muito pessimista em relação aos negros. Varnhagen, por sua vez, não apresenta nenhuma boa vontade com os índios e com a natureza exuberante do Brasil.

Desse modo, Varnhagen acabou criando uma oposição ao movimento indianista e romântico no Brasil. Do ponto de vista da geografia política é interessante notar que Varnhagen havia proposto o deslocamento da capital do Brasil para a área central, além de outras mudanças de caráter essencialmente territorial. Nas palavras de Bernardo Ricupero²⁵⁷:

O historiador sorocabano elabora um verdadeiro programa a fim de 'civilizarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro': seria preciso delimitar as fronteiras; mudar a capital para o interior, estabelecer uma nova divisão territorial entre as províncias; promover o desenvolvimento das comunicações; e, principalmente, povoar o país, dotando a população de maior homogeneidade. Para a realização desse último objetivo, Varnhagen pensa que seria indispensável pôr fim a escravidão, submeter os índios bravos e promover a imigração de colonos europeus²⁵⁸.

254Lília M. Schwarcz, ao comentar uma citação de Sílvia Romero, destaca “Apesar das exaltações, próprias de um intelectual que viveu intensamente o momento que narrou, o fato é que tudo parecia novo: os modelos políticos, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas. Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorpora os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de 'imperialismo interno', o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais”. Ver: SCHWARCZ, 2010, p.28.

255RICUPERO, 2004, p.130-1.

256Nas palavras de Ricupero: “O cruzamento entre as raças como que diluiria sangue índio e negro em branco e deveria tornar esse Império mais homogêneo e similar às nações da civilizada Europa”. Sobre os indígenas, Varnhagen dispa: “Humanidade bestial' seriam os índios 'falsos e infieis; incontestes e ingratos, e bastante desconfiados’”. Ibidem, p.137.

257Ibidem, p. 131-132.

258Mais adiante Ricupero retoma uma relação importante para aprofundarmos a relação entre o Império e a Primeira República. Esse período da discussão retoma o debate acerca do “embranquecimento da população” com o incentivo à vinda de imigrantes europeus já no período Imperial, dado importante para sabermos que durante a Primeira República a questão da necessidade do embranquecimento se faz presente a partir das teorias raciais (positivismos, evolucionismos e determinismos). No entanto, essa não é exclusiva desse período. De acordo com esse autor: “Assim, mais uma vez de forma similar a Martius, o Visconde de Porto Seguro imagina uma solução próxima da posteriormente popular tese do branqueamento, 'fazendo votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem, fazendo desaparecer totalmente no nosso povo as características de origem africana’”. Como já destacamos em nota, vale lembrar que Lima Barreto era negro e sofreu preconceito racial, sobretudo, de acordo com o próprio, na Escola Politécnica. Ver: Ibidem, p.148.

As ideias de Varnhagen acabam por ratificar a necessidade da manutenção territorial, tão cara à monarquia lusitana. A conjunção de elementos territoriais e históricos em sua obra parece ser evidente e não deflagra a não especialização da geografia e da história nesse momento, o que não retira a importância de pensarmos a nação brasileira em seu primeiro momento de invenção e imaginação moderna. O caráter geográfico desse livro de história parece se intensificar através das palavras de Bernardo Ricupero²⁵⁹: “Não por acaso o valor central que emerge da História geral do Brasil é a unidade. Será ela que organizará a narrativa, sugerindo que tudo se dispõe no Brasil para a constituição de um grande império”. Ao que complementa mais adiante: “A importância de Varnhagen é enorme. Estabelece os marcos da história brasileira, numa perspectiva que privilegia a ação do estado, principalmente em prol da unidade territorial”. A relação entre a formação política e administrativa do estado brasileiro está diretamente associada a uma questão territorial e populacional que é delimitada pela narrativa histórica de Varnhagen.

As polêmicas estavam presentes nesse cenário intelectual; e a mais diretamente relacionada à literatura aconteceu entre José de Alencar e Magalhães Gonçalves, introdutor do Romantismo no Brasil. Ambos tinham por objetivo liberar o Brasil da dependência intelectual criada e reproduzida durante o Período Colonial. No entanto, José de Alencar acusa Magalhães Gonçalves de não promover a ruptura necessária com os ideais gregos e com o passado intelectual e colonial do Brasil, tarefa essa que assume para si. De acordo com Bernardo Ricupero²⁶⁰, “apesar de ser o introdutor do Romantismo no Brasil, Magalhães adotaria ainda, em boa parte, atitude neoclássica”. Essa postura está presente nos diferentes âmbitos da literatura, “onde não conseguem escolher entre o Neoclassicismo e o Romantismo, à política, em que evoluem de uma postura quase 'jacobina' para o apoio ao Regresso conservador”. É curioso observar que a geração de 1870 vai fazer a mesma acusação, voltada na direção do acusador, José de Alencar, criticando-o pelo fato de não ter mobilizado os referências intelectuais necessárias à independência intelectual do Brasil em detrimento de outros interesses. Uma questão que acabava entrando no jogo político associado às produções culturais era o debate sobre a abolição da escravatura. Um dos opositores de José de Alencar será Joaquim Nabuco que o acusava da quase não presença dos negros em sua literatura. Ainda no que diz respeito a José de Alencar, vale acrescentar que se manteve a favor da escravidão no Brasil, apesar de ser crítico da condição dos escravos²⁶¹.

Apesar de Lima Barreto (1881-1922) ter produzido toda a sua atividade intelectual

259 RICUPERO, 2004, p.132;137.

260 Ibidem, p.162-163.

261 Ibidem, p.188-208.

durante a Primeira República (1889-1930), esse autor está inserido em uma tradição intelectual; sendo assim, muitas questões redimensionadas durante a República estavam presentes no Império. Nosso objetivo consiste em ampliar o potencial analítico sobre a obra de Lima Barreto através de uma melhor compreensão histórica.

3.4. Ciência e literatura na Primeira República

A Primeira República foi um período de redimensionamentos. O início do período republicano no Brasil consagra, em nível de Estado e das ideias, posicionamentos políticos que circulavam nos meios intelectuais há algum tempo, por exemplo, as iluminuras republicanas, que estavam na boca de muitos abolicionistas. No entanto, não é conveniente fazer a ligação direta entre o abolicionismo e o republicanismo no Brasil. Joaquim Nabuco²⁶² era abolicionista, mas também monarquista – avaliava que o Brasil tinha que abolir a escravidão, mas que não estava preparado ainda para a consagração de um regime republicano em suas terras. Vale ressaltar que antes da oficialização do regime republicano, bem como o debate e algumas ações em prol dele já estavam presentes na nossa paisagem intelectual. Os filhos das aristocracias que iam estudar na Europa traziam consigo os valores republicanos, democráticos e liberais já em grande debate e efetivação em alguns países europeus.

No que diz respeito à incorporação dos valores liberais antes da proclamação da República, assumem relevância as palavras de José Murilo de Carvalho²⁶³, no livro de sua autoria, *Os Bestializados*:

No que diz respeito aos princípios ordenadores da ordem social e política, o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial em quase toda a sua extensão. A Lei de Terras de 1850²⁶⁴ liberara a propriedade rural na

262Nesse sentido é esclarecedora a citação de Joaquim Nabuco destacada por Christian E. C. Lynch em seu texto “O Império que era República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco”: “Eu era monarquista porque a lógica me dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a Monarquia Parlamentar só podia ter como sucessora revolucionária a Ditadura Militar, quando sua legítima sucessora evolutiva era a Democracia Civil; por pensar que a República seria a pseudorepública que é em toda a América Latina. Eu dizia que a República não poderia funcionar como governo livre; e que, desde o dia em que ela fosse proclamada, desapareceria a confiança, que levamos tantos anos a adquirir sob a Monarquia, de que a nossa liberdade dentro da lei era inatingível. (NABUCO, 1999, p.60)”. Ver: LYNCH, Christian E. C. O Império é que era república: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco In: *Luna Nova*, São Paulo, 85:277-311, 2012, p.277-311.

263CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.43.

264As questões relacionadas à concentração da terra no Brasil serão trabalhadas em Lima Barreto em seu livro

medida em que regulara seu registro e promovera sua venda como mecanismo de levantamento de recursos para a importação de mão de obra. A lei de Sociedades Anônimas de 1882 liberara o capital, eliminando restrições à incorporação de empresas. A abolição da escravidão liberara o trabalho. A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da constituição de 1824. No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela constituição de 1891. O mesmo se pode dizer dos direitos políticos. As inovações republicanas referentes a franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência de renda, mantendo a de alfabetização.

A reflexão acima nos ajuda a entender que os *valores liberais* que envolvem as diferentes concepções de República foram, aos poucos, sendo incorporados ao governo imperial, visto que tais ideais estavam em prática na Europa, muito influenciada pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa. A proclamação da República não eliminou totalmente as práticas e valores do Império. Um bom exemplo disso reside na figura do Barão de Rio Branco, que mesmo após a proclamação da República não deixou de ser reconhecido e aclamado como barão. Elias Tomé Saliba²⁶⁵ destaca que em 1909 “quando em decorrência de uma crise sucessória deflagrou-se a Campanha Civilista, lançaram Paranhos à presidência como única candidatura de consenso. Ele recusou, mas se aceitasse seria um paradoxo o Brasil ser a única república do mundo governada por um barão!”. Fica a questão: mas a República não representa uma ruptura com a Monarquia e com os títulos nobiliárquicos?²⁶⁶ Esse é outro aspecto histórico importante na literatura de Lima Barreto, ao interpretar o Brasil daquele período. As ideias e os valores trazidos da Europa tomaram forma própria quando chegaram ao Brasil²⁶⁷. Ao pensar sobre a forma como as ideias republicanas foram instituídas

Triste Fim de Policarpo Quaresma, principalmente em sua segunda parte, quando Policarpo vai para a campo para provar que o Brasil possui as terras mais férteis do mundo e que “aqui tudo que se planta dá”.

265SALIBA, Elias Tomé. Cultura. In: SCHWARZ, Lilia (coord.). *Abertura para o mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, vol.3, p.241.

266Lima Barreto, dispara contra o Barão de Rio Branco: “São assim como nós que temos grande admiração pelo Barão de Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver”. Ver: BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Martin Claret, 2009, p.66.

267Roberto Schwarz, destaca que: “Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixa de afetá-las. Por isso, pouco ajuda a insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravidão, envergonhado diante delas – as idéias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha na ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber desses deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para as quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza”. Em nossa perspectiva é significativo notar como o autor incorpora as nossas contradições de forma não totalmente negativa ao destacar que o “interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira”. Ver: SCHWARZ, R. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p.77.

no país, entendemos que grande parte das mudanças em nossa história realizaram-se para promover a permanência das estruturas. Nesse momento, podemos afirmar que as ideias vindas do estrangeiro traduzem as mudanças, mas essas não se convertem, necessariamente, em rupturas, as coisas mudam para, em parte, permanecerem.

Em 1889, um ano após a transição do Império para a República vai se efetivar política e juridicamente. A proclamação da República no Brasil significa a inserção do Brasil no modelo moderno, consagrado através do Estado Nação²⁶⁸. Nicolau Sevcenko²⁶⁹ pondera sobre o desafio dos intelectuais ao importar tais modelos para o Brasil:

Mas qual direção que o grupo intelectual daria à sua intercessão no campo da reforma política? A resposta da questão exige que recuperemos novamente a perspectiva unitária do processo de mudança em estudo. Se atentarmos para o que ocorre na Europa durante o processo de formação dos Estados-nação, nos deparamos com dois fenômenos diversos. Um é o dos estados já analisados, que pretendem engendrar uma nação uniforme e receptiva à sua ação – como a França com sua heterogeneidade interna e a Inglaterra com os membros do Reino Unido e com seu vasto Império. O outro é o das nações que, apesar de possuírem uma identidade de sentimento nacional, não constituem um Estado, como a Alemanha e a Itália. No Brasil os homens que assistiram ao processo de *nation-making* (...) das nações europeias e que se deslumbravam com as grandes nações imperiais, buscando nelas o modelo para instauração do Estado brasileiro moderno, não poderiam deixar de se deparar com o mesmo problema.

É Tobias Barreto novamente quem inicia o debate, afirmando que temos Estado, mas não temos nação.

Nabuco, que tanto concorreu para afirmar a assertiva de Tobias Barreto, vai além e denuncia a fragilidade do Estado no Brasil.

As palavras do autor resumem as dificuldades e desafios dos intelectuais brasileiros que viveram e pensaram sobre a implementação do Estado Moderno e Republicano no Brasil. Essas alterações no poder estatal, provocadas pela transição do Império para a República, ocasionaram grandes mudanças nas relações de poder e tais mudanças efetivaram uma maior disputa de posição social na sociedade brasileira, identificada por Nicolau Sevcenko²⁷⁰ pela expressão “arrivismo”. Para o autor, com o advento da Primeira República o Rio de Janeiro se tornou “a capital do arrivismo”. O regime republicano consagrou em terras brasileiras os valores liberais e, com eles, um aumento da possibilidade de mobilidade social. Isso contribuiu para que muitos setores da sociedade brasileira se aproximassem das aristocracias com o intuito de servir e pleitear alguma possibilidade de ganho fácil em dinheiro ou em

268Ver: HOBSBAWM, 2004.

269SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.102-103.

270Ibidem, p.36-57.

cargos públicos – que, em última instância, além de significar dinheiro, também representa estabilidade e certo *status* social.

De acordo com Lilia Schwarcz²⁷¹:

Indivíduos outrora excluídos, por conta da cor ou da origem, passaram a ter acesso a diferentes instituições de consagração e a galgar posições elevadas na hierarquia política do império. Tudo parecia sinalizar para uma integração sem obstáculos e barreiras intransponíveis. Contudo, tal abertura social – experimentada no Brasil no final do século XIX, mas não apenas – seria freada por novos critérios de alteridade racial, religiosa, étnica, geográfica e sexual. Marcadores sociais de diferença dos mais vigorosos, porque condicionados por realidades e hierarquias sociais, mas moldados por critérios considerados racionais e objetivos – porque biológicos –, faziam agora grande sucesso. Um novo racismo científico, que acionava uma pletora de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização, assim como estabelecer uma relação obrigatória entre aspectos 'externos' e 'internos'. Narizes, bocas, orelhas, cor de pele, tatuagens, expressões faciais e uma série de 'indícios' foram rapidamente transformados em 'estigmas' definidores da criminalidade e da loucura. O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros, mestiços e também migrantes, sob o guarda-chuva seguro da biologia.

A reflexão da pesquisadora suscita a questões importantes e nos ajuda a matizar ainda mais esses redimensionamentos ocorridos durante a Primeira República, principalmente no que diz respeito ao conservadorismo em relação à adoção dos “valores liberais” e às posturas “científicas” adotadas para fazer uma leitura do nosso povo. Nesse sentido, vale ressaltar o que a autora chama de “marcadores sociais da diferença”. Podemos afirmar que no Império tais marcadores estavam determinados por questões de origem ou nascimento, e na Primeira República passaram a estar associados a questões raciais e ou biológicas. Lilia Schwarcz²⁷² destaca que após a proclamação da República, houve a disseminação das teorias raciais, das práticas eugênicas e dos projetos de embranquecimento da população através do incentivo da vinda de imigrantes europeus para o Brasil – prática essa fomentada desde o Império. Esses novos “marcadores sociais da diferença” são de grande relevância, uma vez que Lima Barreto (1881-1922) era negro e descendente de escravos e não negava as suas origens culturais²⁷³. O próprio Lima Barreto destaca que foi durante a sua permanência no curso de engenharia – período em que estudou na Escola Politécnica – que mais sofreu preconceito racial. Segundo

271SCHWARCZ, 2012, p.21.

272Ibidem, p.23-66.

273Dizer que Lima Barreto não nega a sua condição de negro não significa afirmar que o autor não apresentava conflitos com o seu fenótipo. Em nossa compreensão, a frase de seu *Diário Intimo* já citada e comentada, deixa evidentes algumas contradições.

Lilia Schwarcz²⁷⁴, a transição para a República vai configurar uma espécie de “modernidade periférica”²⁷⁵, em que houve não uma “marcha evolutiva, única e mandatória”, mas a “sobreposição de temporalidades”, a combinação dos conceitos de “modernização” e “tradição”.

José Murilo de Carvalho²⁷⁶ contribui com a análise de Nicolau Sevcenko²⁷⁷ quando destaca que o “chefe de polícia” do então presidente Marechal Deodoro “perseguiu os capoeiras, e todo governo Floriano teve uma cara repressora. O jogo e as apostas foram reprimidos, e tentou acabar com o entrudo. Porém a jogatina da bolsa, favorecida pelo governo provisório, tinha dado o tom”. Em outros termos, os “jogos” de caráter popular foram reprimidos; no entanto, os que envolviam os interesses de integrantes do governo e de empresários que investiam na bolsa continuavam. Além disso, os jogos que se mantiveram através da legalidade, representavam certo lazer aristocrático. Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho²⁷⁸: “Apesar da ação das autoridades, quando havia tal ação, abriram-se cassinos, casas de corrida, frontões, belódromos, que vieram a juntar-se ao tradicional jogo do bicho, ou dos bichos, como se dizia na época, e às casas clandestinas de jogo”.

Para Carvalho²⁷⁹, o regime republicano no Brasil desencorajava a ascensão social através do trabalho e encorajava o ganho fácil:

A confiança na sorte, no enriquecimento sem esforço em contraposição ao ganho da vida pelo trabalho honesto parece ter sido incentivada pelo surgimento do novo regime. É o que revela o testemunho insuspeito de Raul Pompéia: 'Desaprendeu-se a arte honesta de fazer a vida com o natural e firme concurso do tempo, do trabalho. Era preciso melhorar, mas de pronto: ao jogo pois!', publicado no *Jornal do Commercio*, a 4 de janeiro de 1892. E pedia, para a salvação da República, o fim da 'epidemia de jogatina'.

Essa constatação demonstra a crescente complexidade e contradição do primeiro momento que configura a experiência republicana no Brasil. Tais contradições foram duramente combatidas por Lima Barreto em sua literatura, como a crítica contra o empreguismo estatal ou a visão do estado como cabide de emprego. Esse estado de coisas aparece em *Os Bruzundangas*²⁸⁰:

274SCHWARCZ, 2012, p.21-22.

275Em nosso entendimento, a ideia de “modernidade periférica” destacada por Lilia Schwarcz (2012) estabelece diálogo com Roberto Schwarz (2009) no que diz respeito à forma como o Brasil recebe os valores liberais.

276CARVALHO, 2006, p.28.

277SEVCENKO, 2009.

278CARVALHO, op. cit., p.28.

279Ibidem, p.28.

280*Bruzundanga* é um dos nomes que Lima Barreto usa em sua literatura para falar do Brasil. Ver: BARRETO,

É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. Em geral, a gente da terra que forma a sociedade, só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente.

Nicolau Sevckenko²⁸¹ ressalta que uma das características marcantes da sociedade durante a Primeira República é o arrivismo, mesmo adjetivo usado por Lima Barreto para caracterizar a sociedade da época em *Os Bruzundangas*.

No que tange à outra polêmica comum à época, Magali Gouveia Engel²⁸², diz que Lima Barreto afirmou-se:

explicitamente anti-feminista nas crônicas 'Carta aberta' (1921) e 'O feminismo em ação' (1922), questionou a legitimidade das reivindicações sustentadas pelo movimento feminista coevo – qualificado pelo autor como 'feminismo burocrata' –, centradas em torno do direito ao voto e do acesso a cargos públicos.

Nas palavras do próprio Lima Barreto²⁸³, na crônica *Uma atuação da Dona Berta*: “Agora temos a faladora Berta Lutz que foi aos Estados Unidos, em Baltimore, creio, dizer que as moças do Brasil se dedicam a ensinar crianças. Grande novidade!”. No parágrafo seguinte emenda: “Uma cousa, porém, não disse e é que as moças do Brasil se fizeram arautos do *feminismo burocrático*²⁸⁴. O que elas querem, é ser escriturárias, mediante concursos duvidosos, em que tenham influências 'brunísticas', para que tirem os primeiros lugares”. Nessa crônica, Lima Barreto faz uma crítica a Berta Lutz²⁸⁵, líder de uma vertente do movimento feminista no início do século no Rio de Janeiro. Segundo a avaliação do autor, o feminismo defendido por Lutz servia mais para “cavar” empregos públicos.

No entanto, vale destacar que Lima Barreto, em seus textos, elabora críticas à condição submissa da mulher na sociedade, como é o caso da personagem Ismênia em *Triste*

2009, p.89.

281SEVCENKO, 2009.

282ENGEL, Magali Gouveia. Gênero e política em Lima Barreto In: *Cadernos Pagu* (32), janeiro-junho de 2009, p.369.

283BARRETO, 2004, p.521.

284Grifo nosso.

285Ver informações sobre Berta Lutz no texto: SOUSA, Lia Gomes Pinto de. Para ler Berta Lutz. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, p. 315-325.

Fim de Policarpo Quaresma. A moça vive em função do casamento e quando o casamento não acontece ela também é condenada a um triste fim. Lima Barreto denuncia a condição submissa da mulher, que tem como opção de vida – considerados dignos à época – dois caminhos: o muro (clausura em um monastério) ou o marido (casamento). A personagem Olga – afilhada de Policarpo Quaresma – apresenta um contraponto à Ismênia, demonstrando mais autonomia intelectual e menos embaraço em se posicionar frente às situações, menos dependência em relação à “política matrimonial”. As duas posições assumidas por Lima Barreto podem conduzir a uma certa ambivalência. Por um lado, quando observamos que a postura positiva em relação às mulheres está presente em sua literatura e faz parte de um horizonte utópico por parte do autor. Por outro lado, nas duras críticas que faz ao feminismo propagado por Berta Lutz, filha de Adolfo Lutz, uma pessoa muito bem colocada na sociedade.

Retomando os aspectos mais gerais relacionados à Primeira República, José Murilo de Carvalho²⁸⁶ acrescenta informações importantes para a compreensão dos contornos das posições de Lima Barreto:

Alberto Salles e Silvio Romero elaboraram uma posição que era a de quase todos pensadores representantes do liberalismo burguês no país, de Teófilo Otonni a Tavares Bastos, Mauá, André Rebouças, Joaquim Murtinho. Todos reclamavam da falta entre nós de espírito de iniciativa, do espírito de associação, do espírito empresarial burguês, enfim, para usar terminologia atual. Conversamente, criticavam a excessiva dependência em relação ao Estado como regulador da atividade social e a obsessiva busca de emprego público. Silvio Romero usava a expressão *capitalismo quebrado* para o caso brasileiro, revelando ter percebido as amplas vinculações da problemática.

Essa possibilidade de aproximação das classes média e baixa com as aristocracias com o fim de obter um determinado “ganho” através das relações interpessoais é chamado na literatura de Lima Barreto de “cavação”²⁸⁷. A bajulação das aristocracias com o objetivo de receber privilégios e favores era extremamente condenada por Lima Barreto. No entanto, Afonso Henriques de Lima Barreto, através de seu pai João Henriques de Lima Barreto, foi privilegiado pelo Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso). Esse importante político monarquista foi padrinho de Lima Barreto e auxiliou quando o pai do escritor ficou desempregado, após a proclamação da República. Foi através das relações de seu pai (João

²⁸⁶CARVALHO, 2006 p.150-151.

²⁸⁷Em seu *Os Bruzundangas*, Lima Barreto assinala que: “É assim o gosto da gente superior da Bruzundanga, gente feita de doutores e aventureiros, ambos dados à chantinagem e à veniaga, desde os primeiros caçando casamentos ricos e os segundos na cavação comercial e industrial, sem ter tido tempo para se deter nessas coisas de pensamento e arte”. In: BARRETO, 2009, p.151.

Henriques) com o monarquista que ele obteve um emprego na Colônia de Alienados na Ilha do Governador. Afonso Celso também auxiliou nos estudos escolares e preparatórios de Lima Barreto para o ingresso na Escola Politécnica.²⁸⁸ Essa observação é relevante porque insere o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* em seu tempo e demonstra o quanto faz parte das contradições que ele mesmo criticou. Em poucas palavras, Lima Barreto vivencia os problemas através dos quais elabora sua crítica. Um exemplo do que estamos querendo realçar é o fato de Lima Barreto ter tentado ingressar na Academia Brasileira de Letras (ABL) três vezes, apesar de endereçar várias críticas, sátiras e ironias aos intelectuais que dela participavam²⁸⁹.

Nos *Bruzundangas*, uma das formas pelas quais o Brasil é identificado, Lima Barreto²⁹⁰ assinala que o “que caracteriza a literatura daquele país, é uma curiosa escola literária lá conhecida por 'Escola Samoieda'²⁹¹”. Mais adiante completa: “Assim também são os literatos que simulam sê-lo para ter a glória que as letras dão, sem querer arcar com as dores, com o esforço excepcional, que elas exigem em troca. A glória das letras só as tem, quem a elas se dá inteiramente; nelas como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega”. Talvez, em parte contradizendo a expectativa do autor, por ter se entregue tão cegamente a literatura e por ter sido tão fiel ao seu preceito literário não conseguiu atingir a glória.

Nicolau Sevchenko²⁹² resume bem as transformações ou redimensionamentos provocados pela transição do Império para a República. No plano geral indica uma “transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade do carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela”, complementa. Logo adiante indica “quatro princípios” que serviram de fundamento para o desenrolar da grande “metamorfose”. Inicialmente assistiu-se à “condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional” leia-se o Império. Em seguida, negou-se “todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante”. Em terceiro lugar, promoveu-se a execução de “uma política rigorosa de

288Ver: BARBOSA, 1981.

289A sinopse cronológica presente na biografia de Lima Barreto escrita por Francisco de Assis Barbosa diz que no dia 12 de agosto de 1911, este “participa do movimento para a criação da Academia dos Novos, patrocinada pelo jornal *A Imprensa*, de Alcindo Guanabara”. In: BARBOSA, 1981, p.388. Apesar disso, Zélia Nolasco-Freire destaca: “O nome de Lima Barreto está relacionado entre os trezentos nomes dignos para a Academia dos Novos, isto é, uma associação destinada a incentivar os que se iniciam na literatura, porém nem um incentivo – moral ou material – fora destinado ao escritor”. Ver: NOLASCO-FREIRE, Zélia. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo; Annablume, 2005, p.78.

290BARRETO, 2009, p.23.

291Samoieda é uma raça de cães originária do norte da Rússia e da Sibéria. É considerada uma raça belíssima, simpática, sociável e sem cheiro.

292SEVCENKO, 2009, p.43.

expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas”. E, finalmente, consagrou-se um “cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”.

A negação da “cultura popular” significa para Lima Barreto o não reconhecimento das tradições dos seus antepassados – lembremos que se trata de um negro, suburbano e pertencente a uma classe média decadente. A imagem do subúrbio que desponta em sua obra – aqui o romance *Clara dos Anjos* é emblemático – não revela esse espaço apenas em sua dimensão externa, no senso comum associada às noções de lugar, paisagem, região ou território. Essa dimensão está geograficamente combinada com uma tipologia dos personagens e/ou pessoas representadas no livro. Em outras palavras, a dimensão geográfica revelada por Lima Barreto nesse texto relaciona de forma intensa as pessoas aos lugares que elas ocupam; em parte, elas são esses lugares e os carregam para onde vão – o subúrbio habita a cidade como um todo através dos suburbanos. Nesse sentido, os bondes e os trens assumem importância por colocarem essas “gentes” em movimento e contato. A vida do escritor Lima Barreto, em grande parte, ocorreu sob o movimento pendular entre o subúrbio (Todos os Santos), o centro da cidade (Rio de Janeiro) e as áreas nobres (Botafogo). Tudo isso se faz representar em *Clara dos Anjos*²⁹³:

Lafões morava bem próximo do reservatório do Engenho de Dentro. Uma tarde, Cassi tomou um bonde de Piedade, que para ir a essa estação, logo após o Méier, interna-se para os lados da serra, toma ruas despovoadas e, por fim, a do Engenho de Dentro. O caminho era tão pitoresco, não só pelos restos de capoeira grossa que ainda havia, mas também pelas casas roceiras de varanda e pequenas janelas de outros tempos. *Caminho de 'tropa'*, talvez, os engenheiros da Light só se deram o trabalho de fazer sumários nivelamentos. Os altos e baixos, os atoleiros e atascadeiros, consolidados com gravetos e varreduras de capinas, transformaram o caminho do bonde, naquele trecho, numa montanha-russa, com a lembrança, de um lado e outro, do espetáculo do que seriam ou do que são os caminhos do nosso interior, pelos quais chegam os cereais e as carnes que comemos.

Nosso autor dá voz ao subúrbio ao trazer a sua realidade para o cenário da literatura nas primeiras décadas do século XX²⁹⁴. Ao destacar o subúrbio, também põe em relevo a “cultura popular” existente, como a “modinha” e o “violão”. Vale realçar suas palavras em seu

293BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ed. Ática. 1995, p.63.

294Lima Barreto possui um posicionamento ambivalente ao avaliar o subúrbio (espaço) e as pessoas que o habitam. Sem dúvida quer expor a realidade suburbana e demonstrar que não existe apenas o rio afrancesado. No entanto, também não demonstra uma grande identificação com as gentes suburbanas. Essa ambivalência pode estar associada a questões biográficas do autor, como a identificação de si próprio como alguém que poderia ter sido mas não foi. Lima Barreto fez suas apostas, mas no caminho para o reconhecimento, perdeu mais que ganhou.

“Diário Íntimo”: “Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência em nossa nacionalidade”²⁹⁵. Essa obra não foi executada, mas em parte sua intenção revela um universo de preocupações, dentre as quais a preocupação em inserir o homem negro na história do Brasil e na constituição do que somos como país. Tarefa difícil e ousada, se se considerar as teorias raciais (eugenia) e as teorias deterministas (geográfico e biológico) que habitavam a cabeça dos intelectuais nesse momento, inclusive a do próprio Lima Barreto.

A não identificação de Lima Barreto com a República não é um caso isolado, pois os negros, em geral, não se identificaram com a Primeira República no Brasil²⁹⁶. Como já destacamos, a abolição da escravidão negra vai ocorrer em 1888, um ano antes da proclamação da República. Essa realidade altera a percepção e a construção da memória perante os fatos, visto que os negros libertos vão associar a promoção de sua liberdade à monarquia e não à República. Afinal, quem assina a Lei Áurea é a princesa, e não um representante da sociedade civil – deputado, líder da câmara, entre outros. Esse aspecto tem um grande impacto no imaginário popular sob o ponto de vista da história da cultura em nosso país. Além disso, toda a cultura popular mais diretamente associada aos negros no Brasil vai ser perseguida na mesma esteira que toda a cultura de caráter popular durante a Primeira República. De acordo com José Murilo de Carvalho²⁹⁷:

A abolição deu ensejo a imensos festejos populares que duraram uma semana e se repetiram no ano seguinte, cinco meses antes da proclamação da República. A simpatia popular se dirigia não só à princesa Isabel, mas também a Pedro II, como ficou evidenciado por ocasião da comemoração do aniversário do velho imperador, a 2 de dezembro de 1888. Segundo o testemunho do republicano Raul Pompéia, o Paço Imperial foi invadido por 'turba imensa de populares, homens de cor a maior parte'.

(...)

A reação negativa da população negra à República manifestou-se antes mesmo da proclamação, através da Guarda Negra organizada por José do Patrocínio.

(...)

Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros.

295BARRETO, 1956, vol. XIV, p.33.

296Lília Schwarcz elabora uma nota encontrada em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto: “Lima, que num primeiro momento aderiu à República, em consonância com vários intelectuais de sua geração, também passou a lamentar o fim do Império e projetar naquele período uma era de 'igualdade e concórdia’”. C.f.: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p.247-248.

297CARVALHO, 2006, p.29-30.

Mais adiante, José Murilo de Carvalho²⁹⁸ faz referência ao próprio Lima Barreto:

A simpatia dos negros pela monarquia reflete-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de protegido do visconde de Ouro Preto, o romancista assistiria, emocionado aos sete anos, às comemorações da abolição e às festas promovidas por ocasião do regresso do imperador de sua viagem à Europa, também em 1888. Em contraste, vira no ano seguinte seu pai, operário da Tipografia Nacional, ser demitido pela política republicana. Irritava-o, particularmente, a postura do Barão de Rio Branco, a quem acusava de renegar a parcela negra da população brasileira.

Também já ressaltamos que a condenação da “cultura popular” vai atribuir a esse modelo republicano um caráter explosivo, tendo sido contestado pelas classes populares, que tiveram seus direitos objetivos e subjetivos violentamente cerceados. De acordo com Sevcenko²⁹⁹, essas atitudes políticas nada republicanas e democráticas “atingiram principalmente e em primeiro lugar as elites tradicionais do Império e o seu vasto círculo de clientes”, mas em seguida essas práticas também se estenderam aos “grupos comprometidos com anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo”.

Esses cerceamentos atingiram os hábitos e o cotidiano das classes populares e provocaram a grande turbulência do período. Daí o surgimento da Liga dos Feios, a retirada dos quiosques, a proibição do violão e a vulgarização das modinhas³⁰⁰. De acordo com as necessidades das novas elites republicanas, as práticas culturais de caráter popular não poderiam ser aceitas em um “país” que queria ser como a Europa, ou melhor, como a Paris da *Belle Époque*, “chic” e cosmopolita. O Rio de Janeiro vivia, na virada do século XIX para o XX, um exemplar “choque de ordem” em nome do “progresso”. Tais transformações são registradas por Nicolau Sevcenko³⁰¹:

A identificação com o novo modo de vida é tal que os seus beneficiários, encabeçados pelos jornalistas, procuram organizar-se para garantir a sua manutenção, exigir a sua extensão a todos os pontos mais distantes e mais recônditos da cidade e impedir retrocessos. Nesse sentido destaca-se o

298CARVALHO, 2006, p.30.

299SEVCENKO, 2009, p.36.

300Lima Barreto em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, revela como o violão e a modinha são elementos que encarnam a verdadeira brasilidade sob a perspectiva do personagem Policarpo Quaresma. O subúrbio é o lugar onde as possibilidades de brasilidade, como o violão e a modinha, estão encarnadas em um primeiro momento. Nesse sentido, o personagem Ricardo Coração dos Outros representa essa brasilidade não dominante. O violeiro não é reconhecido socialmente e vive uma vida bem modesta, apesar do contato com as classes média e alta. BARRETO, 2011.

301SEVCENKO, op. cit., p.53.

pioneirismo de Luís Edmundo, à frente da Liga contra o Feio, já em 1908, e Coelho Neto, liderando a Liga de Defesa Estética, em 1915. Sob esse e outros estímulos, a admiração do Dr. Paulo de Frontin fecha com a chave de ouro o nosso período, intensificando a completa remodelação da cidade.

A consolidação do regime republicano no Brasil e o destaque dado a alguns personagens, na exposição de Nicolau Sevcenko, só aumentam a possibilidade para se compreender a lista de desafetos do nosso autor. A partir da leitura das obras de Lima Barreto, compreendemos que este está condenado pelo fenótipo, pelo desprezo por suas vestimentas consideradas inadequadas e pelo despreço estético de sua literatura. Em outros termos, Lima Barreto foi condenado “eugenicamente” pelo seu corpo físico – negro, pobre, roto e alcoólatra – e pelo corpo intelectual que dava a suas ideias – aproximações com a linguagem popular, pouco apreço à preocupação estética e sua translúcida rebeldia – associada, pelo próprio autor, a sua concepção de “literatura militante”³⁰².

O termo “militante”, em acordo com a reflexão de Lilia Schwarcz³⁰³, merece uma ressalva; a pesquisadora destaca o cuidado que se deve ter com a avaliação que os autores fazem de si próprios, de sua obra e do tempo histórico no qual estão inseridos. É necessário manter um certo distanciamento das afirmações e balanços realizados pelos autores em seu próprio tempo histórico. Nas palavras da própria autora: “é de bom alvitre manter distâncias das falas sempre assertivas das testemunhas e dos agentes da época, que em sua maior parte se limitaram a denunciar as arbitrariedades dessa nova ordem de estado”. Ao que acrescenta, mais adiante: “Se tudo isso é fato, é igualmente verdade que foi com o novo regime que se forjou um processo claro de republicanização de nossos costumes e instituições”. A partir desse dado, é necessário repensar a posição de Lima Barreto no contexto social, político e cultural no qual está inserido, o sentido de suas denúncias dos poderosos e mandarins da literatura consagrada em seu tempo – é preciso não perder de vista que o próprio Lima Barreto disputou poder e confrontou concepções de literatura ao afirmar sua “literatura militante”. Dito isto, o autor não vai poupar artilharia contra o jornalismo³⁰⁴ e a literatura consagrada em sua época, chamada por ele mesmo de “sorriso da sociedade”³⁰⁵. Os

302Lima Barreto, em *Impressões de Leitura*, diz ter retirado do escritor português Eça de Queiroz a noção de “literatura militante”: “O termo 'militante' de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim. O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que nas *Prosas Bárbaras*, quando comparou o espírito da literatura francesa com a da portuguesa”. Ver: BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. XII, p.73.

303SCHWARCZ, 2012, p.27.

304O livro de Lima Barreto *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* é uma dura crítica ao jornalismo e à literatura consagrada na época. Ver: BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

305No seu texto “O Destino da Literatura”, Lima Barreto deixa explícita a concepção de literatura contrária a literatura contemplativa. Idem, O destino da literatura In: BARRETO, 1956, XIII, p.51-69.

personagens da época destacados por Nicolau Sevcenko – o jornalista “Luís Edmundo”, pioneiro da “Liga contra o feio”, e o escritor “Coelho Neto” líder da “Liga de Defesa Estética” – são exemplos disso. Uma pequena demonstração da oposição de Lima Barreto a Coelho Neto pode ser observada nas suas críticas ao *football* que era defendido por este escritor. O texto da crônica “Como resposta”, pontua a criação da “Liga contra o *fottball*” que tinha como um dos seus participantes Lima Barreto³⁰⁶:

Quando a fundamos, eu fui alvejado com os mais soezes insultos e indelicadas referências. Ameaçaram-me com vigorosos polemistas, partidários de *football* e uma récu de nomes desconhecidos cujo talento só é conhecido na tal Liga Metropolitana. Coelho Neto citou Spencer e eu pela *A Notícia*, mostrei que, ao contrário, Spencer era inimigo do *football*. Daí em diante, tenho voltado ao assunto com todo vigor que posso, porque estou convencido, como meu amigo Süsskind, que o *sport* é o 'primado da ignorância e da imbecilidade'.

Na crônica “Histrião ou Literato?”, Lima Barreto³⁰⁷ faz uma crítica dura à literatura de Coelho Neto:

O senhor Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido em nosso meio intelectual.

Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor nos estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o senhor Neto transformou a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo afrancesado.

Ninguém lhe peça um pensamento, um julgamento sobre a nossa vida urbana ou rural; ninguém lhe peça um entendimento mais perfeito de qualquer dos tipos da nossa população: isso ele não sabe dar.

Coelho Neto fossilizou-se na bodega que ele chama estilo, música do período, imagens peregrinas e outras coisas que são cortejo da arte de escrever, que são os meios de comunicação, de sedução, mas não são o fim próprio da literatura³⁰⁸.

Diversos personagens ficcionais presentes na obra de Lima Barreto, segundo Mauro Rosso³⁰⁹, encontram seus correspondentes na vida real, a exemplo do escritor Coelho Neto,

306 RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (org.). *Toda Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, vol. II, p.515-516.

307 BARRETO, 1956, p.191.

308 Esse trecho merece a nossa atenção pelo fato de Lima Barreto destacar duas questões centrais nesse trabalho. Primeiro quando enfatiza a “nossa vida urbana ou rural”, depois quando realça a necessidade de nos atentarmos para os “tipos de nossa população”. Em nossa compreensão, ao criticar Coelho Neto, Lima Barreto revela, em parte, o universo de preocupações em relação à literatura desenvolvida em seus escritos. Também é importante destacar o conteúdo geográfico dessas preocupações em relação à literatura, quando cita os “tipos de nossa população” e quando pontua questões relacionadas à “vida urbana ou rural”. Esses pontos serão desenvolvidos com mais afinco nos próximos capítulos, em que analisaremos a obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

309 ROSSO, Mauro. *Lima Barreto e a política: os “contos argelinos” e outros contos recuperados*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

que tem grande destaque na literatura consagrada na época. Mauro Rosso³¹⁰ destaca que no livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto encarna Coelho Neto no personagem Veiga Filho, a quem outro personagem lhe dirige as seguintes palavras:

– Veiga, disse Floc depois dos cumprimentos, gostei muito de tua conferência. Foi uma epopeia, uma ode triunfal ao grande corso! (...) E quanta gente! Muitas senhoras, moças, gente fina... Estavam as Wallestein, as Bostocks, as Clarks Walkovers... Podes-te gabar que tens o melhor auditório feminino da cidade... Nem o Bilac (...).

Aqui leem-se a ironia e o sarcasmo de Lima Barreto direcionados, a literatura dominante em sua época. Tudo que fosse reconhecido como “de bom gosto” pelo Regime Republicano e pelas aristocracias é atacado pelo olhar e palavras do autor. Ao nos determos nesse trecho, percebemos que as menções utilizadas para caracterizar a boa conferência do “Veiga” (Coelho Neto) pelo “Floc” são todas estrangeiras: o épico mais próximo de nós é a obra *Os Lusíadas*, escrita por Camões, e se refere a Portugal. Sabemos que Camões tenta aproximar Vasco da Gama de Ulysses, personagem da odisseia homérica. Mas como inserimos o Brasil republicano nessa história? Quem é o grande corso? O que o grande corso tem a ver com o Brasil? A crítica satírica parece ficar bem evidente quando se refere ao público: “senhoras, moças, gente fina...” e aos seus respectivos sobrenomes: “Wallestein, as Bostocks, as Clarks Walkovers...”. Notemos que as “gentes finas” são todas mulheres e seus respectivos nomes não têm relação alguma com as culturas que fundam a ideia de Brasil: portuguesa, ameríndia e africana; todos os nomes das “gentes finas” apontam para estrangeirismos anglo-estadunidenses. Lima Barreto não se exime de citar Olavo Bilac, nome representativo da poesia parnasiana, como elemento de comparação com aquele que representa o personagem Veiga (Coelho Neto) – ambos são igualmente depreciados. Nomes como os de Coelho Neto e Olavo Bilac representam uma concepção de mundo e de literatura avessa às de Lima Barreto.

O cosmopolitismo³¹¹ é uma das características mais gerais da Primeira República e encontra adesão em muitos escritores. Nesse sentido, Lima Barreto também vai se opor às várias tendências de época associadas a esse cosmopolitismo, tais como o futebol, o feminismo, a reforma Pereira Passos, a moda, os edifícios, a importação de enfermeiras, entre outros. O autor interpretava essas modernizações como portadoras de um artificialismo, cuja a necessidade maior não consistia em encontrar elementos para pensar o Brasil ou o brasileiro,

310 ROSSO, 2010, p.17.

311 O asco ao cosmopolitismo estava em Lima Barreto e Euclides da Cunha. Ver SEVCENKO, 2009.

mas em fazer um país “para inglês ver”, gostar e explorar. Precisávamos, na visão dos governos e das aristocracias, demonstrar um Brasil moderno e elegante, mesmo que não o reconhecêssemos como tal. Talvez um dos elementos para se pensar o cosmopolitismo, parta da observação de como ele concentra o projeto de poder circunscrito pela Primeira República em pequenos pontos da cidade: “o Rio civiliza-se”³¹².

A República se caracteriza pela defesa da coisa pública e a própria origem da palavra denuncia seu sentido mais amplo: *res* (coisa) *pública* (público, de uso comum) e tem sua origem nos romanos (latim). A ideia de República é comumente associada a Democracia, termo de origem grega que também tem seu significado bem delimitado pelo processo de formação da palavra: *demo* (povo) *kratos* (poder). Apesar disso, não devemos associá-las tão rapidamente para não nos apropriarmos de forma indevida dessas definições que possuem um significado importante no vocabulário político moderno.

No Brasil, a República foi proclamada em 1889, mas isso não significa que de forma imediata nos tornamos um exemplo de exercício de poder do povo e de defesa da coisa pública. Muito longe disso, ao longo do século XX tivemos dois grandes períodos ditatoriais, o primeiro com Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, e o segundo sob o governo de vários generais, entre 1964 e 1984. Nesses dois períodos o Brasil nunca deixou de ser uma República; apesar disso, podemos afirmar que não cultivou os valores democráticos, tais como a liberdade de expressão. Durante esses dois períodos, ditatoriais e ao mesmo tempo republicanos, políticos e intelectuais foram perseguidos, mortos, mandados para o exílio, tudo em defesa da ordem republicana. Esses exemplos, longe de se constituírem em meros exercícios de conteúdo, nos ajudam a entender que as ideias de república e democracia são intercambiáveis, mas são noções diferentes. Podemos observar a existência de uma república sem democracia, mas não o contrário. O modelo político consagrado pela modernidade procede da conjunção desses dois elementos: a consagração jurídica (civil) da *coisa pública* acima dos interesses individuais e a possibilidade de o *povo* escolher e participar das decisões que governam a todos. Ambos os paradigmas, o democrático e o republicano, estão consagrados no Brasil mais do ponto de vista formal do que como um direito adquirido.

O entendimento preliminar dessas questões é importante para demonstrar que a proclamação da República no Brasil foi um projeto realizado de cima para baixo sem a mínima participação popular³¹³. Nesses termos, a adoção das palavras república e democracia

312Ver: MURARI, 2009; e “O Chat Noir”, em Fon-Fon! Nº 41, 1907. Extraído de www.objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon1907

313A obra *Os bestializados* de José Murilo de Carvalho, e a reflexão Lília M. Schwarcz, em que destaca os “marcadores sociais de diferença” presentes na Primeira República e a ideia de “modernização periférica” são chaves importantes na compreensão das contradições da nossa forma de adotar os modelos republicanos

não lhes garante o mesmo significado no Brasil em relação aos países da Europa, nascedouro dessas ideias. Além disso, o projeto republicano se tornou quase que irremediável para manter o poder na mão das oligarquias cafeeiras. Por essas e outras questões de cunho pessoal, Lima Barreto vai ser um opositor ferrenho da Primeira República³¹⁴, chamada pelo nosso autor de república dos *Bruzundangas*³¹⁵, nome do seu livro de sátiras em que destila críticas ferozes aos políticos, literatos, heróis nacionais, riquezas e possibilidades naturais consagradas como brasileiras, como o café.

O historiador José Murilo de Carvalho³¹⁶ destaca que Aristides Lobo, um “propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime”. As “grandes massas” ou “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos assistiria a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”. Essas palavras demonstram o quanto o povo brasileiro não estava mobilizado pela causa republicana; José Murilo³¹⁷ destaca que de acordo com o “critério da participação eleitoral, pode-se dizer que de fato não havia povo político no Rio de Janeiro”. De acordo com Lilia Schwarcz³¹⁸, o Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão após Cuba (1886) e Estados Unidos (1885), e além de ter substituído uma hierarquia social por uma hierarquia racial, ainda alterou “antigos privilégios e distinções mais próprios do Antigo Regime foram transformados em tábula rasa nesse mundo de cidadãos desempatados por critérios raciais”. Esses fatores limitavam a participação popular e faziam da proclamação da República um evento de poucos para quase ninguém.

e os valores democráticos. Ver: CARVALHO, 2006; SCHWARCZ, 2012.

314É importante notar que nosso autor assume postura crítica em relação ao modelo republicano implantado no Brasil, mas faz questão de destacar que não é monarquista. Na crônica “O momento” (1915) encontrada no livro *Coisas do Reino de Janbon*, Lima Barreto afirma: “Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário, do grande colégio que me lembro sempre com ternura e cheio de saudades da minha boa professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, quando me disseram que se havia proclamado a república. Não tinha naquele tempo grandes cogitações que não fossem a de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal república que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral. Nunca mais a estimei, nunca mais a quis. Sem ser monarquista, não amo a república”. Ver: BARRETO, Lima. *Coisas do reino de janbon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. VIII, p. 79-80.

315Idem, 2009.

316CARVALHO, 2006, p.9.

317Ibidem, p.86.

318SCHWARCZ, op. cit., p.19.

3.4.1. Primeira República e as noções geográficas: natureza e terra

Nessa seção vamos explorar as ideias de “natureza” e “terra” com vistas a demonstrar a presença de uma “equação geográfica” no pensamento dos intelectuais durante a Primeira República. Para explorar de forma mais específica a reflexão sobre a ideia de “natureza”, vamos utilizar como ponto de partida as reflexões de Luciana Murari³¹⁹, já em relação à noção de “terra”, usaremos as reflexões de João Marcelo E. Maia³²⁰. Entendemos que os conceitos de “natureza” e “terra” possuem uma característica interdisciplinar e multidisciplinar no âmbito mais geral das ciências sociais. Nesse sentido, esse debate não pertence ao léxico da geografia de forma restrita, mas isso não impede que associemos as reflexões desenvolvidas no campo da história e da sociologia à um conteúdo geográfico e consequentemente da geografia – através das ideias de terra, natureza, território e meio³²¹.

A geração de intelectuais de 1870, que inclui nomes como Joaquim Nabuco (1849-1910), Machado de Assis (1839-1908), Silvio Romero (1851-1914) e Capistrano de Abreu (1853-1927), promoveu uma inflexão na concepção de natureza, relacionada à ideia de natureza gestada pela geração anterior de intelectuais associada ao romantismo à qual pertenceu, por exemplo, José de Alencar (1829-1877), Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Gonçalves Dias (1823-1864) e Varnhagen (1816-1878). No momento em que o Romantismo assimilou o índio como parte da natureza e ser que exerce domínio sobre ela, fez do gentio uma espécie de herói nacional. A tentativa de se fazer uma literatura nacional (brasileira) esteve fortemente influenciada pelo Classicismo ou pelo mito épico grego. Nesses termos, a geração de 1870 representa uma transição na concepção de natureza apresentada até então

319 MURARI, 2009.

320 MAIA, 2008.

321 O conteúdo geográfico de suas análises é destacado pelos próprios autores, apesar de nenhum deles ser geógrafo de formação. Luciana Murari, na introdução do seu livro, nos diz que: “Isso demonstra a importância de questionar a ênfase na constituição temporal do enredo e na estrutura do romance, e abarcar simultaneamente a esfera geográfica e espacial, da qual depende a ordenação de informações primárias para a construção da trama segundo as convenções narrativas em vigor, tal como propôs Said. A notável consciência espacial da cultura brasileira da época está certamente relacionada à noção cada vez mais corrente das dualidades essenciais do país, assimiladas à heterogeneidade do espaço nacional (...)”. Ver: MURARI, 2009, p.43. Na introdução do seu livro, João Marcelo E. Maia, destaca: “Interessava-me não apenas a construção de uma ideia geográfica como símbolo da nação, mas a aproximação que essa ideia permitia entre o Brasil e outras formações sociais – estranha sociologia comparada que situava o país em uma região fronteiriça à da Rússia, por exemplo. Ao ler a obra de Euclides da Cunha – em especial seus escritos sobre a Amazônia –, percebi que esse enquadramento permitia perceber uma forma de reflexão 'espacial' que transformava a terra em forma de cognição do mundo brasileiro, instrumento de conhecimento operado numa sociedade cujos marcos escapavam a modernidade central. (...). Ora, por que não desvendar essas cartografias por meio de uma ideia tão rotineiramente associada a uma singularidade nacional – o espaço, o sertão, o litoral, a terra? ”. Ver: Ibidem, 2008, p.8.

pelo Romantismo; essa geração de intelectuais está sendo informada mais pelos discursos produzidos pela ciência do que pela produção literária propriamente dita. Alguns nomes associados a essa geração estão engajados na luta pela abolição da escravidão (1888) e assistem à proclamação da República e à destituição do Império no Brasil (1889).

Tendo em vista essa geração de intelectuais, podemos afirmar que a natureza no Brasil foi encarada como sendo um estorvo à civilização, como o que deve ser entendido e dominado (domesticado) pela razão e/ou pela ciência. Ao mesmo tempo, também é vista por alguns intelectuais como elemento que fornece uma subjetividade ao brasileiro (metafísica). Revela-se aqui uma contradição: ao mesmo tempo que a natureza é encarada como um estorvo, em relação aos ideais europeus, também é tida como uma espécie de origem em comum que deve ser superada pelas forças civilizatórias.

Além dessa perspectiva mais metafísica, observamos nas análises realizadas por João Marcelo³²² dos estudos amazônicos de Euclides da Cunha e dos textos de Vicente Licínio uma abordagem mais pragmática, segundo a qual a “terra” aparece como uma categoria importante na constituição do processo civilizador no Brasil. É preciso não esquecer que é durante esse mesmo período que a literatura perde força para o discurso científico; prova disso é a assunção das literaturas realistas e naturalistas, que incorporam esse discurso. Nesse mesmo momento, estão ganhando terreno no cenário intelectual brasileiro as teorias deterministas, o positivismo e o evolucionismo ou darwinismo social³²³.

A geração de intelectuais que compõem o círculo de Lima Barreto (1881-1922) é posterior à geração de 1870 e conta com nomes como Euclides da Cunha (1866-1909), Graça Aranha (1868-1931), Monteiro Lobato (1882-1948), Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Neto (1864-1934) e Roquette Pinto (1884-1954). Alguns intelectuais dessa geração se defrontaram com o modelo republicano instalado no Brasil e com momentos ímpares em nossa história, como a Guerra de Canudos, as Reformas Urbanas no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina e a unificação do território brasileiro em prol da consolidação das fronteiras atuais. Dessa forma,

322 MAIA, 2008.

323 Assim como em Lilia Schwarcz, em Luciana Murari também há a necessidade de matizar mais o quadro de teorias que informaram os intelectuais no final do século XIX e início do século XX: “O uso generalizado e impreciso de termos como positivismo, cientificismo, darwinismo social, spencerismo e evolucionismo, na busca da caracterização da vida intelectual do século XIX, tem muitas vezes obscurecido diferenças importantes entre autores e linhas de pensamento. Por outro lado, a leitura das obras dos escritores brasileiros que se deixaram influenciar por tais vertentes demonstra que é impossível ater-se a atribuições rígidas em termos de filiação teórica, influências, fontes e matrizes intelectuais. O melhor exemplo disso é certamente a generalizada fusão, observada nas obras de muitos homens de letras brasileiros, entre determinismo racial e liberalismo. É comum encontrar o nome de Spencer juntamente com os dos teóricos raciais, na obra de Silvio Romero, por exemplo. Contudo, estritamente fiel aos princípios do liberalismo e do individualismo anglo-saxões, o evolucionismo spenceriano negava peremptoriamente a ideia de submissão do indivíduo ao grupo. Não obstante, spencerismo e darwinismo social foram, e ainda têm sido, comumente assimilados”. Ver: SCHWARCZ, 1993, p. 43; MURARI, 2009, p.68.

questões já anunciadas durante o Romantismo relativamente à literatura serão retomadas e retrabalhadas sobre outros pontos de vista e influências teóricas. Nesse sentido, o debate relacionado à produção de uma literatura brasileira que dê conta de uma leitura do Brasil e que traga um conteúdo e um continente à nação foi pautado no período republicano. Sendo assim, algumas características do Modernismo, como a discussão sobre a questão nacional, já estava presente em alguns escritores desse período. Lima Barreto, está inserido nesse percurso.

Em seu livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma* faz referência a questões relacionadas à tradição indígena – como a língua tupi – e no seu “Diário do Hospício” empreende duras críticas à ciência médica (moderna) desumanizada – em particular a psiquiatria. É importante ressaltar que a medicina, no início do século XX, é um discurso científico que está se estabelecendo como um elemento estruturador da sociedade que vai inclusive pontuar uma concepção de cidade higienizada, e esse conceito também significou retirar os pobres do centro da cidade do Rio de Janeiro. Em uma crônica publicada em 1920 na *Revista Careta*, Lima Barreto faz uma crítica dura a Carlos Chagas:

O senhor Chagas é o mais alto representante da presunção médica. (...) Todos os males da sociedade estariam curados se ela fosse governada por ditadores e médicos, auxiliares médicos, mata-mosquitos, etc., etc. O equilíbrio de outras condições da vida atual com as necessidades de higiene ele não vê.

Os manuais de literatura costumam classificar os escritores da geração de Lima Barreto como pré-modernistas, mas fora a sanha classificatória e didática que é necessária em um primeiro contato com o conhecimento literário, já há um modernismo em Lima Barreto que antecede o marco estabelecido pela Semana de Arte Moderna de 1922, ano em que o escritor falece³²⁴. Nesses termos, vale destacar que os intelectuais que compõem a geração de Lima Barreto estiveram influenciados pelos nacionalismos (monárquicos, republicanos e jacobinistas) associados, respectivamente, aos romantismos, determinismos, evolucionismos,

324 De acordo com MURARI: “Hardman traz ainda outra observação de essencial importância: o estreitamento da perspectiva crítica e historiográfica causada pela homogeneização dos sentidos do modernismo no Brasil, relacionada à adoção generalizada dos critérios e valores estabelecidos pelo movimento artístico de 1922. Excessivamente atrelada a uma ideia de vanguarda, impôs-se uma visão do modernismo que limitou o significado de alguns processos culturais que vinham sendo criados no Brasil pelo menos desde 1870. O primeiro resultado disso tem sido, demonstrou o autor, a desconsideração de um vasto e significativo conjunto de manifestações sociais e culturais que escapavam ao âmbito do modernismo 'oficial' de 1922. O sinal mais patente disso é a criação do termo 'pré-modernismo', evidentemente anacrônico, utilizado para caracterizar o movimento literário brasileiro entre 1890 e 1922, que já extrapolava os padrões do realismo-naturalismo mas que não encontrou caracterização adequada, tendo sido desconsiderada sua importância para a implantação de um sentido de modernidade na cultura brasileira”. MURARI, 2009, p.30.

positivismos e junto deles às teorias raciais, entre elas a eugenia.

Uma nova inflexão vai ocorrer ao compararmos a geração de Lima Barreto com a geração de intelectuais que vai se destacar a partir da década de 1930, que conta com nomes como, Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Roquette Pinto (1884-1954)³²⁵ e Humberto Mauro (1897-1983).

3.4.2. A Natureza na Primeira República

A discussão acerca da categoria natureza no pensamento social da Primeira República permitirá o aprofundamento do debate em torno da presença de uma equação geográfica nos intelectuais do período. Luciana Murari³²⁶, destaca a presença da ideia de “natureza” em alguns pensadores como um elemento central em suas reflexões acerca do Brasil – do que o país é e do que deveria ser. Os autores colocados em relevo em nossa leitura são Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Oliveira Viana, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Graça Aranha. Em relação ao recorte temporal estabelecido pela pesquisadora, observamos que ultrapassa os limites formais (cronológicos) estabelecidos para datar o início da Primeira República (1889-1930); a autora estabelece o recorte temporal de sua pesquisa entre 1870 e 1922. A delimitação proposta por Murari está em consonância com nosso recorte temático, e nos auxilia visto que o ano de 1870 é um dos pontos estabelecidos pela historiografia para pensar a introdução da modernização no Brasil, e 1922 o ano oficial do Modernismo paulista. No entanto, as teorias (positivismos, evolucionismos, determinismos) que foram introduzidas no pensamento social brasileiro por meio desses intelectuais ainda estavam presentes na geração de Lima Barreto. O próprio Lima Barreto³²⁷ mobiliza o pensamento de Hippolyte Adolphe Taine, um dos intelectuais destacados pela geração de 1870, para construir sua concepção de literatura:

325 Nessa nova virada o nome de Roquette Pinto assume uma certa singularidade. Durante a Primeira República o médico esteve envolvido com práticas antropométricas. Não obstante, a partir da década de 1930, Roquette Pinto adere aos projetos relacionados à educação e à cultura, tornando-se mais popular pela sua contribuição a radiodifusão no Brasil. Esse intelectual, entre outros, sob a égide do governo de Getúlio Vargas promove o elogio à miscigenação, e a partir desse momento a consagração do Brasil como um país cuja identidade é resultado da mistura de três grandes matrizes culturais: o branco (europeu), o negro (africano) e o índio (americano). A miscigenação foi assimilada por alguns desses intelectuais como positiva e a partir desse momento foi construído o elogio à miscigenação.

326 MURARI, 2009, p.49-115.

327 BARRETO, 1956, vol.XIII, p.58.

A Beleza, para Taine, é a manifestação, por meio dos elementos artísticos e literários, do caráter essencial de uma idéia mais completamente do que ela se acha expressa nos fatos reais.

Portanto, ela já não está na forma, no encanto plástico, na proporção e harmonia das partes, como querem os helenizantes de última hora e dentro de cuja concepção muitas vezes não cabem as grandes obras modernas e, mesmo, antigas.

Não é o caráter extrínseco da obra, mas intrínseco, perante o qual aquele pouco vale. É a substância da obra, não são as suas aparências.

A posição de Lima Barreto em relação à literatura ganha ressonância na reflexão de Luciana Murari³²⁸, o que permite a aproximação das duas gerações de intelectuais:

No Brasil, a geração programaticamente antirromântica, emergente a partir de 1870, criou-se sob o influxo dos novos princípios filosóficos que promoveram a reação antimonárquica, progressista e laica, primeiramente manifesta na Faculdade de Direito do Recife. A princípio reunida em torno de Tobias Barreto, este grupo conhecido como Escola do Recife rejeitou prontamente a tradição eclética do romantismo em favor da assimilação dos princípios da filosofia materialista alemã e de novas escolas europeias de pensamento. O positivismo comteano estabeleceu os fundamentos para o estabelecimento do darwinismo social e do evolucionismo, geralmente sorvidos de obras de síntese e de divulgação, e de autores como Taine, Buckle e Renan, cuja ampla influência sobre os intelectuais brasileiros teve papel fundamental na difusão dos princípios naturalistas e na reformulação das bases do pensamento social no país.

João Marcelo E. Maia³²⁹ contribui para o debate ao aproximar os teóricos destacados pela geração de 1870 do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904).

No século XIX, algumas vertentes do pensamento científico se voltaram para uma observação mais criteriosa do tema espacial. Refiro-me ao cenário intelectual europeu daquele período, marcado pelas reflexões de Ratzel, Taine, Buckle e outros que formataram um discurso sobre a relevância do espaço como categoria de explicação científica. Esse discurso desaguou na disciplinada geografia e na produção de uma série de mecanismos teóricos reunidos sob a alcunha de 'determinismo geográfico'.

A chamada antropogeografia de Ratzel, entretanto, não exerceu efeito imediato sobre os intelectuais brasileiros, ao contrário das teorias deterministas do filósofo francês Hippolite Taine.

Esse preâmbulo é importante para dizer que as relações entre as ideias e os pensadores que compartilham períodos históricos distintos não coincidem, necessariamente, com os marcos cronológicos estabelecidos – em nosso caso o período entre o fim da Monarquia e início da República (1889). Nesses termos, situar a geração de 1870 como aquela que

328 MURARI, 2009, p.63.

329 MAIA, 2008, p.22.

primeiramente se coloca como “antirromântica” e que promove uma crítica aos parâmetros de nacionalidade estabelecidos pelo Romantismo é importante para esse trabalho. Nas palavras de Murari³³⁰ os intelectuais pós-1870 vão transitar entre a objetividade e a subjetividade, entre um polo iluminista e um polo romântico. Em nossa compreensão, tal característica revela a forma como os intelectuais brasileiros recepcionavam e assimilavam as teorias da Europa para tentar compreender o Brasil a partir dos conceitos propostos nessas teorias. De certa forma, a ambivalência reflete uma certa impossibilidade de interpretar o Brasil a partir dessas teorias e essa impossibilidade está diretamente associada às grandes desigualdades sociais, à herança da escravidão e à composição étnica do nosso povo (miscigenado). Então, ao mesmo tempo que elas representam um olhar que se pretende livre de objetividade (científica), falam também da necessidade de se reinventar uma subjetividade ou construir um passado para o brasileiro, com o intuito de alçar uma aproximação com os referenciais teóricos vindos da Europa. Assim como no Romantismo, é necessário desenvolver, reinventar, imaginar uma tradição para o estabelecimento do Brasil como Estado e nação.

3.4.2.1 Joaquim Nabuco e Tobias Barreto

Joaquim Nabuco (1849-1910) é o primeiro intelectual destacado por Luciana Murari³³¹. No que diz respeito às suas ideias, podemos afirmar que a exuberância da natureza no Brasil faz do país uma civilização em flor. A reflexão de J. Nabuco está associada à construção de uma imagem de si e do Brasil como integrantes da humanidade. Em outras palavras, a erudição adquirida por esse intelectual fora do Brasil o fez lutar para que o país se inserisse no desenvolvimento da humanidade e se tornasse uma nação civilizada. De alguma forma, a sua luta contra a escravidão está associada à sua visão de mundo, que confronta a realidade local (Brasil) com as perspectivas universalistas apreendidas na Europa. De acordo com Luciana Murari³³², podemos afirmar que o “combate ao nativismo romântico do Império, como elogio da particularidade exemplarmente representada pela paisagem natural, pode ser, desta forma, compreendido como uma manifestação exemplar desta demanda de europeização espiritual do Brasil”. Dessa forma o projeto realizado por Joaquim Nabuco está diretamente associado à sua visão global do Brasil que entrava em contraste com as realidades locais do

330 MURARI, 2009, p.31.

331 Ibidem, p.49-54.

332 Ibidem, p.52.

país. O autor vislumbrava a possibilidade de inserir o Brasil no mundo civilizado, cosmopolita e europeu. Vale destacar que Joaquim Nabuco foi um dos grandes abolicionistas do seu período e fez da luta contra a escravidão uma das suas principais bandeiras de luta política. Vencer a escravidão no Brasil significava se aproximar mais das nações civilizadas e romper com as nossas ainda arcaicas condições locais.

Com base em Luciana Murari³³³, outro autor que merece destaque é Tobias Barreto (1839-1889). Em relação a esse autor, podemos afirmar que há uma espécie de antítese entre cultura e natureza que marca sua obra filosófica, “fundamentando seus conceitos de sociedade e de direito”. Na concepção de Tobias Barreto a natureza significa uma espécie de gênese da humanidade que precisa ser deixada para trás como um estágio primário do desenvolvimento do homem. Dessa forma, podemos dizer que a cultura surge a partir da superação da natureza ou das condições naturais. Luciana Murari³³⁴ destaca que a “concepção de humanidade de Barreto obedecia ao princípio de conflito e de tensão permanente entre esses dois polos opostos, uma vez que todo o processo de formação da cultura passava a ser definido como um contínuo afastamento do homem de sua condição natural”. Nesses termos, compreendemos que a concepção de cultura com a qual Tobias Barreto opera suas reflexões estabelece uma dicotomia entre a cultura e a natureza e essa característica contribui para que o autor desenvolva uma perspectiva pessimista do Brasil da época.

Luciana Murari³³⁵ prossegue em sua reflexão sobre os autores destacados apresentando uma síntese de seu pensamento: “A afirmação da grandiosidade do ambiente natural na América muitas vezes acabou por dar a entender, como demonstram os textos de Joaquim Nabuco e Tobias Barreto, a mesquinhez da obra humana no Novo Mundo”. Nesse sentido, sem ignorar as singularidades de cada autor, podemos afirmar que a relação entre a sociedade e a natureza ou entre o homem e o meio no Brasil não favorecia as forças modernizadoras no país; a sociedade era encarada como sendo “colonizada, mestiça e tropical”. Desse ponto de vista a natureza é compreendida como sendo um *ente* central na identificação e na proposição de possibilidades para superar o atraso no Brasil. Luciana Murari³³⁶ ressalta ainda uma reflexão de Henry Thomas Buckle na qual o fascínio pela natureza fica contraditoriamente revelado: “Porém, no meio dessa pompa, desse esplendor de natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca”³³⁷. A reflexão de Buckle demonstra uma certa apreciação estética da natureza imponente – comum ao Romantismo –

333 Murari, 2009, p.54-72.

334 Ibidem, p.55.

335 Ibidem, p.60-61.

336 Ibidem, p.61.

337 Henry Thomas Buckle. História da civilização na Inglaterra, 1857. Ver: Ibidem, p.61.

ao mesmo tempo que é vista como empecilho na tentativa de estabelecer os progressos técnicos e científicos típicos da civilização impulsionada pela razão iluminista.

3.4.2.2. Sílvia Romero e Capistrano de Abreu

A autora Luciana Murari destaca que Sílvia Romero (1851-1914) adere de forma crítica às ideias de Buckle, quando afirma que a natureza foi estabelecida “pelos românticos como elemento de superioridade e por Buckle como empecilho, a exuberância natural do país seria, segundo ele, na verdade um erro, dado que a fertilidade da terra e a abundância dos recursos naturais não eram generalizados no Brasil”³³⁸. Esse ponto é interessante porque demonstra uma apreciação crítica da teoria apresentada por Buckle. No entanto, ao mesmo tempo que Sílvia Romero relativiza o argumento de Buckle em sua apreciação sobre a natureza no Brasil, não deixa de aderir ao argumento geral desenvolvido por esse autor, segundo o qual a “unidade brasileira” não é relacionada ao povo ou as suas lutas por emancipação, mas é tida como sendo uma “exigência da natureza”. Sílvia Romero, em seu livro *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, publicado em conjunto com João Ribeiro afirma: “A articulação do planalto com as depressões que o cercam dos quatro lados por sistemas fluviais que correm nas quatro direções, formando do país um todo compacto e uniforme, garantidor da unidade política, só perturbável pelos erros dos homens, não pelas imposições da natureza”³³⁹. A partir disso, preliminarmente, podemos afirmar que a interpretação que esses autores fazem do Brasil e de sua história está eivada da presença da natureza (meio) como um elemento determinante não só das características físicas, mas também dos aspectos políticos e sociais.

A natureza é uma condição central nas reflexões de Capistrano de Abreu (1853-1927) sobre a unidade territorial no Brasil³⁴⁰. Luciana Murari³⁴¹ destaca que as circunstâncias “do meio explicavam, para Capistrano de Abreu, a exageração da imaginação e da sensibilidade, a indolência, o entusiasmo, acompanhados de melancolia e de um subjetivismo que impedia, entre os povos indígenas, que se desenvolvessem mecanismos sociais de cooperação”. Mais

338 MURARI, 2009, p.78.

339 Ibidem, p.78-79.

340 De acordo com Luciana Murari, “outro dos discípulos de primeira hora de Buckle no Brasil (...)”. Ibidem, p.79-80.

341 Ibidem, p.81.

adiante em sua exposição, a pesquisadora³⁴² nos diz que no desenvolver de sua obra, Capistrano de Abreu vai se aproximar da Antropogeografia de Friedrich Ratzel ao traduzir para o português o livro *Geografia Geral do Brasil* de Sellin ao realizar “uma referência ao seu interesse pela antropogeografia”.

Segue a reflexão de Capistrano de Abreu destacada por Luciana Murari³⁴³:

Há de se notar a falta de um capítulo sobre antropogeografia. Será possível escrevê-lo? Sabemos que a estrutura maciça do litoral estorvou o desenvolvimento da marinha, que a ausência de matas favoreceu a criação de gado; que a falta de campos no Amazonas fez do peixe a base da alimentação; que na proximidade das cachoeiras formam-se núcleos de povoação, a contar como ponto de partida, [...] ³⁴⁴, mas estes fatos são ainda em número muito pequeno para se formular uma teoria do meio. Mesmo o clima ardente a que tantas responsabilidades se atribui em todos os nossos defeitos, que sabemos de sua ação? Von den Steinen concorda que no alto sertão de dia acabrunha; nas noites tonifica e restaura.

Dessa forma, os “fatores antropogeográficos” teriam sido responsáveis pela “desarticulação” do processo de colonização em virtude da dificuldade de articular as regiões do país e fixar o “elemento humano”. É interessante notar principalmente nas argumentações deterministas relacionadas aos aspectos climáticos que o ideal se aproxima do clima temperado, típico da Europa, com as quatro estações mais definidas. O avesso seria o calor dos trópicos que é encarado como algo degradante que debilita as possibilidades de desenvolvimento do homem civilizado. E se o clima é um argumento importante para “acabrunhar” ou “tonificar” a ação humana sobre a superfície terrestre, não deve ser encarado fora da relação com a vegetação e com o relevo, que também são elementos levantados como determinantes da ação humana na terra. A imponência do sistema vegetação, relevo e clima no Brasil era impactante em relação aos progressos técnicos obtidos e desenvolvidos até então na Europa, e esse fato é relevante na forma como esses intelectuais desenvolvem sua visão sobre a natureza no Brasil, qual seja, como um estorvo à civilização.

Mais adiante na citação de Capistrano destacada por Luciana Murari³⁴⁵, o autor explicita uma consequência dos fatores naturais na relação com a sociedade no Brasil:

O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação. Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? Qual o incentivo para condensar as associações? Como progredir com a

342 MURARI, 2009.

343 Ibidem, p.81-82.

344 Parte suprimida por Luciana Murari. Ibidem, p.81.

345Ibidem, p. 84-85.

comunidade reduzida a meia dúzia de famílias?

A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas consequências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores.

A dissociação ou dispersão da população e a ausência de cooperação identificada por Capistrano de Abreu na organização social brasileira seriam, segundo ele, um legado recebido dos índios que a colonização não deu conta de eliminar, devido à presença imponente da natureza e dos atributos físicos em nosso território. É interessante notar uma clivagem em relação às argumentações em torno da natureza desenvolvidas no âmbito do Romantismo. Enquanto este movimento reforçou positivamente a aproximação do índio com a natureza para transformá-lo em herói (épico) e nacional, Capistrano de Abreu³⁴⁶ atribui aspectos negativos à natureza e ao índio em relação ao desenvolvimento da sociedade brasileira ou na constituição do que veio a se tornar o brasileiro. Entretanto, há algo em comum nas duas gerações de intelectuais: a natureza permanece sendo um elemento central, ora como o que deve ser exaltado e superado em si mesmo e na figura do índio, ora como aquilo que deve ser definitivamente superado a favor dos progressos técnicos e do estabelecimento da modernização nos trópicos brasileiros³⁴⁷.

346 Lima Barreto cita Capistrano de Abreu em duas de suas crônicas publicadas entre 1919-1922. As crônicas são “A nossa situação”, publicada em 1922 na *A.B.C.* e “Edificantes notas de Southey”, publicada em 1919 na revista *Sul*. Ver: RESENDE e VALENÇA, 2004, vol. II, p.254 e p.96.

347 A presença da “antropogeografia” na leitura histórica que Capistrano de Abreu faz da colonização brasileira reforça nosso argumento da presença de uma “equação geográfica” no pensamento social brasileiro durante a Primeira República. No caso de Capistrano de Abreu, a influência é mais direta devido ao fato de Friederich Ratzel ter se tornado um pensador influente na instituição da geografia clássica, um capítulo à parte na constituição da geografia moderna. Para mais detalhes sobre Friederich Ratzel, ver: MOREIRA, 2008; e CARVALHO, Marcos Bernardino de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friederich Ratzel (1844-1904). In: *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, nº34, 10 de junho de 1997.

3.4.2.3 Araripe Júnior, Euclides da Cunha e Graça Aranha

Podemos afirmar, tendo como base as reflexões de Murari³⁴⁸, que um ponto central no pensamento de Araripe Júnior (1848-1911) constitui a relação entre a natureza e a formação da psicologia humana. A autora destaca que entre os intelectuais apresentados – Sílvio Romero e Capistrano de Abreu – Araripe Júnior é o que faz a apropriação mais original da obra de Buckle³⁴⁹. Além disso é necessário destacar que um dos autores que Araripe Júnior vai mobilizar na tentativa de criar a sua interpretação do Brasil está associado aos “teóricos do determinismo mesológico e de teorias da literatura como as de Taine, de seu discípulo Hennequin e de Buckle”³⁵⁰. Araripe Júnior inverte a perspectiva pessimista em relação à natureza, encarando-a como uma possibilidade de mescla da qual poderia surgir o brasileiro.

De acordo com a reflexão apresentada sobre Araripe Júnior, a influência da natureza na psicologia do brasileiro não é positiva conduzindo o homem a atos de violência e ao desenvolvimento de especulações mentais imaginativas, “fantasiosas” e “delirantes”³⁵¹. Neste sentido, Luciana Murari³⁵² destaca que a ação “dos elementos naturais como fontes de transformação da psicologia do brasileiro em relação ao homem europeu é, em toda a obra do crítico, uma questão primordial para a formação da sociedade no país”. Dessa forma, resiste nesse autor a tentativa de reafirmar o que é o *ser* do brasileiro, através da natureza. Por esse caminho é possível aproximar suas reflexões das intencionalidades estabelecidas pelo Romantismo, em que a natureza é uma espécie de *ente* originário fundante do brasileiro. Também é importante destacar que a possibilidade de os elementos naturais serem esses *entes* originários dos brasileiros afasta a probabilidade mais direta de se tentar a aproximação da nossa nacionalidade com a matriz europeia, mas ao mesmo tempo lhe confere mais autenticidade. Nas palavras de Luciana Murari³⁵³ a produção de “Araripe Jr. acaba por demonstrar a persistência de uma visão exótica da natureza brasileira que conformou a própria imagem de Brasil a respeito de si mesmo, procedimento que Roberto Ventura nomeou 'auto-exotismo'”. Afinal, percebemos que a obra desse pensador contribui para o entendimento da forma como pensamos o Brasil ainda hoje: Um gigante pela própria natureza? Ou um gigante

348 MURARI, 2009, p.87-98.

349 Ibidem, p.87-91.

350 Dito isto, é necessário ressaltar que Taine é um dos teóricos mobilizados por Lima Barreto em suas formulações sobre a própria concepção de literatura. Ver: BARRETO, 1956.

351 MURARI, op. cit., p.90.

352 Ibidem, p.93.

353 Ibidem, p.95.

pelo que ainda mantemos em nós (brasileiros) de natural? Por exemplo, a sensualidade, a plasticidade, a ginga de corpo e de vida? Nossa energia criadora e nosso jeitinho são derivados da nossa mestiçagem?

As considerações de Araripe Júnior sobre as determinações da natureza na psicologia do brasileiro nos conduzem às reflexões de Euclides da Cunha (1866-1909), que teve, a propósito, sua obra *Os Sertões* admirada por Araripe Júnior³⁵⁴. Pode-se pensar numa aproximação entre os dois pensadores, na medida em que Euclides da Cunha manteve no seio de sua obra a tensão entre a objetividade científica – comum a sua época – e a necessidade de conferir uma subjetividade ao brasileiro, comum ao período do Romantismo. Nesse sentido, Luciana Murari³⁵⁵ assinala que a:

geografia brasileira descrita por Euclides da Cunha possui a força dramática dos grandes quadros da natureza de Humboldt. O que a define é a sucessão de violentos contrastes que, incorporados à linguagem descritiva, conferem a ela intenso movimento, tensão e dinamismo.

Ao pontuar a influência de Humboldt na geografia brasileira euclidiana, a autora reforça nossa percepção, de que convive nesse autor a tensão entre um polo romântico – mais idealista – e um polo iluminista – mais técnico e racionalista³⁵⁶. A pesquisadora³⁵⁷ aponta uma diferença entre Euclides da Cunha³⁵⁸ e Araripe Júnior, e essa diferença reside na forma como ambos percebem a ação da natureza no homem e na formação cultural brasileira. No livro *Os Sertões*, Euclides da Cunha apresenta a natureza como responsável pelas desigualdades regionais existentes no território brasileiro. Na região centro-sul “a terra atrai irresistivelmente o homem”; quando, trata do sertão, no entanto, afirma que “a melancolia do deserto reflete a pobreza do meio”³⁵⁹. No que diz respeito a Araripe Júnior, as considerações estão

354 MURARI, 2009, p.98.

355 Ibidem, p.99.

356 Alexander Von Humboldt é um nome central na composição da geografia Moderna; esse fato ajuda a experimentarmos ainda mais a equação geográfica presente na reflexão desse autor e por consequência na Primeira República. Ver: MOREIRA, Ruy. *O Pensamento Geográfico Brasileiro*. vol. 1: As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

357 MURARI, op. cit., 2009, p.99.

358 Euclides da Cunha pertence a uma geração de intelectuais posterior aos intelectuais tratados até o momento – Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Araripe Júnior. Dessa forma, nos aproximamos da geração de intelectuais que pertenceram ao mesmo período que Lima Barreto (1881-1922). Alguns desses intelectuais, como o próprio Euclides da Cunha e Graça Aranha, vão ter suas principais obras – *Os Sertões* e *Canaã* – publicadas no início do século XX; apesar das mudanças em relação à geração de 1870, o tema da “natureza” permanece presente. Beatriz Resende em sua introdução ao *Subterrâneo do Morro do Castelo* traz reportagens escritas por Lima Barreto sobre o início do desmonte do morro do Castelo e, em meio a estas, cria uma história ficcional. Tratam-se dos primeiros textos publicados pelo autor em 1905. Ver: RESENDE, Beatriz. *O subterrâneo do morro do castelo: um folhetim de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Dantes Livraria Editora, 1997.

359 MURARI, op. cit., p.100-101.

concentradas em questões de ordem mais subjetiva, a constituição da cultura e da psicologia do brasileiro em sua relação com a natureza imponente.

Luciana Murari³⁶⁰ ressalta o “jogo de antíteses” presente em Euclides da Cunha:

A trajetória em direção ao sertão de Canudos é paradigmática na obra de Euclides da Cunha, à medida que, a partir de um determinado ponto do território brasileiro, bruscamente definem-se duas regiões opostas por suas condições físicas. A primeira, dinâmica, rica e variada, a segunda imóvel, pobre e monótona. Assim, foi possível ao escritor reduzir a multiplicidade do território a uma dualidade geográfica entre o sul e o norte do país. A partir dessa ideia, Euclides da Cunha estabeleceu sua particular interpretação da realidade brasileira.

O território brasileiro na geografia de Euclides da Cunha contém dois núcleos opostos. O núcleo do Sul, que se aproxima da realidade europeia e é passível de ser absorvido pela técnica e pela civilização, e o núcleo do Norte – que engloba, basicamente, a região amazônica e o sertão nordestino –, onde seria impossível estabelecer a civilização e os aparatos técnicos típicos de sua consagração. Essa impossibilidade está diretamente associada à natureza e ao tipo de homem gerado na relação com ela. O olhar de Euclides da Cunha estabelece um padrão dualista de interpretação do Brasil segundo o qual o autor denuncia as desigualdades territoriais presentes no Brasil da época. Durante muito tempo essa dualidade foi incorporada por uma tradição de interpretação de cunho econômico, que reforçou a própria dualidade em alguns momentos e a questionou em outros. A incorporação realizada por Luciana Murari³⁶¹ e assumida em nossa pesquisa, não visa projetar as consequências da leitura euclidiana ao longo do século XX; pretende notabilizar as “ferramentas mentais” utilizadas pelo autor, a fim de explorar a perspectiva geográfica de sua interpretação do Brasil. Nesse sentido, interessa-nos focalizar antes de tudo a cultura na qual o autor está inserido e a ideia de Brasil que surge a partir de sua elaboração e menos pensar sobre as possibilidades de supressão das desigualdades regionais constatadas por esse autor e por muitos outros posteriormente³⁶².

Ainda no que diz respeito a Euclides da Cunha e sua obra *Os Sertões*, é necessário destacar o tipo de homem e de brasileiro que vai surgir de sua análise. Na interpretação euclidiana do Brasil, há miscigenações diferenciadas em nosso território. Na região Sul predominou a mistura entre o homem branco (europeu) e os negros (africanos) que foram

³⁶⁰ Murari, 2009, p.101-102.

³⁶¹ Ibidem

³⁶² Entre os autores que se dedicaram as desigualdades na região Nordeste, ao longo do século XX, podemos destacar: CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de janeiro: Edições Antares, 1984.

trazidos para essa porção do território para servir de mão-de-obra escrava. No núcleo do Norte, não ocorreu a presença maciça dos negros africanos, e esse evento está associado ao fato de a exploração econômica ter se concentrado no litoral. Dessa forma, na região Norte predominou a miscigenação entre os índios e os desbravadores portugueses. Esse ponto revela uma característica contraditória e por isso de grande interesse presente em *Os Sertões*: ao mesmo tempo que o homem (sertanejo) deve ser superado e assimilado pela civilização também é tido por Euclides da Cunha como sendo uma “raça forte e antiga”³⁶³, “o cerne vigoroso da nossa nacionalidade”³⁶⁴. Quando Euclides da Cunha condena o “homem sertanejo” ao fim – tal como acontecido no Arraial de Canudos, revela-se um intelectual que incorpora a racionalidade e os seus padrões civilizatórios e iluministas. Não obstante, ao fazer essa afirmativa, também diz que o sertanejo é o cerne de nossa nacionalidade. Nesse ponto, o autor deflagra suas perspectivas associadas ao Romantismo, em que transparece a necessidade de se estabelecer através da história um passado comum para os brasileiros. Parece uma tentativa de evitar que nossa cultura seja totalmente assimilada pelos processos de modernização sem estabelecer um essencialismo ao brasileiro³⁶⁵.

O escritor Graça Aranha (1868-1931) é o último autor que destacamos, baseados na reflexão de Luciana Murari³⁶⁶, com o objetivo de realçar a categoria natureza. Seu livro de maior notoriedade foi o romance *Canaã*, lançado no mesmo ano que *Os Sertões*, em 1902. De acordo com Luciana Murari³⁶⁷ o romance de Graça Aranha privilegia as relações entre homem e natureza, mas em comparação com a obra de Euclides da Cunha apresenta algumas particularidades. Em outras palavras, enquanto a leitura euclidiana do Brasil expõe a forma como o Estado brasileiro adere à força civilizadora e ao seu caráter bárbaro, o romance de Graça Aranha vai matizar a relação entre a modernização e a tradição a partir dos problemas relacionados à imigração estrangeira. Dessa forma, em um primeiro momento o romance demonstra o otimismo do imigrante em relação à natureza e à beleza das paisagens apresentadas. Posteriormente, ao entrar em contato direto com a floresta densa e fechada, o otimismo se esvai e a sensação predominante é de vertigem frente à multiplicidade de cores, formas, cheiros e assimetrias presentes na floresta. O imigrante se sente tolido, enfasiado, exausto e fracassado frente à natureza desafiante que se torna um grande empecilho ao

363 MURARI, 2009, p.104.

364 Ibidem, p.104.

365 Euclides da Cunha e Lima Barreto eram resistentes ao cosmopolitismo comum em sua época. Ver: SEVCENKO, 2009.

366 MURARI, op. cit., p.106-113.

367 Ibidem, p.106.

estabelecimento do progresso técnico e da civilização³⁶⁸.

Apesar dessa avaliação na forma como a natureza se faz presente nos trópicos brasileiros, Luciana Murari³⁶⁹ destaca que “para Graça Aranha uma cultura verdadeiramente brasileira seria fundada não a partir da eliminação da barbárie impressa pela imagem da natureza no espírito do brasileiro, mas de sua incorporação pela arte”. Nesse sentido, cabe à arte uma nova apropriação da natureza exuberante do Brasil uma espécie de “absorção civilizadora da natureza e do homem dela derivado, exatamente no que havia neles de grandioso, assombroso e imaturo”. Cabe, a partir do exposto, uma aproximação entre as ideias de Graça Aranha e Araripe Júnior, no que diz respeito à forma como ambos entendem a natureza no Brasil e sua função no futuro do país. Para Murari³⁷⁰, ambos os autores conservam “teorias da cultura brasileira” que “refletiam um sentimento de natureza que, na visão dos autores, era formador de uma sensibilidade particular, definidora do sentido do 'estar no mundo' para o homem brasileiro”. No caso desses dois autores a natureza assume, contraditoriamente, a possibilidade de uma inserção no mundo civilizado.

Em síntese, procuramos enunciar como cada um desses autores inserem a categoria de natureza em suas reflexões. Nosso objetivo consiste tão somente em demonstrar como a natureza é um elemento central no debate dos intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX. Acreditamos que a presença dessa categoria reforça o que estamos chamando de “equação geográfica” no pensamento social da Primeira República. Em síntese, podemos afirmar que a partir de Joaquim Nabuco percebemos as distâncias que havia entre a natureza exuberante (local) e a civilização europeia com suas tendências universalizantes e globais. Essa distância pode nos ajudar a entender melhor a crítica que Joaquim Nabuco

368 MURARI, no segundo capítulo do seu livro, trabalha com os autores que demonstram a luta do homem contra a natureza tropical no Brasil. Essa luta aprofunda a compreensão da inflexão do entendimento pautado no Romantismo – segundo o qual a natureza era idealizada e bucólica – para a perspectiva Realista e Naturalista em que a natureza é palco de conflitos. Nesse sentido, destacamos a análise que Murari faz de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*: “A trajetória do personagem Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, é paradigmática do percurso da intelectualidade brasileira em sua busca da essência nacional, do romantismo ao realismo naturalista. Quaresma inicia o romance lendo Rocha Pita, pesquisando canções populares autênticas, pregando a adoção do tupi como língua nacional, gabando-se das maravilhas naturais do país. Como seus projetos de redenção da cultura nacional restavam incompreendidos e ridicularizados por seus pares, Quaresma voltou-se para a vida no campo, como forma de acesso a uma autenticidade nacional inquestionável, enraizada na terra, em sua riqueza e fertilidade sem par. Sua opção pela vida no campo nutriu-se de uma imagem pastoral, a partir da oposição à cidade onde seu desabrido patriotismo o havia transformado em vítima do sarcasmo e da humilhação públicos. (...). O trabalho no campo não se mostrou nem fácil nem ameno, mas uma labuta ingrata sob o calor do sol tropical. (...). Afinal, os resultados mofinos, pelos quais obtinha pobre praga, a invasão das pragas e pestes, a pobreza do solo e a necessidade de trabalho árduo e constante acabaram vencendo-o. Aquele que esperava encontrar no contato com a terra as raízes do seu patriotismo convencia-se de que não havia lugar para ele no mundo. 'As terras não eram férteis e ela [a agricultura] não era fácil'”. Exploraremos melhor essas ilações no nosso próximo capítulo. Ver: MURARI, 2009, p.128-129.

369 Ibidem, p.112.

370 Ibidem, p.113.

direciona ao Romantismo, com sua exaltação da natureza e do índio, assim como sua luta contra a escravidão.

No que diz respeito a Tobias Barreto, destacamos a antítese entre cultura e natureza, oposição essa que configura a avaliação pessimista do autor em relação ao Brasil. Em relação a Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, percebemos como a natureza é um ponto forte se entender a unidade do Brasil. Na exposição sobre Araripe Júnior encontramos uma inversão interessante no que diz respeito às perspectivas pessimistas. Para esse autor, a natureza pode ser a mescla a partir da qual pode surgir o povo brasileiro. Finalmente, reforçamos que Euclides da Cunha estabelece um padrão dualista de entendimento do Brasil, segundo o qual a região norte (amazônia e sertão) contrasta com a região sul (centro sul). Nesse contraste, a relação entre civilização e barbárie se estabelece de diversas formas; denuncia-se a barbárie dos projetos civilizatórios e o aprofundamento das desigualdades regionais existentes no país. Próximo a Araripe Júnior, Graça Aranha pontua a necessidade de a arte assumir a natureza e fundar a cultura brasileira em acordo com os padrões civilizatórios e europeus.

3.4.3 A “terra” na Primeira República

Para desenvolver a categoria “terra”, utilizamos as reflexões de João Marcelo E. Maia³⁷¹. Primeiramente, veremos como o autor explora a ideia de “terra” tendo como suporte os escritos sobre a Amazônia desenvolvidos por Euclides da Cunha. Após esse momento, demonstraremos como essa mesma categoria é trabalhada pelo engenheiro Vicente Licínio. Assim como a ideia de “natureza” em Luciana Murari³⁷², acreditamos que a reflexão a partir da categoria “terra” em João Marcelo³⁷³ reforça a presença da “equação geográfica” no pensamento dos intelectuais da Primeira República. Além disso, notamos que o significado da categoria “terra” se aproxima da ideia de “natureza”, e ambas fazem referência à imponência das características naturais de um determinado meio – relevo, vegetação, clima, hidrografia, índices pluviométricos, entre outras – sobre o homem, a cultura ou a civilização no Brasil.

João Marcelo E. Maia³⁷⁴ parte do princípio de que é possível interpretar o processo de modernização brasileiro a partir da categoria “terra”. Para isso, aproxima a realidade brasileira

371 MAIA, 2008, p.126-190.

372 MURARI, 2009.

373 MAIA, op.cit.

374 MAIA, 2008, p.126-154.

(americana) da Rússia e cria uma chave espacial para interpretar os textos, o que ele denomina de “Rússia Americana”³⁷⁵. Em síntese, podemos dizer que a realidade brasileira se aproxima da situação russa na medida em que ambos os países possuem extensos territórios e terras ermas, como a Amazônia – no caso do Brasil – e a Sibéria – no caso da Rússia. Além disso, os dois países ainda não haviam se integrado ao modo de produção capitalista em sua plenitude, consagrado através dos valores liberais (burgueses), da revolução industrial e de um modo de vida predominantemente urbano. Em outras palavras, tanto o Brasil como a Rússia conservavam uma aristocracia agrária e tinham sua produção ainda concentrada no campo, apesar de já se encontrarem inseridos nas relações capitalistas de forma periférica. Também vale destacar que a Rússia, do ponto de vista de sua localização, está geograficamente situada entre a Europa e Ásia; nesse sentido ela representaria, do ponto vista econômico, cultural e político, essa tensão e/ou transição entre o antigo e o moderno, entre a tradição e a modernidade. Tal imaginação espacial e locacional também pode ser aplicada ao Brasil na medida em que uma parte do país está mais sintonizada com o embalo da modernização europeia (litoral) e a outra está prenhe do antigo, do arcaico, do primitivo e do tradicional (sertão). Dessa forma, no caso brasileiro, destaca João Marcelo E. Maia³⁷⁶, a imprescindibilidade de “afirmação da civilização” está diretamente relacionada à “condição periférica”. E essa condição é uma característica importante na consideração da “terra” como ponto de partida para o processo civilizador em andamento no Brasil.

João Marcelo E. Maia³⁷⁷ assinala:

Em primeiro lugar, o dilema entre homem e terra. Esta surge, invariavelmente, como ator principal dos seus enredos, elemento chave de entendimento dos dramas humanos escolhidos como objeto. No argumento desenvolvido nesse livro, essa é a marca da imaginação espacial que mobiliza lugares como imagens para a reflexão sobre a modernização em condições periféricas. Os homens aqui entram num segundo momento, como

375 Na conclusão do seu livro, João Marcelo nos fornece duas sínteses do que seria a “Rússia Americana”: “é a geografia que combina invenção, pragmatismo e uma hermenêutica da nacionalidade, mais uma vez, distante da reiteração romântica das origens ou do jogo das identidades étnicas. Uma geografia aberta para o tema do maquinismo e da fábrica, mas não dependente de uma economia moral própria de outras tradições nacionais. Essa produção simbólica, (...), foi tomada nesse livro como expressão de uma experiência social marcada pelo signo da 'engenharia periférica'”. Mais adiante retoma a definição, ampliando-a: “Pode-se dizer que 'Rússia Americana' aproxima-se da forma de uma imaginação periférica. É certo que a terra como imagem simbólica operou como um guia na confecção dessa cartografia singular, em que americanos e eslavos assemelham-se aos novos homens da extremidade do mundo, tão distantes do figurino urbano-liberal, que condensaria os tipos sociais característicos da modernidade européia clássica (o burguês, o puritano, o civilizado ou o cortesão). Contudo, a própria singularidade desse mapa questiona a delimitação de 'centro' e 'periferia'. Assim, pode-se dizer que estaríamos diante de uma imaginação modernista variante, uma alternativa entre outras, e não necessariamente um desvio”. MAIA, 2008, p.195 e 205.

376 Ibidem, 2008, p.126-7.

377 Ibidem, 2008, p.139.

que esmagados pelo peso que a natureza exerce sobre os sujeitos em sociedades ainda não plenamente desencantadas pela ciência e pelo domínio do meio físico. Nesse tipo de argumento sociológico, a economia explicativa é fortemente geográfica.

Dito isto é necessário ressaltar que a reflexão sobre a dimensão territorial como elemento de identidade em detrimento dos elementos sociais e político, também é realizada por A. C. Robert de Moraes³⁷⁸, citado por João Marcelo³⁷⁹ em diferentes momentos de seu livro³⁸⁰. Em nossa perspectiva, a partir da reflexão dos dois autores, vai se consolidando a relação entre o “contexto periférico”³⁸¹ ou a “condição periférica”³⁸² do Brasil e a enunciação do espaço como elemento central na construção de uma nacionalidade de caráter mais essencialista – como no Euclides da Cunha de *Os Sertões* – ou mais pragmática – como em Vicente Licínio.

3.4.3.1 A “terra” em Euclides da Cunha

Os estudos amazônicos de Euclides da Cunha destacados por João Marcelo³⁸³ expõem uma determinada apropriação da categoria “terra” que os diferencia da abordagem euclidiana desenvolvida em *Os Sertões*. Tendo como subsídio a pesquisa de Luciana Murari³⁸⁴ e de João Marcelo³⁸⁵ podemos compreender que há no Euclides da Cunha de *Os Sertões* a necessidade de criar uma origem nacional para o Brasil. Dessa forma, quando opta por trabalhar com os “estudos euclidianos sobre a Amazônia” ele se afasta do eixo mais essencialista desse debate, muito associado à ideia de raça e à necessidade de construir uma nacionalidade para o Brasil a

378 MORAES, 2008, p. 92-93.

379 MAIA, 2008, p.46.

380 Entendemos que o destaque da citação de A. C. Robert de Moraes é importante para o estabelecimento de uma unidade para esse capítulo em que estamos tentando rastrear a “equação geográfica” presente em alguns intelectuais do século XIX que refletiram sobre o Brasil como Nação: “Neste quadro de formação social tem-se um território a ocupar e um estado em construção, mas a população disponível não se ajusta à identificação de uma *nação* conforme os modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos. No contexto, ao abandonar-se o caminho proposto por José Bonifácio (cujo eixo repousava na gradativa abolição das relações escravistas), começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não com sua sociedade, mas com seu território. Isto é, o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial”. MORAES, op. cit., p.92-93.

381 Ibidem, p.75-87.

382 MAIA, op. cit., p. 33-54.

383 Ibidem, 2008, p.126-154.

384 MURARI, 2009.

385 MAIA, 2008.

partir de um tipo étnico específico. A opção parece não cair na contradição encontrada em *Os Sertões*, obra em que o sertanejo é alçado a símbolo de nossa nacionalidade ao mesmo tempo que é condenado ao desaparecimento por ação das forças civilizatórias. Ao se afastar dessa perspectiva mais essencialista e contraditória, acaba se aproximando de uma visão mais pragmática associada às ideias de “invenção” e “produção”, e essa tendência acaba por revelar uma apropriação do “americanismo”³⁸⁶. Tal orientação enfrenta a natureza e seus desafios de forma mais técnica e menos romântica, por isso mais pragmática. Nesses termos é necessário destacar que essa incorporação mais pragmática vai dar um tom diferenciado à análise, visto que o “arcaico” é incorporado como elemento dinamizador do processo de “modernização”, e não como algo que deve ser extinto a partir do avanço da civilização.

Nas palavras de João Marcelo E. Maia³⁸⁷:

Barbárie transfigurada: nem eliminação da barbárie, nem sua condenação ao aniquilamento físico e espiritual, mas transfiguração. No lugar da dicotomia dura entre civilização e barbárie, a percepção de que o elemento arcaico é mecanismo dinamizador, expressão passível de ser incorporada no projeto civilizador. Em sociedades marcadas pelo peso da terra, a civilização não pode ser reduzida pela imaginação ou pela política. Ela tem andamento geográfico e sociológico, mobilizando formas de sociabilidade próprias, gestadas pela ação lenta desse personagem especial.

A não “dicotomia dura” entre “civilização e barbárie” demonstra como Euclides da Cunha, ao optar pelo eixo analítico pautado na categoria de “terra”³⁸⁸, construiu um cenário que pode ser encarado como menos pessimista para o Brasil, no intuito de alcançar os

386 Sobre o “Americanismo” João Marcelo E. Maia nos diz que: “A experiência de uma 'engenharia' periférica deve ser compreendida não apenas como uma espécie de desvio do campo profissional, como seria de se esperar numa análise marcada por uma sociologia das profissões. Trata-se de recuperar o sentido intelectual da engenharia e das marcas que esse sentido teria deixado nos personagens, sentido esse marcado pelas seguintes características: a realização das vocações 'americanas', afeitas à cultura técnica e aos temas da vida material, e ciosas de condutas e estratégias que não se enquadrariam nos percursos tradicionais da elite intelectual nacional; a presença do positivismo não como doutrina, mas como código moral galvanizador de um ethos marcado pela disciplina, ética-existencial missionária e pela aversão aos padrões de sociabilidade intelectual da vida urbano literária carioca; e a expressão de um desenraizamento profissional característico dos padrões de evolução da engenharia brasileira. Os três aspectos podem ser visualizados como dimensões de um “americanismo positivista” próprio de Euclides e Licínio”. MAIA, 2008, p.123.

387 Ibidem, p.142.

388 É interessante notar como até os dias atuais os nordestinos costumam identificar as pessoas que possuem a mesma origem – em relação ao lugar onde nasceram e viveram até um determinado momento – como “conterrâneos”. Essa denominação indica que a criação dos laços sociais que unem um determinado grupo social se dão através do pertencimento a uma determinada “terra”. Metaforicamente falando, se somos “conterrâneos” somos “fruto de uma mesma terra”. A palavra “conterrâneo” pode igualmente ter seu sentido aproximado da palavra “patriota” que também significa, pertencente a uma mesma “pátria”. A ideia de “pátria” amplia a noção de “conterrâneo” para a escala nacional; em termos de país somos patriotas não só por amar a pátria, mas também por ter nascido nela. Seria a manutenção da expressão “conterrâneo”, pelos nordestinos, uma indicação da importância da leitura euclidiana no pensamento social brasileiro ao longo do século XX? Essa questão foge aos limites desse trabalho, mas fica a possibilidade de desdobramento.

processos de modernização. O caminho apontado não é curto, muito menos fácil, vistas as condições do atraso técnico e moral nos quais o autor enquadrava o Brasil. Tendo como foco um olhar geográfico, é possível perceber na análise que João Marcelo empreende dos estudos euclidianos sobre a Amazônia, algumas nuances na forma como Euclides da Cunha observa a relação do homem com o meio. Na exposição dos textos do autor de *Os Sertões* fica explícito como o homem se adapta ao meio, e não o contrário, e essa característica de alguma forma demonstra o atraso técnico no qual a Amazônia está submersa.

Destacamos as palavras do próprio Euclides da Cunha citadas por João Marcelo³⁸⁹:

Porque os homens que ali mourejam... nunca intervêm para melhorar sua única estrada; passam e repassam nas paragens perigosas; esbarram mil vezes a canoa num tronco caído há dez anos à beira de um canal; insinuam-se mil vezes com as maiores dificuldades numa ramagem revolta barrando-lhes de lado a lado o caminho, encalham e arrastam penosamente as Canoas sobre os mesmos salões de argila endurecida.

Dito isto, é necessário fazer um contraponto e afirmar que Euclides da Cunha não vai concordar com as formas de acesso à modernização que vão se efetivar no Brasil com as reformas urbanas. Essas eram encaradas pelo autor como medidas superficiais que não alterariam a configuração do Brasil como nação; sua proposta está mais próxima de ações como as do Marechal Rondon, que alcançavam o Brasil em dimensões territoriais mais amplas³⁹⁰.

Outro ponto que merece destaque é a comparação que Euclides da Cunha faz entre o papel das ferrovias no Brasil e na Argentina. Neste país, as ferrovias são encaradas como a causa do progresso, em outros termos, são tidas como uma fonte para se obter o progresso, e

389 MAIA, 2008, p.140-141.

390 De acordo com João Marcelo E. Maia: “a engenharia euclidiana não se pautava pelos padrões franceses que estruturariam a vida profissional no Rio de Janeiro no período”. Regina Abreu, *Apud* João Marcelo E. Maia, destaca “Havia também divergências importantes com relação ao significado e ao sentimento da engenharia para uns e para outros. Euclides da Cunha, como Rondon, privilegiava o trabalho das comissões pelo interior do país por acreditar que nesse trabalho estavam as reformas de base necessárias, sendo absolutamente cético com relação às reformas urbanas que se multiplicaram na virada do século. No seu entender, essas reformas eram superficiais, ‘reformas pelas cimbalhas’, e o país precisava de trabalho mais amplo, que interligasse todo o território nacional e incorporasse o conjunto das populações dispersas no todo nacional.” João Marcelo E. Maia volta ao tema para a reafirmação da categoria “terra” como uma forma civilizatória desenvolvida por Euclides da Cunha em prol de uma bandeira de autenticidade. *Ibidem*, p. 153. A posição crítica assumida por Euclides da Cunha em relação as reformas urbanas se aproxima da posição de Lima Barreto, mas os motivos parecem diferenciar um pouco. Em nossa leitura, no caso de Lima Barreto, a perspectiva crítica em relação às reformas urbanas está associada ao afastamento dos pobres e negros do centro da cidade e na não consideração da cultura popular nos parâmetros estéticos e políticos das reformas, extremamente afrancesadas. Já destacamos que Lima Barreto e Euclides da Cunha eram avessos ao cosmopolitismo comum em sua época. Para mais detalhes sobre as “sintonias e antinomias” entre Euclides da Cunha e Lima Barreto. Em *A Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* ver crônica onde Lima Barreto faz uma crítica ao Marechal Rondon. Ver: MAIA, 2008, p.114; SEVCHENKO, 2009.

não seu efeito. E essa característica, está associada ao empreendimento cultural e educacional por parte do Estado em inventar e/ou imaginar o “argentino”. No caso do Brasil, encaramos as ferrovias como sendo o efeito do progresso, em outras palavras, os artefatos técnicos se tornaram os sujeitos da civilização, o progresso em si. Nesse sentido, destacamos a reflexão ainda contemporânea de Euclides da Cunha citada por João Marcelo³⁹¹: “Não seria difícil demonstrar que é para os argentinos uma causa o que é para nós um efeito; o progresso atual advém-lhes, antes de tudo, de suas estradas de ferro; as nossas estradas de ferro resultam, antes de tudo, do nosso progresso”. Pondo a lógica ao avesso do caso argentino, como faz Euclides da Cunha, também podemos atribuir essa característica ao não investimento do Estado brasileiro em projetos culturais e educacionais mais amplos. As tentativas de se estabelecer uma identidade nacional foram construídas verticalmente – de cima para baixo – à revelia da participação dos populares e de suas culturas, tal como foi o estabelecido o nosso estado republicano.

3.4.3.2 A “terra” em Vicente Licínio

Preliminarmente, é necessário destacar que Vicente Licínio se insere em um conjunto de ideias que são empregadas para interpretar o Brasil que remontam a Euclides da Cunha e sua obra *Os Sertões*. Nas palavras de João Marcelo E. Maia³⁹² a partir da obra euclidiana a “imaginação espacial brasileira ganhara um autor de referência”. A partir de Vicente Licínio também podemos afirmar que a tradição interpretativa euclidiana vai ganhar vários desdobramentos, como em Cassiano Ricardo com a questão do “bandeirantismo”, e em Gilberto Freyre com a relação entre “civilização” e “litoral”. Especificamente, no que diz respeito a Vicente Licínio e ao seu “americanismo”, o desdobramento se dá através dos temas associados à sociedade industrial, à máquina e ao fordismo. Licínio teve uma formação positivista³⁹³ e pode ser considerado um positivista tardio³⁹⁴, visto que no período de sua formação intelectual o positivismo já se encontrava em declínio.

Sua formação intelectual ocorreu no período entre 1902 e 1914³⁹⁵ e foi concluída com a passagem pela Escola Politécnica, onde obteve o título de engenheiro geógrafo (3º ano) e

391 MAIA, 2008, p.148.

392 Ibidem, p.155.

393 Ibidem, p.156.

394 Ibidem, p.161.

395 Ibidem, p.102.

posteriormente, de engenheiro civil (5º ano). Vicente Licínio pertence à mesma geração de intelectuais de Lima Barreto e passaram pela mesma instituição na formação superior.

Não é por acaso que João Marcelo³⁹⁶ cita o livro *Memórias da Politécnica* de Paulo Pardal, em que colhe o depoimento de Lima Barreto sobre o professor Licínio Atanásio Cardoso – pai de Vicente Licínio – e professor de Lima Barreto na Politécnica:

O caturra Licínio Cardoso era o oposto de Oto de Alencar. Positivista de quatro costados, não admitia nada que contrariasse o esquema comtiano. Como professor, celebrizou-se pelo rigor com que julgava seus discípulos. Tinha mesmo um certo orgulho nisso. Considerava-se, ele próprio, uma barreira. Reprovou muita gente.

De acordo com Francisco de Assis Barbosa³⁹⁷, biógrafo de Lima Barreto, Licínio Atanásio Cardoso foi professor da cadeira de mecânica na Politécnica, reprovou diversas vezes o aluno Afonso Henriques de Lima Barreto, que em texto de periódico estudantil proferiu “pilhérias” em relação ao professor³⁹⁸. Depois de muitas reprovações, Lima Barreto, acusava Licínio Cardoso de perseguição e racismo: “Lima Barreto não tinha dúvida de que estava sendo perseguido por Licínio Cardoso, convicção esta que os anos só fizeram confirmar. Preto, pobre, tinha que ser reprovado sempre”³⁹⁹. Ainda no que diz respeito aos aspectos geracionais, vale destacar que Vicente Licínio, Euclides da Cunha e Lima Barreto fazem parte de um grupo de intelectuais descontentes com o Primeira República⁴⁰⁰.

Retomando o debate sobre a formação intelectual de Vicente Licínio, é importante ressaltar que para esse intelectual a filosofia positivista serviu como uma espécie de “porta teórica” e “código moral” para pensar a relação “homem e meio”; além disso, também operou

396 MAIA, 2008, p.103.

397 BARBOSA, 1981, p.93.

398 Ibidem, p.83-84.

399 Ibidem, p. 96.

400A aproximação entre o descontentamento de Vicente Licínio e Euclides da Cunha é realizada por João Marcelo: “A percepção dessa geração republicana era fortemente marcada pela experiência frustrante da República, não apenas pelo desencanto com o regime, mas pelo estado social produzido por ele. Tanto Euclides da Cunha quanto Vicente Licínio se sentiam desajustados nesse meio, em especial na vida carioca, e viam com o horror o fechamento das altas posições da vida pública para homens com seus talentos. O positivismo, dotar-lhes de uma profunda ética de convicção, contribuía para a formação de uma economia moral estóica, propícia ao trabalho e à sobriedade, que se chocava com a suposta frivolidade que caracterizaria o mundo social da Primeira República. Funcionava, por assim dizer, como um puritanismo 'aristocrático' exercitada plenamente diante do avanço do mundo do nivelamento. Vê-se que a dinâmica intelectual mobilizada por esses intérpretes, que combinava pensamento e ação era animada por um diagnóstico eminentemente toquevilleano. No vocabulário desses homens, tratava-se de combinar republicanismo e meritocracia, igualdade e organização, pares que traduzem, para nossa experiência civilizatória, o dilema entre igualdade e liberdade desenhado por Tocqueville”. A aproximação entre Vicente Licínio e Euclides da Cunha e Lima Barreto é de nossa responsabilidade. Como já destacamos, o trabalho de Nicolau Sevchenko realiza um paralelo entre Lima Barreto e Euclides da Cunha. Ver: MAIA, 2008, p.159; SEVCHENKO, 2009.

essa relação de forma simbólica⁴⁰¹. João Marcelo⁴⁰² nos diz do “o argumento que mais lhe encantara no comtismo, e que nunca mais seria abandonado, a despeito de formulações mais sofisticadas que ganharia em obras posteriores: a relação entre homem e meio, tão comum no discurso científico do século XIX”. No desdobramento da forma como Vicente Licínio se apropria da relação “homem e meio” é necessário destacar a avaliação que realiza da “arquitetura norte-americana” associando-a ao tema da “terra”. Nesses termos, para Vicente Licínio há uma relação entre a expansão para Oeste realizada na formação territorial estadunidense e o estabelecimento de alguns padrões arquitetônicos locais. O “Oeste” estadunidense, segundo esse autor, é a porção territorial que configura o “tipicamente americano” ao revelar “a história do povo, conquistando a terra e estabelecendo-se em organismos sociais”. Nesse sentido o “bangalô seria a residência própria dos tipos sociais que empreenderam essa conquista caracterizada pela terra democratizada, configurando uma residência funcional, e de pequeno custo, construída em madeira e com pouca decoração”. No extremo oposto estaria o “Leste” dos Estados Unidos, “marcado pela centralidade de Nova York, espaço da produção europeia, no qual predomina a aristocracia e o dinheiro”⁴⁰³. Para Vicente Licínio os Estados Unidos se tornam um modelo de sociedade em que a consolidação da democracia e o alto nível de organização social atingido estão diretamente associados à democratização do acesso à terra.

Em outros trabalhos de Vicente Licínio, menos influenciados pelo comtismo e mais voltados para o Brasil, a relação homem e meio se faz presente⁴⁰⁴. Nessa orientação, vale destacar as suas considerações sobre o Rio São Francisco como sendo o rio responsável pela união entre a “região norte” e a “região sul” do país. Consideramos que pela dimensão de sua bacia hidrográfica e pelo fato de o Rio São Francisco cortar vários estados brasileiros – do que hoje consideramos sudeste ao nordeste do Brasil – ele possuiria a “geografia favorável” à “unidade nacional”⁴⁰⁵.

Sobre a centralidade analítica da categoria “terra” em Vicente Licínio, seu “americanismo” e a função dos rios, João Marcelo⁴⁰⁶ ressalta que:

se lá a terra nova operou de forma enérgica, mobilizando massas democratizadas sob o influxo do trabalho livre, aqui essa democratização operou de forma vagarosa, sob a condução de uma vida material

401 MAIA, 2008, p.163.

402 Ibidem, p.165.

403 Trechos de Vicente Licínio citado por Ibidem, p.166.

404 Ibidem, p.266.

405 Ibidem, p.166-167.

406 Ibidem, p.172.

constantemente ameaçada pela dissolução e instabilidade. Nos Estados Unidos, o Mississippi não teria exercido nenhum efeito positivo sobre a vida do país, pois o vale deste rio seria, para Vicente Licínio, geografia da mesmice. Aqui, São Francisco surgiria como exemplo de nossa dura luta pela estabilidade, levada a cabo através da ação anônima dos homens, e não de uma política oficial com relação ao território.

A partir da reflexão acima, podemos afirmar que nos Estados Unidos o amadurecimento das relações democráticas e do nível de organização social faz com que a unidade seja conquistada através do estabelecimento de parâmetros sociais. No caso do Brasil, a questão se apresenta de forma diferente, visto nosso atraso em relação ao estabelecimento de uma democracia que estabelecesse o acesso à terra e a construção de valores sociais e organizacionais que estabelecessem uma maior coesão social. Nesse sentido, ainda que de forma preliminar nossa unidade social deve estar relacionada a aspectos naturais, tais como o Rio São Francisco. Não parece se distanciar dessa avaliação o envolvimento de Vicente Licínio com projetos educacionais na década de 1920 – a educação seria uma forma de construirmos a nossa nacionalidade tendo como parâmetros valores sociais e culturais, tal como nos Estados Unidos, no paralelo traçado. De acordo com João Marcelo⁴⁰⁷, na perspectiva “liciniana, a educação seria uma grande força dinamizadora de uma republicanização aberta, cujo sentido seria a produção de uma sociabilidade assentada no trabalho livre, e não no direito constitucional”. Dessa forma, se os Estados Unidos são considerados um modelo de sociedade democratizada pela “terra”, o Brasil é visto como um “caso médio na fenomenalidade americana”⁴⁰⁸.

Outra questão trabalhada é a maneira como a categoria “terra” vai ser pensada por Vicente Licínio e Euclides da Cunha. De acordo com João Marcelo⁴⁰⁹ “a terra operada na escrita de Euclides da Cunha tem forte conotação literária, sendo referida a paisagens caudalosas e descrita de forma detalhada e imaginativa”, mas no que diz respeito a “geografia de Vicente Licínio” afirma que ela “é seca, não sendo alvo de descrições 'humboldtianas’”. Dito isto, podemos afirmar que em relação aos estudos amazônicos de Euclides da Cunha a reflexão de Vicente Licínio apresenta um tom mais pragmático. Por esse caminho, percebemos que em Vicente Licínio há uma ruptura maior com os aspectos relacionados ao Romantismo. São menores nesse autor as oscilações entre uma perspectiva “idealista” combinada com o “realismo”, comum aos intelectuais da época – como no próprio Euclides da Cunha de *Os Sertões*: “A paisagem da Amazônia descrita por Euclides”, prossegue,

407 MAIA, 2008, p.203.

408 Ibidem, p.171.

409 Ibidem, p.173.

“sugere uma sociabilidade nova, marcada pela regulação moderna da barbárie e pelo advento de personagens americanos, a terra nova de Vicente Licínio radicaliza essas sugestões, já que prescinde de sujeitos específicos”. No entanto, ao deixar os “sujeitos específicos”, acaba promovendo uma associação simbólica e espacial associada “ao tema da vida material”, ponto central e fomentador da “vida nacional”.

Mais adiante em sua reflexão sobre a relação entre “terra e máquina”, João Marcelo⁴¹⁰ destaca uma interessante passagem de Vicente Licínio:

Um inventor, um mecânico hábil europeu é geralmente filho, senão neto, de um homem que já se ocupava de outras máquinas. No Brasil, ao contrário, os melhores mecânicos tiveram que ver e aprender tudo sem nenhuma assimilação ou incitação hereditária paterna. Quase todos os maquinistas de nossos navios vieram do norte, onde haviam sido marujos tão somente. Da jangada nordestina ao transatlântico moderno, quantos séculos haverá, no entanto, de intervalo, fundidos em duas décadas apenas na vida de um homem.

Primeiramente, percebemos aqui que a relação entre o homem e o meio é mediada pelo artefato técnico “jangada” e “navio”. Após esse momento, ocorre uma espécie de “transfiguração”: o homem adaptado à jangada, apesar de não contar com uma educação técnica e profissional, desenvolveu no seu contato com a “terra” habilidades que permitem sua adaptação ao mundo das máquinas, no universo da modernização. João Marcelo⁴¹¹ destaca que “o autor escapa do argumento racista para enfatizar uma inteligência prática que marcaria os tipos médios brasileiros, capazes de operar com facilidade diversos tipos de maquinismos modernos”. Mais adiante o autor destaca novamente a importância da educação no pensamento de Vicente Licínio: “a educação seria ferramenta para produção de uma sociabilidade que aproveitasse 'a energia potencial de nossa terra'. Essa será uma das chaves que aproximam a imaginação espacial liciniana de certo pragmatismo de extração norte-americana”. No desenvolvimento de sua reflexão, João Marcelo⁴¹² indica que a apropriação que Vicente Licínio faz da Rússia é, na maioria das vezes, um exemplo negativo em relação ao Brasil no que diz respeito aos processos de modernização “marcado por desorganização, artificialismo e mal-estar social, cuja grande expressão literária seria Dostoiévski”. Nesse sentido, em nosso entendimento, a grande expressão de sociedade ideal no que diz respeito à organização social e à modernização é os Estados Unidos, o que combina com a perspectiva filosófica mais pragmática que harmoniza pensamento e ação como ferramentas

410 MAIA, 2008, p.177.

411 Ibidem, p.177.

412 Ibidem, p.187-188.

modernizantes e propulsoras de uma interpretação do Brasil que envolve uma determinada “imaginação espacial”.

Ao fim e ao cabo fica a percepção de que o Estado brasileiro, entre o Império e a Primeira República, imaginou alguns “Brasis”, e para isso utilizou uma imaginação espacial, ora privilegiando a literatura, ora a ciência, mas ao empreender seus projetos esqueceu de incluir os brasileiros.

Quadro Histórico das Ideias Geográficas

	Império (1822-1889)	Geração de 1870 (Transição)	Primeira República (1889-1930)
1808 – Chegada da Família Imperial	- Gonçalves de Magalhães (1811-1882)	- Joaquim Nabuco (1849-1910)	- Euclides da Cunha (1866-1909)
1822 – Independência	- Gonçalves Dias (1823-1864)	- Tobias Barreto (1839-1889)	- Graça Aranha (1868-1931)
1838 – fundação do IHGB	- José de Alencar (1829-1877)	- Silvio Romero (1851-1914)	- Lima Barreto (1881-1922)
O Brasil se torna independente pelas mãos do colonizador.	- Von Martius (1794-1868) - Varnhagen (1816-1878)	- Capistrano de Abreu (1853-1927) - Machado de Assis (1839-1908)	- Roquette Pinto (1884-1954)
Declara independência de Portugal para se tornar Império sob os auspícios da monarquia lusitana.	Índio-Natureza Romantismo	1888 – Abolição da Escravatura 1889 – Proclamação da República	
A unidade territorial é uma preocupação central da monarquia lusitana.	Classicismo (mito-épico-gregos)	Inflexão na concepção de natureza desenvolvida pela geração anterior de intelectuais. A partir desse momento a natureza será encarada como um estorvo à civilização , como algo que deve ser dominado (domesticado) e que fornece uma subjetividade ao brasileiro (metafísica).	
Imaginar uma subjetividade que atribuisse ao brasileiro uma identidade é fundamental para a manutenção da unidade territorial.	A literatura e os intelectuais ligados a sua produção foram mobilizados pela tentativa de imaginar/inventar uma identidade nacional.		
Criaram o Brasil; falta inventar os brasileiros.	O Brasil já nasce querendo ser “moderno”. Nesse momento já se fala da possibilidade de construir uma identidade nacional para o país (pátria).	A literatura perde força para o discurso científico, prova disso é consolidação das perspectivas literárias Naturalista e Realista . Ganham força as teorias deterministas (T. Buckle, Spencer, Taine), a Antropogeografia (F. Ratzel), o positivismo (A. Comte) e as teorias raciais (determinismo, evolucionismo e ou darwinismo social).	

Geração de 1870 (Transição)

- Joaquim Nabuco (1849-1910)
- Tobias Barreto (1839-1889)
- Silvio Romero (1851-1914)
- Capistrano de Abreu (1853-1927)
- Machado de Assis (1839-1908)

Sociedade estratificada pela falta de *mobilidade social* típica do Antigo Regime (Império)

Primeira República (1889-1930)

- Euclides da Cunha (1866-1909)
- Graça Aranha (1868-1931)
- ***Roquette Pinto*** (1884-1954)
- Lima Barreto (1881-1922)
- Olavo Bilac (1865-1918)
- Coelho Neto (1864-1934)
- Monteiro Lobato (1882-1948)

Reformas Urbanas no Rio de Janeiro (capital federal)

Revolta da Vacina (popular)

Unificação do território
(Barão de Rio Branco)

Produzir uma literatura brasileira? Modernismos

**campo-cidade
sertão-litoral**

Semana de Arte Moderna (1922)

Sociedade estratificada por suas *características biológicas e sociais*, apesar de “republicana” e “democrática” em seus aspectos formais.

“Modelo Higienista”

“Pessimista” em relação à miscigenação

Pós-1930

- Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)
- Gilberto Freyre (1900-1987)
- ***Roquette Pinto*** (1884-1954)
- Humberto Mauro (1897-1983)

“Modelo Sociológico”

“Elogio” da miscigenação

4. Sertão e Litoral em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (I)

A leitura do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* está baseada em um olhar clássico da análise social e geográfica brasileira, a relação entre sertão e litoral, que também pode ser traduzida como campo e cidade. Essa chave de análise surge e ganha um contorno próprio a partir do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha⁴¹³ e a partir disso se transforma em uma espécie de padrão de interpretação social do Brasil de forte cunho geográfico. Também é importante lembrar que Euclides da Cunha e Lima Barreto compartilharam de um mesmo tempo histórico⁴¹⁴ e apresentam algumas características em comum, como a crítica ao modelo republicano executado no Brasil e ao modismo cosmopolita presente nos hábitos, na moda e na arquitetura. Ao afirmar isso, vemos a necessidade de ressaltar que esses intelectuais compartilharam de problemas e questões comuns à época, como os debates sobre a definição de uma nacionalidade para o brasileiro após a abolição e a proclamação da República. No entanto, algumas características também os distanciam: a inserção e consagração no meio literário de Euclides da Cunha e a consequente maior aproximação do poder estatal, e a “obscuridade” profissional e literária em que viveu Lima Barreto. Lima Barreto não conseguiu sagrar-se do ponto de vista profissional e literário em vida⁴¹⁵.

413MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online]. 82 | 2008, colocado online no dia 01 de Outubro 2012, criado a 15 de julho. MURARI, Luciana. “*Brasil, ficção geográfica*”: ciência e nacionalidade no país *D’os Sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009, LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2013. LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2): 313-332, 2000.

414Para uma reflexão sobre a noção de “tempo histórico” situada no campo sociológico e filosófico, recorremos à reflexão de Georg Simmel: “Pode-se dizer que um evento é histórico quando, por motivos objetivos, indiferentes à sua posição no tempo, ele ocupa uma posição claramente determinada no tempo. Logo, um conteúdo não é histórico apenas por existir no tempo ou apenas por ser compreendido. Ele só se torna histórico quando esses dois aspectos se encontram, quando a compreensão intemporal permite inscrevê-lo no tempo. Mas isso só pode ocorrer nos casos em que a compreensão abrange o conjunto dos conteúdos, pois só a coerência do todo absoluto torna verdadeiramente compreensível o conteúdo particular”. Ver: SIMMEL, Georg. O problema do tempo histórico. In: SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p.9-26. No que diz respeito a uma reflexão mais contemporânea sobre o tempo histórico e que articula as noções de espaço e tempo através das ideias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, Koselleck afirma: “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.308.

415Um exemplo das diferenças que gostaríamos de ressaltar é a relação de ambos os intelectuais com o poder republicano e a forma como pensavam a constituição de uma nacionalidade para o Brasil. Nesses termos, o mesmo Barão de Rio Branco que é um grande desafeto de Lima Barreto acolhe Euclides da Cunha no Itamaraty. Para entender melhor essas relações recorremos as palavras de Nísia Trindade: “De dezembro de

Em nossa hipótese analítica, trabalhamos com a possibilidade de realizar uma interpretação do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* a partir da relação sertão e litoral ou campo e cidade. Para tal, inicialmente nos baseamos nas reflexões de Nísia Trindade⁴¹⁶ acerca de sua pesquisa, que⁴¹⁷ “vem inspirando trabalhos acadêmicos, em particular dissertações e teses de doutorado em áreas disciplinares diversas, entre as mais frequentes, sociologia, história, geografia, letras e educação”. A fala da pesquisadora ratifica o alcance multidisciplinar de suas ideias e a possibilidade de diálogo com o campo da geografia e com outros campos das ciências sociais. O modo como a autora⁴¹⁸ encara a relação sertão/litoral tem o geográfico⁴¹⁹ como foco; em outras palavras, não trabalha com a noção de sertão como

1904 a janeiro de 1906, por designação do Barão de Rio Branco, ministro de Relações Exteriores, Euclides da Cunha chefiou a missão diplomática como o objetivo de dirimir dúvidas relativas a questões de limites entre o recém-incorporado território do Acre e o Peru. Na condição de chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, explorou as nascentes dos rios e redigiu posteriormente os ensaios sobre a Amazônia reunidos em *À margem da história*, livro póstumo publicado em 1909”. Outro ponto destacado por Nísia Trindade diz respeito a forma como Euclides da Cunha encara a conformação da nossa nacionalidade a partir da configuração de alguns tipos sociais. Em relação a essa questão também observamos olhares diferentes em Lima Barreto e Euclides da Cunha, enquanto o primeiro diz em seu *Diário Íntimo*: “escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência em nossa nacionalidade” o segundo intelectual avalia de forma não positiva a mistura entre brancos e negros, mas encara de forma mais positiva a mistura entre índios e brancos. Ver BARRETO, Lima. *Diário íntimo: memórias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. XIV, p.33. Nas palavras de Nísia Trindade: “Em contraste com as ideias negativas sobre o mestiço, enuncia-se no mesmo capítulo a tese mais importante de *Os Sertões*: o sertanejo seria um *retrógrado*, não um *degenerado*, como decorrência de ter ficado distante das influências negativas do litoral. Igualmente importante na análise do autor é o peso dos fatores contextuais, o que explicaria a dificuldade de fixar quem seria efetivamente o sertanejo. Daí a imagem ambígua de Hércules-Quasimodo, pois de acordo com as circunstâncias ele oscilaria da fragilidade à força, da monstruosidade ao caráter heroico”. Ver: LIMA, 2013, p.112 e 109.

416Ibidem, p.14.

417Ibidem.

418Ibidem.

419No que diz respeito a uma compreensão do “geográfico” a partir de uma reflexão atenta à história da geografia no Brasil, acompanhamos a reflexão de Antonio Carlos Robert Moraes: “Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. (...). Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc. Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. Uma mentalidade acerca de seus temas. Um *horizonte* espacial, coletivo”. Ver: MORAES, A. C. Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec e Annablume, 2002, p.32. Para uma reflexão sobre o “geográfico” no campo epistêmico da geografia: “Ruy Moreira escreveu em 1987 o seguinte: 'Antes tínhamos uma geografia com forma mas sem conteúdo, e passamos a uma geografia com conteúdo mas sem forma'. A forma aí designada, não custa reafirmar, é o *pensamento geográfico*. Mas cabe uma pergunta: sem esta forma determinada, podemos identificar o conteúdo que ela representa? Queremos dizer com isso o seguinte, a apreensão de um determinado conteúdo, passa pelo reconhecimento de sua existência e isso se remete à forma que permite, em pensamento, adquirir essa compreensão. Ou seja, pecando pelo óbvio (ou não), *pensamento geográfico é geografia em pensamento, ou pensar geografia é ter para si a existência e a importância do geográfico presente na realidade*”. Ver: MARTINS, Elvio Rodrigues. A Geografia Urbana na dissolução das identidades originárias. In: *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.94 (1), 1 de agosto, 2001, p.13. Em nossa síntese, a reflexão desses autores nos permite afirmar que o geográfico está presente na geografia como

um limite fronteiro fixo, mas como uma categoria. Esse olhar se aproxima da perspectiva desenvolvida por A. C. Robert de Moraes⁴²⁰, citado pela autora. Nísia Trindade⁴²¹ apresenta o significado e a abrangência da palavra sertão:

No Brasil Colônia era palavra de uso corrente, encontrando-se nos alvarás, nas doações, nas câmaras e nas praças públicas constantes referências a 'homens do sertão' e a 'drogas do sertão'. Nas palavras de Eidorfe Moreira 'sertão era índio, o ouro, a sesmaria, a aventura' (Moreira, 1959, p.9). Assim desde o início sua utilização indicava uma perspectiva histórica e social, a perspectiva de um 'outro geográfico', conforme expressão de Antonio Robert de Moraes (2011) e não um topônimo.

Mais adiante a pesquisadora sintetiza: “o sentido de sertão transcendia o de uma delimitação espacial precisa”⁴²². Em nossa perspectiva, essa visão mais plástica sobre o sertão é necessária, uma vez que nossa proposta consiste em fazer uma análise geográfica de uma obra literária.

A pesquisadora Janaína Amado⁴²³ contribui para a discussão ao nos conduzir ao entendimento das formas como a categoria *sertão* foi utilizada para pensar o Brasil na condição de colônia e, após isso, entre 1870 e 1950, refletir sobre o país enquanto nação. Nesse recorte temporal há um primeiro momento que se estende de 1870 a 1930, em que predominaram as avaliações negativas em relação à miscigenação; tais julgamentos estavam associados à influência das teorias raciais e dos determinismos, entre eles o geográfico⁴²⁴. Após 1930, vai ocorrer uma inflexão, em outras palavras, haverá por parte dos intelectuais,

ciência, mas não se reduz a ela. Em outros termos, permite que vislumbremos a presença do geográfico em outras áreas do conhecimento, tais como a mitologia, a arte, a religião e a ciência.

420MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 87-91.

421LIMA, 2013, p.22.

422Em diversos outros pontos de sua obra, a pesquisadora destaca o amplo espectro analítico associado ao sertão; a partir daí, avaliamos a necessidade de destacar mais um ponto. De acordo com Nísia Trindade Lima: “As perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda e Richard Morse podem contribuir para uma reflexão sobre a temática do sertão na imaginação social brasileira, uma vez que há uma nítida correspondência entre a ideia de sertão e o processo de expansão para a fronteira 'civilizada'”. Como revela Janaína Amado, e parafraseando Guimarães Rosa, o sertão parece estar em todo lugar que se anuncie o desconhecido, o espaço social a conquistar. Nesta perspectiva, para os propósitos desse trabalho, recorrer ao conceito de fronteira significa pensar o sertão enquanto espaço simbólico, cujos contornos geográficos seriam de difícil delimitação. É enquanto ideia referida a características centrais da formação social brasileira que podemos discutir os diferentes significados atribuídos à palavra *sertão*, ou talvez os diversos sertões presentes no espaço brasileiro”. Mais adiante acrescenta: “Podemos estender a reflexão do autor a diversas outras representações de espaço geográfico e afirmar que o mais importante não é saber o que o Sul italiano, o Leste alemão, o Sul ou o Oeste dos Estados Unidos e, no caso deste trabalho, o que os sertões foram ou não foram, são ou têm sido, mas por que essas representações têm início e como se tornam paradigmáticas para se pensar a natureza das sociedades e o tema da identidade nacional”. Ver: LIMA, 2013, p.87; e AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8. a. 15, 1995.

423AMADO, 1995.

424Para mais detalhes, ver: SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.23-66.

predominantemente, um elogio à miscigenação. O resgate dessa informação é necessário para demonstrar como a categoria *sertão*, e com ela *o sertanejo*, atravessam um período importante do pensamento social brasileiro como uma “categoria cultural”⁴²⁵ central, seja para realçar aspectos negativos ou positivos no que diz respeito a nossa composição étnica e nacional.

Amado⁴²⁶ destaca ainda que desde o século XIV os lusitanos utilizavam “a palavra, grafando-a 'sertão' ou 'certão', para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distante de Lisboa”. “A partir do século XV”, prossegue, “usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre as quais pouco ou nada sabiam”. A partir disso, a palavra *sertão* foi amplamente utilizada pelos portugueses para se referir aos espaços não conhecidos em suas colônias por diversas partes do mundo, na África, na América ou na Ásia⁴²⁷. Nesse sentido, como já destacamos, somente a partir da segunda metade do século XIX é que a categoria será utilizada para pensar o Brasil como nação; nas palavras da pesquisadora, “em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando 'sertão' numa categoria essencial para o entendimento de 'nação’”⁴²⁸.

As reflexões de Janaína Amado⁴²⁹ apresentam uma confluência com as de A. C. Robert de Moraes⁴³⁰ no que diz respeito à consideração do *sertão* como um “outro geográfico”. De forma ampla, entendemos que esses pesquisadores contribuem para uma compreensão mais plástica da categoria, por meio da qual promovem a desvinculação da definição utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a designa oficialmente como “uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: 'agreste' e

425Janaína Amado trabalha a ideia de *sertão* como uma “categoria cultural”, amplamente utilizada na interpretação do Brasil ao longo de sua história. O entendimento do *sertão* como uma “categoria cultural” se aproxima dos nossos objetivos, uma vez que assumimos como fonte de pesquisa a literatura, um elemento do campo das artes e portanto um produto da cultura. Não que a ciência e o seu surgimento no cenário moderno não sejam também produtos de uma mudança cultural e fruto de uma nova cultura de pensamento, mas é importante reconhecer que na constituição dos campos científicos em sua acepção moderna, predominou a tendência em separá-los das expressões culturais em prol de uma determinada racionalidade e objetividade. Ver: AMADO, 1995, p. 145-151.

426Ibidem, p.147.

427Ainda no que diz respeito à etimologia do termo *sertão* e suas raízes históricas, Janaína Amado acrescenta: “Segundo alguns estudiosos (Nunes, 1784:428), 'sertão ou certão seria a corruptela de 'desertão'; segundo outros (Teles, 1991), provém do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). Desde o século XVI, as duas grafias foram empregadas por numerosos viajantes e cronistas do nascente império português na África, Ásia e América, com o sentido já apontado, de grandes espaços interiores pouco ou nada conhecidos: '... e os príncipes dela se foram a el Rei, requerendo-lhe que fizesse paz com os portugueses, se não que se iriam todos para o certão', escreveu Damião Góis; '...com que cortam por esse certão espaço de mais de quinhentas léguas, se vão meter no mar da China e da Conchinchina', relatou Fernão Mendes Pinto (Godinho, 1983:145,173)”. Ibidem, p.147.

428Ibidem, p.150.

429Ibidem, p.149.

430MORAES, 2009, p.87-91.

'zona da mata'”⁴³¹. Nesses termos, A. C. Robert de Moraes⁴³² destaca que a categoria em questão não se refere a um lugar em específico, “mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares”. “Trata-se” segundo o autor, “de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por pontuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração⁴³³”. Dessa forma, a consideração do sertão como um “outro geográfico” está condicionada ao olhar de quem o observa e às transformações ocorridas nesses espaços.

Sob esse ponto de vista, tanto A. C. Robert de Moraes⁴³⁴ quanto Janaína Amado⁴³⁵ destacam que o sertão é definido a partir do olhar constituído pelo seu “outro geográfico”, ou seja, pelo litoral. No processo inverso, podemos afirmar que o litoral acaba por se redefinir na construção de sua oposição em relação ao sertão; em síntese, o sertão é uma invenção do litoral, que também se redimensiona ao olhar o seu “outro geográfico”. Dessa forma, Janaína Amado destaca que “desde os primeiros anos da colônia, acentuando-se com o passar do tempo, 'litoral' e 'sertão' representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares”. Nas palavras de A. C. Robert de Moraes: “o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, de construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação dispare que, pela ausência, o qualifica”. A partir das reflexões de ambos os autores entendemos por que a relação entre sertão e litoral foi encarada de forma dualista. Entendemos que a perspectiva dualista é uma das formas de olhar a relação entre as unidades de pensamento em questão, mas não a única. Assim, qualificar um determinado lugar como sertão não exclui as complexas relações que esse lugar estabelece com outros espaços, lugares ou territórios em escala nacional ou mesmo internacional. Nessa perspectiva, é importante realçar que apesar de *sertão* e *litoral* se apresentarem como categorias “opostas”, são, também, dialeticamente, “complementares”, o que aparece na reflexão de A. C. Robert de Moraes⁴³⁶ ao salientar que as qualificações dos lugares estão associadas “ao horizonte geográfico do qualificador” e que,

431AMADO, 1995, p.145.

432MORAES, 2009, p.89.

433MORAES prossegue em sua reflexão: “Enfim, sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica, uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (Moraes, 1988)”. Ibidem, p.89.

434Ibidem, p.90-91.

435AMADO, op.cit., p.148.

436MORAES, op.cit., p.92.

dessa forma “o sertão é qualificado para ser superado” pelos projetos de modernização⁴³⁷.

Nesses termos, em um trabalho que visa articular geografia, literatura e história, as reflexões sobre o sertão realizadas pelos autores apresentados é relevante, uma vez que permite que transitemos com mais facilidade entre as realidades enunciadas pela arte e pela ciência⁴³⁸. Dito isto, não é só o sertão representável no mapa cartográfico e nos manuais de geografia que está em questão, mas as múltiplas representações que podem existir do *sertão* ou *do que o sertão é*, em diversas linguagens, sejam elas científicas e ou artísticas. Nestes termos, o sertão que assumimos não é o sertão nordestino de Graciliano Ramos ou o sertão do interior de Minas Gerais de Guimarães Rosa⁴³⁹, mas o sertão carioca ou o sertão fluminense presente em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Com base em Heloisa Starling⁴⁴⁰, podemos afirmar que a concepção de modernismo regionalista consagrada no livro *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, e em *Grande Sertão: veredas* (1956), de autoria de Guimarães Rosa, além de ir ao encontro da tradição de interpretação consagrada por Euclides da Cunha a partir da publicação de seu clássico *Os Sertões* (1902), também encontra eco no livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto. Na tentativa de promover essa aproximação, propomos algumas reflexões que permitem aproximar a categoria *sertão* da definição de *subúrbio*. Essa conexão faz-se necessária, visto que Lima Barreto é um autor que dá voz às classes sociais mais pobres que ocupam os subúrbios⁴⁴¹. Além disso, entendemos que no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto intervém no debate sobre a questão sertão e litoral, tão em voga no momento de composição do livro, em razão da expansão do movimento sanitarista para as áreas rurais. Por mais que essa aproximação possa parecer uma tentativa de comparar o incomparável, entendemos que ela é possível e necessária para aprofundarmos a análise do período e de seus problemas sociais sob uma perspectiva relacional que envolva o campo e a

437Entendemos que Moraes contribui para o entendimento do sertão como uma “categoria cultural”, quando afirma: “O tópico em tela destaca bem outro ângulo de visão associado à ideia de sertão: a diferença. Esta incide sobre os lugares, e também sobre seus habitantes. A diferença é, assim, paisagística mas, sobretudo, cultural”. Ibidem, p.95.

438No que diz respeito ao diálogo entre ciência e literatura, trabalhada no segundo capítulo, Nísia Trindade Lima contribui ao dizer que: “O debate sobre, por assim dizer, a *americanicidade* da experiência histórica brasileira esteve sempre acompanhado por um duplo movimento – situar as fronteiras entre o Brasil tradicional e o Brasil moderno e resgatar ou inventar o que seria o fundamento autêntico da nacionalidade. Nesse sentido, pode-se perceber uma confluência entre o discurso dos cientistas e literatura produzida em fins do século XIX e início do século XX. Ademais, naquele momento, a delimitação de identidades profissionais era ainda incipiente, e talvez possamos falar com mais acerto em cientistas-literatos e numa literatura que se pretendia científica”. LIMA, 2013, p.98.

439*Os sertões*, de Euclides da Cunha, além de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, são trabalhados no texto de Starling, cujo título é “A República e o sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil”. STARLING, 2008.

440Ibidem, p.133-147.

441BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997, p.363-364.

cidade em uma só obra. Nesses termos, entendemos que em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto transita entre as realidades que envolvem o campo e a cidade na Primeira República, sem perder a tônus realista.

Após consultar o *Atlas das Representações Literárias e Regionais Brasileiras*⁴⁴² mais especificamente a seção que trata dos Sertões do Leste, inferimos que é possível falar de sertões fluminenses na região delimitada e que esses sertões já encontram algumas representações na literatura brasileira⁴⁴², em que estão incluídas as regiões do Vale do Paraíba do Sul, da Zona da Mata Mineira e o Vale do Rio Doce. A partir dessa indicação, levando em consideração o processo histórico de ocupação das regiões em questão, podemos falar objetivamente da existência de um sertão fluminense dentro da área delimitada como Sertões do Leste.

⁴⁴²CARRARA, Angelo Alves. Sertões do leste In: *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Sertões Brasileiros 1*. Volume 2. IBGE, 2006, p. 20-47.

Mapa 1
Sertões do Leste: localização

Fonte: Mapa da série Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 2.500.000. Adaptado; Malha municipal digital. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

Entre os autores e obras caracterizadoras dos “sertões do leste”, o “atlas” destaca: José de Alencar, com *O Guarani* e Dinah Silveira, com *A Muralha*, ambos caracterizadores do período da colonização; José de Alencar e *O Tronco do Ipê*, e Coelho Neto, com o *Rei Negro*, caracterizando a cultura africana no ambiente das fazendas; Rita Amélia e *O Coronel: o poder falível de um semideus* e Ruth Guimarães com *Água Funda*, representando o coronelismo; Graça Aranha com *Canaã*, e Agripa Vasconcelos e seu *Fome em Canaã*; e, enfim, Luiz Rufatto com uma trilogia⁴⁴³ sobre o processo de proletarização do homem do campo ao longo dos processos de modernização no século XX. É possível que a ausência aqui de Lima Barreto esteja relacionada à metodologia utilizada para a elaboração do Atlas, segundo a qual o ponto de partida foram as regiões geográficas e suas caracterizações, e não a literatura⁴⁴⁴. Somado a isso, reside a indicação de Lima Barreto como um autor associado a uma literatura de caráter mais urbano que fornece uma imagem da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. No entanto, entendemos que em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* reside uma relação entre o sertão e o litoral ou o campo e a cidade, e é sob essa perspectiva que caminhamos.

Nosso trabalho, que parte da reflexão do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* tomando como base a relação sertão (campo) e litoral (cidade), requer que aproximemos as ideias de sertão e subúrbio. Essa aproximação se faz necessária, tendo em vista que o tema *subúrbio* é presença constante na literatura de Lima Barreto e, evidentemente, é um dos temas centrais em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Uma peculiaridade desse romance, entre outras, consiste no fato de Lima Barreto tratar o subúrbio não só como o lugar dos mais pobres, mas também das classes média e alta. Vale ressaltar, portanto, que existe no romance um *subúrbio* mais próximo do *litoral*, e um outro *subúrbio* mais próximo do *sertão*.

443A trilogia de Luiz Rufatto em destaque no *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras* se agrupa sob o título de *Inferno Provisório* e se apresenta em três volumes: *Mamma, son tanto felice* (2005), *Mundo inimigo* (2005) e *Vista parcial da noite* (2006). RUFATO, Luiz. 2005a, 2005b e 2006. Ver: CARRARA, Angelo Alves. Sertões do leste In: *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Sertões Brasileiros 1*. Volume 2. IBGE, 2006, p.41.

444Em nosso trabalho procuramos atentar para um princípio teórico e metodológico anunciado por Marc Brosseau, no qual o autor enuncia a necessidade de não transformarmos a literatura em objeto de análise de uma forma, extremamente objetificada. Em outras palavras, o diálogo entre geografia (ciência) e literatura (arte) ocorre quando pesquisadores de uma determinada área científica nos permitimos encarar a literatura (arte) como sujeito. Entender a literatura como sujeito, e não apenas como um objeto de pesquisa, significa dar vazão às vozes que o texto literário possui, promovendo, dessa forma, o diálogo que, na perspectiva do autor, só pode acontecer entre sujeitos. Dessa forma, em nossa percepção preliminar, a metodologia e os princípios teóricos desenhados pelos elaboradores do atlas seguem um caminho diferente: partem do conteúdo geográfico presente na realidade desses “sertões” para depois demonstrar como podemos identificar representações dessas regiões e lugares nas obras literárias. Nosso objetivo consiste em trilhar o caminho contrário; em outras palavras, partimos do texto literário para identificar uma possibilidade de identificação do geográfico e de uma leitura geográfica da realidade. Ver: BROSSEAU, Marc. O romance: outro sujeito para a geografia In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p.79-121.

4.1. Sobre sertões e subúrbios

Inicialmente nos defrontamos com a seguinte indagação: qual subúrbio pode ser aproximado da categoria de sertão? Podemos generalizar essa relação para todos os subúrbios, levando em consideração a realidade da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil no fim do século XIX e início do século XX? Algumas informações se fazem importantes aqui.

O romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* foi inicialmente publicado sob a forma de folhetins no Jornal do Comércio, em 1911. No que diz respeito à edição e à publicação sob a forma de livro, apareceu em 1915 e foi financiada com recursos pessoais do próprio Lima Barreto⁴⁴⁵. Nesses termos é necessário cruzar o período de elaboração do romance em questão com o período de realização das expedições realizadas pelo Instituto Osvaldo Cruz (IOC), com o objetivo de pontuar a interseção entre o período áureo do debate sobre a questão sertão e litoral no Brasil e indicar uma possível incorporação desse debate em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Para realizar esse cruzamento é importante observar a tabela produzida por Nísia Trindade⁴⁴⁶ localizada no fim do seu capítulo “Missões ao interior e a interpretação de Brasil”. Ali, a autora demonstra que as expedições ou viagens promovidas pelo IOC se concentraram nos anos de 1912, ou seja, no período intermediário entre a publicação de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* na forma de folhetins e o momento posterior, em que ocorreu a publicação da narrativa como romance. Além disso, também é importante observar que as primeiras expedições se realizaram entre os anos de 1907 e 1909, período que antecedeu a formulação da narrativa sob a forma de folhetins.

Para melhor visualizarmos a interseção entre o momento em que se intensificou a realização de expedições sanitárias nas áreas rurais e os períodos de publicação de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* como folhetins e como romance, reproduzimos abaixo a tabela elaborada por Nísia Trindade⁴⁴⁷.

445Ver: SCHWARCZ, Lília. Numa “encruzilhada de talvez”: um grande romance aos pedaços In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011, p.13-55.

446LIMA, 2013, p.142-143.

447Ibidem, p.142-143.

Tabela 5 – Expedições Científicas do Instituto Oswaldo Cruz (1908-1922)

Expedição	Cientistas Responsáveis	Instituições Responsáveis	Período	Objetivos	Características do Relatório
Norte de Minas Gerais entre Lassance e Pirapora	Carlos Chagas Belisário Penna	Instituto Oswaldo Cruz e Estrada de Ferro Central do Brasil	1907-1908	Profilaxia antimalárica. Nela se dá a “descoberta” da doença de Chagas.	Descrição das medidas adotadas no combate à malária, no ano de 1907, com ênfase na administração de sais de quinina em doses adequadas aos doentes e na quinização preventiva de trabalhadores sãos.
Vale do rio Madeira	Oswaldo Cruz	Instituto Oswaldo Cruz e Madeira Mamoré Railway	1909	Profilaxia antimalárica.	
Vale do São Francisco e do Tocantins	Astrogildo Machado e Antônio Martins	Instituto Oswaldo Cruz e Estrada de Ferro Central do Brasil	Setembro de 1911 a fevereiro de 1912	Profilaxia antimalárica.	Não há registro de relatório, mas existem imagens fotográficas da viagem. Principal fonte pesquisada: Albuquerque et alii (1991).
Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás	Arthur Neiva e Belisário Penna	Instituto Oswaldo Cruz e Inspetoria de Obras contra as Secas	Janeiro a outubro de 1912	Estudo do quadro sanitário e das condições de vida e trabalho das populações locais. Pesquisa sobre a flora e a fauna da região, com ênfase em seu interesse médico.	Principal documento no que se refere a observações de interesse sociológico. Ênfase no isolamento e abandono a que eram relegadas as populações rurais do país. Relatório publicado (Penna & Neiva, 1916).
Ceará e norte do Piauí	João Pedro de Albuquerque e José Gomes Faria	Inspetoria de Obras contra a Seca	Março a julho de 1912	Estudo do quadro sanitário e das condições de vida e trabalho das populações locais. Investigações científicas de acordo com as linhas de pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz.	Não há notícia de relatório ou diário de viagem, restam apenas registros fotográficos (cf. Albuquerque et alii 1991).
Rio São Francisco e alguns de seus afluentes	Adolfo Lutz e Astrogildo Machado	Instituto Oswaldo Cruz e Inspetoria de Obras contra	Abril a julho de 1912	Estudo da fauna da região, prejudicado	Ênfase no atraso da região, apontando fatores como raça, clima e distância em relação ao litoral. Relatório publicado (Lutz & Machado, 1915).

		as Secas		devido à estação seca. Estudo das condições sanitárias, de trabalho e de vida das populações ribeirinhas.	
Vale do Amazonas	Carlos Chagas, João Pedroso e Pacheco Leão	Instituto Oswaldo Cruz e Superintendência de Defesa da Borracha.	Outubro de 1912 a março de 1913	Estudos médicos visando ao desenvolvimento da região.	Observações sobre as principais doenças, a decadência de algumas cidades; condições de trabalho nos seringais; prescrição de medidas sanitárias destinadas à prevenção e ao controle de doenças nos seringais. Relatório publicado (Cruz, 1913).
Rio Paraná e Assunção, com volta por Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande	Adolfo Lutz, Souza Araújo e Olympio da Fonseca Filho	Instituto Oswaldo Cruz e Governo do Paraná	Janeiro a março de 1918	Estudos de geografia médica.	Descrição do quadro sanitário das diversas localidades visitadas, ênfase na relação entre clima e estado sanitário. Observações sobre as condições de vida e trabalho das populações locais.
Estado de Mato Grosso	Lauro Travassos, César Pinto e Júlio Muniz	Instituto Oswaldo Cruz	1922	Pesquisas parasitológicas médicas e veterinárias.	Referência à vida do homem no Pantanal, relacionando-se ao ritmo das cheias dos rios. Relatório publicado (Travassos et alii, 1927).

A observação da tabela leva à constatação de que o período no qual as expedições comandadas pelo Instituto Oswaldo Cruz junto a outras instituições coincide com aquele em que Lima Barreto publicou *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, na forma de folhetins e livro. Com base nisso, percebemos a possibilidade de cruzar a relação sertão e litoral produzida pela ciência médica – trabalhada por Nísia Trindade – com a forma como essa mesma relação é representada no livro de Lima Barreto. Em outros termos, é nosso objetivo promover uma aproximação entre as realidades narradas em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* das realidades produzidas pelo discurso médico (científico) no período histórico de elaboração do livro.

É necessário ressaltar dois fatores biográficos que contribuem para essa argumentação: primeiro, o fato de Lima Barreto não ter saído muitas vezes do Estado do Rio de Janeiro⁴⁴⁸ – sua característica errante está mais circunscrita à cidade do Rio de Janeiro e ao que hoje podemos chamar de porção Leste da Baía de Guanabara, mais especificamente Niterói⁴⁴⁹. É igualmente importante destacar que, além de ler os jornais da época, o autor fazia recortes dos textos ou matérias que fossem de seu interesse e colava-os em um caderno, em que fazia

448 BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto, 1881-1922*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981.

449 Lima Barreto estudou no Liceu Popular de Niterói. Para mais detalhes, C.f.: Ibidem.

anotações⁴⁵⁰. Em outro momento, esses textos de jornal, “reeditados” em seu caderno, serviam de matéria-prima para a elaboração de seus romances. Alguns comentadores de sua obra vão dizer que seu método de escrita envolve uma compreensão jornalística e crítica da realidade. Assim, os primeiros textos de Lima Barreto publicados na imprensa (oficial) foram reportagens elaboradas a partir do desmonte do Morro do Castelo e que logo se tornaram obra de ficção⁴⁵¹. Desde seus primeiros textos, a realidade ficcional e não ficcional se unificam e, por isso, seus escritos constituem valiosas fontes de pesquisa com vistas a resgatar o período da Primeira República, seja no que diz respeito às relações históricas, seja nas relações temporais, como as questões geográficas ou espaciais.

Nesse sentido, vale indicar que o “sítio do sossego” onde o personagem Policarpo Quaresma vai tentar restabelecer sua “saúde mental” e refazer os seus projetos para o Brasil, fica ficcionalmente localizado no município de Curuzu. Com base nessa informação, consultamos o mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro⁴⁵² e identificamos que Curuzu é um bairro do município de Itaboraí que faz limite com a cidade de São Gonçalo. Nessa perspectiva, é importante destacar que Lima Barreto, em seu *Diário Íntimo*, faz referência à cidade de São Gonçalo⁴⁵³ ao relatar a ida ao lugar em razão de um convite para uma visita à casa de um colega de trabalho (Uzeda). Ao visitar o município de São Gonçalo, além de nos contemplar com uma interessante descrição (imagem) da cidade, Lima Barreto nos informa que seus ancestrais brancos, os “Pereiras de Carvalho”, foram fazendeiros e foi em sua fazenda que sua bisavó foi escrava.

10 de fevereiro (1908)

Fui ontem a São Gonçalo. É um município limítrofe ao de Niterói. Fui a casa do Uzeda. Uzeda é um segundo oficial da Secretaria de Guerra, casado com uma professora pública do lugar. Embarquei às oito e meia no Largo do Paço; fazia uma manhã quente e feia, ensombrada de nuvens. Encontrei o Pinho, um meu antigo colega da Escola Politécnica. Vinha de exercícios práticos. Soberbamente insuportável. Indagando da produção do município, não soube me informar com simplicidade. Atribui a falta da lavoura à indolência do povo. Tive vontade de perguntar se êle, engenheiro, tendo estudado a química, a física e a história natural, dava um exemplo salutar, cultivando o sítio onde morava. Calei-me, e foi dizendo bobagens. Fez uma crítica severa às tarifas do Tramway Rural Fluminense. É isto uma pequena estrada de ferro, com carros abertos ao jeito dos bondes, que liga as Neves ao município de São

450 BARBOSA, 1981.

451 RESENDE, Beatriz. *O subterrâneo do Morro do Castelo: um folhetim de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Dantes Livraria Editora, 1997.

452 Ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=3301900>

453 BARRETO, 1956, vol. XIV, p.130.

Gonçalo. É uma coisa tôska, necessariamente exigindo para a sua manutenção uma série de medidas empíricas, que a prática dita; o idiota do Pinho quer que ela se guie pelos princípios tarifários que regem os fretes das grandes vias-férreas. Disse-me coisas proveitosas, que, por exemplo – o esforço da tração era o mesmo na descida que na subida. É profundo.

As Neves não tiveram, para os meus olhos, nada de notável. Têm o aspecto comum dos nossos postos afastados e edificadas. Casas baixas, pintadas de azul, de oca; janelas quadradas; espessas escadas de tijolos e pedras, que dão acesso a portas baixas; fisionomias indolentes de homens pelas portas das vendas; mulheres: negras, brancas e mulatas – tristes, de longos olhares, em que a desejos de volúpias e sonhos de festas, de bailes fantásticos, de envolvedoras agitações de todo o corpo, capazes de as fazerem esquecer e quebrar a monotonia daquela vida pobre e triste que levam, tão parecida ainda com a senzala, em que o chicote disciplinador de outrora ficou transformado na dureza, na pressão, na dificuldade do pão nosso de cada dia.

Tomei o *tramway*. Fui vendo o caminho. A linha é construída sobre a velha estrada de rodagem. **Em breve, deixamos tôda a atmosfera urbana, para ver a rural**⁴⁵⁴. Há casas novas, os *chalets*, mas há também as velhas casas de colunas heterodoxas e varanda de parapeito, a lembrar a antiga lavoura. Corre o caminho por entre as colinas, há pouca mata, laranjeiras muitas, algumas mangueiras.

Eu olhando aquelas casas e aqueles caminhos, lembrei-me da minha vida, dos meus avós escravos e, não sei como, lembrei de algumas frases ouvidas no meu âmbito familiar, que me davam vagas notícias das origens da minha vó materna, Geraldina. Era de São Gonçalo, de Cubandê, onde eram lavradores os Pereiras de Carvalho, de quem era ela cria.

Quando buscamos uma geografia humana no diálogo com a literatura, não podemos deixar de lado os homens ou o humano para nos ater às coisas. Por isso, é importante destacar a reação negativa de Lima Barreto à associação que o colega do tempo da Escola Politécnica, “Pinho”, faz entre a “indolência do povo” e a “falta da lavoura”. Destacar esse dado é importante, já que a relação entre a indolência ou preguiça do povo e a ausência de produção agrícola será explorada em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, mais especificamente na segunda parte do livro, quando Policarpo Quaresma se refugia no “Sítio do Sossego”. A personagem Olga, afilhada de Policarpo e filha do rico empreiteiro Coleone, sofre uma espécie de epifania ao se defrontar com o quanto é equivocada a relação direta entre a “indolência do povo” e a “falta de lavoura”⁴⁵⁵. Para não perdermos de vista nossos objetivos iniciais – a relação entre subúrbio e sertão –, é relevante destacar que as considerações realizadas por Lima Barreto sobre São Gonçalo são anotações de “1908”, mesmo ano da “descoberta” da “doença de Chagas” – fato que ganhou imensa notoriedade na imprensa nacional e internacional.

454Grifo nosso.

455Desenvolveremos melhor esse ponto no próximo capítulo.

Nesse sentido, o trecho também nos permite observar que a crítica de Lima Barreto aos doutores ou bacharéis tão colocados em evidência pela sociedade e aristocracias da época é constante. E o autor é extremamente irônico ao comentar a observação do colega da Escola Politécnica, que repete para Lima Barreto conhecimentos sobre física. A resposta é irônica e ácida: “É profundo”. Além disso, notamos o destaque que o romancista dá às características rurais do lugar, que logo suplantam as urbanas: “Tomei o *tramway*. Fui vendo o caminho. A linha é construída sobre a velha estrada de rodagem. Em breve, deixamos tôda a atmosfera urbana, para ver a rural”. Nesses termos, o trecho ajuda a confirmar a presença de características rurais ou sertanejas em áreas bem próximas dos centros urbanos, o que nos ajuda a pensar a relação entre os subúrbios e os sertões.

Por último, Lima Barreto evoca sua ancestralidade negra e escrava ao resgatar, a partir de memórias da infância, que seus ancestrais estiveram por aquelas terras. Ao apurarmos o olhar sobre as informações contidas nesse trecho de suas anotações, é possível ver como o autor associa a sua ancestralidade relacionada aos negros (escravos), mas também aos proprietários de terra (Perreiras de Carvalho).

Não constitui nosso objetivo cotejar os dados da realidade científica com a realidade ficcional, mas mostrar que Lima Barreto não frequentou apenas os subúrbios ou os sertões da porção Oeste da Baía de Guanabara⁴⁵⁶, mas visitou alguns recônditos da porção Leste – além de Niterói, também esteve em São Gonçalo, até onde seus escritos permitem identificar. Assim, podemos afirmar que Lima Barreto teve acesso a lugares ou regiões que se encontram mais afastados dos centros modernizados, iluminados, reformados, saneados e normatizados. Dessa forma, geograficamente falando, é possível perceber uma aproximação entre as ideias de sertão e do subúrbio na realidade ficcional apresentada pela obra de Lima Barreto, mais especificamente em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. O “Sítio do Sossego”⁴⁵⁷ revela essa aproximação de forma mais denotativa por ser uma área rural e de forma mais conotativa os bairros suburbanos citados no romance, tais como Benfica, Todos os Santos, Méier, Piedade e Riachuelo, todos presentes na narrativa em questão.

Dessa forma, a ideia que discutimos no segundo capítulo – em que apontamos a presença de uma “equação geográfica” no pensamento social da Primeira República – ganha

456O autor Lima Barreto também residiu uma parte de sua vida na Ilha do Governador, onde seu pai era administrador de uma colônia de alienados. Ver: BARBOSA, 1981.

457Vale lembrar que, de acordo com a narrativa, o Sítio do Sossego fica localizado no município do Curuzu, ou seja, está fora da cidade do Rio de Janeiro. Lima Barreto, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, através do narrador, fornece algumas informações sobre o tempo de deslocamento entre o município e a cidade do Rio de Janeiro: “Não havia três meses que viera habitar aquele lugar, a duas horas do Rio, por estrada de ferro, após ter passado seis meses no hospício da praia da Saudade. Saíra curado? Quem sabe lá? ”. In: BARRETO, 2011, p.176.

um contorno específico ao afirmarmos que no “movimento pendular” que o personagem Policarpo faz de São Cristóvão – subúrbio de classe média da cidade do Rio de Janeiro – para Curuzu – “município” onde fica localizado o “Sítio do Sossego” – e em seu retorno para a cidade do Rio de Janeiro há a possibilidade de desenvolvermos uma interpretação com base na relação sertão e litoral ou campo e cidade. São Cristóvão não é o caso mais emblemático de subúrbio em sua acepção mais clássica, já que se trata de um antigo bairro Imperial onde residia à época do romance uma determinada classe média suburbana que é identificada pelo próprio Lima Barreto. Na interpretação mais clássica de subúrbio, os outros arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, presentes no romance, tais como, Benfica, Riachuelo, Méier, Todos os Santos⁴⁵⁸ e Piedade, estão mais próximos do que atualmente chamamos de subúrbio. Esses últimos bairros, tendo em vista o contexto espacial do final do século XIX, já eram consideradas áreas suburbanas e, em nossa reflexão, podem ser aproximados da ideia de sertão já trabalhada. As características objetivas que podem aproximar os subúrbios dos sertões estão associadas à escassez dos aparatos urbanos e recursos técnicos disponíveis naquele momento, a exemplo da falta de calçamento e iluminação pública, da precariedade em relação aos transportes, da ausência de saneamento básico, entre outros quesitos, que a partir do início do século XX ficam mais restritos às áreas centrais do Rio de Janeiro, já prontamente modernizadas e civilizadas pela reforma Pereira Passos⁴⁵⁹. Vale lembrar que o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* foi escrito e publicado na metade da segunda década do século XX, o que indica que Lima Barreto tem acesso à realidade dos subúrbios do

458Esse último bairro suburbano serviu de residência para Lima Barreto boa parte de sua vida. Ver: BARBOSA, 1981.

459De acordo com Maurício de Abreu, a reforma Pereira Passos sacramenta o subúrbio como o lugar da população pobre: “A reforma Passos foi também importante em três outros aspectos. Em primeiro lugar, ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sobre novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade. De fato o alargamento das ruas centrais e a abertura de novas artérias, que atravessaram preferencialmente as velhas freguesias artesanais e industriais 'destruiu os quarteirões de cortiços, habitados pelos proletários, e os armazéns e trapiches dos bairros marítimos, numa extensão de aproximadamente 13ha'. Grande parte da população foi então forçada a morar com outras famílias, a pagar aluguéis altos (devido a diminuição da oferta de habitações) ou mudar-se para os subúrbios, já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo Estado em substituição às que foram destruídas”. (...) “Finalmente, o período Passos também se constituiu um exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização que surge. E a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela. O Morro da Providência, por sinal, já era conhecido como morro da favela desde 1897, quando passou a ser habitado por militares de baixa hierarquia retornados de Canudos. A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego”. Ver: ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2010, p.63-66.

fim do século XIX e do início do século XX e unifica essas percepções no momento histórico em que situa o romance – final do século XIX durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894).

A reflexão de Nísia Trindade⁴⁶⁰ faz uma interessante ponte entre a origem sertaneja da palavra favela e as aglomerações urbanas (favelas) que recebem essa denominação: “a palavra favela tem origem em uma planta do mesmo nome que, por sua abundância, designava um dos morros de Canudos e passou a nomear o morro do Rio de Janeiro para onde vieram soldados que haviam combatido os seguidores de Antônio Conselheiro”. “A generalização do termo para aglomerados urbanos de característica semelhante, no início do século XX”, complementa mais adiante, “faz pensar nesse encontro ainda hoje tenso e polêmico entre Canudos e civilização urbana; entre sertão e cidade (...). O sertão – o 'Brasil velho' – traz em si o moderno”. Fica evidente aqui mais uma camada de relação dos possíveis diálogos em torno das definições de sertão, litoral, campo e cidade. Para a compreensão dessas camadas, devemos entender o litoral como sendo as cidades onde os processos de modernização foram realizados e que podem ser exemplificados pela reforma Pereira Passos. Tentou-se, por meio de tais reformas, uma aproximação entre esses espaços urbanos e os padrões urbanísticos europeus; a todo custo buscou-se eliminar o seu oposto – as doenças, os pobres e os negros – e afastar todos os padrões que não pudessem acompanhar o novo modelo de cidade: os cortiços, os morros (favelas) e os mais pobres, negros ou não. É importante observar que essas reformas urbanas não constituíram apenas uma mudança na forma como as pessoas se portavam ou se vestiam, mas também no modo como projetavam suas vidas e a si mesmas na cidade⁴⁶¹. Nesse sentido é necessário falar não apenas em modernização, mas em modernismos que começavam a habitar – de forma extremamente diversa – a cabeça de nossos intelectuais e habitantes da cidade. Assim, o sertão, o rural, o campo são os lugares ou as regiões do atraso em relação ao litoral e à cidade. No entanto, o sertão traz em si a possibilidade do novo, e o novo reside na cidade, no urbano, no litoral e é indispensável entender que a cidade só consegue se “modernizar” porque em algum momento conseguiu avançar em alguns elementos em relação ao seu “outro geográfico”⁴⁶², o campo⁴⁶³.

460LIMA, 2013, p.37.

461O trecho do *Diário Intimo*, de Lima Barreto, sobre a visita que Lima Barreto faz a São Gonçalo, mostra um pouco a forma como as mulheres idealizavam sua vida e como isso entrava em conflito com a realidade vivida por elas: “mulheres: negras, brancas e mulatas – tristes, de longos olhares, em que a desejos de volúpias e sonhos de festas, de bailes fantásticos, de envolvedoras agitações de todo o corpo, capazes de as fazerem esquecer e quebrar a monotonia daquela vida pobre e triste que levam, tão parecida ainda com a senzala, em que o chicote disciplinador de outrora ficou transformado na dureza, na pressão, na dificuldade do pão nosso de cada dia.” BARRETO, 1956, p.130.

462MORAES, 2009 e AMADO, 1995.

463Não podemos esquecer que nesse momento o Brasil tirava sua principal fonte de riqueza do campo, das áreas

Em outro trecho, Nísia Trindade⁴⁶⁴ amplia as significações que podemos atribuir ao sertão e ao fim indica a relação com os subúrbios do Rio de Janeiro:

Não obstante as diferenças de paisagens entre os sertões do semiárido nordestino e a selva amazônica com sua exuberância, é possível destacar um ponto de unidade entre o texto de *Os Sertões* e o conjunto de escritos sobre a Amazônia. Em todos, há a denúncia do drama da civilização brasileira. O que já se verificara no livro épico sobre a Guerra de Canudos torna-se mais evidente: o contraste, por vezes oposição, entre as civilizações do litoral e dos sertões e entre o plano concebido da ciência e o contato com o mundo desconhecido. Essa afirmação ganha sentido se levarmos em conta que, no fim do século XIX e início do século XX, o termo era concebido como um dos polos de dualismos que contrapõe o atraso ao moderno, analisado, com frequência, como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro polo, litoral não significa apenas a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização. Esse sentido metafórico evidencia-se na diversidade de lugares e contextos que o termo foi utilizado: para nomear o interior da capitania de São Vicente; o Oeste paulista nas primeiras décadas do século XX; a Amazônia; a cidade do Recife; a capitania de Minas Gerais; a ilha de Santa Catarina; áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros; o Norte de Goiás e mesmo os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro.

A partir da reflexão acima, reforçamos a plasticidade do sertão como uma categoria e tornamos viável a possibilidade de aproximar os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, tão presentes na obra de Lima Barreto, da categoria de *sertão*. Notadamente no caso de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o narrador cria como protagonista de sua narrativa um personagem que reside em São Cristóvão. Nesse sentido, ao nos determos aos espaços urbanos e suburbanos da época, observamos que o contraponto maior com o espaço civilizado (litoral) não deve ser buscado no subúrbio de classe média onde Policarpo reside, mas nas outras áreas suburbanas citadas no romance: Todos os Santos, Piedade, Benfica entre outros. Essas áreas suburbanas também servem de contraponto ao espaço civilizado da classe média suburbana de São Cristóvão⁴⁶⁵. No entanto, entendemos que o confronto entre a cidade modernizada e os subúrbios não constitui o principal contraponto elaborado por Lima Barreto

rurais. O país, durante a Primeira República, não deixa de se configurar como um país agrário-exportador, e sua economia dependia muito da produção e da exportação do café.

464 LIMA, 2009, p.113.

465 De acordo com Maurício de Abreu, desde o fim do século XIX, com a abolição da escravatura e a proclamação da República, o bairro de São Cristóvão começa a perder o *status* de bairro nobre para Botafogo: “O bairro de São Cristóvão, entretanto, começava nessa época a mudar de aparência e conteúdo. Durante algum tempo São Cristóvão foi grande rival de Botafogo como área residencial das classes abastadas da cidade. Na década de 1880 usufruía inclusive de vantagens que Botafogo ainda não possuía, já que se beneficiava do melhor sistema de fornecimento de água do Rio de Janeiro. Era servido também por sistemas de esgoto, estendidos pela Companhia *City Improvements*, embora, neste caso, o mesmo tivesse acontecido em direção às freguesias da Glória, Engenho Velho e Lagoa. Rapidamente, entretanto, essa rivalidade acabou, passando Botafogo a ser, mesmo antes da proclamação da República, incontestavelmente o mais procurado pela aristocracia estrangeira ou pela alta burocracia brasileira para moradia”. ABREU, 2010, p. 45-46.

em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, mas a relação entre sertão e litoral ou campo e cidade. O autor vai se dedicar mais a essa questão na segunda parte do livro, quando Policarpo Quaresma muda de residência, sai da cidade do Rio de Janeiro e do bairro de São Cristóvão e vai morar no município de Curuzu, onde compra o “Sítio do Sossego”⁴⁶⁶.

Nesse sentido, quando adotamos a chave analítica que envolve as relações entre sertão e litoral, além da constatação de uma intervenção de Lima Barreto no debate sobre campo e cidade, tão em voga a partir da publicação do livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões* em 1902, também nos vemos a possibilidade de ampliação do espectro analítico do autor, cuja escala alcança o Brasil expresso através das relações entre o campo e a cidade.

Entendemos que o isolamento dos mais pobres, a falta de acesso à educação, à saúde e à moradia adequadas observados por Euclides da Cunha em *Os Sertões* ao visitar o arraial de Canudos, são presenciados cotidianamente por Lima Barreto nos subúrbios e estão representados em sua literatura pelos subúrbios/sertões cariocas/fluminenses. Para Lima Barreto, não foi necessário ir tão longe para observar a desgraça da maior parte de nossa população, independentemente de sua composição étnica, sertaneja, “mulata” ou negra, tal como no caso de Euclides da Cunha.

Heloisa Starling⁴⁶⁷ retoma a ideia de *sertão*, e sua relação com a “imaginação”, a “simbolização” e a “invenção”, na tentativa de repensar a fundação de uma perspectiva republicana no Brasil. Para isso a autora faz uma análise dos romances de Euclides da Cunha (*Os Sertões*), de Graciliano Ramos (*Vidas Secas*) e de Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*). Desse modo, contribui também para o entendimento mais plástico⁴⁶⁸ da categoria

⁴⁶⁶Ver Angel Rama, em seu livro *Cidade das Letras*. O autor demonstra as contradições existentes entre a “cidade das letras”, idealizada, pensada e executada por intelectuais das diversas áreas, e a “cidade real”, que se apresentava apartada dos processos de modernização e modernismos. Nesses termos, tentando aproximar mais os casos trabalhados por Angel Rama do Rio de Janeiro e de Lima Barreto, podemos fazer a seguinte proposição. O questionamento à “cidade das letras” se dá em dois momentos. O primeiro momento se estabelece quando a geração de 1870, mais amparada pelas reflexões de cunho científico comuns à época (positivismos, determinismos e evolucionismos), faz um questionamento e uma crítica dura à forma como o nosso Romantismo (francês) tentou criar uma imagem de nação. Essa mesma geração, mais próxima do discurso científico, vai engendrar as literaturas de cunho realista e naturalista mais sensível a esse tipo de discurso, com o intuito de se diferenciar do Romantismo. Essa geração, que fez a crítica à “cidade das letras” estabelecida pelo Romantismo, restabelece uma nova “cidade das letras”, agora amparada pelo discurso científico e acompanhada de seus modernismos e modernizações ou em uma nova forma de conceber o mundo e de agir sobre ele. A partir de nossa interpretação do livro de Angel Rama, entendemos que Lima Barreto faz parte da geração de intelectuais que vai fazer a crítica a essa nova concepção de cidade e de literatura, apoiada na ciência e em seu discurso, cujos processos de modernização podem ser exemplificados pela reforma Pereira Passos e de modernismo, pelas literaturas estabelecidas e reconhecidas pelo *establishment* político e cultural, tal como a literatura parnasiana, alvo das críticas de Lima Barreto devido a seu gramaticalismo. Há uma ambivalência interessante em Lima Barreto: ao mesmo tempo que critica a ciência de sua época – *Diário do Hospício* (2010) –, também mobiliza argumentos e autores associados à formulação dos discursos científicos para reforçar seu projeto de literatura – *Impressões de Leitura* (1956, vol. XIII). Ver: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015, p.69-91.

⁴⁶⁷STARLING, 2008, p.133-147.

⁴⁶⁸Num primeiro momento, Heloisa Starling expõe uma reflexão sobre sertão: “No caso da palavra *sertão*, o

*sertão*⁴⁶⁹ ao desenvolver uma reflexão sobre os “párias” ou “desterrados” em sua própria terra. O debate que Starling promove possibilita o questionamento sobre quem são os “párias” e os “desterrados” no Brasil. Os párias, segundo nosso entendimento, constituem a fatia da população brasileira que, apesar de fazer parte de uma nação, não consegue desenvolver a consciência de pertencimento a seu país. E esse evento, na maioria das vezes, está associado ao fato de viver a par das condições materiais (econômicas) e imateriais (educação) que permitem imaginar, inventar e viver um projeto de nação. Em síntese, os párias são os excluídos, os marginalizados, os desclassificados presentes em nossos sertões ou subúrbios.

A reflexão acerca da condição dos desterrados remete diretamente ao personagem principal do romance em análise, o major Policarpo Quaresma, e à relação com seu criador, Lima Barreto. Inicialmente, é necessário salientar que a condição de “desterrado” se diferencia do *status* de “pária”. O primeiro desenvolve uma noção de pertencimento à pátria, à nação ou à terra, sem que, no entanto, o projeto e concepção de nação do indivíduo encontre rebatimento em seus pares ou em sua “comunidade imaginada”⁴⁷⁰. Dessa forma, tendo em vista o desenvolvimento da condição de desterro, pensamos que é possível aproximar o criador (Lima Barreto) da criatura (Policarpo Quaresma). É comum, entre os críticos e historiadores da literatura, a constatação de que, como intelectual negro e pobre que era, Lima Barreto não obteve reconhecimento de sua obra em vida⁴⁷¹. Em razão disso, as obras

conceito revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social. E revela igualmente o melhor modo para entender essa figuração ambígua do Brasil, essa paradoxal metáfora de uma comunidade nacional construída longe da *doxa*, distante daquilo que é comum: um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância, entre república e corrupção, entre desigualdade e democracia, entre primeiro e quarto mundo”. A partir dessa reflexão, percebemos como a autora utiliza a ideia de sertão como uma metáfora que pode auxiliar na leitura e interpretação das ambivalências comuns ao Brasil, aos seus “governantes” e “cidadãos”. A autora contribui também para a configuração do sertão como uma espécie de “outro geográfico”, ao afirmar: “Desde então, seu sentido encontra-se articulado por uma dupla rede de significação: de um lado, sertão indica processo de formação de um espaço interno, a perspectiva do interior; de outro lado, *sertão* traduz a configuração de uma realidade política: a condição do desterro, a ausência de leis, a precariedade de direitos, a inexistência da ordem”. Em nossa compreensão, as características relacionadas “à configuração de uma realidade política”, permitem uma aproximação entre o sertão e o subúrbio. Ver: STARLING, 2008, p. 133-134.

469No resumo do seu texto, Heloisa Starling trata a ideia de sertão como conceito: “Para tanto pretende retomar as formulações sobre o conceito de *sertão* gerado no interior da imaginação histórica e literária brasileira como um dos caminhos possíveis para a interpretação da República e de seus ideais normativos”. Ibidem, p.133. Em nosso entendimento não há nenhum demérito em indicar a ideia de *sertão* como sendo um conceito; entendemos que essa pontuação não interfere na qualidade da reflexão da autora. No entanto, sentimos-nos mais contemplados com a reflexão de Janaína Amado, que trata a ideia de *sertão* como sendo uma categoria. Pela plasticidade do termo, sertão, entendemos que a ideia de categoria se aplica com mais precisão em relação à noção de conceito, que traduz uma unidade de pensamento mais delimitada. AMADO, 1995.

470Para se apropriar do termo trabalhado por Benedict Anderson em seu estudo sobre as nações, os nacionalismos e a constituição das nacionalidades. Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

471BOSI, 1997; e CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

publicadas durante a vida do autor ficaram aquém das expectativas do que se considerava boa literatura. Nesse sentido, tanto o projeto de literatura quanto o projeto de nação que se tornaram predominantes no período em que Lima Barreto viveu, não encontram ressonância em sua pessoa e em sua obra; o autor foi um crítico feroz da Primeira República e da literatura reconhecida em seu tempo. Dessa forma, podemos afirmar que Lima Barreto foi um “desterrado” em sua própria terra⁴⁷². Além disso, podemos ressaltar que enquanto uma parte da literatura se voltava para a *belle époque* carioca, o autor se concentrava nos subúrbios e nas contradições presentes em nossos modernismos (literatura) e modernizações (cidade). Em outras palavras, apesar de Lima Barreto ter tido acesso às condições que possibilitaram que ele se tornasse escritor capaz de inventariar e/ou imaginar através de sua literatura, um projeto de nação que articulasse indivíduo e sociedade, não conseguiu transplantar essa visão para uma comunidade mais ampla ou mesmo para a “cidade letrada”⁴⁷³ comum ao seu período.

Com efeito, a aproximação entre Lima Barreto e Policarpo Quaresma é ambivalente, porque ao mesmo tempo que o personagem se aproxima da biografia do autor, tem-se também uma crítica desse autor às aspirações nacionalistas, ufanistas e, por isso, ilusórias. Nestes termos, tendo em vista essa diferenciação narrativa, também podemos visualizar a condição de desterro em Policarpo Quaresma. Tal como ocorrido com seu criador, todas as tentativas de Policarpo para implementar seus projetos relacionados às reformas das instituições e à formulação de um novo projeto de nação fracassam. Policarpo Quaresma tenta se aproximar da cultura popular para estabelecer o que seria a nossa origem cultural, mas não obtém êxito; tenta implementar o Tupi como língua nacional, sem sucesso; pretende provar que as terras brasileiras são as mais férteis do mundo, o desfecho é decepcionante; por último sai em defesa do governo republicano de Floriano Peixoto e nesse empreendimento consegue realizar o seu último triste fim. Nesse sentido, os desterrados são os degradados, deportados, exilados, expatriados e proscritos. Tais sentimentos podem ser identificados na biografia de Lima Barreto e em seu personagem Policarpo Quaresma. Em linhas gerais, as noções de pária e

472Joel Rufino faz uma aproximação entre Lima Barreto e Mario de Andrade que reforça a ideia de “desterro”, além disso, também enfatiza o modernismo presente na literatura do primeiro autor: “Barreto e Mário se sentiam, no fim da vida, cada vez mais estranhos na própria terra – mas é curioso que isto não acontecesse com Graciliano, apesar de ideologicamente mais definido e de temperamento melancólico. Se sentiram divididos, os três, entre o emprego público (inferior em Lima e Graciliano quando velho, superior em Mário) e a nova identidade de intelectual (uma especialização do mercado de trabalho, não mais corporação de notáveis) que lhes pedia autonomia com relação ao Estado e ao mercado. Lima, de fato, tanto como ficcionista quanto o colaborador de jornais operários, está na origem da nossa sociedade civil, e não apenas por seu azedume pessoal contra Floriano Peixoto (em sua obra desliza a primeira crítica forte à 'via prussina', que seduziria tragicamente Raul Pompéia)”. Ver: SANTOS, Joel Rufino dos. *Quem ama literatura não estuda literatura: ensaios indisciplinados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008, p.179.

473RAMA, 2015.

desterrado que Heloisa Starling observa em Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa também podem servir de base para a leitura da obra *Triste Fim de Policarpo*⁴⁷⁴ *Quaresma*, de Lima Barreto⁴⁷⁵. Não obstante a isso, é necessário reforçar que Lima Barreto está mais atento a condição dos suburbanos e dos negros do que a dos sertanejos.

Heloisa Starling⁴⁷⁶ explicita a sua forma de aproximar as ideias de *sertão* e *subúrbio*:

Terra de párias e de desterrados, no subúrbio, o sertão, por maior que seja, é o que não se vê: fundo arcaico projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e o que é aparentemente o seu avesso, uma cidade brasileira qualquer e todas as outras cidades do país, a que se deixou perder de seus princípios civis e a que já é apenas degradação de seus lugares públicos, a cidade concebida para expressar a modernização e a periferia miserável que fixou seu perfil. Ou, no argumento do próprio Guimarães Rosa: “Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais adiante, territórios” (Rosa, 1994a: 697).

A reflexão de Heloisa Starling no que diz respeito as noções de “párias” e “desterrados” extrapola em muito o período de vida de Lima Barreto (1881-1922), tendo em vista autores e/as obras utilizadas em sua análise. No entanto, ao olharmos para o mundo suburbano de Lima Barreto conseguimos visualizar algumas desigualdades e contradições sociais que se agravaram ao longo do século XX.

474De acordo com Joel Rufino: “Policarpo Quaresma é um Macunaíma sem o poder da simultaneidade (o 'conteúdo de idéias' do Modernismo é a velocidade) conferido pelo cinema, o rádio, o telefone, o automóvel, o avião: não podia saltar na mesma página da Amazônia para São Paulo. Depois de humilhado pela saúva e o coronelismo, é fuzilado por colocar a cidadania acima da pátria, esta é a questão de fundo do livro (...)”. Vale dizer que Policarpo Quaresma só compreende a “cidadania” como algo mais importante que a “pátria” no final do livro, e quando tenta agir em prol dessa nova consciência, é morto. In: SANTOS, 2008, p.179.

475Vale lembrar que Lima Barreto é coetâneo de Euclides da Cunha. Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

476STARLING, 2008, p.144.

4.2. O conceito carioca de *subúrbio/sertão* em Lima Barreto

O “o conceito carioca de subúrbio” parte aqui das reflexões de Nelson Nóbrega⁴⁷⁷ sobre as transformações na definição de subúrbio entre o fim do século XIX e início do século XX. Essa definição está relacionada à forma como uma porção da cidade vai ser encarada pelas elites sociais, pois até a transição entre os séculos XIX-XX o subúrbio era majoritariamente ocupado pelas classes médias e altas que fugiam da densidade populacional dos centros das cidades, da proximidade com as classes sociais mais pobres, da insalubridade e das doenças. Frequentar outros ares era uma prescrição médica e fazia bem a saúde⁴⁷⁸.

As reflexões de Nelson Nóbrega pertencem a compreensão de que até o início da Primeira República (1889-1930) os subúrbios eram ocupados, majoritariamente, pelas classes mais abastadas. Essa perspectiva é interessante porque relativiza a ideia que consagra o subúrbio como lugar “natural” das classes mais pobres que estenderam a sua ocupação ao longo das linhas de trem. E é esse o conceito de subúrbio que começa a surgir no Rio de Janeiro no início do século XX, que aos poucos vai se sobrepor à ideia de subúrbio como área de ocupação das classes médias e altas para “vilegiatura”. O pesquisador aproxima a definição “carioca de subúrbio” da narrativa desenvolvida por Lima Barreto, mais especificamente do livro “Clara dos Anjos”, em que o literato afirma que “o subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba [Deodoro], tendo por eixo a linha de ferro da Central (Lima Barreto, sd. p.107)”⁴⁷⁹.

477FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p.19-68.

478De acordo com Maurício de Abreu: “Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos. Além dos morros havia apenas alguns tentáculos, que se dirigiam aos 'sertões' do sul, do oeste e do norte”. In: ABREU, 2010, p.35.

479O trecho destacado por Nelson Nóbrega se encontra no livro *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto e é o início da parte VII do livro. Ver: FERNANDES, op. cit., p.125 e BARRETO, 1995. Em nossa compreensão, a partir da pesquisa realizada por esse autor, podemos afirmar que há uma definição de subúrbio em Clara dos Anjos e essa definição é uma das primeiras representações da definição “carioca de subúrbio”. Aqui o subúrbio tem atribuições negativas, muitas delas associadas à ausência dos aparatos urbanos: calçamento, iluminação, transporte, etc. Além disso, mais adiante, Nelson Nóbrega destaca uma informação sobre a escola de samba Mangueira que ajuda a afirmar a “concepção carioca de subúrbio” presente em *Clara dos Anjos*: “Na realidade Mangueira é a quarta estação a partir do centro, por isto quando os mangueirenses afirmavam que sua estação era a 'primeira' estava implícito que tal posicionamento era relativo ao espaço do subúrbio. É muito provável que tal localização tenha sido identificada e valorizada pelos criadores da escola de samba como um signo de distinção e diferenciação de outras comunidades e escolas rivais do subúrbio, situadas em estações mais distantes, como as escolas de Império Serrano, de Madureira, e Portela, de Osvaldo Cruz. A ocupação da Mangueira começou com os moradores expulsos da Quinta da Boa Vista em 1908, com a remodelação efetuada pelo prefeito Serzedelo Correa, que destruiu algumas casinhas existentes naquele

Nelson Nóbrega⁴⁸⁰ destaca que Lima Barreto antecipou a concepção de subúrbio que seria consagrada ao longo do século XX pelos pesquisadores acadêmicos.

Como já foi dito, deve-se a Soares a observação da existência de um significado particular da palavra subúrbio no vocabulário correntemente empregado no Rio de Janeiro. Nesse estudo, a geógrafa carioca incorpora explicitamente as preocupações de Pierre Bonnoure com a normatização de um vocabulário de geografia urbana, que na época deveria ser considerado um programa de pesquisa para os geógrafos daquela espacialidade. Portanto, foi sob este olhar que Soares observou a discrepância entre o significado histórico e geográfico da palavra subúrbio com aquele praticado no Rio de Janeiro, constatação que justificou amplamente a formulação de um conceito carioca de subúrbio. Posteriormente, outros autores, como Frederic Morris, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Anthony Leeds, também notaram tal fato, e quando usaram a palavra subúrbio, sempre tiveram a preocupação em explicar que não estavam se referindo à periferia da cidade, mas aos bairros populares e ferroviários situados dentro do território municipal e da área urbana da cidade. (...). Contudo, antes de todos eles, um observador da cena carioca da importância do jornalista e escritor Lima Barreto já acusava, em 1922, o deslocamento do significado tradicional da palavra subúrbio entre nós, causado pela intensa ocupação do solo, e criticava 'o insólito aspecto urbano que actualmente tem os nossos subúrbios – coisa que não se espera topar em paragens de tal nome (Revista Suburbana, 3 set. 1922, p.6).

A reflexão em destaque sobre os subúrbios demonstra que os conceitos do que é o “clássico” e o “antigo” nem sempre se alinham. O clássico pode fazer parte de uma tradição inventada⁴⁸¹ a partir de um determinado momento histórico, e com isso se sobrepor ao que é mais antigo temporalmente. Esse parece ser o caso da definição carioca de subúrbio consagrada entre nós; ela remonta ao início do século XX, e faz a associação direta entre as áreas suburbanas e as populações pobres. Nesse sentido, a associação dos subúrbios as classes mais abastadas estão associadas ao Império, aos títulos nobiliárquicos e à aristocracia agrária, que mantinha o poder através da posse da terra. Tendo como suporte o fluxo histórico, podemos afirmar que o conceito carioca de subúrbio, consagrado atualmente entre nós, está expresso de forma transicional na literatura de Lima Barreto, mais especificamente, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Entendemos que a noção de subúrbio mais recente – porque data do início do século XX – se sagrou como a forma mais clássica de entender as espacialidades da cidade do Rio de Janeiro uma vez que está associada à sociedade urbana e

parque. (...). Em 1916, deslocou-se para a Mangueira a população que antes ocupava o Morro de Santo Antônio, junto ao Largo da Carioca, que de lá foi expulsa por um incêndio tido como criminoso que devorou todos os casebres. Em 1935, os herdeiros de Sayão Lobo lutaram pela posse de seus terrenos na justiça mas não alcançaram êxito (Almanaque Suburbano, 1941)”. Ver: FERNANDES, 2011, p.150.

480Ibidem, p.34.

481Para mais detalhes sobre a invenção das tradições em termos de constituição do nacionalismo, ver: HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

industrial que começava a se consolidar naquele período e se mantém até o presente de forma diversa nos tempos e espaços e cidade. No entanto, também é importante destacar que essa definição mais recente revela a forma como tais áreas do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro foram encaradas pelas elites que promoveram grandes empreendimentos, como a reforma urbana no início do século XX, capitaneada por Pereira Passos; o processo de Saneamento Urbano liderado por Osvaldo Cruz e a reforma da Zona Portuária do Rio de Janeiro encabeçada por Lauro Müller⁴⁸².

Nelson Nóbrega⁴⁸³ classifica a operação segundo a qual o conceito mais recente se torna o mais clássico, de “rpto ideológico da categoria subúrbio”. Esse “rpto ideológico”, aparentemente, está associado aos interesses do Estado, das elites e do mercado imobiliário em afastar os mais pobres dos grandes centros urbanos e vender o sonho da casa própria no subúrbio⁴⁸⁴. Também era de interesse de uma parcela das elites valorizar as áreas da cidade mais afastadas do centro, tais como Copacabana, futura extensão da zona sul⁴⁸⁵. Nesses termos, podemos afirmar que o “conceito carioca de subúrbio” está registrado e denunciado na literatura de Lima Barreto. E a leitura de sua obra, de forma particular *Clara dos Anjos* sacramenta a perspectiva do subúrbio associado aos “párias”, aos “desterrados”, aos “abandonados”, o lugar dos mais pobres, “o refúgio dos infelizes”, usando as palavras do próprio Lima Barreto⁴⁸⁶.

482Para mais detalhes, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.327 e ABREU, 2010, p.35-67.

483FERNANDES, 2011, p.58-68.

484No caso das políticas urbanas desenvolvidas durante a Primeira República no Brasil, a ideologia da casa própria tem de ser relativizada em relação ao caso de Paris, por exemplo. Enquanto na cidade parisiense os proletários foram afastados dos grandes centros em direção aos subúrbios com o intuito de se tornarem proprietários de suas próprias casas, essa política não foi efetivada no Brasil da Primeira República com exceção do governo Hermes da Fonseca. Para mais detalhes, ver: Ibidem, p.152-153.

485De acordo com Maurício de Abreu: “O período que se estende de 1870 a 1902, representa, para a história do Rio de Janeiro, não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, como também a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas unidades de capital, tanto nacional como estrangeiro. Este período começa, na realidade, em 1858, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil) que permitiu, a partir de 1861, a ocupação acelerada de freguesias suburbanas por ela atravessadas. A partir de 1868, com a implantação das primeiras linhas de bondes de burro, outro meio de transporte veio facilitar a expansão da cidade, neste caso em direção aos bairros das atuais zona sul e norte”. Ver: ABREU, op. cit.,43.

486Em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto traz para sua narrativa a vida difícil dos moradores do subúrbio: “Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas as bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarépagua, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes cheios as estações. Esse movimento dura até as dez horas da manhã e há toda uma população de certo ponto da cidade no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes deem alguma coisa, para o sustento dos seus filhos”. Ver: BARRETO, L. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p.74

Ainda com base na pesquisa realizada por Nelson Nóbrega⁴⁸⁷, podemos destacar a importância dos bondes na expansão dos subúrbios desde a segunda metade do século XX⁴⁸⁸. A propósito, é relevante notar a importância dos bondes na vida de Lima Barreto, em seu movimento pendular de Todos os Santos em direção ao centro da cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhava como amanuense na Secretaria de Guerra. Dessa forma, além da presença desse meio de transporte na vida de Lima Barreto, o bonde será também um fator importante em sua literatura e no que diz respeito a um olhar geográfico sobre a obra. De acordo com Nelson Nóbrega⁴⁸⁹, os bondes adquiriram importância maior que os trens, o que está associado a fatores objetivos, tais como o preço mais barato das passagens e a maior flexibilidade em relação às linhas de trem. Os bondes conseguiam penetrar com mais facilidade nas ruas e nos arruamentos suburbanos, além de conectar as áreas suburbanas ao centro da cidade com diferentes possibilidades de acesso. No desenvolvimento da argumentação sobre a importância dos bondes na expansão dos subúrbios a partir da Cia. Ferro-Carril Vila Isabel – que prolongou os seus trilhos ao Engenho Novo (1875) –, o autor pretende defender a tese de que os “bondes” fizeram a “zona sul” para os “setores médios e altos da sociedade”, enquanto os “trens” fizeram o “subúrbio” para o “proletariado”. Em nossa compreensão, e de acordo com a relativização proposta por Nelson Nóbrega, a literatura de Lima Barreto reforça a importância dos bondes na ocupação do subúrbio. É notória e constante a presença desse meio de transporte em *Clara dos Anjos* e em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. A importância dos bondes em *Claras dos Anjos* demonstra a consolidação do “conceito carioca de subúrbio”, e em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o momento transicional do conceito. Nesses termos, no que diz respeito a *Triste Fim de Policarpo Quaresma* estão presentes de forma predominante as seguintes espacialidades: o subúrbio de classe média (São Cristóvão), o subúrbio dos mais pobres (Todos os Santos) e também uma região “rural” (município de Curuzu).

487FERNANDES, 2011, p.99-119.

488Maurício de Abreu detalha a importância dos “trens” e dos “bondes” na expansão da cidade em direção à futura “zona sul” e em direção aos “subúrbios”. No entanto, em nossa perspectiva, Maurício de Abreu e Nelson Nóbrega dão ênfases diferentes à questão dos bondes e dos trens na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro autor associa a expansão dos bondes mais à ocupação da futura “zona sul” da cidade (Flamengo, Botafogo, Laranjeiras e Copacabana) e os trens à ocupação dos subúrbios (Méier, Todos os Santos, Deodoro, entre muitos outros) pelas classes sociais mais pobres. Maurício de Abreu menciona a importância dos bondes na ocupação inicial dos subúrbios, embora não lhe dê ênfase. E é nesse ponto, não tão explorado por esse pesquisador, que Nelson Nóbrega desenvolve sua reflexão, questionando a “aparente” dicotomia criada entre o bonde e a “zona sul”, e os trens e o subúrbio. Nelson Nóbrega demonstra como os bondes também foram de grande importância para o desenvolvimento das áreas suburbanas, uma vez que faziam a capilarização entre as áreas mais interioranas e as estações de trem. Ver: ABREU, 2010, p.44-53 e NÓBREGA, 2011.

489FERNANDES, op. cit., p.99-119.

Para confirmar a mudança na concepção de subúrbio nesse período, Nelson Nóbrega⁴⁹⁰ aponta como o subúrbio, até o fim do século XIX, ainda sob o regime Imperial, se constituiu como áreas ocupadas pelas aristocracias que, além de estar presentes em Botafogo – o que é consensual entre os estudiosos do período – se encontravam em São Cristóvão, em São Francisco Xavier e no Engenho Novo.

De acordo com o autor:

Considerando que subúrbio significa na linguagem carioca falta de cultura e sofisticação é surpreendente constatar que o turfe brasileiro nasceu em São Francisco Xavier e que o Jockey Club, uma das sociedades mais exclusivas da elite da capital federal, ali permaneceu por mais de meio século. Os estudiosos da história do Rio de Janeiro são unânimes em apontar Botafogo como o melhor exemplo de arrabalde chic no final do século XIX. Contudo, é impossível imaginar que na época nada deve ser superado ao chiquismo de São Francisco Xavier e de São Cristóvão quando um público que poderia chegar 8000 pessoas inundava as suas ruas, os bondes e suas estações de trem em dias de grande prêmio no Jockey Club e no Derby Club. Pelo menos nestes dias é seguro dizer que São Francisco Xavier era mais chic que Botafogo. Por mais surpreendente que possa ser tal afirmação a geografia nos ajuda a compreendê-la sem estranhá-la, pois os subúrbios ferroviários onde se situaram o Jockey Club e o Derby Club eram vizinhos à Quinta da Boa Vista, de Vila Isabel e do Engenho Velho e dispunham de amplos terrenos acessíveis pela ferrovia e pelo bonde.

O “chiquismo” de São Francisco Xavier e de São Cristóvão destacado pelo autor nos dá uma boa pista para problematizar o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* em que Lima Barreto ambienta espacialmente seu protagonista no bairro de São Cristóvão durante o período do governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Trata-se de um período conturbado, marcado por sublevações, como a Revolta Armada (1893) – presente no romance –, e são os anos iniciais de criação e de implementação das instituições que regem o sistema republicano⁴⁹¹. Tendo em vista que a obra foi publicada em momentos diferentes, primeiro na forma de folhetins (1911) e depois como romance (1915), podemos sugerir que Lima Barreto, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, trata os dois momentos da definição de subúrbio desenvolvidos por Nelson Nóbrega. Em um primeiro momento desenvolve o subúrbio como o lugar das classes médias situadas em São Cristóvão; fica notório aqui o caráter decadente desse setor social espacializado no antigo bairro Imperial, quando tenta se espelhar nas elites de Botafogo. Paralelamente, como o romance foi escrito na segunda década do século XX, o autor também desenvolve o subúrbio como o lugar dos mais pobres, onde predomina a

490FERNANDES, 2011, p.137.

491Para mais detalhes ver: SCHWARCZ, Lília e STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.318-350.

ausência de infraestrutura urbana. Dessa forma, não deixa de apresentar esses subúrbios e situar a ocupação desses espaços pelos setores mais pobres da sociedade. É necessário destacar que Lima Barreto escreve o romance após a proclamação da República e a reforma Pereira Passos, o que lhe permite vislumbrar o fim do século XIX – período em que os subúrbios ainda eram ocupados por uma classe média – e o momento posterior, no qual começam a ser ocupados pelos trabalhadores, migrantes, ex-escravos – não integrados nos processos produtivos mais formais –, todos expulsos do centro da cidade pelos processos de modernização e melhoramentos, e que acabam por transformar o subúrbio de lugar de vilegiatura das classes altas a “refúgio dos infelizes”⁴⁹².

Os dados destacados cumprem o papel de pôr em evidência a variedade de espacialidades e classes sociais tratadas no romance, o que potencializa sua análise geográfica. Em linhas gerais, fica notório que Lima Barreto foi um observador meticuloso das espacialidades que compunham a cidade do Rio de Janeiro, e que de certo fez delas uma lente para observar o Brasil. Nesse sentido, seja por meio da observação e registro de um subúrbio de classe média em decadência como São Cristóvão, seja por intermédio da observação dos subúrbios, que no período de publicação do livro não eram mais considerados lugares de interesse para as classes altas, ou mesmo da observação de um local mais dedicado a atividades rurais (município de Curuzu), Lima Barreto criou, através de sua literatura, um registro geográfico da sociedade em que viveu durante a Primeira República e, junto a isso, mesclou temporalidades distintas a que teve acesso através de suas memórias de infância, da oralidade, dos livros, entre outros.

Nelson Nóbrega destaca o sentido depreciativo que o subúrbio vai assumir após a proclamação da República (1889) e a realização da reforma Pereira Passos no início do século XX e, também, demonstra como a proximidade entre sertão e subúrbio foi promovida pelo próprio poder público:

Bem representativo desta postura depreciativa e humilhante para com o subúrbio proletário foi o uso do termo Mato Grosso por Pereira Passos, que assim alimentou o imaginário em que esta parte da cidade era pensada como um sertão incivilizado. Não satisfeito em ter sido o principal executor de uma política que justificava a situação de abandono vivida pelo subúrbio, de pessoalmente ter inaugurado essa era de Mato Grosso no subúrbio, Passos se dedicou a difundir expressões pejorativas, revelando que, em sua missão de reformador de cidades, ele não recusou em promover uma simbologia de desmoralização dos espaços populares⁴⁹³.

492Ver: BARRETO, 1995.

493FERNANDES, 2011, p.152-153.

A partir da citação podemos retomar a discussão sobre “o conceito carioca de subúrbio”, estabelecendo uma conexão com o debate acerca da relação entre sertão e litoral. Nesses termos, retomando a plasticidade do termo sertão, podemos dizer que qualquer espaço que não refletisse os padrões de modernidade e modernismos baseados nas tradições europeias e estadunidenses não interessavam às elites republicanas. Nesse sentido, a aproximação entre subúrbio e sertão se torna cada vez mais evidente, principalmente com a consolidação do “conceito carioca de subúrbio”, segundo o qual esses lugares passam a concentrar atribuições negativas, ou seja, são considerados espaços incivilizados, já que concentram os “párias” e os “desterrados”. Assim, entendemos que o narrador de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* confronta espacialidades e classes sociais: um momento que vai ao encontro da biografia de Lima Barreto⁴⁹⁴, tendo em vista a diferença entre a formação intelectual que recebeu – comum às classes médias e altas da época – e a vida que viveu como morador dos subúrbios e funcionário público de baixa patente.

O primeiro passo de nossa análise foi a releitura do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, com o objetivo de extrair os temas mais recorrentes que estão presentes não só nas três partes que o livro apresenta, mas também de identificar aqueles que atravessam esses três momentos bem distintos no tempo e no espaço da narrativa. Nesse sentido, inicialmente, vamos expor os temas que avaliamos como sendo primordiais de acordo com as três partes do livro, para em seguida cruzá-los a cada momento com os temas gerais que atravessam toda a narrativa.

Na primeira parte do livro, entendemos que o tema predominante consiste na relação das classes médias suburbanas com as culturas que podemos classificar como “popular”. E entendemos que a dualidade cultura popular / cultura erudita (a ser explorada posteriormente),

⁴⁹⁴Eduardo de Assis Duarte propõe uma relação mais contemporânea entre as categorias de *subúrbio* e *sertão*, ao realizar uma análise comparativa entre o livro *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, e o romance *Grande Sertão: veredas* de Guimarães Rosa: “Do sertão ao subúrbio, das veredas às vielas, degrada-se cada vez mais a figura épica e romanesca do herói. No Brasil do narcotráfico como quarto poder – verdadeiro estado dentro do Estado – não há lugar para os valores da jagunçagem consagrados no *Grande Sertão*. Se abriga ainda a vingança como forma primitiva de justiça, *Cidade de Deus*, por outro lado, denuncia a anomia de um tempo de individualismo e consumismo exacerbados. No salve-se quem puder generalizado, todos fracassam e nenhum dos jovens bandidos chega à velhice para contar suas histórias”. Mais adiante se concentra em um comentário sobre *Cidade de Deus* e cita Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus: “A leitura de *Cidade de Deus* remete de imediato ao contexto de exclusão da escrita dos pobres e dos negros no cânone da literatura brasileira. A fala dos segmentos subalternizados no processo econômico vem sendo, via de regra, recalcada em nossas letras. Nossa história literária expõe com nitidez a hegemonia social dos segmentos economicamente bem localizados, masculinos e brancos, malgrado a mulatice (não-assumida socialmente, nem representada textualmente) de um Machado ou aparições episódicas de outros autores, logo confinadas ao gueto do exótico ou do folclórico. Basta, para tanto, verificar o número de edições ou de estudos críticos sobre Lima Barreto ou Carolina Maria de Jesus”. Ver: DUARTE, Eduardo de Assis. Entre sertão e subúrbio: Guimarães Rosa e Paulo Lins In: *O eixo e a roda*: vol. 7, 2001, p. 123-124.

quando historicamente situada no interior da narrativa, é importante para entendermos a necessidade de distinção entre as classes sociais e suas necessidades de afirmação; por isso, mantivemos o termo “cultura popular”. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* fica clara a necessidade de a elite suburbana se afirmar na medida em que se espelha na cultura “chic” das elites e se diferencia da cultura popular. Não podemos deixar de destacar que a relação sertão e litoral se articula com a dualidade entre o que seria considerado à época o popular e o erudito – assumindo a tensão que a dualidade nos coloca. O sertão simboliza o rústico, a tradição, o popular, a barbárie; já o litoral representa o sofisticado, o moderno, a elite, a civilização. Nesses termos, é significativo não perdermos de vista a noção de *sertão* como uma categoria mais do que uma fronteira regional cartograficamente delimitada.

Uma outra questão apresentada no primeiro capítulo de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e que atravessa o romance é o lugar do intelectual nas classes média e alta republicana. Sabemos que os intelectuais, durante a Primeira República, vão possuir um *status* diferente daquele atribuído pelo Império; sob o novo regime não mantiveram o poder de formulação e execução de políticas por parte do governo. Além disso, intelectuais e artistas necessitavam trabalhar para sobreviver e nesse sentido, sob o ponto de vista liberal, todos foram convertidos em trabalhadores. Dado que resulta, em alguns casos, na submissão do intelectual às normas estabelecidas pelas estruturas de poder e, conseqüentemente, pelo cânone literário e intelectual. Esse não foi o caso de Lima Barreto nem tampouco de seu personagem, o Major Policarpo Quaresma. Dessa forma, se atentarmos para o fato de que tanto o criador como a criatura são intelectuais sem títulos universitários, entendemos que é possível desenvolver uma reflexão sobre o lugar do intelectual na Primeira República. O fim de ambos é triste: o autor morre precocemente entregue a melancolia e ao álcool e o seu personagem é fuzilado pelo regime republicano. Nesses termos, vale uma observação: o ufanismo idealista de Policarpo Quaresma transforma sua intelectualidade em uma condição frágil – tal como a aparência física do “Visconde de Sabugosa” de Monteiro Lobato, o intelectual do *Sítio do Pica Pau Amarelo* – em meio a uma população e tradições rurais. A propósito, o escritor Monteiro Lobato vai ser peça-chave no debate entre sertão e litoral e campo e cidade, principalmente a partir do seu personagem “Jeca Tatu”⁴⁹⁵.

Na segunda parte do romance, a relação sertão/litoral se pronuncia com vigor quando da ida do personagem principal, Policarpo, ao sertão (campo). Nesse sentido, observamos como a concentração de terras, a dificuldade em ter acesso a financiamentos, aos aparatos

495A pesquisadora Nísia Trindade Lima vai dedicar um capítulo do seu livro *O país do Jeca* ao debate sobre o personagem de Monteiro Lobato. LIMA, 2013, p.198-224.

técnicos (ferramentas e máquinas) e científicos (conhecimentos mais avançados) impedem o pequeno agricultor de executar seu trabalho na terra, não se trata de preguiça ou doença. Em termos amplos, a questão agrária, o questionamento da estrutura fundiária e a concentração dos incentivos a produção agrícola nos imigrantes (italianos e alemães) são denunciados aqui pelo narrador. Além disso, em um primeiro olhar, identificamos, na forma como o narrador descreve a população rural, tipificada por ele como “roceiros”, sua caracterização como débil, doente e preguiçosa. Os temas relacionados às doenças e à preguiça são uma tônica do período e aparecem como uma das justificativas para os problemas associados à falta de produção no campo e, em geral, aos “males do Brasil”⁴⁹⁶.

Nesses termos, faz sentido falarmos novamente de uma aproximação entre Lima Barreto e Monteiro Lobato, principalmente no que diz respeito às considerações deste sobre o “Jeca”. Nesse ponto, os debates sobre a questão racial também se pronunciam tanto no que diz respeito à população negra quanto à população rural. Além dessas questões, o narrador também expressa alguns juízos de valor em relação aos judeus, aos turcos e aos asiáticos. O debate sobre a questão racial é um tema transversal ao livro.

Em nossa análise, além da questão racial, é importante destacar as questões relacionadas aos “males do Brasil”, e nesse ponto as formigas (saúvas) ganham um sentido conotativo e denotativo. Em seu sentido denotativo, representam uma praga presente nas terras brasileiras que atrapalham o seu cultivo e, em decorrência disso, precisam ser exterminadas a partir do uso de algum formicida. No entanto, como a literatura não é literal, nem mesmo a que se pretende realista, as saúvas também podem representar as relações políticas locais que não visam fomentar a produção agrícola baseada nos pequenos agricultores. Nesse sentido, a saúva pode ser interpretada, simbolicamente, como sendo uma representação das relações políticas locais, que só contribuem para a manutenção dos “roceiros” na doença e na miséria. Essa ação dos políticos locais é intencional e visa manter o poder de barganha junto ao governo federal e a manipulação da população rural de acordo com seus interesses políticos e pessoais. Sem dúvida, esse capítulo indica que muitos dos “males” dos quais o sertão padece provêm da desigualdade de investimentos em relação ao “litoral”. Não basta curar, também devemos educar.

Na terceira parte do romance, a relação entre civilização e barbárie se torna o eixo analítico primordial. Policarpo retorna para a cidade para se confrontar com uma revolta que ameaça o governo republicano de Floriano Peixoto e “sem pestanejar” assume o seu posto na

⁴⁹⁶Lília Schwarcz, em texto introdutório a *Triste Fim de Policarpo*, destaca que o tema da preguiça será retomado pelos modernistas, assim como a questão das saúvas. SCHWARCZ, 2011, p.44.

“guerra” a favor do governo. Partindo do princípio de que os valores republicanos e democráticos encarnam ou deveriam encarnar os valores civilizatórios desenvolvidos pela modernidade ocidental, entendemos que Policarpo tomou a posição que lhe coube como cidadão, mas uma ponderação faz-se necessária tratando-se da forma como o regime republicano foi imposto e da instabilidade política dos primeiros presidentes (Marechal Deodoro e Floriano Peixoto). O livro deixa explícito que a revolta acontece durante o governo de Floriano Peixoto, que governou o país com “mãos de ferro”, com a força de um ditador⁴⁹⁷. O regime republicano, nesse momento do livro, mais se assemelha a uma ditadura que a uma coadunação entre os valores republicanos e democráticos. Dessa forma, os posicionamentos de Policarpo em relação ao modelo republicano aplicado no Brasil estavam prenhes de um ufanismo que impregna suas opiniões e que o impedem de desenvolver uma visão mais crítica em relação ao governo republicano. Assim, podemos afirmar que a dificuldade de Policarpo Quaresma em ponderar suas ideias, projetos e intenções em relação à política real levam a que suas propostas não sejam tratadas com seriedade. Nesse sentido, Policarpo será condenado à morte devido à “pureza” de ideal com a qual encara seus princípios. E no seu desfecho, a condenação demonstra a barbárie da civilização. Os temas gerais, tais como o lugar do intelectual na sociedade e a questão racial se mantêm, e a desfaçatez da política republicana sob o regime florianista se torna, também, um tema central.

4.3. Bio-geografia de Lima Barreto

Neste ponto destacaremos as origens sociais de Lima Barreto e faremos um breve exercício que conduza à identificação do lugar social de suas ideias. Afonso Henriques de Lima Barreto foi o segundo filho do casamento de Amália Augusta Pereira de Carvalho (nascida em 19\07\1862) e João Henriques de Lima Barreto (nascido em 19\09\1853). O enlace matrimonial do casal aconteceu no mês de dezembro de 1878 e seu primeiro filho, Nicodemos, sobreviveu apenas oito dias. Vale destacar que a avó (pai) e a bisavó (mãe) de Lima Barreto foram escravas que se envolveram com homens brancos⁴⁹⁸. O pai do escritor, João Henrique de Lima Barreto, foi apadrinhado por Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto) quando trabalhou na tipografia do jornal *A Tribuna*. Através de Afonso Celso, João Henriques

497 Ver: SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.320-321.

498 O envolvimento de mulheres negras com homens brancos de classe social superior será uma temática desenvolvida por Lima Barreto no seu romance *Clara dos Anjos*. BARRETO, 1995.

se tornou chefe da Tipografia Nacional. O nome Afonso Henrique é uma dupla homenagem a Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto) e ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henrique. Além disso, sabemos que Lima Barreto teve três irmãos: Evangelina, que nasceu em 1882; Carlindo, nascido em 1884; e Eliézer, nascido em 1886.

Sua primeira casa localizava-se no bairro das Laranjeiras, na Rua Ipiranga nº 18. Ali nasceram os irmãos Nicodemos e a irmã Evangelina. A mãe de Lima Barreto (Amália Augusta) apresentou graves problemas de saúde após a gravidez e o parto do primeiro filho, o que fez com que seu pai, na tentativa de melhorar a saúde da esposa mudasse de residência cinco vezes. Sua mãe faleceu em 1887 na Rua Santo Alfredo, em Paula Matos – lugar conhecido como Paraíso, pelo clima de montanha. Antes do falecimento da genitora, quando Lima Barreto tinha apenas sete anos de idade, a família habitou a Rua Dois de Dezembro, no bairro do Flamengo; a Rua das Marrecas, no bairro da Glória; uma casa na Boca do Mato e outra no Bairro do Catumbi. Após o falecimento da esposa, João Henriques mudou-se novamente com a família para a Rua do Riachuelo, e os filhos passaram uma temporada na casa dos Pereira de Carvalho⁴⁹⁹, devido a complicações financeiras.

A proclamação da República, em 1889, não trouxe bons ares para os Lima Barreto. João Henriques, o qual obteve uma formação monárquica, foi despedido da Tipografia Nacional e o Jornal *A Tribuna* foi fechado. Em 1891 seu pai conseguiu emprego de escriturário na Colônia dos Alienados, na Ilha do Governador, e a família passou a residir em um sítio, o Sítio do Carico⁵⁰⁰. E esse sítio é a nona residência da família de Lima Barreto, que tinha nesse período apenas dez anos de idade e já experimentara a morte da mãe e a decadência financeira do pai. Ainda em 1891, Lima Barreto iniciou suas atividades estudantis, como aluno interno no Liceu Popular Niteroiense. Nesse período, voltava para casa nos fins de semana, fazendo uma parte do trajeto de barco e outra de trem/bonde da Ilha do Governador a Niterói.

Em 1893, ocorreu uma revolta anti-Floriano e a Ilha do Governador foi invadida por rebeldes. Diante disso, João Henriques passou uma temporada com a família em uma casa no Engenho da Pedra, na Praia da Penha. Nesse tempo, entre 1896 e 1897, Lima Barreto estudou como interno no Colégio Paula Lemos com o objetivo de fazer a preparação para a Escola

499 Manuel Feliciano Pereira de Carvalho é bisavô de Lima de Barreto e o patriarca da cirurgia brasileira. Para mais detalhes, ver biografia de Lima Barreto. C.f.: BARBOSA, 1981.

500 É possível fazer aproximações entre o Sítio do Carico – localizado na ilha do Governador – e o Sítio do Sossego presente na narrativa de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* situado no município de Curuzu. Em nossa compreensão, tanto o local de residência de Lima Barreto (Sítio do Carico) quanto o local de residência de Policarpo Quaresma (Sítio do Sossego) podem ser aproximados da ideia de sertão desenvolvida por nós anteriormente.

Politécnica. A partir disso, com aproximadamente quinze anos de idade, entrou em contato com o *Positivismo* representado pelo nome do apóstolo-filósofo Teixeira Mendes⁵⁰¹. Em março de 1897, tornou-se aluno da Escola Politécnica e foi nesse lugar que sofreu de maneira abrupta a discriminação e o preconceito por ser negro e pobre. Além da discriminação, não lhe faltou perseguição por parte de alguns professores – em 1901 ainda estava na politécnica, preso na disciplina de mecânica do Prof. Licínio⁵⁰².

Com aproximadamente vinte anos de idade, Lima Barreto assiste ao enlouquecimento do pai – o mesmo que cuidava de uma casa de loucos, a Colônia dos Alienados. De imediato, tomou a responsabilidade pelo sustento de oito pessoas: três irmãos, Prisciliana e seus três filhos e o preto velho Manuel de Oliveira – todos esses últimos, agregados à família⁵⁰³. Nesse momento, Lima Barreto volta para o Rio de Janeiro, com residência na Rua 24 de maio nº 233, no Bairro do Engenho Novo. Desse período em diante, tendo assumido a obrigação de sustentar a família, largou a Escola Politécnica e prestou concurso para amanuense na Secretaria de Guerra, sendo nomeado em 27 de outubro de 1903.

Nesse mesmo ano, mudou novamente com a família para Rua Boa Vista – atualmente Rua Elisa Albuquerque – localizada no bairro de Todos os Santos, próximo ao atual bairro do Méier. Foi a partir dessa casa, e de seus deslocamentos nos trens das cidades em direção ao centro – onde trabalhou como amanuense – que Lima Barreto construiu as representações espaciais e políticas sobre o Rio de Janeiro e o Brasil, tão presentes em sua literatura.

Os cafés do centro da Cidade, tais como o Café Papagaio e o Café Java, merecem destaque no que diz respeito ao lugar social das ideias de Lima Barreto. Nesses espaços, estabeleceu contato com a intelectualidade do seu tempo, os artistas, poetas, filósofos, cronistas, jornalistas e repórteres. O bairro de subúrbio, chamado Todos os Santos, será o lugar social das ideias de Lima Barreto, onde escreveu suas obras mais expressivas. Foi baseado nesses movimentos pendulares entre o subúrbio e o centro, entre a riqueza e a pobreza, entre a erudição e a sua falta, entre a transcendência e a imanência que Lima Barreto edificou sua obra. Em nosso entendimento, não há como separar a obra do autor dos lugares sociais onde foi produzida. No desenvolvimento das suas ideias, é inegável que Lima Barreto

501 Barbosa indica que não houve um encantamento perpétuo de Lima Barreto pelo positivismo, foi um período curto de admiração – uma paixão de adolescente. BARBOSA, 1981. Sobre o positivismo no Brasil, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

502 Não é por uma questão de estilo que a literatura de Lima Barreto vai criticar o ensino superior do seu tempo – voltado para a formação de doutores. Além da discriminação por ser negro e pobre, ele não consegue terminar o curso. Ver: BARBOSA, op. cit. e BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

503 No romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* o personagem principal – Policarpo – desenvolve amizade e admiração por um preto velho, tal como Lima Barreto no período em que viveu na Ilha do Governador.

construiu um olhar a partir do lugar *subúrbio*. No entanto, vale destacar a ressalva de Carlos Augusto Monteiro⁵⁰⁴ ao analisar o livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*: “sua obra revela um conhecimento do país, tanto do seu território quanto de sua gente, da realidade socioeconômica e política, num âmbito de fundamentação científica, natureza e sociedade aparecem juntas, irmanadas da unidade brasileira”⁵⁰⁵.

504 MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002, p.131.

505 Não desejamos reproduzir uma relação mecânica entre a vida do autor – seus tempos e espaços – e sua obra. O discurso produzido por Lima Barreto está extremamente associado aos acontecimentos do seu período histórico e suas falas possuem um lugar político e geográfico: o subúrbio. Por isso mesmo, é necessário cautela.

Mapa 2

4.4. A literatura de Lima Barreto e a crítica

Quando entramos em contato com a fortuna crítica de Lima Barreto, observamos⁵⁰⁶ que no momento inicial da publicação da obra do autor o que prevalece é uma crítica negativa. Referimo-nos especificamente ao momento após a publicação de seu romance de estreia, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, em 1909⁵⁰⁷. A partir desses mesmos críticos, entendemos que a recepção negativa está associada a alguns fatores, entre eles, a concepção de literatura dominante na época e o projeto literário que o autor tomou para si; o preconceito em relação às classes sociais mais pobres e o racismo institucional presente naquele período. Nesse sentido, a questão autobiográfica ou a forma como Lima Barreto traz questões relacionadas a sua vida e a seus dramas pessoais para a literatura vai contribuir no modo como a crítica literária reagirá a sua obra. Nesses termos a crítica aos elementos biográficos autoidentificáveis na obra de Lima Barreto vai se estender e chega até o momento da publicação de suas obras completas por meio do prefácio escrito por Sérgio Buarque de Holanda para o livro *Clara dos Anjos*:

Não sei se é lícito escrever sobre os livros de Lima Barreto sem incorrer um pouco no pecado do biografismo, que tanto se tem denunciado em alguns críticos. No caso do romancista carioca, não só as circunstâncias de sua vida pessoal, tão marcada pelo desmazelo e a intemperança, parecem inseparáveis de sua obra literária, como afetam certamente muitos dos juízos, benévolo ou desfavoráveis, que pôde suscitar.

506Entre os autores consultados estão: BARBOSA, 1981; BOSI, 1997; CANDIDO, 2011; SEVCENKO 2009; LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976, FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. Assis – São Paulo: Ed. Ilpha-Hucitec, 1978. MORAIS, Regis de. *Lima Barreto: o elogio da subversão*. col. Encontro Radical. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. ALEX, Anoir. *As ideias sócio-literárias de Lima Barreto*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. ARNONI PRADO, Antonio (org.). *Lima Barreto: uma autobiografia literária*. São Paulo: Editora 34, 2012. OAKLEY, R.J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. NOLASCO-FREIRE, Zélia. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005, LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

507Zélia Nolasco-Freire destaca: “Ninguém mais que Lima Barreto carregou tão pesado fardo e enfrentou com persistência os embates reais e imaginários por toda uma vida. A obra barretiana foi relegada crítica oficial e taxada de memorialística e autobiográfica, características que a conceituavam como literatura menor”. Mais adiante acrescenta: “O *Jornal do Comércio*, por ser o maior e o mais poderoso, ao decretar silêncio e proibir por cinquenta anos o nome do escritor em suas páginas, fez com que a maioria dos jornais também aderisse à decisão. O escritor Lima Barreto assim se expressou anos depois: ‘A única crítica que me aborrece é a do silêncio’ (BARBOSA, F., 1975:173)”. Localizamos o comentário de Lima Barreto em sua própria obra, a frase destacada por Zélia Nolasco-Freire faz parte de seus contos e se chama: *Amplius!*. Ver: NOLASCO-FREIRE, op. cit., p.58.

A crítica vai ser mais receptiva com Lima Barreto a partir da publicação de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, certamente, seu livro mais acabado⁵⁰⁸. Parece que os críticos observam um equilíbrio maior entre a necessidade do autor em pontuar a sua leitura de mundo e suas angústias com a elaboração estética da narrativa. Apesar disso, o reconhecimento de sua obra foi tardio, póstumo mesmo. Alguns elogios colhidos por Lima Barreto em vida podem ser observados nas críticas de Jackson Figueiredo e Monteiro Lobato⁵⁰⁹.

O primeiro livro publicado passa rapidamente de empreendimento a obstáculo. Em nossa leitura, o objetivo da obra consistia em promover a polêmica em torno do racismo institucionalizado⁵¹⁰ e fazer uma crítica à forma como o jornalismo e a imprensa da época se desenvolviam. No entendimento de Lima Barreto, os jornais acabaram se tornando um instrumento de elevação de alguns nomes e depreciação de outros, sem nenhum esforço de imparcialidade, uma espécie de alavanca social para políticos e intelectuais. A escolha do livro, com esse tipo de conteúdo a ser publicado em sua estreia, é um indicativo do modo como Lima Barreto se aproxima de um grupo de jovens intelectuais e escritores que fazem oposição à literatura consagrada à época e representada pela Academia Brasileira de Letras⁵¹¹. Esse grupo envolve jovens escritores que atuam em jornais e revistas através dos textos, mas também das charges e das caricaturas. Descontente com a literatura consagrada e em boa parte com o regime republicano, vai utilizar largamente a ironia e a sátira como um recurso de crítica à sociedade e à literatura dominante⁵¹². Levando-se isso em conta, podemos reafirmar que há um modernismo em Lima Barreto, apesar da classificação do autor como pré-

508Ver: CANDIDO, 2010, p.81 e LIMA, M. de Oliveira. Prefácio In: *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.9-13.

509Ver: ARNONI PRADO, 2012, p.174-175.

510 Lília Schwarcz situa o surgimento de um “novo racismo científico” que se tornou um severo “marcador social da diferença”. Ver: SCHWARCZ, Lília (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.21.

511 Levando em consideração as reformas urbanas (modernização) pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passa e as revoltas (da Armada e da Vacina), certamente podemos afirmar que a geração de Lima Barreto pode ser parte do conflito que Angel Rama coloca como a oposição entre a “cidade real” e a “cidade das letras”: “A cidade real era a principal opositora da *cidade das letras*, a quem esta devia ser submetida: a repentina ampliação que sofreu sob a modernização e a irrupção das multidões, semearam a consternação, sobretudo nas cidades atlânticas de importante população negra ou imigrante, pois na América indígena o antigo submetimento que a igreja havia internalizado nos habitantes continua sustentando a ordem”. Ver: RAMA, 2015, p.86.

512 Zélia Nolasco-Freire situa alguns intelectuais que fizeram parte do grupo que Lima Barreto frequentava: “Lima Barreto intensifica a frequência aos cafés e também as discussões intelectuais. Possui poucos amigos. Oriundos da Escola Politécnica, da Secretaria de Guerra e dos Cafés. Entre eles, destacam-se: Bastos Tigre, Carlos Viana, Antonio Noronha Santos. Bastos Tigre e Carlos Viana, antigos colegas da Politécnica. Antonio Noronha Santos, conheceu nos cafés. É importante destacar o relacionamento de Lima Barreto com cada um destes nomes, uma vez que ocupam uma posição privilegiada na sociedade e, de alguma forma, contribuem para que a vida se torne menos atormentada”. A autora ainda destaca que Bastos Tigre convida Lima Barreto para participar da elaboração de diversos periódicos, tais como, *A Lanterna*, *A Quinzena Alegre* (1902) e *O Diabo* (1903). Todos esses periódicos objetivavam “a ironia, a troça e o humor” e “nenhum deles obteve grande êxito”. Ver: NOLASCO-FREIRE, 2005, p.51.

modernista em manuais de literatura. Apesar de a literatura de Lima Barreto não ter sido bem recebida em sua época, ela antecipa muitos elementos que foram consagrados como *moderno* a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. De alguma forma, a historiografia literária consagrou o movimento modernista a partir de 1922 e legou a uma parte dos outros escritores do período anterior a alcunha de pré-modernistas, é o caso do carioca Lima Barreto⁵¹³.

Nos textos “O Destino da Literatura” e “Literatura Militante”⁵¹⁴, o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* expõe o seu projeto de literatura. Em nossa compreensão, vai se aproximar de teóricos e críticos franceses como Taine e Brunetière, mas também se identificará com a literatura russa de Tolstoi e Dostoiévski⁵¹⁵. Em linhas gerais, o que há em comum nesses autores, não desconsiderando a especificidade de cada um, é a aproximação da literatura com a sociedade ou o reconhecimento de que a literatura pode exercer uma função social importante na constituição do homem e de um projeto de humanidade. Assim, é o próprio Lima Barreto que aproxima sua concepção de literatura da de Anatole France, ao dizer que a obra do mestre francês nada tem “de contemplativos, de plásticos, de incolor” nas que ela aspira a um “escopo sociológico”. Retomando a influência dos franceses, não nos parece exagero reafirmar que Balzac é presença constante nas estantes da biblioteca de Lima Barreto (Limana)⁵¹⁶. E, nesses termos, há que se destacar a dimensão social da literatura de Balzac, principalmente, quando explora a relação entre o homem e o meio, associação essa que será destacada pelos teóricos deterministas do fim do século XIX, assim como pelos geógrafos. É o próprio Lima Barreto quem afirma que sua literatura é “militante”, ressaltando que retirou a definição *literatura militante* do escritor português Eça de Queiroz. No entanto, Lilia Schwarcz⁵¹⁷, nos adverte ao dizer que “é de bom alvitre manter distância das falas sempre assertivas das testemunhas e dos agentes de uma época, que em sua maior parte se limitaram a denunciar as arbitrariedades dessa nova ordem de Estado”. Não é falso que a forma como a república se estabeleceu apresenta falhas e contradições no que diz respeito à instituição de

513 É interessante notar como as classificações podem variar e como são passíveis de alterações em acordo com a historiografia literária. Um exemplo desse movimento é o fato de Alfredo Bosi (1997) classificar Lima Barreto como pré-modernista e Massaud Moisés classificar Lima Barreto e Monteiro Lobato como simbolistas. Ver: BOSI, 1997; MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

514 Ambos publicados em *Impressões de Leitura*, das obras completas. BARRETO, 1956, vol. XIII, p.51-71.

515 Para mais detalhes sobre a relação entre Lima Barreto e Dostoiévski, ver o livro de André Dias. João Marcelo E. Maia em seu livro *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro* trabalha a ideia do Brasil como sendo a “Rússia Americana”, tendo em vista a relação entre os processos de “modernização” e a necessidade de incorporação de novas terras. Ver: MAIA, 2008 e DIAS, André. *Lima Barreto e Dostoiévski: vozes dissonantes*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

516 A descrição dos livros que compunham a biblioteca de Lima Barreto está publicada no fim da biografia escrita por Barbosa. In: BARBOSA, 1981.

517 SCHWARCZ, 2012, p.27.

uma ordem republicana e democrática, mas é necessário reconhecer que houve ganhos institucionais onde se desenharam, “os primeiros passos no sentido de se construir uma sociedade cidadã com modelos inaugurais de participação”⁵¹⁸. Sob essa perspectiva, devemos matizar um pouco a questão da “literatura militante” em Lima Barreto uma vez que essa “assertiva” é uma formulação do autor em relação a si mesmo e a sua literatura frente aos impasses colocados pelo seu tempo histórico.

A partir de todo o exposto, vê-se que Lima Barreto se associou a um grupo de intelectuais que tentou ombrear o cânone literário estabelecido. Por mais que possa parecer ambivalente ou contraditório, candidatou-se três vezes a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, tendo retirado a terceira candidatura. Além disso, suas obras publicadas tiveram auxílio financeiro e editorial de pessoas com destaque no cenário nacional, como Monteiro Lobato⁵¹⁹ e Félix Pacheco⁵²⁰. Não se trata de esvaziar o potencial crítico e analítico presente na obra de Lima Barreto, mas aprofundar a compreensão sobre o próprio autor em suas contradições e ambivalências. Como tentaremos demonstrar mais adiante, o resgate de um autor está muitas vezes circunscrito às necessidades do leitor de se posicionar perante o tempo. Nesses termos, entendemos que em regimes ditatoriais – como o que vivemos de 1964 a 1984 –, alguns teóricos tenham trabalhado de forma rica e inteligente a posição de Lima Barreto como um “militante” e um indivíduo que não se conformou em ocupar um lugar “à

518 SCHWARCZ, 2012, p.27.

519 Antonio Arnoni Prado destaca a crítica positiva de Monteiro Lobato a Lima Barreto: “De Lima Barreto não é exagero dizer que lançou entre nós uma fórmula nova de romance. O romance de crítica social sem doutrinário dogmático. Conjuga equilibradamente duas coisas; o desenho dos tipos e a pintura do cenário. É um revoltado, mas um revoltado em período manso de revolta. Em vez de cólera, ironia; em vez de diatribe, essa *nonchalance* filosofante de quem vê a vida sentado num café, amolentado por um dia de calor...”. Ver: PRADO, 2012, p.175. No segundo tomo de *Correspondência, ativa e passiva*, de Lima Barreto, de suas obras completas, fica clara a amizade de Lima Barreto com Monteiro Lobato e a colaboração deste na revisão, edição, publicação e distribuição de M.J. Gonzaga de Sá. Destacamos a parte de uma carta escrita por Monteiro Lobato para Lima Barreto em 15 de novembro de 1918 (São Paulo): “A *Revista Brasil* tem muito gosto em editar essa obra e o faz nas seguintes condições: como é pequena, podendo dar um volume aí de 150 pgs mais ou menos, convém fazer uma edição de 3.000 exemplares em papel de jornal que permita vender-se o livro a 2\$000 ou no máximo a 2\$500; neste caso, proponho 50% dos lucros líquidos ao autor, pagáveis à medida que se forem realizando.” BARRETO, Lima. *Correspondência, ativa e passiva* 2º tomo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.50.

520 Lilia Schwarcz ajuda a ampliar o universo de relações de Lima Barreto ao comentar a dedicatória que este faz a “João Luís Ferreira” em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*: “Finalmente foi na primeira edição de 1915 que o autor dedicou a obra 'a João Luís Ferreira, engenheiro civil'. Lima tinha por costume dedicar contos e obras a amigos próximos e de confiança. Nesse caso, o homenageado era João Luís Ferreira, que, oriundo da elite piauiense, estudou com Lima Barreto na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi companheiro dileto do escritor no período, junto com Bastos Tigre, Nicolao Ciancio, José Oiticica e Antonio Noronha Santos. Diferentemente de Lima, porém concluiu o curso preparatório e o de engenharia civil, retornando então para o Piauí, onde se elegeu governador. Ele era também irmão de Félix Pacheco, diretor proprietário do *Jornal do Commercio*, deputado federal, senador e ministro do Exterior no governo de Arthur Bernardes. Como se nota, o escritor estava cercado de amigos de certa proeminência e contou com eles para a publicação”. Ver: SCHWARCZ, 2012, p.24.

sombra do poder”⁵²¹. Não devemos descartar essas análises, mas avançar nas formulações preestabelecidas e ver Lima Barreto mais próximo do que ele é, e menos da forma como já nos condicionamos a vê-lo. Mesmo que todos esses esforços em algum momento se tornem datados e, portanto, provisórios.

Fica evidente que o espectro de influências literárias que Lima Barreto encarna em sua literatura é diverso, que dá contornos específicos as suas obras no que diz respeito a forma e conteúdo. Desse modo, a partir dos posicionamentos estéticos e literários comuns aos críticos, devemos considerar alguns aspectos biográficos⁵²²: o desemprego do pai, após a proclamação da República; a doença e a perda precoce da mãe; a entrada para a Escola Politécnica, que declara ter sido o local onde mais sofreu com o racismo instituído; o enlouquecimento do pai, junto da necessidade de abandonar a Politécnica para trabalhar e sustentar a família. Além disso, detestava o trabalho como amanuense na Secretaria de Guerra, e o fato de morar no subúrbio e ter de trabalhar no centro extraíam do homem uma energia vital ao escritor.

Dito isto, podemos apontar mais uma variante no que a crítica da época encarava como sendo os “desníveis” presentes na literatura de Lima Barreto. É necessário retomar a concepção que o autor tem da literatura e destacar que, junto das questões biográficas ressaltadas acima, a preocupação com a “forma”, com a “estética” ou com a “plasticidade” nunca foi uma prioridade desenvolvida por Lima Barreto ao longo do seu trabalho como escritor. O autor dava mais importância ao “conteúdo” ou aos aspectos que podem fazer com que a literatura se comunique de forma mais direta com a sociedade. Nesse sentido, há assumidamente, por parte do autor, um certo desleixo em relação ao acabamento das obras que, além ou aquém das questões biográficas, também representa uma provocação ou uma repulsa à literatura de palavras escolhidas e esmeradas praticada por seus contemporâneos. As críticas que Lima Barreto dispara em direção à literatura de Coelho Neto, por exemplo, vão ao encontro das características da literatura desenvolvida por este autor – como o esmero e o burilamento das palavras – e são essas características que se opõem à concepção de literatura

521 Ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990, p.101-156.

522 Apesar da importância do círculo de afinidades de Lima Barreto, Osman Lins destaca seu “insulamento” e a consequência desse isolamento na forma como o “espaço romanesco” é tratado na narrativa barretiana: “A debilitação dos laços entre um ser e outro, seu isolamento difuso e invencível, a decorrente natureza dessas fábulas, nas quais, sem que se dissolvam os dramas pessoais, é flagrante a ausência de conflito (que se desloca do plano interpessoal, configurando uma antinomia mais ou menos violenta entre o homem e o seu meio), tudo se concilia, significativamente, com o interesse das personagens de Lima Barreto pelas coisas, interesses que se manifestam através de atitudes aparentemente opostas – a contemplação e a compulsão deambulatória –, transformando os seus romances, invadidos por aspectos do espaço – natural, cidadão, social – em matéria privilegiada para o estudo desse elemento constituído tão ligado ao tempo, entretanto menos analisado e em direção ao qual, desde o início, nos conduz a presente investigação”. Ver: LINS, 1976, p.31.

que Lima Barreto construiu e tentou executar⁵²³.

Dessa forma (em nossa síntese preliminar) os “desníveis” que a crítica observa em sua obra fazem parte do seu projeto de literatura e de linguagem, que incorpora a palavra mais próxima da oralidade e mais distante da gramaticalidade⁵²⁴. Em síntese: o que a crítica via como erro, Lima Barreto assumia como projeto de literatura.

Para além da crítica de época, ao longo dos séculos XX e XXI a literatura de Lima Barreto é resgatada em momentos específicos. Não parece haver dúvida de que o melhor resgate de sua obra foi realizado pelo seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa que, além de ter escrito uma excelente biografia do autor, também organizou, com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença, as suas obras completas em 17 volumes. Além disso, sua pesquisa permitiu a criação do acervo documental de Lima Barreto na Biblioteca Nacional, o que contribui muito para as pesquisas em relação ao autor e sua obra. Para prefaciar os livros de Lima Barreto, o organizador e os colaboradores convidaram grandes intelectuais da época, entre eles, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. No entanto, o que devemos observar é o momento em que a obra de Lima Barreto sofre o resgate e o seu melhor tratamento editorial, década de 1950. Trata-se, em outros termos, do período entre a década de 1940, quando finalizou o período ditatorial varguista, e a década 1960, em que assistimos ao início do regime ditatorial mais recente de nossa história. Assim, é justamente nos momentos onde a necessidade do debate sobre a república e a democracia se tornam mais evidentes que a obra de Lima Barreto foi ou é resgatada. Esse resgate também vai se dar a partir da segunda metade da década de 1970, período em que a ditadura militar estabelecida no Brasil após o golpe de 1964 começa a se enfraquecer, por meio das obras já citadas de Osmam Lins (1976) e Carlos Erivany Fantinati (1978).

Nessa mesma esteira, no início dos anos 1980, quando as mobilizações para o fim do regime ditatorial se tornam quase que incontornáveis, as publicações sobre o autor e sua obra

523 R. J. Oakley destaca: “É nos ataques a Coelho Neto que a postura barretiana no que diz respeito à função de uma literatura séria se evidencia com uma clareza que não se encontra em nenhuma ocasião. Não era que Lima Barreto negasse o talento dele. De jeito nenhum. Coelho Neto estava no banco dos réus por falta de engajamento no sentido moderno, ideológico, da expressão”. OAKLEY, 2011, p.38.

524 De acordo Zélia Nolasco-Freire: “a intervenção que Lima Barreto concede à literatura tupiniquim não se restringe à voz em contra-ataque, pura e simplesmente. Talvez, em princípio, tenha sido este o motivo da ação. Com ele o incremento de um trabalho consciencioso sobre a língua, transportando-o em uma linguagem acessível. Para isso, a desveste da moldura aristocrática tomada de empréstimo da cultura européia – cultivada pelo modelo parnasiano – e joga-a, deliberadamente, na lama da irreverência, no tédio e na amargura da dor amordaçada. Assim, ao mesmo tempo que confere audição, possibilita voz amplificada aos ‘desprovidos’, por intermédio de um exercício linguístico completamente coerente e concernente ao fim que se destina: pausa-a em solo de ruas e vielas dos subúrbios cariocas, dando ao conhecimento do Brasil, um Brasil abafado pelo jugo do interesse e do poder”. Ver: NOLASCO-FREIRE, 2005, p.14.

permanecem no cenário literário e acadêmico, a exemplo dos trabalhos de Regis de Moraes (1983) e Nicolau Sevcenko (2009).

No que diz respeito à virada do século XX para o século XXI, os trabalhos prosseguem: Anoar Aiex (1990), Beatriz Resende (1993), Zélia Nolasco-Freire (2005), Luiz Ricardo Leitão (2006), Lilia M. Schwarcz (2010), R.J. Oakley (2011) e Antonio Arnoni Prado (2012). Com isso, desejamos demonstrar como a obra de Lima Barreto e de outros autores são mobilizadas a partir dos momentos políticos de diferentes épocas da história do Brasil. Nesse sentido, o resgate de um autor significa o enfrentamento de uma gama de questões referentes a condição humana e social tratada a partir do seu tempo histórico, mas que continuam tendo ressonância ao longo dos tempos. Assim, entendemos que o resgate atual da obra de Lima Barreto pode contribuir muito para o avanço dos valores republicanos e dos princípios democráticos no Brasil. Primeiramente, pela forma como o escritor trata e apresenta, a partir de sua literatura, os problemas do Brasil de sua época. Em segundo lugar, pela possibilidade que temos como leitores do país, situados no tempo presente, podemos observar a permanência de muitos desses problemas na sociedade brasileira. Nesse sentido, a leitura de Lima Barreto é instigante na medida que busquemos entender a corrupção, o nepotismo, as políticas de favorecimento, o racismo, a não priorização da saúde e da cultura como problemas que não devem ser atribuídos somente a grupos políticos ou governos, mas sim necessitam ser identificados com a forma como constituímos uma cultura política ao redor dos valores democráticos e republicanos. Em outros termos, a maneira como incorporamos – no sentido mesmo de dar corpo – os modelos e valores políticos consagrados na modernidade⁵²⁵. Enfim, podemos nos observar através do registro que Lima Barreto fez de sua época e, além disso, tornamo-nos capazes de refletir e agir a partir da crítica traçada pelo autor⁵²⁶.

Nesse sentido, é importante destacar que as lentes de observação que Lima Barreto estende sobre a cidade do Rio de Janeiro e a forma como cria o seu registro histórico e geográfico da cidade e do Brasil valem mais que a observação das imprecisões estéticas de sua obra que um crítico literário consegue observar. É notório que o prazer estético que a leitura de *Morte em Veneza*, de Thomas Mann, proporciona não é observável em Lima Barreto. Apesar disso, a leitura que Lima Barreto faz da espacialidade e da historicidade do Rio de Janeiro e do Brasil de sua época só ele pode. Com isso, queremos afirmar que a literatura de Lima Barreto é capaz de dar prazer ao leitor para além do campo estético.

⁵²⁵Ver SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.318-350.

⁵²⁶Ver a reflexão de AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009, p.55-73.

Enfim, na literatura de Lima Barreto encontramos um “espelho” do que somos e do que não gostaríamos mais de ser como país, por isso a dificuldade em aceitá-lo. Em parte, entendemos que o caminho para conhecer o Brasil está nas formulações que os intelectuais construíram ao longo de sua história, dentre eles, Lima Barreto.

4.5. Policarpo Quaresma e a classe média suburbana

No início do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*⁵²⁷, Lima Barreto, através do seu narrador⁵²⁸, promove uma caracterização do personagem principal. O major Policarpo Quaresma reside em São Cristóvão⁵²⁹ e vive com a irmã Adelaide, ambos não casaram e não tiveram filhos. Policarpo vive para o trabalho como funcionário público e para o estudo das coisas do Brasil, trabalha no Arsenal de Guerra⁵³⁰ e é um patriota ufanista e autodidata⁵³¹. Sua irmã vive para cumprir um papel próximo ao que uma esposa da época cumpriria na vida do irmão, e de alguma forma este irmão também acaba cumprindo a função provedora de um

527As notas explicativas do romance elaboradas por Lilia Moritz Schwarcz foram de grande relevância para aprofundarmos o entendimento do romance dentro do seu tempo histórico. Nesse sentido, a presente edição serviu de base à realização da análise. Também tivemos contato com a edição de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* que compõe suas obras completas publicadas em 1956 pela editora Brasiliense, vol. II. BARRETO, 2011.

528Cândida Vilares Gancho nos esclarece sobre as diferenças entre autor e narrador: “Não existe narrativa sem narrador, pois ele é o elemento estruturador da história. As variantes de narrador podem ser inúmeras, uma vez que cada autor cria um narrador diferente para cada obra. Antes de mais nada, é bom que se esclareça que o narrador não é o autor, mas uma entidade de ficção, isto é, uma criação linguística do autor, e, portanto, só existe no texto”. GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2006, p.31.

529Antigo bairro imperial onde ficava localizada a residência do Imperador, a Quinta da Boa Vista. Atualmente abriga o Museu Nacional vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em nota ao livro de Lima Barreto, Lilia Schwarcz indica: “Bairro da zona norte do Rio de Janeiro, famoso por nele se localizar uma das moradias imperiais, Quinta da Boa Vista, dada de presente por Elias Antônio Alves para d. João logo após a sua chegada no Brasil. Com o advento da república, a quinta se transformou em Museu nacional”. BARRETO, 2011, p. 92. Ainda sobre São Cristóvão e a mudança no significado da palavra subúrbio na virada do século XIX para o XX, ver FERNANDES, 2011, p.94-141.

530Lima Barreto trabalhou na Secretaria de Guerra. Ver: BARBOSA, 1981.

531Angel Rama, ao dissertar sobre a “cidade letrada”, nós fornece uma boa caracterização do tipo de intelectual que o narrador encarna em Policarpo Quaresma: “Ao fim de levar adiante o sistema ordenado da monarquia absoluta, facilitassem-se a hierarquização e a concentração de poder e pudesse ser cumprida a sua missão civilizadora, acabou sendo dispensável que as cidades – sedes da delegação dos poderes – dispusessem de um grupo social especializado ao qual esses encargos fossem encomendados. Foi também indispensável que esse grupo ficasse imbuído da consciência de exercer um alto ministério, que o equiparava a uma classe sacerdotal. Se não o absoluto metafísico, competia-lhe o subsidiário absoluto que o ordenava o universo dos signos, a serviço da monarquia absoluta ultramar”. Em nossa compreensão, a narrativa barretiana cria um personagem com perfil intelectual mais próximo da monarquia (Império), mas no período inicial e conturbado da Primeira República. Essa característica aumenta o sentimento de “exílio” e de “desterramento” comum ao personagem que não consegue encontrar pares para tocar os seus projetos. Ver: RAMA, 2015, p.37.

marido – guardadas as limitações que o vínculo parental impõe a ambos os sexos, um e outro não casaram⁵³².

No início do livro, Lima Barreto destaca a precisão matemática com a qual Policarpo Quaresma cumpre as atividades de seu cotidiano e o deslocamento de São Cristóvão para a ponta do Caju, onde fica localizado o Arsenal de Guerra:

Não gastava nesses passos nem mesmo uma hora, de forma que, às três e quarenta, por aí assim, tomava o bonde, sem erro de um minuto, ia pisar a soleira da porta de sua casa, numa rua afastada de São Januário, bem exatamente às quatro e quinze, como se fosse a aparição de um astro, um eclipse, enfim um fenômeno matematicamente determinado, previsto e predito.

A vizinhança lhe conhecia os hábitos e tanto que, na casa do capitão Cláudio, onde era costume jantar-se pelas quatro e meia, logo que o viam passar, a dona gritava à criada: 'Alice, olha que são horas; o major Quaresma já passou'⁵³³.

Policarpo Quaresma tinha uma rotina tão regular que servia de relógio para os outros, e apesar de não ter grandes relações com a vizinhança era respeitado por ser homem abastado. Certamente a precisão matemática atribuída a Policarpo Quaresma tratasse de uma ironia aos modelos matemáticos aprendidos na Escola Politécnica onde Lima Barreto foi reprovado várias vezes na disciplina de mecânica. Além disso, nesse momento da narrativa, o autor vai ambientar os personagens no bairro de São Cristóvão, entre eles muitos militares, como o “Capitão Cláudio” e o “General Albernaz”. E não é preciso muito esforço interpretativo para observar a relação entre os militares e a rigidez de alguns modelos de entendimento da realidade que foram consagrados pelos republicanos, tais como, o positivismo. Os militares e positivistas serão alvo constante na crítica que Lima Barreto faz ao regime republicano. Nesses termos é importante indicar a relação direta dos militares com o positivismo e lembrar que esse modelo teórico serviu de base para pensar os símbolos republicanos⁵³⁴, entre eles nossa bandeira e seu dístico⁵³⁵.

532Nesse ponto reside mais uma interposição entre a biografia do autor e seu personagem. Lima Barreto e Policarpo Quaresma não se casaram e não há registro mais evidente na vida real de um, e ficcional de outro, que tenham vivido um grande amor ou paixão. Em relação às informações biográficas, ver BARBOSA, 1981 e CANDIDO, 2011.

533BARRETO, 2011, p.72.

534 Para mais detalhes sobre a relação entre o positivismo e os militares, ver: CARVALHO, 2009.

535 Mais adiante na narrativa de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto faz uma crítica forte ao positivismo, aos militares e à rigidez dos seus modelos: “Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, religião da humanidade, a adoração do grão-fetichismo, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!... Os positivistas e citavam teoremas de mecânica para justificar as ideias do seu governo, em tudo semelhantes

Da mesma forma que o major Policarpo Quaresma reproduz essa rigidez, comum aos militares e aos positivistas, ele também a tensiona. E esses tensionamentos passam a incomodar a vizinhança. O incômodo inicial apresentado na narrativa está relacionado à mania de Policarpo Quaresma em adquirir livros o suficiente para compor uma biblioteca e, como se isso não fosse o suficiente, passar horas do dia estudando as coisas do Brasil⁵³⁶. Nesse sentido, a “desafeição” direcionada a Quaresma nesse momento da narrativa parte do “Dr. Segadas”, que não se conforma com o fato de Policarpo possuir uma biblioteca e cultivar o hábito da leitura sem ter o título de doutor: “Se não era formado, para quê? Pedantismo⁵³⁷”. A partir desse ponto do romance, Lima Barreto começa a caracterizar um determinado perfil da classe média suburbana do final do século XIX⁵³⁸ na qual o major Policarpo Quaresma está inserido.

É o próprio Lima Barreto, em entrevista concedida no momento de publicação do livro, que situa o desenrolar da narrativa na classe média. O entrevistador: “ – Então, o Policarpo?”. Lima Barreto:

– É um livro comum, em que pretendo mostrar a puerilidade de muitas das nossas pretensões brasileiras. Terei errado? Não sei. Terei acertado? Não sei.
– Em que meio se passa? Na classe média. Não posso sair dela. Tinha mesmo vontade de sair, mas não me é possível⁵³⁹.

Dito isto, entendemos que a ambientação do livro se realiza no subúrbio e na classe média e ao falarmos em ambientação entendemos que se trata do espaço no qual a narrativa se desenrola, que, diga-se, não serve apenas como uma espécie de cenário para o desenrolar da

aos canatos e emirados orientais. A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda a gente. Havia mesmo quem tivesse convencido que a matemática tinha sido feita para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não para a Anglicana”. BARRETO, 2011, p.256. No seu romance *Numa e a Ninfa*, diz: “Julgava-se com a certeza; e firmado na ciência, pois tirava toda a sua argumentação do positivismo, todo êle baseado na ciência e consequência dela, principalmente da Matemática, condenava os adversários à fogueira. Escusado é dizer que pouco sabia de Matemática e falava por fé. Era um crente que tinha a revelação da certeza política”. BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. III, p.29. Em seu livro *Os Bruzundangas*, aponta a rigidez dos positivistas em detrimento dos interesses pessoais: “Entretanto, eu quando frequentei a Universidade da Bruzundanga, o conheci como adepto do positivismo do rito do nosso Teixeira Mendes. Quis meter-se na política, fugiu do positivismo e, antes de dez anos, ei-lo de blandrau e vara para acompanhar procissões. Depois de sua conversão, foi eleito definidor, fabricante, escritor de várias irmandades e ordens terceiras. Aliás na Bruzundanga, não a sujeito ateu ou materialista em regra que, ao se casar com mulher rica, não se faça instantaneamente católico apostólico romano. Assim fez esse meu antigo colega”. BARRETO, 2009, p.51-52.

536 Lima Barreto faz uma crítica à rigidez de Policarpo e ironiza: “Ninguém ali podia contestar. Quaresma só sabia história do Brasil os outros nenhuma”. Ver: BARRETO, 2011, p.305.

537Ibidem, p.73.

538Para mais detalhes sobre a classe média suburbana do fim do século XIX, ver FERNANDES, 2011.

539Esta entrevista foi concedida a *A Época* em 18 de fevereiro de 1916 e é citada na introdução da edição de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* utilizada em nossa análise. A introdução e a organização foram realizadas por Lília Moritz Schwarcz. Ver BARRETO, 2011, p.20.

trama; o espaço é agente e condiciona a ação dos personagens⁵⁴⁰. O espaço e as relações sociais desenvolvidas nele e a partir dele são centrais na construção dos personagens e no desenvolvimento da história. Nesse sentido, entendemos que a narrativa desenvolvida em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* propõe não só uma caracterização social de uma determinada “classe média” da época, mas também uma delimitação espacial dos lugares que ocupa ou gostaria de ocupar subjetivamente. No desenrolar do texto, o narrador fala em “alta sociedade suburbana” ou “aristocracia suburbana”, e a partir da presença do termo “subúrbio” entendemos que o autor realiza uma delimitação espacial para a classe média em questão. O próprio Lima Barreto indica na entrevista supracitada que o subúrbio é o “meio” no qual o romance se realiza.

Nesses termos, de acordo com o desenvolvimento da narrativa, vale dizer que a “alta sociedade suburbana” é diferente da alta sociedade de Botafogo ou das Laranjeiras onde se concentravam as elites do Rio de Janeiro, residência de governadores e empreiteiros. Nesses termos, é necessário retomar a crítica do “Dr. Segadas” a Policarpo, associada ao fato de cultivar livros, realizar estudos e possuir uma biblioteca em casa sem ser doutor – “pedantismo”. Entendemos que ao criticar dois membros da classe média suburbana, o narrador expõe algumas contradições e demonstra uma visão estreita em relação ao conhecimento ou à ilustração⁵⁴¹.

O autodidatismo de Policarpo não era aceito por parte de sua vizinhança, e no avançar da narrativa alguns vão relacionar o hábito da leitura e à loucura⁵⁴²:

Fez um ofício em tupi e mandou ao ministro.
 – É o que eu dizia – fez Albernaz.
 – Quem é? – perguntou Florêncio.
 – Aquele vizinho, empregado do arsenal; não conhece?
 – Um baixo de *pince-nez*?
 – Esse mesmo confirmou Caldas.
 – Nem se podia esperar outra coisa – disse o doutor Florêncio. – Aqueles livros, aquela mania de leitura...
 – Pra que lia tanto? – indagou Caldas.
 – Telha de menos – disse Florêncio.
 Genelício atalhou com autoridade:
 – Ele não era formado, para que meter-se em livros?
 – É verdade – fez Florêncio.
 – Isso de livros é bom para os sábios, para os doutores – observou Sigismundo.

540Ver: LINS, 1976.

541A crítica à forma como a sociedade encara o conhecimento, a obtenção de títulos e os doutores é formulada em vários momentos na obra de Lima Barreto. Como exemplo, podemos citar o conto “O homem que sabia Javanês”. Ver: BARRETO, Lima. *Contos Completos de Lima Barreto*; com organização e introdução Lília Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.71.

542BARRETO, 2011, p.136.

– Devia até ser proibido – disse Genelício – a quem não possuísse um título 'acadêmico' ter livros.
Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?

Apesar de a “aristocracia suburbana” condenar o hábito da leitura em Policarpo Quaresma, esse mesmo grupo social admira os sábios que também sejam doutores. Vale dizer que é essa classe média que está identificada com o cosmopolitismo e o afrancesamento dos hábitos comuns à *Belle Époque*⁵⁴³ e cultivados nos trópicos brasileiros pelas nossas elites⁵⁴⁴. Para essa “aristocracia suburbana” os livros eram entendidos como “coisa de doutor” e quem não é doutor não precisa de livros. Nesse ponto, notamos mais uma interposição biográfica: Lima Barreto se torna escritor, admirador dos livros, mas não consegue concluir seu curso de engenharia na Escola Politécnica⁵⁴⁵, tal como Policarpo, sua criatura, um intelectual sem o título de doutor⁵⁴⁶. Nesses termos, uma das questões colocadas pela narrativa consiste no lugar do intelectual ou na aquisição de conhecimento, com ou sem títulos, durante a Primeira República. A questão de fundo parece ser a forma como a “aristocracia suburbana” se vê na sociedade através do espelho das elites; assim, possuir um título acadêmico é mais importante que adquirir conhecimento. Então como pode um autodidata, como Policarpo Quaresma, saber mais sobre um determinado assunto que os doutores da época que frequentaram as

543Renato Ortiz nos esclarece sobre o termo *Belle Époque* ao dizer que: “O período entre 1880 e 1914 tem muitas vezes sido imaginado como uma *Belle Époque*. A denominação em si é sugestiva. Cunhada já no século XX, quando a França conhece uma crise econômica e enfrenta as lembranças recentes da Primeira Guerra, ela encerra uma conotação nostálgica, algo como um passado áureo perdido para sempre. A *Belle Époque* seria o refluxo de uma época, seus excessos expressariam o fim de uma civilização. Embora o termo não existisse, muitos dos seus contemporâneos partilhavam esta sensação de desconforto; eles certamente não entendiam, como os que vieram depois, que estavam vivendo uma idade de ouro; pelo contrário, a ênfase colocada na situação da crise lhes impedia de antecipar tal perspectiva”. ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p.52.

544Como já indicamos, o momento em que Lima Barreto ambienta o livro é anterior a Reforma Urbana Perreira Passos, mas o momento da elaboração da narrativa e de sua primeira publicação é posterior a reforma em questão. Nesse sentido, vale dizer que Lima Barreto foi um observador atento a sociedade o que permite ao narrador combinar os dois momentos históricos (fim do século XIX e início do XX) e retratar a transição espacial ocorrida (mudança no conceito de subúrbio).

545Sérgio Miceli aponta que a maior parte dos intelectuais que se tornaram escritores durante a Primeira República pertencem a classes médias decadentes que perderam posições sociais com a consolidação da República. Ao destacar o caso de Lima Barreto nos diz que: “Deste modo, a presença do padrinho permite a Lima Barreto orientar-se num primeiro momento para uma carreira relativamente distante do pólo intelectual, a profissão de engenheiro. Embora venha compensar a escassez de bens materiais de que dispunha sua família, fato que normalmente deveria facilitar seu acesso às carreiras burguesas às quais seu pai foi obrigado a renunciar (por exemplo, sua exclusão da Escola de Medicina), a presença de Ouro Preto consegue assegurar apenas uma adesão precária às carreiras (masculinas) dominantes. Lima Barreto acaba por desistir do projeto paterno de convertê-lo em 'júnior da classe dominante', 'um homem enérgico, inacessível a tudo isto, engenheiro, talvez, a construir pontes, máquinas, cais ou semelhantes'. Ao contrário de Humberto de Campos, atraído pelas carreiras burguesas de seus tios negociantes (espírito mercantil), estava objetivamente destinado às carreiras que, no âmbito da divisão do trabalho de dominação, eram as mais afastadas do pólo de poder econômico, quais sejam as carreiras eclesiásticas e militar”. MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p.39-40.

546Ver: BARBOSA, 1981.

faculdades e as escolas militares⁵⁴⁷?

Apesar disso, essa mesma “aristocracia suburbana” não consegue valorizar os hábitos que conduzem ao desenvolvimento de uma certa erudição. O próprio Lima Barreto vai dar o seu veredito mais adiante na narrativa, ao apontar a dificuldade que o Dr. Armando Borges (médico)⁵⁴⁸ tem para se dedicar à literatura: “Ele não compreendia a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos, à sociedade, a vida, os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo!”⁵⁴⁹. Nesses termos, o “pedantismo” do qual Policarpo era acusado, por possuir uma biblioteca em casa e dedicar grande parte do seu tempo à leitura, parte da dificuldade da própria classe média suburbana e das elites em se dedicar às coisas que admiram e têm como ideal⁵⁵⁰.

4.5.1. - A “alta sociedade suburbana” e a cultura

As atitudes e os hábitos do protagonista de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* serão uma coletânea de incômodos assumidos contraditoriamente pela sociedade da época, retratada no romance. Após a questão relacionada ao hábito de Quaresma de possuir livros e lê-los, um segundo momento desses incômodos está associado às aulas de violão que o violinista Ricardo Coração dos Outros vai ministrar ao major Policarpo Quaresma. O violonista mora no subúrbio, não naquele de classe média como Policarpo, mas onde se concentram as classes

547No livro *Os Bruzundangas*, Lima Barreto esclarece em tom jocoso: “O título de *doutor*, anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito do *dom* em terra de Espanha. Mesmo no exército, ele soa em todo o seu prestígio nobiliárquico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de tratá-lo é matéria para atrapalhões protocolares. Se só se o chama *tout court* Dr. Kamisão, ele ficará zangado porque é coronel; se se o designa unicamente por coronel, ele julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu título universitário-militar”. VER: BARRETO, 2009, p.42.

548O personagem Dr. Armando Borges (médico) se torna esposo de Olga (afilhada de Policarpo Quaresma). O doutor será ironizado muitas vezes pelo narrador ao longo do livro e a personagem Olga é construída de uma forma que se torna superior ao marido (doutor) em termos de filosofia de vida. O esposo só consegue pensar em sua carreira e em como conseguir promoções e cargos nos empregos e na vida pública.

549BARRETO, 2011, p.261.

550A distância entre o que se “é” e o que pensamos “ser” foi objeto de reflexão de Lima Barreto utilizando-se da ideia de “bovarismo”. Em seu livro *Bagatelas* atribui a ideia ao filósofo Jules Gaultier “que Flaubert selara quase todos os seus personagens dos seus romances com a marca genial de um só modo de ver”. Em seu *Diário Íntimo*, o autor sintetiza o bovarismo: “A pessoa humana: A imagem que, sob o império do meio, circunstâncias exteriores, educação, sujeição, a pessoa forma de si mesma: Ser real, ideal, tendências hereditárias, etc”. Em nosso entendimento, o bovarismo acontece quando elaboramos uma “imagem” de nós que está muito distante da realidade que vivemos, em outras palavras, uma “imagem” de nós que não condiz com o que somos. De alguma forma, o protagonista do romance em análise, Policarpo Quaresma, sofre de um certo “bovarismo” ao não conseguir equilibrar a imagem que projeta de “si” para realidade com o real em “si”. Ver: BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. IX, p.56-60; BARRETO, 1956, p.92-94.

populares. Lima Barreto captura a partir daí a transição do conceito de subúrbio: a passagem do subúrbio das classes médias e altas – como São Cristóvão –, comuns até o fim do século XIX, para os subúrbios como lugares ocupados pelas classes mais populares, tendência que vai se tornar predominante ao longo do século XX.

Mapa 3**Ricardo Coração dos Outros (circulação pelos subúrbios)** **Legenda**

Linha Férrea

Centro do Rio de Janeiro

Residência de Policarpo Quaresma

Bairros do Município do Rio de Janeiro

Residência de Ricardo Coração dos Outros

Nesse sentido, podemos afirmar que no subúrbio de classe média, do final do século XIX, o violão não era bem-visto. Os suburbanos medianos desejam ser vistos como a alta sociedade, e por isso desejam ser chiques e cosmopolitas. O instrumento está associado aos populares e o hábito da “malandragem”, o gênero musical praticado aqui é a “modinha”.

Em meio a essas intencionalidades da “aristocracia suburbana” podemos afirmar que, intelectualmente, Policarpo Quaresma se sente um “desterrado”⁵⁵¹ em meio a essas, e sai em busca de suas próprias raízes culturais e de seu país. O próprio Policarpo afirma: “A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede”⁵⁵². E a narrativa dá o tom do discurso do major:

Eram esses seus hábitos; ultimamente, porém, mudara um pouco; e isso provocava comentários no bairro. Além do compadre e da filha, as únicas pessoas que o visitavam até então, nos últimos dias, era visto entrar em sua casa, três vezes por semana e em dias certos, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão agasalhado numa bolsa de camurça. Logo pela primeira vez o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável! Que seria!

E, na mesma tarde, uma das mais lindas vizinhas do major convidou uma amiga, e ambas levaram um tempo perdido, de cá pra lá, a palmilhar o passeio, esticando a cabeça, quando passavam diante da janela aberta do esquisito subsecretário.

Não foi inútil a espionagem, sentado no sofá, tendo ao lado o tal sujeito, empunhando o 'pinho' na posição de tocar, o major, atentamente, ouvia: 'Olhe, major, assim'. E as cordas vibravam vagarosamente a nota ferida; em seguida, o mestre aduzia: 'É ré, aprendeu?'

Mas não foi preciso pôr carta; a vizinhança concluiu logo que o major aprendia a tocar violão. Mas que coisa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!⁵⁵³

O fato de Policarpo Quaresma aprender a tocar violão causa indignação na “aristocracia suburbana” da época. Em termos mais amplos, o interesse do major está associado à “cultura popular”⁵⁵⁴ e o gênero musical escolhido foi a modinha. Lima Barreto,

551A ideia do intelectual como um estrangeiro em sua própria terra também é trabalhada por Nísia Trindade a pesquisadora afirma: “Ser caipira significava, enfim, ser brasileiro”. O sentimento de “desterro” como intelectual está presente no perfil biográfico de Lima Barreto traçado por Osman Lins a partir da ideia de “insulamento” e na biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa. Ver: LIMA, 2013, p.220-224; LINS, 1976; BARBOSA, 1981.

552BARRETO, 2011, p.76.

553 Ibidem, p.73.

554 Há um longo debate sobre o dualismo que se estabeleceu em torno das definições de cultura popular e cultura de elite. As reflexões de Roger Chartier e Raymond Williams nos permitem compreender que cultura é um conceito polissêmico, além disso, percebemos que a ideia de “cultura popular” foi uma criação da elite para forjar uma distinção entre a cultura cultivada pela alta sociedade e a cultura das classes populares. Nas palavras do próprio Roger Chartier: “A cultura popular é uma categoria erudita. Por que enunciar, no começo de uma conferência, tão abrupta proposição? Ela pretende somente lembrar que os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus autores como pertencentes à

através de seu narrador, com a ambivalência que lhe é de costume, tenta criar um contraponto ao cosmopolitismo e ao afrancesamento da cultura a partir da exposição dos interesses ufanistas do personagem Policarpo Quaresma, mas, ao mesmo tempo, a forma patriótica e ufanista com que Policarpo toca seus projetos de tentativa de restaurar a cultura nacional e as instituições não promove uma fácil adesão aos seus. Nesse ponto, entendemos que a complexidade do personagem criado por Lima Barreto é grande, e ao mesmo tempo que não somos capazes de aceitar suas ideias de um só lance, também não conseguimos ignorar totalmente o que diz⁵⁵⁵. Não há dúvida de que os projetos de Brasil levados à frente pelos nossos governantes ignoravam a “cultura popular” e aderiam a teorias e modelos importados de outros países – como o romantismo francês durante o Império e o positivismo e as teorias raciais durante a Primeira República –, mas a forma como Policarpo tenta trazer a “modinha” para o primeiro plano do universo político e cultural é “ingênua”⁵⁵⁶ e por isso se aproxima da ineficiência de todas as intenções que deseja combater.

Também é interessante notar a forma contraditória como a “aristocracia suburbana” vai aderir à modinha que Policarpo Quaresma agora passará a cultivar com o violonista e morador do subúrbio carioca⁵⁵⁷, Ricardo Coração dos Outros. Em um primeiro momento os

'cultura popular'. Produzido como uma categoria erudita destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles, os *scholars*) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a do mundo dos exóticos”. CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p.179-192. Durante o século XIX, com o aumento da distinção entre as classes sociais, surgiu a necessidade de cunhar o termo “cultura popular” para distinguir e classificar a cultura que era produzida e reconhecida pela elite daquela que poderia até ser reconhecida pela elite, mas não era produzida no âmbito e ao gosto dos seus membros. Para mais detalhes, ver: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.117-124.

555A personagem feminina Olga, afilhada de Policarpo Quaresma, percebe a riqueza humana do padrinho e sua pureza de ideal e tenta em diversos momentos da narrativa criar ressalvas aos projetos do padrinho de forma a protegê-lo.

556O sentido que atribuímos à palavra ingênua não significa um demérito ao personagem, mas o aproxima de uma condição humana. Nesses termos, faz sentido a aproximação entre o personagem criado por Lima Barreto e o Dom Quixote de Miguel de Cervantes. Essa aproximação foi exposta por Oliveira Lima no prefácio a edição de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* publicada nas obras completas de Lima Barreto: “o Major Quaresma viverá na tradição, como um Dom Quixote nacional. Ambos são tipos de optimistas incuráveis, porque acreditam que os males sociais e sofrimentos humanos podem ser curados pela mais simples e ao mesmo tempo difícil das terapêuticas, que é a aplicação da justiça da qual um e outro se arvoram paladinos. Um levou sovas por querer proteger os fracos, o outro foi fuzilado por querer na sua bondade salvar inocentes. Visionários ambos: assim tratou o marechal de ferro o seu amigo Quaresma e trataria Dom Quixote, se houvesse lido Cervantes”. BARRETO, 1956, vol. III.

557O violonista Ricardo Coração dos Outros era morador dos subúrbios. Lima Barreto tece algumas interessantes considerações sobre os subúrbios ao situar o local de moradia do violonista: “Ricardo Coração dos Outros morava em uma pobre casa de cômodos do subúrbio. Não era das sórdidas, mas era uma casa de cômodos do subúrbio. Desde anos que ele habitava e gostava da casa que ficava trepada sobre uma colina, olhando a janela do seu quarto para uma ampla extensão edificada que ia da Piedade a Todos os Santos. Vistos assim do alto, os subúrbios têm a sua graça. As casas pequeninas pintadas de azul, de branco, de oca, engastadas nas comas verde-negras das mangueiras, tendo de permeio, aqui e ali, um coqueiro ou palmeira, alta e soberba, fazem a vista boa e a falta de percepção do desenho das ruas põe no programa um sabor de

vizinhos condenaram a “malandragem” em casa tão digna, mas, com o avançar da narrativa, os mesmos vizinhos adotaram o violeiro e as modinhas⁵⁵⁸. Dessa forma, o general Albernaz envia um bilhete e convida Ricardo Coração dos Outros para tocar no casamento de sua filha: “Meu caro Ricardo – Saúde – Minha Filha Quinota casa-se depois de amanhã, quinta-feira. Ela e o noivo fazem muito gosto que você apareça. Se o amigo não estiver comprometido com alguém, agarre o violão e venha até cá tomar uma chávena de chá conosco – Seu amigo Albernaz”⁵⁵⁹. Para tratar dessa aderência contraditória à modinha, no que diz respeito às aspirações das classes médias e altas do início do século XX, encontramos informações interessantes em José Ramos Tinhorão. No início do século XX, afirma o autor, a modinha vai ter uma nova aceitação entre as classes médias e altas e esse movimento parece ter sido capturado por Lima Barreto e transformado em elementos para compor a sua narrativa. Nesses termos, a tentativa de “Policarpo Quaresma” em trazer a modinha para o primeiro plano da música brasileira encontra paralelo com um movimento ocorrido na história da música popular brasileira, a nova ascensão das modinhas ao gosto da classe média e este movimento de ascensão está associado à forma como o cantor e compositor Catulo da Paixão Cearense⁵⁶⁰ desenvolveu o gênero musical⁵⁶¹.

confusão democrática, de solidariedade perfeita entre as gentes que habitam; e o trem minúsculo, rápido, atravessa tudo aquilo, dobrando à esquerda, inclinando-se para a direita, muito flexível nas suas grandes vértebras de carros, como uma cobra entre os pedrouços. Era daquela janela que Ricardo espalhava as suas alegrias, as suas satisfações, os seus triunfos, e também os sofrimentos e mágoas”. Fica evidente que o subúrbio onde Ricardo Coração dos Outros reside é o “refúgio dos infelizes”, como exposto por Lima Barreto em *Clara dos Anjos*. Ver: BARRETO: 2011, p.193.

558O violeiro Ricardo Coração dos Outros, após ter conquistado a “aristocracia suburbana”, também pretendia conquistar outros arrabaldes, como Botafogo: “Ricardo depois de ser poeta e cantor dessa curiosa aristocracia, extravasou a passos à cidade, propriamente. A sua fama já chegava em São Cristóvão e em breve (ele o esperava) Botafogo convidá-lo-ia, pois os jornais já falavam o seu nome e discutiam o alcance de sua obra e da sua poética...”. Ver: Ibidem, p.92.

559Ibidem, p.197.

560José Ramos Tinhorão destaca o momento e a forma como o “modinha” é aceita pelas classes médias e altas a partir do início do século XX com o cantor e compositor Catulo da Paixão cearense: “Para os modernos intelectuais, que na verdade desprezavam os seresteiros e cantores de modinhas das camadas populares por terem se apropriado sem cerimônia da herança dos seus venerados poetas românticos, o oportunista Catulo ganhou a importância de uma exceção, o que permitia a um acadêmico de nome ilustre como Egas Moniz Barreto de Aragão escrever, louvando o trovador de salão para depreciar os tocadores de violão do povo: 'Catulo revolucionou tudo isso: transformou o acompanhamento, dando-lhe modulações imprevistas; metrificou com uma polifônica os ritmos arrebatadores; descobriu sugestivos *leitmotifs*, há muito tempo em latência no coração popular; entrou nos salões e obteve calorosos aplausos, revelando, destarte, a verdadeira beleza do violão brasileiro, neles entronizando de novo nossa modinha, lamentavelmente oclocratizada pelas espeluncas”. TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular: da modinha à lambada*. São Paulo: Art. Editora, 1991, p.36.

561Lilia Schwarcz em nota à obra de Lima Barreto com base em outra obra de José Ramos Tinhorão confirma o destaque que fizemos e pontua a amizade de Lima Barreto com Catulo e a maneira como isso está representado no romance: “José Ramos Tinhorão, no seu livro, situa a coincidência entre personalidade de Catulo e de Ricardo. A extrema vaidade dos músicos seria um traço preciso dessa relação. Tinhorão estranha, ainda, o fato de Lima ter oposto o seu Ricardo (personificado no trovador branco e cotejador, Catulo) ao cantor negro Eduardo das Neves. Lima era amigo de Catulo, a quem atribuía grande consideração – 'O violão e a modinha que Catulo, com sua tenacidade, com o seu talento e a obediência cega a um grande ideal, dignificou e tornou capaz da atenção dos intelectuais', escrevia na crônica 'Bailes e divertimentos suburbanos'”

Nesses termos começamos a perceber uma relação entre a “cultura popular” e a “cultura erudita” e a forma como tais classificações estão representadas em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Nesse sentido, o contraponto entre o “erudito” e o “popular” também é explorado por Lima Barreto através do personagem Ricardo Coração dos Outros e é o próprio violonista quem propõe a comparação entre os seus versos e a poesia de Olavo Bilac⁵⁶²: “– Oh! Por Deus, minha senhora! Eu só canto as minhas. O Bilac – conhecem? – quis fazer-me uma modinha, eu não aceitei; você não entende de violão, 'seu' Bilac. A questão não está em escrever versos certos que digam coisas bonitas; o essencial é achar-se as palavras que o violão deseja”⁵⁶³. Mais adiante, o violonista combate os críticos que dizem que os seus versos não o são por não possuírem métrica: “Muito injusta! – acrescentou Ricardo. – Todos os críticos se atêm a questão de metrificação. Dizem que os meus versos não são versos... São, sim; mas são versos para o violão. Vossa Excelência sabe que os versos para a música têm alguma coisa de diferente dos comuns não é?”⁵⁶⁴. Nesse ponto, entendemos que a forma como os versos são compostos obedecem a interesses diferentes, no caso da poesia parnasiana a métrica é essencial no que diz respeito as letras (poesia) que tem como objetivo compor uma canção os versos não podem obedecer as mesmas regras. Nesse ponto, certamente, Lima Barreto está fazendo uma crítica a literatura estabelecida e a rigidez dos críticos que se acham no direito de dizer o que é e o que não é poesia. A partir disso, entendemos o reclame de Ricardo Coração dos Outros em relação aos críticos que não reconhecem os seus versos como poesia. Não nos parece exagero, identificar que a forma como os versos são compostos também expressa diferentes projetos de linguagem, por combinar de forma diversa o que se quer dizer com a forma como se diz. A poesia parnasiana, com sua métrica admirada pelas elites, configura o que Lima Barreto chamava de literatura “sorriso da sociedade”. No que diz respeito a poesia expressa na modinha – apropriada pelos mestiços e comum nos espaços suburbanos – incorpora de forma dinâmica a oralidade, forma mais democrática de acesso à língua e a linguagem⁵⁶⁵.

(*Gazeta de Notícias*, 7 de fevereiro de 1922). No romance, o personagem Ricardo chega a se referir a Eduardo das Neves como 'preto' e 'crioulo’’. SCHWARCZ, 2011, p.97.

562A aproximação entre Ricardo Coração dos Outros e Olavo Bilac confirma a indicação fornecida por Lilia Schwarcz, em nota à obra de Lima Barreto, quando aproxima Ricardo Coração dos Outros de Catulo da Paixão Cearense. Parece-nos que para ter acesso a Olavo Bilac e o poeta propor uma parceria para o violonista, o próprio já devia contar com uma certa circularidade nas esferas médias e altas da sociedade. Ibidem, p.97.

563Ibidem, p.96.

564Ibidem, p.117-118.

565Nesse sentido as palavras de José Luis Fiorin são pertinentes ao fazer uma relação entre as “formações ideológicas” e sua relação com as “formações discursivas”: “Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem ideias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não verbal, essa

Apesar do confronto entre as concepções de linguagem e poesia existentes na narrativa, em que Olavo Bilac se transforma em contraponto à poesia de caráter popular presente nas modinhas, no plano biográfico Lima Barreto tinha relações cordiais com Olavo Bilac, apesar de defenderem diferentes projetos de literatura⁵⁶⁶ como destaca Lilia Schwarcz. Do ponto de vista geográfico, vale salientar que a oposição no que diz aos projetos de literatura presentes em Lima Barreto e Olavo Bilac também revela diferentes projetos de cidade (Rio de Janeiro). Enquanto Lima Barreto faz a crítica à reforma Pereira Passos e ao embelezamento estético da cidade, Olavo Bilac reforça a necessidade de saneá-la e retirar os pobres e a doença do centro; a “cidade das letras” preconizada por um é criticada pelo outro⁵⁶⁷.

A literatura e os projetos da cidade parecem estabelecer algumas correspondências entre si. Em outras palavras, Olavo Bilac preconizava uma cidade civilizada, livre das doenças e dos pobres, onde predomina uma determinada ordem sob o todo social. Essa mesma lógica parece estar presente em sua poesia de versos medidos, racionalizados, pensados e repensados, feitos e refeitos para se enquadrar em uma determinada métrica – numa ordem, portanto. No lado oposto Lima Barreto excluía de seu projeto pessoal de literatura uma preocupação exagerada com a estética e com a gramática; o conteúdo ou o que a literatura deseja comunicar ao seu leitor é mais importante do que a forma como vai

visão de mundo não existe desvinculada de uma linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é o conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada concepção de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer. Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante”. FIORIN, José Luis. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2006, p.32. Candida Vilares Gancho acrescenta: “Numa narrativa, é possível atingir dois níveis da linguagem: o do narrador e o das personagens. Evidentemente, não se deve esquecer que a linguagem das personagens varia de acordo com as condições socioeconômicas de seu meio, a idade, o grau de instrução e ainda a região em que vivem. Independentemente disso, é possível reconhecer o que é narração (fala do narrador) e o que dizem os personagens”. Candida Vilares Gancho, 2006, p.37. Ver: BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

566Em nota à obra de Lima Barreto Lilia Schwarcz destaca: “As relações entre ambos, contudo, eram cordiais, como prova uma bilhete enviado por Bilac a Barreto, no qual o primeiro – buscando usar a influência que sua posição de intelectual bem-sucedido lhe confere para ajudar o colega marginalizado – narra seus esforços para auxiliar a publicação de um livro de Barreto pela editora Francisco Alves: 'Falei hoje ao Alves, que me disse: 'Em princípio, a coisa tá feia; mas não pode ser feita já, se não daqui a alguns meses'. Insisti mas em vão. Desculpe o fracasso da boa vontade do seu admirador' (*Correspondência*, Lima Barreto. São Paulo: Brasiliense, 1956, v.I, p.129). Por outro lado, Nicolau Sevcenko afirma que Lima 'menosprezava Bilac pois ele sempre cedia à supremacia da retórica em detrimento da rigorosa descrição da realidade' (1997, p.347)”. Ver: BARRETO, 2011, p.96.

567Sobre a relação entre Lima Barreto e Olavo Bilac, ver: NUNES, Radamés Vieira. Cidade inventada: o Rio de Janeiro de fachada e ilusão. In: *Opsis*, Catalão, v.09, n.12, jan-jun, 2009, p.62-81.

comunicar. Essa lógica na construção dos seus textos também está presente na defesa da paisagem carioca que comporta as desigualdades e os desnivelamentos sociais. No caso de Lima Barreto, não há sentido em embelezar o centro da cidade quando a maior parte da população da cidade não possui as condições básicas de moradia, alimentação, saúde, sem falar da falta de acesso à arte e à educação formal.

Radamés Vieira Nunes⁵⁶⁸ ao analisar as crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac, resume bem as diferentes formas como ambos os escritores perceberam as mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, principalmente após a reforma Pereira Passos:

Lima Barreto e Olavo Bilac perceberam as mudanças na cidade, embora com perspectivas diferenciadas. O primeiro achava que as obras eram cheias de luxo e suntuosidades desnecessárias, incapazes de atender as reais necessidades da população carioca, que, em sua maioria, não se habituaria a tudo aquilo, por formarem, em si, um ambiente inibidor e excludente. Já o segundo, cria que aquele era exatamente o cenário material desejado, mas que as pessoas não se civilizavam o suficiente para o seu devido desfrute. Para um, o problema estava nas obras, para outro o problema estava nas pessoas. Para um, a ilusão era o próprio conceito padrão de civilidade desejado pelo Estado; para outro a ilusão era crer que todo o Rio de Janeiro evoluiu com a reforma, passando da “barbárie” para a “civilidade”. Para um, a reforma dos costumes era preconceituosa e excludente; para outro, era importante e necessária; um cria que a noção de civilização estava ligada aos hábitos e tradições populares do subúrbio, outro acreditava que a verdadeira civilização era a que se desejou construir no centro urbano. Um defendia os infratores, o outro as leis. (...). Embora houvesse a pretensa separação entre essas duas cidades, embora sejamos tentados a dividir esses mundos fragmentados, é necessário dizer que um sempre é tomado em relação ao outro, reafirmando ainda mais a ideia de contato. A noção de civilização que Barreto critica e Bilac exalta também fazem parte da constituição da fachada moderna.

Se para nos comunicarmos através dos textos existe uma ordem gramatical a seguir, formal ou informal, entendemos que também há uma gramática sendo imposta à paisagem do Rio de Janeiro no momento em que Lima Barreto e Olavo Bilac exercem sua literatura. Mais uma vez parece ficar deflagrado o confronto direto entre a “cidade real” e a “cidade das letras”, da qual nos fala Angel Rama⁵⁶⁹. A defesa de uma concepção de literatura estabelece uma sintaxe e uma semântica que se converte e é convertida na defesa ou crítica de uma gramática espacial (ordem urbana).

568 NUNES, 2009, p.79-80.

569 RAMA, 2015.

Mapa 4

Expansão dos Subúrbios e Deslocamento Diário de Policarpo

Legenda

- Bairros Município RJ
- Linha Férrea
- Residência de Lima Barreto
- Trabalho de Policarpo (Arsenal de Guerra)
- Residência de Policarpo
- Deslocamento Diário de Policarpo Quaresma (Casa-Trabalho)

4.5.2 Policarpo, cultura popular e linguagem

Policarpo Quaresma envolve o General Albernaz em suas pesquisas da música popular e das tradições brasileiras; ambos recorrem então à preta velha Maria Rita⁵⁷⁰, que trabalhou durante anos como lavadeira na casa do general.

O major pensara até ali pouco nessas coisas de festas e danças tradicionais, entretanto viu logo a significação altamente patriótica do intento. Aprovou e animou o vizinho. Mas quem havia de ensaiar, de dar versos e a música? Alguém lembrou da tia Maria Rita, uma **preta velha**⁵⁷¹, que morava em Benfica, antiga lavadeira da família Albernaz. Lá foram os dois, o general Albernaz e o major Quaresma, alegres, apressados, por uma linda e cristalina tarde de abril.⁵⁷²

Do ponto de vista geográfico vale notar que à distância de São Cristóvão para Benfica é menor que a distância em relação a Botafogo, onde residia a alta sociedade da época. Nesses termos a “aristocracia suburbana”, para citar um termo utilizado pelo próprio Lima Barreto ao longo do romance, está mais próxima dos suburbanos de fato do que das elites chiques e cosmopolitas⁵⁷³. Dessa forma, não é de estranhar que a “elite suburbana” tenha aderido à “modinha”, aos bailes e ao violeiro Ricardo Coração dos Outros⁵⁷⁴. A maior parte dos tipos sociais que compõem os personagens que pertencem à “aristocracia suburbana” são militares, funcionários públicos e dentistas⁵⁷⁵.

570O preto velho Anastácio é citado já na primeira parte do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. No entanto, é na segunda parte da narrativa que o personagem ganha mais presença. BARRETO, 2011, p.101,114.

571Grifo nosso.

572BARRETO, op. cit., p.103.

573Para pensar o conceito de subúrbio consagrado ao longo do século XX, ver: FERNANDES, 2011.

574Ainda de acordo com José Ramos Tinhorão e Lília Schwarcz em nota sobre Lima Barreto, havia dois tipos de cantores de modinha. O cantor de salão, que tinha entrada nas casas de classe média e esse parece ser o caso do personagem Ricardo Coração dos Outros, que se aproxima do cantor Catulo da Paixão Cearense. Além dessa categoria, também existe na narrativa barretiana o rival de Ricardo Coração dos Outros que vem fazendo sucesso nos subúrbios; o rival (negro) pode ser encarado como um cantor de rua que se aproxima de Eduardo das Neves. Ver: TINHORÃO, 1991, p.27-32 e BARRETO, 2011, p.97.

575Com relação aos dentistas, fica a impressão de que eram doutores de segunda ordem. Veja-se o livro *Os Bruzundangas* de Lima Barreto: “Há nessa nobreza doutoral uma hierarquia como em todas aristocracias. O mandarinato chinês, ao qual muito se assemelha essa nobreza da Bruzundanga, tem os seus mandarins botões de safira, de topázio, de rubi, etc. No país em questão, eles não se distinguem por botões, mas pelos anéis. No intuito de não fatigar os leitores, vou dar-lhes um quadro sintético de tal nobreza da Bruzundanga com a sua respectiva hierarquia colocada em ordem decrescente. Guardem-no bem. Ei-lo, com pedras e anéis: Doutores: Médicos (Esmeralda), Advogados (Rubi), Engenheiros (Safira), Engenheiros militares (Turquesa), Engenheiros geógrafos (Safira e certos sinais no arco do anel), Farmacêutico (Topázio) e Dentista (Granada)”. BARRETO, 2009, p.44. Há personagens que exercem o ofício de dentistas em *Clara dos Anjos* e em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, duas obras que tratam dos subúrbios. Dessa forma, também podemos estabelecer uma relação entre esses doutores menos privilegiados na hierarquia doutoral e a sua espacialidade suburbana.

Há uma sobreposição entre a proximidade geográfica e a cultural, uma vez que a forma como a “aristocracia suburbana” cede à modinha indica que a “cultura popular” presente nos subúrbios (sertão) está mais próxima da realidade dos suburbanos médios que as vogas cosmopolitas. Portanto a classe média suburbana não encontra sua imagem narcísica com facilidade ao se contemplar nos espelhos das elites; em outras palavras, autoidentifica-se com a riqueza, mas, geograficamente, encontra-se próxima da pobreza e da cultura popular. Nesse sentido, identificamos que a narrativa⁵⁷⁶ afirma a hipótese de que é no subúrbio (sertão) que reside o cerne, o primitivo, a origem, o arcaico a ancestralidade que vai permitir que tenhamos uma “alma” para enfrentar a modernização diluidora das identidades tidas como originárias⁵⁷⁷. Apesar disso, para identificarmos a ancestralidade é necessário construir uma outra memória em relação à cultura africana e à cultura ameríndia presente no território brasileiro.

576BARRETO, 2011.

577Sobre a veloz, o fugaz e o instantâneo na constituição da vida na cidade moderna do final do século XIX e início do século XX. Ver: SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2):577-591, 2005. Para um debate mais contemporâneo sobre a forma como as cidades diluem as identidades, ver: MARTINS, 2001.

Mapa 5

Policarpo e General Albernaz em Visita à Preta Velha Tia Maria Rita

Legenda

—+—+—+— Linha Férrea

— Trajeto da Visita à Preta Velha

● Residência de Policarpo Quaresma

■ Bairros Município - RJ

● Casa da Tia Maria Rita

É importante destacar o fato de os membros da “aristocracia suburbana” partirem à busca das “genuínas expressões de nossa nacionalidade” por meio de uma preta velha. Sabemos que Lima Barreto foi um intelectual negro que não se resignou em esconder a sua condição para alcançar posições sociais e que, portanto, sofreu muito com o racismo institucionalizado presente em seu tempo, sobretudo na Escola Politécnica. Dessa forma, também não podemos deixar de lembrar a anotação em seu “Diário Íntimo”, em que escreveu em 1903: “Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade”⁵⁷⁸. Nesse sentido, a posição crítica de Lima Barreto⁵⁷⁹ em relação ao “racismo científico” presente em sua época é evidente e não nos parece uma questão do acaso a narrativa conduzir a “aristocracia suburbana” a uma “preta velha” residente no subúrbio – “refúgio dos infelizes” – como uma tentativa de resgatar a ancestralidade. Através de sua narrativa, Lima Barreto está denunciando o apagamento de uma memória importante na constituição da história brasileira, decorrente da não integração dos negros e das matrizes culturais africanas na constituição de nossa nacionalidade⁵⁸⁰. O diálogo entre a preta velha Maria Rita, o General Albernaz e o Major Policarpo Quaresma fala dessa memória:

- Boas tardes, Tia Maria Rita – disse o general.
- Ela respondeu, mas não deu mostras de ter reconhecido quem lhe falava. O general atalhou:
- Não me conhece mais? Sou o general, o coronel Albernaz.
- Ah! É sô coroné!... Há quanto tempo! Como está nhã Maricota?
- Vai bem. Minha velha, nos queríamos que você nos ensinasse umas cantigas.
- Quem sou eu, ioiô!
- Ora! Vamos, tia Maria Rita... você não perde nada... você não sabe o 'Bumba meu boi'?
- Quá, ioiô, já me esqueceu.
- E o “Boi Epitácio”.
- Coisa veia, do tempo do cativoiro – pra quê sô coroné qué sabé disso?
- Ela falava arrastando as sílabas com um doce sorriso e um olhar vago.
- É para uma festa... Qual é a que você sabe?
- (...)
- Qual esquecida, o quê! Deve saber ainda alguma coisa, não é, titia?
- Só sei o “Bicho Tutu”⁵⁸¹ – disse a velha.

578Lima Barreto em seu *Diário Íntimo*. Ver: BARRETO, 1956, vol. XIV, p. 33.

579A posição crítica de Lima Barreto em relação ao racismo é confirmada por Lilia Schwarcz em nota à edição de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Ver: Idem, 2011, p.262.

580O apagamento da nossa memória através da destruição do patrimônio histórico presente nos subúrbios é claramente denunciado pelo narrador, no trecho em que comenta o caminho percorrido por Policarpo e pelo General Albernaz até chegar a casa da preta velha Maria Rita (subúrbio): “Entre nós tudo é inconsciente, provisório, não dura. Não havia ali nada que lembrasse esse passado. As casas velhas, com grandes janelas, quase quadradas, e vidraças de pequenos vidros eram de há bem poucos anos, menos de cinquenta” In: Ibidem, p.106.

581 De acordo com Câmara Cascudo, “Tutu” é um dos mitos presentes na nossa cultura oral. As informações do

– Cante lá.
 –Ioiô sabe! Não Sabe! Quá, sabe!
 – Não sei, cante. Se eu soubesse não vinha aqui. Pergunte ao meu amigo, o major Policarpo, se sei.
 Quaresma fez com a cabeça o sinal afirmativo e a preta velha, talvez com grandes saudades do tempo em que a escrava e ama de alguma grande casa, farta e rica, ergueu a cabeça, como melhor recordar-se, e entoou:

É vem tutu
 Por de trás do murundu
 Pra cumê sinhozinho
 Cum bucado de angü⁵⁸²

Como se observa, Lima Barreto, através do narrador e dos seus personagens, explicita não apenas um projeto de literatura que se opõe à literatura consagrada em sua época, mas um projeto de linguagem que, também, vai de encontro à linguagem utilizada na literatura daquele momento. Traz os negros e a cultura africana para o primeiro plano de sua escrita, mesmo que seja para denunciar e apresentá-la de forma desgastada ou quase em ruína. Ainda no que diz respeito à linguagem, é interessante notar que Lima Barreto não faz uma transposição linguística aproximando a forma como os negros falam da norma culta da língua portuguesa utilizada à época. O autor formaliza a oralidade⁵⁸³, comum aos negros e à cultura africana presente no Brasil, através da palavra escrita. E, uma hipótese a se pensar é que talvez tenha sido o único escritor a fazer isso em seu período no Brasil⁵⁸⁴.

pesquisador sobre o mito em questão, contribuem para nossa tentativa de desenredar a presença das tradições africanas na narrativa barretiana: “Tutu é um animal informe e negro que aparece nas cantigas de embalar. Não o descrevem nem há a menor alusão a um detalhe físico. Sabe-se apenas que, à sua simples menção, as crianças fecham os olhos e procuram adormecer sob o império do medo, O Tutu vive nos lábios das amas de todo o Brasil. Há uma outra acepção de Tutu. Diz-se Tutu valente, ao brigão, ao bulhento. Tutu é uma corruptela da palavra *quitutu*, do idioma quibundo ou angolês, significando 'papão', 'ogre'. Correlatamente decorrem os sinônimos de 'temível', 'poderoso', 'assustador'. O 'papão' e o briguento pedem a mesma fonte etimológica da fala negra. Vale Cabral, Alberto Faria, Pereira da Costa, Basílio de Magalhães estudaram esse invisível duende cuja existência se limita à nossa infância. Possui o Tutu muitos nomes, correndo os Estados e com as naturais adaptações locais. É o Tutu-zambê, cambê ou zambeta, o Tutu-marambaia ou marabá, o Tutu-do-mato e daí Bicho-do-mato. Ensina Basília de Magalhães: 'Bicho, com efeito, no mais restrito dos seus sentidos de aplicação a seres fantásticos, é sinônimo de tutu’”. CASCUDO, Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Global, 2002, p.197.

582BARRETO, 2011, p.108-109.

583A passagem da palavra de sua modalidade oral para a modalidade escrita marcou várias tentativas de constituição de nacionalidades no esforço de resgatar e registrar as fontes originárias de uma cultura. Na Alemanha podemos destacar o caso dos irmãos Grimm e no Brasil o trabalho realizado por Câmara Cascudo. Sobre o trabalho dos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm ver a apresentação de Marcos Mazzari as obras completas no tomo 1 e o prefácio escrito pelos próprios irmãos em 1814 no tomo 2. In: GRIMM, Jacob e Wilhelm. *Contos maravilhosos infantis e domésticos – 1812-1815* [tomos 1 e 2]. São Paulo: Cosac Naify, 2012. No caso de Câmara Cascudo, ver o livro *Geografia dos Mitos Brasileiros* onde a transcrição de mitos coletados em todas as regiões do Brasil estão presentes, inclusive versões dos mitos coletados pelos irmãos Grimm que ganharam uma versão própria no Brasil. CASCUDO, op. cit.

584De acordo com Joel Rufino: “Caldas Barbosa (1740-1800), Silva Alvarenga (1749-1814), Teixeira e Souza (1812-1861), Gonçalves Crespo (1846-1883), Gonçalves Dias (1823-1864), Luís Gama (1830-1882), Cruz e Souza (1861-1898), Machado de Assis (1839-1908) foram, em grau variável, 'homens de cor', como se dizia antigamente. A maioria recalçou sua porção negra, não a expressou literariamente ou o fez de forma cifrada.

Tem-se aqui um indicativo de que Lima Barreto percebeu a relação entre a oralidade presente na cultura africana e a música popular (modinha) no Rio de Janeiro daquele momento. Nesse sentido, a resistência a essa oralidade, através da música e da mistura de gêneros musicais europeus e africanos vai estabelecer um desdobramento na música brasileira que vai dar origem ao samba. Este, após a década de 1930, vai se perpetuar como uma característica cultural que ao longo do século XX se tornará manifestação de caráter nacional.

Após o fracasso da visita à preta velha Tia Maria, com o intento de coletar cantigas e mitos, Policarpo Quaresma, acompanhado do General Albernaz, vão visitar um poeta popular. Primeiramente, o poeta vai apresentar aos dois visitantes uma das histórias que o povo conta sobre os macacos (símios) e mais adiante apresenta o “Tangolomango” que, de acordo com a narrativa, é uma espécie de cantiga de roda⁵⁸⁵. Policarpo Quaresma segue o seu intento em prol do resgate de nossas tradições e executa a brincadeira (Tangolomango) na festa de noivado de Ismênia (filha do General Albernaz⁵⁸⁶). Durante a realização da brincadeira, Policarpo sente-se mal: ao longo da execução é necessário usar uma máscara que provoca falta de ar e desmaio. Após avançar nos estudos sobre as histórias dos símios e na tradição do “tangolomango”, chega à conclusão de que: “Quase todas as tradições e canções eram estrangeiras; o próprio 'Tangolomango' o era também. Tornava-se, portanto, preciso arranjar alguma coisa própria, original, uma criação da nossa terra e dos nossos ares”⁵⁸⁷. Esse dado é importante, visto que é nesse momento que o Major Policarpo Quaresma vai passar a se dedicar com mais afinco à cultura indígena: “Essa ideia levou-o a estudar os costumes tupinambás; e, como uma ideia traz outra, logo ampliou o seu propósito e eis a razão por que estava organizando um código de relações, de cumprimentos, de cerimônias domésticas e

Luís Gama e Cruz e Souza, as exceções, assumiram a sua negritude em poema, Lima Barreto foi o primeiro a fazê-lo em ficção. Não creio que a crítica e mesmo um *simples* professor de literatura devam 'esquecer' esse fato(...)”. Ver: RUFINO, 2008, p.168.

585BARRETO, 2011, p.110-112.

586O general Albernaz tem um interesse peculiar em fazer o resgate das tradições culturais do Brasil. O propósito do general é realizar festas em sua residência para ver se consegue arranjar um noivo e um casamento para as filhas solteiras. A obsessão pelo casamento será algo tratado ao longo do romance; de alguma forma Lima Barreto, através de sua narrativa, faz uma dura crítica ao casamento como caminho único a ser seguido por uma mulher. Observe-se o momento em que Policarpo e o general Albernaz retornam da visita fracassada à preta velha Tia Maria Rita: “Os dois saíram tristes. Quaresma vinha desanimado. Como é que o povo não guardava as tradições de trinta anos passados? Com que rapidez morriam assim na sua lembrança os seus folgares e as suas canções? Era bem um sinal de fraqueza, uma demonstração de inferioridade diante daqueles novos tenazes que os guardam durante séculos! Tornava-se preciso reagir, desenvolver o culto das tradições, mantê-las sempre vivazes memórias e nos costumes...”. No parágrafo seguinte, a decepção do general Albernaz encerra um universo de preocupações bem diferente de Policarpo Quaresma: “Albernaz vinha contrariado. Contava arranjar um número bom para a festa que ia dar, e escapava-lhe. Era quase a esperança de casamento de uma das quatro filhas que se ia, das quatro, porque uma delas já estava garantida, graças a Deus!”. Através da observação desse trecho da narrativa, fica claro como ter filhas para esse grupo social é motivo de preocupação, um peso que só se alivia quando as filhas se casam. Ver: Ibidem, p.109.

587Ibidem, p.113.

festas, calcado nos preceitos tupis”⁵⁸⁸. A decepção quando da tentativa de resgatar as origens culturais com a preta velha Tia Maria Rita e com o poeta popular é um dos tristes fins de Policarpo Quaresma. E o início de seu interesse pelos ameríndios será o começo do primeiro grande triste fim de Policarpo Quaresma, quando escreve um requerimento ao ministro em tupi e defende um projeto de lei na Câmara, que propõe esse idioma como língua nacional.

Antes de nos dedicarmos a esse ponto, no entanto, gostaríamos de ressaltar outro momento da narrativa em que a questão racial é colocada e as posições de Lima Barreto em relação ao racismo parecem ficar mais evidentes. Quase no final da primeira parte do romance o narrador destaca que Ricardo Coração dos Outros mostra-se muito insatisfeito com um violeiro “preto” que surge nos subúrbios e acaba se tornando um rival.

Aborrecia-se com o rival, por dois fatos: primeiro pelo sujeito ser preto; e segundo: por causa das suas teorias.

Não é que ele tivesse ojeriza particular aos pretos. O que ele via no fato de haver um preto famoso tocar violão era que tal coisa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento. Se o seu rival tocasse piano e por isso ficasse célebre, não havia mal algum; ao contrário; o talento do rapaz levantava a sua pessoa, por intermédio do instrumento considerado; mas, tocando violão, era o inverso: o preconceito que cercava a pessoa desmoralizava o misterioso violão que ele tanto estimava. E além disso com aquelas teorias! Ora! Querer que a modinha diga alguma coisa e tenha versos certos! Que tolice!⁵⁸⁹

Nesse trecho o narrador consegue unificar três eixos de crítica presente na narrativa. Mantêm-se no primeiro plano da narrativa as tentativas de se aproximar da cultura popular, o que também denota um esforço em explicitar o contato entre as culturas ditas populares e eruditas. Ainda mais, o trecho apresenta o racismo instituído na Primeira República, revelado através do não reconhecimento das culturas africanas ou afro-brasileiras como constituintes da nossa nacionalidade que até esse momento estava extremamente baseada em teorias trazidas da Europa (Romantismo, Positivismo e Evolucionismo). Por último, o trecho permite deduzir uma crítica à concepção de literatura dominante de extração parnasiana, que de alguma maneira acabava ditando uma forma de escrever poesia.

A manutenção da modinha no primeiro plano da narrativa se dá quando notamos que é através dela que temas como o racismo e o debate sobre concepção de literatura se articulam. Nesses termos, ao nos atermos a esse primeiro plano é necessário observar com mais atenção as questões relacionadas a uma determinada circularidade entre as culturas ditas populares e eruditas. Em outros termos, a cultura que se diz erudita dialoga com a cultura popular, e a

⁵⁸⁸BARRETO, 2011, p.113.

⁵⁸⁹Ibidem, p.167.

forma como a classe média passa a aderir às modinhas no início do século XX parece indicar esse movimento. De acordo com Lilia Schwarcz e José Tinhorão⁵⁹⁰, na metade do século XIX também houve um período de ascensão das modinhas e de sua relação com as classes altas da sociedade. Essa relação foi consolidada a partir do diálogo de alguns poetas do Romantismo com a música (modinha)⁵⁹¹.

No que diz respeito ao racismo da época, a modinha começava a ser aceita na classe média através dos cantores de salão como Catulo da Paixão Cearense⁵⁹². Dessa forma, em nossa perspectiva, o julgamento que Ricardo faz do seu rival negro deve passar pelo fato de o rival ser “preto” o que vai prejudicar ainda mais o violão, encarado por muitos como “malandragem”. Nesses termos, nas considerações de Ricardo Coração dos Outros reveladas pelo narrador, pior que o estigma carregado pelo instrumento musical é a marca do preconceito que os negros carregam e que vem a ser acrescentado ao violão em razão de o rival ser “preto”. O curioso é que o personagem Ricardo, preocupa-se mais com o preconceito relativo ao violão do que com a discriminação que as pessoas negras sofrem; enfim, não se compadece do rival, mas sim do violão e da modinha. Em alguma medida, percebemos como o rival negro de Ricardo Coração dos Outros fragiliza a sua autoimagem e como consequência acaba provocando a vaidade do violeiro em relação à seu rival “preto”. Essa consideração não visa justificar ou tirar o peso das considerações de Ricardo Coração dos Outros em relação à seu rival, mas pretende aproximar os valores e a forma como o narrador os retrata sobre uma condição comum à sociedade de seu tempo. Quando Lima Barreto, através de seu narrador, cria um personagem que possui sentimentos contraditórios, acaba por enriquecer esse mesmo personagem, uma vez que Ricardo se apresenta em todo o romance como um indivíduo de bom caráter.

Nas palavras do próprio narrador: “O que ele via no fato de haver um preto famoso

590 SCHWARCZ, 2011 e TINHORÃO, 1991.

591 José Ramos Tinhorão destaca a relação da modinha com a literatura romântica a partir da segunda metade do século XIX e o momento em que o violão substitui a viola na execução do gênero musical: “O fato é que, renovada por músicos populares a serviço da inspiração de toda uma geração de poetas românticos – entre os quais o próprio biógrafo de Laurindo Rabelo, Mello Moraes Filho (autor da modinha *A Mulata*, com música de Xisto Bahia), Álvares de Azevedo (*Escuta*, musicada pelo João L. de Almeida Cunha) e Guimarães Passos (*A casa branca da serra*, música de Miguel Emídio Pestana) –, a modinha adaptou-se afinal ao violão, que substituiu a viola desde meados do século XIX. E ganhando as ruas com os conjuntos de músicos de choro, que se encarregariam de estilizá-la definitivamente, dentro do estilo derramado do ultra-romantismo popular, acabaria no início do século XX voltando ainda uma vez aos salões sob o nome de *canção*”. Ver: *Ibidem*, p.18-19. Para uma introdução e informações adicionais sobre a história do violão no Brasil ver: TABORDA, Marcia. O som do Brasil e a história do violão vista do lado de cá. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *Festas e batuques do Brasil*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p.62-67.

592 José Ramos Tinhorão e Lilia Schwarcz em nota à obra de Lima Barreto nos permitem identificar Ricardo Coração dos Outros com o cantor e compositor de modinhas Catulo da Paixão Cearense (branco) e, além disso, também permitem associarmos o rival preto de Ricardo ao cantor de modinhas “mulato” Eduardo das Neves. Ver: TINHORÃO, op. cit., p.27-32 e SCHWARCZ, 2011, p.97.

tocar violão era que tal coisa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento”. E é essa constatação, observada na psicologia do próprio Ricardo Coração dos Outros, que prejudica o seu ofício e o trabalho que vem desenvolvendo a favor do reconhecimento da modinha: “o preconceito que cercava a pessoa desmoralizava o misterioso violão que ele tanto estimava”. O trecho em destaque permite que se veja com mais clareza a vaidade de Ricardo em relação a seu ofício e a forma como se sente ameaçado pelo rival, que além de mais é “preto”. Em nosso entendimento, de uma forma ou de outra, o personagem Ricardo Coração dos Outros demonstra as limitações em relação aos “outros” aos quais o seu coração deve se dedicar. Em outros termos, o violeiro, amigo de Policarpo Quaresma, que tenta resgatar a cultura popular através da visita a uma preta velha (Maria Rita), demonstra preconceito racial em relação ao rival “preto”⁵⁹³.

Por último, no trecho em análise, Ricardo também aproxima seu rival da tentativa de metrificar os versos da modinha que o violeiro já havia criticado: “Ora! Querer que a modinha diga alguma coisa e tenha versos certos! Que tolice!”, quando se comparou a Olavo Bilac. Como desenvolvemos nas páginas anteriores, Ricardo Coração dos Outros se opõe a metrificação dos versos das modinhas no momento em que estabelece uma comparação entre ele próprio e o poeta⁵⁹⁴. No trecho citado acima, mais uma vez Lima Barreto, através do seu narrador, marca posição em relação a sua concepção de literatura e a sua oposição à literatura dominante ao afirmar que o rival negro de Ricardo deseja que a modinha tenha “versos certos”. Mas o que são versos certos? Nesse sentido, estamos aproximando a ideia de “versos certos” à de “versos metrificadas” comuns à literatura parnasiana.

Afinal, por meio de um pequeno trecho do romance, o narrador sintetiza três questões que atravessam a maior parte dos escritos de Lima Barreto: a necessidade da valorização da “cultura popular”, a denúncia ao preconceito racial instituído à época e a reafirmação de um projeto de literatura mais plural (moderno).

593 Mais adiante na narrativa, o oponente negro reaparece: “Em que pensava ele? Não pensava só, sofria também. Aquele preto continuava na sua mania de querer fazer a modinha dizer alguma coisa, e tinha adeptos. Alguns já o citavam como o rival dele, Ricardo; outros já afirmavam que o tal rapaz deixava longe o Coração dos Outros, e alguns mais – ingratos! – já esqueciam os trabalhos, o tenaz trabalhar de Ricardo Coração dos Outros em prol do levantamento da modinha e do violão, e nem nomeavam o abnegado obreiro” Ver: BARRETO, 2011, p.194.

594A comparação que Ricardo Coração dos Outros faz entre seus versos e os do poeta Olavo Bilac também pode ser uma demonstração da vaidade do violeiro em relação ao seu ofício.

4.5.3. O tupi como língua nacional: linguagem e loucura

Após as malfadadas tentativas de estabelecer contato com a cultura popular através das modinhas, das cantigas, da poesia e dos mitos, Policarpo Quaresma vai intensificar os estudos sobre o Tupi. A partir de suas investigações, chega à conclusão que o tupi é o verdadeiro idioma nacional e que os índios aqui estavam muito antes da chegada dos portugueses: “Ele, que há trinta anos estudava o Brasil minuciosamente; ele, que em virtude desses estudos fora obrigado a aprender o rebarbativo alemão, não saber o tupi, a língua brasileira, a única que o era – que suspeita miserável!”⁵⁹⁵. No parágrafo seguinte o narrador emenda: “Que o julgassem doido – vá! Mas que desconfiassem da sinceridade de suas afirmações, não!”⁵⁹⁶.

A assertiva acima, referente a Policarpo Quaresma, está localizada entre dois eventos que marcam a história do protagonista. O primeiro evento ocorre quando Policarpo Quaresma faz uma petição à câmara dos deputados em que propõe o tupi como língua oficial e nacional do povo brasileiro. A proposta está calcada em seus estudos, que concluem que a língua portuguesa é tomada de empréstimo dos portugueses (europeus) e, por isso, motivo de discordâncias sem fim entre os gramáticos⁵⁹⁷. Além desse fator, também destaca que a língua

⁵⁹⁵BARRETO, 2011, p.150.

⁵⁹⁶Sobre o tupi no Brasil o texto de Eduardo de Almeida Navarro afirma que o tupi deu origem ao nheengatu que foi a “língua geral”, tendo desaparecido, em parte, no início do século XX: “Podemos dizer que o Tupi foi falado até o final do século XVII, após o que se foi transformando na Língua Geral, em seus dois principais ramos, a Amazônica e a Meridional. A Língua Geral Amazônica transformou-se, no século XIX, no Nheengatu. Ela começou a se formar no Maranhão e no Pará da língua falada pelos tupinambás que ali estavam e que foram aldeados pelos missionários jesuítas, juntamente com muitos outros índios de outros idiomas e etnias. A Língua Geral Meridional desapareceu completamente no início do século XX. Essa se irradiara a partir da Capitania de São Vicente para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e para as capitanias do sul do país, seguindo o rastro dos paulistas que avançam com suas entradas e bandeiras. Há indícios de que tenha também havido uma língua geral na costa leste do Brasil, no sul da Bahia. (...). A Língua Geral Amazônica foi aquela em que se expressou a civilização cabocla ribeirinha do Norte, que se definiu a partir da inserção dos índios no mundo do colonizador branco mediante sua escravização ou pela mestiçagem. Dezenas de povos indígenas diferentes a falaram. Índios de diferentes línguas e culturas conheciam-na. Foi por meio das línguas gerais que a América indígena encontrou-se com a América portuguesa. Elas representavam um encontro de mundos. Nascia, finalmente, o Brasil. No século XVIII, na época pombalina, a Língua Geral Amazônica atingiu a sua extensão máxima, falada do Maranhão até a fronteira com o Peru. Somente a partir daí ela passaria a desaparecer de quase toda aquela região. No início do século XIX ela não era mais falada em São Luís. Em 1876, o general Couto do Magalhães afirmava que ele estava morrendo em Belém do Pará”. NAVARRO, Eduardo de Almeida. O último refúgio da língua geral no Brasil. In: *Estudos avançados*, 26 (76), 2012, p. 245-246.

⁵⁹⁷Em algumas obras Lima Barreto ironiza o preciosismo de nossa gramática. É relevante notar que em alguns pontos a crítica aos gramáticos aparece combinada à crítica aos poetas ou a um determinado grupo de poetas. Em *Os Bruzundangas* destacamos a seguinte passagem: “Era assim o grande poeta samoieda. Além de uma gramaticazinha que aqui chamamos de tico-tico e da arte poética de Chalat aumentada e explicada com uma lógica de gafanhotos, não possuía ele um acervo de noções gerais, de ideias, de observações, de emoções próprias e diretas do mundo, de julgamentos sobre as coisas, tudo isso que forma o fundo do artista e que, sob ação de uma concepção geral, lhe permite fazer grupamentos ideais, originalmente, criar enfim”. Ver:

tupi é mais adequada as nossas paisagens e tem um poder maior de traduzi-las em razão de ter surgido entre os índios e em nossa terra.

Neste ponto é necessário fazer uma digressão para buscar no conto “O Moleque” uma relação com o que desenvolvemos⁵⁹⁸. Ali o pensamento do geógrafo Élisée Reclus⁵⁹⁹ serve de base para a posição anunciada pelo narrador do romance, mais especificamente no momento em que Policarpo Quaresma propõe fazer do tupi a língua oficial do povo brasileiro. Tomemos o início do conto:

Reclus, na sua *Geografia Universal*, tratando do Brasil, notava a necessidade de conservarmos os nomes tupis dos lugares de uma terra. Têm eles, diz o grande geógrafo, a vantagem de possuir quase todos um sentido claro, muito claro, nas suas palavras, exprimindo algum fato da natureza, a cor das águas correntes, a altura, a forma ou o aspecto dos rochedos, a vegetação ou a aridez da região. No Rio de Janeiro, há de fato nomes tupis eloqüentes, para traduzir a forma ou o encanto dos lugares que ficamos pasmos, quando lhes sabemos a significação, com o poder poético, com a força da emoção superior de que eram capazes os primitivos canibais habitantes desta região, diante dos aspectos da natureza tão bela e singular que é a que cerca e limita nossa cidade. Bastam os nomes da baía. Como não traduz bem a sua sedução, o seu recato, a sua fascinação, o nome: Guanabara – seio do mar? E se o mar abriu aqui um seio foi para nele esconder as suas águas – Niterói – água escondida.⁶⁰⁰

Destacar esse trecho do conto significa demonstrar como algumas questões enunciadas pelo narrador em relação aos projetos de Policarpo fazem parte do universo do autor. Colocar em relevo essa questão não significa discordar da leitura que aporta a crítica e a ironia de Lima Barreto em relação ao Romantismo quando mobiliza – através de Policarpo – a necessidade de fazer do tupi a língua nacional. O que se pretende é demonstrar como Lima

BARRETO, 2009, p.31. Consultamos o manual da Confederação Brasileira de Cinofilia e descobrimos que Samoieda é uma raça de cães que tem sua origem geográfica situada no norte da Rússia e da Sibéria. Mais especificamente o item “Aparência Geral” traz as seguintes informações sobre a raça canina: “De tamanho médio, elegante, um Spitz Ártico Branco. Sua aparência dá a impressão de força, resistência, graça, agilidade, dignidade e segurança. A expressão chamada 'sorriso do Samoieda' é formada pela combinação da forma dos olhos com sua posição, e os cantos da boca ligeiramente curvados para cima. O sexo deve estar claramente definido”. Será que foi a partir do “sorriso do samoieda” que Lima Barreto começou a chamar a literatura dominante à época de “sorriso da sociedade”? Também é interessante notar o ponto em que a descrição ressalta a “impressão” relacionada à fortaleza, graça, agilidade, dignidade e segurança da raça. A comparação dos poetas com a raça canina samoieda revela a verve da crítica e da ironia de Lima Barreto. Para mais detalhes sobre a raça canina ver: <http://www.cbkc.org/padroes/pdf/grupo5/samoieda.pdf>

598Tivemos acesso à edição de *História e Sonhos* preparada por Antonio Arnoni Prado. Além dessa edição também consultamos o volume *Contos Completos de Lima Barreto*, que conta com introdução e organização de Lília Moritz Schwarcz. Ver: BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. Edição preparada por Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.13; e SCHWARCZ, 2010.

599Para mais detalhes sobre o geógrafo, ver o volume 49 da coleção organizada por Manuel Correia de Andrade e coordenada por Florestan Fernandes, Élisée Reclus (1985). Vale dizer que o geógrafo em questão é anarquista e esteve no Brasil para realizar uma conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Ver: http://www.socbrasiliradegeografia.com.br/revista_sbg/luciene%20p%20c%20cardoso.html

600BARRETO, op. cit., p.13.

Barreto também elabora uma crítica a um certo colonialismo presente em nossa cultura ao atribuir nomes aos lugares (toponímia) com base em outras referências.

No conto em questão, o narrador não mobilizou argumentos ufanistas, nem literatos associados ao Romantismo, mas o “grande geógrafo” Élisée Reclus, que além de ser considerado um homem de ciência também era anarquista, fato que pode ter agradado à verve rebelde de Lima Barreto. Trata-se de um geógrafo francês dizendo para os brasileiros como é importante estarmos atentos aos aspectos da cultura local e, certamente, essa é uma situação que chamou a atenção de Lima Barreto, cuja a obra a todo momento, denuncia uma cultura e uma política oficial que se negam a olhar para dentro do Brasil, contentando-se em observar o Brasil através dos espelhos estadunidenses ou parisienses. Nesse sentido, podemos afirmar que há um pouco de Lima Barreto nas posições de Policarpo Quaresma, mas as posições de Policarpo não se confundem com as de Lima Barreto nem tampouco as deste se confundem com as de Policarpo.

Os contos e as crônicas permitem que os autores se posicionem de forma mais direta sem prejuízo dos aspectos literários do gênero⁶⁰¹. Tal situação não parece se confirmar nos grandes romances, em que quanto maior for a habilidade do romancista, menor será a possibilidade de o leitor identificar as suas posições em relação a narrativa. Nesses termos, entendemos que há em Lima Barreto, e em sua resistência ao cosmopolitismo, uma necessidade de reafirmar algumas matrizes culturais continentais ou locais.

Retomando a questão, destacamos na íntegra a petição que Policarpo encaminhou a câmara, propondo o tupi como língua nacional:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante a correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênica para lembrar que a língua é a mais alta

601De acordo com Cristina Nunes de Sant'anna: “Não por acaso, o vocábulo crônica pode ser definido como expressão literária híbrida ou múltipla porque: 'pode assumir a forma de alegoria, necrológio, entrevista, apelo, resenha, diálogo, em torno de personagens reais ou imaginários. A análise dessas duas facetas permite inferir que a crônica constitui o lugar geográfico entre a poesia e o conto, implicando sempre a visão pessoal, subjetiva, ante um fato qualquer do cotidiano’”. SANT'ANNA, Cristina Nunes. *O cronista político Afonso Henrique de Lima Barreto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008, p.81.

manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, senhores congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa civilização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso de nossa cultura literária, científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar os meios para realizar semelhante medida e cõscio de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade.

P. e E. deferimento.

Concordamos com a leitura de Lilia Schwarcz⁶⁰² ao pontuar a crítica e a ironia de Lima Barreto em relação ao Romantismo e a tentativa desse movimento literário de fazer do indígena o elemento originário da nacionalidade brasileira em relação aos nossos colonizadores portugueses. Mesmo após 1870, quando as teorias científicas (Positivistas, Deterministas e Evolucionistas) ganham relevo no pensamento social brasileiro, autores como Euclides da Cunha⁶⁰³ não deixam de expressar um certo romantismo, principalmente, quando direcionam suas reflexões para o que seriam as nossas origens étnicas, mais especificamente, no caso de Euclides da Cunha, a reflexão acerca do sertanejo. Nesses termos, a crítica de Lima Barreto, além de estar direcionada ao Romantismo predominante no período imperial, também pode se estender ao seu tempo e a autores coetâneos. Em nossa compreensão, outro fator que pode ampliar a força da ironia e, conseqüentemente, da crítica elaborada por Lima Barreto ao “indigenismo” é o fato de ter sido uma “voga” patrocinada pelo poder instituído (Monarquia) e de alguma forma por ele chancelado.

Essa questão também nos remete a um tema trabalhado em nossa delimitação temática, o silêncio majoritário dos autores do Romantismo em relação aos negros, qual seja, a não referência àqueles que, praticamente, durante todo o período imperial serviram de mão

602Lilia Schwarcz comenta um trecho de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e assinala a relação de Lima Barreto com o Romantismo brasileiro, após a proposição de Policarpo Quaresma em tentar fazer do tupi a língua nacional: “Ironia de Lima para com o conhecimento retirado dos viajantes seiscentistas. Foram eles que elegeram os tupinambás e seu canibalismo bravio como modelos de futuras civilizações. No século XIX, a moda tupi converteu-se em verdadeira voga literária e artística, com Pedro II patrocinando o indigenismo no IHGB e na Academia Imperial de Belas Artes”. Ver: BARRETO, 2011, p.113.

603Ver o trabalho de Luciana Murari: “Os exemplos serão numerosos no decorrer deste trabalho, expressando aquela ‘consciência dividida’ de que fala Leopoldo Bernucci a propósito de Euclides da Cunha, e de toda uma intelectualidade premida entre a influxo do cientificismo e a força da imaginação romântica plantada na formação da autoconsciência brasileira”. Ver: MURARI, 2009, p.68.

de obra escrava à Monarquia e aos donos de terra. O silêncio proposital, cúmplice de um movimento em que os negros e sua cultura não podiam ser alçados a elementos constituidores de nossa nacionalidade, principalmente pelo fato de servirem de mão de obra escrava para a Monarquia e para os proprietários de terra. Certamente, o silêncio que impedia a construção de uma memória que contemplasse a presença e contribuição dos negros na constituição do que somos como brasileiros incomodava Lima Barreto. Dessa forma, quando Policarpo Quaresma se dirige a câmara dos deputados em defesa de seu projeto, sua fala está carregada de um ufanismo romântico que, em parte, havia estado presente em nossa intelectualidade durante o Império. Veja-se a afirmativa do protagonista de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e sua ambivalência – uma espécie de militar, republicano e romântico: “o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais”.

No decorrer da narrativa a proposta de Policarpo Quaresma se torna motivo de pilhéria nos jornais, que exploram a notícia durante semanas, o que leva a que o proponente seja encarado como louco. A partir desse momento a loucura será um tema que ganha presença na narrativa. Após propor o Tupi como língua nacional, Policarpo escreve e encaminha um ofício em tupi para o diretor da Arsenal de Guerra, que assina o documento – sem reparar tal disparate – e o encaminha para o Ministro. Policarpo Quaresma redigiu e encaminhou o ofício, em um dia atípico de trabalho: o secretário faltara ao expediente e ele, subsecretário, assumiu seus trabalhos, tendo ficado um tanto quanto assoberbado pela carga de papéis que teve que despachar e que não fazia parte de sua rotina de afazeres. A fama que o nome de Policarpo Quaresma adquiriu a partir dos jornais, mesmo que negativa, causou inveja em alguns colegas de repartição, que nunca tiveram seus nomes divulgados pela imprensa, destaca o narrador. Esse fato contribuiu com a força contra a qual o diretor e o ministro reagiram à distração de Policarpo, que foi mais uma vez interpretado como “petulante” e a partir daquele episódio, louco:

Ao acabar, deu com a distração, mas logo vieram outros empregados com o trabalho que fizeram, para que ele examinasse. Novas preocupações afastaram a primeira, esqueceu-se e o ofício em tupi seguiu com os companheiros. O diretor não reparou, assinou e o tupinambá foi dar no ministério. Não se imagina o rebuliço que tal coisa foi causar lá. Que língua era? Consultou-se o doutor Rocha, o homem mais hábil da secretaria, a respeito do assunto. O funcionário limpou o *pince-nez*, agarrou o papel, voltou-o de trás para diante, pô-lo de pernas para o ar e concluiu que era grego, por causa “yy”⁶⁰⁴

604BARRETO, 2011, p.150-151.

Com base nos últimos eventos provocados pelo Major Quaresma – a proposição do tupi como língua nacional e o ofício redigido na mesma língua –, Policarpo é afastado de suas funções no Arsenal de Guerra, é internado no hospício para um período de recuperação e finalmente será aposentado. Na segunda parte da citação acima, Lima Barreto, através do narrador, não deixa de destilar sua ironia aos homens reconhecidos como sábios em sua época, no caso em questão o personagem “Rocha” que concluiu que o tupi era “grego” por causa do “yy”. E, novamente, fica denunciada a fragilidade dos homens que eram considerados cultos à época.

Durante os meses em que esteve internado, Policarpo Quaresma recebe a visita de três pessoas: o compadre Coleoni e sua filha Olga (afilhada de Policarpo) e eventualmente a de Ricardo Coração dos Outros. Sua irmã Adelaide não suporta ir visitar o irmão e vê-lo em tais condições: “Estava há uns meses no hospício, o seu padrinho, e a irmã não o podia visitar. Era tal o seu abalo de nervos, era tal a emoção ao vê-lo ali naquela prisão, decaído dele mesmo que um ataque se seguia e não podia ser evitado”⁶⁰⁵. E no parágrafo seguinte: “Vinham ela e o pai, às vezes o pai só, algumas vezes Ricardo, e eram só os três a visitá-lo”. Ricardo Coração dos Outros assumiu a responsabilidade de tratar dos papéis referentes à aposentadoria de Policarpo, o que não era um processo fácil e ágil em razão da burocracia da época⁶⁰⁶. Nenhum dos seus vizinhos, pertencentes a “aristocracia suburbana” foi visitá-lo nos meses em que esteve internado. A aposentadoria compulsória e a internação de Policarpo constituem mais

605Nesse romance, Lima Barreto cria personagens femininos contrastantes. São exemplos de fraqueza física e psicológica as personagens Ismênia (filha do general Albernaz e Dona Maricota), que teve a ideia do casamento inculcada na cabeça e, por consequência, não consegue reinventar a vida fora desse projeto. Da mesma forma, Adelaide, irmã de Policarpo Quaresma, que também não se casou e por isso vive na órbita do irmão, como se fosse um marido. O extremo oposto é a afilhada de Policarpo Quaresma, a personagem Olga, sensível aos projetos do padrinho e admiradora de seu empreendedorismo, apesar de não conseguir enxergar muita viabilidade em tais empreendimentos. É Olga quem sugere a Policarpo a possibilidade de comprar um sítio e se dedicar a plantações: “Não fora ele, porém, quem se lembrara; fora a afilhada que lhe trouxe à ideia aquele doce acabar para a sua vida. Vendo-o naquele estado de abatimento, triste e taciturno, sem coragem de sair, enclausurado em sua casa de São Cristóvão, Olga dirigiu-se um dia ao padrinho, meiga e fielmente: – O padrinho por que não compra um sítio? Seria tão bom fazer as suas culturas, ter o seu pomar, a sua horta... não acha?” A decisão de Policarpo em aceitar a sugestão da afilhada é inauguradora da segunda parte do romance. A personagem Olga também demonstra uma posição diferente em relação ao casamento, não demonstrando interesse imediato quanto à questão. Em um determinado momento da narrativa, fica noiva e casa com um doutor, mas o faz para agradar o pai e as convenções sociais e de classe social que a cercam. Olga é filha do rico empreiteiro Coleoni. In: BARRETO, 2011, p.178.

606Nos trechos desenvolvidos por Lima Barreto há vários pontos da narrativa que possuem um viés biográfico. No início de sua juventude Lima Barreto assiste ao processo de enlouquecimento do pai, o que leva a que o tema da loucura esteja presente em sua vida de forma indelével. A última casa em que Lima Barreto mora com o pai e o restante da família é conhecida na vizinhança como a “casa do louco” por conta dos acessos de loucura do pai. Além da questão familiar, o próprio Lima Barreto foi recolhido duas vezes ao hospício por conta dos delírios que tinha associados ao alcoolismo. Sua biografia explicita que Lima Barreto também se queixa dos trâmites burocráticos que tem de cumprir para conseguir efetivar o processo de aposentadoria do pai. BARRETO, 2011, p.154-171. Para mais detalhes sobre a vida de Lima Barreto, ver a biografia escrita por BARBOSA, 1981.

um triste fim para os projetos de Policarpo Quaresma. Os fatos são reduzidos a comentários na roda dos homens pertencentes à “aristocracia suburbana”:

- Olhem quem esta aí
 - O Genelício – fez Caldas. Onde estivestes rapaz?
- Deixou o chapéu e a bengala numa cadeira e fez os cumprimentos. Pequeno, já um tanto curvado, chupado de rosto, com um *pince nez* azulado, todo ele traía a profissão, os seus gostos e hábitos. Era um escriturário.
- Nada, meus amigos! Estou tratando dos meus negócios.
 - Vão bem? – perguntou Florêncio.
 - Quase garantido. O ministro prometeu... Não há nada, estou bem “cunhado”!
 - Estimo muito – disse o general.
 - Obrigado. Sabe de uma coisa, general?
 - O que é?
 - O Quaresma esta doido.
 - Mas... o quê? Quem foi que te disse?
 - Aquele homem do violão. Já está na casa de saúde...
 - Eu logo vi – disse Albernaz –, aquele requerimento era de doido.
 - Mas não é só, general – acrescentou Genelício. – Fez um ofício em tupi e mandou ao ministro⁶⁰⁷.

Os personagens da classe média suburbana – a maior parte deles militares, doutores ou aspirantes a tais títulos e postos – só conseguiam se ater à reprodução de sua própria vida e conciliar essa reprodução com o que a sociedade esperava deles. Dessa forma, a maior parte das conversas gira em torno da obtenção de cargos junto a ministros e políticos, a requerimentos para alcançar um grau maior na carreira militar ou à promoção de festas com o objetivo de casar as filhas solteiras, de preferência com um militar ou doutor. Nesse contexto, Policarpo Quaresma, um homem desinteressado por promoções pessoais e reconhecimento social, mas apegado a um projeto de país, só pode ser encarado como louco. Ainda mais da forma solitária como o faz, como se bastasse sua vontade e empreendimento pessoal para que as coisas mudassem, como se bastasse o combate aos seus “moinhos de vento” para que os outros seguissem seu exemplo e o mundo se transformasse⁶⁰⁸. A distância entre Policarpo

607BARRETO, 2011, p.135-136.

608Nesse ponto do romance vale evocar a reflexão de György Lukács. Nesse texto o autor teoriza sobre a presença do “herói negativo” no romance realista do século XIX, reflexões que nos ajudam a situar historicamente o personagem Policarpo Quaresma: “Quanto mais profundamente o artista descobre as contradições da sociedade burguesa, quanto mais desmascara impiedosamente a baixa e a hipocrisia desta sociedade, tanto menos exequível se torna a cínica exigência hegeliana de um herói 'positivo' filisteu. Já vimos que os heróis 'positivos' do romance do século XVIII (que eram livres e vigorosos, ainda que limitados) tornam-se cada vez mais inaceitáveis, no século XIX, como heróis 'positivos'. A exigência de criar um herói 'positivo' do romance do século XIX, cada vez mais apologética, ou seja, a exigência de que o escritor não descubra contradições, mas as mascare e concilie. (...). O que faz a grandeza dos clássicos do romance burguês é precisamente o que afasta da maioria dos membros de sua própria classe: é o caráter revolucionário de suas aspirações o que os torna impopulares no ambiente burguês”. A reflexão de G. Lukács amplia o espectro analítico sobre o livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma* quando lembramos que o próprio Lima Barreto é quem indica que o romance está ambientado na classe média (burguesa). Ademais, os

Quaresma e os homens que compunham a sua paisagem social é muito grande e toda a narrativa vai tratar dessa questão – Policarpo é um homem que “sonha”⁶⁰⁹.

Após tomar uma advertência do coronel e diretor do Arsenal de Marinha e ser afastado do cargo de subsecretário sem a mínima chance de se defender, Quaresma se sente culpado. Sai cambaleando do trabalho, passa no livreiro e pega uns livros – quando tudo dá errado é no conhecimento que se refugia –, pega o bonde e ao embarcar encontra Ricardo Coração dos Outros:

– Cedo, hein, major?

– É verdade.

E calaram-se ficando um diante do outro num mutismo contrafeito. Ricardo avançou algumas palavras:

– O major, hoje parece que tem uma ideia, um pensamento muito forte.

– Tenho, filho, não de hoje, mas de a muito tempo.

– É bom pensar, sonhar consola.

– Consola, talvez; mas faz-nos também diferentes dos outros, cava abismos entre os homens...

E os dois separaram-se. O major tomou o bonde e Ricardo desceu descuidado a rua do Ouvidor, com o seu passo acanhado e as calças dobradas nas canelas, sobraçando o violão na sua armadura de camurça⁶¹⁰.

O diálogo antecede a seção posterior do livro (O Bibelot) que encerra a primeira parte e trata da internação de Policarpo no hospício. Lima Barreto, através de seu narrador cria um interessante diálogo depois de Policarpo sofrer uma grande decepção. O que há em comum entre Policarpo Quaresma e Ricardo Coração dos Outros? Ambos são homens que a sua maneira sonham: o primeiro sonha com um Brasil que se reconheça a partir de sua própria cultura ou do que ela tenha de particular, de própria, de original; o segundo, em fazer com que a modinha e o violão tenham um reconhecimento nacional e consigam superar todos os modismos estrangeiros e as esferas de preconceito que cercam o gênero e o instrumento musical. No entanto, além de representar o encontro de dois sonhadores em um meio de transporte urbano – símbolo da fugacidade moderna⁶¹¹ –, também apresenta a separação entre

romances de Lima Barreto foram extremamente impopulares em seu período histórico, visto a profundidade e acidez da crítica elaborada pelo autor através de suas obras. LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1962-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 193-243.

609Ao defender que Policarpo Quaresma é um homem que “sonha” estamos afirmando que o personagem possui projetos que estão além da reprodução da vida cotidiana – associada à classe social a qual pertence. Tais projetos estão vinculados à construção de um novo Brasil e exemplificados na tentativa de contato com a cultura popular. Na próxima citação em análise, a palavra “sonho” vai ser utilizada pelo próprio Policarpo Quaresma como um elemento que divide os homens. Estamos cientes que os homens de uma forma ou de outra sonham, mas não como Policarpo Quaresma e no sentido que ele emprega a palavra no diálogo em destaque com Ricardo Coração dos Outros.

610BARRETO, 2011, p.153.

611Ver: SIMMEL, 2005 e MARTINS, 2001.

eles, em outros termos, o momento em que cada um tem que seguir com sua dor. Os sonhos ao mesmo tempo que unem os homens também têm a capacidade de separá-los. Não sonhamos os mesmos sonhos, não temos os mesmos projetos; então os sonhos, tais como as identidades pessoais e coletivas, são fluídos, relativos e não absolutos. Os sonhos de Policarpo não nos separam apenas dos que desistiram de sonhar, mas em algum momento também nos apartam daqueles que sonham como nós ao nos defrontarmos com as dores e decepções singulares. O sonho de um pode significar a loucura do outro.

4.5.3.1. Espaço, loucura e classes sociais

Há uma coincidência entre o lugar dos pobres e negros e o espaço da loucura na Primeira República: ambos ocupam áreas suburbanas. No que diz respeito aos espaços da loucura ou dos considerados loucos pela sociedade⁶¹², ficam localizados no extremo de uma futura área nobre da cidade do Rio de Janeiro, mais exatamente, o bairro da Urca. Em relação aos espaços destinados aos mais pobres, por se tratar de residências, assistiremos à ocupação dos subúrbios e é a partir do processo de territorialização dessa classe social que Lima Barreto classifica os espaços suburbanos como sendo o “refúgio dos infelizes”⁶¹³. A ocupação maior dos subúrbios por negros e pobres vai se realizar a partir do início do século XX, após a reforma Perreira Passos que está associada à operação que promove o saneamento do centro da cidade do Rio de Janeiro no empenho de – entre outros objetivos – afastar as doenças, os negros e os pobres. Dessa forma, vale destacar que tanto Lima Barreto como Policarpo

612De acordo com as reflexões de Cristiana Fachinetti, Andrea Ribeiro, Daiana Crús Chagas, Cristiana Sá Reis e Vera Portocarrero, podemos afirmar que, de 1903 a 1930, período em que Juliano Moreira esteve à frente da diretoria do Hospital Nacional de Alienados, realizou-se a institucionalização da psiquiatria como ciência no Brasil. Em linhas gerais, essa modernização da psiquiatria estava pautada pelo abandono progressivo do “modelo francês” e a adoção do “modelo de Kraepelin” (alemão), à época considerado mais científico. Esse novo modelo trazia em seu bojo uma “concepção médica de anormalidade” segundo a qual os “doentes mentais” que deveriam ser recolhidos para tratamento englobavam tanto os considerados “alienados mentais” como o “louco em potencial”. Essa segunda categoria aumentava o campo de ação da psiquiatria e atribuía a esse campo científico um forte poder de controle social, principalmente no que diz respeito às áreas urbanas, em sua maioria consideradas socialmente doentes. Os psiquiatras que pautaram suas práticas a partir desse novo modelo alimentavam a crença de que eram capazes de curar seus pacientes e devolvê-los à sociedade e, para isso, o período de internação era uma condição importante. Ver: FACHINETTI, Cristiana, RIBEIRO Andrea, CHAGAS, Daiana Crús, REIS, Cristiana Sá. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados In: *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez.2010, p.733-768 e PORTOCARRERO, Vera. Parte II – O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil. In: *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

613Ver: BARRETO, 1995.

Quaresma vão transitar entre essas áreas suburbanas, mas com uma diferença básica: Policarpo Quaresma oscila entre São Cristóvão – uma área suburbana de classe média, realidade comum ao bairro até a segunda metade do século XIX – e o hospício, que fica localizado no extremo de uma futura área nobre da cidade do Rio de Janeiro em direção a Copacabana. Lima Barreto difere de Policarpo Quaresma em relação ao local de origem (residência), sua casa está situada no bairro suburbano de Todos os Santos, área considerada, a partir do início do século XX, principalmente, após a reforma Pereira Passos, como suburbana, ocupada por pobres e negros. Essa ocupação mais recente é inauguradora da acepção “carioca de subúrbio”, que encontra na literatura de Lima Barreto uma de suas primeiras imagens, o subúrbio como “refúgio dos infelizes”⁶¹⁴.

Nesses termos podemos afirmar que o lugar da loucura de Lima Barreto coincide com o espaço da loucura de Policarpo Quaresma. Lima Barreto foi internado mais de uma vez no Hospital Nacional dos Alienados⁶¹⁵ em decorrência de delírios causados pelo alcoolismo que à época eram sintoma de loucura. De acordo com Daniela Birman⁶¹⁶, a primeira internação aconteceu em 1914, aos 33 anos de idade, e a segunda internação em 1919, aos 38 anos de idade. Durante o período de “sua segunda internação no Hospital de Alienados”⁶¹⁷ o autor escreveu o “Diário do Hospício”, que serviu de base para o romance inacabado *Cemitério dos Vivos*⁶¹⁸, no qual o autor transforma a experiência vivida em criação ficcional.

614BARRETO, 1995.

615Lilia Schwarcz apresenta importantes informações sobre o Hospital de Alienados em nota à obra de Lima Barreto: “O nome que metia medo era Hospício Dom Pedro II, inaugurado em 5 de dezembro de 1852. O decreto que o instituiu foi promulgado em 18 de julho de 1841, mesmo dia da sagração do imperador d. Pedro II. Antes do seu aparecimento, os loucos eram recolhidos na Santa Casa de Misericórdia e por casa de detenção. As famílias abastadas mantinham seus loucos isolados, em lugares reclusos. Contudo, muitos eram vistos pelos espaços públicos. Segundo Magali Engel, foi a partir de 1830 que a classe médica reagiu contra a circulação dos doentes mentais nas ruas do Rio de Janeiro. A partir de então, foram notórios os primeiros posicionamentos em defesa do aparecimento de um hospício, bem como proposto por Philippe Pinel. Em fins do século XVIII, o médico francês inaugurou um movimento reivindicando a construção de espaço especial para o asilo dos alienados, a fim de que se administrassem os devidos tratamentos. As péssimas condições oferecidas pela Santa Casa do Rio de Janeiro na reclusão desses doentes, os métodos violentos para o controle dos mesmos e o número diminuto de médicos especializados fortaleceram o discurso da classe médica. Com isso, o advento de um hospício representava congregar os loucos que circulavam nos espaços públicos, atormentando a boa sociedade, e os que representavam ônus financeiro para as famílias. Escolhido um terreno espacialmente afastado, a instituição foi instalada em frente à praia da Saudade, perto da praia Vermelha. O prédio, que hoje pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi planejado pelos arquitetos Domingos Monteiro, José Maria Jacinto Rebelo e Joaquim Cândido Guillobel. O hospício permaneceu ligado à Santa Casa de Misericórdia até que a separação foi decretada em janeiro de 1890. Sob o nome de Hospital Nacional dos Alienados, passou a ser responsabilidade do governo republicano”. Ver: SCHWARCZ, 2011, p.155.

616BIRMAN, Daniela. O visto, o dito e o contradito: dos registros médicos de Lima Barreto ao seu testemunho literário sobre o hospício. *Aletria* – v. 24 – n. 2 – maio-ago, 2014, p.31-4.

617Ibidem, p.34.

618Tivemos contato com a edição conjunta do “Diário do Hospício” e do *Cemitério dos Vivos*, de Lima Barreto, que conta com o prefácio de Alfredo Bosi e organização e notas de Augusto Massi e Marcondes de Moura. Ver: BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

A existência de uma igualdade nos espaços da loucura ocupados por Lima Barreto e Policarpo Quaresma pode ser observada no próprio romance, em que o narrador deflagra uma reflexão sobre uma certa paridade existencial promovida pelos acessos ao interior do hospício, lugar onde as distinções sociais “inventadas” pela sociedade parecem desaparecer. Sob uma outra perspectiva, podemos afirmar que a internação no hospício reduz as distâncias sociais e espaciais entre criador e criatura.

Mais especificamente, o trecho da narrativa em destaque, registra a visita de Olga e Coleoni – afilhada de Policarpo e seu pai, um rico empreiteiro – ao hospício para visitar Policarpo Quaresma:

Parecia-lhe que a sua fortuna a punha acima de presenciar misérias; recalcou, porém, dentro de si esse pensamento egoísta, o seu orgulho de classe, e agora entrava naturalmente, pondo em mais destaque a sua elegância natural. Amava esses sacrifícios, essas abnegações, tinha o sentimento da grandeza deles, e ficou contente consigo mesma.

No bonde vinham outros visitantes e todos não tardaram em saltar no portão do manicômio. Como em todas as portas dos nossos infernos sociais, havia de toda a gente, de várias condições, nascimentos e fortunas. Não é só a morte que nivela; a loucura, o crime e a moléstia passam também a sua rasoura pelas distinções que inventamos⁶¹⁹.

Em nossa compreensão, esse trecho revela um ponto de observação de Lima Barreto construído através do narrador. E o assunto, novamente, gira ao redor das pessoas mais abastadas e a forma como criam autorrepresentações que idealmente as projetam em um patamar superior, estabelecendo uma espécie de hierarquia social e psicológica. Nesses termos, quando o narrador articula a ideia de “pensamento egoísta” a “orgulho de classe” desnuda um pouco as vaidades construídas pelas classes média e alta em relação aos pobres, como se a condição material de reprodução da vida fosse o suficiente lhes proteger de determinadas situações de sofrimento, medo, angústia ou depressão. No entanto, ao mesmo tempo que desnuda o sentimento de superioridade das classes altas, também demonstra como um membro dessas mesmas classes pode “abnegar” o pretense sentimento de superioridade e sentir a “grandeza” desse gesto. Com base na narrativa, entendemos que independentemente da geografia social a que se pertença – São Cristóvão ou Todos os Santos – algumas situações comuns à vida nos “nivelam” do ponto de vista existencial, a exemplo da morte, da loucura, do crime e da moléstia.

Em seus “Diário do Hospício” e *Cemitério dos Vivos*, Lima Barreto faz duras críticas às pretensões exacerbadas dos médicos e da medicina da época, em particular a medicina

619BARRETO, 2011, p.159.

psiquiátrica. Nesse sentido, vale destacar um registro do próprio Lima Barreto em seu “Diário do Hospício”⁶²⁰:

Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição das rezas, exorcismo, bruxaria etc., nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro. Não há dinheiro que evite a Morte, quando ela tenha de vir; e não há dinheiro nem poder que arrebate um homem da loucura. Aqui no Hospício, com as suas divisões de classes, vestuários etc, eu só vejo um cemitério: uns de carneiro e outros de cova rasa. Mas, assim e assado, a loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incomprensíveis.⁶²¹

A anotação que Lima Barreto realiza em seu “diário” estabelece uma relação com o trecho que destacamos de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. O nexos da relação fica evidente quando retornamos às classes sociais e à forma como projetam uma imagem de si próprias e as associamos à loucura⁶²². Em outros termos, a necessidade de grandeza ou de atingir uma prosperidade material satisfatória é comum a todas as classes sociais. Dessa forma, as projeções entre o que nos “tornamos” e o que desejávamos “ser” nos aproxima de uma ideia de loucura segundo a qual as fronteiras entre projeção e real parecem diluir-se. Após proferir uma crítica ao comparar o nosso sistema manicomial às práticas da Idade Média, o narrador, novamente, indica que a morte e a loucura igualam os homens de diferentes classes sociais.

De acordo com Daniela Birman⁶²³, o autor também questiona as relações diretas entre hereditariedade e loucura, uma vez que o enlouquecimento do seu pai consta em sua documentação de interno do hospício. Em nossa interpretação, os questionamentos que Lima Barreto apresenta das relações estabelecidas entre hereditariedade e loucura realizadas pelo saber psiquiátrico da época, também estão associados aos argumentos deterministas e evolucionistas presentes nas teorias raciais e nos seus respectivos argumentos racistas, que condenavam negros e indígenas a um patamar inferior da sociedade⁶²⁴.

620No mesmo “Diário do Hospício” Lima Barreto faz uma crítica mais ampla aos modelos de conhecimento predominantes à época: “Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem, há mistérios e eu creio neles. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele vem de longas meditações e de alanceantes dúvidas”. BARRETO, 2010, p.64.

621Ibidem, p.90-91.

622Vale lembrar que a capacidade que temos de criar uma imagem de nós mesmos que não corresponde ao que somos, se aproxima da ideia de “bovarismo” explorada por Lima Barreto. Para mais detalhes, ver: ALEX, 1990, p.63.

623BIRMAN, 2014, p.43-44.

624Em nossa compreensão a expressão “mulato” para classificar os “negros” possui um tom pejorativo, como se fosse melhor utilizar-se de “mulato” do que de “negro” ou “preto”. Roberto DaMatta, ao comentar as ideias

Nas palavras de Daniela Birman⁶²⁵:

a grande maioria dos registros clínicos de Lima não deixaria, evidentemente, de mencionar o enlouquecimento do seu pai.

O escritor parece perceber a frágil abrangência que a noção de hereditariedade fornece à psiquiatria no estudo da etiologia da doença. Ele não deixa, assim, de frisar em seu diário a ausência de uma explicação consistente sobre a loucura e sua origem: 'Procuram os antecedentes do indivíduo, mas nós temos milhões deles, e, se nos fosse possível conhecê-los todos, ou melhor, ter memória dos seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós resume, havia de haver loucos, viciosos, degenerados de toda a sorte.

Tendo essas informações como base, podemos afirmar que os considerados loucos pelo discurso médico da época, independentemente da cor da pele ou da classe social, deveriam ocupar as áreas suburbanas da cidade, de modo a não tumultuar o cotidiano da “boa sociedade”. Lima Barreto, além de negro e pobre, também começa a carregar então o estigma de louco, tendo como causa ou consequência o alcoolismo⁶²⁶.

A ação da polícia em conjunto com a medicina psiquiátrica, segundo Daniela Birman⁶²⁷, foram responsáveis por uma espécie de “triagem social” em que os elementos (pessoas) que atrapalhassem a convivência da “boa sociedade” deveriam ser recolhidos, analisados, classificados e, se possível, recuperados ou curados⁶²⁸. Nesse sentido há um outro paralelo interessante entre a vida de Lima Barreto e de seu personagem, Policarpo Quaresma, no que diz respeito a suas passagens pelo hospício. As reflexões de Birman⁶²⁹ indicam que, nas duas vezes em que Lima Barreto esteve internado, foi conduzido ao hospício pela polícia, o que causava um grande constrangimento ao autor e um forte abalo de sua individualidade. Esse constrangimento está associado ao fato de que essa condução forçada ao hospício – na maioria das vezes – recolhia pessoas na condição de indigentes e era realizada pela polícia. E

racistas do Conde de Gobineau, que residiu no Rio de Janeiro como cônsul da França e foi amigo do imperador, esclarece o significado do termo “mulato”: “E é precisamente isso, conforme sabe (mas não expressa) todo racista, que implica a ideia de miscigenação, já que ela importa contato (e contato íntimo, posto que sexual) entre pessoas que, na teoria racista, são vistas e classificadas como pertencentes a espécies diferentes. Daí a palavra 'mulato', que vem de *mulo*, o animal ambíguo e híbrido por excelência; aquele que é incapaz de reproduzir-se enquanto tal, pois é o resultado de um cruzamento entre tipos genéticos altamente diferenciados”. DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p.38-39.

625BIRMAN, 2014, p.43-44.

626De acordo com Daniela Birman: “segundo a psiquiatria da época, o alcoolismo poderia ser considerado tanto causa como consequência de doenças mentais”. Ibidem, p.40.

627Ibidem, p.36.

628Lima Barreto, em seu “Diário do Hospício”, declara: “Não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim, para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio”. BARRETO, 2010, p.44.

629BIRMAN, 2014, p.35.

é contra essa espécie de rebaixamento social que Lima Barreto se rebela e registra protesto na crônica “Quem será afinal?”: “A provável intromissão indébita da polícia em cousas de minha vida doméstica, assim considerada pelas leis, e para a qual ela não tem competência legal absolutamente, era para mim um foco de desgostos e de ralação”. Nesse sentido, é importante destacar que nas duas vezes em que esteve internado Lima Barreto passou pela seção Pinel do Hospício. Nessa seção era realizada uma primeira triagem e classificados os internos; havia ali todo o tipo de gente e de diversos lugares. Esse contato e tratamento aumentavam o grau de constrangimento sentido pelo escritor e certamente alavancavam o seu desgosto pela vida⁶³⁰.

Nesse sentido, Policarpo Quaresma foi conduzido ao hospício em uma condição diferente de seu criador. Policarpo é internado como pensionista do Hospício e as diárias de sua internação eram pagas pelo seu compadre empreiteiro Coleoni (pai de Olga). Ao ser internado na condição de pensionista, certamente Policarpo não foi conduzido ao hospício pela polícia e na condição de indigente. Dessa forma, não passou pela seção Pinel, onde era realizada a triagem dos indesejados que atrapalhavam o andamento da “boa sociedade”, os capturados pela polícia e encarcerados no hospício⁶³¹. Foi conduzido diretamente para a seção Cameil, em que se concentravam os internos mais tranquilos, mais educados, onde todos, por exemplo, estavam vestidos. Nas duas vezes que passou pelo hospício, Lima Barreto teve que passar pela seção Pinel, e foi nessa seção que fez os registros mais duros em relação a sua internação. Na primeira vez que foi internado, em 1914, Lima Barreto ficou mais tempo na seção Pinel; durante a segunda internação o período foi mais reduzido se comparado à primeira⁶³².

Reforçamos novamente, com base nessas reflexões o cruzamento entre loucura e classes sociais na Primeira República. Entendemos que a forma como Lima Barreto, através da narrativa, empresta momentos de sua biografia para construir a realidade ficcional de

630Lima Barreto em seu “Diário do Hospício”, relata o seguinte episódio sobre os primeiros dias no hospital, após a segunda internação: “Voltei para o pátio. Que coisa, meu Deus! Estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transmontano. Ele já me conhecia da outra vez. Chamava-me você e me deu cigarros. Da outra vez, fui para a casa-forte ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos mortos*. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel ou na Sibéria. Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que peço dela”. BARRETO, 2010, p.44.

631A partir da leitura do “Diário do Hospício” e do *Cemitério dos Vivos*, fica a impressão de que a crítica que Lima Barreto desenha ao hospício, à psiquiatria e à ciência de uma forma mais geral, coloca o Hospital Nacional de Alienados como um intermédio entre o presídio e o hospital. Um presídio por conta do encarceramento, mesmo que suas funções biológicas e fisiológicas dos pacientes estejam em pleno funcionamento e, também, um hospital pelas pretensões de cura e/ou reabilitação dos mesmos.

632Para mais detalhes, ver BIRMAN, 2014, p.34-38.

Policarpo Quaresma nos coloca essa questão. Em outras palavras, através do estabelecimento de uma relação entre o momento da internação de Lima Barreto e das construções literárias presentes em seu “Diário do Hospício” e em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, entendemos que de uma forma geral o tratamento para quem fosse recolhido como “louco” ao hospício dependia de sua classe social e dos motivos pelos quais chegou-se ao manicômio. Lima Barreto era funcionário público (displicente), negro, pobre e bêbado; o fato de ter uma boa formação intelectual e de ser escritor e jornalista é o que destoava na visão mais conservadora da sociedade de então. Policarpo Quaresma também era funcionário público, mas dedicado, branco e de classe média. Nesse caso, o que mais aproxima o personagem (Policarpo Quaresma) de seu criador (Lima Barreto) são a paixão e a crença de que através do conhecimento, seja por ações mais pragmáticas (ciência) como as pontuadas por Policarpo Quaresma, seja por meio de empreendimentos associados a uma determinada concepção de literatura, como a agenciada pelo próprio Lima Barreto, podem contribuir para um projeto de humanidade.

Mapa 6

Espaços da Loucura de Lima Barreto

Mapa 7

Policarpo e os Subúrbios da Classe Média e da Loucura

5. Sertão e Litoral em Triste Fim de Policarpo Quaresma (II)

No capítulo anterior, nosso estudo se limitou à primeira parte do romance; naquele momento procuramos destacar questões relacionadas à delimitação espacial da classe média suburbana; à relação dessa aristocracia suburbana com a cultura popular; à observação do lugar do intelectual durante a Primeira República e à relação conflituosa que o protagonista estabelece com a classe média – na qual está inserido, já que é homem abastado e funcionário público. Destacamos que Policarpo é um sonhador e que, ainda mais, tem a ousadia de tentar converter suas idealizações em ações, é destemido ao tentar transformar os próprios sonhos em realidade numa sociedade caracterizada pelo arrivismo⁶³³. Dessa forma, é a partir da coragem de Policarpo Quaresma – fator positivo, diga-se – que se constituem os seus diversos tristes fins⁶³⁴. A propósito, os primeiros tristes fins de Policarpo Quaresma estão relacionados à tentativa de resgatar a cultura popular através das visitas à preta velha Tia Maria Rita e ao poeta popular; à proposição do tupi como língua nacional na câmara e à distração em que incorre quando redige e envia um documento oficial em tupi e esse documento vai parar nas mãos do ministro. Esse último fato, na esteira dos eventos que compõem a narrativa, é suficiente para que a sociedade da época o interne em um hospício durante alguns meses e que o aposente de suas atividades laborais.

No que diz respeito à ambientação⁶³⁵ do romance, nossa pesquisa levou a que percebêssemos algumas diferenças entre a análise do capítulo anterior e a que empreendemos a partir da segunda e da terceira parte do livro. Na primeira parte do romance predomina a espacialidade da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o bairro de São Cristóvão, caracterizado como sendo um subúrbio de classe média. De igual forma, outros bairros classificados apenas como subúrbios se fazem presentes: Méier, Piedade, Riachuelo e Todos os Santos. Estes últimos se configuram como áreas suburbanas relacionadas à ocupação da população pobre, tais como o local de residência do violonista Ricardo Coração dos Outros. Nesse sentido, após a internação e aposentadoria de Policarpo Quaresma, momentos de

633 Termo utilizado por Nicolau Sevcenko para caracterizar a sociedade da Primeira República. Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

634 Nesse ponto vale lembrar a aproximação entre Policarpo Quaresma e Dom Quixote, personagem criado por Miguel de Cervantes. A relação é indicada por Oliveira Lima ao prefaciá-la edição que consta nas obras completas publicadas em 1956: “Entretanto o Major Quaresma viverá na tradição, como um Dom Quixote Nacional”. Ver: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. II, p.9.

635 Para mais detalhes sobre espaço romanesco e ambientação, ver: LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

transição da narrativa para a segunda parte do livro, o espaço romanesco muda radicalmente. O personagem vende a casa em São Cristóvão, compra um sítio em uma área rural próxima à cidade do Rio de Janeiro e passa a residir no campo. Essa mudança na ambientação está associada à alteração do eixo narrativo de uma área urbana (São Cristóvão) para uma região rural (Sítio do Sossego) localizada no município (ficcional) de Curuzu. Essa mudança não fixa a narrativa apenas na região rural, a história se alterna entre essa região e a área urbana, o que demonstra a necessidade de representar o Brasil a partir da observação da relação entre campo e cidade, rural e urbano, sertão e litoral.

Anteriormente, demonstramos que a ideia de *sertão* pode ser estendida para se compreender o significado de *subúrbio*. Não podemos perder de vista, entretanto, que a origem dessa chave de análise surge como uma tradição interpretativa do Brasil a partir de Euclides da Cunha que, como jornalista, observou o conflito no Arraial de Canudos, no sertão baiano. Nesses termos, ao entendermos o sertão como uma categoria ampla (plástica), podemos estender seu potencial analítico tanto para os subúrbios (cidade) como para as áreas rurais (campo). Na segunda parte do livro, a área rural escolhida é o Sítio do Sossego, localizado no município de “Curuzu”. A partir desse ponto as relações entre sertão e litoral em sua apreensão mais tradicional tornam-se mais explícitas, seja no que diz respeito aos seus aspectos políticos, econômicos ou culturais.

Na terceira parte do romance, o cenário volta a ser a cidade, e no que concerne a sua ambientação, esse movimento permite que encerremos nosso ciclo interpretativo através de uma observação espacial estrutural que une as três partes da narrativa em um movimento amplo que equaciona cidade-campo-cidade. O romance se inicia na cidade, após se desloca para o campo e, por fim, retorna para a cidade, fator que demonstra a centralidade política e cultural que o espaço urbano assume na modernidade.

Preliminarmente, podemos afirmar que a primeira parte do livro pontua uma crise e uma crítica dos modos como a identidade nacional se constituía historicamente no Brasil. A leitura nos sugere questões da seguinte ordem: quem é o Brasil? O que é o Brasil? Quem são os brasileiros? O que são os brasileiros?⁶³⁶ O Major Policarpo Quaresma, através de suas pesquisas, tenta responder a essas questões e para isso busca contato com a cultura popular e indígena. Na segunda parte do livro fica clara a necessidade de se ir ao campo (sertão) para se vislumbrar o que ocorre na cidade (litoral) e se perceber, entre outras questões, o pacto político conservador entre as oligarquias agrárias (municipais) e os Estados (deputados e

⁶³⁶No período Imperial a questão da identidade nacional recebeu um tratamento com o Romantismo. Durante a Primeira República, outras perspectivas forneceram base para “imaginar” uma nacionalidade para o Brasil, entre elas, o Positivismo de Augusto Conte. Ambas as tentativas são ironizadas e criticadas por Lima Barreto.

senadores)⁶³⁷ em prol da manutenção do poder central, que em troca mantém a estrutura agrária concentradora de terras no país. Nesse sentido, junto das relações políticas presentes nas escalas municipais, estaduais e federais, a estrutura fundiária concentradora de terras e a questão agrária surgem como um elemento central.

A partir desse ponto, temos a presença das políticas nacionais praticadas à época – como o debate sobre o higienismo e a questão da preguiça do homem do campo – cuja observação permite que seja retomado o debate de questões relacionadas à cultura e à política, como o preconceito, o racismo e o lugar do intelectual na Primeira República.

Na terceira parte, Policarpo Quaresma, de forma extremamente ufanista, retorna à cidade para defender o governo de Floriano Peixoto durante a Revolta Armada⁶³⁸ e em troca tenta apresentar ao presidente militar seus projetos para implementar reformas estruturais no campo. Previsível que o presidente não entenda seus ideais e a forma como tenta conduzir as reformas morais e institucionais que o país necessita e não dê a menor atenção à proposta de Policarpo⁶³⁹. Nessa parte da narrativa se consuma o último triste fim de Policarpo Quaresma, comum a todos os seres humanos – a morte.

5.1. Agricultura e a questão agrária na primeira república

Antes de retomarmos nossa análise é necessário trazer para o debate a diferença entre os temas relacionados à agricultura e à questão agrária⁶⁴⁰. Em geral os temas da agricultura estão ligados a questões de ordem técnica e às relações que as atividades agrícolas estabelecem com o meio (clima, relevo e vegetação). Além disso, as preocupações relacionadas às atividades agrícolas também se concentram no uso das ferramentas (tecnologias) e métodos utilizados na forma de preparar o solo, na definição do que e como plantar e na busca de informações específicas para se saber a forma e o momento certo de

637Os Estados, no período imperial até a constituição de 1889, eram chamados de províncias. Para uma visualização ampla das relações entre município, províncias e estados, ver: MOREIRA, Ruy. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011, p.79-108.

638De acordo com Lilia Schwarcz, “no período que vai de 1900 a 1930, estouraram muitos conflitos e não foram poucos os movimentos autoritários que procuraram assegurar o novo regime na marra – na base de muita eugenia e estado de sítio –, e igualmente não se desconhece o processo de institucionalização jurídica, legal e estatal porque passou a Primeira República”. Ver: SCHWARCZ, Lilia (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.24.

639Esse ponto da narrativa recebe destaque no final do capítulo. Ver BARRETO, 2011, p.278-9.

640A distinção entre agricultura e questão agrária tem como base a reflexão de Maria Yeda Linhares. Ver: LINHARES, Maria Yeda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFANS. Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.165-184.

colher.

O debate sobre a questão agrária envolve o entendimento de escolhas de ordem política que estão associadas a interesses econômicos de uma determinada classe social em prol da manutenção da estrutura fundiária concentradora de terras⁶⁴¹. Mas qual é a relevância de se fazer a distinção entre as questões de ordem agrícola e agrária? A diferença ganha importância quando observamos que as ambições de Policarpo Quaresma se deslocam da cidade para o campo, onde passa a empreender mudanças associadas à prática da agricultura. O personagem quer provar que nossas terras são as mais férteis do mundo e que aqui “tudo que se planta dá”. No início do seu empreendimento, Policarpo Quaresma lança mão das técnicas agrícolas mais modernas em sua época: “comprou termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros. Vieram estes e foram arrumados convenientemente⁶⁴²”. Dessa forma, com fé nos conhecimentos científicos, Policarpo tenta mudar o país por meio da agricultura, mas acaba esbarrando nas questões relacionadas à estrutura fundiária e ao arranjo político que a sustenta. A manutenção da estrutura fundiária concentradora de terras está diretamente relacionada ao pacto político estabelecido entre as oligarquias agrárias, que possuem suas bases territoriais nos municípios, mas estão articuladas com o poder central (deputados, senadores, governadores)⁶⁴³. Os fracassos de Policarpo, em parte, se justificam por seu ufanismo, que não lhe permite perceber que não basta sua livre iniciativa para que o Brasil mude; é necessário uma mudança de ordem estrutural e de um projeto político coletivo.

641Para uma síntese sobre a evolução do espaço agrário fluminense ver: ALENTEJANO, Paulo Roberto. A evolução do espaço agrário fluminense In: *Geographia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, ano 7, nº 13, Setembro de 2005, p.49-70. *O Dicionário da Educação no Campo* traz o verbete “Questão Agrária”. Ver: STEDILE, João Pedro. Questão Agrária In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo Roberto, FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.639.

642BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.128.

643Para mais detalhes sobre o pacto conservador estabelecido entre os donos de terra (fazendeiros), os políticos locais e o poder central, ver MOREIRA, 2011, p.79-108. A reflexão do autor sobre os municípios ajuda na compreensão da presença da relação cidade-campo no romance. Na Primeira República, Lima Barreto, entre outros intelectuais, já haviam percebido a necessidade de se pensar a relação entre as espacialidades do campo e da cidade na tentativa de se buscar soluções para alguns problemas que se apresentavam então.

5.1.1. Policarpo e as práticas agrícolas

Retomamos a análise do romance na passagem que demonstra o movimento de migração que Policarpo Quaresma realiza, ao transferir a residência de São Cristóvão – no trecho em destaque, São Januário⁶⁴⁴ – para o município de “Curuzu”⁶⁴⁵, onde fica localizado o Sítio do Sossego⁶⁴⁶. Através de sua criação ficcional, Lima Barreto inicia uma intervenção singular no debate nacional inaugurado com a publicação do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em que as questões relacionadas aos contrastes entre *sertão* e *litoral* se tornam um debate chave na política nacional. De igual forma, demonstra como Policarpo Quaresma reinaugura seu ufanismo patriótico, agora voltado para o desenvolvimento da agricultura no Brasil⁶⁴⁷.

Não ficava longe do Rio e ele o escolhera assim mesmo maltratado, abandonado, para melhor demonstrar a força e o poder da tenacidade, do carinho, no trabalho agrícola. Esperava grandes colheitas de frutas, de grãos, de legumes; e do seu exemplo, nasceriam mil outros cultivadores, estando em breve a grande capital cercada de um verdadeiro celeiro, virente e abundante a dispensar os argentinos e europeus.

Com que alegria ele foi para lá! Quase não teve saudades de sua velha casa de São Januário, agora propriedade de outras mãos, talvez destinada ao mercenário mister de lar de aluguel... Não sentiu que aquela vasta sala, abrigo calmo dos seus livros durante tantos anos, fosse servir para salão de baile fútil, fosse testemunhar talvez rixas de casais desentendidos, ódios de família – ela tão boa, tão doce, tão simpática, com seu teto alto e as paredes lisas, em que se tinham incrustado os desejos de sua alma e toda ela penetrada da exalação dos seus sonhos!...⁶⁴⁸

644Consultamos o mapa atual de São Cristóvão e constatamos que o bairro possui uma rua com o nome de Curuzu e outra denominada São Januário. Site: <https://www.google.com.br/maps/@-22.8935573,-43.2302598,16z>

645Vale lembrar que Curuzu como município do Rio de Janeiro só tem existência ficcional; atualmente é um bairro do município de Itaboraí e até hoje localiza-se em local de difícil acesso e de características rurais ou pouco urbanas.

646Através de nota, a pesquisadora Lília Schwarcz realiza uma aproximação entre o sítio do Carico – onde Lima Barreto morou com a família na Ilha do Governador – e o sítio do Sossego, realidade ficcional criada pelo autor: “O Curuzu, local para onde Policarpo se muda e em que inaugura seu ‘sítio do Sossego’, apresenta paralelos evidentes com a imagem que Lima deixou do local de infância: o sítio do Carico, na ilha do Governador. Hoje a casa habitada pela família Barreto pertence ao Parque de Material Bélico da Aeronáutica. O sítio do Sossego, que o major Policarpo adquiriu após vender a sua casa da rua São Januário, fica localizado no município de Curuzu, a quarenta quilômetros do Rio de Janeiro, segundo Lima Barreto. No entanto, não há município no estado do Rio de Janeiro com esse nome”. Ver: BARRETO, 2011, p.221.

647Sobre a decepção de Policarpo em relação a seus projetos na cidade e o redimensionamento de seu ufanismo no campo, ver: Ibidem, p.180.

648Ibidem, p.179-180. Ainda no que diz respeito a esse trecho, notamos uma proximidade entre a realidade ficcional criada por Lima Barreto e a forma como Dostoiévski narra as casas de São Petersburgo: “Para mim, também as casas são velhas amigas. Quando passeio, cada uma delas parece correr ao meu encontro na rua: olha-me com todas as suas janelas, dizendo-me algo como isto: ‘Bom dia! Como estás? Eu vou bem, graças a Deus, muito obrigada! Em Maio vão-me aumentar um andar.’ Ou ‘Estive quase a arder e tive bastante medo.’

A produção agrícola que Policarpo pretende empreender está voltada para a “grande colheita de frutas, de grãos e de legumes”, em outras palavras, tem como objetivo o abastecimento do mercado interno; caso contrário a produção seria de café, e não de gêneros alimentícios comuns aos hábitos alimentares dos brasileiros. Nesse sentido, seu projeto de agricultura parece destoar da produção agrícola centrada nos interesses das oligarquias agroexportadoras, uma vez que além de estar voltada para o mercado interno, o próprio Policarpo se coloca como exemplo a ser seguido por muitos outros pequenos produtores que passariam a produzir gêneros alimentícios (frutas, grãos e legumes). Ao contemplar as intenções de Policarpo, o narrador chama a atenção para a necessidade de nos livrarmos da importação de gêneros alimentícios “a dispensar os argentinos e os europeus”. Ao realizar uma reviravolta na produção agrícola, através da produção centrada nas necessidades do mercado interno, Policarpo deseja que o Brasil se torne autossuficiente na produção de gêneros alimentícios, dispensando as importações.

Determinado comentário do narrador suscita reflexões acerca das transformações urbanas que estavam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse sentido é importante retomar a questão da transição habitacional ocorrida no bairro de São Cristóvão a partir desse momento, passa a ser habitado pela população mais pobre, após ter sido um bairro de classe média; além desse aspecto específico, o trecho aponta a especulação imobiliária que atua nas duas áreas suburbanas da cidade, tanto em direção ao que se torna a zona sul (Copacabana), quanto em direção à futura zona oeste (subúrbio). O trecho a seguir é exemplificativo desse dado: “Quase não teve saudades de sua velha casa de São Januário, agora propriedade de outras mãos, talvez destinada ao mercenário mister de lar de aluguel...”.⁶⁴⁹

E outras coisas semelhantes. Tenho algumas preferidas, íntimas. Uma delas tem intenções de fazer uma cura, neste Verão, nas mãos de um arquitecto. Irei vê-la todos os dias, não vá ele matá-la, nunca se sabe. Deus a guarde”. DOSTOIÉVSKI, Fédor. *Noites brancas*. Editora America do Sul LDA, 1988. Com todas as particularidades concernentes às cidades (Rio de Janeiro e São Petersburgo) e singularidades dos autores (Lima Barreto e Dostoiévski), entendemos que ambos registram uma certa resistência às transformações espaciais que as cidades sofrem a partir dos processos de modernização em curso, bem como a alteração das paisagens dessas cidades. Os autores percebem como as paisagens deixam de expressar uma determinada memória para expressar outra, eliminado o antigo ou resignificando-o. Para um maior aprofundamento da relação entre Lima Barreto e Dostoiévski, ver o seguinte trabalho: DIAS, André. *Lima Barreto e Dostoiévski: vozes dissonantes*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

649BARRETO, 2011, p.179-180.

Mapa 8

Policarpo: São Cristóvão - Sítio do Sossego (cidade – campo)

Mais adiante é possível situar o início das práticas agrícolas no Sítio do Sossego, inicialmente levadas adiante por Policarpo Quaresma e o Preto Velho Anastácio⁶⁵⁰. Na relação entre os dois personagens ficam evidentes as contradições existentes entre Policarpo – homem da cidade e portador de um saber técnico e científico – e seu ajudante Anastácio – homem negro de ascendência escrava e portador de um saber popular. Apesar de Lima Barreto ser um crítico autêntico da ciência de sua época, como podemos notar em seu *Diário do Hospício*⁶⁵¹, de modo geral, percebemos que o narrador não é muito generoso com os “africanos” e “roceiros”⁶⁵².

Encomendou livros nacionais, franceses e portugueses; comprou termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros. Vieram estes e foram arrumados e colocados convenientemente.

Anastácio assistia a todos esses preparativos com assombro. Para que tanta coisa, tanto livro, tanto vidro? Estaria dando o seu antigo patrão para farmacêutico? A dúvida do preto velho não durou muito. Estando certa vez Quaresma a ler o pluviômetro, Anastácio, ao lado, olhava-o espantado, como quem assiste a um passe de feitiçaria. O patrão olhou o espanto do criado e disse:

– Sabes o que estou fazendo, Anastácio?

– Não 'sinhô'.

– Estou vendo se choveu muito.

– Para que isso, patrão? A gente sabe logo 'de olho' quando chove muito ou pouco... Isso de plantar é capinar, pôr a semente na terra, deixar crescer e apanhar...

Ele falava com a sua voz mole de africano, sem 'rr' fortes, com lentidão e convicção.

Quaresma, sem abandonar o instrumento, tomou em consideração o conselho de seu empregado. O capim e o mato cobriam as suas terras. (...)⁶⁵³.

O fato de Policarpo Quaresma encomendar livros franceses e portugueses para o desenvolvimento da agricultura no Sítio do Sossego chama a atenção. Nesse sentido, é interessante lembrar que a França passa a ter uma influência forte nos círculos intelectuais brasileiros a partir do Império⁶⁵⁴; como exemplo disso podemos citar o Romantismo brasileiro

650Mais adiante na narrativa, além do preto velho Anastácio, Policarpo vai contratar mais dois ajudantes: “Felizardo” e “Mané Candeeiro”.

651BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

652Como já destacamos no capítulo anterior, sabemos que o ponto de vista do narrador não necessariamente coincide com do autor. Pelo contrário, quanto mais hábil for o escritor menor a possibilidade de encontrarmos seus posicionamentos dentro da narrativa. Em síntese, o narrador é uma criação ficcional do autor.

653BARRETO, 2011, p.182.

654Se levarmos em conta o Arcadismo desenvolvido no Brasil, podemos observar a influência francesa no Brasil colônia, mais especificamente na última metade do século XVIII. Antonio Candido, ao comentar sobre a geração de Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Alvarenga Peixoto (1744-1793) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), afirma: “Toda essa produção é de fato marcada pelo requinte das elites, e historicamente importa como maneira de confirmar a preeminência social dos grupos cultos da colônia, já

– centrado no elemento do “índio” – que conserva as características “localista” e “nativista” a exemplo do modelo francês. Dessa forma, além da proposição do tupi como língua nacional, elaborada por Policarpo Quaresma, notamos como o narrador parece a todo momento dialogar e por muitas vezes criticar e ironizar as referências intelectuais, sejam elas francesas e/ou portuguesas, predominantes entre os nossos intelectuais. Esse momento da narrativa ganha potencial crítico quando se constata a necessidade comum aos intelectuais da época de utilizar referências intelectuais europeias para legitimar seus discursos e suas ações – as práticas agrícolas – e a falta de atenção ao nosso saber popular, representado pelo personagem do Preto Velho Anastácio.

Em relação às práticas agrícolas que podem se realizar a partir da adaptação de técnicas já utilizadas em outros países, não se deve deixar de levar em consideração a sabedoria popular – portadora de uma geografia própria – e nossas especificidades morfológicas, climáticas e pedológicas. Tendo tudo isso em vista, vemos que o narrador ironiza a ciência e seus aparelhos – termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros e anemômetros. Na cena a seguir, tem-se uma mostra disso: “Quaresma a ler o pluviômetro, Anastácio, ao lado, olhava-o espantado, como quem assiste a um passe de feitiçaria”. Nesse trecho, as práticas agrícolas científicas ganham ar de “feitiçaria” sob o olhar dos negros, que comumente são acusados de praticá-la. No entanto, também não podemos nos esquecer de que o próprio Lima Barreto faz parte da sociedade e do conhecimento legitimado que tanto critica.

Nesse sentido, uma das diferenças do autor em relação ao conhecimento produzido e reconhecido em sua época reside no fato de que traz para o primeiro plano de sua literatura o que a maioria dos intelectuais gostariam de manter no “subsolo”: os negros, os pobres, a periferia, o desnivelamento social, o bovarismo da classe média, entre outros elementos. Apesar disso, a forma como o narrador apresenta os negros e a tradição africana ao longo do livro não é otimista; pelo contrário, beira o pessimismo e a degradação, como é o caso da Preta Velha Tia Maria Rita – moradora de Benfica – que não se lembra das cantigas oriundas da tradição africana. No entanto, entendemos que o ponto forte desse resgate se dá quando Lima Barreto, através de sua criação ficcional, traz os negros e a cultura africana para o primeiro plano de sua narrativa. No que diz respeito ao diálogo entre Policarpo e o Preto Velho Anastácio, apesar do tom pessimista em relação à cultura africana, o uso de aparelhos científicos comuns a ciência acaba cedendo espaço para o saber popular de Anastácio: “Quaresma, sem abandonar o instrumento, tomou em consideração o conselho de seu

impacientes com a prepotência de Portugal e interessados nos movimentos revolucionários dos Estados Unidos e da França”. Ver: CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p.39.

empregado. O capim e o mato cobriam as suas terras”.

É importante levar em conta o distanciamento físico do narrador em relação ao Preto Velho para tecer um comentário sobre forma de expressão deste: “Ele falava com a sua voz mole de africano, sem 'rr' fortes, com lentidão e convicção”. Perguntamo-nos se tal distanciamento em relação aos negros também representa um distanciamento da forma como Lima Barreto se via em relação aos africanos ou descendentes de escravos que não receberam uma formação acadêmica (ocidental) como a sua. A questão leva a múltiplas possibilidades interpretativas, que prescindem, no entanto, de uma resposta definitiva. O que está em questão é o fato de que Lima Barreto, apesar de trazer os negros para o primeiro plano de sua narrativa e fazer a crítica à literatura e à ciência estabelecidas, é um homem das letras e das ciências presentes em sua época. Mesmo não tendo completado o curso, ele fez todos os exames preparatórios, frequentou a Escola Politécnica e a partir desse lugar se tornou escritor⁶⁵⁵.

Dito isto, vale observar que apesar de ironizar as tentativas de se criar uma identidade nacional baseada em referenciais lusitanos, franceses ou estadunidenses – como no caso do Romantismo e do Republicanismo Positivista –, o escritor usa também referências intelectuais francesas e lusitanas – basta consultarmos a lista de livros presentes em sua biblioteca pessoal (Limana)⁶⁵⁶. De forma ampla, essas observações buscam mostrar o homem Lima Barreto que é, ele mesmo, uma contradição, para além das contradições que sua literatura apresenta. Enfim, o personagem Anastácio são as tradições advindas dos populares e por extensão toda a ancestralidade africana que Lima Barreto identificava em si próprio – pelo menos na cor da pele e no estigma social que esse fenótipo trazia –; e Policarpo, por sua vez, é a ciência em seu caráter mais aplicado e pragmático, segundo a qual a dosagem, a medição e a classificação da vida e dos seres são práticas essenciais.

Já vimos que na primeira parte do livro, o narrador confronta a música popular representada pelo violeiro Ricardo Coração dos Outros com os versos metrificados de Olavo Bilac. Já no ponto destacado, a comparação se dá entre a tara científica de tudo classificar (medir) e o saber popular de Anastácio, mais intuitivo e associado à percepção direta do fenômeno (senso comum). Nesses termos, o narrador deixa entrever que a narrativa está atravessada pelo homem que pensa e racionaliza, mas esse homem não exclui os sentidos, os sentimentos, a intuição e fé que caracterizam o saber popular.

655 Sobre o percurso familiar e profissional de Lima Barreto, ver o ensaio: MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

656 BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto, 1881-1922*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981.

5.2. Policarpo e a política local

O primeiro “curuzuense” a visitar Policarpo Quaresma é um serventuário. Trata-se do escrivão da coletoria, personagem chamado Tenente Dutra⁶⁵⁷, que em um primeiro momento apresenta como motivo da conversa a arrecadação de fundos (óbulo) para a realização da festa da “Conceição”. No entanto, no decorrer do diálogo fica evidente que se trata de alguém envolvido com a política local e que seu objetivo consiste em sondar a posição de Policarpo no que diz respeito às articulações políticas que estão acontecendo entre a câmara municipal, os senadores e os governadores em relação às eleições que se aproximam. O Major Policarpo Quaresma demonstra indiferença em relação à política local, provocando desconfiança no tenente. Vale ressaltar que antes de entrarem no assunto das articulações políticas, o major declara seu interesse em desenvolver a agricultura no local, fato esse que também não agrada o tenente, que tenta convencê-lo a desistir da empreitada. Lembremos que desenvolver a agricultura local com base na pequena propriedade e produzir gêneros alimentícios para o mercado interno constituem uma ameaça às oligarquias agrárias, uma vez que rompem com a estrutura fundiária concentradora de terras baseada na monocultura e em grandes propriedades – com a produção voltada para o mercado externo. Além de se tornar um pequeno agricultor, Policarpo Quaresma quer se tornar um modelo a ser seguido, através da produção de gênero alimentícios para o mercado interno – ele acredita que seu exemplo seria seguido por outros pequenos proprietários quase que automaticamente.

– O senhor verá com o tempo, major. Na nossa terra não se vive se não de política, fora disso, babau! Agora mesmo anda tudo brigado por causa da questão da eleição de deputados...

Ao dizer isso, o escrivão lançou por baixo de suas pálpebras gordas um olhar pesquisador sobre a fisionomia de Quaresma.

Que questão é? – Indagou Quaresma.

O tenente parecia que esperava a pergunta e logo fez com alegria:

– Então não sabe?

– Não.

Eu lhe explico: o candidato do governo é o Doutor Castrioto, moço honesto, bom orador; mas entenderam aqui certos presidentes de câmaras municipais do distrito que se hão de sobrepor ao governo, só porque o senador Guariba rompeu com o governador; e – zás – apresentaram um tal Neves, que não tem serviço algum ao partido e nenhuma influência... Que pensa o senhor?

– Eu... Nada!

O serventuário do fisco ficou espantado. Havia no mundo um homem que,

⁶⁵⁷Mais uma vez Lima Barreto, através do narrador, não deixa de denunciar o acúmulo de cargos públicos, principalmente de patentes do exército. O Dutra, além de ser escrivão da coletoria é oficial do exército e, obviamente, uma pessoa envolvida com a politicagem municipal.

sabendo e morando no município de Curuzu, não se incomodasse com a briga do senador Guariba com o governador do estado! Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato... Aquilo devia ser um ambicioso matreiro; era preciso cortar as asas daquele 'estrangeiro', que vinha não sabe de onde?

(...)

O escrivão afastou-se, desapareceu na estrada, e o major ficou a pensar no interesse estranho que essa gente punha nas lutas políticas, nessas tricas eleitorais, como se nelas houvesse alguma coisa de importante⁶⁵⁸.

Ao nos determos sobre a resposta – “Eu nada” – dada pelo major quando o tenente lhe pergunta sobre os novos rumos da política local, entendemos melhor o “desterramento” de que Policarpo é tomado em relação a sociedade em que vive, seja campo ou cidade. Na cidade os empreendimentos lhe renderam a fama de “louco”, uma internação no hospício e uma aposentadoria compulsória. O trecho em destaque marca o reinício dos problemas de Policarpo Quaresma com as elites locais, principalmente, porque discordam de seus objetivos que prejudicariam as propensões da “boa sociedade” curuzuense. Tanto que o tenente Dutra não consegue entender a imparcialidade ou indiferença de Policarpo Quaresma em relação aos interesses políticos locais: “Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato...”. Note-se como o personagem é impermeável à tentativa de entender as relações políticas locais e a partir delas tentar construir uma imparcialidade frente ao meio político que o cerca.

Registre-se que a experiência anterior do Major com a política oficial⁶⁵⁹ não foi bem-sucedida, a considerar o momento em que apresentou à câmara uma petição cujo objetivo era propor o tupi como língua oficial do Brasil. Essa mesma impermeabilidade aos interesses que fogem de suas projeções mais individuais podemos notar no agente da política local, que não consegue penetrar nos reais interesses de Policarpo – por mais idealistas e absurdos que possam parecer dentro daquele contexto – e relativizar um pouco sua percepção de mundo. O Major e o Tenente revelam uma forma autocentrada na maneira de perceber a relação entre os indivíduos e a sociedade que os cercam: “O escrivão afastou-se, desapareceu na estrada, e o major ficou a pensar no interesse estranho que essa gente punha nas lutas políticas, nessas tricas eleitorais, como se nelas houvesse alguma coisa de importante”.

O projeto de Policarpo extrapola as ambições pessoais; apesar disso, seus interesses

⁶⁵⁸BARRETO, 2011, p.187-189.

⁶⁵⁹Ver definição de Política em: ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ligados “ao coletivo”, quase nunca partem de uma estratégia local ou da necessidade de ajudar um pequeno grupo; eles têm como objetivo central o desenvolvimento do Brasil, o que ajuda a caracterizar o seu nacionalismo. Ilustra esse dado a visita à preta velha Tia Maria Rita (Benfica) feita por Policarpo Quaresma e pelo General Albernaz com o intuito de resgatar as cantigas populares. Ainda que o narrador enunciasse que ela havia sido por anos lavadeira na casa do General, limitou-se a narrar a situação precária na qual a preta velha se encontrava, e aos personagens sequer ocorreu a ideia de melhorar as condições de vida daquela pobre mulher que por tantos anos os serviu. Percebe-se um certo desprezo em relação aos negros libertos após a abolição da escravatura, apesar do contraditório interesse de Policarpo em tentar manter sua cultura⁶⁶⁰.

Alguns dias depois da primeira visita de um agente da política local ao Sítio do Sossego, Policarpo Quaresma se surpreende ao ler um artigo publicado no jornal cujo título é “Intrusos”. O artigo “consistia em uma verdadeira descompustura aos não nascidos no lugar que moravam nele – ‘verdadeiros estrangeiros que se vinham a intrometer na vida particular e política da família curuzuense, perturbando-lhe a paz e a tranquilidade’”⁶⁶¹. Na sequência Policarpo já ia “deitar fora o jornaleco” quando se deparou com o seu nome publicado “e deu com essas quadrinhas”:

POLÍTICA DE CURUZU

Quaresma, meu bem, quaresma!
Quaresma do coração!
Deixa as batatas em paz,
Deixa em paz o feijão.

Jeito não tens para isso
Quaresma, meu cocumbi!⁶⁶²
Volta à mania antiga
De redigir em tupi.

OLHO VIVO

⁶⁶⁰Em Lima Barreto aparece uma “velha preta” que chora o enlouquecimento do filho que não a reconhece. Mais adiante, o narrador, ao comentar o momento em que o personagem Ricardo Coração dos Outros observa uma mulher lavando roupa no tanque, afirma: “Ela abaixava o corpo sobre a roupa, carregava todo o seu peso, ensaboava-a ligeira batia-a de encontro a pedra, e recomeçava. Teve pena daquela pobre mulher, duas vezes triste na sua condição e na sua cor”. Ver: BARRETO, 2011, p.163 e 195.

⁶⁶¹Ibidem, p.219-221.

⁶⁶²De acordo com nota de Lilia Schwarcz, em Lima Barreto, o significado da palavra “cocumbi” está relacionado a uma dança africana. Ibidem, p.220.

Os agentes da política curuzuense decidiram não só reprovar os interesses de Policarpo Quaresma, mas atacá-lo para intimidá-lo. Essa tentativa de conter Policarpo e seus projetos agrícolas demonstra que seus “oponentes”, nesse ponto da narrativa, conhecem o motivo de o Major Quaresma ter se estabelecido nas paragens de Curuzu. Num primeiro momento, como reação ao artigo do jornal e à quadrinha, Policarpo pensa em escrever um texto declarando sua imparcialidade em relação à política local, mas logo é admoestado por Olga e Adelaide: “– Está doido – exclamaram as duas mulheres a um tempo, ajuntando a irmã: – Isso seria uma covardia... Uma satisfação... Nunca! ”. Menos ensimesmadas que Policarpo, conseguem ter maior medida das consequências dos atos do Major. Certamente, caso Policarpo escrevesse e publicasse uma carta declarando a sua imparcialidade em relação às articulações políticas locais, o fato seria encarado pelos próprios políticos como uma “declaração de guerra”. Mais uma vez fica evidente o autocentramento de Policarpo Quaresma e sua dificuldade em dialogar acerca de suas intenções individuais com uma perspectiva social mais ampla.

Tendo como base a “quadrinha” publicada no jornal local, podemos afirmar que o não envolvimento de Policarpo com a política do município e a intenção de se dedicar à produção de gêneros alimentícios para o mercado interno incomodam as elites locais (“Deixa as batatas em paz, Deixa em paz o feijão. [...] Volta mania antiga De redigir em tupi”). Nesse sentido, os projetos agrícolas de Policarpo Quaresma vão de encontro à estrutura agrária brasileira concentradora de terras, sustentada por uma oligarquia agrária contrária aos interesses dos pequenos produtores.

Antes de trabalhar os trechos da narrativa que pontuam de forma mais direta a questão agrária, é necessário ressaltar a segunda visita que Policarpo Quaresma recebe no Sítio do Sossego. A visita revela uma nova tentativa dos políticos de que Policarpo se envolva com a política local, o que decerto atrapalharia os empreendimentos agrícolas do Major.

Dessa vez quem vai visitá-lo é Dr. Campos, presidente da câmara municipal:

– Sabe o que me traz aqui, major? Não sabe, não é? Preciso de um pequeno obséquio seu.

O major não se espantou; simpatizava com o homem e abriu-se em oferecimentos.

– Como o major sabe...

Agora a sua voz era doce, flexível, sutil; as palavras caíam-lhe da boca adocicadas, dobravam-se, coleavam-se:

– Como o major sabe, as eleições se devem realizar por estes dias. A vitória é 'nossa'. Todas as mesas estão conosco, exceto uma... Aí mesmo, se o major quiser...

– Mas, como? Se eu não sou eleitor, não me meto, nem quero meter-me em

política? – perguntou Quaresma ingenuamente.

– Exatamente por isso – disse o doutor com voz forte; e em seguida brandamente: – a seção funciona na sua vizinhança, é ali, na escola, se...

– E daí?

– Tenho aqui uma carta do Neves, dirigida ao senhor. Se o major quer responder (é melhor já) que não houve eleição... Quer?

Quaresma olhou o doutor com firmeza, coçou um instante o cavanhaque e respondeu claramente, firmemente:

Absolutamente não⁶⁶³.

Os políticos de Curuzu também não tardaram a dar uma resposta à recusa enfática da proposta feita pelo Dr. Campos (presidente da Câmara) de que Policarpo fraudasse as eleições na seção eleitoral que abrange a sua residência.

Dois dias depois chegou uma espécie de mensageiro portando uma carta, assinada pelo Dr. Campos, e destinada ao proprietário do Sítio do Sossego que dizia o seguinte: “Em virtude das posturas e leis municipais, rezava o papel, o senhor Policarpo Quaresma, proprietário do Sítio do Sossego, era intimado, sob as penas das mesmas posturas e leis, a roçar e capinar as testadas do referido sítio que conformavam as vias públicas”⁶⁶⁴. A recusa em participar da corruptela e a reação quase imediata dos políticos locais expressam o momento da narrativa em que os homens públicos de Curuzu deixam de lado a intimidação e atacam o Major, com o objetivo claro de que desista de sua empreitada em prol da agricultura brasileira e abandone a localidade.

O trecho em análise provoca uma reflexão sobre a relação entre lei e justiça⁶⁶⁵. Entendemos que justiça é um conceito: o que pode ser considerado justo para um indivíduo inserido em um determinado caldo cultural pode não o ser para outro indivíduo. Quando partimos de um mesmo contexto cultural pode haver diferenças entre a aplicação da lei e a interpretação do que é justo ou não. Nesse intuito, no espírito republicano as leis promulgadas devem traduzir os anseios da maior parcela possível da sociedade com o objetivo de traduzir as regras gerais que devem normatizar as formas de socialização dos indivíduos no âmbito da relação público e privado. No caso da carta endereçada a Policarpo Quaresma, os políticos locais buscaram uma maneira de punir com a lei (código de postura municipal) aquele que não aceitou infringir a própria lei (eleitoral). Dessa forma, compreendemos que a lei foi manipulada para atender os interesses de um indivíduo e de um pequeno grupo político. O contexto torna a aplicação da lei um ato extremamente injusto. Ainda podemos reforçar o

⁶⁶³BARRETO, 2011, p. 241.

⁶⁶⁴Ibidem, p.242.

⁶⁶⁵No Dicionário de Ciências Sociais encontramos o verbete “justiça” e “lei”. Os verbetes serviram de base para o desenvolvimento do argumento. SILVA, Benedicto. et al. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, p.660-661 e p.675-677.

argumento e dizer que Policarpo não está sendo punido por não respeitar o código municipal de posturas, mas sim em razão de se recusar a participar da corruptela que rege o jogo político local. Essa forma injusta de aplicar a lei se afasta do espírito republicano e da construção de uma sociedade democrática, aproximando-se da forma autocrática.

Finalmente o ataque das formigas saúvas aos estoques de mantimentos e às plantações de Policarpo Quaresma acontece entre a visita do Tenente Dutra e a do Dr. Campos (presidente da Câmara). As “saúvas” adquirem aqui um sentido conotativo – são a metáfora da política local. Assim como as saúvas, a corrupção durante a Primeira República enfraquece a possibilidade do desenvolvimento do sistema republicano e democrático. Retornaremos ao tema das “saúvas” mais adiante.

5.2.1. Policarpo: a questão agrária e as saúvas

Após a ida de Policarpo Quaresma para o campo, o protagonista e sua irmã recebem a visita da afilhada deste, Olga, acompanhada do marido (Dr. Armando Borges). O casal passa alguns dias no Sítio do Sossego (Curuzu) e Olga, com a sensibilidade e inteligência peculiar à personagem, começa a refletir sobre a diferença entre a forma como idealizava a vida dos “roceiros”⁶⁶⁶ e a triste realidade encontrada, na qual predominam a miséria humana e a pobreza material⁶⁶⁷.

Apesar de Policarpo Quaresma ser o protagonista da história, não é dele a reflexão que nos conduz à possibilidade de problematizar a questão agrária, e sim de Olga, uma personagem feminina:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, porque as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele 'sopapo' que deixava

⁶⁶⁶*Roceiro* é o termo que o narrador utiliza para se referir à população rural.

⁶⁶⁷Novamente é importante destacar que ao mesmo tempo que Lima Barreto elabora duras críticas ao movimento feminista da época, também constrói personagens femininas como Olga. A afilhada de Policarpo possui uma inteligência e perspicácia fora do comum em comparação com as outras personagens femininas presentes no romance, tais como a irmã de Policarpo (Adelaide) e a filha do General Albernaz (Ismênia) que se apequenaram ao não conseguir cumprir as demandas colocadas pela sociedade da época, principalmente, no que diz respeito ao casamento. Em nosso segundo capítulo, elaboramos a delimitação histórica e temática, e destacamos a crítica que Lima Barreto faz a uma das principais líderes do movimento feminista de sua época, Berta Lutz.

ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que, ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta succulenta. A não ser o café e um milharal aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola. Não podia ser só preguiça⁶⁶⁸.

A personagem Olga construiu, ao longo de sua vida abastada e citadina, uma visão idílica de como seria a vida no campo. Entendemos que o Romantismo⁶⁶⁹ ajuda a fomentar essa visão, uma vez que o campo foi mobilizado como o espaço onde permaneceriam preservadas algumas tradições que na cidade já haviam sido suplantadas pela modernização capitalista em curso. Esta, por sua vez, acelera de forma impactante os processos de urbanização. A concentração no modo de vida urbano provocada pelos processos de modernização pode ser encarada como diluidora das identidades originárias⁶⁷⁰ uma vez que desterritorializa o campesinato do meio rural e o territorializa na cidade.

A construção da imagem de que o Brasil é grande pela sua “própria natureza” é facilmente observada em Policarpo Quaresma⁶⁷¹. A observação da natureza como nosso maior bem nacional aproxima a percepção inicial de Olga da compreensão que Policarpo Quaresma tem do campesinato. Mas se essa percepção sobre a natureza os aproxima, também podemos dizer que é o nacionalismo ufanista presente na persona do último que os diferencia. Neste sentido a compreensão de Olga é mais aguçada, o que a livra da responsabilidade de resolver o problema da agricultura no Brasil. Contrariamente ao padrinho, ela volta seus questionamentos para o âmbito social: “Havendo tanto barro, tanta água, porque as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? ”. As questões prosseguem: “Por que, ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? ”. Na medida em que não reduz a solução das questões à promoção de ações fechadas em si mesmas, Olga desenvolve uma percepção mais crítica da realidade e começa a questionar algumas hipóteses sobre o homem do campo: “A não ser o café e um milharal aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola”. A medida que aprofunda seus questionamentos, a personagem Olga começa a identificar as questões relacionadas a nossa estrutura fundiária concentradora de terras,

668BARRETO, 2011, p.222-223.

669Ver: WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: a história da literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.9-64; Idem, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.69-70 e p.314-315.

670Ver: MARTINS, Elvio Rodrigues. A Geografia Urbana na dissolução das identidades originárias. In: *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.94 (1), 1 de agosto, 2001; e SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2):577-591, 2005.

671Essa percepção está presente em Policarpo de forma hiperbólica, justificada pelo seu nacionalismo ufanista.

baseada na monocultura cafeeira e necessitada de grande quantidade de mão-de-obra. Além desses pontos, também podemos apontar a questão da falta de incentivo à produção em pequenas propriedades: “Não podia ser só preguiça”, eis a questão que a trama apresenta. Nesse ponto, o narrador criado por Lima Barreto entra no debate sobre o higienismo, comum a sua época, o homem do campo pode ser classificado como preguiçoso ou indolente – tal como o Jeca Tatu de Monteiro Lobato – segundo o qual vai ser classificado como doente, com possibilidade de cura⁶⁷².

Olga extravasa seus questionamentos ao estabelecer um diálogo com Felizardo⁶⁷³, segundo ajudante contratado por Policarpo. O diálogo revela a necessidade de encontrar respostas para as causas da miséria humana e da pobreza material que ela encontrou no campo e que vão de encontro às suas idealizações iniciais.

Olga encontrou o camarada cá em baixo, cortando a machado as madeiras mais grossas; Anastácio estava no alto, na orla do mato, juntando, a ancinho, as folhas caídas. Ela lhe falou.

– Bons dias, 'sá dona'.

– Então trabalha-se muito Felizardo?

– O que se pode.

– Estive ontem no Carico, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo?

– É doutra banda, na estrada da vila.

– É grande o sítio de você?

– Tem alguma terra, sim senhora, 'sá dona'.

– Você por que não planta para você?

– “Quá, sá dona!” O que é que a gente come?

– O que plantar ou o que a plantação der em dinheiro.

– “Sá dona tá” pensando uma coisa e a coisa é outra. Enquanto planta cresce, e então? 'Quá, sá dona', não é assim.

Deu uma machadada; o tronco escapou; colocou-o melhor no picador e, antes de desferir o machado, ainda disse:

– Terra não é nossa... E 'frumiga'?... Nós não 'tem' ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

(...)

E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas...

Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?

A questão agrária está aí explícita, principalmente, quando Felizardo responde às perguntas de Olga e declara: “Terra não é nossa...”. O silêncio das reticências presentes no texto nos remete às poucas palavras das pessoas simples para quem faltam palavras para expressar o que pensam⁶⁷⁴. No entanto, fica para o leitor a tarefa de contextualizar a fala e

672No próximo tópico retomaremos o debate sobre a preguiça.

673Mais uma vez a verve irônica de Lima Barreto se destaca ao batizar um personagem que vive na miséria e na pobreza do campo de “Felizardo”.

674Um livro que demonstra as poucas palavras do homem do sertão é o romance: RAMOS, Graciliano. *Vidas*

extrair dela um sentido próprio, nesse caso, uma denúncia à concentração de terras no Brasil.

Além disso, as saúvas (*frumiga*) que atacam a plantação e os estoques de Policarpo são uma praga comum na localidade. No entanto, é possível ampliar o entendimento do vocábulo, atribuindo-lhe um sentido simbólico. Para isso, é necessário relembrar que a política nacional não privilegia o pequeno agricultor que produz para o mercado interno, e sim os grandes latifundiários produtores de café. Nesses termos, em toda a sua simplicidade e linguagem própria, a fala de Felizardo ganha tom de denúncia da situação do homem do campo no Brasil: “E 'frumiga'?... Nós não 'tem' ferramenta... isso é bom para italiano ou 'alamão', que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...”. Dessa forma, tais políticas podem ser encaradas como uma “praga” ao desenvolvimento de uma agricultura mais centrada nos interesses dos brasileiros e da nação e menos focada nas predileções do mercado externo.

Outro elemento presente no trecho diz respeito à falta de incentivo ao pequeno produtor brasileiro, uma vez que o fomento à produção agrícola estava mais direcionado para os imigrantes europeus que chegavam no país. Nesse sentido é importante lembrar que durante a Primeira República a vinda de imigrantes europeus⁶⁷⁵ está associada a uma política nacional que teve como objetivo substituir a mão-de-obra escrava. O processo de imigração se inicia antes da abolição da escravatura; como vimos, a vinda de imigrantes estrangeiros fez parte de uma tentativa de embranquecimento da população brasileira, com base nas teorias raciais comuns à época. Assim, fica evidente que após a abolição não houve uma integração da mão-de-obra escrava; ao inverso, assistiu-se à formulação de um projeto para apagar da tradição brasileira a presença da cultura africana, tanto no que diz respeito à cor da pele, quanto à cultura.

Retomando o tema das saúvas: em termos conotativos podemos afirmar que representam uma praga que não pode ser atacada com inseticidas, tal como Policarpo Quaresma o faz quando é atacado pelas formigas. Tem-se aqui, portanto, a ampliação do significado do termo. As saúvas começam a atacar os mantimentos e as plantações de Policarpo Quaresma após a visita do Tenente Dutra, que antecedeu o encontro com o próprio presidente da Câmara, Dr. Campos, o qual, por sua vez, tentou envolvê-lo na política local, sem, entretanto, lograr êxito. Nesse sentido, em termos conotativos a *saúva* que Policarpo não consegue matar com a utilização de nenhum formicida é a política local, extremamente, corrupta e articulada com o poder central (deputados e senadores). Na

Secas. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977.

675 Nas crônicas: A questão dos “poveiros” (1921), São Paulo e os estrangeiros [I] (1917) e São Paulo e os estrangeiros [II] (1917) onde Lima Barreto tematiza a presença de imigrantes no Brasil, o autor mantém a questão centrada no respeito ao trabalhador independente de sua nacionalidade. In: BARRETO, In: REZENDE e VALENÇA, 2004, vol I e II.

apreciação que estamos propondo, tanto a publicação de jornal como a exigência de que sejam capinadas todas as áreas da propriedade que margeassem a estrada, em acordo com o *código* de postura do município de Curuzu, fazem parte, de um ataque de saúvas – os políticos locais. Ainda com o objetivo de reforçar esse argumento interpretativo é interessante notar que no início do diálogo que pontua a visita do Dr. Campos ao Sítio do Sossego o presidente da Câmara: “– Ora viva, major! Como vai isso por aí? Muita formiga? Lá em casa já não há mais”. Por que na casa do Dr. Campos não há mais formigas? Será que é por ele já se encontrar inserido nos processos de corrupção e fraude eleitoral, uma verdadeira praga nacional? Ou então, ele mesmo se tornou uma *saúva*? Novamente, entendemos que o mais importante não é fechar uma interpretação, mas deixar que essas múltiplas vozes que falam através do narrador nos abram possibilidades de dar significado crítico à obra de Lima Barreto sem ignorar, no entanto, as ambiguidades e contradições existentes.

5.2.2. Policarpo: a saúde e a preguiça

Nísia Trindade e Gilberto Hochman⁶⁷⁶ nos ajudam a refletir sobre algumas questões presentes em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. De forma ampla, o ensaio realizado por esses autores busca pensar como o “movimento pelo saneamento do Brasil” cria uma possibilidade de identidade para o país associada à doença, mais uma entre outras em curso no cenário nacional. De acordo com os autores, fica evidente que o “ser brasileiro” está diretamente associado ao “estar doente”, identificação associada à população que pertence a determinadas condições geográficas e sociais, em outros termos, a população pobre dos nossos “sertões”.

Dando continuidade à reflexão desenvolvida no capítulo anterior, Nísia Trindade e Gilberto Hochman também entendem o *sertão* como uma categoria ampla e avançam no debate ao acrescentar a questão da doença: “*Os sertões*, para a campanha pelo saneamento, era mais uma categoria social e política do que geográfica⁶⁷⁷. Sua localização espacial

676LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2): 313-332, 2000.

677É importante destacar que os autores trabalham com uma concepção clássica do que é o geográfico. Nesses termos a desidentificação do sertão como um elemento geográfico, trabalhado pelos autores em questão, está associada ao entendimento daquele espaço como um fenômeno que possui sua fronteira delimitada e, praticamente, restrita às regiões norte e nordeste do Brasil. Para acompanhar a reflexão de geógrafos que têm ampliado a noção de *sertão* para além das fronteiras físicas, ver a obra: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009, p.

dependeria da existência do binômio *abandono*⁶⁷⁸ e *doença*”.⁶⁷⁹ Além de acompanhar o tratamento mais amplo, comum ao entendimento do *sertão* como categoria, os autores também reforçam a aproximação entre a noção de sertão e as áreas suburbanas ou periféricas onde predominam a pobreza e a doença, carente portanto de medidas profiláticas.

Na verdade, os sertões do Brasil não estariam tão longe assim daqueles a quem se demandavam medidas de saneamento, nem seriam apenas uma referência simbólica ou geográfica ao interior do país. Na instigante percepção de Afrânio Peixoto, os 'sertões do Brasil' começavam no fim da avenida Central⁶⁸⁰.

O argumento que pontua o sertão como possibilidade de entendimento dos subúrbios e das áreas rurais próximas à cidade do Rio de Janeiro permite algumas ilações entre esses argumentos e a narrativa desenvolvida em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Tais aproximações têm o objetivo de observar como a população rural – os doentes e as doenças – foram encarados pelo movimento sanitarista e acabam ganhando um registro peculiar na narrativa barretiana, particularmente em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Nesse sentido, o narrador criado por Lima Barreto, ao descrever a população rural do município de Curuzu – área rural que fica próxima à cidade do Rio de Janeiro –, destaca a pobreza material, o desapego as tradições populares, além da presença de características clínicas que indicam a etiologia⁶⁸¹ de doenças comuns à época.

Tomando por base a relação sertão e litoral, lançaremos mão da temática das doenças comum nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, estamos propondo que Lima Barreto, como um intelectual voltado para as questões do seu tempo, entrou em contato com as notícias sobre as campanhas higienistas e as viagens realizadas pelos intelectuais do IOC e de alguma forma as incorporou às viagens e aos debates em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Um indício forte dessa possível incorporação consiste na proximidade de Lima Barreto com o escritor Monteiro Lobato, como já destacado no capítulo anterior⁶⁸². Nísia Trindade e Gilberto Hochman⁶⁸³ destacam a atuação de Monteiro Lobato na campanha

87-91.

678Grifos dos autores.

679LIMA e HOCHMAN, 2000, p.317.

680Ibidem, p.317.

681O Dicionário Ilustrado de Saúde indica o seguinte significado para o verbete “etiologia”: “estudo das causas das doenças”. SILVA, Carlos Roberto Lira da; SILVA, Roberto Carlos Lira da; e VIANA, Dirce Laplace. *O Dicionário Ilustrado de Saúde*. São Paulo: Editora Yendis, 2012, p. 316.

682Nas obras completas de Lima Barreto encontramos a correspondência ativa e passiva entre Lima Barreto e Monteiro Lobato. A correspondência indica uma relação fraternal entre eles. BARRETO, Lima. *Correspondência, ativa e passiva* 2º tomo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.47-84.

683Ver LIMA e HOCHMAN, 2000, p.321-324.

sanitarista e como esse movimento alterou a compreensão do autor sobre um dos seus personagens mais conhecidos naquele momento, o Jeca Tatu. No período inicial da produção de Monteiro Lobato sobre o “Jeca Tatu”, o personagem por si só era considerado um problema para o estabelecimento da modernização no país⁶⁸⁴, uma vez que representava o atraso associado às práticas agrícolas, o predomínio de nossas atividades econômicas no campo e a preguiça ou indolência do caboclo. Já na Primeira República o Brasil inicia um processo de industrialização mas, estruturalmente, predomina o modelo agrário exportador, enquanto a Europa e os Estados Unidos emplacavam as novidades tecnológicas associadas à segunda revolução industrial, cuja principal fonte de energia é o petróleo. Dessa forma, para Monteiro Lobato o Brasil tinha que acompanhar esse movimento de modernização urgentemente⁶⁸⁵.

Posteriormente Monteiro Lobato adere à campanha sanitaria, e a partir disso o Jeca Tatu deixa de ser visto como um problema.⁶⁸⁶ Essa mudança ocorre porque passa a ser

684De acordo Nisia Trindade e Gilberto Hochman, é no artigo “Urupês” que Monteiro Lobato consagra a visão pessimista sobre o caboclo, que então passa a ser chamado de Jeca Tatu: “Nesse artigo, Lobato define o Jeca como ‘um piraquara do Paraíba’, a quem nada põe de pé. Diante dos problemas no sítio do qual era agregado ou de grandes mudanças na vida política nacional, fosse a abolição da escravidão ou a proclamação da República, o caboclo continuava de cócoras, modorrar”. No parágrafo seguinte emenda: “Com sua retórica contundente e numa crítica à literatura romântica, Monteiro Lobato afirma: *Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!* Para Lobato, a ciência e as viagens ao interior do Brasil teriam revelado um outro indígena e um outro sertanejo muito distante dos idealizados pela escrita de José de Alencar. Morrerá Peri: *Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências Chateaubriand [...] metem-se a palmilhar os sertões de Winchester em punho*”. LIMA e HOCHMAN, 2000, p.321.

685O próprio Monteiro Lobato, em 1938, escreve o livro infantil *O Poço do Visconde* promovendo, para o público infantil, sua campanha a favor do desenvolvimento da exploração do petróleo no Brasil: “Monteiro Lobato foi um pioneiro na defesa do petróleo como recurso natural estratégico do povo brasileiro. Em 1931 ele viajou aos Estados Unidos a fim de conhecer melhor as técnicas de exploração e produção do petróleo. Voltou entusiasmado e passou a lutar para que o Brasil tivesse uma política específica para o setor. Ele mesmo teve a concessão para abrir um poço em Sergipe, sendo um dos pioneiros na exploração do petróleo no Brasil. Antes da publicação de *O Poço do Visconde*, em 1938, voltada para o público infantil, já havia lançado ‘O escândalo do petróleo’, em 1936, na qual denunciava, como faz neste livro, a presença de cartéis, empresas estrangeiras poderosas que se reuniram para controlar o mercado nacional. A defesa do petróleo aparece em seus textos na imprensa, em palestras e conferências e em outros livros como *Geografia de Dona Benta* e *Sertões de Dona Benta*. Ele chega a ser preso, em 1941, acusado de querer com seus escritos e ações desmoralizar o Conselho Nacional do Petróleo, criado em 1939 para estruturar e regularizar as atividades envolvidas no setor”. Ver: LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. São Paulo: Globo, 2010, p.6-9.

686A mudança na concepção que Monteiro Lobato tem sobre o Jeca Tatu também é destacada por Nisia Trindade e Gilberto Hochman: “A ideia de que o caboclo indolente e parasitário poderia sofrer profunda transformação e tornar-se agente de mudança social e modernização passa a ser defendida por Monteiro Lobato após o contato com as propostas e os intelectuais que participaram da campanha em prol do saneamento do Brasil, no período que se estende de 1916 a 1920. No mesmo ano de 1918 em que Belisário Pena publicou *Saneamento do Brasil*, Monteiro Lobato lançou *Problema vital*, que reúne série de artigos sobre o tema do saneamento divulgados originalmente em *O Estado de São Paulo*, entre os quais um dedicado à ressurreição do Jeca”. Mais adiante acrescenta: “O diagnóstico sobre a preguiça do caboclo mudou; às doenças, reveladas à nação através de relatórios de viagens dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior, cabia a responsabilidade pela situação de miséria e indigência em que se encontrava o caboclo. A frase que sintetiza essa espécie de ‘conversão’ de Lobato ao ideário sanitaria é bastante conhecida e serve de epígrafe para o livro: *O Jeca não é assim; está assim*”. In: LIMA e HOCHMAN, op. cit., p.322.

possível curar o “caboclo” através das práticas medicinais (científicas), desenvolvidas pelos sanitaristas, notadamente Oswaldo Cruz. A perspectiva crítica em relação à oligarquia agrária, a crítica ao bacharelismo e a defesa de uma linguagem literária mais acessível são pontos de vista que aproximam Lima Barreto e Monteiro Lobato, e essa aproximação tem como objetivo pontuar uma incursão de Lima Barreto nos temas relacionados à campanha higienista⁶⁸⁷.

O livro *Problema Vital*, em que Monteiro Lobato sintetiza sua virada na concepção sobre o Jeca Tatu, foi publicado em 1918, aproximadamente três anos após a publicação da primeira versão de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Esse cruzamento das datas dos lançamentos da primeira edição dos livros de Lima Barreto e Monteiro Lobato é importante, uma vez que dá indícios do motivo pelo qual o narrador de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* encerra em sua narrativa uma visão pessimista em relação aos “roceiros” e aos “negros”⁶⁸⁸. Nesses termos, é notório que Lima Barreto publica seu livro antes de Monteiro Lobato tornar pública sua mudança na concepção sobre o Jeca Tatu no livro *Problema Vital*. Dito isto, é necessário ressaltar que não desejamos criar uma correspondência direta entre as posições de Lima Barreto e as de Monteiro Lobato. Nosso objetivo consiste em indicar alguns pontos da intrincada rede de relações que Lima Barreto estabeleceu em vida e que de alguma forma o influenciaram no que diz respeito aos elementos que compõem suas narrativas. Nosso esforço interpretativo está associado à necessidade de compreender os temas tratados por Lima Barreto como parte da história da Primeira República que foram alvo das reflexões de muitos intelectuais, dentre eles, o próprio Monteiro Lobato.

Por fim, vale frisar que, de acordo com nossa observação, a caracterização negativa que Monteiro Lobato faz do Jeca Tatu se aproxima da descrição pessimista que Lima Barreto compõe dos “roceiros” e dos “negros” na segunda e terceira parte do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Um ponto que está presente neste romance e também em Monteiro Lobato⁶⁸⁹ é a questão relacionada à origem dos problemas nacionais. Nesse sentido, o romance de Lima Barreto indica que o responsável por grande parte dos problemas sociais presentes no Brasil, durante a Primeira República, é o próprio poder público; não identificamos em Lima Barreto um argumento de que pudesse lançar mão para culpar a

687Outro fato que aproxima Lima Barreto e Monteiro Lobato é a não adesão ao movimento intelectual paulista que deu origem a Semana de Arte Moderna de 1922. Lima Barreto teria recusado a sugestão de Mario de Andrade, feita no Rio de Janeiro por Sérgio Buarque, que propôs que Lima publicasse algo na *Careta* com objetivo divulgar a revista (Klaxon). Ver: SCHWARCZ e MONTEIRO (2016). No caso de Monteiro Lobato é conhecida a crítica negativa que o escritor fez à exposição de Anita Malfati.

688No que diz respeito aos “roceiros”, destacamos o personagem Felizardo; no que se relaciona aos negros, o preto velho Anastácio. Retornaremos a eles mais adiante.

689Ver: LIMA e HOCHMAN, 2000, p.322.

população rural (negra, caboclo ou caipira) por sua condição de pobreza e doença⁶⁹⁰. Decerto, o argumento que culpa os miseráveis pela sua miséria ao fazer o cruzamento do debate racial com as questões sociais de forma determinista gerou incômodos em Lima Barreto.

O primeiro ponto da narrativa destacado está inserido no momento em que Ricardo Coração dos Outros vai fazer uma visita ao amigo Policarpo Quaresma e vai conhecer a vila que fica “a quatro quilômetros adiante da casa de Quaresma”⁶⁹¹.

O trecho trata de um domingo, dia de missa, o seguinte à chegada de Ricardo Coração dos Outros:

Tinha havido missa e o trovador assistiu à saída. A concorrência nunca é grande na roça, mas Ricardo pode ver algumas daquelas moças do interior, linfáticas e tristes, ataviadinhas, cheias de laços, descendo silenciosas a colina que se erguia a igreja, espalhando-se pela rua e logo entrando em casas, onde iriam passar uma semana de reclusão e tédio. Foi na saída da missa que lhe apresentaram o Dr. Campos⁶⁹².

Ao descrever as “moças do interior”, o narrador usa os adjetivos: “linfáticas”, “tristes” e “ataviadas”. Em nossa percepção, a utilização da última palavra demonstra a necessidade das populações mais pobres (áreas rurais) de “alinhar” as vestimentas para aquele que é o único evento social da semana. No entanto, esse alinhamento das vestimentas parece entrar em contradição com o estado de espírito das moças ao pensarmos sobre o adjetivo “triste”. O substantivo tristeza, em termos psiquiátricos e psicanalíticos, pode ser aproximado do termo da melancolia⁶⁹³. Nesse sentido, apesar de estarem ornadas pelas vestimentas (externas), as moças da roça apresentam uma espécie de desânimo (interno) ou uma incapacidade de reagir

690Esse momento da elaboração do pensamento de Monteiro Lobato parece encontrar uma correspondência maior em Euclides da Cunha do que em Lima Barreto. Ver: CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

691BARRETO, 2011, p.209.

692Ibidem, p.210.

693De acordo com Elisabeth Roudinesco e Michel Plon em *Dicionário de Psicanálise* nos trazem algumas informações sobre a melancolia: “Termo derivado do grego melas (*negro*) e Kholé (*bile*), utilizado em filosofia, literatura, medicina, psiquiatria e psicanálise para designar desde a Antiguidade, uma forma de loucura caracterizada pelo humor sombrio, isto é, por uma tristeza profunda, um estado depressivo capaz de conduzir ao suicídio, e por manifestações de medo e desânimo que adquirem ou não o aspecto de um delírio”. Mais especificamente no que diz respeito a mulher e a realidade vivida por Lima Barreto em sua vida, vale a pena destacar as seguintes informações: “No fim do século XVIII e, em especial, às vésperas da Revolução Francesa, a melancolia surgiu como um grande sintoma do tédio destilado pela velha sociedade. Parecia atingir tanto os jovens burgueses, excluídos dos privilégios conferidos pelo nascimento, quanto os decaídos na escala social, que haviam perdido todos os referenciais. Grassava também entre os aristocratas ociosos, privados do direito de fazer fortuna. Tédio da felicidade, felicidade do tédio, sentimento de derrisão (...). Acreditava-se também que alguns climas favoreciam a doença, mais frequente nos países nórdicos do que nas regiões meridionais. Por fim, na mulher, ela era frequentemente aproximada da doença dos vapores, ora atribuída ao baço, fonte da bile negra, ora ao útero, lugar imaginário da sexualidade feminina”. Ver: ROUDINESCO, Elisabeth; e PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 505-507.

aos estímulos do meio, os quais, por sua vez, não parecem ser muito variados, uma vez que as “pequenas”, após ao evento da missa, ficariam uma semana em “reclusão”. Desse modo, mais uma vez o narrador parece deflagar as condições às quais as mulheres estavam submetidas na sociedade da época, em que o casamento aparece como o futuro mais promissor para uma “moça”, de preferência se o noivo for bacharel ou doutor – a outra opção seria o convento. Dito isto, compreendemos melhor os motivos que orientam a tentativa do “embelezamento” das moças para a missa, momento em que estão expostas para a sociedade em que se afigura a possibilidade do casamento. Essa intenção se confirma quando o narrador diz que Ricardo Coração dos Outros, ao observar as meninas na saída da missa, não encontra grandes adversários: “concorrência nunca é grande na roça”. Vale ressaltar ainda a utilização do adjetivo “linfática”⁶⁹⁴ para caracterizar as “moças”, uma vez que essa palavra integra o discurso médico da época e de alguma forma ajuda a caracterizar o estado mórbido das meninas do interior. Um dos sintomas das doenças linfáticas é o inchaço de alguma parte do corpo e a dificuldade em se movimentar; assim, podemos pensar a palavra como uma metáfora da falta de mobilidade das populações rurais. Tanto em seu sentido denotativo como em relação ao seu simbolismo no texto, o uso da palavra “linfática” associado a um estado de morbidez nos aproxima de outro tema da época – a preguiça do homem rural –, presente na caracterização inicial do Jeca Tatu forjada por Monteiro Lobato⁶⁹⁵.

Ainda no que diz respeito aos temas relacionados à saúde e à doença, a narrativa apresenta duas medicinas que coexistem na área rural. A primeira é praticada por “Dona Xica”⁶⁹⁶, uma “terapeuta popular”⁶⁹⁷. Além dessa, havia a medicina realizada pelo Dr. Campos,

694O *Dicionário Ilustrado de Saúde* traz as seguintes informações no verbete linfatismo: “Estado mórbido de natureza constitucional que se manifesta na infância e regride na puberdade”. In: *Dicionário Ilustrado de Saúde*. In: SILVA, Carlos Roberto Lira da; SILVA, Roberto Carlos Lira da; e VIANA, Dirce Laplace. O São Paulo: Editora Yendis, 2012, p.472.

695A incapacidade de reação do Jeca Tatu frente às demandas externas está caracterizada por Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman: “Uma frase preciosa resume a imagem que o escritor faz do Jeca: ‘Não paga a pena’. Segundo Lobato, *todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive*”. In: LIMA e HOCHMAN, 2000, p.322.

696A personagem Dona Xica é esposa de Felizardo, o segundo ajudante contratado por Policarpo Quaresma para auxiliar nas práticas agrícolas desenvolvidas no Sítio do Sossego. Mais adiante destacaremos um trecho em que o autor traz para o primeiro plano da narrativa um comentário sobre os filhos de Dona Xica com Felizardo.

697Com base no trabalho de Tânia Salgado Pimenta, podemos sistematizar a “arte de curar”, até a primeira metade do século XIX, da seguinte forma. Havia os “terapeutas acadêmicos”, médicos formados nas faculdades ou nas academias de medicina, portadores de diploma que lhe conferiam autorização oficial para exercer a “arte de curar”. Além desses, existiam os “terapeutas não-acadêmicos”, que formavam o grande e diverso grupo dos “terapeutas populares”, os quais não possuíam formação acadêmica, mas poderiam ter o seu ofício reconhecido oficialmente. Entre os ofícios que compunham a “arte de curar” exercida por esses “terapeutas não-autorizados” podemos citar as parteiras, sangradores, curandeiros e curadores, essas “categorias” eram “imprecisas” pois abrigavam “vários tipos” de atividades. Ver: PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos

que além de ser médico era presidente da câmara municipal, pessoa com grande influência política na região.

Sobre essas duas medicinas existentes nas áreas rurais, o narrador nos revela que:

A da Sinhá Chica, quase grátis, ia ao encontro da população pobre, daquela em cujos cérebros, por contágio ou herança, ainda vivem os *manitus* e *manipansos*⁶⁹⁸, sujeitos a fugirem aos exorcismos, benzeduras e fumigações. A sua clientela, entretanto, não se resumia só na gente pobre da terra, ali nascida ou criada; havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis, que se socorriam da sua força sobre natural, não tanto pelo preço ou contágio das crenças ambientes, mas também por aquela estranha superstição europeia de que todo negro ou gente colorida penetra e é sagaz para descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria.

Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de *sinhá Chica* atendia os miseráveis, aos pobretões, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental⁶⁹⁹ exigia a medicina regular e oficial⁷⁰⁰.

Inicialmente o narrador indica que essas duas medicinas atendem a classes sociais e culturais distintas: enquanto os “miseráveis” recorriam às rezas e aos chás de “Dona Xica”, a aristocracia, mais “ocidentalizada”, não dispensava a presença do médico. No entanto, entre os frequentadores da “terapeuta popular”, a narrativa apresenta personagens de outras nacionalidades: italianos, portugueses e espanhóis, crentes na “força sobrenatural” por meio dos quais os “negros ou gente colorida” é são capazes de “descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria”⁷⁰¹. Nesse sentido é importante destacar que a presença dos europeus não está necessariamente associada ao preço das consultas ou dos serviços realizados, mas sim à “fama” e de certa forma à “fé” que as pessoas conferiam aos “terapeutas populares”. O trecho da narrativa também nos permite pensar a relação entre as questões culturais e raciais, uma vez que os negros e os índios estão excluídos dos projetos de nacionalidade formulados durante a Primeira República, mas ao mesmo tempo são superiores na prática do que o narrador classifica como “feitiçaria”. Como já destacado, as palavras “*manitus*” e

In: *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.11 (supl.1): 67-92, 2004, p.69 e p.87-88.

698As palavras *manitu* e *manipanso* fazem, respectivamente, referências aos ritos religiosos indígenas e africanos. Certamente uma associação ao sincretismo religioso presente na cultura popular, sendo, declaradamente, mais comum nas periferias, nos subúrbios e nas áreas rurais. Ver significados em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=manitu> e <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=manipanso>

699Mais uma vez a verve irônica de Lima Barreto se expressa através do seu narrador ao salientar a superioridade cultural das aristocracias.

700BARRETO, 2011, p. 332.

701De acordo com Lima Barreto, logo no início da terceira parte do romance, uma força superior também é atribuída ao preto velho Anastácio: “Anastácio, o seu preto velho, do seu longo olhar, não mais com aquela ternura passiva de animal doméstico, mas cheio de assombro, de espanto e piedade, rolando muito nas órbitas escleróticas muito brancas, quando o viu penetrar no vagão da estrada de ferro. Parecia que farejava desgraça... Não lhe era comum tal atitude e como que a tomava por ter descoberto nas coisas sinais de dolorosos acontecimentos a vir... Ora!...” In: *Ibidem*, p.270.

“manipansos” fazem referências a rituais religiosos comuns entre os índios e os negros, culturalmente colocados à margem pelas aristocracias. Apesar disso, contraditoriamente, existe a possibilidade dessas mesmas elites sociais recorrerem aos “feitiços” e “mandingas”, associados originariamente à cultura africana e indígena, quando avaliam que é possível e necessário⁷⁰².

Dito isto, mais uma vez o texto evoca a relação entre a “cultura popular”, comumente associada a um quadro de “crenças” e a um determinado “senso comum”, e os saberes consagrados entre as “elites sociais e culturais”, no caso a medicina moderna. Essa relação fica mais nítida quando percebemos a forma como essas mesmas elites circulam⁷⁰³ entre o que consideram mais moderno e racionalmente elaborado, apesar de manter uma frequência regular aos “terapeutas populares”. Nesse sentido, de acordo com as reflexões de Tânia Salgado Pimenta, a partir da primeira metade do século XIX, inicia-se um processo de institucionalização da “arte de curar” no Brasil⁷⁰⁴ e essa oficialização sugere o

702 Apesar de Tânia Salgado Pimenta tratar do quadro de coexistência das medicinas, relacionando-o à primeira metade do século XIX, a questão permanece até o início do século XX. Nesse século, de um modo geral as pessoas ainda não estavam convencidas de que a melhor medicina é a produzida através de um discurso científico: “As pessoas que procuravam assistência médica, na época da Fisicatura-mor, não se importavam com o fato de o terapeuta ter ou não licença das autoridades. Também em meados dos Oitocentos essa informação parece não ter sido decisiva para a escolha de quem as trataria”. E mais adiante: “Em virtude da preferência de boa parte da população, os terapeutas populares não-autorizados continuavam a praticar apesar da ilegalidade”. Ver: PIMENTA, 2004, p.68. Uma maior aproximação do quadro entre “terapeutas populares” e “terapeutas acadêmicos” para o fim do século XIX e início do século XX nos é oferecido por Flávio Edler ao apontar o declínio da medicina praticada a partir do modelo “climático-telúrica” em detrimento da ascensão do paradigma de “medicina pastoriana”. Nas palavras do autor: “Claro está que para a medicina pastoriana que faria triunfar, em fins do século XIX, a tese da etiologia específica, revogando toda a legitimidade da *démarche* climático-telúrica, tal programa de pesquisa nada tinha de científico. Não obstante, até a penúltima década daquele século, ninguém apostaria em tal desfecho, e o historiador das ciências deve estar atento ao critério da cientificidade compartilhado por cada comunidade científica em seu contexto”. Ver: EDLER, Flávio Coelho. A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v.22, nº 1, p.153-166, jan/jun, 2009, p.164.

703 Essa circularidade entre as elites culturais e a cultura popular parece ser uma tônica constante no discurso modernista após a realização da Semana de Arte Moderna de 1922. No entanto, notamos a sua presença constante no romance de Lima Barreto em análise, o que reforça o caráter modernista da literatura deste autor.

704 De acordo com Tânia Salgado Pimenta: “A primeira metade dos Oitocentos assistiu a mudanças significativas no exercício das práticas terapêuticas. No fim da década de 1820 e início de 1830, observa-se uma série de marcos no processo de institucionalização da medicina, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de vários periódicos especializados. Além disso, trata-se de um período em que ocorreu uma redefinição do que seriam as práticas terapêuticas legítimas perante o governo. As mudanças na regulamentação são evidentes. Em 1928 foi extinta a Fisicatura-mor – órgão do governo responsável pela fiscalização e regulamentação de todas as atividades relacionadas às artes terapêuticas. Os curandeiros e os sangradores foram desautorizados, excluídos do conjunto de atividades legais. As parteiras foram desqualificadas para uma posição subalterna e tiveram suas atividades apropriadas, o que serviu à expansão do mercado para os médicos”. Ver: PIMENTA, 2004, p.68. Esse primeiro movimento de instituição científica da medicina no Brasil, realizado durante o Império também pode ser observado nas reflexões de Flávio Edler: “A organização profissional e a regulamentação do ensino da medicina no Brasil, com atividade diversa da praticada por barbeiros, sangradores, práticos e curandeiros, começou apenas no século XIX, com a chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o príncipe regente criou dois cursos de cirurgia e anatomia nos hospitais militares de Salvador e Rio de Janeiro (1808), pondo fim à era dos físicos cirurgiões formados exclusivamente na Europa”. Ver:

estabelecimento do monopólio dos médicos⁷⁰⁵. No entanto, esse fenômeno não se dá de forma rápida nem tampouco tranquila; uma vez que a maior parte de nossa população tinha mais confiança nos “terapeutas populares” – sem diploma acadêmico – do que nos médicos diplomados – os “terapeutas acadêmicos”. Além disso, em muitos casos, vale indicar que a população não estabelecia muitas distinções entre a ação dos “terapeutas acadêmicos” dos “terapeutas populares”, já que havia um diálogo entre esses conhecimentos⁷⁰⁶. Nesse sentido, além das questões associadas aos valores dos serviços prestados, havia uma questão cultural em jogo, onde ainda não estava disseminado entre nós o reconhecimento da medicina – como campo do conhecimento – e do médico – como agente do conhecimento – portador da capacidade de cura das doenças.

Dito isto, podemos afirmar que quando o narrador indica que nas áreas rurais ainda existe a medicina associada aos “terapeutas populares” e aos “terapeutas acadêmicos” demonstra o “atraso” das regiões rurais do Brasil em relação ao que se está estabelecendo nas cidades como paradigma de medicina moderna; junto a isso, demonstra a resistência de determinadas tradições mais facilmente associadas à “cultura popular”.

Em outro ponto do livro, a fala do narrador acerca dos filhos de Anastácio – ajudante de Policarpo – com Dona Xica – a “terapeuta popular” – repete o diagnóstico negativo sobre o homem do campo, ao encará-lo como doente.

Embora seus pais vivessem em casa de Quaresma, raramente lá apareciam; e, se o faziam, era porque de todo não tinham o que comer. Levavam o descuido da vida, a imprevidência, a ponto de não terem medo do recrutamento. Eram, entretanto, capazes de dedicação, de lealdade e de bondade, mas o trabalho continuado, todo dia, repugnava-lhes à natureza, como uma pena ou um castigo.

Essa atonia da nossa população, essa espécie de desânimo doentio, de indiferença nirvanesca por tudo e todas as coisas, cercam de uma clivagem de tristeza desesperada a nossa roça e tira-lhe o encanto, a poesia e o viço sedutor de plena natureza.

Parece que nem um dos grandes países oprimidos, a Polônia, a Irlanda, a Índia, apresentará o aspecto cataléptico do nosso interior. Tudo aí dorme, cochila, parece morto; naqueles há revolta, há fuga para o sonho; no nosso... Oh!... dorme-se...⁷⁰⁷

EDLER, 2009, p.159.

705A relação entre as elites e as práticas terapêuticas durante o império encontra um registro no livro de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quando o protagonista persegue durante todo o romance a invenção de emplastro. Ver: ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* In: *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

706Nas palavras de Tânia Salgado Pimenta: “Haveria, então, mais do que troca de saberes e conhecimentos, a possibilidade de trabalharem juntos (Xavier, 2003), assim como acontecia muitas vezes com médicos e parteiras (JC, 2.9.1855)”. PIMENTA, 2004, p.80.

707BARRETO, 2011, p.334.

Os programas de sanitário vão se estender às populações rurais, e é a partir desse momento que o Brasil, ou a sua nacionalidade, passam a estar atrelados a “doença” ou à perspectiva que consagra o país como doente⁷⁰⁸. Nesse período as ambivalências se multiplicam, e apesar de o movimento sanitarista ter sido inspirado pela perspectiva euclidiana⁷⁰⁹, o julgamento sobre o homem sertanejo ou do campo terá diferentes matizes entre visões otimistas e pessimistas. Se para Euclides da Cunha o sertanejo é considerado “antes de tudo, um forte”⁷¹⁰ – ente referencial para a nossa nacionalidade –, a partir das incursões ao interior promovidas pelo IOC, a população rural será encarada como “doente”. Entre as doenças presentes no meio rural, há um destaque da “ancilostomíase”⁷¹¹ que provoca fraqueza e indisposição, característica comum ao homem do campo. Nesses termos, se estabelece uma imagem segunda a qual a “preguiça” não é mais encarada como uma característica inerente ao sertanejo, mas sim uma doença que pode ser tratada e curada através das práticas médicas e sanitárias. Esse mesmo movimento pode ser observado nas diferentes avaliações que Monteiro Lobato faz do Jeca Tatu.

As palavras “atonía”⁷¹² e “catalepsia”⁷¹³, utilizadas para caracterizar os filhos de Anastácio e Dona Xica, constituem mais um elemento que reforça a ligação entre literatura de Lima Barreto e o período histórico vivido pelo autor. De forma mais ampla, percebemos como o escritor também se apropria das diferentes formas como o Brasil foi sendo pensado até o seu

708De acordo com Nísia Trindade: “Consta que a célebre frase ‘O Brasil é um imenso hospital’, proferida pelo médico Miguel Pereira em 1916, representou uma reação aos discursos que afirmavam a força do sertanejo que, se convocado, garantiria a integridade territorial e política do país (Lima & Hochman, 1996)”. Ver: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2013, p.165.

709Conforme Nísia Trindade: “Às alusões a obra de Euclides da Cunha dizem respeito a uma tomada de consciência diante dos desafios representados pela acentuada distância que separava os brasileiros das diferentes regiões geográficas. Qualificando o tema euclidiano do isolamento e do *abandono*, pretendia-se chamar a atenção para o interior”. Idem, 2013, p.181.

710Nas palavras do próprio Euclides da Cunha na segunda parte de *Os Sertões*: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgraciosos, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos”. CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.118.

711O Guia de Doenças Infecciosas e Parasitárias contém informações sobre “ancilostomíase”, e no tópico “aspectos clínicos e epidemiológicos” traz a seguinte “descrição”: “Infecção intestinal causada por nematódeos, que nos casos de infecções leves, pode apresentar-se assintomática. Apresentações clínicas importantes, como um quadro gastrointestinal agudo caracterizado por náuseas, vômitos, diarreia, dor abdominal e flatulência, também podem ocorrer. Em crianças com parasitismo intenso, pode ocorrer hipoproteinemia e atraso no desenvolvimento físico e mental. Com frequência, dependendo da intensidade da infecção, acarreta anemia ferropriva”. Vale acrescentar as informações do tópico “sinonímia”: “Amarelão, opilação, doença de Jeca Tatu”. Ver: Doenças parasitárias e infecciosas: guia de bolso. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, p.95.

712O Dicionário Ilustrado de Saúde traz o verbete “atonía”: “relaxamento da musculatura em razão da perda de tônus muscular”. In: Dicionário Ilustrado de Saúde, 2012, p.87..

713 O Dicionário Ilustrado de Saúde traz o verbete “catalepsia”: “conservação indefinida das atitudes impostas passivamente ao doente por perda momentânea da contração voluntário dos músculos”. Dicionário Ilustrado de Saúde, 2012, p.149

tempo. A caracterização do homem do campo como alguém que nutre um “descuido pela vida” e como portador de uma certa “imprevidência” confronta a lógica do trabalho ocidental com aquela estabelecida por alguns outros grupos étnicos presentes no território brasileiro, onde o trabalho é executado na tentativa de satisfazer as necessidades cotidianas, e não de gerar o acúmulo de bens e/ou dinheiro na tentativa de se destacar socialmente⁷¹⁴.

Um exemplo da conexão do escritor com o seu tempo relaciona-se à caracterização do homem do campo como “doente”; e o mesmo parágrafo menciona a questão do “recrutamento militar”, tema que no início do século mobilizava uma parcela da população, que considerava a matéria um tópico essencial na constituição de nossa nacionalidade.

Nas palavras de Nísia Trindade:

A experiência das guerras, a que me referi ao mencionar o caso norte-americano, tende a favorecer o debate sobre a identidade nacional. Foi assim que, no Brasil, durante o período da Primeira Grande Guerra, e sob a liderança de Olavo Bilac⁷¹⁵ e da Liga da Defesa Nacional, acentuou-se a importância do alistamento militar, considerado essencial para a soberania e a afirmação da nacionalidade. Em todo o país, ocorreram manifestações em torno desse tema. No entanto, a ideia de afirmação da nacionalidade em bases militares esbarrava em obstáculos representados pela descoberta de um Brasil abandonado, com uma população de analfabetos e doentes. Consta que a frase “O Brasil é um imenso hospital”, proferida pelo médico Miguel Pereira em 1916, representou uma reação a discursos que afirmavam a força do sertanejo que, se convocado, garantiria a integridade territorial e política do país (Lima e Hochman, 1996)⁷¹⁶.

714Nísia Trindade fala da “vocação laboriosa” dos estadunidenses e faz um contraponto com a América Latina: “Também no ensaio inconcluso de Antonio Gramsci sobre o americanismo, encontramos importantes reflexões sobre o caráter da sociedade norte-americana como uma sociedade nova. Segundo Gramsci (1984), a América não possuía grandes 'tradições históricas e culturais', mas estaria, em compensação, livre da camada de chumbo que pesaria sobre as sociedades europeias. Ao mesmo tempo, a herança puritana teria formado o povo americano como um povo de trabalhadores. A 'vocação laboriosa' seria um traço tanto das classes operárias quanto das classes dirigentes. Esse ponto é chave para a interpretação que faz do fordismo”. (...). “Vemos, então, que a análise da sociedade que se formou nos Estados Unidos da América era valorizada de forma apositiva por importantes teóricos europeus e por toda uma tradição de estudos historiográficos norte-americanos. Em contraste, com muita frequência a América Latina era vista de forma menos simpática, quase como se vivesse num estágio de barbárie”. Ver: LIMA, 2013, p.76-87.

715Em nossa percepção a presença de Olavo Bilac nesse debate reforça a necessidade de exposição da questão por Lima Barreto, uma vez que aquele, apesar de próximo a Lima Barreto, desenvolve uma concepção de literatura muito criticada por Lima Barreto, seu desapego às questões políticas e seu apego à forma. Devido ao desapego das questões políticas observadas nas poesias parnasianas não necessariamente reflete a falta de posicionamento dos seus autores sobre as questões políticas e nacionais. Como exemplo, podemos citar o próprio Olavo Bilac. De acordo com Antonio Candido: “Olavo Bilac se interessou pelos problemas educacionais, elaborando livros didáticos de tonalidade patriótica; e, depois de certo radicalismo na mocidade, acabou adotando um nacionalismo convencional, em campanhas pela regeneração do país por meio da instrução universal e do serviço militar obrigatório. Como se vê, havia no corte bastante convencional do Parnasianismo um componente de identificação aos pontos de vista do *establishment*”. Ver: CANDIDO, 2010, p.74-75.

716LIMA, 2013, p.164-165.

Certamente, como o próprio Lima Barreto declara em entrevista concedida por ocasião do lançamento de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, quando é perguntado sobre o assunto do livro e onde ele se passa: “– É um livro comum, em que pretendo demonstrar a puerilidade de muitas de nossas pretensões brasileiras. Terei errado? Não sei. Terei acertado? Não sei. – Em que meio se passa? Na classe média. Não posso sair dela. (...)”⁷¹⁷. Ao confrontar o trecho desta entrevista com a reflexão de Nísia Trindade, fica evidente que as intenções das nossas classes médias e a forma como pensam o Brasil compõem o material bruto que inspira Lima Barreto a desenvolver a narrativa. Nesses termos, tanto a campanha sanitária como o movimento pelo alistamento militar obrigatório foram temas da época absorvidos pelo escritor⁷¹⁸. É o caso do *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em que o narrador declara que os filhos dos personagens Anastácio e Dona Xica levam a vida com tamanha “imprevidência” que não temem o “recrutamento” militar⁷¹⁹.

5.3. O higienismo

Retomando o debate sobre o higienismo e seu diálogo com Lima Barreto em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, vale dizer que a campanha higienista pretende retirar as populações rurais e suburbanas de seu “estado natural⁷²⁰” e ingressá-las na civilização. Nesse sentido, os intelectuais envolvidos nos projetos higienistas entendem que suas práticas são um caminho para fazer o Brasil avançar em direção às populações europeias, nossa matriz de civilização. Também é importante ressaltar que esses intelectuais vão desenvolver visões otimistas e pessimistas em relação ao interior do Brasil, no que diz respeito à população e sua relação com a natureza – o homem e sua relação com o meio, em uma linguagem mais próxima da geografia.

717Ver a introdução escrita por Lilia Schwarcz à obra de Lima Barreto. Ver: BARRETO, 2011, p.20.

718Ver: LIMA e HOCHMAN, 2000, p.315.

719Lima Barreto, um pouco antes do trecho em destaque, volta a falar no recrutamento militar: “Felizardo, o marido dela, aparecia pouco em casa de Quaresma; e, se aparecia, era à noite, passando os dias pelos com medo do recrutamento e logo que chegava indagava da mulher se o barulho já tinha acabado”. BARRETO, op. cit., p.333.

720Nísia Trindade nos diz que: “Nessa perspectiva, a higiene é vista como conhecimento e conjunto de práticas capazes de fazer a mediação entre estado natural e a civilização. Um artigo de Monteiro Lobato (1918, s.p.) contém afirmações elucidativas sobre este ponto. Reportando-se ao que via como degeneração do homem, pergunta o escritor paulista: 'Por que degenera ele justamente onde por impulsão ambiente, deveria alçar-se ao apogeu? Por que na Amazônia, onde tudo alcança o máximo, só ele dá de si o mínimo'”. Ver: LIMA, 2013, p.171. Como trabalhamos no capítulo 2, fica claro uma visão negativa dos intelectuais em relação ao predomínio da natureza e ao tipo de homem presente nos sertões. Essa perspectiva também está em CUNHA, 2006.

Nesses termos é necessário destacar a atuação de Belisário Penna e Roquette Pinto durante as campanhas higienistas⁷²¹. No que diz respeito ao primeiro é necessário dizer que, além de participar das campanhas desenvolvidas pelo IOC, o autor foi crítico da Primeira República, tal como Lima Barreto e Euclides da Cunha. É o que Nísia Trindade⁷²² afirma: “O tema da saúde e das doenças endêmicas sempre era abordado a partir de uma crítica ao que considerava degeneração da República, que teria instituído um regime de escravidão ainda mais acentuado do que o que vigorara durante os períodos da Colônia e do Império (cf. Penna, 1918a)”. Esse destaque é relevante na medida em que demonstra que também havia insatisfação declarada em relação à república nas pessoas que ocupavam posições importantes. A pesquisadora destaca ainda outra característica de Belisário Penna comum a outros intelectuais, tais como Miguel Pereira e Arthur Neiva, que além de serem considerados “céticos e pessimistas”, construíram uma visão não ufanista do Brasil. Por consequência, a leitura da população e da natureza feita por esses intelectuais era oposta à leitura realizada pelo Romantismo: “argumentos favoráveis assinalavam a presença de endemias, o abandono dos sertões e a necessidade de abordar a realidade nacional sem ufanismos”⁷²³. Quando relacionamos a reflexão de Nísia Trindade com a obra em questão, vemos que a forma como Lima Barreto elabora sua narrativa é singular, uma vez que combina republicanismo, romantismo e ufanismo em relação à pátria. O autor constrói um personagem complexo que encerra muitas contradições e ambivalências; não há dúvida de que Policarpo Quaresma é um republicano mas o seu patriotismo ufanista lhe confere traços comuns ao Romantismo. As contradições e ambivalências que encontramos no personagem também estão presentes em muitos intelectuais que fizeram parte desse período histórico, incluindo-se o próprio Lima Barreto.

No que diz respeito a Roquette Pinto⁷²⁴, é interessante notar a complexidade de algumas noções, como a de eugenia⁷²⁵. Nesses termos, sua posição como médico e antropólogo em relação à eugenia é relevante, uma vez que demonstra que este intelectual foi um entusiasta das concepções e práticas eugênicas e ao mesmo tempo um combatente das teorias raciais, ou seja, a relação entre eugenia, teorias raciais e racismo não pode se estabelecer, segundo ele, de forma indiscriminada:

721 LIMA, 2013, p.184-197.

722 Ibidem, p.187.

723 Ibidem, p.165.

724 Ibidem, p.184-197.

725 Aprofundaremos o debate sobre eugenia na próxima seção.

Em 'As leis da eugenia', o autor discute a lei da herança ancestral e da regressão filial ou tendência a mediocridade. Defende os postulados de Galton, restrições aos casamentos dos menos capazes, procurando, entretanto, desvincular tais postulados de qualquer classificação racial. O problema da eugenia seria condicionar (positivamente) a herança humana. Na mesma linha de outros médicos e antropólogos latino-americanos que se opuseram à vertente mais radical da assim chamada *eugenia negativa*, defendeu uma ação positiva sobre a saúde e as condições de vida, ressaltando que: 'Ao lado da eugenia fatalista que prega: fora da herança não há salvação, constitui-se a eugenia preocupada em favorecer a aquisição dos melhores caracteres somáticos por parte dos que estão vivendo' (p.203). Em outro artigo, 'Japoneses', afirma que a biologia aplicada à higiene da raça deve pedir apenas que os homens sejam hereditariamente sãos. Identificando a influência de campanha americana contrária aos japoneses, defende a imigração japonesa por sua capacidade de trabalho e elevado senso moral. Posição semelhante à defendida por seu amigo Olympio da Fonseca Filho que, como observei, participou de missão ao Instituto Oswaldo Cruz ao Japão, com a finalidade de avaliar a pertinência da vinda de correntes migratórias desse país⁷²⁶.

Com o distanciamento dos fatos, algumas questões relativas às posições de Roquette Pinto, se oferecem aqui: Quem define quais são as características mais positivas da herança humana? Todos devem ter pele branca, olhos azuis e cabelos loiros, conhecer os clássicos do cânone ocidental e comer de garfo e faca? Caso contrário serão considerados bárbaros? Tais questões não invalidam a posição que Roquette Pinto assume em relação à eugenia e ao racismo; pelo contrário, complexificam o nosso olhar sobre a época de Lima Barreto.

Em consulta ao *Dicionário de Ciências Sociais*, encontramos uma definição que realmente não associa de forma indiscriminada eugenia e teorias raciais:

Do grego *eu* (bom) e *genesis* (criação, geração). A eugenia é a meta para a qual se orientam os esforços de uma ciência particularmente dinâmica: a genética. As teorias eugênicas começaram a aparecer em fins do século XIX com os trabalhos de F. Galton (cf. *Inquiries into human faculty and its development*. London, Macmillan, 1883). No quadro do evolucionismo e das teorias da seleção, as idéias eugênicas serviram de base a vários movimentos racistas⁷²⁷.

Temos aqui, portanto, que a eugenia é o princípio dos estudos científicos da genética e que junto das ideias do darwinismo social “serviram de base a vários movimentos racistas”. Enfim, esse debate assume importância contextual não só porque Lima Barreto é negro, mas sim pelo fato da condição do ser negro no Brasil em sua época estar retratada em sua literatura⁷²⁸. Além disso, encontramos em seu livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*

⁷²⁶LIMA, 2013, p.194-195.

⁷²⁷Ver: *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas. 2ª edição. 1987, p. 440.

⁷²⁸O próprio Lima Barreto declara em seu *Diário Íntimo*: “É triste não ser branco”. Notemos, mais uma vez,

algumas posições polêmicas em relação às questões raciais e a sua própria condição de negro.

Os personagens, por meio do narrador de Lima Barreto, assumem e proferem argumentos generalizantes em relação a negros, judeus, asiáticos e turcos. Além disso, incorporam a sua fala a avaliação feita por alguns viajantes sanitistas, segundo a qual o sertanejo ou os “roceiros” são classificados como doentes. Em contrapartida, traz para o primeiro plano da literatura a potencialidade do saber popular em relação ao saber científico.

5.3.1. O higienismo e a eugenia

A partir das reflexões de Nancy Stepan⁷²⁹ podemos afirmar que durante o século XIX e o início do século XX constituíram-se três grandes campos de reflexão sobre a questão da hereditariedade⁷³⁰, os quais, em seu corpo teórico, apresentam olhares diversos, contribuindo assim em nossa busca por compreender a evolução do homem e da vida no planeta: o Lamarckismo, o Mendelismo e o Darwinismo. Não constitui nossa preocupação fazer uma síntese desses campos associados às teorias da hereditariedade. Nosso propósito consiste em pontuar a relação entre o Lamarckismo e o desenvolvimento da eugenia⁷³¹ no Brasil, com o objetivo de situar e analisar a presença de argumentos que atualmente podemos classificar como preconceituosos em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*⁷³². Dessa forma, em relação ao

que nosso autor não diz que é ruim ser negro, mas sim que é “triste não ser branco”. In: BARRETO, 1956, vol.XIX, p.130.

729STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014, p.9-114.

730Ver o verbete “hereditariedade” no *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas. 2ª edição. 1987, p. 546.

731Essas teorias também faziam parte do cenário intelectual internacional da época. O mendelismo e o darwinismo eram mais fortes na tradição anglo-saxã, e o Lamarckismo na tradição francesa. As teorias da hereditariedade vão assumir um contorno próprio no contexto da expansão imperialista ocorrida no final do século XIX e início do século XX. Esses fatos não diminuem a importância e o impacto do evolucionismo darwinista na conformação da eugenia como campo de estudos, nas palavras de Nancy Stepan: “Por ter lhe dado novo embasamento científico e a indispensável terminologia, o novo evolucionismo da década de 1860 foi de suma importância para a ascensão da eugenia. As primeiras incursões do próprio 'pai' da eugenia – o cientista, viajante, geógrafo e estatístico Francis Galton no perigoso território da hereditariedade humana associada à política social ocorreram em 1865, pouco depois de sua leitura do livro *The Origin of Species (A origem das espécies)*. A evolução apresentou a Galton idéias que, agrupadas de nova maneira, constituiriam o cerne da eugenia: (...). Em 1869, as implicações das seleções domésticas e natural para a sociedade humana foram elaboradas de forma mais substancial, ainda que substantivamente falha, no *Hereditary Genius (Gênio hereditário)*, livro ainda hoje considerado o texto seminal da eugenia”. Uma característica da eugenia que vale o destaque é a relação entre “hereditariedade humana” e “políticas sociais”. Esse traço assume uma forma peculiar no Brasil ao associar as campanhas pelo saneamento à eugenia. Ver: STEPAN, 2014, p.30.

732Diante da constatação de trechos que podem ser encarados como preconceituosos ou racistas na narrativa barretiana, é necessário fazer algumas observações. É necessário retornar a ideia de que autor e narrador são entidades distintas; os argumentos presentes na narrativa não necessariamente traduzem a opinião do autor, o

espaço romanesco da obra, vale dizer que a maior parte desses argumentos estão concentrados no momento da narrativa em que Policarpo Quaresma vai para o campo. Essa constatação reforça a possibilidade de se apontar a relação entre as campanhas de saneamento, a eugenia e o romance de Lima Barreto, escrito no mesmo período em que aconteceram as campanhas pelo saneamento no sertão brasileiro.

Podemos observar, a partir do debate sobre eugenia na América Latina⁷³³, em particular no Brasil, que a maioria dos nossos intelectuais optaram pelo modelo francês de hereditariedade. No contexto do século XIX, esse modelo está diretamente associado à teoria lamarckiana, que explica as características observadas no fenótipo dos seres vivos a partir das relações de adaptação ao meio. Além disso, essa formulação também propugnava que as características adquiridas através do processo de adaptação poderiam ser transmitidas a gerações futuras. O exemplo clássico, oferecido pelo próprio Lamarck, é o tamanho do pescoço da girafa que seria resultado de anos de esforço na tentativa de alcançar os frutos no alto das árvores. Nesses termos, notamos que a influência do “meio” também era forte na concepção de medicina predominante na época⁷³⁴.

Uma outra concepção de medicina só começa a se estabelecer no Brasil no início do século XX com o surgimento das novidades trazidas pela revolução pasteuriana⁷³⁵. Sob essa nova perspectiva, a medicina passa a dar mais atenção aos micróbios ou microrganismos existentes em um determinado lugar do que ao lugar em si. Vale acrescentar que ao mesmo tempo que tais microrganismos poderiam ser a causa de doenças, seria possível utilizá-los também na elaboração de vacinas para sua prevenção.

As políticas de saneamento desenvolvidas no Brasil, durante a segunda década do século XX⁷³⁶, se tornam o ponto de articulação entre as teorias da hereditariedade – com destaque para o Lamarckismo no caso brasileiro – e o desenvolvimento da eugenia. Etimologicamente a palavra eugenia indica o “bem nascido”, que tem como seu oposto o “disgênico”, aquele que pode prejudicar o patrimônio genético de gerações futuras⁷³⁷. Dessa

narrador é uma criação ficcional do autor que pode ou não expressar a opinião deste. Quanto mais elaborada a narrativa mais difícil será encontrar os pontos de vista do autor na obra. Também não podemos ignorar que há uma diferença entre o racismo do final do século XIX e início do século XX e o debate sobre o racismo hoje. Nesses termos, vale reforçar que não se trata de julgamento da obra de Lima Barreto, mas de uma interpretação que não esconde as contradições do autor e de sua época.

733 STEPAN, 2014, p.45-73.

734Ver: EDLER, 2009 e PIMENTA, 2004.

735De acordo com Flávio Coelho Edler, podemos afirmar que a concepção de medicina que valoriza o “meio ambiente” como elemento de cura e de transmissão de doenças predominou durante o período imperial e só começou a ser repensada a partir da Primeira República com a adoção do modelo de “medicina pasteuriana”. EDLER, op. cit., 2009.

736STEPAN, op.cit., p.45-54.

737Ibidem, 2014, p.9.

forma, as políticas e campanhas de saneamento realizadas no interior do país – nos campos ou nos sertões – tinham em sua proposta de combate às doenças a intenção do melhoramento do nosso patrimônio genético⁷³⁸. Vale destacar que no Brasil e em outros países da América Latina as práticas eugênicas associadas às ações públicas do Estado estiveram acompanhadas de argumentos racistas e não foram realizadas apenas por governos conservadores ou pouco progressistas⁷³⁹. As práticas eugênicas podem ser situadas como um dos primeiros momentos da constituição da genética moderna⁷⁴⁰, podendo ou não incorporar argumentos e práticas racistas em seu campo de elaboração teórica e prática. Em outras palavras, formular e acreditar na possibilidade de um aprimoramento genético não incorpora necessariamente uma tese racista ou preconceituosa em relação ao outro, apesar desse fato ter sido comum nos países da América Latina, em especial no Brasil, onde houve uma miscigenação singular entre as diferentes culturas europeias, africanas e indígenas. A mestiçagem não era bem vista pela elite econômica e intelectual, podendo ser considerada um fator de degeneração que indica perda ou alteração das qualidades da espécie. Para esse grupo social, as qualidades da espécie humana estão concentradas nos homens brancos, letrados e que ascendam da matriz cultural europeia.

As grandes ações realizadas em termos de políticas de saneamento, primeiro com a reforma Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro e posteriormente por meio das campanhas de saneamento ampliadas para o interior do Brasil, demonstram como a concepção Lamarckiana pontuou a ação das políticas no país. O Estado brasileiro, com o argumento de inserir o país na modernidade e na tentativa de criar um laço identitário por meio do qual as elites conseguissem vislumbrar sua autoimagem, investe pesadamente na melhoria do “meio” como uma forma de tornar melhores as pessoas. As maiores consequências desse padrão de ação estatal consistem em “incluir excluindo”⁷⁴¹, o que provoca a segregação da parcela mais

738É importante observar que tais projetos articulavam grupos de cientistas, principalmente médicos e engenheiros, que encaravam tais empreendimentos como um projeto de civilização do Brasil. Esse projeto de civilização que será denunciado e ironizado por Lima Barreto através das declarações de seu narrador. Não se trata de condenar ou absolver Lima Barreto dos julgamentos preconceituosos presentes em sua obra, mas de propor uma interpretação que venha problematizar as questões pertinentes à época e que foram registrados pela pena do autor.

739De acordo com Nancy Stepan: “Linhagens eugênicas de esquerda, radicais e socialistas existiam em diversos países europeus (como a Rússia e a Alemanha, por exemplo, na década de 1920), de modo que a adoção da eugenia nos círculos socialistas no México não era um caso singular. O endosso dos socialistas evitou que a eugenia se tornasse tema privado da direita”. STEPAN, 2014, p.62.

740Uma personalidade importante na introdução e difusão da eugenia no Brasil, esclarece Nancy Stepan, foi Renato Khell, que iniciou a difusão com a fundação de organizações para o desenvolvimento desse campo do conhecimento em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em relação à Sociedade Eugênica de São Paulo, vale destacar: “Sua principal função era divulgar a idéia da eugenia e introduzir uma nova linguagem no debate brasileiro. Temas tradicionais da medicina – alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose – eram ligados à 'purificação' e à eugenia da nação brasileira”. Ibidem, p.56-57.

741Lilia Schwarcz e Heloisa Starling têm trabalhado a relação entre “inclusão” e “exclusão” a partir de uma

pobre da população, que não consegue entender e nem tampouco ter acesso aos benefícios trazidos pela modernidade⁷⁴². Nancy Stepan⁷⁴³ indica que fizemos uma inversão onde o pobre parece ser fruto da doença e não o contrário, como fica evidente a partir do distanciamento histórico que nos é permitido.

A partir da presença do modelo de ação estatal baseado na mudança do “meio”⁷⁴⁴ para alcançar melhorias para o povo, estradas, pontes, escolas, hospitais entre outros aparatos públicos são encarados como condição essencial para se alcançar o patamar de democracia e republicanismo desejado. Entendemos que a constituição desse projeto de nação é inclusiva porém excludente ao mesmo tempo, uma vez que apesar de beneficiar a todos – negros, indígenas, mestiços e pobres –, não permite que esses mesmos segmentos sociais mudem sua posição na estrutura social. Em outros termos, o acesso à cultura e à educação formal não é socializado e a cultura produzida pela parcela da população “excluída” deveria ser incorporada e seus vestígios na constituição da identidade nacional deveriam ser esquecidos ou apagados. Nesse contexto, tendo como base as campanhas pelo saneamento do Brasil e seus enlances com a eugenia, ganha importância a política de embranquecimento da população ou de melhoramento da raça, uma vez que a cor da pele era encarada como um “mal” traço da cultura africana em nosso fenótipo, atrapalhando a cultura nacional que tentava se estabelecer.

Nesse ponto, vale ressaltar: Lima Barreto é negro, pobre, alcoólatra e foi internado em um hospital de alienados duas vezes⁷⁴⁵. Além disso o autor, desde o início da juventude,

perspectiva relacional, com o objetivo de pensar as “ambivalências” presentes em nossos intelectuais e nas políticas de Estado: “No Brasil que nasceu dos vários projetos modernistas do início do século figuraria um mundo de ambivalências: o passado a conviver com o presente; maxixe e lundu com música clássica; cordel com literatura acadêmica; transporte acelerado com ritmo do lombo de burro; um país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões distantes; exclusão social com processos de inclusão; clientelismos combinados a processos até então desconhecidos de institucionalização política e social. Com efeito, os homens da primeira geração republicana brasileira, os homens nascidos na passagem do século XIX para o XX, conseguiram redescobrir o Brasil no sertão”. SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.350.

742É a partir da reforma Pereira Passos que os subúrbios passam a ser ocupados pela parcela mais pobre da população. Anteriormente, parcela expressiva dessa população ocupava o centro da cidade e os arrabaldes mais próximos; com a instauração da reforma urbana baseada no modelo parisiense, os mais pobres foram retirados e afastados do centro da cidade.

743STEPAN, 2014, p.106.

744A tese levantada pela autora se aproxima da reflexão de A. C. Robert de Moraes: “Tal visão instrumental dos segmentos populares expressa-se claramente num debate que atravessa o pensamento brasileiro por todo o século XIX, adentrando nas primeiras décadas do século XX: com que povo contamos para construir um país. Toda a discussão sobre a política imigratória, por exemplo, tem esta questão como pano de fundo, também a política indigenista a tem como referencial. Seu equacionamento vai diferenciar duas posturas em face do futuro do país: de um lado a retórica otimista apontando a positividade dada pela natureza e magnitude do território; de outro, o discurso pessimista difundindo juízos racistas sobre a baixa qualidade da população nacional. De novo a ideia de que o Brasil é um lugar, cuja negatividade advém dos habitantes (o projeto nacional, em certo momento, sendo a substituição da população, leia-se: seu branqueamento). MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008, p.94.

745Lima Barreto é filho de descendentes de escravos no lado materno e paterno. João Henriques de Lima Barreto (pai) e Amália Augusta (mãe) são filhos de mães negras e pais brancos, ambos atingiram um nível

convive com a loucura do pai – João Henrique de Lima Barreto –, o que o afeta demasiadamente. O alcoolismo era considerado doença e um mal social, e a ciência da época compreendia o vício através de explicações hereditárias, em outros termos, acreditava-se que o alcoolismo poderia ser transmitido geneticamente de pais para filhos⁷⁴⁶. Tais explicações, comuns à ciência da época, nos fornecem alguns elementos para interpretar a crítica dura de Lima Barreto à ciência praticada em seu tempo⁷⁴⁷ que, em nossa hipótese interpretativa, pode se estender às campanhas de saneamentos realizadas no Brasil durante o período de elaboração de seu romance⁷⁴⁸.

Entre as figuras renomadas que articulavam as campanhas sanitárias com a eugenia no Rio de Janeiro constavam nomes como o de Afrânio Peixoto⁷⁴⁹, Belisário Pena⁷⁵⁰ e Juliano Moreira⁷⁵¹. A prática da eugenia desenvolvida por esses intelectuais, envolvidos com as campanhas de saneamento, girava em torno da “eugenia preventiva”, que buscava combater a miséria e a pobreza através do aprimoramento da raça⁷⁵². Dessa forma, ganha corpo a

social médio, a mãe de Lima Barreto foi professora e o pai, tipógrafo. No entanto, com a proclamação da República seu pai entra em grande crise financeira após perder os empregos que dependiam das relações pessoais e políticas para se manter. A crise financeira é acompanhada da morte da mãe, e um pouco mais tarde, do enlouquecimento do pai. Para mais detalhes ver: BARBOSA, 1981.

746 Sobre a forma como o alcoolismo e por extensão a loucura eram entendidos nesse período, ver Nancy Stepan: “O estilo neolamarckiano da eugenia latina talvez esteja melhor representado nas campanhas antialcoólicas da década de 1920. O alcoolismo estava vinculado à puericultura e à eugenia porque se acreditava, como vimos, que o consumo de álcool durante longos períodos de tempo provocava defeitos hereditários na prole. A maior parte dos médicos, claro, raciocinava da frente para trás, partindo de supostas evidências de idiotia, doença mental, delinquência juvenil e outras patologias para a identificação da existência de um histórico familiar de alcoolismo”. Ver: STEPAN, 2014, p.99.

747 O próprio Lima Barreto faz uma crítica à relação direta entre alcoolismo e a loucura promovida pela medicina da época: “Essa questão do álcool, que me atinge, pois bebi muito e, como toda gente, tenho que atribuir as minhas crises de loucura a ele, embora sabendo bem que ele não é o fator principal, acode-me refletir por que razão os médicos não encontram no amor, desde o mais baixo, mais carnal, até a sua forma mais elevada, desdobrando-se num verdadeiro misticismo, numa divinização do objeto amado; por que – pergunto eu – não é fator de loucura também? Por que a riqueza, base de nossa atividade, coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não é também a causa da loucura? Por que as posições, os títulos, coisas também que o ensino quase tem por meritório obter, não é causa de loucura?”. BARRETO, 2010, p.68.

748 Já indicamos e trabalhamos no início do capítulo 3.

749 Nancy Stepan destaca: “O higienista brasileiro Afrânio Peixoto, por exemplo, fez campanha contra o álcool porque ele, dizia Afrânio, levava as crianças a nascerem defeituosas, predispostas desde a infância a contrair meningite, a convulsões, deficiência mental, loucura e crime”. STEPAN, op. cit., p.100.

750 Nancy Stepan Belisário Pena é sogro de Renato Kehl o grande divulgador da eugenia em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Em suas atividades no Rio de Janeiro, Renato Kehl, conseguiu desenvolver mais a “eugenia mental” associado a “saúde mental”, buscava combater males como o alcoolismo, muito comum entre negros e pobres. Ibidem, p. 98.

751 Em seu *Diário do hospício*, Lima Barreto comenta a presença e o bom atendimento recebido por parte de Juliano Moreira, diretor do Hospital de Alienados, também envolvido no combate ao alcoolismo. Nas palavras do próprio Lima Barreto: “Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui a presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou. Fez-me sentar a seu lado e me perguntou onde queria ficar. Disse-lhe que na seção Calmeil. Deu ordens ao Sant’Ana e em breve eu estava lá”. BARRETO, 2010, p.51. Juliano Moreira também esteve envolvido com as atividades que envolvem a “eugenia mental”. Ver: Ibidem.

752 De acordo com Nancy Stepan: “A eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza como metáforas biológicas de hereditariedade e aprimoramento da raça. O foco nas

articulação que as campanhas pelo saneamento realizam entre as teorias da hereditariedade (evolucionismo) e a eugenia. Essa aproximação direta entre saneamento e eugenia não era consensual entre a intelectualidade da época, e um dos nomes que se opõem à essa aproximação indiscriminada é Roquette Pinto⁷⁵³.

5.3.2. O higienismo, a eugenia e o racismo

Baseamo-nos numa compreensão do racismo que propõe uma definição para o termo diretamente associado à constituição histórica, filosófica e moral da modernidade⁷⁵⁴. Para Michel Wiewiorka, o surgimento do racismo como uma forma de entendimento do mundo – ideologia ou sistema de ideias – e como um modo de ação ou conduta dos indivíduos em relação aos outros está diretamente associado ao Renascimento e aos processos de colonização que se realizaram na América e na África. Tal processo se estende do século XVI até o século XVIII quando toma uma forma particular a partir da filosofia das luzes; assim, é comum alguns autores associarem de forma mais direta o racismo em sua constituição moderna ao Iluminismo e sua compreensão das diferenças culturais a partir dos determinismos. Estes serão a porta de entrada para o racismo científico que se institucionalizou na segunda metade do século XIX e tem como auge o sistema nazista executado durante a segunda guerra mundial. Segundo esse pesquisador, as práticas racistas são anteriores ao surgimento do conceito de racismo, e por isso se faz necessário situar historicamente o surgimento do conceito, uma vez que as condições históricas que propiciam a formação conceitual estão arraigadas na modernidade. Nas palavras do autor, o racismo: “consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente

degenerações supostamente permanentes causadas por populações humanas por venenos raciais levou a uma ênfase na necessidade de programas estatais para registro e controle sanitário dos pobres – doentes, subnutridos e extremamente mal alojados; para uso das técnicas de 'higiene mental' para eugeniação dos operários 'indisciplinados' como forma de obter a 'purificação'; para a exortação à virtude moral como peça central da educação sanitária. Ao estruturarem as percepções da má saúde em termos de 'degeneração' hereditária e racial, os eugenistas passaram suas preocupações das esferas política e econômica para a hereditariedade. A este respeito, a eugenia preventiva (...), apesar de comparativamente distinta, tinha muito em comum, estrategicamente, com os movimentos eugênicos em outras partes do mundo”. STEPAN, 2014, p.106.

753Nancy Stepan: “Roquette Pinto manifestaria esperança de que a confusão entre eugenia e saneamento, muito em evidência no congresso de eugenia de 1929, seria esclarecida no futuro”. Ibidem, p.102.

754Baseamo-nos na reflexão presente na obra: WIEWIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.9-88.

desse conjunto, e a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão”⁷⁵⁵. Essa definição está diretamente associada às práticas racistas que se instituíram na modernidade, mais especificamente durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em nossa compreensão, a delimitação histórica e a definição conceitual de *racismo* proposta pelo autor fornecem potencial analítico para a leitura do romance que assumimos como fonte, uma vez que o narrador, como criação ficcional de Lima Barreto, faz julgamentos preconceituosos em relação aos negros, aos judeus, aos turcos e aos asiáticos. E, em consonância com essas características da narrativa, podemos acrescentar o fato de Lima Barreto ter sido um crítico ferrenho da modernidade imposta ao Brasil e de forma particular à cidade do Rio de Janeiro. Não há coincidência direta entre as posições de Lima Barreto e as do narrador, criação do escritor, não podemos tomar um pelo outro. Os julgamentos preconceituosos presentes na narrativa nos oferecem dois caminhos interpretativos. O primeiro, associado ao fato de Lima Barreto ser um homem mergulhado na cultural ocidental, com isso uma pessoa que pode em parte reproduzir as contradições que aponta como negativas na sociedade. O segundo caminho aponta a possibilidade de Lima Barreto expressar tais julgamentos preconceituosos em relação aos negros, judeus, turcos e asiáticos como uma forma de denunciar o preconceito racial direcionado aos negros e a si próprio. Em nossa perspectiva as duas possibilidades não se excluem; ao contrário, complementam e ampliam o olhar sobre a obra em questão.

É necessário dizer que a forma como o racismo foi compreendido no final do século XIX e início do século XX é diferente das concepções de racismo que temos contemporaneamente. Na tentativa de expor diferentes compreensões do racismo, Michel Wiewiorka⁷⁵⁶ faz uma interessante sistematização do fenômeno e propõe o seguinte quadro conceitual: o *racismo universalista*; o *racismo da queda e da exclusão social*; o *racismo das identidades em conflito* e o *racismo da identidade contra a modernidade*⁷⁵⁷.

Sumariamente podemos afirmar que o *racismo universalista* está diretamente associado à constituição da modernidade e surge a partir do Renascimento, dos processos de colonização da América e das formas de encarar o *outro*⁷⁵⁸ que brotam a partir do contato do

755WIEWIORKA, 2007, p.9.

756Ibidem, p.50.

757Nossos comentários estão delimitados pelos dois tipos iniciais de racismo proposto pelo autor em sua sistematização conceitual. Essa circunscrição está associada ao recorte temporal de nossa pesquisa, fim do século XIX e início do século XX, período em que Lima Barreto produziu sua literatura e sofreu com as práticas racistas comuns à época.

758De acordo com o *Dicionário de Sociologia*: “O outro é um conceito no estudo da vida social através do qual referimos relacionamentos. Nas relações conosco, existem dois tipos distintos de outro que, do ponto de vista

homem branco europeu com os ameríndios. Esse processo ganha uma nova dimensão no final do século XIX e no início do século XX, quando se dá um novo processo de colonização da África e da Ásia por parte das potências europeias. Em linhas gerais o autor afirma que há uma relação direta entre racismo e colonialismo:

O colonialismo proveio em larga escala de um racismo que pôde ser qualificado de universalista, conduzido por elites políticas ou atores econômicos, culturais ou religiosos, que promoveram suas relações com os povos colonizados (ou resistentes à colonização) seja preferencialmente por uma lógica de diferenciação, resultando, por vezes, em pavorosas violências, seja de preferência por uma lógica de inferiorização⁷⁵⁹.

Mais adiante demonstra como esse racismo toma uma forma universalista em seu projeto de assimilação da cultura do *outro*, segundo o qual a garantia dos direitos universais é utilizada como uma forma de incorporação; em outros termos, há a possibilidade de sobrevivência e inserção do *outro* no mundo, desde que abandone suas origens culturais e de alguma forma se civilize ou ocidentalize. Não obstante, também destaca que esse tipo de racismo apresenta uma certa condescendência com outras culturas, mas sob a rubrica deste também se realizaram genocídios e etnocídios. Em nossa compreensão, o *racismo universalista* é o conceito mais próximo do momento em que Lima Barreto elaborou o seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, visto que nosso colonialismo empreendido ao longo do século XIX e início do XX foi interno⁷⁶⁰.

sociológico diferem principalmente no tipo de conhecimento que temos sobre eles. O primeiro é o que o psiquiatra Harry Stack Sullivan chamou de *outro significativo*, alguém sobre quem temos algum grau de conhecimento específico. Uma vez que conhecemos alguma coisa sobre eles como indivíduos, damos atenção ao que percebemos como sendo seus pensamentos, sentimentos ou expectativas pessoais. Poderíamos, por exemplo, saber que o dono do armazém da esquina gosta muito de crianças, que não gosta quando alguém pede para usar o telefone, ou que costuma pôr o dedo na balança na hora de pesar alguma coisa. Como 'outro', o dono do armazém é significativo no sentido em que prestamos atenção não só ao que donos de armazém provavelmente são em geral, mas ao que sabemos sobre esse indivíduo em particular. Note-se que 'significativo' não implica que a pessoa seja importante; na verdade, 'específico' e 'particular' são talvez termos mais precisos, especialmente quando comparamos com o conceito de 'outro generalizado', de George Herbert MEAD. Experimentamos o outro generalizado como sendo uma posição social abstrata eu papel que o acompanha. Quando entramos em um armazém sem nenhum conhecimento particular sobre o dono, nossas expectativas baseiam-se apenas em conhecimento de donos de armazém e fregueses em geral, e no que comumente esperamos que aconteça quando iniciamos uma interação desse tipo. Desta maneira, quando interagimos com esse dono de armazém, nossa única base de conhecimento é o outro generalizado. (...). Os conceitos de outro significativo e generalizado têm importância especial no estudo da SOCIALIZAÇÃO, através da qual aprendemos a nos orientar inicialmente no tocante aos outros significativos e às suas experiências particulares (em especial sobre a forma do que pais e amigos esperam) e, em seguida, às expectativas mais generalizadas corporificadas nos sistemas sociais. É apenas através de nossa capacidade de compreender os outros generalizados, por exemplo, que podemos realmente representar PAPÉIS." Ver: JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.164-165.

759WIEWIORKA, 2007, p.43.

760Em nosso capítulo 2 trabalhamos a ideia da expansão interna do nosso território, inicialmente, associado aos objetivos da monarquia ilustrada lusitana de manutenção das nossas fronteiras territoriais.

Diretamente ligado a esse primeiro racismo está o *racismo da queda e da exclusão social*, que se caracteriza basicamente pelo medo de um determinado grupo social perder os privilégios em razão da presença e das ações de grupos que pertencem a uma cultura diversa. De acordo com o autor: “Esse racismo não é uma recusa à modernidade, mas uma recusa de ser dela expulso, que se volta contra os grupos acusados por penetrar nela”. Esse tipo de racismo, poderia ser igualmente aproximado da realidade social vivida no Brasil durante a Primeira República; avaliando a questão do ponto de vista histórico entendemos, entretanto, que os negros e os índios não chegaram a disputar e ameaçar o acesso dos ocidentais e dos ocidentalizados à modernidade.

As duas definições de racismo, brevemente apresentadas nos permitem problematizar a presença de argumentos preconceituosos em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. No que diz respeito à definição de *racismo universalista*, sabemos que as tentativas de fazer do Brasil uma nação moderna existem desde o início do século XIX e podem ser identificadas a partir da chegada da família Imperial em 1808 e se intensificaram com a independência de 1822. Durante o período Imperial, mais especificamente, durante o reinado de Pedro II, houve um esforço grande na tentativa de inserir o Brasil na rota cultural mundial, e o Romantismo é parte constituinte desse período, momento de formação do nosso “sistema literário”⁷⁶¹. Mesmo como um elemento frequente em boa parte da literatura produzida na época, a posição do índio nesse período não é nada confortável, apesar do objetivo de transformá-lo em um *ente* referencial para a nossa nacionalidade. Enfim, se índios e negros não tiveram lugar nos sistemas representacionais constituídos pelo poder Imperial, na Primeira República não foi diferente.

⁷⁶¹Ver: CANDIDO, 2010, p.33-64.

5.3.3. Policarpo e o racismo

Lima Barreto é conhecido nos meios literários e intelectuais por ser um autor crítico da Primeira República e das instituições estabelecidas em sua época, dentre elas a polícia e a medicina⁷⁶². Dessa forma, pode parecer estranho ao leitor a menção a falas preconceituosas em sua obra. Dito isto, vale ressaltar que a narrativa barretiana possui polifonia⁷⁶³; ali estão apresentadas e representadas as diferentes vozes que compõem a narrativa. No caso deste autor, é importante reforçar que a composição dos seus personagens estabelece forte vínculo com o período histórico no qual o autor viveu. Isso, no entanto, por si só, não confere legitimidade à tentativa de encontrar todas as posições defendidas pelo autor em seus personagens⁷⁶⁴. Claro está em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* a tentativa de mostrar um quadro nacional amplo (cidade e campo), objetivo esse que está além da composição de um *romam à clef* que fizesse reverberar apenas suas posições e argumentos. Uma das riquezas observáveis no romance em questão é a superação da simples transposição dos personagens que compõem a narrativa para a vida real, ainda que se possa identificar na ficção; por exemplo, a figura de Floriano Peixoto, contextualizado ao período da Revolta da Armada – evento vivido pelo autor em sua infância, bem como por meio do personagem do preto velho Anastácio, figura de Manuel de Oliveira⁷⁶⁵, um agregado que acompanhou a família Barreto da infância do autor até a vida adulta.

762Ver *Diário do Hospício*. In: BARRETO, 2010.

763Ver: BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2013; e ROMAM, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin – o trajeto polifônico de uma metáfora In: *Letras*, Curitiba, n.41, p.207-220, 1992, Editora da UFPR.

764Vale novamente mencionar a distinção entre autor e narrador. O narrador é uma criação ficcional do autor, e não o seu reflexo.

765Em Lima Barreto, Lília Schwarcz afirma: “O velho preto Manuel de Oliveira se tornou agregado da família, indo morar com ela no bairro de Todos os Santos, em 1903. Tratava-se de um africano que foi recolhido na ilha do Governador quando ainda abrigava colônias de mendigos, anteriores às Colônias de Alienados. Cuidava de Lima e dos irmãos, contando histórias, e tornou-se um grande amigo do escritor. No seu *Diário íntimo*, Lima relata: ‘Manuel de Oliveira morreu a 8 de novembro de 1916, dia de anos de minha irmã. Eu o conheço desde os doze anos e creio que ele foi para casa quando eu tinha doze ou treze anos. Viveu conosco cerca de vinte dois ou vinte e três anos e muito nos serviu e foi útil. Era preto cabinda e tinha de sua nação um orgulho inglês. Hei de escrever-lhe um artigo’. Em nossa percepção Lima Barreto demonstra um carinho fraternal por Manuel de Oliveira. Ver: BARRETO, 2011, p.212.

5.3.3.1 Sobre os negros e os mestiços

Lima Barreto faz alusões aos negros e aos mestiços. Aí identificamos características do debate racial da época, de forma geral, e da eugenia, mais especificamente.

Ele era claro e tinha umas feições regulares, cesarianas, duras e fortes, um tanto amolecidas⁷⁶⁶ pelo sangue africano.

Quaresma procurou descobrir nele aquela odiosa catadura que Darwin achou nos mestiços, mas, sinceramente, não a encontrou.

Com auxílio de Mané Candeeiro foi que Quaresma conseguiu acabar de limpar as fruteiras daquele velho sítio abandonado há quase dez anos. Quando o serviço ficou pronto, ele viu com tristeza aquelas velhas árvores amputadas, mutiladas, com folhas aqui e sem folhas ali... Pareciam sofrer e ele se lembrou das mãos que as tinham plantado há vinte ou trinta anos, escravos, talvez, banzeiros e desesperançados!...

Mas não tardou que os botões rebentassem e tudo reverdescesse, e o renascimento das árvores como que trouxe o contentamento das aves e do passaredo solto.⁷⁶⁷

O narrador destaca a pele “clara”, as “feições regulares” e ainda as qualifica de “duras”, “fortes” e “cesarianas” – uma possível referência ao imperador romano Júlio César. Apesar disso, realiza um contraponto, ao demonstrar a presença negativa do “sangue africano” como algo que “amolece” as características positivas herdadas dos povos europeus (césares). O personagem em questão que aparece na breve descrição é Mané Candeeiro, um terceiro ajudante que Policarpo contrata para intensificar a produção no Sítio do Sossego. No parágrafo seguinte, ao aproximarmos a pele “clara”, as “feições regulares”, o “sangue africano” e a referência a Charles Darwin, vamos inferir, que se trata de um “mestiço”, classificado à época como um tipo racial inferior – de acordo com as teorias raciais e o darwinismo social. Com base nos estudos de Lilia Schwarcz⁷⁶⁸ e considerando as questões que

766Em outro trecho do romance, Lima Barreto adjetiva a voz de Anastácio (africano), caracterizando-a “mole”: “Ele falava com sua voz mole de africano, sem 'rr' fortes, com lentidão e convicção”. A relação do africano com a “moleza” e ou com a “preguiça” nos remete às doenças da época como o linfatismo. Mais adiante na narrativa, Lima Barreto faz uma interessante descrição do segundo ajudante contratado, Felizardo: “Era este um camarada magro, alto, de braços longos, longas pernas, como um símio. Tinha a face cor de cobre, a barba rala e, sob uma aparência de fraqueza muscular, não havia ninguém mais valente que ele a roçar. Com isso era um tagarela incansável. De manhã, quando chegava, aí pelas seis horas, já sabia todas as intriguinhas do município”. O narrador, não satisfeito em fazer uma descrição que revela o corpo desproporcional do ajudante, com pernas e braços mais longos que o tronco, ainda o compara com um “símio”, em outros termos, um macaco. Fica clara, mais uma vez, a referência às teorias evolucionistas, e de maneira particular ao próprio Darwin, mencionado por Lima Barreto em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Ver: BARRETO, 2011, p.182;213.

767Ibidem, 2011, p.235.

768Lilia Schwarcz, em Lima Barreto, nos esclarece o significado da palavra “catadura”: “O mesmo que 'aparência'; 'aspecto'; 'disposição de espírito'; 'expressão do semblante’”. Na nota seguinte a pesquisadora nos

desenvolvemos anteriormente acerca das teorias eugênicas, é importante notar como o darwinismo, apesar de não se tornar a principal teoria da evolução adotada pelos intelectuais brasileiros⁷⁶⁹, que se adaptaram melhor ao neolamarckismo, teve um impacto forte sobre as teorias da evolução predominantes na época (mendelismo e lamarckismo). Em parte o destaque dado ao nome de Charles Darwin pelo autor pode ser uma consequência do impacto do darwinismo nesse momento inicial de formação das ciências sociais.

No terceiro parágrafo o personagem Mané Candeeiro realizou bem a tarefa de limpar a terra e podar as árvores e a execução da tarefa conduziu o narrador à lembrança dos escravos que as teriam plantado. A mutilação das árvores conduz à imagem dos escravos que tinham seus corpos mutilados pelo trabalho forçado e pela aniquilação de sua cultura. Essa citação parece exemplar, no que diz respeito à coadunação de argumentos – o narrador como uma criação ficcional do autor, começa apresentando segmentos da narrativa que fazem referência às “teorias raciais”. O paralelo com o passado tem o objetivo de evidenciar que uma grande parte da população – ex-escravos e mestiços – ainda sobrevivem de sua força de trabalho, quando há trabalho para essa parcela da população⁷⁷⁰.

A comparação entre o passado e o presente dos negros e a forma como suas tradições religiosas eram encaradas à época se evidenciam em outro trecho da narrativa:

– Então, titio?

O preto considerava um instante, como se estivesse recebendo as últimas comunicações do que não se vê nem se percebe, e dizia com a sua majestade de africano:

– Vô vê, nhãnhã... Tô crotando mandinga...

Ela e o general tinham assistido à cerimônia e o amor de pais e também esse fundo de superstição que há em todos nós levavam a olhá-lo com respeito, quase com fê.

– Então foi feitiço que fizeram à minha filha? – perguntava a senhora.

– Foi sim nhãnhã.

– Quem?

– Santo não qué dizê.

E o preto obscuro, velho escravo, arrancado há um meio século dos confins da África, saía arrastando a sua velhice e deixando naqueles dois corações uma esperança fugaz.

Era uma singular situação, a daquele preto africano, ainda certamente pouco

fornece uma interpretação: “Na frase, Quaresma não identificou os elementos físicos que embasavam o pessimismo de Darwin quanto aos indivíduos mestiços. Ele não tinha certeza da perversidade da mestiçagem no futuro. No entanto, sua reflexão embasou correntes, como o darwinismo social, também chamado de teoria das raças”. Ver: BARRETO, 2011, p.235. Para mais detalhes sobre o debate, ver: SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; e STEPAN, 2014.

769Ver: STEPAN, op. cit., p.75-114.

770Em Lima Barreto Lília Schwarcz destaca em nota que: “Em alguns momentos do livro Lima Barreto mostra a sua ambivalência em relação aos 'ancestrais africanos'. Muitas vezes os caracteriza como iletrados, pouco educados ou até violentos”. BARRETO, op. cit., p. 312.

esquecido das dores do seu longo cativeiro, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para as terras de outros deuses – e empregando-os na consolação dos seus senhores de outro tempo. Como que os deuses de sua infância e de sua raça, aqueles sanguinários manipulados da África indecifrável, quisessem vingá-lo à legendaria maneira do Cristo dos Evangelhos...⁷⁷¹

O trecho em destaque trata das últimas investidas do General Albernaz e de Dona Maricota na tentativa de salvar a filha Ismênia do doentio estado mental e físico em que a jovem entrou depois que o noivo desapareceu, às vésperas do casamento. O General Albernaz e sua esposa Dona Maricota apelaram para todo tipo de medicina existente à época, levaram e receberam em casa médiuns, médicos e feiticeiros, mas nada deu conta da melancolia de Ismênia. Como a maioria das jovens de classe média e alta da época, a moça havia sido criada para casar, e a morte apresenta-se como a única solução possível diante do fracasso do casamento.

Para iniciar a análise desse trecho, vale retomar um ponto já desenvolvido e destacar a ambivalência presente no modo como a classe média se relaciona com a cultura popular. Em particular, a maneira como se aproxima dos rituais associados à constituição das religiões afro-brasileiras. Tal aproximação, que durante muito tempo foi interdita pelo Estado por ser considerada feitiçaria, parece revelar uma necessidade extrema ou desespero, como é o caso apresentado no trecho da narrativa – a tentativa dos pais de salvar a vida da filha, Ismênia. Para a classe média suburbana as religiões afro-brasileiras praticadas pelos negros (ex-escravos) estavam baseadas em superstições, e a aproximação desses ritos se dá em casos especiais ou extremos, em que predomina o amor à filha e não o “respeito” e à “fé” ao ritual que está sendo praticado. É o que se depreende do trecho que segue: “Ela e o general tinham assistido à cerimônia e o amor de pais e também esse fundo de superstição que há em todos nós levavam a olhá-lo com respeito, quase com fé”. Mais adiante o narrador se refere ao preto velho como “preto obscuro, velho escravo, arrancado há um meio século dos confins da África, saía arrastando a sua velhice e deixando naqueles dois corações uma esperança fugaz.”

Em outro ponto desse trecho observamos o reforço do caráter supersticioso em relação aos rituais religiosos de origem africana. A perspectiva eurocêntrica, construída através das ideias de racismo e eugenia, entendem as tradições africanas como uma cultura inferior arraigada a práticas primitivas e, portanto, atrasadas do ponto de vista evolutivo. Nesses termos, os projetos de branqueamento da população, diretamente associados ao incentivo da vinda de mão de obra europeia para o Brasil, deveriam apagar da cultura nacional a presença

771Ver: BARRETO, 2011, p.312.

da cultura africana.

As palavras utilizadas pelo narrador para se referir ao negro como preto e feiticeiro⁷⁷² traduzem essas intenções presentes em alguns projetos de Brasil comuns à época e, portanto, na mentalidade da classe média: “preto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu longo cativeiro, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para as terras de outros deuses”. Ao se referir aos ritos africanos como “ingênuas crenças tribais”, fica mais notório o apelo da classe média e a forma como adere aos rituais afro-brasileiros.

O trecho ainda permite deduzir uma referência ao processo de sincretismo, em grande parte fruto da proibição dos escravos de exercer sua religiosidade. É evidente que no momento em que se fala de “aprimoramento da raça”, uma vez que a cultura africana é considerada inferior em relação às tradições europeias, será tratada como um *resíduo* que deve ser assimilado e dissipado.

Após o enterro da jovem Ismênia, filha do General Albernaz e de Dona Maricota, o espaço romanesco passa a ser o Sítio do Sossego, e a narrativa volta a tratar das características comuns aos negros africanos. O preto velho Anastácio torna-se o centro da descrição.

O sítio de Quaresma, em Curuzu, voltava aos poucos ao estado de abandono que ele o encontrara. A erva daninha crescia e cobria tudo. As plantações que fizera tinham desaparecido na invasão do capim, do carrapicho, das urtigas e de outros arbustos. Os arredores da casa ofereciam um aspecto desolador, apesar dos esforços de Anastácio, sempre vigoroso e trabalhador na sua forte velhice africana, mas baldo de iniciativa, de método, de continuidade no esforço.

Um dia capinava aqui, outro dia ali, outro pedaço, e assim ia salteando de trecho em trecho, sem fazer trabalho que se visse, permitindo que as terras e os arredores da casa adquirissem um aspecto de desleixo que não condizia com o seu trabalho efetivo. (...)

Entretanto ele cultivava. Era a sua mania, o seu vício, uma teimosia de caduco. Tinha uma horta que disputava diariamente com as saúvas; e, como os animais da vizinhança a tivessem um dia invadido, ele a protegeu pacientemente com uma cerca de materiais mais inconcebíveis: latas de querosene desdobradas, caibros bons, folhas de coqueiros, tábuas de caixão, não obstante ter à mão bambus à vontade.

Na sua inteligência havia a necessidade do tortuoso; do aparentemente fácil; e em tudo ele punha esse jeito de sua psique, tanto no falar, com grandes rodeios, como nos canteiros que traçava, irregulares, maiores aqui, menores ali, fugindo a regularidade, ao paralelismo, à simetria, com um horror artístico⁷⁷³.

772Um pouco antes do trecho destacado para análise, Lima Barreto afirma: “Os feiticeiros tinham outros passes e as cerimônias para entrar no conhecimento das forças ocultas que nos cercam eram demoradas, lentas e acabadas. Em geral eram pretos africanos.” O trecho indica que a religião afro-brasileira praticada era considerada feitiçaria e seus expoentes feiticeiros, em sua maioria “pretos africanos”. BARRETO, 2011, p.311.

773 Ibidem, p.329-330.

O ponto revela uma nova afirmação ambivalente em relação aos negros que pode ser atribuída às classes médias e altas da época em seu julgamento da cultura afro-brasileira. O preto velho Anastácio é “esforçado”, mas as suas empreitadas não alcançam êxito, pois falta-lhe planejamento, “método”, “continuidade no esforço”. Fica a impressão que Anastácio por si só não é capaz de tocar as atividades do sítio, falta a iniciativa presente em Policarpo Quaresma. É interessante lembrar que, nesse início do século XX, o campo das ciências sociais está se constituindo; *método* é a palavra que atribui cientificidade a esse campo e é o que falta em Anastácio, o negro africano, ex-escravo, adaptado a vida no Brasil.

O fato de Anastácio ter protegido a horta com materiais diversos e “inconcebíveis”, que vão desde “latas de querosene desdobradas”, “caibros bons”, “folhas de coqueiro” até “tábuas de caixão”, demonstra a falta de “método”, de “regularidade”, de “paralelismo” e de “simetria” do preto velho. O julgamento e a condenação do africano em sua empreitada parte dos pressupostos consagrados pela arquitetura e pela arte europeia, que não conseguia ver sua autorrepresentação naquele canteiro. A atividade de Anastácio parece estar permeada por uma lógica da providência⁷⁷⁴ e não da previdência⁷⁷⁵, em outras palavras, o objetivo é resolver o problema no presente, e não visando o longo prazo. A lógica da previdência parece ser muito comum às classes médias e altas, que tentam manter a todo custo suas famílias nos patamares sociais alcançados. Essa não parece ser a lógica de vida das classes sociais mais pobres; para estas a luta diária, muitas vezes, traduz a necessidade de prover o alimento para o dia em que se está trabalhando.

774 De acordo com o *Minidicionário da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara, providência é: “Medida antecipada para promover um bem ou evitar um mal, ou garantir os meios para a consecução de algo”. Ver: BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009, p.735. O segundo sentido da palavra, contempla nossos objetivos ao associar o termo as classes mais pobres. Em outros termos, a necessidade de prover os bens diários para a reprodução da vida em seu sentido mais básico, como, comer, vestir e morar. Ainda que de forma precária.

775 Sobre o verbete previdência, lê-se no *Minidicionário da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara: “Qualidade do que é previdente; cautela, prudência. Capacidade de prever algo”. Os dois sentidos contemplam a relação das palavras com os hábitos das classes médias e altas, em que predomina a capacidade de planejar, prever, metodizar a vida. Em outras palavras, essa classe social pode fazer uma poupança para planejar as férias ou o futuro estudantil dos filhos, da escola básica até a universidade. In: *Ibidem*, p.725.

5.3.3.2 Sobre os asiáticos, os turcos e os judeus

Entendemos que, a partir da referência preconceituosa aos turcos, judeus e asiáticos é essencial propor uma articulação com o tema da migração. Entre o final do século XIX e início do XX, grandes levas de imigrantes⁷⁷⁶ chegaram ao país. Além da substituição da mão-de-obra escrava, pairava a ideologia do branqueamento⁷⁷⁷, cujo objetivo consistia no “aprimoramento da raça”. Nesse sentido, não só a presença secular de milhões de negros africanos trazidos para o Brasil era motivo de debate; discutia-se igualmente que imigrante deveria ser incentivado a vir para o Brasil⁷⁷⁸ de modo a inserir o país no mundo moderno. É com base nesse contexto que vamos analisar os comentários realizados pelo narrador criado por Lima Barreto⁷⁷⁹.

A primeira passagem em destaque trata do diálogo entre o major Policarpo Quaresma e o presidente do Brasil, durante a Revolta Armada, o marechal Floriano Peixoto:

- Então, Quaresma? – Fez Floriano.
 - Venho oferecer a Vossa Excelência os meus francos préstimos.
 - O presidente considerou por um instante aquela pequenez de homem, sorriu com dificuldade, mas, levemente, com um pouco de satisfação. Sentiu por aí a força de sua popularidade e se não a razão boa de sua causa.
 - Agradeço-te muito... Onde tens andado? Sei que deixaste o arsenal.
- Floriano tinha essa capacidade de guardar fisionomias, nomes, empregos, situações dos subalternos com quem lidava. Tinha alguma coisa de asiático; era cruel e paternal ao mesmo tempo⁷⁸⁰.

776Ver o texto de Lilia Schwarcz sobre a população brasileira no período. SCHWARCZ, 2012.

777Um destaque na relação entre políticas de saneamento, imigração e branqueamento é encontrado em LIMA e HOCHMAN, 2000, p.319; e SCHWARCZ, 2010 e 2012.

778Ver: LIMA, 2013 e SCHWARCZ, 2010 e 2012.

779Lima Barreto, através das crônicas, “São Paulo e os estrangeiros [I]” e “São Paulo e os estrangeiros [II]” não se coloca contra os imigrantes, mas sim contra a política que incentivava sua vinda de forma utilitarista. Ver: BARRETO, 2004, p.288-294.

780Além da comparação que permite perceber uma generalização em relação às culturas asiáticas, também podemos observar no trecho em destaque um momento particular da narrativa. Trata-se do encontro entre o “visionário” e ufanista Policarpo Quaresma e o presidente Floriano Peixoto, homem ligado à política segundo o qual os “fins justificam os meios”. Esse encontro nos ajuda a ampliar a visão sobre o lugar de um determinado tipo de intelectual na Primeira República, o intelectual idealista, do qual tratamos no capítulo anterior. Para melhor vislumbrar a presença dessa temática nesse ponto da narrativa: “Quaresma explicou-lhe a sua vida e aproveitou para lhe falar em leis agrárias, medidas tendentes a desafogar e dar novas bases à nossa vida agrícola. O marechal ouviu-o distraído, com uma dobra de aborrecimento no canto dos lábios. – Trazia a Vossa Excelência até este memorial...O presidente teve um gesto de mal humor, um quase 'não me amole' e disse com preguiça a Quaresma: – Deixe aí...Depositou o manuscrito sobre a mesa e logo o ditador dirigiu-se ao interlocutor de ainda agora:– Que há, Bustamante? E o batalhão, vai? O homem aproximou-se mais, um tanto amedrontado: – Vai bem, marechal. Precisamos de um quartel!... Se Vossa Excelência desse ordem... – É exato. Fala ao Rufino em meu nome que ele pode arranjar... Ou antes: leva-lhe este bilhete. Rasgou um pedaço de uma das primeiras páginas do manuscrito de Quaresma, e assim mesmo, sobre aquela ponta de papel, a lápis azul, escreveu algumas palavras ao ministro da Guerra. Ao acabar é que deu com a desconsideração: – Ora! Quaresma! Rasguei teu escrito... Não faz mal... Era a parte de cima, não tinha nada

A última frase da citação apresenta uma caracterização do presidente Floriano Peixoto, segundo a qual *asiáticos* aparece como termo negativo de comparação, e de forma generalizada⁷⁸¹. Na tentativa de aprofundar a análise, vale estabelecer uma relação com o conjunto de contos presentes na obra de Lima Barreto, intitulados de “contos argelinos”⁷⁸², em que o autor faz muitas referências à cultura árabe presente no norte da África e no Oriente Médio. Em nossa perspectiva, recorre a esses países para ilustrar o autoritarismo e as hierarquias sociais presentes no Brasil, a despeito da abolição da escravidão em 1888 e da proclamação da república em 1889. Ao recorrer às culturas orientais, vai tratar, enfim, de determinadas sociedades em que os valores democráticos e republicanos ainda não estão instituídos e nas quais há hierarquias sociais fortemente estabelecidas através da cultura e da religião. Podemos citar o fato de o autor, em tais contos, utilizar palavras que marcam essas hierarquias sociais ou indicam o lugar social e cultural dos indivíduos bem estabelecidos, tais como: vizir⁷⁸³, ulemá⁷⁸⁴ e emir⁷⁸⁵. O recurso à cultura dos países da África e do Oriente Médio para escrever seus contos não se trata meramente de uma demonstração de erudição ou conhecimento histórico, mas sim de uma forma de satirizar a nossa Primeira República, instituída mais do ponto de vista formal do que real. Dessa forma, relacionar a citação em destaque aos “contos argelinos” pode ser útil, uma vez que a comparação com os asiáticos aponta o caráter autoritário e “cruel” do presidente e marechal Floriano Peixoto.

A narrativa destaca um certo orgulho por parte do presidente Floriano Peixoto quando Policarpo Quaresma oferece os seus préstimos e sua vida em prol do seu governo: “Sentiu por

escrito”. O desinteresse do presidente pelo empreendimento prático e teórico de Policarpo fica evidente; o poder público se volta para projetos que vão ao encontro de seus objetivos, e não à construção de um projeto de nação, de Brasil – tal como o ufanista Policarpo Quaresma sempre queria empreender. Ver: BARRETO, 2011, p.278-279.

781No geral a leitura de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* caracteriza o governo do presidente Floriano Peixoto (militar e positivista) como uma ditadura, muito distante dos ideais democráticos e republicanos.

782De acordo com Mauro Rosso: “Os ‘contos argelinos’, e da mesma forma os 33 contos aqui apresentados, constituem exemplares insofismáveis da veemente oposição de Lima Barreto à República, da ferrenha crítica aos governos republicanos, notoriamente o ‘hermismo’ (a Hermes da Fonseca) – já objetos de críticas exacerbadas em inúmeros artigos e crônicas e também na novela *Numa e a ninfa* e no memorialístico *Diário íntimo*. Expressão do intransigente e obstinado repúdio para as coisas da política, aos políticos, aos conchavos partidários, às oligarquias, os ‘contos argelinos’ especificamente têm em seu cerne paródico a ascensão dos militares, com sua crescente participação na política, e o militarismo – importando notar que, em outro viés de leitura e interpretação, trazem em si a emblematização ficcional do patrimonialismo, contra qual Lima Barreto se colocava na própria essência de sua ideologia”. ROSSO, Mauro. *Lima Barreto e a política: os “contos argelinos” e outros textos recuperados*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2010, p. 29.

783Ver Mauro Rosso em nota: “Em um califado ou principado muçulmano, vizir é alto funcionário responsável pela administração política e militar”. Ibidem, 2010, p.84.

784Ver Mauro Rosso em nota: “Doutor em leis e religião, entre os muçulmanos, que explica o Alcorão, preside os exercícios religiosos e administra a justiça”. Ibidem, 2010, p.100.

785Ver Mauro Rosso em nota: “Título de soberano muçulmano”. Ibidem, 2010, p.82.

aí a força de sua popularidade e se não a razão boa de sua causa”. Não obstante, podemos afirmar que há um orgulho em Policarpo Quaresma ao se alistar para combater a favor do presidente Floriano Peixoto. Nos remete à classe média, ao “meio”⁷⁸⁶ a que Policarpo Quaresma pertence. Nesses termos, tanto o orgulho do personagem quanto o orgulho de Floriano Peixoto, estão baseados em uma certa “puerilidade” das classes sociais médias e altas, que são ironizadas, satirizadas e criticadas no romance. Mais especificamente no que diz respeito a essas classes sociais, vale destacar a crença na defesa de um governo “ditador”⁷⁸⁷ travestido de republicano e com isso na defesa de seus próprios interesses ou conquistas pessoais – cargos públicos, ordenados, títulos acadêmicos.

O autor mesmo nasce em família de classe média com formação intelectual, e é obrigado a conviver com o rebaixamento do nível social. Lima Barreto, que ao longo de sua vida, transitou entre as classes sociais e os bairros nos quais se fixou, experienciou, do ponto de vista espacial, esse périplo: nasceu em Laranjeiras, viveu boa parte da vida em todos os Santos e foi enterrado em Botafogo.

No que diz respeito aos turcos, a referência negativa vem acompanhada da palavra “rapacidade”⁷⁸⁸ e aparece no momento da narrativa em que Policarpo Quaresma percebe um novo ataque das “saúvas” as plantações de milho do Sítio do Sossego:

Toda a manhã, ele ia lá e já via o milharal crescido com o seu pendão branco e as suas espigas de cor de vinho, oscilando ao vento; naquela, ele não viu nada mais. Até os tenros colmos tinham sido cortados e levados para longe! 'A modo que é obra de gente', disse Felizardo; entretanto, tinha sido as saúvas, os terríveis himenópteros, piratas ínfimos que lhe caíam em cima do trabalho com uma rapacidade turca.⁷⁸⁹

No tempo presente do romance quando o narrador caracteriza a capacidade de roubar das formigas como “turca”, acaba realizando um julgamento e uma condenação generalizantes dos turcos, como se todos eles tivessem uma tendência imanente ao roubo. Apesar disso, como Lima Barreto, através do seu narrador, exercita bem a arte de falar de uma coisa para dizer outra, podemos ampliar a análise do trecho para afirmar que a “rapacidade

786Lima Barreto concedeu à época do lançamento de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* uma entrevista que compõe o texto de introdução elaborado por Lília Schwarcz para a edição que serve de base para nossa análise. Ali o autor declara que o “meio” no qual o romance se passa é o da classe média e ao comentar sobre o livro diz: “– É um livro comum, que pretendo mostrar a puerilidade de muitas de nossas pretensões brasileiras. Terei errado? Não sei. Terei acertado? Não sei”. BARRETO, 2011, p.13-55.

787 No trecho destacado na nota 780, o narrador chama o marechal Floriano de ditador. Ibidem, 2011, p.79.

788Segundo o *Minidicionário da Língua Portuguesa* de Evanildo Bechara o termo “rapacidade” se refere a “rapace”: “Com tendência para roubar, ladrão, rapinante. Que persegue outros animais, que rapina”. BECHARA, 2009, p.753.

789BARRETO, op. cit., p.236-7.

turca” diretamente associada às saúvas também pode ter seu sentido estendido. Em nossa interpretação, quando as saúvas são qualificadas como “ladras” ou como aquelas que roubam a produção agrícola, o sustento, portanto, daqueles que tentam viver da “terra”, novamente, podemos recorrer ao sentido conotativo das palavras e aproximar as saúvas da política local (Curuzu), que vai impedir a prosperidade do Sítio do Sossego em prol dos interesses particulares dos vereadores, dos prefeitos e de todos os que praticam a chamada politicagem.

Dessa forma, não se trata de colocar Lima Barreto no panteão definitivo da crítica social, muito menos de diminuir o potencial crítico que sua obra oferece do ponto de vista da elaboração literária e da compreensão histórica e espacial da Primeira República. Nosso objetivo é tentar compreender o autor em sua complexidade, demonstrando as ambiguidades, ambivalências e contradições presentes em sua narrativa⁷⁹⁰.

O trecho seguinte mostra o momento em que o narrador reproduz o que Lilia Schwarcz considera um “estereótipo em relação aos judeus”⁷⁹¹.

A passagem trata do momento em que tece comentários sobre o Dr. Armando Borges, marido de Olga, afilhada de Policarpo Quaresma. O personagem é duramente criticado em relação às suas ambições, uma vez que não havia equilíbrio entre elas e um projeto coletivo. O momento da narrativa deixa ver como uma parte das classes média e alta observa a chacina provocada pela Revolta Armada, mas não se sensibiliza com a morte e vê no acontecido mais uma oportunidade de obter um emprego público, uma promoção. De igual forma, podemos observar uma crítica à medicina e à ciência praticada na época, para os quais o cuidado com os doentes não conseguia ultrapassar as ambições e a projeção dos méritos pessoais.

O próprio doutor Armando Borges, o marido de Olga e sábio sereno e dedicado quando estudante, colocava na revolta a realização de risinhos anelos.

Médico e rico, pela fortuna da mulher, ele não andava satisfeito. A ambição de dinheiro e o desejo de nomeada esporeavam-no. Já era médico no Hospital Sírrio, aonde ia três vezes por semana e, em meia hora, via trinta e

790O narrador em Lima Barreto, entre outros trechos, utiliza os turcos como uma referência negativa: “Quaresma, porém, enganava-se em parte. Ricardo soubera de sua prisão e procurava soltá-lo. Teve notícia do exato motivo dela; mas não se intimidou. Sabia perfeitamente que corria grande risco, pois a indignação no palácio contra Quaresma fora geral. A vitória tinha feito os vitoriosos inclemente e ferozes, e aquele protesto soou entre eles como um desejo de diminuir o valor das vantagens alcançadas. Não havia mais piedade, não havia mais simpatia, nem respeito pela vida humana; o que era necessário era dar o exemplo de um massacre a turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido. Era a filosofia social da época, com forças de religião, com seus fanáticos, com os seus sacerdotes e pregadores, ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizemos repousar a felicidade de muitos”. BARRETO, 2011, p.351-352.

791Lilia Schwarcz, em Lima Barreto, não deixou passar o trecho que destacamos e comenta a reprodução do preconceito em relação aos judeus: “Apesar de criticar o racismo, Lima Barreto não escapa dos estereótipos em relação aos judeus”. Ibidem, p.262.

mais doentes. Chegava, o enfermeiro dava-lhe informações, o doutor ia, de cama em cama, perguntando: 'Como vai?'. 'Vou melhor seu doutor', respondia o sírio com voz gutural. Na seguinte, indagava: 'Já está melhor'. E assim passava a visita; chegando ao gabinete receitava: 'Doente nº I, repita a receita; doente 5... quem é?'... 'É aquele barbado'... 'Ahn!' E receitava. Mas médico de um hospital particular não dá fama a ninguém: o indispensável é ser do governo, senão ele não passava de um simples prático. Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente da faculdade⁷⁹².

Mais adiante, o ponto exato em que aparece uma referência negativa aos judeus constitui admoestação de Olga em relação às ambições de seu marido:

Desde muito que a mulher lhe entrara na sua simulação de inteligência, mas aquela manobra indecorosa indignou-a. Que necessidade tinha ele disso? Não era já rico? Não era moço? Não tinha o privilégio de um título universitário? Tal ato pareceu à moça mais vil, mais baixo que a usura de um judeu, que o aluguel de uma pena...⁷⁹³

O trecho, que aponta uma generalização em relação aos judeus, faz a ligação já muito desgastada mas ainda presente em nossa sociedade entre os judeus e a usura. Os valores cristãos consolidados a partir da instituição da igreja católica apostólica e romana colocam os judeus em uma situação delicada perante o mundo e as sociedades onde se estabeleceram após a diáspora judaica. A cultura judaica, e por consequência o judeu, ficam associados a valores, teoricamente condenáveis do ponto de vista cristão, tais como, a cobrança de juros e usura e o cultivo dos prazeres do corpo ao invés da alma⁷⁹⁴.

792 BARRETO, 2011, p.259-260.

793 Ibidem, p.262.

794A relação entre judaísmo e cristianismo pode ser observada em Nilton Bonder: “Se analisarmos a compreensão dos fatos que marcaram o nascimento da tradição cristã e seu discurso, vamos desvendar uma interessante relação entre tradição e traição. O interesse em se atentar para a fala da tradição cristã em vez da judaica se deve a dois fatos: 1) a 'paixão fundadora' da tradição cristã está repleta de situações de 'traição'; 2) o cristianismo incorpora o judaísmo em sua simbologia, mitologia e teologia, enquanto o contrário não ocorre, pelo menos de maneira direta. Em realidade, o cristianismo está mais presente no imaginário do judeu, que viveu séculos de disputa, controvérsias e perseguições, do que no judaísmo propriamente. (...). O exílio é um conceito amplo em que cristãos têm um papel histórico importante, mas a eles não é atribuída qualquer causalidade ou valor simbólico”. Trazendo a reflexão para o cenário contemporâneo, o autor prossegue em sua reflexão: “Qual é a percepção cristã a respeito dos judeus que ainda perdura neste final de século? Mesmo com a maciça revelação de dados históricos e uma relação de maior tolerância, a percepção coletiva ainda é a do judeu traidor. O judeu é a figura macabra do deicida, do assassino de D'us. Sua moral, seu 'correto', não foi capaz de aceitar o novo 'bom' e ele preferiu apegar-se a sua moral, que se distanciaria muito de novo 'bom'. Eles são corruptos e indecentes, portanto, pois assim são os que preservam 'corretos' inadequados a realidade. Eles foram capazes de escolher pela liberdade de um criminoso e condenar um homem justo e puro de intenções. Em nome da moral do corpo, da lei e da traição, os judeus são traidores natos. Muitos creem que a própria palavra 'judeu' seja 'Judas', o traidor”. Em nota o autor esclarece o significado da palavra “Judeu (*Je-u-da*, grato a Deus) – cidadania daquele que pertencia à tribo de Judá”. Ver: BONDER, Nilton. *A alma imoral: tradição e traição através dos tempos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.87-88.

6. Conclusão

*“os moinhos param,
mas os ventos continuam,
toda via”*

Van Gogh

Este trabalho desenvolveu a relação entre geografia e literatura e seu conteúdo proporciona uma percepção da geografia produzida no Brasil nos dias atuais. Ainda que o primeiro capítulo apresente uma revisão bibliográfica e teórica da produção em geografia e literatura, a singularidade desta tese consiste na forma como propõe o diálogo com tal produção acadêmica. Dos trabalhos que relacionaram geografia e literatura, identificamos que as linhas teóricas mais estabelecidas no Brasil foram a geografia humanista e a geografia cultural. Ainda que consideremos pontos de convergência com nossas indagações⁷⁹⁵ nessas linhas teóricas, não significa que nos sentimos identificados a ponto de nos filiar a um desses grupos.

O diálogo entre geografia e literatura aqui é estabelecido com base nos estudos históricos. A História, como campo de conhecimento, esteve presente em minhas intenções de pesquisa em geografia desde a graduação, momento em que despertou o interesse pela história da geografia. Essa aproximação se intensificou quando desenvolvi uma dissertação de mestrado em história da geografia pelo Programa de História Social do Território. Tendo como base a história, vislumbramos a possibilidade de trabalhar com a literatura como fonte para o desenvolvimento de uma pesquisa em história da geografia. Nesse momento, meus interesses de pesquisa estavam atravessados pelas seguintes questões: A literatura pode nos ajudar a entender a geografia do Brasil em um período histórico? Podemos afirmar que a literatura ajuda no entendimento de um período da história da geografia no Brasil? Tais questões me encaminharam para a aproximação de dois campos de pesquisa na geografia: de um lado, as pesquisas que versam sobre história da geografia; de outro, as pesquisas em geografia e literatura.

Por uma questão de cronograma e esforço de síntese necessários para aproximar esses dois campos de pesquisa, optamos por aprofundar o segundo campo, geografia e literatura, e “abandonar” a ideia de fazer da literatura uma fonte para a história da geografia. Enfim, a

⁷⁹⁵Um ponto forte de convergência entre nossas argumentações é a superação da barreira estabelecida entre a subjetividade e a objetividade.

escolha de um dos campos representou um avanço no desenvolvimento do trabalho, mas percebemos como algumas reflexões e preocupações comuns ao campo da história da geografia permaneceram. Como exemplo emblemático podemos citar a ideia de que a história da geografia não se inicia com a instituição das universidades no Brasil (USP e UDF), uma vez identificado um pensamento geográfico no Brasil antes da instituição da ciência geográfica no país. Ao fim do trabalho percebemos que não conseguimos aproximar e criar uma síntese teórica e metodológica entre os campos de pesquisa que se dedicam a geografia e literatura e a história da geografia. No entanto, do ponto de vista de sua realização, entendemos que o desenvolvimento da tese incorpora essa intenção, não sendo um acaso a decisão de tomar como base para nossas interpretações a historicidade presente no período da Primeira República.

Atualmente, a abertura de temas e de linhas teóricas sobre as quais as a geografia e as ciências sociais se desenvolvem leva à necessidade de repensar a geografia. Desse modo, necessitamos reconsiderar a forma como temos problematizado e construído um discurso crítico em relação à realidade social na qual estamos inseridos. Entendemos que há múltiplas possibilidades de tratar a relação entre geografia e literatura e que todas são válidas dentro de um quadro de intenções que se esgota na relação do autor com o seu objeto de pesquisa a partir de um referencial teórico. Nesse quadro, é necessário destacar que a pesquisa apresenta uma possibilidade de desenvolver a relação entre geografia e literatura mas, de alguma forma, também se insere no debate acerca dessa produção e reforça a necessidade de ampliar os temas de pesquisa do campo.

Podemos afirmar que o retorno ao Romantismo e o rastreamento de uma “equação geográfica” no pensamento social brasileiro produzido até a Primeira República demonstram as ligações entre diferentes períodos da história do Brasil e a possibilidade de uma leitura geográfica do país. Para isso, foi necessário destacar a forma como intelectuais e o Estado produziram e tentaram estabelecer uma imagem da nação – seja no Império ou na República – e para isso fizeram uso de categorias geográficas, tais como, “terra” e “natureza”.

Outra preocupação do trabalho foi a possibilidade de construir um texto histórico que não servisse apenas de exercício de erudição ou estabelecer um panorama histórico que não dialogasse com nosso objeto de pesquisa, a literatura. Ao tratar da Primeira República, inserimos Lima Barreto no contexto histórico em que viveu e produziu, apresentando, desta maneira, seus posicionamentos a respeito de temas contemporâneas ao autor.

O termo “equação geográfica” não aponta para algo necessariamente “novo”. Sua ideia subjacente foi desenvolvida anteriormente por outros autores, entre eles, Antonio Carlos

Robert de Moraes, João Marcelo E. Maia e Luciana Murari. No entanto, a expressão “equação geográfica” desenvolvida nesse trabalho propõe uma nova unidade de pensamento sobre as reflexões que indicam a presença do geográfico no pensamento social brasileiro. Assim, o que resume o interesse desta tese é a identificação de uma “equação geográfica”⁷⁹⁶ na literatura de Lima Barreto, mais especificamente em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Os temas desenvolvidos nos dois últimos capítulos estabelecem um diálogo com o Brasil contemporâneo uma vez que muitos problemas e desafios percebidos e registrados pela “pena” de Lima Barreto ainda estão presentes na realidade social do país. A ideia de que Brasil é o país onde as coisas mudam para permanecer as mesmas ganha amplitude e variadas formulações do ponto de vista conceitual, entre elas “modernização conservadora”, “modernização pelo alto” e “revolução passiva”. Diante disso, uma das intenções em retomar o pensamento de Lima Barreto parte da necessidade de afirmar a contemporaneidade de suas reflexões no que diz respeito ao papel do intelectual frente a sociedade; a mania de grandeza das classes médias; a forma como a sociedade encara a loucura e o alcoolismo; o machismo; a concentração de terras; a injustiça social; o racismo e, por fim, a forma como esses temas estão presentes nos subúrbios ou em outras áreas da cidade do Rio de Janeiro.

No tempo presente, com a régua da produtividade sob as cabeças, torna-se necessário ressaltar que concluir um trabalho não significa pôr fim à pesquisa, pois, quando uma etapa termina, muitos outros desafios precisam ser enfrentados. Nesse sentido, este trabalho encerra-se com a certeza de que alguns dos seus objetivos foram pontuados, mas não alcançados. Ao longo do percurso da pesquisa vislumbramos a possibilidade de visita ao acervo de Lima Barreto, arquivado na Biblioteca Nacional. Entendemos que o acesso às fontes primárias poderia contribuir para uma interpretação da obra que destaque a perspectiva geográfica. Esse exercício foi colocado em prática com a leitura da biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa, resultando, entre outros aspectos, na elaboração do primeiro mapa apresentado neste trabalho referente às residências de Lima Barreto. A consulta aos documentos, como anotações pessoais, poderiam revelar com mais veemência a influência do subúrbio em sua obra. Os cadernos onde o autor organizava colagens de jornais e anotações pessoais que serviam de base para seus romances também poderiam contribuir para o adensamento da relação entre *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e as campanhas de saneamento para o interior do Brasil. A possibilidade de estreitamento entre subúrbio e sertão também poderiam ser aprofundada através de uma análise das fontes da Hemeroteca Digital

⁷⁹⁶Assumimos a palavra equação em seu sentido mais comum, como algo que equilibra, iguala, nivela e ou uniformiza.

da Biblioteca Nacional, onde há registros de jornais, e suas respectivas notícias, sobre as campanhas de saneamento no período em que Lima Barreto elaborou e publicou *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911-1915). Poderíamos ter explorado um pouco mais a intertextualidade entre os contos e as crônicas que Lima Barreto escreveu no período de elaboração e publicação do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Acreditamos que uma intensificação da intertextualidade aproximaria o universo temático encontrado no romance – “cultura popular”, subúrbio, classe média, questão agrária, política, loucura e racismo – de outros gêneros literários produzidos pelo autor entre os anos de 1911 e 1915. Em nosso entendimento, essa aproximação enriqueceria as análises desenvolvidas no terceiro e quarto capítulos.

Esse trabalho mantém a necessidade de diálogo entre os campos do conhecimento e, com isso, tensiona as fronteiras das ciências sociais (geografia e história) na medida em que propõe o diálogo com a arte (literatura). Em nossa compreensão, o diálogo entre a ciência e a arte é fundamental para renovarmos e ampliarmos o campo de ação da ciência geográfica, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de uma interpretação crítica da realidade que vivemos a partir de uma perspectiva geográfica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AIEX, Anoir. *As ideias sócio-literárias de Lima Barreto*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. A evolução do espaço agrário fluminense In: *Geographia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, ano 7, nº 13, Setembro de 2005, p.49-70.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8. a. 15, 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ARNONI PRADO, Antonio (org.). *Lima Barreto: uma autobiografia literária*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas In: *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.
- AUERBACH, Eric. *Mimeses*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto, 1881-1922*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. II.
- _____. *Numa e a Nífa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. III.
- _____. *Coisas do reino de janbon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. VIII.
- _____. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. IX.
- _____. *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, vol. XII.

- _____. *Diário íntimo: memórias*. São Paulo: Editora brasiliense, 1956, vol. XIV.
- _____. *Correspondência, ativa e passiva 2º tomo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ed. Ática. 1995.
- _____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.
- _____. Método confuso (crítica teológica, metafísica e positiva). In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- _____. *Histórias e sonhos*. Edição preparada por Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *O homem que sabia Javanês*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- _____. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- _____. *Contos Completos de Lima Barreto*; com organização e introdução Lilia Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Diário do Hospício; O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERNARDES, Lysia. Simpósio: Renovação da geografia. *XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Rio de Janeiro: AGB-São Paulo, 1973, p.5.
- BIRMAN, Daniela. O visto, o dito e o contradito: dos registros médicos de Lima Barreto ao seu testemunho literário sobre o hospício. *Aletria* – v. 24 – n. 2 – maio-ago, 2014, p.31-4.
- BONDER, Nilton. *A alma imoral: tradição e traição através dos tempos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BROSSEAU, Marc. Geografia e Literatura. In: LOBATO, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, pp.20-21.

_____. O romance: outro sujeito para a geografia In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p.79-121.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação no Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARRARA, Angelo Alves. Sertões do leste In: *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Sertões Brasileiros 1*. Volume 2. IBGE, 2006, p. 20-47.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFANS. Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). In: *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, nº34, 10 de junho de 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASCUDO, Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Global, 2002, p.197.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p.179-192.

CLAVAL, Paul. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. In: *Geosul*, Florianópolis, v.18, p. 8, jan./jun.2003.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

_____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. A Geografia Cultural no Brasil. In: *Revista da ANPEGE*, nº2, 2005.

_____. A Geografia Cultural Brasileira: uma avaliação preliminar. In: *Revista da ANPEGE*. Vol. 4, 2008, pp.7-88.

COUTINHO, Carlos N. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo. Perspectiva, 2011.

DIAS, André. *Lima Barreto e Dostoiévski: vozes dissonantes*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

Dicionário de Ciências Sociais. In: SILVA, Benedicto. et al. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

Dicionário Ilustrado de Saúde. In: SILVA, Carlos Roberto Lira da; SILVA, Roberto Carlos Lira da; e VIANA, Dirce Laplaca. *O* São Paulo: Editora Yendis, 2012.

Doenças parasitárias e infecciosas: guia de bolso. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. In: JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DOSTOIÉVSKI, Fédor. *Noites brancas*. Editora America do Sul LDA, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. Entre sertão e subúrbio: Guimarães Rosa e Paulo Lins In: *O eixo e a roda*: vol. 7, 2001, p. 123-124.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

EDLER, Flávio Coelho. A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v.22, nº 1, p.153-166, jan/jun, 2009, p.164.

ELIAS, Norbert. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1994.

ENGEL, Magali Gouveia. Gênero e política em Lima Barreto In: *Cadernos Pagu* (32), janeiro-junho de 2009, p.369.

FACHINETTI, Cristiana, RIBEIRO Andrea, CHAGAS, Daiana Crús, REIS, Cristiana Sá. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez.2010, p.733-768.

FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. Assis – São Paulo: Ed. Ilpha-Hucitec, 1978.

FERNANDES, Felipe Moura. *Os annales de geografia e a geografia dos annales em Pierre Monbeig*. Dissertação de mestrado em História Social do Território. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2009.

_____. A geografia, o geográfico e a linguagem In: *Terra Livre*. São Paulo, Ano 28, vol. 2, nº 39, p.149-162, jul.dez de 2012.

_____. Geografia e literatura (ciência e arte): proposições para um diálogo In: *Espaço e Cultura*. UERJ, RJ, nº33, p.167-176, jan/jun de 2013.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FIORIN, José Luis. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2006.

GANCHO, Cândida Vilar. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2006.

GAROZZO, Filipo. *Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

GRIMM, Jacob e Wilhelm. *Contos maravilhosos infantis e domésticos – 1812-1815* [tomos 1 e 2]. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº1, 1988, p.5-27.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes e RIBEIRO, Guilherme (org.). *Vidal Vidas: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Nações a nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOEFLE, Scott Willian. Debates recentes na Geografia Cultural Anglo-Americana: uma apreciação antropológica e filosófica. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, nº 8, p.75-87, ago/dez de 1999.

HOLZER, Werter. A geografia humanista: uma revisão. In: *Espaço e Cultura*, nº 3, janeiro 1997, p.8-10.

JAMES, C.L.R. *Os Jacombinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

KEMP, Philip. *Tudo Sobre Cinema*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEVY, Bertrand. Géographie culturelle, géographie humaniste et littérature: position épistémologique et méthodologique. In: *Géographie et cultures*, 21, printemps, 1997, p.27-44.

LIMA, M. de Oliveira. Prefácio In: *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.9-13.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2): 313-332, 2000.

_____. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2013.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. São Paulo: Globo, 2010.

LÖWY, Michel. Um Marx insólito. In: MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1962-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LYNCH, Christian E. C. O Império é que era república: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco In: *Luna Nova*, São Paulo, 85:277-311, 2012, p.277-311.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.

MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. In: *Terra Brasilis – Geografia e Pensamento Social Brasileiro*, Ano I, nº2, Jul./Dez.2000, p.21.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARANDOLA JR, Eduardo e GRATÃO, Lúcia Helena Batista. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil. In: *Geografia – Londrina*, vol. 12, jul./dez.2003, p.5 e p.10.

_____; e OLIVEIRA, Livia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. *Geografia*, Rio Claro, v.34, n.3, p. 495, set./dez. 2009.

_____; e GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Geografia & literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL, 2010.

_____; HOLZER, Wether e OLIVEIRA, Livia de (org.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012, p.XIV.

MARANDOLA, Janaína de Alencar M. e S. *Caminhos de morte e de vida: o geográfico e o telúrico no rio severino de João Cabral de Melo Neto*. Londrina: EDUEL, 2011.

MARTINS, Elvio Rodrigues. A Geografia Urbana na dissolução das identidades originárias. In: *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.94 (1), 1 de agosto, 2001, p.13.

_____. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 21, 2007, p. 33-51.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. In: *Forum*, Almanack braziliense, nº 1, maio de 2005, p.11.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

MONBEIG, Pierre. Literatura e geografia. In: MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p.222-229.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MORAES, A. C. Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec e Annablume, 2002.

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAIS, Regis de. *Lima Barreto: o elogio da subversão*. col. Encontro Radical. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período de 1978-1988. In: *Geographia*, Niterói, Ano II, nº3, junho de 2000.

_____. *O pensamento geográfico brasileiro*. vol. 1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, n.1, número especial, p. 49-58, out. 2011, p.50.

_____. Sertões: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa. In: *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2011, p.143-159.

_____. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011.

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MURARI, Luciana. “Brasil, ficção geográfica”: ciência e nacionalidade no país D'os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

_____. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. O último refúgio da língua geral no Brasil. In: *Estudos avançados*, 26 (76), 2012, p. 245-246.

NOLASCO-FREIRE, Zelia. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº7, 1984, p.105-118.

NUNES, Radamés Vieira. Cidade inventada: o Rio de Janeiro de fachada e ilusão. In: *Opsis*, Catalão, v.09, n.12, jan-jun, 2009, p.62-81.

OAKLEY, R.J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil In: *Revista Urutágua – revista acadêmica e multidisciplinar (DCS/UEM)*, nº15, abril-jul.2008, p.4.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PEET, Richard. O Desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos In: CHRISTOFOLLETI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 255-254.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.11 (supl.1): 67-92, 2004, p.69 e p.87-88.

PORTOCARRERO, Vera. Parte II – O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil. In: *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977.

RECLUS, Élisée. *Da ação da geografia humana; Geografia comparada no espaço e no tempo*. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2010.

RESENDE, Beatriz. *O subterrâneo do morro do castelo: um folhetim de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Dantes Livraria Editora, 1997.

_____; e VALENÇA, Rachel (org.). *Toda Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, vol. II.

RIBEIRO, Vagner Costa. Bertha Becker: geógrafa da fronteira política e da Amazônia. Biblio 3 W. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de diciembre de 2014, Vol. XIX, nº 1103 (1).

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. História. In: Jobim, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.44-45.

ROMAM, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin – o trajeto polifônico de uma metáfora In: *Letras*, Curitiba, n.41, p.207-220, 1992, Editora da UFPR.

ROSSO, Mauro. *Lima Barreto e a política: os “contos argelinos” e outros contos recuperados*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

ROUDINESCO, Elisabeth; e PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SALIBA, Elias Tomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia (coord.). *Abertura para o mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, vol.3.

SANT'ANNA, Cristina Nunes. *O cronista político Afonso Henrique de Lima Barreto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Quem ama literatura não estuda literatura: ensaios indisciplinados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Numa “encruzilhada de talvez”: um grande romance aos pedaços In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011, p.13-55.

_____; e BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma In: *Lua Nova*. São Paulo, 82: 11-26, 2011.

_____. (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____; e STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____; e MONTEIRO, Pedro M. Sérgio com Lima: um encontro inusitado em meio aos modernismos. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2016.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SEGISMUNDO, Fernando. Literatura e geografia. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, nº76, p.327-332, jul. 1949.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2):577-591, 2005.

_____. O problema do tempo histórico. In: _____. *Ensaaios sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. Para ler Berta Lutz. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, p. 315-325.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. Geografia, literatura e música: o simbolismo geográfico na arte. *Revista de geografia* (UFPE) v.30, nº 1, 2013, p.116-118.

SOUZA-NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. São Paulo: *Terra Livre*, n.15, p.9-20, 2000.

_____. Geografia nos trópicos: história de uma jangada de pedra? São Paulo: *Terra Livre*, n.17, p.119-138, 2001.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online]. 82 | 2008, colocado online no dia 01 de Outubro 2012, criado a 15 de julho.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo Roberto, FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

TABORDA, Marcia. O som do Brasil e a história do violão vista do lado de cá. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *Festas e batuques do Brasil*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p.62-67.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular: da modinha à lambada*. São Paulo: Art. Editora, 1991.

VITTE, Antônio Carlos e COUTINHO, Giulliano. Macunaíma: natureza e formação territorial na constituição da identidade nacional brasileira. In: MARANDOLA JR. e GRATÃO. *Geografia & literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. 2010, p. 207-240.

WIEWIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O campo e a cidade: a história da literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Sites

<http://www.ageteo.org.br/index.php/historico>.

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>.

<http://www.posgea.unb.br/revistas>.

https://docs.google.com/file/d/0B_KmZofvEaVoSi16UHZaeGFqZlU/view.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=3301900> .

<http://www.cbkc.org/padroes/pdf/grupo5/samoieda.pdf>.

http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/luciene%20p%20c%20cardoso.html.

<https://www.google.com.br/maps/@-22.8935573,-43.2302598,16z>.

<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=manitu>.

<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=manipanso>.

<http://www.google.com.br/maps>.

http://www.objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon1907.

ANEXOS

Anexo A

Listas da CAPES consultadas para realização do levantamento bibliográfico

Periódicos A1

Consulta por Classificação / Área Avaliação

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0001-706X Acta Tropica A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0378-3774 Agricultural Water Management (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0167-8809 Agriculture, Ecosystems & Environment (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1042-0533 American Journal of Human Biology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0275-2565 American Journal of Primatology (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0260-3055 Annals of Glaciology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0883-2927 Applied Geochemistry A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0143-6228 Applied Geography (Sevenoaks) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0044-8486 Aquaculture (Amsterdam) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1530-261X Atmospheric Science Letters A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0005-2736 Biochimica et Biophysica Acta. Biomembranes A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0960-3115 Biodiversity and Conservation A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0168-2563 Biogeochemistry (Dordrecht) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0006-3207 Biological Conservation A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1471-244X BMC Psychiatry (Online) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0007-4861 Bulletin of Environmental Contamination and Toxicology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0341-8162 Catena (Cremlingen) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0009-2541 Chemical Geology A1 GEOGRAFIA Atualizado

0264-2751 Cities A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1618-954X Clean Technologies and Environmental Policy (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0165-0009 Climatic Change A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1631-0713 Comptes Rendus. Géoscience A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0098-3004 Computers & Geosciences A1 GEOGRAFIA Atualizado

1 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 18:59:16

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0278-4343 Continental Shelf Research A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0722-4028 Coral Reefs (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0195-6671 Cretaceous Research (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0012-821X Earth and Planetary Science Letters A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1087-3562 Earth Interactions A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1096-9837 Earth Surface Processes and Landforms (Online) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0197-9337 Earth Surface Processes and Landforms (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0925-8574 Ecological Engineering A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1470-160X Ecological Indicators A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0147-6513 Ecotoxicology and Environmental Safety A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0360-5442 Energy (Oxford) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0301-4215 Energy Policy A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1866-6280 Environmental Earth Sciences (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0269-4042 Environmental Geochemistry and Health A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0943-0105 Environmental Geology (Berlin) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0091-6765 Environmental Health Perspectives A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0269-7491 Environmental Pollution (1987) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0944-1344 Environmental Science and Pollution Research International A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0014-0481 Espaces et Sociétés A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0272-7714 Estuarine, Coastal and Shelf Science (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado

0250-7161 EURE (Santiago. Impresa) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1351-0754 European Journal of Soil Science (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0969-997X Fisheries Management and Ecology (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0367-2530 Flora (Jena) A1 GEOGRAFIA Atualizado

2 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 18:59:16

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0378-1127 Forest Ecology and Management A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7037 Geochimica et Cosmochimica Acta A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7061 Geoderma (Amsterdam) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7185 Geoforum A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-7793 GEOgraphia (UFF) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7398 Geographical Journal A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7606 Geological Society of America Bulletin A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0276-0460 Geo-Marine Letters A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0169-555X Geomorphology (Amsterdam) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0094-8276 Geophysical Research Letters A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1827-1987 Geospatial Health (Testo stampato) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0921-8181 Global and Planetary Change (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1354-1013 Global Change Biology (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0338-487X Hérodote (Paris) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0300-7839 Human Ecology (New York, N.Y.) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1027-5606 Hydrology and Earth System Sciences A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1545-598X IEEE Geoscience and Remote Sensing Letters (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0196-2892 IEEE Transactions on Geoscience and Remote Sensing A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0964-8305 International Biodeterioration & Biodegradation A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0020-6814 International Geology Review A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1569-8432 International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation A1 GEOGRAFIA Atualizado

0166-5162 International Journal of Coal Geology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0300-5771 International Journal of Epidemiology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1365-8816 International Journal of Geographical Information Science (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado

3 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 18:59:16

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1558-8424 Journal of Applied Meteorology and Climatology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0140-1963 Journal of Arid Environments A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0301-4797 Journal of Environmental Management A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1932-5223 Journal of Experimental Zoology. Part A, Ecological Genetics and Physiology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0148-0227 Journal of Geophysical Research A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0304-3894 Journal of Hazardous Materials (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0022-1694 Journal of Hydrology (Amsterdam) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0022-2585 Journal of Medical Entomology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0921-2728 Journal of Paleolimnology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0895-9811 Journal of South American Earth Sciences A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1099-3460 Journal of Urban Health A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0267-8179 JQS. Journal of Quaternary Science (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1475-2875 Malaria Journal (Online) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0025-326X Marine Pollution Bulletin. A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1874-8961 Mathematical Geosciences (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1369-3786 Medical Mycology (Oxford. Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1984-2201 Mercator (Fortaleza. Online) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-8329 Mercator (UFC) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1342-6311 Microbes and Environments A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0968-4328 Micron (Oxford. 1993) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1381-2386 Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0028-0836 Nature (London) A1 GEOGRAFIA Atualizado

0251-5350 Neuroepidemiology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0964-5691 Ocean & Coastal Management A1 GEOGRAFIA Atualizado

4 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 18:59:16

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0146-6380 Organic Geochemistry A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0031-0182 Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0031-0220 Palaontologische Zeitschrift A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0962-8436 Philosophical Transactions - Royal Society. Biological Sciences (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1385-0237 Plant Ecology (Dordrecht) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0032-0862 Plant Pathology (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0378-2697 Plant Systematics and Evolution A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1932-6203 Plos One A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0962-6298 Political Geography A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1544-8444 Population, Space and Place A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0027-8424 Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0309-1325 Progress in Human Geography A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1040-6182 Quaternary International A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0033-5894 Quaternary Research (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0969-806X Radiation Physics and Chemistry (1993) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1436-3798 Regional Environmental Change (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0921-3449 Resources, Conservation and Recycling A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0034-6667 Review of Palaeobotany and Palynology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-1540 Revista Brasileira de Geomorfologia A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0034-8910 Revista de Saúde Pública (Impresso) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0036-8075 Science (New York, N.Y.) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1095-9203 Science (New York, N.Y.: Online) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0048-9697 Science of the Total Environment A1 GEOGRAFIA Atualizado

1138-9788 Scripta Nova (Barcelona) A1 GEOGRAFIA Atualizado

5 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 18:59:16

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0037-0746 Sedimentology (Amsterdam. Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1424-8220 Sensors (Basel) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0149-6395 Separation Science and Technology (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1464-9365 Social & Cultural Geography (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0361-5995 Soil Science Society of America Journal A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0040-1951 Tectonophysics (Amsterdam) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0280-6509 Tellus. Series B, Chemical and Physical Meteorology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0177-798X Theoretical and Applied Climatology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 1360-2276 TM & IH. Tropical Medicine and International Health (Print) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0020-2754 Transactions - Institute of British Geographers (1965) A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0939-6314 Vegetation History and Archaeobotany A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0734-242X Waste Management and Research A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0250-8060 Water International A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0273-1223 Water Science and Technology A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0923-4861 Wetlands Ecology and Management A1 GEOGRAFIA Atualizado
 0277-5212 Wetlands (Wilmington, N.C.) A1 GEOGRAFIA Atualizado

6 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 18:59:16

Periódicos A2

Consulta por Classificação / Área Avaliação

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0044-5967 Acta Amazonica (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-3306 Acta Botanica Brasílica (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0187-7151 Acta Botánica Mexicana A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0583-6050 Acta Carsologica A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0001-6357 Acta Odontologica Scandinavica (Trykt utg.) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-9275 Acta Scientiarum. Agronomy (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-2563 Acta Scientiarum. Technology (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-8664 Acta Scientiarum. Technology (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-4422 Ambiente & Sociedade (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0001-3765 Anais da Academia Brasileira de Ciências (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0211-9803 Anales de Geografía de la Universidad Complutense A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0003-2573 Análise Social A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0003-4010 Annales de Géographie (Paris) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0004-5608 Annals of the Association of American Geographers A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1680-7375 Atmospheric Chemistry and Physics Discussion (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0005-9099 Berichte zur Deutschen Landeskunde A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1726-4189 Biogeosciences A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-4853 Boletim de Ciências Geodésicas (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-708X Boletim Goiano de Geografia (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1984-8501 Boletim Goiano de Geografia (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0375-7633 Bollettino della Società Paleontologica Italiana A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-6984 Brazilian Journal of Biology (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-8759 Brazilian Journal of Oceanography (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado

1 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0004-5322 Bulletin de l'Association de Géographes Français A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1435-9529 Bulletin of Engineering Geology and the Environment (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0770-7576 Bulletin - Société Géographique de Liège A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-3262 Cadernos CEDES (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-311X Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1712-7971 Canadian Journal of Remote Sensing (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0825-0383 Canadian Journal of the Administrative Sciences A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-7760 CERNE (UFLA) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0098-6445 Chemical Engineering Communications (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1001-6538 Chinese Science Bulletin A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-3625 Cidades (Presidente Prudente) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-8123 Ciência e Saúde Coletiva (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1360-4813 City (London. 1995) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-7544 City & Time (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1958-9212 Confins (Paris) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-8529 Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1278-3366 Cybergeog (Paris) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0013-9998 Die Erde (Berlin) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-7330 Educação & Sociedade (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-4152 Engenharia Sanitária e Ambiental A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0212-4521 Enseñanza de las Ciencias A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1573-2959 Environmental Monitoring and Assessment (Dordrecht. Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0167-6369 Environmental Monitoring and Assessment (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0956-2478 Environment and Urbanization A2 GEOGRAFIA Atualizado

2 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0046-2497 Espace Géographique A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-6831 Estudos em Avaliação Educacional (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0430-5027 Finisterra (Lisboa. 1966) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1018-4619 Fresenius Environmental Bulletin A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1415-4757 Genetics and Molecular Biology (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1010-6049 Geocarto International A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0985-3111 Geodinamica Acta (Paris) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1578-5157 Geofocus (Madrid) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-7912 Geografia (Rio Claro. Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1983-8700 Geografia (Rio Claro. Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2065-4421 Geographia Technica (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1745-5863 Geographical Research (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1165-0354 Géographie et Cultures (Paris) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7460 Geographische Rundschau A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0016-7479 Geographische Zeitschrift A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1957-777X Geomorphologie A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1266-5304 Géomorphologie (Paris) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-5230 Geosul A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-3964 Geosul (UFSC) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2179-0892 GEOUSP: espaço e tempo A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-7416 Geosp (USP) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0197-3975 Habitat International A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-9074 Historia A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-5970 História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado

3 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1980-4369 História (São Paulo. Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1942-7786 Human Geography A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1099-1085 Hydrological Processes (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0144-7815 IAHS-AISH Publication A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1474-6743 IDPR. International Development Planning Review (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0073-4721 Iheringia. Série Zoologia (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0378-1844 Interciencia (Caracas) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1753-8947 International Journal of Digital Earth (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0377-015X International Journal of Ecology and Environmental Sciences A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1478-9868 International Journal of Environment and Waste Management (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1478-9876 International Journal of Environment and Waste Management (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1476-072X International Journal of Health Geographics A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1469-6711 International Journal of Justice and Sustainability A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1366-5901 International Journal of Remote Sensing (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0143-1161 International Journal of Remote Sensing (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1013-7866 International Journal of Sediment Research A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1468-2427 International Journal of Urban and Regional Research (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0309-1317 International Journal of Urban and Regional Research (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0790-0627 International Journal of Water Resources Development (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0147-5479 International Labor and Working Class History A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1038-2046 International Research in Geographical and Environmental Education A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1012-6902 International Review for the Sociology of Sport A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0188-4611
 Investigaciones Geográficas - Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México
 A2 GEOGRAFIA Atualizado

1931-3195 Journal of Applied Remote Sensing A2 GEOGRAFIA Atualizado

4 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1365-2699 Journal of Biogeography A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1400-0350 Journal of Coastal Conservation A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0749-0208 Journal of Coastal Research A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1773-2247 Journal of Drug Delivery Science and Technology A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1058-3912 Journal of Environmental Hydrology A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0093-4690 Journal of Field Archaeology A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0305-7488 Journal of Historical Geography A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1747-423X Journal of Land Use Science (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0022-216X Journal of Latin American Studies (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1744-5647 Journal of Maps A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0306-6150 Journal of Peasant Studies A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1099-145X Land Degradation & Development A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1085-3278 Land Degradation & Development (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0264-8377 Land Use Policy A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0094-582X Latin American Perspectives A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0023-8791 Latin American Research Review A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0302-9743 Lecture Notes in Computer Science A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1344-6223 Legal Medicine (Tokyo) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1958-5500 L'Espace Politique A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1439-8621 Limnology (Tokyo. Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0024-7413 Luso-Brazilian Review A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1477-7835 Management of Environmental Quality A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1745-1019 Marine Biology Research (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0308-597X Marine Policy A2 GEOGRAFIA Atualizado

5 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1678-8060 Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1684-9981 Natural Hazards and Earth System Sciences A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1561-8633 Natural Hazards and Earth System Sciences (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0921-030X Natural Hazards (Dordrecht) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1573-0840 Natural Hazards (Dordrecht. Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-0073 Natureza & Conservação A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-6225 Neotropical Ichthyology (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0262-4079 New Scientist (1971) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1745-7939 New Zealand Geographer (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-6199 OECOLOGIA AUSTRALIS A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0030-7270 Outlook on Agriculture A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0031-0301 Paleontological Journal A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-204X Pesquisa Agropecuária Brasileira (1977. Impressa) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1678-3921 Pesquisa Agropecuária Brasileira (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-6398 Pesquisa Agropecuária Tropical (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-736X Pesquisa Veterinária Brasileira (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1935-2735 PLoS Neglected Tropical Diseases (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0304-422X Poetics (Amsterdam) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0199-0039 Population and Environment A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-4042 Química Nova (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-2738 RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-4136 Ra'e ga (UFPR) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2150-704X Remote Sensing Letters A2 GEOGRAFIA Atualizado

0100-6762 Revista Árvore (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado

6 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1806-9088 Revista Árvore (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0560-4613 Revista Brasileira de Cartografia (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-0683 Revista Brasileira de Ciência do Solo (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-9657 Revista Brasileira de Ciência do Solo (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1415-790X Revista Brasileira de Epidemiologia (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-3098 Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-4115 Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-2945 Revista Brasileira de Fruticultura (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-4382 Revista Brasileira de Geociências A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0375-7536 Revista Brasileira de Geociências A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-261X Revista Brasileira de Geofísica (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-7786 Revista Brasileira de Meteorologia (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-7530 Revista Brasileira de Paleontologia A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-5104 Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-381X Revista Brasileira de Recursos Hídricos A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-768X Revista da ANPEGE A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-1226 Revista da Pós-Graduação em Geografia A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0037-8682 Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0036-4665 Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-1290 Saúde e Sociedade (USP. Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-9016 Scientia Agrícola (USP. Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado

0103-1570 Sociedade & Natureza (UFU. Impresso) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-4513 Sociedade & Natureza (UFU. Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-8030 Terra Livre A2 GEOGRAFIA Atualizado

7 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0003-1232 The American Sociologist A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0018-2168 The Hispanic American Historical Review A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1743-9361 The Journal of Peasant Studies (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1678-9199 The Journal of Venomous Animals and Toxins Including Tropical Diseases (Online) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 1573-062X Urban Water Journal (Print) A2 GEOGRAFIA Atualizado
 0372-8854 Zeitschrift fur Geomorphologie A2 GEOGRAFIA Atualizado

8 Segunda-feira 05 Janeiro 2015 19:06:03

Periódicos B1

Consulta por Classificação / Área Avaliação

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0567-7572 Acta Horticulturae B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-9283 Acta Scientiarum. Biological Sciences (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-863X Acta Scientiarum. Biological Sciences (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-7361 Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1983-4675 Acta Scientiarum. Language and Culture (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado

2156-8553 Agricultural Sciences B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1678-8621 Ambiente Construído (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-753X Ambiente e Sociedade (Campinas) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2162-142X American International Journal of Contemporary Research B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2168-3794 American Journal of Tourism Research B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1984-4921 Antares: Letras e Humanidades B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-4302 Anuário Antropológico B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-6298 Arquitextos (São Paulo) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0004-282X Arquivos de Neuro-Psiquiatria (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-1956 Ateliê Geográfico (UFG) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-4077 Avaliação (UNICAMP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1377-2368 BELGEO (Leuven) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1138-9796 Biblio 3w (Barcelona) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-8085 BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-3163 Bioscience Journal (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0957-5235 Blood Coagulation & Fibrinolysis B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2176-4786 Boletim de Geografia (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-5198 Boletim de Geografia (UEM) B1 GEOGRAFIA Atualizado

1 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0046-9939 Boletim do Instituto de Pesca (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-8122 Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-8114 Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-7888 Boletim Gaúcho de Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0006-6079 Boletim Paulista de Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado

0717-9200 Bosque B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1983-8239 Caderno CRH (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-4551 Caderno Prudentino de Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2176-5774 Caderno Prudentino de Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-2095 Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-2422 Cadernos Metrpole (PUCSP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-6288 Cadernos PROLAM/USP B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1777-5175 Cahiers ALHIM B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1141-7161 Cahiers des Amriques Latines (Paris) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0989-5191 Cahiers du Brsil Contemporain B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1678-6343 Caminhos de Geografia (UFU) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-6271 Campo - Territrio B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0826-3663 Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1147-6753 Caravelle (Toulouse) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0008-7041 Cartographic Journal B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-2061 Cincia e Tecnologia de Alimentos (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-9954 Cincia Florestal (UFSM. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-8478 Cincia Rural (UFSM. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0187-8611 Ciudades (Puebla) B1 GEOGRAFIA Atualizado

2 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TTULO ESTRATO REA DE AVALIAO STATUS

0010-3624 Communications in Soil Science and Plant Analysis B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0733-4540 Comparative Civilizations Review B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-661X Conflitos no Campo Brasil B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0308-275X Critique of Anthropology B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0121-215X Cuadernos de Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado

1012-2508 Cuadernos del CENDES B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1011-6370 Development (Rome) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1234-5792 Dialogue and Universalism B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0212-1573 Documents d'Anàlisi Geogràfica B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-0618 Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1405-8421 Economía, Sociedad y Territorio B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-4698 Educação em Revista (UFMG. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-9702 Educação e Pesquisa (USP. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-6916 Engenharia Agrícola (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1579-2617 Enseñanza de las Ciencias Sociales B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1692-0074 Entorno Geografico B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0251-1088 Environmentalist (Lausanne) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0967-3407 Environment and History B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1387-585X Environment, Development and Sustainability B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1315-0006 Espacio Abierto (Caracas. 1992) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-3342 Espaço e Cultura (UERJ) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0186-7210 Estudios Demográficos y Urbanos de El Colegio de México B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1515-6206 Estudios Socioterritoriales B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0327-5841 Estudios y Perspectivas en Turismo B1 GEOGRAFIA Atualizado

3 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1851-1732 Estudios y Perspectivas en Turismo (En Línea) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-9592 Estudos Avançados (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-4014 Estudos Avançados (USP. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-2592 ETD. Educação Temática Digital B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1366-879X Ethics, Place and Environment B1 GEOGRAFIA Atualizado

1517-543X Formação (Presidente Prudente) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1984-0292 Fractal: Revista de Psicologia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1674-0750 Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1627-4873 Géocarrefour (Lyon) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-9800 Geochimica Brasiliensis B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-9082 Geociências (São Paulo. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-900X Geociências (São Paulo. Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0950-7035 Geography Review B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0343-2521 GeoJournal B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-874X Geologia USP. Série Científica B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1860-1782 Geoscience Education: Understanding System Earth B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1984-5537 Geotextos (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-189X Geotextos (Salvador) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-9021 Geo UERJ (2007) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1617-5239 Hin. Alexander Von Humboldt im Netz B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1812-2108 Hydrology and Earth System Sciences Discussions (Print) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-1726 Hygeia : Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde (Uberlândia) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1577-3388 Iberoamericana (Madrid) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1466-2132 International Journal of Environmental Technology and Management B1 GEOGRAFIA Atualizado

4 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

2156-8359 International Journal of Geosciences B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1466-6650 International Journal of Global Environmental Issues B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1744-7550 International Journal of Postharvest Technology and Innovation B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1743-761X International Journal of Sustainable Development and Planning (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2174-5609 Investigaciones turísticas B1 GEOGRAFIA Atualizado

1518-8795 Investigações em Ensino de Ciências (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-7895 Irriga (UNESP Botucatu) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2159-581X Journal of Food Science and Engineering (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1678-4790 Journal of the Brazilian Chemical Society (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-3932 Journal of Urban and Environmental Engineering (UFPB) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2105-0392 justice spatiale - spatial justice B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0022-8877 Kant-Studien B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0373-5834 Les Cahiers d' Outre-Mer B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0020-0093 L' Information Geographique B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1354-9839 Local Environment B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0995-7367 Migrations Société (Paris) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1769-7298 M@ppemonde (En ligne) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1515-5994 Mundo Agrario (La Plata) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0718-7130 Nadir: Revista Electrónica de Geografía Austral B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0029-182X Norois (Caen) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0303-1829 Notas de Población (Impresa) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-6351 Nova Economia (UFMG. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1811-1602 PAGES News B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-9009 Pan-American Journal of Aquatic Sciences B1 GEOGRAFIA Atualizado

5 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1888-0576 Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1695-7121 Pasos (El Sauzal) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-6815 Percurso (São Paulo) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-5473 Perspectiva (UFSC) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-9806 Pesquisas em Geociências (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado

1518-2398 Pesquisas em Geociências (UFRGS. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1464-9357 Planning Theory & Practice (Print) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0032-2490 Polarforschung (Bremerhaven) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1132-1202 Polígonos (León) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0718-6568 Polis (Santiago. en Línea) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0717-6554 Polis (Santiago. Impresa) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-9554 Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
 B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0998-8289 Pouvoirs Locaux (Paris) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0765-1333 Problèmes d'Amérique Latine B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1747-6526 Proceedings of the Institution of Civil Engineers. Waste and Resource Management (Print) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-4442 Projeto História (PUCSP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-7307 Pró-Posições (UNICAMP. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-6248 Pró-Posições (UNICAMP. Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-7182 Psicologia e Sociedade (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0390-6329 Quaderni - Istituto di Ricerca sulle Acque B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2176-6142 Quaternary and Environmental Geosciences B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1808-0936 RBC. Revista Brasileira de Cartografia (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-8405 RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-7106 Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado

6 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1982-6745 Redes (Santa Cruz do Sul. Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0370-4467 REM. Revista Escola de Minas (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-7679 Revista Brasileira de Agricultura Irrigada B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-1347 Revista Brasileira de Agrometeorologia B1 GEOGRAFIA Atualizado

1980-4849 Revista Brasileira de Biociências (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-8404 Revista Brasileira de Botânica (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1808-4524 Revista Brasileira de Ciências Ambientais B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-055X Revista Brasileira de Climatologia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2237-8642 Revista Brasileira de Climatologia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1415-4366 Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-1929 Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-695X Revista Brasileira de Farmacognosia (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1983-2850 Revista Brasileira de História das Religiões B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0100-316X Revista Caatinga (UFERSA. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0080-2085 Revista Cartográfica B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1988-2459 Revista Catalana de Geografia (Internet) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-6690 Revista Ciência Agronômica (UFC. Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0871-1666 Revista da Faculdade de Letras. Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-7694 Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-2003 Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-2674 Revista de Economia Política e História Econômica B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1645-5657 Revista de Estudos Demográficos B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0718-3402 Revista de Geografía Norte Grande (En línea) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0379-8682 Revista de Geografía Norte Grande (Impresa) B1 GEOGRAFIA Atualizado

7 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1808-4001 Revista de História (Rio de Janeiro) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-2120 Revista de História (UFES) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0034-8309 Revista de Historia (USP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1133-0953 Revista de Teledetección B1 GEOGRAFIA Atualizado

1678-765X Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2236-2878 Revista do Departamento de Geografia B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-4582 Revista do Departamento de Geografia (USP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1012-1617 Revista Geográfica Venezolana B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0872-2587 Revista Internacional de Língua Portuguesa B1 GEOGRAFIA Atualizado
 2182-4452 Revista Internacional em Língua Portuguesa B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1856-8378 Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-6755 Revista NERA (UNESP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-8775 Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1971-033X Rivista di Criminologia, Vittimologia e Sicurezza B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0035-6697 Rivista Geografica Italiana B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-2109 Rua (UNICAMP) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-1104 Saude em Debate B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1612-9733 Schriftenreihe des Studiengangs Geodäsie und Geoinformatik B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-546X Semina. Ciências Agrárias (Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-0359 Semina. Ciências Agrárias (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1972-8360 Sicurezza Urbana B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1745-2635 Socialism and Democracy (Online) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-4522 Sociologias (UFRGS. Impresso) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-9743 Soils & Rocks B1 GEOGRAFIA Atualizado

8 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

0039-2936 Studi Emigrazione B1 GEOGRAFIA Atualizado
 0872-8941 Territorium (Coimbra) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1677-9509 Textos & Contextos (Porto Alegre) B1 GEOGRAFIA Atualizado
 1835-4432 The Global Studies Journal B1 GEOGRAFIA Atualizado

1099-2340 The International Journal of Tourism Research B1 GEOGRAFIA Atualizado

1988-5261 TURyDES (Málaga) B1 GEOGRAFIA Atualizado

9 Quinta-feira 05 Fevereiro 2015 12:33:45

Periódicos B2

Consulta por Classificação / Área Avaliação

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

2177-4307 Acta Geografica B2 GEOGRAFIA Atualizado

1980-5772 Acta Geográfica (UFRR) B2 GEOGRAFIA Atualizado

0102-6712 Acta Limnológica Brasiliensia B2 GEOGRAFIA Atualizado

1808-1150 Agrária (São Paulo. Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado

0094-243X AIP Conference Proceedings B2 GEOGRAFIA Atualizado

1551-7616 AIP Conference Proceedings (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1679-3749 Aletria (UFMG) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1120-0413 Altreitalie (Torino) B2 GEOGRAFIA Atualizado

2175-9405 Ambiência (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1808-0251 Ambiência (UNICENTRO) B2 GEOGRAFIA Atualizado

0102-0374 Análise Conjuntural - IPARDES B2 GEOGRAFIA Atualizado

1982-3908 Anuário do Instituto de Geociências (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado

0101-9759 Anuário do Instituto de Geociências (UFRJ. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1578-0007 Ar@cne (Barcelona) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1819-2939 Arquitextos (Lima) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1309-1042 Atmospheric Pollution Research B2 GEOGRAFIA Atualizado

1852-2181 Augm Domus B2 GEOGRAFIA Atualizado

1676-0603 Biota Neotropica (Edição em Português. Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1756-0500 BMC Research Notes B2 GEOGRAFIA Atualizado

0716-0763 Boletín Antártico Chileno B2 GEOGRAFIA Atualizado

0120-0283 Boletim de Geologia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1121-7820 Bollettino Della Società Geografica Italiana (1944) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0006-8705 Bragantia (São Paulo, SP. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado

1 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

2179-2321 Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1808-7035 Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-5868 Brazilian Journal of Ecology (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-8427 Caderno de Geografia (PUCMG. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-4519 Cadernos Ceru (USP) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0870-595X Cadernos da Revista de História Económica e Social B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-4639 Cadernos Geográficos (UFSC) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1777-5949 Cahiers Agricultures B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1192-6422 Canadian Foreign Policy B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1205-5352 Canadian Journal of Environmental Education B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1900-9607 CES Medicina Veterinaria y Zootecnia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2182-3030 Cidades, Comunidades e Territórios B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0009-6725 Ciência e Cultura B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-7461 Ciência Geográfica B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-654X CLIMEP. Climatologia e Estudos da Paisagem B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-6003 Clio. Série Arqueológica (UFPE) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1756-8471 CONSTRUCTION DEBRIS RECYCLE: ASSIGNING THE COST TO WHERE IT B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2236-532X Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1988-7833 Contribuciones a las Ciencias Sociales B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0010-809X Controspazio (Bari) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-6493 Crítica Cultural B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-0689 Cronos (Natal. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado

2145-0226 Cuadernos de Vivienda y Urbanismo (Instituto Javeriano de Vivienda y Urbanismo) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-5838 Cultur: Revista de Cultura e Turismo B2 GEOGRAFIA Atualizado

2 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1645-1384 Currículo sem Fronteiras B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1988-5245 DELOS: Desarrollo Local Sostenible B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1994-7364 Desarrollo Territorial B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-952X Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1415-9945 Diálogos (Maringá. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2115-256X Diplomatie. Les Grands Dossiers B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1828-5961 DISEGNARECON - Atti dei Seminari B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0012-5032 Dokumentacja Geograficzna B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1963-1197 EchoGéo (Paris) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-3293 Educação em Foco (Juiz de Fora) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-8106 Educação (Rio Claro. Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-7814 Emancipação (Online) (Ponta Grossa) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-7611 Emancipação (UEPG. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-2312 e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1983-1730 Ensino em Revista B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-3757 Ensino em Re-vista (UFU. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2051-2945 Environment, Ecology and Management B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-4974 Epidemiologia e Serviços de Saúde B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-722X Esboços (UFSC) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0798-1015 Espacios (Caracas) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-5621 Espaço & Debates B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-9375 Espaço e Geografia (UnB) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1678-698X Estudos Geográficos (UNESP) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-6971 Fenix: revista de historia e estudos culturais B2 GEOGRAFIA Atualizado

3 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1982-4688 Floresta (Online) (Curitiba) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0015-3826 Floresta (UFPR. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-2002
 Geografares: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências
 Humanas e Naturais (UFES)
 B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2236-4994 Geografia Ensino & Pesquisa B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-1538 Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-3888 Geografia (Londrina) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1808-8058 Geografias (UFMG) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2173-1276 GeoGraphos B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0874-6540 GeoInova (Lisboa) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-4486 Geonomos B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2221-2868 Geopolitika B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1576-5172 Geotemas (Madrid) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0101-9171 Higiene Alimentar B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-2856 História: Debates e Tendências (Passo Fundo) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0046-757X Historiens et Géographes (Neuilly-sur-Seine) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1950-5701 IdeAs B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-0670 Informe Gepec (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1646-2335 Interaccoes B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-7012 Interações (UCDB) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1519-0994 Interfaces Brasil/Canadá (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0927-7056 Interface Science B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1861-1303 International Journal of Action Research B2 GEOGRAFIA Atualizado

1756-8692 International Journal of Climate Change Strategies and Management B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2165-8889 International Journal of Ecosystem B2 GEOGRAFIA Atualizado

4 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1756-8463 International Journal of Environmental Engineering (Print) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 International Journal of Research and Reviews in Applied Sciences B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2211-0313 International Journal of Technology and Development Studies B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0213-7771 Investigación en la Escuela B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0769-0681 Iris (Grenoble) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-815X Itinerarios (UNESP. Araraquara) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2251-0028 Journal of Research in International Business and Management B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2250-5105 Journal of Safety and Security in Tourism B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0723-9874 Kieler Geographische Schriften B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1547-6715 Labor (Durham, N.C.) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0182-2411 L'Histoire B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-8518 Libertas (UFJF. Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0716-5919 Limes (Santiago) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-3024 Locus (UFJF) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1262-1692 L'Ordinaire Latino-Américain B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0373-6474 Memórias e Notícias. Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0870-0397 Memórias e Notícias B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-1219 Meridiano 47 (UnB) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2314-1506 Meridiano - Revista de Geografia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0538-4680 Mitteilungen - Internationale Vereinigung für Theoretische und Angewandte Limnologie B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2109-5671 MONDES DU TOURISME B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-6481 Novos Cadernos NAEA B2 GEOGRAFIA Atualizado

1515-3282 Observatorio Social de América Latina B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-9356 O Carste (Belo Horizonte) B2 GEOGRAFIA Atualizado

5 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1517-3879 Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-6098 Paisagem e Ambiente B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0031-1049 Papéis Avulsos de Zoologia (USP.Museu de Zoologia. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1516-9111 Papers do NAEA (UFPA) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-9375 Parcerias Estratégicas (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1773-0341 Passages de Paris (APEB-Fr) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1808-1967 Patrimônio e Memória (UNESP) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-1871 Pegada (UNESP. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-4049 Pesquisa Antartica Brasileira B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-1165 Pesquisa em Educação Ambiental (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0373-840X Pesquisas. Botânica B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0031-6229 Petermanns Geographische Mitteilungen B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1822-7864 Problems of Education in the Twenty First Century B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1852-0006 Proyección (Mendoza. en Línea) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-2039 RAI : Revista de Administração e Inovação B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0870-1741 Recursos Hídricos (Lisboa) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-5528 Rede : Revista Eletrônica do Prodema B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1579-0185 Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0786-6445 Renvall-Instituutin Julkaisu / Renvall Institute Publications B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1677-1222 Rever (PUCSP) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0718-378X Revista AIDIS de Ingeniería y Ciencias Ambientales B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1980-9735 Revista Brasileira de Agroecologia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1983-0823 Revista Brasileira de Biometria B2 GEOGRAFIA Atualizado

1981-1764 Revista Brasileira de Educação Ambiental (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado

6 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1984-2295 Revista Brasileira de Geografia Física B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1809-239X Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0486-6525 Revista Colombiana de Antropologia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0254-1106 Revista Crítica de Ciências Sociais B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1646-8872 Revista da Gestão Costeira Integrada B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0034-7612 Revista de Administração Pública (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-0420 Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0871-018X Revista de Ciências Agrárias (Lisboa) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1852-0669 Revista de Estudios Marítimos y Sociales B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1984-1639 Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0104-5490 Revista de Geografia (Recife) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1414-0055 Revista de História Regional B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1130-5029 Revista de Humanidades B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-1065 Revista de Literatura dos Transportes B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-4969 Revista de Política Agrícola B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1518-3483 Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0020-3874 Revista do Instituto de Estudos Brasileiros B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0103-9709 Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-2582 Revista Educação (PUCRS. Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 Revista Eletrônica da Sociedade Brasileira de Biometeorologia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2011-4532 Revista Eleuthera B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2175-3709 Revista Geografars B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-089X Revista Geografar (UFPR) B2 GEOGRAFIA Atualizado

2237-549X Revista GEOgrafias B2 GEOGRAFIA Atualizado

7 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

1011-484X Revista Geografica de America Central (impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2215-2563 Revista Geografica de America Central (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1808-558X Revista Global Tourism (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1390-2776 Revista Iberoamericana de Economía Ecológica B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1806-7573 Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2177-2886 Revista Latino-americana de Geografia e Gênero B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2175-7429 Revista NUPEM (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 2176-7912 Revista NUPEM (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1676-3025 Revista Pegada Eletrônica (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1515-6443 Revista Theomai (En línea) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-8839 São Paulo em Perspectiva (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1413-9324 Scientia Forestalis (IPEF) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0774-0549 Scripta (Brussel) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1415-8566 Sociedade e Cultura (Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0102-6992 Sociedade e Estado (UnB. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 0948-9770 Stadt und Grun B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-2270 Terrae (Campinas. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1679-2297 Terrae (Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1981-6537 Terr@ Plural (UEPG. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1982-095X Terr@ Plural (UEPG. Online) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1876-4002 The Open Waste Management Journal B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1807-0604 Tiraz (USP) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1517-1000 Todas as Letras (São Paulo. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
 1578-5777 TST Transportes, Servicios y Telecomunicaciones B2 GEOGRAFIA Atualizado

8 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

ISSN TÍTULO ESTRATO ÁREA DE AVALIAÇÃO STATUS

2175-3369 Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana B2 GEOGRAFIA Atualizado
0104-8775 Varia História (UFMG. Impresso) B2 GEOGRAFIA Atualizado
1133-598X Vegueta (Las Palmas de Gran Canaria) B2 GEOGRAFIA Atualizado
1755-4217 Worldwide Hospitality and Tourism Themes B2 GEOGRAFIA Atualizado
0931-8623 Würzburger geographische Manuskripte B2 GEOGRAFIA Atualizado

9 Terça-feira 24 Fevereiro 2015 19:10:30

Anexo B

Tabela 6 – Levantamento Bibliográfico Geral

	Título do Trabalho	Ano do trabalho	Autor - Universidade	Periódico	Referencial Teórico (Bibliografia e Leitura)	Recorte Temporal	Literatura Autor
1	Geografia, Geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens do Cariri (Ceará)	2007	Jörn Seemann (Universidade Regional do Cariri)	Revista Ateliê Geográfico – UFG/IESA (1)	Geografia Cultural Geografia Humanista Filosofia	2007-2014	Poesia Regional
2	A Dança da Natureza e a Ruína da Alma: Geografia e Literatura – uma leitura possível	2007	Eguimar Felício Chaveiro (UFG/IESA)	Idem	Teoria da Geografia Teoria Literária Teoria da Complexidade	Idem	Poesia Regional
3	O Diálogo entre Geografia e Literatura: a representação de Goiania na obra viver é devagar	2008	Andréia Aparecida Moreira de Sousa (Rede Pública Municipal de Goiania) Eguimar Felício Chaveiro (UFG/IESA)	Idem	Psicanálise Psicologia Teoria da Geografia Teoria Literária	Idem	Crônica Regional
4	Paisagem Narrada: condomínios fechados, geografia e literatura	2011	Liliana López Levi (Universidade Autónoma Metropolitana. Xochimilco. México)	Idem	Filosofia Semiótica Geografia Cultural Teoria da	Idem	Novela

5	As paisagens de Bernardo Élis na obra Veranico de Janeiro	2011	Diogo Marçal Cirqueira (Doutorando em Geografia – PósGeo-UFF)	Idem	Geografia Geografia Cultural Geografia Humanista	Idem	Conto Regional
6	Os (ser)tões: representações no passado e no presente	2014	Isis Maria Cunha Lustosa (Universidade Federal do Tocantins) Marciléia Oliveira Bispo (Universidade Federal do Tocantins)	Idem	Teoria da Geografia Geografia Humanista Geografia Cultural Estudos de Identidade Regional	Idem	Poesia e Musica Regional
7	Território, Poesia e Identidade	1997	Rogério Haesbaert (UFF)	Revsita Espaço & Cultura – UERJ/NEPEC (2)	Teoria da Geografia Teoria Social Filosofia	1995-2013	Poesia e Música Regional
8	Espaço e Literatura: algumas reflexões teóricas	1998	Ana Regina Vasconcelos Ribeiro Bastos (CAP-UERJ)	Idem	Geografia Humanista Teoria da Geografia Teoria Literária Linguística	Idem	Romance

9	Decifrando o Espaço a partir da Literatura	2004	Maria Amélia Vilanova Neta (Mestranda PPGG da UFRJ)	Idem	Geografia Cultural Geografia Humanista Teoria Literária Antropologia	Idem	Romance (Josué de Castro)
10	Espaço, Lugar e Literatura – o olhar geográfico machadiano sobre a cidade do Rio de Janeiro	2009	Frederico Roza Barcellos (não consta)	Idem	Geografia Humanista Geografia Cultural Teoria da Geografia Teoria Literária	Idem	Romance
11	Representações literárias da metrópole: uma contribuição ao estudo urbano em geografia cultural	2009	Maria Amélia Vilanova Neta (Mestre em Geografia/IBGE)	Idem	Geografia Cultural Teoria Social Urbanismo	Idem	Romance
12	Geografia e Literatura (ciência e arte): proposições para um diálogo	2013	Felipe Moura Fernandes (Doutorando USP/Geografia Humana)	Idem	Geografia Cultural Filosofia Teoria da Geografia Teoria	Idem	Romance

					Literária		
13	O geógrafo e o romance: aproximações com a cidade	2006	Janaina A. M. Silva Marandola (Mestranda UNESP-Rio Claro)	Revista Geografia – AGETEO-UNESP/Rio Claro (3)	Teoria Literária Teoria da Geografia Geografia Humanista Ensino de Geografia	1998-2014	Romance
14	Geograficidade e espacialidade na literatura	2009	Eduardo Marandola Jr. (UNICAMP) Lívia de Oliveira (UNESP-Rio Claro)	Idem	Teoria Literária Teoria da Geografia Geografia Humanista Geografia Cultural	Idem	Ensaio (Geografia - Literatura)
15	A poética n'as curvas do rio: a imaginação geográfica no rio cachoeira	2010	Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti (Doutoranda IGCE-UNESP-Rio Claro) Lúcia Helena Batista Gratão (UEL)	Idem	Filosofia Geografia Humanista Geografia Física História	Idem	Romance
16	A reforma urbana no Rio de Janeiro no início do século XX: opções escolhas a partir do debate Olavo Bilac/Lima	2011	Arthur Monteiro Leitão Júnior (Mestrando IG-UFU)	Idem	História da Geografia	Idem	Crônica

Barreto			Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (UFU)		História	Teoria Literária	
17	“O Recado do Morro” e a geografia de Minas Gerais (só resumo disponível on-line)	2007	Carlos Magno Ribeiro (não consta)	Caderno de Geografia PUC-Minas (4)	-	2007-2014	Conto
18	Ser e estar na cidade literária: as “Kyotos” de Kawabata	2010	Priscila Marchiori Dal Gallo (Bolsista NEPO-UNICAMP)	Idem	Geografia Humanista	Idem	Romance
			Eduardo Marandola Jr. (Pesquisador NEPO-UNICAMP)		Geografia Cultural		
					Teoria Literária		
					Filosofia		
					Teoria Social (Urbano)		
19	Viajantes e naturalistas do século XIX: a reconstrução do antigo distrito de Diamantino na literatura de viagem	2011	Fabício Antônio Lopes (Bacharel em Humanidades)	Idem	História	Idem	Literatura de Viagem
			Alcione Rodrigues Milagres (Bacharel em Humanidades)		Estudos Urbanos		
			Daniele Piuzana (Professora do Bacharel em Humanidades - UFVJM)		Estudos Ambientais		
					Geografia Física		

			Marcelino Santos de Morais (Professora do Bacharel em Humanidades - UFVJM)				
20	Geografia e Literatura: uma leitura da cidade na obra poética de Paulo Leminski	2005	Júlio Suzuki (USP)	Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) (5)	Teoria Literária	2003-2013	Poesia
21	Literatura, território e imaginário: a ausência da palavra sertão nos romances do Rio Grande do Sul	2007	Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos (IBGE)	Idem	Geografia do Brasil História da Geografia História	Idem	Ensaio (Sertão)
22	Os lugares de Raquel de Queiroz: geograficidade e patrimônio	2014	Tiago Vieira Cavalcante (Doutorando em Geografia – UNESP-Rio Claro)	Revista Caminhos da Geografia – UFU/PPGG/IGEO (6)	Geografia Física Geografia Humanista Documentos Oficiais	2000-2014	Romance e Crônicas
23	O ensino de Geografia e a Literatura: uma contribuição estética	2014	Igor Antônio Silva (Licenciado em Geografia – UFU) Tulio Barbosa (UFU)	Idem	Teoria Literária Ensino de Geografia Filosofia História	Idem	Ensaio (Ensino)

					Geografia Cultural		
					Geografia Humanista		
24	Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem	2000	Solange Terezinha de Lima (UNESP-IGCE-Rio Claro)	Revista Geosul (UFSC) (7)	Geografia Humanista	1986-2014	Literatura de Viagem
					Geografia Cultural		e
					Geografia		Regional
					Teoria Literária		
					História da Ciência		
25	A Geografia e a Literatura: uma reflexão	2008	Diva Aparecida Machado Olanda (Mestre em Geografia UFG-IESA)	Idem	Geografia Humanista	Idem	Romance
			Maria Geralda de Almeida (UFG-IESA)		Geografia Cultural		
					Teoria Literária		
					Filosofia		
26	Livros na prateleiras, verbos no chão: aproximações entre Geografia, Literatura e existência	2011	Angelita Pereira de Lima (Professora de Comunicação Social da UFG)	Revista de Geografia (UFPE) (8)	Geografia Humanista	2005-2014	Ensaio (Geografia-Literatura)
					Geografia Cultural		

			Eguimar Felício Chaveiro (UFG)		Ensino de Geografia		
					Teoria Literária		
					Teoria da Geografia		
					Teoria Social		
27	Geografia, literatura e música: o simbolismo geográfico na arte	2013	Marquessuel Dantas de Souza (Bacharel em Geografia-FATEMA)	Idem	Geografia Humanista	Idem	Ensaio (Geografia, Literatura e Música)
					Geografia Cultural		
					Filosofia		
					Teoria da Geografia		
					Teoria Literária		
					Psicanálise		
					Geografia		
28	As paisagens literárias na obra de Jorge Amado: navegando com(o) turcos à descoberta da América	2013	Fátima Velez de Castro (DEGEO-Universidade de Coimbra)	Revista Sociedade & Natureza (UFU) (9)	História	1999-2014	Romance Regional
					Estudos sobre Migração		
					Geografia e Literatura		
29	Topofobia e topofilia em “A Terra”, de	2014	Edilane Ferreira da Silva		História	Idem	Romance

	“Os Sertões”: uma análise ecocrítica do espaço sertanejo euclidiano		(Universidade do Estado da Bahia-Paulo Afonso)	Idem	Teoria Literária		Regional
			Érika Maria Asevedo (Centro Universitário Maurício de Nassau-Recife)		Filosofia		
			Geraldo Jorge Barbosa de Moura (Universidade Federal Rural de Pernambuco-Recife)		Teoria Social		
					Análise do Discurso		
					Geografia Humanista		
30	Análise do conceito de território na obra Terras do Sem Fim, de Jorge Amado	2014	Anael Ribeiro Soares (não consta)	Boletim de Geografia da Universidade Estadual do Maringá (UEM) (10)	Literatura	1983-2014	Romance Regional
			Emerson Ribeiro (Dep. Geociências da Universidade Regional do Cariri)		Teoria da Geografia		
					Ciência Política)		
31	A linguagem e a paisagem na tríade do rio da poética de João Cabral de Melo Neto	2013	José Elias Pinheiro Neto (Mestre em Geografia pela UFG / Professor do curso de Letras da UEG-Itapuranga)	Revista Percurso – DGEO/PPGG/UEM/NEMO (11)	Ensino de Geografia	2009-2014	Poesia Regional
			Adriane Coelho Proença (Licenciada em Letras pela UEG-Itapuranga)		Teoria Literária		
					Geopolítica		
					Geografia Humanista		
					Teoria da Geografia		

32	O entrelaçamento de fios entre a Geografia e a Literatura: a construção de um saber múltiplo	2012	Márcia Manir Miguel Feitosa (Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão) Cláudia Letícia Gonçalves Moraes (Mestranda do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) Janete de Jesus Serra Costa (Mestranda do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade)	Revista NUPEM – UEP/Pós-Interdisciplinar (Campo Mourão) (12)	Filosofia Geografia Humanista Teoria Literária	2009-2014	Romance
33	As questões identitárias e as especificidades culturais na Bahia expressas na literatura e na musicalidade: um olhar geográfico	2014	Janio Roque Barros de Castro (UNEB-Campus V)	Revista Geotextos (UFBA-PPGG) (13)	Sociologia Geografia Cultural Geografia Humanista Teoria da Geografia Antropologia	2005-2014	Romance e Música Regional
34	Espaço literário: apontamentos para o diálogo entre Geografia e Literatura	2013	Robinson Santos Pinheiro (Doutorando)	Revista Geografares (UFES-PPGG)	Teoria Literária	2000-2014	Ensaio (Geografia-

			em Geografia/UFG - IESA)	(14)	Linguística Filosofia Teoria da Geografia Geografia Humanista		Literatura)
35	Contribuições da literatura de cordel para o ensino de Geografia	2006	Alexandre Vítor de Lima Fonseca (Mestre em Geografia/Professor do Departamento de Geociências da UFMA- São Luís) Karen Sheron Bezerra Fonsêca (Licenciada em Geografia pela UFMA- São Luís)	Revista Geografia (UEL- DGEO-PPGG) (15)	Teoria da Geografia Ensino de Geografia Documentos Oficiais	1983-2013	Literatura de Cordel
36	O espaço na narrativa: uma leitura do conto “preciosidade”	2006	Julio César Suzuki (USP-DGEO)	Revista do Departamento de Geografia (USP) (16)	Teoria Literária História Gramática Geografia Teoria da Geografia Filosofia	1982-2014	Conto

37	Ensino de Geografia: uma proposta metodológica para o uso da literatura infantil	1999	Cássia de Castro Martins Ferreira (Doutoranda-USP)	Boletim Gaúcho de Geografia (Associação dos Geógrafos Brasileiros-Porto Alegre) (17)	Ensino de Letras Livro Didático Geografia Humanista Geografia e Literatura	1974-2014	Ensaio (Ensino)
----	--	------	---	---	---	-----------	--------------------

Anexo C

Tabela 7 – Total das tendências teóricas apresentadas nos 37 textos

Tendências	Sociologia	Geopolítica	Gramática	Geografia Cultural	Geografia Humana	Filosofia	Teoria da Geografia	Psicologia	Psicanálise	Semiótica	Identidade Regional	Teoria Social	Linguística	Antropologia	Teoria Literária	Urbanismo	Ensino de Geografia/Letras	História	História da Geografia	Estudos Ambientais
Texto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1				X	X	X														
2							X					X			X					
3						X	X	X	X						X					
4				X			X			X										
5				X	X		X													
6				X	X						X									
7					X	X	X					X								
8							X						X		X					
9				X	X									X	X					
10				X	X		X								X					
11				X								X				X				
12				X		X	X								X					
13					X		X								X		X			
14				X	X		X								X					
15					X	X												X		X
16															X			X	X	
17																				
18				X	X	X						X			X					

Anexo D

Ficha de coleta de dados utilizada após a leitura dos textos selecionados nos periódicos

Ficha de Coleta de Dados Produção por periódicos em Geografia e Literatura no Brasil
A - Identificação
Título do artigo
Título do periódico
Autor(es)
Ano
B - Características metodológicas do estudo
1 -Tipo de publicação 1.1 Pesquisa ☐ Abordagem quantitativa ☐ Abordagem qualitativa ☐ Revisão de literatura ☐ Relato de experiência Outros _____ _____
2 - Objetivo ou questão de investigação
3 - Perspectivas teórico-metodológicos (método empregado e linha teórica)